

RELATÓRIOS CGD

RELATÓRIO E CONTAS 2010

www.cgd.pt



Caixa Geral
de Depósitos

RELATÓRIOS CGD

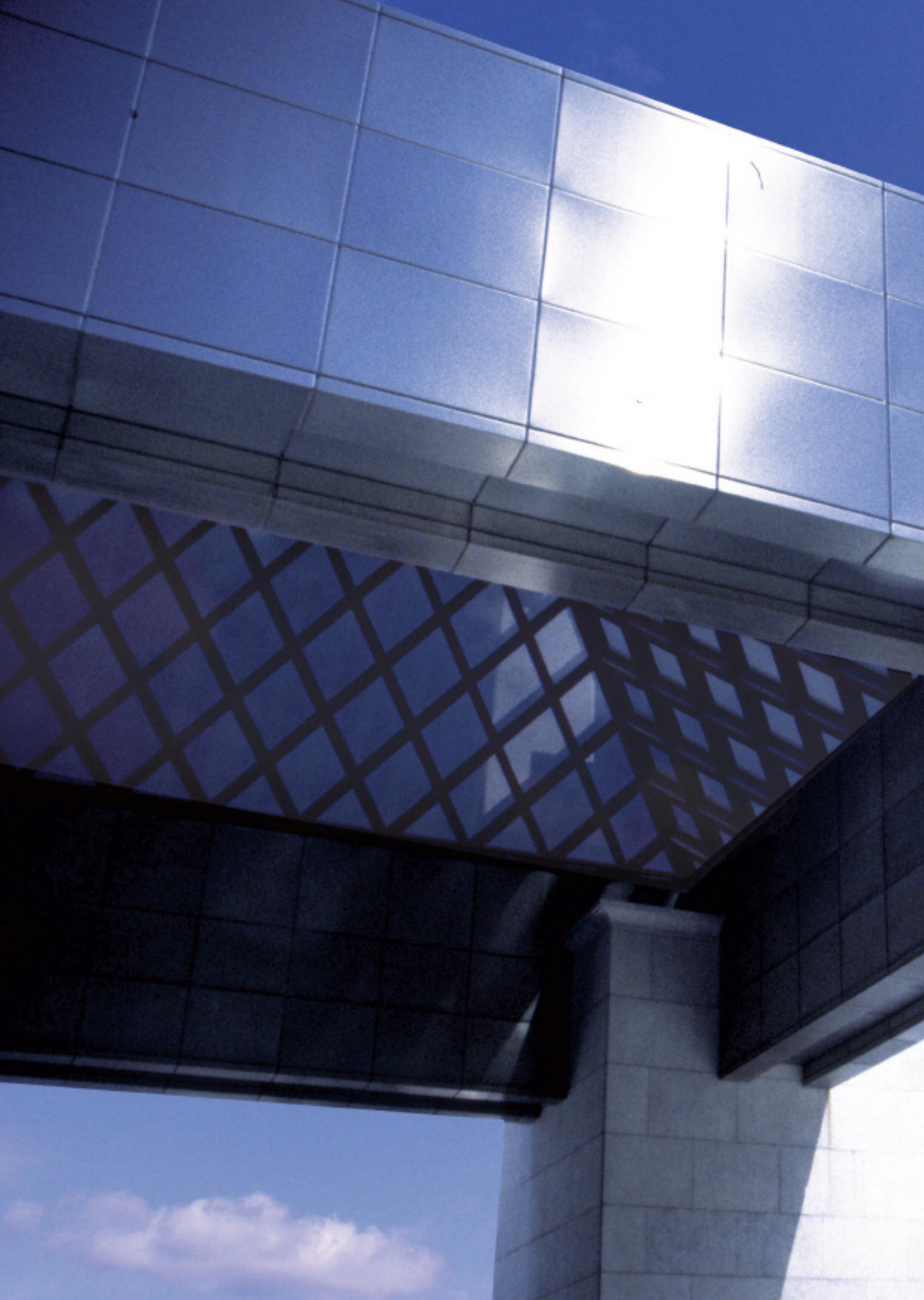
RELATÓRIO E CONTAS 2010

www.cgd.pt





1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 2010	5
1.1. PRINCIPAIS INDICADORES	7
1.2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO	14
1.4. APRESENTAÇÃO DO GRUPO	16
1.5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	29
1.6. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	38
1.7. ANÁLISE FINANCEIRA	93
1.8. GESTÃO DOS RISCOS	114
1.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	128
1.10. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	129
1.11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	133
2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS	151
2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	153
2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	281
2.3. RELATÓRIOS CEBS	469
2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS	475
2.4.1. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS INDIVIDUAIS	476
2.4.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	478
2.4.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS CONSOLIDADAS	480
2.4.4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	482
2.4.5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	484
3. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE	489
AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO A QUE A CGD SE ENCONTRA OBRIGADA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 49/2007	490
3.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA	493
3.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE ACTUAÇÃO	496
3.3. TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	502
3.4. OUTRAS TRANSACÇÕES	503
3.5. MODELO SOCIETÁRIO	505
3.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	509
3.7. SISTEMA DE CONTROLO	511
3.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE	515
3.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	519
3.10. NOMEAÇÃO DE UM PROVEDOR DO CLIENTE	524
ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	525
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CGD	538
EXTRACTO DA ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	543



1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 2010

1.1. PRINCIPAIS INDICADORES	7
1.2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO	14
1.4. APRESENTAÇÃO DO GRUPO	16
1.5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	29
1.6. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	38
1.7. ANÁLISE FINANCEIRA	93
1.8. GESTÃO DOS RISCOS	114
1.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	128
1.10. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	129
1.11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	133



GRUPO CGD – ACTIVIDADE CONSOLIDADA

1.1. PRINCIPAIS INDICADORES

(Milhões de euros)

	2007	2008	2009	2010
De Balanço				
Créditos sobre clientes (bruto)	69 636	77 432	79 627	84 517
Recursos de clientes	54 039	60 128	64 256	67 680
Responsabilidades representadas por títulos	16 231	19 929	25 182	19 307
Capitais próprios	5 541	5 484	7 157	7 840
Activo líquido	103 554	111 060	120 985	125 862
De Exploração				
Margem financeira alargada	2 032	2 201	1 641	1 613
Margem complementar	568	845	867	978
Margem técnica da actividade seguradora	549	515	491	509
Produto da actividade	3 149	3 561	2 999	3 099
Resultado bruto da exploração	1 414	1 722	1 063	1 132
Resultado antes de impostos	1 075	662	374	364
Resultado líquido de impostos	856	459	279	251
Rácios				
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	10,1%	10,7%	12,6%	12,3%
Tier I (Banco de Portugal)	6,2%	7,0%	8,5%	8,9%
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽¹⁾	2,07%	2,33%	3,00%	3,13%
Crédito vencido / Crédito total	2,05%	2,38%	2,87%	2,93%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	121,4%	115,1%	105,3%	105,3%
Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias	137,9%	137,3%	122,4%	117,4%
Cost-to-income (actividade consolidada) ⁽¹⁾	55,1%	51,2%	64,7%	63,3%
Cost-to-income (actividade individual) ⁽¹⁾	50,0%	41,9%	59,6%	58,5%
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – ROE ⁽¹⁾	20,5%	12,6%	5,9%	5,0%
Rendibilidade, após impostos, dos capitais próprios – ROE ⁽¹⁾	17,1%	9,6%	4,8%	4,1%
Rendibilidade bruta dos activos – ROA ⁽¹⁾	1,09%	0,61%	0,32%	0,29%
Rendibilidade, após impostos, dos activos – ROA ⁽¹⁾	0,91%	0,47%	0,26%	0,24%
Outros indicadores				
Número de Agências bancárias	1 187	1 223	1 273	1 332
Portugal	811	831	848	869
Estrangeiro	376	392	425	463
Número de Escritórios de Representação	12	12	12	12
Número de empregados ⁽²⁾	20 464	20 869	22 237	23 083
CGD Portugal	9 695	9 727	9 791	9 672
Noutras instituições bancárias	3 953	4 170	4 495	5 029
Seguradoras	3 503	3 433	3 458	3 384
Sociedades financeiras	338	314	357	368
Em outras actividades	2 975	3 225	4 136	4 630
Ratings (longo / curto prazo)				
Moody's	Aa1/P-1	Aa1/P-1	Aa2/P-1	A1/P-1
Standard & Poor's	A+/A-1	A+/A-1	A+/A-1	A-/A-2
Fitch Ratings	AA-/F1+	AA-/F1+	AA-/F1+	A/F1

(1) Indicador calculado de acordo com instruções do Banco de Portugal.

(2) Não inclui os empregados com vínculo contratual à CGD colocados no Departamento de Apoio à CGA (274) ou requisitados em serviço público ou outras situações (99).



1.2. MENSAGEM DO PRESIDENTE



1. O ano de 2010, que coincide com o final do mandato do actual Conselho de Administração da CGD, foi profundamente marcado pela crise financeira iniciada no segundo semestre de 2007 e que se prolongou ao longo do último triénio.

Em particular, assistiu-se, em 2010, a uma agudização dos impactos da crise, provocada pelo surgimento em alguns dos Estados-membros da União Europeia da chamada crise da dívida soberana, que atingiu a Grécia no início de 2010, logo se estendendo à Irlanda e, a partir do final do 1.º semestre do ano, a Portugal e a Espanha.

Os países mais afectados pela crise da dívida soberana vêem-se confrontados com uma situação muito complexa:

- Têm de promover uma redução drástica da dívida e realizar profundas acções de consolidação orçamental;
- A percepção dos mercados sobre estes países eleva, de forma significativa, as *yields* e os *spreads* de crédito; ora, o impacto dos juros da dívida pública externa agrava a dívida, promovendo um ciclo vicioso;
- O acesso ao mercado pelo sistema bancário destes países, em consequência da crise da dívida soberana, torna-se extremamente difícil, em certos casos, limitando-se aos financiamentos junto do BCE, o que, por sua vez, impõe restrições ao financiamento da economia – do investimento e da actividade económica;
- Um forte processo de *deleveraging* das economias é, geralmente, acompanhado por recessões – o que dificulta as correcções e hipoteca o futuro;
- A sua poupança interna é, em geral, inferior à média da União Europeia, o que reduz a capacidade de investimento.

2. Portugal é um dos Estados-membros mais afectados pela crise da dívida soberana.

Temos, assim, que cumprir um programa de ajustamento rigoroso, que, neste momento, está revertido no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), e esperar que a execução do orçamento e das medidas previstas no PEC permita recuperar a confiança dos investidores. Obviamente, uma maior coordenação da política económica, orçamental e fiscal e a aprovação de instrumentos mais flexíveis e adequados que o actual Fundo de Estabilização Económica da União Europeia iriam facilitar o processo de ajustamento que os Estados-membros afectados pela crise da Dívida Soberana estão a promover.

Para além da diminuição do défice orçamental e da dívida pública e do aumento da poupança interna, a outra face do problema é a do crescimento da economia. Enfrentamos questões que requerem resultados a curto prazo e alterações profundas no nosso modelo de crescimento, a concretizar no médio e longo prazo. A sua superação requer, antes de tudo, uma resposta determinada da sociedade civil (empresários, trabalhadores, consumidores, instituições, entre outros), políticas públicas adequadas e uma estratégia de acção.

3. Os fundamentos do **sistema bancário português** estão **sãos** e a banca nacional mostrou grande **resiliência** e **solidez** ao longo da crise financeira iniciada em 2007, para o que muito contribuiu a sua modernidade, não ter sofrido os efeitos de bolhas imobiliárias nem de activos tóxicos, seguir modelos de negócio centrados na banca de retalho e cumprir bem as regras definidas pelos reguladores e supervisores a que reporta.

De facto, o sistema apresenta, em geral, e os maiores bancos em particular, **rácios de capital** (Tier I, Core Tier I e solvabilidade) **bem acima dos regulamentados, adequados ao nível de risco dos seus balanços**. Os *stress tests* realizados em 2010 só vieram confirmar a solidez dos bancos portugueses.

No entanto, como é sabido, a crise da dívida soberana que se seguiu à crise internacional, repercutiu-se no sistema bancário, designadamente a nível da **liquidez** e da **rentabilidade** (já afectado pela crise internacional).

O **acesso ao *fundings*** agravou-se substancialmente, originando o aumento do recurso aos financiamentos do BCE, numa primeira fase, a que se seguiu alguma diminuição no último trimestre de 2010.

A situação que vivemos desde finais de 2007 tem constituído um grande desafio para os bancos, podendo considerar-se notável a sua capacidade de resposta e ajustamento.

Num clima adverso, durante todo este período, verificou-se um **crescimento homólogo do crédito**, ainda que com **desaceleração progressiva** – a banca cumpriu a sua missão de financiar a economia.

Por outro lado, a **evolução da qualidade dos activos** foi mais benigna que em muitos outros países e os bancos promoveram um reforço progressivo dos seus níveis de capitalização.

Como consequência da crise da dívida soberana, a **liquidez** tem sido e é o principal desafio para os bancos portugueses em 2011. Daí, a **abordagem** polifacetada à gestão da **liquidez** que tem sido posta em prática por parte dos bancos e a importância da actividade de banca de retalho assente na intermediação financeira “tradicional” como sustentáculo da resiliência dos resultados e do posicionamento competitivo de cada banco nos seus mercados *core*.

4. A CGD viu, no contexto em que exerceu a sua actividade, o seu resultado afectado por dois aspectos fundamentais:

- Registo de elevados valores de imparidades resultantes da desvalorização de títulos que integram a sua carteira de participações estratégicas como consequência da evolução negativa observada no mercado de capitais;
- Evolução negativa da margem financeira como resultado das baixas taxas de juro (Euribor), do perfil da carteira de crédito (com elevado peso do crédito à habitação e de médio e longo prazos).

5. Neste enquadramento desfavorável, o desempenho global da CGD pode considerar-se muito positivo, destacando-se, desde logo, o significativo **aumento da situação líquida**, demonstrativo de criação de valor. O Grupo CGD apresentou um **resultado líquido consolidado de 251 milhões de euros**, o que representou uma quebra de 10% face ao ano anterior, afectado, sobretudo, pela diminuição da margem financeira e pela necessidade do reconhecimento de imparidade de títulos.

Realço os seguintes aspectos do desempenho da CGD:

- **Os capitais próprios** aumentam de 7 157 milhões de euros, no final de 2009, para 7 840 milhões de euros; o **rácio de solvabilidade** situa-se em 12,3%, o TIER 1 em 8,9%, o CORE TIER 1 em 8,8%;
- **A taxa de transformação** de recursos em crédito mantém-se em valores próximos dos 121%;
- **O activo líquido** aumenta 4%, atingindo os 126 mil milhões de euros;
- **O crédito aos clientes** atinge 84,5 mil milhões de euros e **os recursos de balanço captados de clientes** (de retalho) ascendem a 67,7 mil milhões de euros, com os recursos totais, excluindo investidores institucionais, a atingir 84,2 milhões de euros;
- **As comissões líquidas** progrediram 12,2%, atingindo 502,3 milhões de euros;
- **O rácio de crédito vencido** aumenta de 2,87% para 2,93%, crescimento pouco expressivo, e abaixo da média do sector, tendo em conta a situação de crise com que empresas e famílias se têm debatido, o que traduz políticas rigorosas de gestão de risco.

6. O Grupo continuou, em 2010, a apresentar bons desempenhos nas diversas áreas de actividade em que actua.

A sua **actividade internacional** registou uma expansão que foi, fundamentalmente, marcada pela constituição de um novo banco de investimento e desenvolvimento em Moçambique e a obtenção da licença para a constituição de um outro em Angola. No Brasil, estabeleceu-se um acordo de parceria com o Grupo Banif, tendo em vista a aquisição pelo Grupo CGD de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio.

A área internacional do Grupo contribuiu, em 2010, com 78,8 milhões de euros para o resultado consolidado da CGD, antes das imparidades, o que representa um peso de 15,4%, tendo o conjunto de Activos Líquidos atingido já um montante que ronda os 21 mil milhões de euros.

Por sua vez, o **Caixa – Banco de Investimento** teve um desempenho positivo que se traduziu na obtenção de um contributo para o resultado consolidado do Grupo da ordem dos 35 milhões de euros.

Finalmente, a **actividade seguradora e de saúde** foi penalizada pelo registo de imparidades das carteiras e pelo resultado negativo da actividade hospitalar, que continua a reflectir o impacto da fase de crescimento em curso.

7. A Caixa, enquanto Instituição líder e de referência no sistema financeiro português, tem responsabilidades acrescidas decorrentes da sua história e valores. Pela sua visão de futuro, a Caixa só pode estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável. A Sustentabilidade foi assumida ao mais alto nível de gestão e aplicada transversalmente em toda a instituição.

No domínio do relacionamento com a comunidade, a Caixa promove múltiplas acções que visam o bem-estar social, educacional, cultural e ambiental, com o objectivo último de melhoria das condições de vida da população.

Em particular, convém realçar a actividade da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, um dos instrumentos mais relevantes de intervenção da CGD no domínio da acção cultural ao serviço do público português e dos criadores e intérpretes nacionais e estrangeiros e que, em 2010, manteve, como é habitual, intensa actividade nas mais diversas áreas culturais.

8. Durante o triénio 2008-2010 (correspondente a um período de profunda crise financeira e económica), a CGD continuou a desempenhar um papel fundamental na economia e reforçou a sua solvabilidade, conforme se traduz nos seguintes indicadores-chave:

	Variação 2007–2010
Crédito	+ 20,9%
Particulares	+ 9,8%
Habitação	+ 9,9%
Empresas	+ 23,3%
SPA	+ 44,0%
Captação	+ 13,3%
Particulares	+ 14,9%
Empresas	+ 14,7%
Solvabilidade (Consolidado)	
Solvabilidade	+ 2,2 p.p. para 12.3%
<i>Tier I</i>	+ 2,1 p.p. para 8.9%
<i>Core Tier I</i>	+ 3,0 p.p. para 8.8%
Crédito Vencido – peso no Sector	27,8% em 2007
	20,3% em 2010

No entanto, foi inevitável uma redução dos resultados no triénio, derivada de um crescimento significativo do registo de imparidades por desvalorização das carteiras

de títulos, que totalizou 1 232 milhões no conjunto do triénio e da queda da margem financeira de 2 081 milhões de euros, em 2008, para 1 533 milhões, em 2009, e 1 415 milhões, em 2010, fortemente correlacionada com o nível das taxas de juro (a Euribor a 6 meses caiu de 4,73%, em 2008, para 1,43%, em 2009, e 1,10%, em 2010).

De salientar o esforço de contenção da subida dos *spreads* do crédito a empresas, tendo em vista o apoio à economia portuguesa, bem como o reforço de competências comerciais para melhor servir clientes nos segmentos particulares e empresas.

O Conselho de Administração da Caixa delineou como uma das principais missões o duplo objectivo de reforçar internamente **os factores distintivos e diferenciadores de médio / longo prazo**, ao mesmo tempo de prosseguir o compromisso de principal parceiro das famílias e empresas, enquanto **catalisador da economia portuguesa**.

Ao nível do negócio, o Grupo Caixa **reforçou a sua posição competitiva ao longo dos últimos 3 anos**, mantendo a destacada liderança na captação de Depósitos (crescimento de 1,5 p.p. face a Dezembro de 2007), Fundos de Investimento, Seguros Financeiros (+14,7 p.p. face a 2007, produção) e Crédito Especializado e alcançando a posição cimeira também no Crédito a Clientes (+0,6 p.p. face a Dezembro de 2007), apoiada na consolidação da liderança no Crédito à Habitação e na conquista de quota de mercado no segmento de Empresas, em particular nas PME.

A liderança da Caixa na actividade de retalho doméstico afirmou-se, também, ao nível do processo de **transformação da sua rede comercial**, em particular, das suas Agências – o modelo de atendimento orientou-se irreversivelmente para a **gestão relacional**, focada na venda e no serviço prestado, e para a geração de **experiências** diferenciadoras e fidelizantes para os nossos Clientes.

No plano interno, esta transformação teve como pilares fundamentais a criação de condições físicas, organizacionais e técnicas indutoras da proactividade e da polivalência de agentes e espaços de atendimento, tendo por objectivo último o reforço da **eficácia comercial** e da **qualidade de serviço** da Caixa:

- O **Novo Modelo de Agência**, visível hoje em mais de 500 Agências, veio reorganizar os espaços de recepção e atendimento, bem como as zonas de circulação dos Clientes, criando uma nova envolvente assente num *lay-out* que promove a proximidade, a utilidade e a comodidade em cada visita e favorece o desenvolvimento de relações;
- Com o **aprofundamento da segmentação**, alargou-se o serviço de gestão relacional personalizada a um crescente número de Clientes de maior valor ou potencial, com propostas de valor diferenciadas para cada segmento. Actualmente, mais de 990 gestores de cliente Caixazul, 720 Caixa Empresas e 760 assistentes comerciais Caixa Mais e os modelos de serviço de banca à distância acompanham, de forma personalizada e proactiva, perto de 890 mil clientes Particulares, ENI e Micro e Pequenas Empresas, que representam mais do triplo de clientes com gestão relacional dedicada no início de 2008 e mais de 20% da nossa base actual de Clientes, fazendo da Caixa o Banco nacional líder em atenção e serviço ao cliente;
- A apoiar este processo de mudança, executou-se um **programa de formação extensivo** a todas as equipas comerciais, para alinhamento e assimilação da nova dinâmica comercial; no plano das **ferramentas**, melhoraram-se as plataformas de trabalho da Agência, levando a todas as funções informação e funcionalidades de suporte à gestão relacional dos Clientes;
- Consequência das várias acções prosseguidas e do compromisso no serviço e qualidade da Experiência do Cliente, além do notório reforço do envolvimento e dos níveis de vinculação dos clientes com a Caixa, destaca-se o **aumento significativo da Satisfação dos nossos clientes**, aferida quer por estudos externos (+0,5 pontos no índice de satisfação de Clientes Particulares, ECSI Portugal 2009, e +6 p.p. na % de clientes PME que têm a Caixa como Banco Principal, Data E 2010), quer nos programas internos (+6,2 p.p. no programa Agências, +3,5 p.p. no programa Caixazul, +3,6 p.p. no programa PME, face à média de 2007).

Registe-se, ainda, o desenvolvimento de competências de risco através de novas ferramentas e metodologias de gestão do risco e de recuperação de crédito.

Proseguiu-se a prioridade de apoio às exportações, designadamente, através da abertura de linhas de crédito e de desenvolvimento do *trade finance*, com relevo para a Oferta Ibérica.

A **estratégia de expansão internacional** foi muito importante como elemento de compensação, para além dos seus dois objectivos estratégicos – os de apoio à internacionalização e às comunidades portuguesas e os de crescimento da própria instituição.

A aceleração da internacionalização do Grupo, com abertura de filiais em Angola e no Brasil, foi acompanhada de um crescente contributo da actividade externa para os resultados do Grupo.

Salienta-se, ainda, o excelente desempenho da Banca de Investimento e o expressivo aumento da quota de mercado da actividade seguradora, reforçando a sua posição de claro líder de mercado.

No plano interno, a CGD reforçou significativamente o controlo e rigor orçamental, com uma redução de custos de estrutura de 2,3% no triénio (-3,4% em custos de pessoal e -0,7% em fornecimentos e serviços de terceiros), o que, em conjunto com o crescimento de volume de negócios registado, permitiu à CGD um desempenho muito superior à média do mercado no domínio da gestão da eficiência, medido pela relação gastos gerais / volume de negócios.

No que respeita ao seu contributo para a credibilidade e solidez do sistema financeiro, a CGD teve acção determinante na gestão do Banco Português de Negócios, com vista à defesa dos interesses dos depositantes, do Estado / contribuintes e dos trabalhadores, apoiando, ainda, aquela instituição em liquidez com financiamentos (garantidos pelo Estado) que atingiram cerca de 5 mil milhões de euros.

No âmbito do funcionamento do mercado interbancário, a CGD reforçou o apoio a outras instituições financeiras nacionais.

Tomando em consideração as alterações regulamentares e o objectivo de imunização da actividade bancária da volatilidade das actividades não *core*, elaborou-se um projecto de reestruturação da arquitectura corporativa da CGD.

9. Para terminar, uma referência às **prioridades da CGD para 2011**:

- a) **Aumentar o esforço de apoio às exportações / internacionalização** – A Caixa deverá assumir-se como banco fundamental de apoio às empresas exportadoras e à internacionalização. Neste âmbito, destaca-se a aposta nas linhas de crédito, nas operações de comércio externo, no produto Passaporte Ibérico, no apoio a missões promocionais e na assessoria aos seus clientes através da sua rede de filiais, Sucursais e Escritórios de Representação em 24 países.
- b) **Aumentar a quota nas PME** – A Caixa Geral de Depósitos deverá prosseguir a sua acção neste domínio, reforçando a quota das PME na sua carteira de crédito.
- c) **Apoiar a capitalização das empresas e a microfinança** – A intervenção nesta área é fundamental para assegurar o financiamento de investimentos necessários ao aumento da competitividade das empresas e à diminuição dos seus encargos financeiros. A CGD tem duas iniciativas em curso de maior relevância: uma, já concretizada, da constituição do Clube Europeu de Investidores de Capital de Risco – **European Venture Club**; a outra, a de vir a constituir um **Fundo de Capitalização** juntamente com os outros bancos aqui presentes e com *equity funds* internacionais, para apoiar as boas PME.
- d) **Proseguir o alargamento da gestão personalizada e a abordagem multicanal integrada ao Cliente** – elementos fundamentais da diferenciação e posicionamento da Caixa na actividade da banca de retalho – visando o incremento e valorização dos níveis de envolvimento, fidelização e lealdade dos nossos Clientes.

A **inovação** constante – incremental ou disruptiva – em produtos, canais, processos de venda, formulação de *pricing* e a respectiva transposição para diferentes segmentos

de mercado ou abordagens inter-redes comerciais tem constituído e continuará a ser um factor crítico de sucesso da Caixa, ilustrado no facto de ser considerado o 1.º Banco português e o 16.º europeu no investimento em Inovação (“The 2010 EU Industrial R&D Scoreboard”).

Simultaneamente, a exploração do *customer e business intelligence* e das avançadas competências de *marketing* em prol da assertividade das propostas de valor dirigidas a cada cliente e de uma dinâmica comercial ainda mais orientada e proactiva continuará a representar um factor multiplicador do ciclo virtuoso do conhecimento, segmentação, diferenciação, vinculação e fidelização dos nossos clientes actuais e potenciais.

- e) **Intensificar e diversificar fontes de liquidez** – Adopção de uma estratégia comercial que permita reduzir o risco de liquidez do balanço, através da captação de recursos de balanço na actividade bancária de retalho e da diversificação das fontes de financiamento nos mercados internacionais.

O objectivo de captação de depósitos compatibiliza-se inteiramente com o objectivo nacional de dinamização da poupança interna, da poupança das famílias (bem como das empresas e no Estado), contribuindo para assegurar o financiamento da economia.

A desalavancagem e a diversificação das fontes de financiamento, que implicam uma **estratégia comunicacional integrada** com investidores, instituições e média internacionais são outras vertentes de actuações dos bancos.

A **desaceleração do crescimento do crédito** tem vindo a acontecer por força da diminuição da procura do crédito e, de certo modo, em virtude de uma maior **selectividade** na concessão de crédito, obviamente **mais caro**.

A clarividência impõe uma **hierarquização da concessão do crédito**, assente não apenas na **avaliação dos factores de risco** (em todo o caso, cada vez mais determinantes nas decisões), mas também no **impacto para a economia portuguesa** (sendo natural privilegiar as exportações, os projectos inovadores e de elevado valor acrescentado).

- f) **Aumentar a expansão internacional da CGD** – A CGD deverá estar presente, sob a forma que se considere mais adequada, nos países fundamentais para o processo de internacionalização das empresas portuguesas, seja por via de actividades comerciais, seja de investimento.

- g) **Reestruturar o modelo Corporativo** – Implementar um novo modelo corporativo que permita eliminar o impacto da volatilidade do mercado de capitais nos resultados do Banco e que permita a adequação dos rácios prudenciais às novas regras definidas em Basileia III. Este novo modelo exigirá a criação dos mecanismos necessários ao desempenho das funções de natureza corporativa, designadamente as ligadas à gestão estratégica, gestão de risco e gestão de liquidez.

10. O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao **accionista Estado**, ao **Banco de Portugal**, à **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)**, ao **Conselho Fiscal**, ao **Revisor Oficial de Contas** e ao **Auditor Externo**, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade da CGD.

Aos nossos clientes, agradecemos a sua preferência e a sua confiança e reafirmamos que tudo faremos para a merecer, pois, a CGD quer ser não apenas o maior e mais sólido, mas também o melhor banco português.

Por último, o Conselho de Administração deseja endereçar a todos os **colaboradores** do Grupo CGD um sinal de muito apreço pela elevada dedicação e profissionalismo que colocaram no desempenho das suas funções e que permitiram ao Grupo continuar a merecer a confiança dos seus clientes na difícil conjuntura vivida.



Fernando Faria de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO



Conselho de Administração

(Em Pé) Pedro Cardoso, Rodolfo Lavrador, Jorge Tomé e José de Araújo e Silva (Vogais)
(Sentados) Francisco Bandeira (Vice-Presidente), Fernando Faria de Oliveira (Presidente) e Norberto Rosa (Vogal)

Os resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo CGD) totalizaram 250,6 milhões de euros em 2010, o que, em comparação com os 278,9 milhões registados no ano anterior, significou uma redução de 10,2%. Esta evolução traduziu o reconhecimento, na demonstração de resultados, de imparidades nas participações financeiras, que ascenderam a 339,1 milhões de euros, e que, na sua maior parte, se encontravam já registadas anteriormente em reservas de justo valor.

A desvalorização dos títulos que se tem vindo a assistir desde o início da presente crise financeira tem obrigado a CGD a registar, como custo do exercício, as imparidades relativas, sobretudo, a participações detidas pela CGD e títulos das carteiras das seguradoras do Grupo, ascendendo já o respectivo montante acumulado, desde o início de 2008, a 1 231,7 milhões de euros.

Os resultados antes de impostos e de interesses minoritários atingiram 364,4 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao observado em 2009 (-2,7%).

O produto da actividade bancária e seguradora totalizou 3 099,4 milhões de euros, registando uma melhoria de 99,9 milhões (+3,3%) comparativamente ao ano anterior. Este crescimento beneficiou da evolução das Comissões Líquidas, que progrediram 12,2%, atingindo 502,3 milhões de euros.

A margem financeira estrita atingiu 1 415,3 milhões de euros, diminuindo 7,7% face ao ano anterior, o que ficou a dever-se, por um lado, ao impacto da redução das taxas de juro, que afectou a rentabilidade, tendo em conta a composição da carteira de crédito, e, por outro, à subida do custo de *funding*. É importante recordar a opção tomada pela CGD de atribuir prioridade ao apoio à economia, mesmo com alguma inevitável redução da rentabilidade, que se traduziu numa política de moderação na fixação dos *spreads* na concessão de crédito.

Os resultados em operações financeiras foram de 124,4 milhões de euros em 2010 (-37,6%), que se comparam com 199,5 milhões de euros verificados no ano anterior.

A margem técnica da actividade de seguros aumentou 17,8 milhões de euros face ao ano transacto (+3,6%), totalizando 509 milhões de euros.

Os custos operativos apresentaram uma tendência de contenção (+1,6%), tendo ascendido a 1 967,2 milhões de euros, beneficiando da evolução verificada na actividade individual da CGD, onde a redução, ocorrida em todas as suas componentes de custos, atingiu cerca de 2,4%.

A imparidade de outros activos líquida atingiu no ano 354,7 milhões de euros, dos quais 339,1 milhões relativos a títulos, nomeadamente da EDP, ZON e BCP, de fundos de investimento e das carteiras das seguradoras do Grupo, traduzindo perdas em grande parte registadas anteriormente nas reservas de justo valor.

Relativamente ao balanço consolidado do Grupo CGD, o activo líquido ascendeu a 125,9 mil milhões de euros, com um aumento de 4% relativamente a Dezembro de 2009. Por outro lado, os capitais próprios totalizaram 7 840 milhões de euros, um incremento de 692 milhões (+9,5%) face ao final de 2009, beneficiando do aumento de capital social, no montante de 550 milhões de euros, ocorrido em Dezembro de 2010.

O crédito a clientes, em termos brutos, aumentou 4,9 mil milhões de euros (+6,1%) face a Dezembro de 2009, para 84,5 mil milhões de euros, tendo em Portugal o crédito à habitação subido 1,3% e o crédito às empresas 3,1%. Os recursos de clientes também registaram um comportamento positivo, totalizando 67,7 mil milhões de euros, +5,3% que o registado um ano antes. Estas evoluções traduziram-se na obtenção de um rácio de transformação de recursos em crédito de 121,0%.

O rácio de solvabilidade, em base consolidada e com inclusão dos resultados retidos, fixou-se em 12,3%, cifrando-se o rácio Tier I em 8,9% e o Core Tier I em 8,8%, o que traduz a solidez da Instituição.

A CGD reduziu o financiamento obtido junto do BCE, no segundo semestre de 2010, para 6,55 mil milhões de euros, sendo que o total de activos elegíveis para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de 2010, de cerca de 13 mil milhões de euros.

O rácio de crédito vencido a mais de 90 dias situou-se em 2,63%, com o respectivo grau de cobertura por imparidade a fixar-se nos 117,4%.

Não obstante a difícil conjuntura económica e financeira, a CGD mantém-se no patamar mais elevado das notações de *rating* atribuídas a um grupo bancário português.

1.4. APRESENTAÇÃO DO GRUPO

1.4.1. ESTRUTURA ACCIONISTA

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo accionista único, o Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2010, o Estado aprovou um aumento do capital social em 550 milhões, de euros elevando-o para 5 050 milhões de euros.

1.4.2. MARCOS HISTÓRICOS

1876 Criação da Caixa Geral de Depósitos, na dependência da Junta de Crédito Público, com a finalidade essencial de recolha dos depósitos obrigatórios constituídos por imposição da Lei ou dos tribunais.

1880 É criada a Caixa Económica Portuguesa, para recebimento e administração de depósitos de classes menos abastadas, que seria fundida, de facto, com a CGD em 1885.

1896 A CGD autonomiza-se da Junta de Crédito Público. Sob a administração da CGD, são criadas a Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados e o Monte da Piedade Nacional, para realização de operações de crédito sobre penhores.

1918 A CGD desenvolve as actividades de crédito em geral.

1969 A CGD, até então serviço público sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.

1975 Criação da Sucursal de Paris.

1982 São criadas as empresas de *leasing* Locapor e Imoleasing. Nos anos seguintes, são criadas as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário (Fundimo, em 1986) e mobiliário (Caixagest, em 1990) e adquiridas participações de domínio na sociedade financeira de corretagem (Sofin, em 1998) e para aquisição a crédito (Caixa de Crédito, em 2000).

1988 Criação do Grupo Caixa por tomada de participações de domínio no Banco Nacional Ultramarino e na Companhia de Seguros Fidelidade.

1991 Aquisição, em Espanha, do Banco de Extremadura e do Chase Manhattan Bank España, que passou a designar-se por Banco Luso-Español.

1992 Aquisição de posição na sociedade de capital de risco Promindústria, instituição que, em 1997, deu origem à Caixa Investimentos, sociedade de investimentos.

1993 A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. É consagrada a sua vocação de banco universal e plenamente concorrencial, sem prejuízo da sua especial vocação para formação e captação de poupanças e de apoio ao desenvolvimento do país.

1995 Aquisição, em Espanha, do Banco Simeón.

1997 Criação, de raiz, do Banco Comercial e de Investimentos, de Moçambique.

1998 Criação da HPP – Hospitais Privados de Portugal, que veio, posteriormente, a constituir a componente de Saúde do Grupo CGD.

2000 Aquisição da seguradora Mundial Confiança e do Banco Totta & Comercial Sotto Mayor de Investimentos, SA, mais tarde denominado Caixa – Banco de Investimento.

2001 CGD inaugura a Sucursal em Timor-Leste.

A Sucursal de Paris integra o Banque Franco-Portugaise, dando origem à Sucursal de França.

2002 Racionalização e consolidação dos bancos comerciais em Espanha, mediante a fusão do Banco Luso-Español, do Banco de Extremadura e do Banco Simeón.

2004 Com a aquisição da seguradora Império Bonança em 2004, o Grupo CGD passa a liderar o sector segurador nacional.

Através de um reforço de capital, a CGD passa a ter uma posição dominante no Mercantile Lisbon Bank Holding, da África do Sul.

2006 O Banco Simeón altera a designação para Banco Caixa Geral.

2008 Constituição da Parcaixa (Capital de 1 000 milhões de euros: 51% CGD e 49% Parpública).

Autorização para a constituição do Banco Caixa Geral Brasil, com início da operação já em 2009.

Criação da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest.

A Caixa Seguros passa a designar-se Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA, após uma reorganização naquelas áreas de negócio, com passagem do universo HPP do balanço da Fidelidade Mundial para o balanço da Caixa Seguros.

2009 Retoma da presença do Grupo CGD no Brasil, através do início de actividade do Banco Caixa Geral Brasil.

Entrada no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola, em que a CGD e o Santander Totta controlam 51% do total.

2010 Exercício da opção de compra de 1% do capital social da Partang, SGPS, detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA), passando o Grupo CGD a deter a maioria do capital da gestora de participações e, indirectamente, do próprio Banco.

Constituição do Banco Nacional de Investimento (BNI), em Moçambique, tendo o capital sido realizado pelos accionistas no montante de 70 milhões de meticais, ou seja, em cerca de 1,6 milhões de euros.

Acordo para a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio (Banif CVC) pelo Grupo CGD.

1.4.3. DIMENSÃO DO GRUPO E RANKING INTERNACIONAL

No ano de 2010, o Grupo CGD manteve a sua posição de liderança na generalidade das áreas de negócio onde actua, assistindo-se, inclusive, a um reforço das suas quotas de mercado em vários sectores. O quadro infra resume a posição do Grupo CGD no mercado nacional:

QUOTAS DE MERCADO EM PORTUGAL

	Dez. 2009		Dez. 2010	
	Quota	Ranking	Quota	Ranking
Actividade Bancária				
Activo líquido ^(a)	30,6%	1.º	31,2%	1.º
Crédito a clientes ^(b)	20,5%	1.º	20,9%	1.º
Crédito a empresas	15,5%	2.º	16,1%	2.º
Crédito a particulares	23,6%	1.º	23,6%	1.º
Crédito à habitação	27,1%	1.º	26,8%	1.º
Depósitos de clientes ^(b)	28,9%	1.º	28,5%	1.º
Depósitos de particulares	34,0%	1.º	33,2%	1.º
Actividade Seguradora ^(c)	30,3%	1.º	34,5%	1.º
Ramo vida	31,2%	1.º	37,0%	1.º
Ramo não-vida	28,1%	1.º	27,1%	1.º
Crédito Especializado ^(d)				
Leasing imobiliário	18,7%	3.º	21,8%	2.º
Leasing mobiliário	14,3%	1.º	19,4%	1.º
Factoring	14,7%	4.º	13,1%	4.º
Gestão de Activos				
Fundo de investimento mobiliário (FIM) ^(e)	23,8%	1.º	23,1%	1.º
Fundo de investimento imobiliário (FII) ^(e)	14,0%	1.º	14,6%	1.º
Fundo de pensões ^(f)	9,6%	4.º	11,1%	4.º
Gestão de patrimónios ^(g)	27,7%	1.º	27,0%	1.º

(a) Considerando a actividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.

(b) Fonte: EMF do Banco de Portugal. No Crédito, estão incluídas as operações titularizadas.

(c) Dez. 2010 – Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores. Respeitam à actividade em Portugal.

(d) Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Quotas conjuntas da CGD Pensões, SA e da Fidelidade Mundial, SA.

(g) Fonte: Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O empenho da CGD no apoio à economia nacional traduziu-se no reforço da quota de crédito às empresas, que passou de 15,5% para 16,1%. A quota de mercado no crédito à habitação registou uma redução de 27,1% para 26,8%, enquanto no crédito ao Sector Público Administrativo a quota situou-se em cerca de 40%. Em termos globais, a quota do crédito a clientes foi reforçada de 20,5% para 20,9%.

Em 2010, a Caixa manteve a posição de liderança nos Depósitos de Clientes, em Portugal, com uma quota de mercado de 28,5% (decréscimo de 0,4 p.p. face a Dezembro de 2009), tendo o segmento de particulares registado uma quota de 33,2% e o segmento de empresas uma quota de 15,3%, o que representou um aumento de 5,2 p.p. no ano.

Na área seguradora, a Caixa Seguros e Saúde ocupa, de forma destacada, o lugar de topo nacional, com uma quota de mercado global que passou de 30,3% para 34,5%. Nos ramos vida a quota atinge 37,0% e no não-vida 27,1%.

Na locação financeira, a Caixa Leasing e Factoring manteve a primeira posição no *ranking* do *leasing* mobiliário, tendo reforçado a sua quota de mercado para 19,4%. No *leasing* imobiliário, o aumento da quota da empresa para 21,8% proporcionou-lhe uma subida para a segunda posição no *ranking* deste subsector.

Na actividade de gestão dos fundos de investimento mobiliário, a quota de mercado da Caixagest no sector manteve-se em 23%, mantendo a liderança do mercado num ano marcado pelo elevado volume de resgates nos fundos de tesouraria e de obrigações. Na área dos fundos de investimento imobiliários, a quota de mercado da Fundimo aumentou para 14,7%, mantendo, igualmente, a liderança do mercado. Também no sector da gestão de patrimónios, o Grupo CGD manteve o primeiro lugar no *ranking* por montante, com uma quota de mercado de 27%.

O desempenho do Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) continuou a ser distinguido em 2010, com as revistas *Global Finance* e *Euromoney* a elegerem o CaixaBI como o “Melhor Banco de Investimento em Portugal” e “Melhor Banco de Dívida em Portugal” em 2010, respectivamente. Por sua vez, a *Project Finance Magazine* atribuiu ao projecto ELOS (ligação de alta velocidade Portugal – Espanha) o “European Hi-Speed Rail Deal of the Year 2010”.

Na área de mercado primário de dívida, o *ranking* da *Bloomberg* colocou o Banco, pelo quarto ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional, enquanto que, na área de mercado de capitais de acções, o *ranking* trabalhado a partir de dados da CMVM coloca o CaixaBI em 3.º lugar.

Na área de assessoria financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição no mercado de fusões e aquisições em Portugal, colocando-o em 2.º lugar, de acordo com o *ranking* da *Bloomberg*. O mesmo aconteceu na área de intermediação financeira onde, segundo os dados divulgados pela CMVM relativos a Novembro, o CaixaBI registou um aumento de 131% face a período homólogo do ano anterior, assumindo uma quota de 16% do mercado.

Também na área de *project finance*, os diversos *rankings* vieram posicionar o CaixaBI entre os principais *players* mundiais: 1.º lugar em Portugal, 6.º lugar ibérico, 24.ª posição na Europa e 43.ª posição a nível mundial como *Mandated Lead Arranger* de PFI / PPP Project Finance Loans, evidenciando o contributo e a importância das operações lideradas pelo CaixaBI no mercado internacional.

À semelhança de anos anteriores, a revista *The Banker* elaborou em 2010 a lista dos *Top 1000 World Banks*. A Caixa Geral de Depósitos voltou a subir neste *ranking*, destacando-se no 113.º lugar da lista (126.º lugar em 2009 e 128.º lugar em 2008), baseado no volume dos capitais próprios (Tier I). Também pelo critério do volume de activos, a CGD registou uma subida no *ranking*, da 103.ª para a 101.ª posição.

1.4.4. EVOLUÇÃO DO GRUPO CGD

Em 2010, perante o abrandamento económico e financeiro sentido, em particular na Zona Euro, o Grupo CGD reforçou a intervenção nos mercados internacionais com os quais existem afinidades históricas, linguísticas e culturais. Neste contexto, destacou-se a actividade desenvolvida pelo Grupo nos mercados africanos de língua portuguesa e no Brasil, a qual representou mais um passo no aproveitamento das sinergias da presença da CGD no mundo.

Em Angola, foi obtida em 2010 a autorização para a constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD), que terá um capital inicial de quinhentos milhões de dólares, a deter em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol. O BPD centrará a actividade no apoio ao desenvolvimento das economias angolana e portuguesa.

Ainda em relação a Angola, há a referir o exercício, em Julho, da opção de compra, por parte da CGD, de 1% do capital social da Partang, SGPS, detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA), passando, assim, a deter a maioria do capital da gestora de participações e indirectamente do próprio Banco.

Em Moçambique, foi obtida a autorização para a constituição do Banco Nacional de Investimento (BNI), cujo capital será detido em 49,5% pela CGD, 49,5% pelo Estado de Moçambique, através da Direcção Nacional do Tesouro, e em 1% pelo Banco Comercial de Investimentos (Grupo CGD). Em Junho, efectuou-se a escritura de constituição do BNI, tendo o capital sido realizado parcialmente pelos accionistas no montante de 70 milhões de meticaís, ou seja, em cerca de 1,6 milhões de euros. O BNI centrará a actividade no apoio ao desenvolvimento da economia moçambicana.

Também o Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI), prosseguindo uma estratégia de afirmação internacional, projecta ter presença em Angola e Moçambique a breve prazo.

No Brasil, o reinício da actividade bancária do Grupo CGD, através do Banco Caixa Geral Brasil (BCG Brasil), mostrou-se uma aposta ganha. A corroborar o sucesso desta iniciativa, realizaram-se, no primeiro semestre de 2010, duas operações com o objectivo de potenciar as actividades de banca de negócios e de banca de investimento do Grupo no mercado brasileiro:

- Efectuou-se um aumento do capital social do BCG Brasil de 123 milhões para 400 milhões de reais, visando dotar o Banco de meios necessários para suportar o respectivo plano de negócios até 2012;
- Estabeleceu-se um acordo de parceria com o Grupo Banif no Brasil que prevê a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio (Banif CVC) pelo Grupo CGD. Esta aquisição visa permitir uma actuação mais ampla e consistente no mercado de capitais brasileiro.

Em Espanha, com o objectivo de manter os rácios de solvabilidade do Banco Caixa Geral a níveis adequados, efectuaram-se dois aumentos de capital: um em Maio, no valor de 20 milhões de euros, e outro em Outubro, de cerca de 26 milhões de euros, os quais foram, maioritariamente, subscritos e realizados pela CGD. De referir que o *downgrade* da notação de *rating* da República Portuguesa justificou, em parte, a necessidade de aumentar o capital do Banco, dado o nível de exposição a activos portugueses.

Em Cabo Verde, o Banco Interatlântico realizou, em Abril, um aumento de capital no montante de 400 milhões de escudos cabo-verdianos, elevando, assim, o capital para mil milhões de escudos cabo-verdianos. A CGD acompanhou este aumento de capital, mantendo a sua participação de 70% no Banco.

Sobre a actividade da Caixa Seguros e Saúde, SGPS (CSS), há a destacar a inauguração, em Fevereiro, do novo Hospital de Cascais, gerido pela HPP Saúde, em regime de parceria público-privada. Em Março, foi constituído o HPP ACE, o qual efectua a prestação de serviços de natureza diversa às unidades hospitalares do Grupo. Em Julho, ocorreu o aumento do capital da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, no valor de 25 milhões de euros, subscrito e realizado pela CSS, a qual aumentou a participação para 94,33%.

No segundo semestre de 2010, realizaram-se várias operações tendo em vista concentrar na Gerbanca, SGPS, a qual é detida, directa e indirectamente, a 100% pela CGD, a totalidade da participação do Grupo CGD no CaixaBI.

Por último, merecem referência a alienação, em Maio, da totalidade da participação no capital social da UNICRE, que era de 17,6%, e, em Setembro e Dezembro, de 5% do capital da EDP – Energias de Portugal.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (*)		NACIONAL	INTERNACIONAL
BANCA COMERCIAL	Caixa Geral de Depósitos, SA		
			Banco Caixa Geral (Espanha) 99,8%
			Banco Caixa Geral Brasil 100,0%
			BNU (Macau) 100,0%
			CGD Subsidiária Offshore Macau 100,0%
			B. Comercial do Atlântico (C. Verde) 59,3%
			B. Interatlântico (C. Verde) 70,0%
			Mercantile Bank Hold. (África do Sul) 91,8%
			Parbanca, SGPS 100,0%
			B. Com. Invest. (Moçambique) 51,0%
			Partang, SGPS 51,0%
			Banco Caixa Geral Totta de Angola 26,0%



...continuação

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (*)		NACIONAL	INTERNACIONAL
GESTÃO DE ACTIVOS	Caixa Gestão de Activos, SGPS	100,0%	
	Caixagest	100,0%	
	CGD Pensões	100,0%	
	Fundimo	100,0%	
CRÉDITO ESPECIALIZADO	Caixa Leasing e Factoring – IFIC	51,0%	BCI – ALD (Moçambique) 46,1%
	Locarent	50,0%	
	Credip – IFIC	80,0%	
BANCA DE INVESTIMENTO E CAPITAL DE RISCO	Gerbanca, SGPS	100,0%	A Promotora (Cabo Verde) 52,7%
	Caixa – Banco de Investimento	99,7%	GCI – S. Capital Risco (Moçambique) 34,6%
	Caixa Capital	99,7%	Banco Nacional Invest. (Moçambique) 50,0%
	Caixa Desenvolvimento, SGPS	99,7%	
SEGUROS E SAÚDE	Caixa Seguros e Saúde, SGPS	100,0%	Garantia (Cabo Verde) 65,4%
	Comp. Seg. Fidelidade Mundial	100,0%	
	Império Bonança. Comp. Seguros	100,0%	
	Via Directa Comp. de Seguros	100,0%	
	Cares Companhia de Seguros	100,0%	
	Companhia Port. de Resseguros	100,0%	
	Fidelidade Mundial, SGII	100,0%	
	GEP – Gestão de Perit. Automóveis	100,0%	
	EAPS – E. Análise, Prev. e Seg.	100,0%	
	HPP – Hosp. Privados Portugal, SGPS	100,0%	
	HPP – Lusíadas	100,0%	
	HPP – Boavista	100,0%	
	HPP – Algarve	100,0%	
	HPP Saúde – Parcerias Cascais	100,0%	
	HPP Viseu, SA	65,0%	
	LCS – Linha de Cuidados de Saúde	100,0%	
	Multicare – Seguros de Saúde	100,0%	
EPS – Gestão de Sistemas de Saúde	100,0%		
SERVIÇOS AUXILIARES	Caixatec – Tecnologias de Informação	100,0%	SISP (Cabo Verde) 12,9%
	Imocaixa	100,0%	Inmobiliaria Caixa Geral (Espanha) 99,8%
	Sogruposistema Informação, ACE	100,0%	
	Sogrupos Compras e Serv. Partilh., ACE	100,0%	
	Sogrupos IV Gestão de Imóveis, ACE	100,0%	
	Caixa Imobiliário	100,0%	
	CaixaNet	80,0%	
	ESegur	50,0%	
	SIBS	21,6%	
	Trionis	2,2%	

(*) Percentagem de participação efectiva.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	NACIONAL		INTERNACIONAL	
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	Parcaixa, SGPS	51,0%	La Seda Barcelona	14,8%
	Caixa Participações, SGPS	100,0%		
	Wolfpart, SGPS	100,0%		
	Banco Comercial Português	2,7%		
	Banco Inter. São Tomé e Príncipe	27,0%		
	Portugal Telecom	6,3%		
	EDP	0,4%		
	REN – Redes Energéticas Nacionais	1,2%		
	GALP Energia	1,4%		
	ZON Multimédia	10,9%		
	TagusParque	10,0%		
	AdP – Águas de Portugal, SGPS	9,7%		
	SOFID Soc. Financ. Desenv. IFIC	10,0%		
	Turismo Fundos, SGFII	33,5%		
	Floresta Atlântica, SGFII	11,9%		
	Brisa	1,6%		
	Cimpor	9,6%		
	VAA – Vista Alegre Atlantis	4,5%		

1.4.5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

No final de 2010, a rede comercial do Grupo CGD abrangia 1 332 Agências, das quais 870 localizadas em Portugal e 462 no estrangeiro, tendo sido reforçada em 59 unidades – 21 em Portugal e 38 no exterior. Na actividade internacional, destacou-se o reforço da rede em Moçambique (BCI) em 24 unidades, bem como da rede em Angola (Banco Caixa Geral Totta de Angola) em 10 unidades.

NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

	2009	2010
CGD (Portugal)	848	869
Rede de balcões	809	830
Rede de Gabinetes	39	39
Banco Caixa Geral (Espanha)	211	211
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	71	95
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	29	32
Banco Caixa Geral Totta de Angola	11	21
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14	14
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	8	9
Caixa – Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2
Banco Caixa Geral Brasil	1	1
Sucursal de França	46	46
Outras Sucursais da CGD	16	16
Subsidiária Offshore de Macau	1	1
Total	1 273	1 332
Escritórios de Representação	12	12

A expansão da rede comercial da CGD continuou a assentar na modernização e adaptação dos espaços aos novos modelos de negócio. No segmento de Particulares, salienta-se o serviço Caixazul, vocacionado para o atendimento de clientes Gama Alta que, no final de 2010, existia em 541 Agências. Em 2010, foi lançado o modelo de serviço Caixa Mais, que conta com 571 comerciais em 810 Agências.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL

EUROPA

Espanha	Alemanha	Bélgica
Banco Caixa Geral 211	CGD – Escritório de Represent. 1	CGD – Escritório de Represent. 1
Caixa – Banco de Investimento 1	Reino Unido	Suíça
CGD – Sucursal de Espanha 1	CGD – Sucursal de Londres 1	CGD – Escritório de Represent. 1
Fidelidade Mundial – Sucursal 1	Luxemburgo	BCG – Escritório de Represent. 1
França	CGD – Sucursal Luxemburgo 2	
CGD – Sucursal de França 46	Fidelidade Mundial – Sucursal 1	
Fidelidade Mundial – Sucursal 2		
Ilha da Madeira		
Sucursal Financeira Exterior 1		

AMÉRICA

Estados Unidos	Venezuela	Ilhas Caimão
CGD – Sucursal de Nova Iorque 1	CGD – Escritório de Represent. 1	CGD – Sucursal Ilhas Caimão 1
México	BCG – Escritório de Represent. 1	Brasil
BCG – Escritório de Represent. 1		Banco Caixa Geral Brasil 1
		CGD – Escritório de Represent. 1

ÁFRICA

Cabo Verde	São Tomé e Príncipe	África do Sul
Banco Comercial do Atlântico 32	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe 4	Mercantile Bank 15
Banco Interatlântico 9	Moçambique	Angola
Garantia 10	Banco Comercial de Investimentos 95	Banco Caixa Geral Totta de Angola 21
A Promotora 1		

ÁSIA

China	China – Macau	Timor-Leste
CGD – Sucursal de Zhuhai 1	Banco Nacional Ultramarino, SA 14	CGD – Sucursal de Timor-Leste 8
CGD – Escr. Represent. Xangai 1	Subsidiária Offshore de Macau 1	Índia
	Fidelidade Mundial – Sucursal 2	CGD – Escritório de Represent. 2

1.4.6. A MARCA CAIXA

A Marca Caixa Geral de Depósitos (Caixa) é a referência no mercado financeiro português, constituindo um dos principais activos da Instituição. A estratégia de actuação da Caixa tem como referência a eficácia e a inovação, ao serviço das famílias e das empresas, como parceiro de crescimento e de desenvolvimento sustentado.

Através de uma cultura forte, assente nos mais elevados padrões éticos, no rigor e no profissionalismo, mas também numa atitude de permanente disponibilidade para a mudança, a Caixa é, hoje, a matriz de um moderno Grupo financeiro, preparado para satisfazer as necessidades e expectativas de milhões de Clientes e para responder aos desafios da globalização dos mercados.

Em 2010, a Caixa é líder em Notoriedade de Marca – *Top-of-mind* e Espontânea, no sector bancário português. A elevada performance na notoriedade da Marca está correlacionada com todos os pontos de experiência de contacto com a Marca. A Caixa tem o maior grau de adesão médio aos valores de marca: Solidez, Confiança, Prestígio e Referência. A Marca é reconhecida e conotada com a Sustentabilidade (social, ambiental e económica) e a Cultura e manteve, também ao longo de 2010, uma liderança consistente na associação da Marca a acções sociais e ambientais.

Fonte: *Brand Performance Barometer 2010* – Relatório *BrandScore*, do Grupo Consultores.

Em Fevereiro de 2010, a Caixa foi considerada, pela terceira vez consecutiva, a Marca Bancária Mais Valiosa de Portugal, segundo o *Brand Finance Banking 500*. Com um valor de marca avaliado em mais de mil milhões de euros, a CGD ocupou a 101.ª posição.

Pelo 10.º ano consecutivo, em Março, a Marca Caixa Geral de Depósitos foi eleita pelos leitores da revista *Seleções do Reader's Digest* como a marca de confiança dos portugueses, na categoria da Banca. Para a divulgação desta nomeação, estivemos presentes na edição de Maio desta publicação, numa Secção Especial onde estiveram as marcas votadas pelos leitores. Esta presença permitiu-nos veicular junto dos cerca de 100 000 assinantes da revista a *performance* da Marca Caixa Geral de Depósitos ao longo destes 10 anos.

No segundo semestre de 2010, de acordo com o *Pulse 2010*, um estudo do Reputation Institute (RI) junto de 72 instituições financeiras mundiais, a Caixa foi a marca portuguesa com maior reputação, registando uma avaliação de 72,09 pontos, classificando-se com um índice de reputação "forte". Neste sentido, realizou-se uma campanha institucional com forte presença na imprensa, com páginas duplas, e digital sobre a reputação e os indicadores que a constroem. A proposta criativa consistiu na apresentação da própria palavra Reputação, composta por um conjunto de palavras que a definem: Confiança, Segurança, Experiência, Compromisso, Exigência e Rigor, entre outras.

REPUTAÇÃO GLOBAL DA MARCA CAIXA EM 2010

A reputação da CGD junto dos consumidores é superior a todas as empresas cotadas no Índice PSI-20 e é a Marca portuguesa com maior reputação em Portugal. A reputação é o resultado da percepção do consumidor face a 7 indicadores: Produtos / Serviços, Inovação, Local de Trabalho, Modelo de Gestão, Cidadania, Liderança e *Performance*.

Fonte: *Ranking Reputation Institute – Pulse 2010*.

VALOR FINANCEIRO DA MARCA CAIXA

A Marca Caixa Geral de Depósitos foi considerada, em 2010, e pela 3.ª vez consecutiva, a "Marca Bancária Mais Valiosa de Portugal", segundo o *Ranking Brand Finance Banking 500*.

Com um valor de Marca avaliado em mil milhões de euros, a Caixa ocupa a 101.ª posição no *Ranking Brand Finance 500*, líder mundial em avaliação e gestão de marcas.

Fonte: *Ranking Brand Finance Banking 500*.

DISTINÇÕES

PRÉMIO INVESTORS RELATIONS & GOVERNANCE AWARDS

A CGD foi distinguida com o prémio especial da edição deste ano dos "Investors Relations & Governance Awards", por ter o melhor Relatório de Disciplina do Mercado, no que respeita às alterações do sistema financeiro no âmbito do novo acordo sobre capitais, conhecido como Basileia II.

MARCA DE EXCELÊNCIA 2010 – SUPERBRANDS

Reconhecida pelos Portugueses e por especialistas da Superbrands, a Caixa é distinguida como Marca de Excelência em 2010.

MARCA DE CONFIANÇA E ACTUAÇÃO AMBIENTAL – SELECÇÕES DO READER'S DIGEST

No que respeita à confiança dos consumidores, o estudo Marcas de Confiança, que as *Seleções do Reader's Digest* realizam há já dez anos (desde 2000), a Marca Caixa Geral de Depósitos foi reeleita, pela 10.ª vez consecutiva, Marca de Confiança em Portugal. O estudo Marcas de Confiança 2010 avaliou pela segunda vez "A Confiança e o Ambiente", premiando as marcas que têm a melhor actuação em questões ambientais. A Caixa foi reconhecida como a marca que, na categoria da Banca, mais iniciativas tem realizado com vista à preservação do Planeta.

PRÉMIO WORLD LIFESTYLE 2010

A Caixa foi uma das marcas distinguidas com o Prémio World Lifestyle 2010, que distingue empresas de excelência e prestígio, como reconhecimento pelas iniciativas desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social.

OUTRAS DISTINÇÕES

De salientar, ainda, os prémios atribuídos pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE), no Grande Prémio APCE (concurso que tem por objectivo premiar os melhores projectos de comunicação empresarial do ano), relativo a 2009, às revistas *Caixa no Mundo* – Diploma de Mérito, na categoria Publicação Externa, *Azul* (revista que terminou a sua publicação no final de 2009) – Diploma de Mérito, na categoria de Capa, pela capa da sua edição n.º 37 –, e *Caixa em Revista* (cuja publicação terminou, também, no final de 2009) – Grande Prémio APCE, na categoria de Publicação Interna.

Em 2010, três campanhas de cartões foram nomeadas para os prémios Sapó 2010: cartão Caixa Design, cartão Caixa Carbono Zero, no Lifecooler, e cartão MTV. A campanha de comunicação do cartão de crédito Benfica foi finalista nos Prémios de Eficácia e inscrita para o mais importante festival internacional de criatividade – Cannes Lions. A Caixa ganhou também o Prémio Sapó Prata para o seu *site* sobre literacia ambiental para crianças “Ciclo da Poupança”. A edição dos Prémios Sapó promove, anualmente, o meio Internet e reconhece a criatividade e a adaptação tecnológica dos trabalhos publicitários nacionais, veiculados *on-line*.

COMUNICAÇÃO DIGITAL 2010 – INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE, COMPROMISSO E LIDERANÇA

A experiência da Caixa na economia digital aumentou a sua responsabilidade nos compromissos com os novos paradigmas da comunicação. O ano de 2010 elevou a capacidade de concretização de diversos projectos críticos para a visão estratégica de comunicação da Caixa, em que preocupações como o *design*, a identidade, a transparência e o posicionamento da Marca ou mesmo a partilha do conhecimento lideraram a linguagem da nossa comunicação.

O parque tecnológico da Caixa continua a crescer e a modernizar-se para dar apoio às exigências da mobilidade, das novas tecnologias de comunicação e da distribuição de informação em diferentes suportes móveis (iPod, PSP, Telemóvel, PDA, Blackberry, Notepad, GPS, Corporate TV, Webcast, iPhone, Android, etc.).

Os projectos *on-line* lançados e consolidados durante o ano de 2010 deram preferência à Responsabilidade, à Área de Segurança, à Diferenciação, à Personalização, à Missão, ao Conhecimento, às Causas, à Partilha, à Inovação, ao Compromisso e ao Reconhecimento.

RESPONSABILIDADE

Ao longo de 2010, reforçámos o âmbito do *site* da Caixa e, para além de toda a Informação dedicada à sua actividade como Banco de referência do sistema financeiro português, alargámos a sua estrutura de informação a temas diversos e distintos, como a Sustentabilidade, a Inovação Social, o Empreendedorismo, a Cultura, a Economia do Mar, o *Design*, o Voluntariado e a Educação Financeira.

Acedido por mais de um milhão de utilizadores únicos e disponibilizando cerca de 20 milhões de páginas por mês, o portal da Caixa Geral de Depósitos – www.cgd.pt – mantém os mais elevados parâmetros de Acessibilidade. Trata-se do primeiro *site* do sector financeiro que garante total acessibilidade aos utilizadores invisuais ou com dificuldades motoras.

ÁREA DE SEGURANÇA

A Caixa prosseguiu, ao longo de 2010, o combate à fraude na Internet e divulgou com regularidade em diversos meios, nos quais a Internet – www.cgd.pt –, mecanismos actualizados para as pessoas protegerem os seus computadores e a sua informação.

A PERSONALIZAÇÃO

Caixa Woman e Caixa Activa

Os *sites* Caixa Woman e Caixa Activa fizeram parte de um projecto de *marketing* relacional integrado na estratégia de aproximação aos clientes. Nestes espaços *on-line*, foram lançadas diversas campanhas regulares de fidelização e captação, onde se destacam o que de melhor se pode oferecer a Clientes mais exigentes que valorizam uma oferta diferenciada e exclusiva.

Serviço Caixazul

O *site* Caixazul serviu, ao longo de 2010, a função de canal de proximidade de contacto e de gestão da relação à distância. A estrutura e a navegação foram adequadas à existente para www.cgd.pt, com 7 grandes áreas principais, entre as quais se destacam Gestão do Quotidiano, Habitação, Crédito Pessoal, Poupança e Futuro, Saúde, Cultura e Lazer e O que É o Meu Gestor.

O CONHECIMENTO

Síte Saldo Positivo – Programa de Educação Financeira

Em www.saldopositivo.cgd.pt, a Caixa apresenta conteúdos com aplicação prática e útil na gestão diária do orçamento familiar, bem como sugestões de poupança. Através deste *síte*, será possível aceder a ferramentas de diagnóstico financeiro, promover o conhecimento do léxico financeiro, das principais operações e produtos financeiros, a gestão do orçamento pessoal / familiar e, sobretudo, incentivar a poupança, o investimento e o consumo de forma consciente. Acreditamos que as pessoas, quando mais bem informadas, gerem melhor a sua vida financeira e diminuem substancialmente os seus encargos, aumentando, em consequência, os índices de poupança.

Relatório de Sustentabilidade

Com a versão digital do seu Relatório de Sustentabilidade, a Caixa disponibiliza ao mercado um suporte de consulta que permite uma navegação dinâmica, ágil e amigável.

AS CAUSAS

Banco Social

O *síte* Banco Social, lançado em Julho de 2010, reúne, num só espaço, diferentes temas que mostram a obra social da Caixa, onde são divulgados os apoios e as iniciativas desenvolvidas neste domínio, bem como as acções e os instrumentos financeiros desenvolvidos no domínio da inclusão social e da criação de emprego.

O Voluntariado é outra área que integra este projecto e relata as várias iniciativas pontuais e permanentes dos colaboradores da Caixa.

A PARTILHA

Galeria de Média

Completamente dedicado aos eventos, acções de média, activação da Marca, concertos, conferências, congressos, entrevistas e palestras, o www.cgd.pt inaugurou, em 2010, uma Galeria de Média, onde podem ser visionados os filmes que dão visibilidade aos apoios e patrocínios da Caixa. Podemos encontrar, aqui, áreas sob as temáticas mais variadas, que vão desde o que é Institucional e Corporativo, Responsabilidade Social, Investigação, Educação, Solidariedade, Empreendedorismo e as Conferências CGD. Um conjunto variado de filmes constitui, assim, um registo visual das acções e eventos da CGD, ao longo de 2010, que tocam os mais diversos públicos, desde o lançamento de novos produtos e campanhas, o desporto, a música, a pintura, a fotografia, exposições, mostras de projectos de inovação e nova tecnologia, entre outros.

Fóruns Caixa

Os seminários, as conferências e os congressos passaram a estar acessíveis a todos. Os novos canais que suportam filmes, imagens, apresentações, *spots* e ficheiros de som, como os *podcast* ou *webcast*, *webTV*, *webconferences* ou *webseminars* são novas possibilidades e novas oportunidades para o crescimento da comunicação dirigida e disseminada em vários formatos e meios e acessível a partir de qualquer dispositivo de imagem e som ou multimédia.

Revistas On-line

Outra das ferramentas de partilha de informação que veiculam a Imagem e a Marca da Caixa são as diversas publicações enviadas aos nossos Clientes regularmente, como as revistas *Cx + encarte Caixa Azul*, *Caixa Empresas*, *Caixa Woman*, *Caixa Activa* e *Caixa no Mundo*. Todas estas edições passaram a ter, em 2010, presença na Web em versão digital numa tecnologia *pageflip*, que permite a leitura da revista no computador quase em realidade aumentada.

A INOVAÇÃO

Soluções Digital Signage – Merchandising Digital – Stand WebMedia

Em Setembro de 2010, a Caixa lançou um projecto inovador e pioneiro de *WebMedia*, com a criação e produção de aplicações interactivas, digital e *web-based*, assumidas como a tendência irreversível do próximo triénio para a comunicação

das marcas e actuando como potencializadores da inteligência emocional colectiva. O conceito, a arquitectura e os modelos que desenvolvemos focaram-se, essencialmente, na participação, na integração e na colaboração, factores críticos do sucesso de qualquer campanha de publicidade ou de comunicação nos seus mais distintos e variados suportes.

O Espaço *WebMedia*, com aplicações interactivas com Soluções *Digital Signage*, permitiu assinalar a presença da Caixa em dois eventos – Comunicação Digital e Activação de Marca e Acção de Natal, o Livro Mágico *Outras Histórias* – com a instalação de um *stand* de 18 m² com as seguintes aplicações *Web*:

- Aplicação *videowall* para passagem de imagens, fotos e *wallpapers* de imagens de marcas e iniciativas da Caixa – Caixa Mais, Caixa Woman, Caixa Activa, Floresta Caixa, Sustentabilidade, Banco Social, com captura de imagens dos visitantes sob o título “Testemunhos Caixa”;
- Aplicação Facebook com captura de imagem / foto do visitante, acesso ao perfil, possibilidade de efectuar *post* com *background* da Marca Caixa e com texto pré-formatado.

Web 2.0 – Redes Sociais

Reforçámos a presença nas Redes Sociais – Facebook e Twitter – com as campanhas de Universitários, Caixa Mais, Caixa Woman e Cartão MTV e, ainda, o perfil do Saldo Positivo, onde mantivemos um forte dinamismo, de forma a acompanhar as tendências do mercado.

A Caixa reforçou, ao longo de 2010, a sua presença nestes novos canais de uma forma progressiva, que irá manter em 2011, de forma a estar onde cada vez mais os utilizadores e visitantes da Internet passam mais tempo do que em qualquer outro espaço na Web.

Síte Caixa Mais

Lançado em Maio de 2010, este *site* marcou o panorama digital pelo seu pioneirismo. Pela primeira vez, um Banco cria um *site* com produção em estúdio em *chromakey* e coloca uma figura pública (Catarina Furtado) a protagonizar o papel de apresentadora, guiando os utilizadores através das diferentes áreas de promoção e divulgação da campanha Caixa Mais.

Também neste *site*, a Caixa lança pela primeira vez em Portugal uma aplicação de Realidade Aumentada em que o utilizador pode interagir com o *site*.

1.4.7. RECURSOS HUMANOS

O apoio directo ao negócio e à expansão da rede comercial, o reconhecimento do mérito e do potencial interno, o desenvolvimento das capacidades e competências dos empregados e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos elementos das equipas foram os eixos estratégicos da gestão de Recursos Humanos no ano de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010, faziam parte do quadro global da Caixa Geral de Depósitos 10 785 empregados, traduzindo uma redução de 6,25% desde 2005. Ao serviço efectivo⁽¹⁾ da CGD, em 2010, estiveram 9 672 empregados.

As admissões de jovens licenciados, aliadas às reformas dos empregados mais idosos, permitiram uma redução da média de idades de 42,1 anos para os 41,8 anos e o reforço gradual do número de empregados com habilitações ao nível do Ensino Superior (de 45,3% em 2009 para 48% em 2010).

Na distribuição por género, mantém-se a tendência para o reforço do número de mulheres (55,4%), mais evidenciada no grupo etário abaixo dos 35 anos, onde mais de 65,86% do número total de empregados é do sexo feminino.

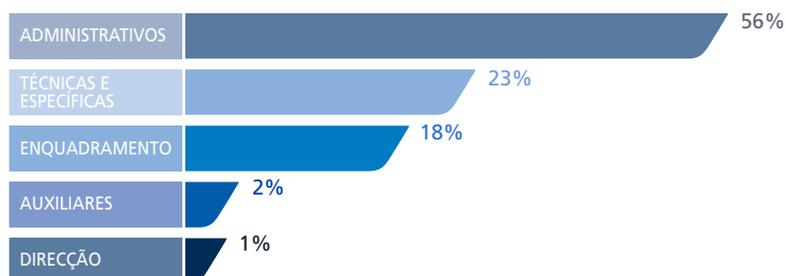
Por outro lado, a dinamização da mobilidade interna manteve a convergência para um melhor balanceamento entre as Áreas Comerciais e as Direcções de Suporte. Assim, resulta que 80% do total de empregados ao serviço efectivo desenvolvem actividade comercial.

Distribuição por Áreas

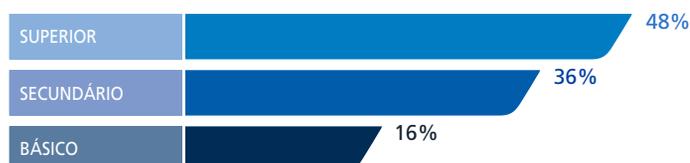


⁽¹⁾ Não inclui empregados destacados nos Agrupamentos Complementares de Empresa (ACE), nas empresas do Grupo, requisitados, licenças sem vencimento e estruturas representativas de trabalhadores.

Distribuição Funcional



Distribuição por Habilitação Literária



NÚMERO DE EMPREGADOS DA CGD

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Global da CGD	10 931	10 785	-146	-1,3%
Serviço Efectivo ⁽¹⁾	9 791	9 672	-119	-1,2%
Entradas	893	1 058	165	18,5%
Saídas	829	1 177	348	42,0%
Principais indicadores				
Idade média	42,1	41,8	-0,30	-0,7%
Antiguidade média	17,2	17,0	-0,25	-1,5%
Taxa de Habilitações superiores ao Ensino Secundário	45,3	48,0	2,74	6,1%
Taxa de Feminização	54,3	55,4	1,10	2,0%
Taxa de Absentismo	5,1	5,0	-0,09	-1,8%

(1) Não inclui empregados destacados nos Agrupamentos Complementares de Empresa (ACE), nas empresas do Grupo, requisitados, licenças sem vencimento e estruturas representativas dos trabalhadores.

ATRAIR

A CGD tem vindo a dinamizar junto dos candidatos a Internet como meio privilegiado para o processo de selecção e recrutamento. Durante o ano de 2010, foram admitidos 1058 novos empregados com uma idade média de 26 anos, tendo-se privilegiado a frequência em cursos superiores e a afectação em colocações nas Áreas Comerciais (cerca de 90%).

Ao nível do seu Programa de Estágios, a CGD promoveu oportunidades de contacto com a realidade bancária a 492 jovens estudantes e recém-licenciados.

QUALIFICAR

A CGD deu sequência a uma estratégia de gestão do conhecimento orientada para o desenvolvimento das pessoas e do negócio, conjugando uma perspectiva de curto prazo, assente na capacitação dos empregados para uma resposta imediata às exigências das suas funções, especialmente orientada para aspectos técnicos da actividade bancária, com uma perspectiva de médio e longo prazo, focalizada no desenvolvimento de competências que garantam o crescimento profissional dos empregados, optimizando o seu potencial.

Assim, durante o ano de 2010, foram ministradas 377 808 horas de formação, abrangendo um total de 133 533 participações, correspondendo a um número de horas de formação por empregado de 39 horas.

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO

	2010
Agrupamentos Funcionais	
Direcção	6 685
Enquadramento	63 424
Técnicas e Específicas	111 384
Administrativas	193 103
Outras	3 212
Total	377 808

DESENVOLVER

A constituição de nove novas equipas de Agência ao longo de 2010 e a admissão de mais de 300 novos empregados para a Rede Comercial estabelecem uma relação directa entre os objectivos estratégicos da Instituição e a actividade desenvolvida pela gestão dos recursos humanos. Exemplos são, também, o facto de 92 empregados terem sido promovidos para os órgãos de Gerência e de 64 para as funções de Gestor de Cliente, sem recurso a contratações do exterior, dentro de uma dinâmica que envolveu cerca de 1,6% do efectivo.

MOTIVAR E RECONHECER

Com o objectivo de melhor diferenciar e reconhecer o desempenho dos seus empregados, a CGD tem vindo a reforçar os mecanismos de atribuição da remuneração variável, com a consolidação, desde 2005, do seu Sistema de Objectivos e Incentivos Comerciais.

Este Sistema visa motivar e premiar a consecução dos objectivos fixados, quer individualmente, quer ao nível da equipa dos empregados afectos à Rede Comercial. Considerando os resultados alcançados no 2.º semestre de 2009 e no 1.º semestre de 2010, estes empregados receberam, em média, um incentivo na ordem dos 42% da sua remuneração mensal efectiva, o que, conjugado com a Participação nos Lucros, resulta numa remuneração variável média de 1,49 remunerações mensais efectivas (cerca de 10,7% da sua remuneração anual total).

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES DO GRUPO CGD

No final de 2010, o Grupo CGD contava com 23 083 colaboradores. Não obstante a redução de 119 empregados na actividade bancária da CGD em Portugal, num contexto marcado pela redução de custos, verificou-se um aumento global do efectivo em 846 empregados, traduzindo a expansão registada na actividade internacional, com +534 colaboradores, e na área de seguros e saúde, com +494 empregados, esta última influenciada pela abertura do Hospital de Cascais.

NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD

	2010		Variação	
	2009	2010	Absoluta	Relativa
Actividade Bancária (CGD Portugal)	9 791	9 672	-119	-1,2%
Outros	12 446	13 411	965	7,8%
Total	22 237	23 083	846	3,8%

2010



2009



Na sequência das orientações recebidas do Ministério das Finanças, em Fevereiro de 2010, as negociações salariais ficaram suspensas até que a CGD obtivesse orientações do Ministério quanto à posição a adoptar nos processos negociais em curso.

Obtida a autorização governamental, a CGD acordou aumentos salariais de 1%, tal como ocorreu no Sector Bancário.

1.5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.5.1. ECONOMIA INTERNACIONAL

1.5.1.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

A actividade económica mundial voltou a expandir-se em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para território positivo assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem, sucessivamente, revistas em alta. As suas estimativas intercalares, datadas de Janeiro de 2011, apontam para um crescimento da economia mundial de 4,4%. No seu relatório de Outubro de 2009, o FMI estimava um crescimento de apenas 3,1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (em %)				Taxas (em %)	
	PIB		Inflação		Desemprego	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
União Europeia	-4,0	1,8	1,0	2,1	8,9	9,6
Área do Euro	-4,1	1,7	0,3	1,6	9,5	10,0
Alemanha	-4,7	3,5	0,2	1,2	7,5	6,9
França	-2,6	1,5	0,1	1,7	9,5	9,8
Reino Unido	-4,9	1,8	2,2	3,3	7,6	7,8
Espanha	-3,7	-0,2	-0,2	2,0	18,1	20,1
Itália	-5,2	1,3	0,8	1,6	7,9	8,5
EUA	-2,6	2,8	-0,3	1,7	9,3	9,6
Japão	-6,3	4,0	-1,4	-0,7	5,1	5,1
Rússia	-7,8	4,0	11,7	6,9	6,3	5,6
China	8,6	10,4	-0,7	3,3	4,3	4,2
Índia	7,0	8,7	10,8	12,1	n.d.	n.d.
Brasil	-0,7	7,5	4,9	5,0	8,1	6,7

Eurostat, Institutos de Estatística Nacionais.
n.d. – Não disponível.

O ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados-membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

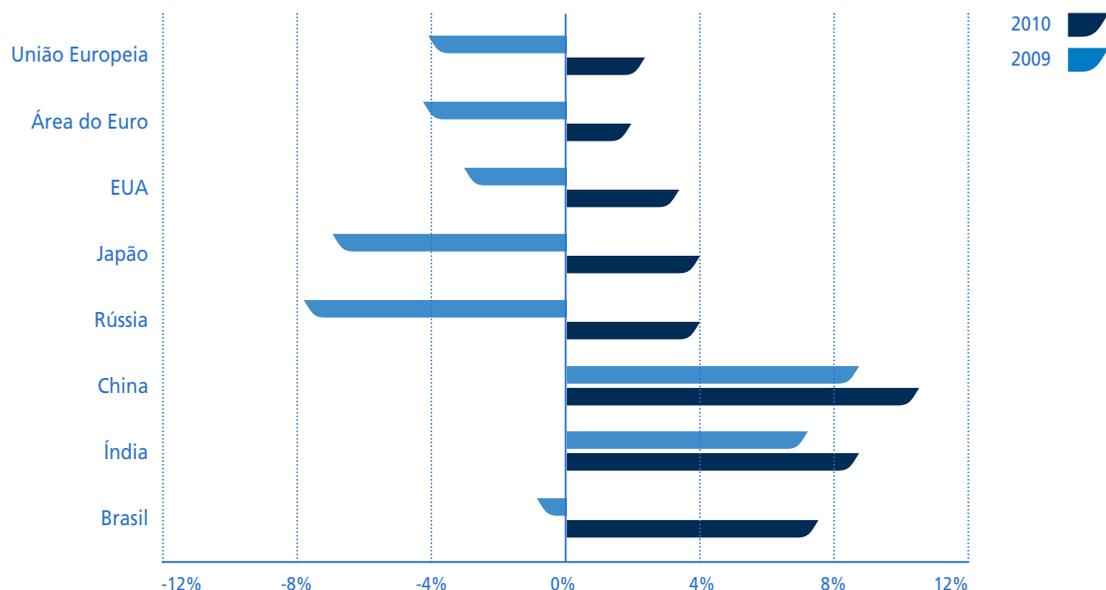
Em 2010, as autoridades norte-americanas voltaram a ter um papel decisivo para a retoma da economia mundial. A Reserva Federal manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre, garantindo que esta assim permanecerá durante um extenso período de tempo, e reforçou o programa de compra de activos inicialmente delineado em Março de 2009.

A Administração Obama, por seu turno, anunciou, durante 2010, a implementação de diversos pacotes de estímulo económico, desde ajudas à compra de habitação, na Primavera, à extensão, no final do ano, dos cortes de impostos implementados pela Administração anterior, num acordo estabelecido com o Congresso que também permitiu a redução da carga fiscal sobre o trabalho.

O bloco asiático mostrou, novamente, um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de fortíssimos estímulos monetários, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Destaque, ainda, para o desempenho da actividade económica brasileira, cujo crescimento do produto acelerou fortemente em 2010, apesar da moderação registada no segundo semestre. Após a contracção de -0,7% do PIB em 2009, em 2010, o crescimento económico ascendeu a 7,5%, o nível mais forte desde 1986.

Produto Interno Bruto



Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes, foram decretados agravamentos das mesmas, em função, sobretudo, da aceleração da inflação.

1.5.1.2. UNIÃO EUROPEIA

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento, em 2010, terá ascendido a 1,7%, o nível mais forte em três anos. Esta expansão assentou, primordialmente, no desempenho da procura doméstica.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em%)			
	União Europeia		Área do Euro	
	2009	2010	2009	2010
Produto Interno Bruto (PIB)	-4,0	1,8	-4,1	1,7
Consumo privado	-1,7	0,8	-1,1	0,8
Consumo público	2,0	0,8	2,4	0,7
FBCF	-12,1	-0,4	-10,8	-0,7
Procura Interna	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Exportações	-12,5	10,3	-13,1	10,9
Importações	-12,4	9,0	-11,8	8,9
Taxa de Inflação (IHPC)	1,0	2,1	0,3	1,6
Rácios	Taxas (em %)			
Taxa de desemprego	8,9	9,6	9,5	10,0
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB) ^(a)	-6,8	-6,8	-6,3	-6,3

Eurostat.

(a) Valores de 2010: CE – European Economic Forecast, Novembro de 2010.

n.d. – Não disponível.

A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3,5%, o ritmo mais forte desde a reunificação. Pela negativa, sublinhem-se os desempenhos da Grécia e da Espanha, que registaram, de novo, crescimentos anuais negativos, algo que também terá sucedido na Irlanda, face à contracção observada nos primeiros nove meses de 2010.

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego média aumentou de 9,5% em 2009 para 10% em 2010, o nível mais elevado desde 1998. Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na Área Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1,6%, acima dos 0,3% de 2009. Este comportamento esteve associado, maioritariamente, ao aumento dos preços dos bens energéticos.

A não-normalização das condições financeiras na Área Euro levou o Banco Central Europeu (BCE) a manter uma postura activa no domínio das medidas de política monetária não-convencional, embora mantendo inalterada a taxa directora do euro durante todo o ano de 2010. Dada a não total regularização do funcionamento do mercado monetário da região, em parte patente na dificuldade de um conjunto de instituições assegurarem financiamento nos mercados de capitais, o BCE prolongou as condições mais favoráveis nos leilões de cedência de liquidez, embora eliminando os de maior prazo. Por outro lado, e numa decisão inédita, o BCE anunciou, na sequência do agudizar da crise da dívida soberana, a aquisição de dívida pública no mercado secundário, como forma de assegurar uma adequada transmissão da política monetária.

1.5.2. ECONOMIA PORTUGUESA

1.5.2.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de 1,4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 8,7%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de 5,3%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas providas do exterior, em termos homólogos, de 21,2% no período em causa.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 2,0%, quer o consumo público, que cresceu 3,2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o crescimento durante o segundo semestre, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo deste período.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 4,8% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em máquinas e equipamento e em construção.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

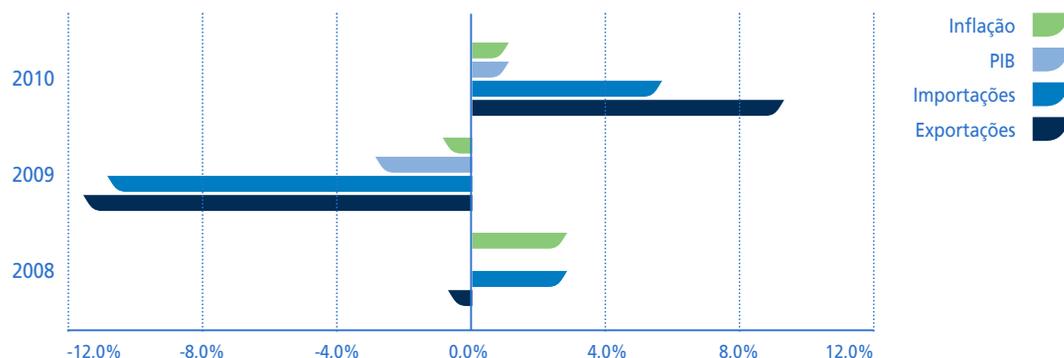
	(%)		
	2008	2009	2010
PIB (Taxas de variação real)	0,0	-2,5	1,4
Consumo privado	1,8	-1,0	2,0
Consumo público	1,1	3,4	3,2
FBCF	-1,8	-11,6	-4,8
Procura Interna	1,2	-2,9	0,8
Exportações	-0,3	-11,6	8,7
Importações	2,8	-10,6	5,3
Taxa de Inflação (IHPC)	2,7	-0,9	1,4
Rácios			
Taxa de desemprego	7,6	9,5	10,8
Défice do SPA (em % do PIB) (*)	-2,7	-9,3	-7,3
Dívida Pública (em % do PIB) (*)	65,3	76,1	82,1

INE.

(*) OE: Orçamento de Estado para 2011, Outubro de 2010.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1,4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando, contudo, 0,2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

Indicadores da Economia Portuguesa



A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. Em 2010, a taxa de desemprego cifrou-se em 10,8%, sendo a população desempregada de 602,8 mil indivíduos, o que representa um aumento de 14% em relação ao ano anterior.

1.5.2.2. AGREGADOS DE DEPÓSITOS E CRÉDITO

Verificou-se uma diminuição de 3,8% do agregado de liquidez M3, excluindo a circulação monetária, em termos homólogos. De salientar o comportamento dos Depósitos Totais com um acréscimo de 5,7%.

AGREGADOS MONETÁRIOS EM PORTUGAL ^(a) TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL

	2008	2009	2010
M3, excluindo circulação monetária	13,2%	-3,3%	-3,8%
Depósitos Totais	9,6%	1,6%	5,7%
Depósitos de Sociedades Não-Financeiras	-2,0%	5,3%	18,2%
Depósitos de Particulares e Emigrantes	14,4%	1,3%	2,0%
Crédito Interno Total	10,3%	6,4%	9,7%
Crédito às Administrações Públicas ^(b)	20,8%	99,7%	80,3%
Crédito a Sociedades Não-Financeiras	11,1%	2,6%	0,2%
Crédito à Habitação	4,3%	2,6%	2,5%
Crédito ao Consumo e Outros Fins	6,2%	1,8%	-0,6%

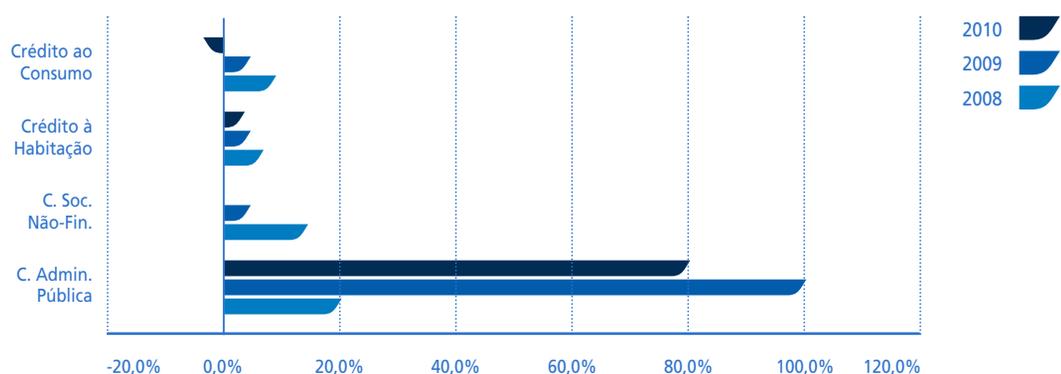
Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro 2011.

(a) Taxas de variação com base nos saldos de fim do mês. Nos agregados de Depósitos não estão incluídos os de IFNM e nos de Crédito estão incluídos os créditos titularizados.

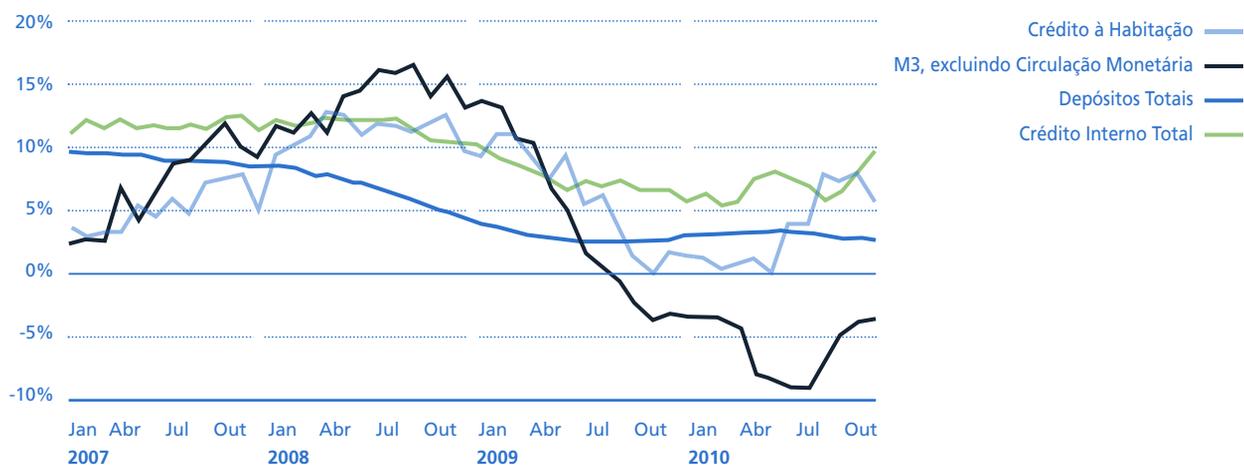
(b) Líquido dos Passivos face à Administração Central.

O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 9,7%. Observou-se um crescimento expressivo do Crédito às Administrações Públicas, Líquido de Passivos face à Administração Central, assim como a diminuição marginal do Crédito ao Consumo e Outros Fins.

Evolução do Crédito em Portugal



Moeda e Crédito (Taxas de variação homóloga)



1.5.2.3. TAXAS DE JURO

O BCE manteve, durante todo o ano de 2010, a sua taxa directora inalterada em 1%, o nível mais baixo de sempre. Tomou, ainda, com o objectivo de facilitar o adequado funcionamento do mercado interbancário, um conjunto de medidas destinadas a assegurar a disponibilidade de liquidez, nomeadamente, prolongando, sucessivamente, a realização de leilões de cedência de fundos com satisfação integral da procura. Eliminou, no entanto, os leilões realizados por maior prazo, criados no decorrer do ano anterior com carácter de excepção.

TAXAS DE JURO ^(a)

(%)

	2008	2009	2010			
	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Taxa dos FED Funds	0-0,25	0-0,25	0-0,25	0-0,25	0-0,25	0-0,25
Taxa Directora do BCE	2,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Euribor						
Overnight	2,352	0,410	0,401	0,542	0,878	0,817
1 mês	2,603	0,453	0,397	0,485	0,625	0,782
3 meses	2,892	0,700	0,634	0,767	0,892	1,006
6 meses	2,971	0,994	0,944	1,041	1,146	1,227
12 meses	3,049	1,248	1,212	1,306	1,433	1,507
Novas Operações de Crédito						
Sociedades Não-Financeiras ^(b)	5,75	3,26	3,21	3,76	4,28	4,44
Particulares – Habitação	4,96	2,22	2,20	2,25	2,65	2,97
Depósitos a Prazo e de Poupança ^(c)						
Sociedades Não-Financeiras	4,49	1,68	1,36	1,63	2,35	3,10
Particulares	3,89	1,67	1,35	1,42	1,50	1,81

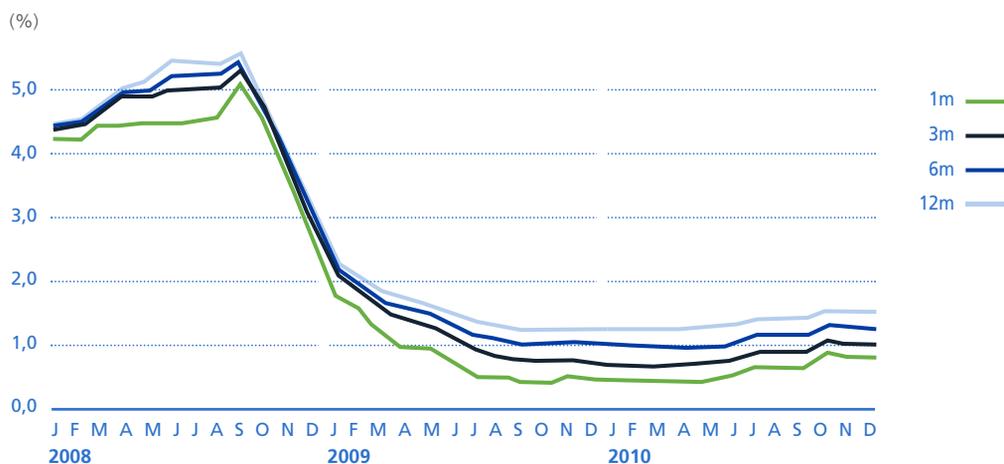
Fonte: Banco de Portugal – Boletim Estatístico, Fevereiro/2011.

(a) Taxas relativas ao último dia do mês.

(b) Operações acima de 1 milhão de euros.

(c) Depósitos com prazo acordado até 2 anos.

Euribor ^(*)



Fonte: Banco de Portugal.

(*) Valores relativos ao último dia do mês.

As taxas de juro utilizadas como indexantes das operações de crédito mantiveram-se praticamente inalteradas, face aos níveis do final de 2009, durante grande parte do ano. Ainda assim, o ano de 2010 encerrou com um aumento das taxas Euribor, dada a diminuição gradual da liquidez excedentária no sistema. Resultado do período de subidas observado entre Abril e Outubro, as variações obtidas em 2010 oscilaram entre os +0,233 p.p. no prazo a 6 meses e os +0,329 p.p. a 1 mês.

Verificou-se, neste contexto, um aumento quer das taxas activas, quer das taxas passivas para os segmentos de particulares e sociedades não-financeiras. Enquanto que, no caso das primeiras, a variação foi semelhante em ambos os segmentos, as taxas passivas no segmento de particulares ficaram sensivelmente inalteradas face ao ano anterior, observando-se um aumento, apenas, para as sociedades não-financeiras.

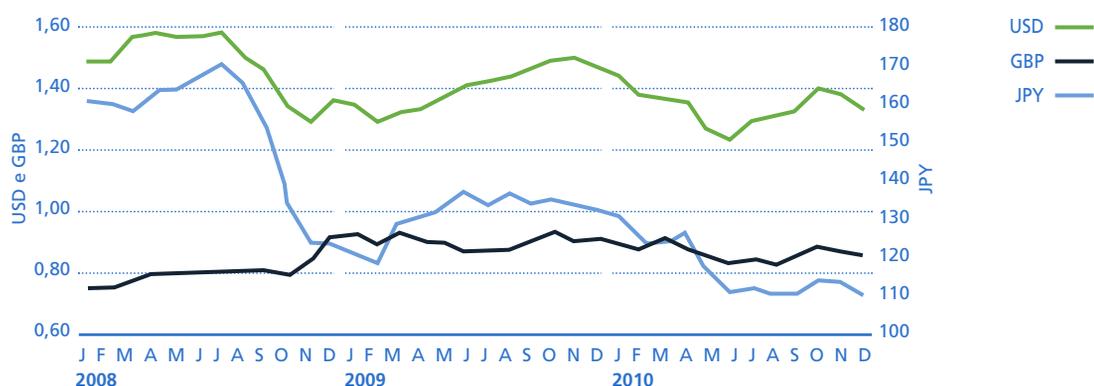
1.5.2.4. EVOLUÇÃO CAMBIAL

Em Dezembro de 2010, a taxa de câmbio em termos médios do euro face ao dólar fixou-se em 1,322 USD, uma depreciação de 9,5% face ao mesmo período do ano anterior, tendo voltado a níveis de 2008.

A queda do euro também se registou face às outras principais moedas, nomeadamente contra a libra esterlina, perante a qual se depreciou 5,8%, e face ao iene contra o qual perdeu 16,1%.

O comportamento da moeda única europeia ao longo do ano oscilou entre períodos em que beneficiou da recuperação económica na região e outros em que foi condicionada pela situação da dívida pública vivida na Europa.

Taxas de Câmbio do Euro (Valores Médios Mensais)



Fonte: Banco de Portugal.

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO (VALORES MÉDIOS MENSAIS)

	USD	GBP	JPY
Dez. 08	1,345	0,904	122,51
Dez. 09	1,461	0,900	131,21
Dez. 10	1,322	0,848	110,11

1.5.2.5. MERCADO DE CAPITALIS

Nos primeiros meses de 2010, manteve-se elevada a confiança na consolidação da retoma económica mundial, com a contínua divulgação de indicadores económicos positivos, assente numa melhoria do consumo e nos impulsos proporcionados pelos principais bancos centrais, ao mesmo tempo que continuaram a ser cada vez mais visíveis sinais de estabilização dos mercados de capitais, com a diminuição da aversão ao risco por parte dos investidores.

Apesar disso, no segundo trimestre, os mercados de capitais revelaram uma correcção, patente na queda dos activos de risco, após as principais economias terem denotado algum arrefecimento com o agravamento das tensões no mercado de dívida pública, sobretudo dos países periféricos da Área Euro. Estas economias, incluindo a portuguesa, foram alvo de reduções nas notações de risco por parte das agências de *rating*, ao mesmo tempo que foram atribuídos *outlooks* negativos a estes *ratings*. Os problemas em torno da dívida soberana afectaram negativamente as obrigações de empresas.

A partir do terceiro trimestre, os mercados de capitais voltaram a ter um desempenho em conformidade com um cenário de recuperação económica, entenda-se, com isso, valorização de activos de risco, num ambiente de descida da volatilidade. Este ambiente encontrou suporte na divulgação de indicadores económicos positivos, nos resultados favoráveis das empresas e no anúncio de mais medidas de suporte por parte dos Bancos Centrais. A excepção a este movimento de melhoria foi a manutenção dos *spreads* da dívida soberana dos países periféricos da Área Euro em níveis elevados, algo que condicionou no mesmo sentido os *spreads* da dívida de empresas, financeiras em particular.



MERCADO ACCIONISTA

O mercado accionista manteve, nos primeiros meses de 2010, a tendência de subida observada durante grande parte de 2009, após o que encetou uma inversão durante o segundo trimestre do ano, consequência do agravamento da situação da dívida soberana na Área Euro e dos receios de que a economia norte-americana pudesse cair, de novo, em recessão.

O reforço de medidas expansionistas de política monetária por parte da Reserva Federal norte-americana, a par da melhoria da conjuntura macroeconómica, levou a que o mercado voltasse a encetar a tendência de subida no segundo semestre. As surpresas positivas a que se foi assistindo em termos do crescimento dos lucros e as valorizações atractivas das empresas permitiram encerrar o ano com ganhos.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2009		2010	
	Índice	Varição	Índice	Varição
Dow Jones (Nova Iorque)	10 428	18,8%	11 578	11,0%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 269	43,9%	2 653	16,9%
FTSE (Londres)	5 413	22,1%	5 900	9,0%
NIKKEI (Tóquio)	10 546	19,0%	10 229	-3,0%
CAC (Paris)	3 936	22,3%	3 805	-3,3%
DAX (Frankfurt)	5 957	23,8%	6 914	16,1%
IBEX (Madrid)	11 940	29,8%	9 859	-17,4%
PSI-20 (Lisboa)	8 463	33,5%	7 588	-10,3%

No entanto, observaram-se desempenhos regionais díspares. Embora alguns dos principais índices tenham, inclusivamente, recuperado para níveis acima dos observados aquando da falência do banco Lehman Brothers, outros assistiram a retornos negativos, casos, por exemplo, dos países periféricos europeus ou de alguns mercados emergentes onde se observaram aumentos das taxas.

As subidas ascenderam a 11,0% e 8,6% nos casos do Dow Jones norte-americano e do Stoxx600 europeu, respectivamente, enquanto o índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes subiu 16,4%. Pela negativa, evidenciou-se o ASE da Grécia com uma queda de 35%, seguido pelo IBEX de Espanha e do PSI-20 em Portugal, com descidas de 17,4% e 10,3%, respectivamente. Na Ásia, o Nikkei japonês registou uma perda de 3,0%, enquanto, na China, o índice Shangai retrocedeu 14,3%.

MERCADO OBRIGACIONISTA

No mercado obrigacionista, em 2010, o tema central foi o alargamento dos *spreads* da dívida soberana, cuja acentuada deterioração afectou negativamente as obrigações de empresas, que sofreram, também, um aumento significativo dos *spreads*, em particular no sector financeiro.

Os anúncios de planos de auxílio financeiro por parte das autoridades europeias, com o intuito de repor a normalidade nos mercados de dívida pública, produziram sempre efeitos de curta duração, tendo-se revelado insuficientes para conter o contágio a outros países e activos. Por outro lado, a divulgação, em meados do ano, por parte do Comité dos Supervisores Bancários Europeus (CEBS), dos resultados dos testes de resistência efectuados a uma selecção de 91 bancos europeus contribuiu para um estreitamento dos *spreads* no mercado de dívida privada nos meses subsequentes, após o que a nova deterioração observada nos *spreads* da dívida soberana dos países periféricos voltou a ter reflexos negativos sobre a dívida das empresas.

As obrigações de governo dos principais referenciais do mercado de dívida pública, EUA e Alemanha, desceram no ano de 2010, quer as de curto prazo, quer as de longo prazo. Para isso, beneficiaram da manutenção das taxas dos bancos centrais num nível baixo e da expectativa de que permaneceriam assim durante um período prolongado de tempo, assim como das decisões de política monetária não-convencional tomadas pelos respectivos bancos centrais.

Nos EUA, a Reserva Federal anunciou novos estímulos monetários, entre os quais um programa de compra de obrigações do Tesouro em mercado, enquanto, na Área Euro, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu à aquisição de dívida pública no mercado secundário, tendo, também, prolongado, sucessivamente, a realização de leilões de cedência de liquidez com satisfação integral da procura, embora eliminando os de prazo mais alargado.

Se estes factores foram determinantes para o comportamento das taxas de rendibilidade das maturidades curtas, já, nas maturidades mais longas, as respectivas taxas beneficiaram, também, da ausência de pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau da retoma económica. No caso particular das taxas alemãs a 10 anos, o seu desempenho foi, além disso, influenciado pelo efeito refúgio provocado pelo aumento da aversão ao risco que teve origem na crise da dívida soberana dos países periféricos da Europa, tendo as mesmas atingido um mínimo histórico no final do terceiro trimestre.

A melhoria dos indicadores económicos, a par de alguma aceleração da inflação, e o impacto que as novas medidas do FED tiveram em termos de subida das expectativas de inflação desencadearam, no último trimestre do ano, um aumento das taxas de rendibilidade das obrigações de governo norte-americanas em todas as maturidades.

No cômputo do ano, e ao contrário do que sucedeu no ano anterior, assistiu-se a um desempenho muito similar entre as maturidades curtas e longas da curva de rendimentos em termos de variação. Nos EUA, as taxas a 2 e a 10 anos registaram uma descida similar de 54 p.b., enquanto, na Alemanha, a queda de 47 p.b. nos 2 anos ficou próxima da descida de 42 p.b. nos 10 anos.

Contrariamente ao ano anterior, as obrigações da dívida pública portuguesa, à semelhança do que aconteceu noutros países da periferia da Área Euro, divergiram da evolução das taxas alemãs. Embora, numa primeira fase, não se tenha assistido a qualquer alargamento dos *spreads* entre as taxas de rendibilidade daqueles países e as alemãs, a partir de Abril, altura em que se assistiu a um incremento das inquietações relativas aos problemas orçamentais de vários países da periferia, estes *spreads* alargaram significativamente.

Tal foi motivado pelo movimento simultâneo de aumento das taxas na periferia, que atingiram níveis máximos, e de descida das taxas germânicas, em consequência dos investidores procurarem proteger-se adquirindo activos com menor risco. Apesar dos planos de ajuda financeira à Grécia, em Abril, e à Irlanda, em Novembro, e para os passos que foram dados para a criação de um mecanismo de ajuda permanente no seio da Área Euro, as taxas mantiveram, até final do ano, uma tendência de subida, tendo, no caso português, encerrado acima dos 6,50%.

Esta conjuntura adversa teve reflexos no mercado de dívida privada, não só através de um alargamento dos *spreads* observados nos mercados primário e secundário, como também nas dificuldades de acesso ao mercado por parte de empresas sediadas nos países mais afectados pela crise da dívida soberana.

O sector financeiro foi o mais penalizado, registando um alargamento de *spreads* mais pronunciado do que as empresas não-financeiras, também este, em parte, penalizado pela situação das finanças públicas na Europa. O seu pior desempenho ficou a dever-se, em primeira instância, ao seu grau de sensibilidade ao crescimento económico, previsivelmente afectado pelas medidas de contenção orçamental. No entanto, factores específicos contribuíram, também, para o sucedido, entre os quais as alterações ao nível da regulação dos bancos e, numa fase posterior, a possibilidade levantada pelas autoridades europeias de, futuramente, os detentores de dívida sénior poderem incorrer em perdas em caso de potencial insolvência. Acresceu, ainda, e comparativamente com o sector não-financeiro, as relativas maiores necessidades de refinanciamento.

1.6. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

1.6.1. VISÃO ESTRATÉGICA 2008–2010

A actividade desenvolvida pela CGD no ano de 2010 continuou a ter como principal elemento orientador a Visão Estratégica definida pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Accionista, para o triénio 2008–2010.

Nos termos dessa Visão, o Grupo CGD deve procurar consolidar-se como um Grupo estruturante do Sistema Financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:

- O desenvolvimento económico;
- O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas;
- A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Enquanto líder do mercado, o Grupo CGD deve procurar uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

A concretização da Visão Estratégica definida assenta em seis eixos estratégicos de desenvolvimento da actividade, a partir das principais tendências perspectivadas para a envolvente externa e do posicionamento do Grupo CGD no mercado.

Um primeiro eixo centra-se na necessidade de sustentar o crescimento rentável do negócio, factor-chave para manter a posição de referência que a CGD tem no mercado financeiro nacional. Este crescimento deve passar pela consolidação da liderança em áreas de tradicional força da CGD (captura de recursos, crédito à habitação), a par de uma maior presença junto das melhores PME, ou de um crescimento nos mercados internacionais, entre outros. Adicionalmente, a contribuição para o crescimento económico é uma prioridade central, nomeadamente através do apoio às empresas e da participação no financiamento de projectos estruturantes para o País.

Um segundo eixo fixa-se na necessidade de reforçar os esforços de eficiência operativa e melhoria da qualidade de serviço, ambos factores críticos de sucesso na actividade financeira actualmente. Apesar de a evolução da estrutura de custos na actividade doméstica da CGD, no triénio 2008-2010, ter sido bastante positiva, considerando que as componentes de Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços a Terceiros registaram, em conjunto, uma redução de 2,3%, o actual contexto económico torna imperativa a continuidade desta evolução nos próximos anos.

Um terceiro eixo prioritário é o reforço das capacidades de gestão de risco, área central à actividade bancária, que surge neste ciclo com importância acrescida, dada a incerteza que existe em torno da evolução económica e dos mercados financeiros a nível internacional.

Um quarto eixo é o desenvolvimento de uma política de Recursos Humanos baseada nos pilares dos Valores e Cultura da Empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho. Nesta frente, surge a aspiração de desenvolver uma cultura empresarial mais orientada para o desempenho e de melhorar a produtividade dos recursos humanos, sempre no quadro da harmonia laboral.

Um quinto eixo centra-se no desenvolvimento cultural e social e na promoção da sustentabilidade que o Grupo CGD aspira a reforçar, bem como na vontade de se estabelecer como uma referência nacional em Bom Governo e conduta ética.

Finalmente, um sexto eixo prende-se com a necessidade de proceder a uma reestruturação do modelo corporativo, de forma a atingir uma estrutura de capital mais eficiente e, simultaneamente, libertar recursos importantes para o desenvolvimento do negócio em áreas estratégicas.

No âmbito do processo de gestão estratégica levado a cabo pelo Grupo CGD, tendo em vista a operacionalização dos seis eixos acima identificados, foi obtido o alinhamento de toda a organização em torno de um conjunto de Projectos Transversais Estruturantes:

1. Dinamizar a actividade comercial de particulares e pequenos negócios através da criação dos instrumentos necessários ao reforço da polivalência e da proactividade;
2. Dinamizar a actividade comercial PME;
 2. a) Dinamizar o negócio de comércio externo;

3. Executar estratégia multicanal;
4. Potenciar o *Assurfinance*;
5. Desenvolver o negócio internacional;
6. Optimizar a gestão de risco e do capital do Banco;
7. Reforçar a atenção sobre a recuperação de crédito do Grupo ao longo de toda a cadeia de valor;
8. Desenvolver o negócio de capital de risco;
9. Promover a redução de custos;
10. Reforçar a eficiência de processos e qualidade de serviço;
11. Desenvolver o talento;
12. Optimizar a infra-estrutura tecnológica.

Os desafios que se colocaram à CGD no exercício da sua actividade em 2010 implicaram uma reflexão no seio da Instituição no sentido de se identificarem novas iniciativas de natureza estratégica e de se redefinirem prioridades.

De facto, em termos de contexto, o ano de 2010 ficou marcado pela crise de *funding* dos países da EU afectados pela crise de dívida soberana.

A banca portuguesa, em particular, tem vindo a financiar-se junto do Banco Central Europeu, com o registo de um valor máximo em Junho de 2010 e uma descida gradual até ao final do ano, fruto das estratégias de desalavancagem e de procura de fontes alternativas de liquidez, levadas a cabo pela generalidade das instituições financeiras.

A escassez de liquidez nos mercados financeiros tem originado o crescimento acentuado dos custos de *funding*, nomeadamente nos depósitos captados através das redes comerciais de retalho.

O último trimestre de 2010 ficou, também, marcado por um conjunto de factores que condicionarão o próprio ano de 2011, nomeadamente:

- O clima económico recessivo, fruto das medidas de austeridade definidas para equilíbrio das contas públicas, parcialmente compensado por uma maior dinâmica das exportações para as economias europeias com níveis de crescimento mais elevado, em particular Alemanha, França e Espanha;
- A descida das notações de *rating* de alguns países europeus, nomeadamente Portugal, e a ameaça de que este processo irá continuar em 2011, colocando mais pressão do lado do *funding*;
- O aumento consistente dos preços do petróleo, que, em 2011, está a ser particularmente acentuado, fruto da instabilidade política nos principais países produtores. Associado ao aumento do petróleo e dos bens alimentares, surgiu o risco de inflação e da necessidade de adopção por parte do BCE de uma política monetária mais restritiva que, a par do plano de equilíbrio orçamental, poderá criar mais pressão sobre o plano económico e, conseqüentemente, sobre o nível já elevado de desemprego;
- O reforço das exigências de regulação e supervisão da actividade financeira, traduzida em aumentos significativos dos requisitos de fundos próprios.

Neste contexto, a Visão Estratégica definida foi, durante o ano de 2010, reforçada com um conjunto de iniciativas prioritárias nas seguintes frentes e que, provavelmente, terão continuidade em 2011:

1. Melhorar a margem financeira e a rentabilidade das operações financeiras;
2. Captar poupança e diversificar fontes de liquidez – Adopção de uma estratégia comercial que permita aumentar a captação de recursos de balanço na actividade bancária de retalho e diversificar as fontes de financiamento nos mercados internacionais;
3. Aumentar o esforço de apoio às exportações / internacionalização – A Caixa deverá assumir-se como banco de apoio às empresas exportadoras, desempenhando, dessa forma, o seu papel enquanto agente contribuidor para o desenvolvimento económico do País através do reforço da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas;

4. Aumentar a quota nas PME;
5. Apoiar a capitalização das empresas e microfinança – A intervenção nesta área é fundamental para assegurar o financiamento de investimentos necessários ao aumento da competitividade das empresas e à diminuição dos encargos financeiros;
6. Reforçar a estratégia multi-canal no relacionamento com os clientes – A maior proximidade junto dos clientes, em simultâneo com a racionalização dos custos de funcionamento por via do incremento da eficiência operativa, deverá passar pelo desenvolvimento da banca à distância e pela reconfiguração da rede física de Agências, adoptando novas localizações e novos formatos mais flexíveis;
7. Melhorar a eficiência;
8. Valorizar a cultura empresarial – Defender uma Cultura da Empresa baseada no Conhecimento, na Comunicação e no Desempenho;
9. Dinamizar a Gestão do Talento e promover a Mobilidade dos Recursos Humanos.

1.6.2. ÁREAS DE NEGÓCIO

1.6.2.1. BANCA DE RETALHO EM PORTUGAL

O ano de 2010 foi marcado pelo reforço da prossecução do projecto de transformação comercial, com especial destaque para a consolidação dos modelos de serviço, aprofundamento das propostas de valor, orientação comercial, qualidade do atendimento e incremento da vinculação, fidelização e satisfação de clientes. No final de 2010, quase 900 mil clientes Particulares e Empresas eram geridos por um comercial dedicado, fazendo da Caixa, de longe, o maior Banco nacional em atenção e serviço ao cliente.

A 31 de Dezembro de 2010, a rede física da CGD contava com 830 Agências e 39 Gabinetes Caixa Empresas, totalizando 869 pontos de venda. Em complemento com o reforço da presença física, em 2010, prosseguiu-se a consolidação dos modelos de serviço e propostas de valor ao cliente, nomeadamente:

- Novo Modelo de Atendimento em 514 Agências, mais 217 do que no final de 2009;
- Alargamento do serviço Caixazul a 21 novos espaços, estando, agora, presente em 542 Agências;
- Presença do serviço Caixa Empresas em 606 Agências, mais 420 do que em Dezembro de 2009. Este serviço é prestado por uma equipa de 191 Gestores Dedicados;
- *Roll-out* do serviço Caixa Mais (gestão personalizada dirigida a clientes *Mass-Affluent*) em 336 Agências com o Novo Modelo de Atendimento, totalizando 348 no final de 2010;
- Presença do serviço Caixa Activa (atendimento especializado a Clientes com mais de 55 anos) em 3 Agências com o Novo Modelo de Atendimento;
- Lançamento do serviço Caixadirecta Mais, um novo modelo de serviço destinado aos clientes recém-licenciados com preferência por um relacionamento maioritariamente à distância;
- Reforço da gestão relacional multicanal, com maior número de Clientes e processos abrangidos;
- Reforço das acções de *Data-Mining* e CRM, orientando para a assertividade, simplicidade e crescente *empowerment* dos clientes.

A par da implementação do Novo Modelo de Atendimento, em 2010, foram reforçados a formação dos Colaboradores, tanto nas vertentes técnicas como nas dimensões comportamentais, e o investimento em aplicações operacionais e ferramentas de apoio à actividade comercial.

Ao nível dos canais não-presenciais, especificamente os de *Internet banking*, foram lançados, no decorrer de 2010, produtos de poupança *on-line* e desenvolvidas ou melhoradas algumas funcionalidades. Os projectos em curso reforçam o posicionamento da Caixa neste segmento, com 91% dos clientes Caixadirecta *on-line* a recomendar o serviço a amigos (dados do questionário Netsonda realizado em 2010).

Ainda em 2010, foram dados passos importantes no aprofundamento da articulação entre canais, garantindo a coerência nos processos e promovendo a humanização dos canais não-presenciais.

Para além dos clientes Caixazul e Caixazul Internacional, também os clientes Caixadirecta Internacional, Caixadirecta Universitários e Caixadirecta Mais passaram a usufruir deste serviço, que faz a articulação dos três principais canais: Agência, Caixadirecta *on-line* e Caixadirecta telefone.

Todos os clientes referidos têm acesso a apoio humano, via Gestor de Cliente ou Assistente Comercial e Contact Center, na subscrição de produtos em campanha. Têm, também, a possibilidade de trocar mensagens seguras com o seu interlocutor na Caixa, bem como aceder aos respectivos contactos.

Para além das funcionalidades apresentadas, os Clientes Caixazul e Caixazul Internacional usufruem de apoio, via Gestor de Cliente ou Contact Center, na subscrição de produtos não enquadrados em campanhas (fundos, cartões e depósitos a prazo).

SEGMENTAÇÃO E PRODUTOS

Segmento Mass Market Residentes

A Caixa lançou, em 2010, o serviço Caixa Mais, após uma fase de piloto em 2009, com resultados comprovados a nível de qualidade de serviço e de eficácia comercial. O serviço Caixa Mais representa uma melhoria significativa na forma de relacionamento com os clientes de *Mass Market* com maior valor para o Banco ou com maior potencial de valorização, comprovados pelos favoráveis resultados dos estudos qualitativos que acompanham o *roll-out* do serviço à Rede Comercial. Este modelo de Serviço baseia-se no estabelecimento de um relacionamento estreito dos clientes com um Assistente Comercial, munido de ferramentas que lhe permitem oferecer as propostas mais relevantes para cada cliente e acompanhar proactivamente as suas necessidades financeiras. No final de 2010, o serviço Caixa Mais estava presente em 348 Agências, com um total de 570 Assistentes Comerciais Caixa Mais que geriam cerca de 270 mil clientes.

Em Abril de 2010, a Caixa lançou o Pacote Caixa Mais e os Níveis de Vinculação. Estas propostas integradas oferecem benefícios a clientes de maior valor ou que aumentem o seu nível de relacionamento com a Caixa, quer optem pela compra agregada de produtos e serviços ou pela compra isolada de cada um dos produtos.

A acumular aos benefícios de poupança do Pacote, foram lançados os benefícios financeiros por Níveis de Vinculação. Independentemente de o cliente optar pela compra dos produtos-base em pacote ou de forma isolada, ao atingir determinados patamares de vinculação, o cliente tem acesso a condições preferenciais na aquisição de novos produtos no Banco. É, por isso, uma situação que oferece múltiplas vantagens aos clientes, recompensando os clientes que são Mais Clientes.

Através do conceito “Quem é mais cliente merece sempre mais”, pretendeu-se transmitir a ideia de que, quem é mais cliente, com mais envolvimento com a Caixa, merece ter mais vantagens:

- + Benefícios financeiros (melhores condições nos produtos);
- + Simplicidade e conveniência;
- + Serviço (Novo modelo de atendimento nas Agências e serviço Caixa Mais).

A campanha Caixa Mais, que integrou os meios *above-the-line* tradicionais, meios digitais e iniciativas de *marketing* relacional, contou com Catarina Furtado como rosto de campanha.

Durante o ano de 2010, as Soluções Caixa Woman, proposta de valor inovadora para mulheres activas, robusteceram a sua posição no mercado através do desenvolvimento da oferta e de iniciativas de dinamização comercial associadas a eventos. No âmbito desta oferta, destacaram-se os lançamentos do Caixa Top Woman (depósito a 3 anos com remuneração indexada à evolução de acções de empresas com afinidades no universo feminino), o lançamento de produtos não bancários e o estabelecimento de novas parcerias associadas aos cartões. As acções promocionais incluíram eventos de comemoração do Dia da Mulher, acções *member-get-member* com atribuição de brindes de parceiros; acções de dinamização de produtos com oferta de viagem a Nova Iorque, de bilhetes para o parque temático Kidzania e de fins-de-semana em hotéis de prestígio; sessões exclusivas do filme *Sexo e a Cidade* para clientes seleccionadas e oferta de bilhetes para concertos.

A divulgação destas iniciativas assentou fortemente nos meios de comunicação específicos (*newsletter* mensal, revista trimestral, presença no Facebook e micro-site próprio).

Em Novembro, foi lançada uma campanha de comunicação com meios *above-the-line* e digitais com o conceito “Na mala trago sempre Caixa Woman e mais tempo para ser mulher”, com o objectivo de captação de novas clientes. Às novas clientes, foi oferecido um conjunto de chávenas de café.

No seguimento do lançamento, em 2009, da Solução Caixa Activa, um conceito inovador assente em oferta e comunicação específicas dirigidas aos clientes seniores, foi reforçada, em 2010, a comunicação a clientes com base em eventos nas Agências (rastreios cardiovasculares, passeio do Dia dos Avós) e em meios específicos (*newsletter* mensal, revista trimestral e micro-site próprio).

Segmento Gama Alta

Os clientes Gama Alta encontram no serviço Caixazul um acompanhamento financeiro personalizado, através de um Gestor Dedicado disponível, quer em espaços de atendimento exclusivos nas Agências da Caixa, quer à distância, através do telefone e da Internet (Gestor *on-line*).

O serviço Caixazul disponibiliza aos clientes soluções de conveniência e optimização do tempo, através do atendimento personalizado e da disponibilidade do Gestor, mesmo à distância, do apoio financeiro rigoroso e de qualidade e do acesso privilegiado à gama de produtos financeiros Caixazul e outros em condições especiais.

No ano de 2010, prosseguiu-se a trajectória de melhoria da satisfação dos clientes, através do incremento do relacionamento comercial, da adequação da oferta e da comunicação de produtos e vantagens associados à marca.

O relacionamento comercial tem vindo a ser aumentado através de:

- Actualização mais frequente de dados informativos e comerciais dos clientes, o que facilita a criação e apresentação de soluções financeiras ajustadas;
- Informação, aos clientes considerados propensos, de oportunidades de negócio através do Gestor *on-line*, permitindo-lhes realizar operações *on-line* ou indicando-lhe o caminho para a respectiva concretização;
- Disponibilização, por *e-mail*, por correio ou nas Agências, de um argumentário com as características diferenciadoras e as vantagens dos produtos estrela e/ou em campanha;
- Comunicação via Caixadirecta *on-line*, com garantia de “mensagens seguras”, melhorando a confiança e a protecção das mensagens trocadas;
- Recolha de informação para identificação / actualização do perfil de investidor dos clientes, cumprindo disposições legais e capacitando os Gestores para um melhor apoio nas decisões financeiras;
- Sugestões de *cross-selling* e de *up-selling*, que proporcionam aos clientes a escolha diversificada de produtos, cobrindo variadas necessidades financeiras;
- A adequação da oferta foi concretizada, essencialmente, através da reformulação da oferta de depósitos *on-line* exclusivos Caixazul, a saber:
 - > Lançamento do Caixazul Netf@cil, um novo depósito pelo prazo de um mês, renovável, com total liquidez e pagamento de juros corridos mesmo em caso de mobilização antecipada;
 - > Criação do novo depósito a prazo Netpr@zo 12M, semelhante ao Netpr@zo 6M já existente, e actualização das respectivas taxas de remuneração.

Com estas inovações, no final de 2010, os clientes Caixazul acediam a 9 produtos / serviços com condições especiais e a 11 exclusivos, dos quais salientamos:

- O crédito pessoal Vida Azul, uma facilidade de financiamento, com taxas de juro indexadas à Euribor, com *spreads* reduzidos. As condições variam com as garantias prestadas, sendo exigida a posse do cartão Caixazul;
- As novas vantagens nos prémios de uma vasta gama de seguros.

A comunicação de produtos e vantagens associados à marca foi consubstanciada através:

- Do lançamento da *newsletter* do serviço Caixazul, com 5 edições;

- Da brochura digital de apresentação das vantagens Caixazul, disponibilizada no *site* do serviço Caixazul (<http://caixazul.cgd.pt>), bem como no Caixadirecta *on-line* dos clientes Caixazul, contribuindo, assim, para uma melhor identificação e valorização do Gestor *on-line*;
- Da emissão trimestral do encarte *Caixa Azul* da revista institucional Cx;
- Da disponibilização mensal do Extracto Global com informação das posições em activos e responsabilidades;
- Da forte divulgação do *site* do serviço Caixazul, da melhoria da sua lógica de arrumação dos conteúdos existentes e da inclusão de novos;
- De anúncios de imprensa divulgando produtos específicos e exclusivos do serviço Caixazul;
- Do patrocínio de revistas de ordens profissionais, com inserções publicitárias nas mesmas;
- De presenças em eventos organizados por Ordens de profissões de prestígio, com a distribuição de brochuras dos protocolos.

Segmento Jovens

A divulgação regular das Soluções para Jovens tem sido uma prioridade e uma constante na actuação da Caixa junto do Segmento e foi activamente reforçada no ano de 2010. A aposta na Oferta Financeira da Caixa para Jovens assentou, no presente ano, em duas premissas fundamentais:

- Privilegiar a poupança de longo prazo, disponível em produtos de várias maturidades, com taxas atractivas e que, no vencimento, alimentam contas de poupança;
- Promover o contacto dos jovens com a gestão das suas poupanças e disponibilidades, com divulgação dos meios de pagamento da Caixa para Jovens.

Nesse sentido, em Setembro, a campanha Regresso às Aulas promoveu a Oferta Jovem, com destaque para os meios de pagamento exclusivos para jovens, e deu especial destaque à Função Poupança nos cartões pré-pagos LOL e LOL Júnior, função pela qual os nossos clientes menores podem participar activamente no acto de poupar. Sob o *headline* "Com os cartões da Caixa és o melhor gestor do teu dinheiro", provou-se que "Gestão para Jovens não é teoria, é um cartão da Caixa".

Quanto às Soluções de Poupança Jovem, foram enriquecidas com novos produtos e alvo de diversificadas acções de divulgação. No período da Páscoa, sob os *slogans* "Ovo a ovo aprendem as crianças a Poupar" e "Faz POP às tuas Poupanças", mereceu destaque o lançamento do produto de oportunidade Caixa PopNet Especial Páscoa, depósito a prazo a 1 ano de subscrição *on-line*, exclusivo para clientes deste segmento, e a disponibilização de uma versão não-Mobilizável do Caixa PopPrazo.

Ainda na vertente de incentivo à poupança, foram lançados nas semanas anterior e posterior ao Dia Mundial da Poupança um produto de oportunidade de subscrição limitada, o Caixa PopNet Mais, e um novo depósito em oferta permanente, o Caixa PopNet 12 meses. O Caixa PopPrazo não-mobilizável foi, também, robustecido, nesta fase, com revisão da remuneração em alta.

Assim, de finais de Outubro a Dezembro, a Poupança Jovem 2010 foi alvo de:

- Uma campanha de divulgação comercial sob o lema: "Este ano, na Caixa, as comemorações do Dia Mundial da Poupança são Mais";
- Uma campanha de comunicação com o tema: "Para fazer o teu dinheiro crescer, só existe uma magia: Poupar".

Integrando a sua missão de apoiar os Jovens no seu desenvolvimento, as acções realizadas pela Caixa em 2010 aliaram à vertente bancária uma dimensão pedagógica e permitiram reforçar a Relação com os clientes Jovens.

Segmento Universitários e Universidades

2010 foi mais um ano de afirmação da liderança da Caixa no mercado Universitário, posicionando-se como o parceiro de negócio da larga maioria das Instituições de Ensino Superior em Portugal: mais de 280 mil alunos e elementos da população académica com cartão Caixa Universidade Politécnico.

Promover o apoio ao conhecimento e ao mérito académico, através da atribuição de bolsas de investigação, prémios monetários aos melhores alunos e estágios curriculares e de aproximação à vida activa; fomentar o empreendedorismo através do patrocínio de concursos e de soluções financeiras específicas para jovens empreendedores; e apoiar as necessidades financeiras dos estudantes durante a vida académica e no momento de ingresso na vida activa são os eixos de actuação da Caixa no mercado universitário.

Sob o lema “A Caixa Faz Por Ti”, a campanha da Nova Época Universitária 2010, além de responder ao compromisso dos Protocolos firmados com as Escolas de Ensino Superior para a emissão dos cartões de identificação da população académica (com e sem vertente bancária), permitiu aproveitar a presença em mais de 100 locais diferentes para estabelecer o 1.º contacto com os novos estudantes do ensino superior, angariar ou activar clientes e divulgar a oferta Caixa Universitários.

As Soluções Caixa Empreender (para apoio a projectos de empreendedorismo), Estudante Internacional (para apoiar formações no estrangeiro, em especial ao abrigo de programas Erasmus), os produtos de Poupança Jovem com promoções especiais PopNet Páscoa e PopNet Dia Mundial da Poupança, a Fórmula U (solução automóvel para universitários), o Crediformação e o cartão Caixa ISIC (cartão de estudante internacional) foram os principais alvos da dinamização comercial em 2010.

Em particular, o Crediformação, enquanto solução de importância estrutural para os estudantes que necessitam de financiamento para suportar a frequência académica, motivou a realização de uma campanha específica durante o período de Junho a Outubro, com a atribuição de prémios por sorteio – Bolsa de 5 000 euros em libras em ouro e 10 iPads.

Enquadrado na política de permanente adaptação da oferta ao segmento e fruto do protocolo firmado com a Associação Académica de Coimbra, foi lançado o cartão Caixa Académica, dirigido ao público com afinidade com esta associação, com uma derivação específica, exclusiva e gratuita para os Estudantes da Universidade de Coimbra – o cartão de débito Caixa Académica Estudante. Neste âmbito, merece especial destaque a acção realizada em Coimbra durante 3 semanas na abertura do ano lectivo em que o lançamento deste cartão foi assinalado com a campanha “Hoje é dia de entrares no teu Banco” com várias iniciativas de animação local, entre as quais o sorteio de um veículo da marca Smart entre os aderentes ao novo cartão.

Especificamente configurado para abordar este segmento, o modelo de serviço Universitário, lançado em 2005, assenta na articulação e complementaridade dos atendimentos à distância e presencial.

Em 2010, o atendimento à distância, que passou a designar-se comercialmente como serviço Caixadirecta Universitários e que tem a responsabilidade do acompanhamento comercial e relacional através de canais directos (telefone, *on-line* e *e-mail*) de mais de 150 000 estudantes universitários, viu reforçada a sua carteira de clientes ao integrar cerca de 22 000 novos clientes que ingressaram no ensino superior no ano lectivo 2010/2011.

No atendimento presencial, as Agências Universitárias localizadas em cerca de 20 *campi* universitários, complementam a acção do Caixadirecta Universitários através do atendimento de proximidade baseado em espaços específicos totalmente adaptados às necessidades do segmento.

Em 2010, foi dada especial prioridade à fase do ciclo de vida pós-universitário e de integração na vida activa, passando a Caixa a oferecer aos seus clientes recém-licenciados duas alternativas de serviço de gestão personalizada em função do perfil e da opção do cliente – o serviço Caixa Mais, lançado no final de 2009, baseado no acompanhamento por assistente comercial localizado na Agência de escolha do cliente, e o serviço Caixadirecta Mais, lançado em Agosto de 2010, assente no acompanhamento por uma equipa de assistentes comerciais à distância e na utilização de canais directos (telefone e *on-line*). No conjunto, estes serviços enquadraram, nas suas fases-piloto, cerca de 6 000 clientes recém-licenciados, estando em curso o alargamento a mais cerca de 30 000 clientes.

Para aferir a situação académica e melhor enquadrar o serviço a prestar aos clientes na fase pós-universitária, a Caixa desenvolveu, em 2010, à semelhança do ano anterior, uma campanha de grande envergadura, tendo como alvo cerca de 60 000 clientes potenciais finalistas.

O interesse estratégico inerente à manutenção de relações privilegiadas da Caixa com Instituições de Ensino Superior (IES) motivou a renovação de Protocolos, enquanto instrumento formal de apresentação de benefícios a favor da população académica de cada estabelecimento de ensino e não obstante o cada vez maior grau de exigência das IES e da forte competição bancária na disputa deste mercado.

Segmento Residentes no Estrangeiro

Para 2010, foi definido como principal objectivo estratégico o posicionamento da Caixa como Banco principal em Portugal dos Residentes no Estrangeiro (nacionais ou estrangeiros), designadamente com a consolidação da Banca à Distância e a intensificação do negócio do Grupo Caixa junto de actuais clientes e com a captação de novos, através da melhoria visível da oferta de produtos e serviços e da qualidade do serviço ao cliente.

Entre Fevereiro e Abril, realizou-se uma Acção de Actualização de Dados junto dos clientes deste segmento, através do envio de *mailing* (carta + formulário de actualização de dados) seguida de uma acção de *follow-up* telefónico, com a finalidade de melhorar a eficácia das campanhas de dinamização, por melhor adequação da Oferta às características do cliente.

A fim de aprofundar o conhecimento dos clientes, foi lançada a campanha de Conhecimento do cliente que decorreu em três fases (Abril / Maio, Junho e Setembro), cujo principal objectivo foi potenciar o aumento da relação de proximidade e a recolha de informação de suporte à construção de propostas personalizadas. Paralelamente, pretendeu-se motivar a adesão ao cartão de débito RE e ao serviço Caixadirecta telefone / *on-line*.

Com o objectivo de transmitir a mensagem de que, com o serviço de Banca à Distância, a Caixa está mais próxima dos clientes Residentes no Estrangeiro, através de uma ligação telefónica, da Internet e dos gestores / assistentes dedicados, foi lançada a Campanha de Verão com o *headline* "Aqui é onde eu vou à Caixa", com o apoio de uma ampla campanha publicitária, com utilização de meios no estrangeiro e em Portugal. Esta campanha contou com a colaboração dos Escritórios de Representação e Sucursais (França e Luxemburgo), tendo sido criados 28 Postos de Atendimento Especializados na Rede de Agências em Portugal, durante os meses de Verão.

No final do ano, realizou-se, ainda, a Campanha de Natal RE que contou com a dinamização de diversas soluções de poupança, tendo em conta os diferentes perfis de clientes.

A par destas iniciativas de dinamização, e a fim de aprofundar a relação com os clientes Residentes no Estrangeiro, a Caixa prosseguiu com o Modelo de Serviço assente na articulação e complementaridade entre a Rede de Agências da Caixa, Sucursais e Escritórios de Representação no exterior e os canais à distância, designadamente o serviço Caixadirecta Internacional, que permite aos clientes que residam fora de Portugal contactarem o seu Banco através de linhas de telefone gratuitas e através do acesso *on-line*.

Simultaneamente, prosseguiu o modelo de Banca à Distância assente em gestores dedicados e personalizados para os clientes com maior património através do serviço Caixazul Internacional.

Ao nível da Satisfação do Cliente, foi aferido o nível de serviço oferecido aos clientes, tendo sido realizados inquéritos telefónicos aos clientes com gestão de carteira à distância.

Investimento e Poupança

Para potenciar a captação de novos recursos e a retenção dos vencimentos, a Caixa lançou diversas Soluções de Poupança e Investimento ao longo de 2010, sempre com a preocupação de adequar a sua oferta aos perfis de investimento dos seus clientes: Prudente; Equilibrado; Dinâmico e Arrojado.

De entre as campanhas de captação de recursos lançadas em 2010, as que mais contribuíram para a evolução dos mesmos foram: 3 Emissões de Obrigações de Dívida Sénior, ao abrigo do Programa EMTN; Obrigações "Caixa Valor Nacional 2010/2015"; Obrigações "Caixa TaxaMix Julho 2010/2013"; Obrigações "Caixa Dia da Poupança 2010/2013"; Soluções Caixa Aforro; Caixa Valor Anual (4 séries) e Caixa Valor 2015 (3 séries); Lançamento de 3 novos FEI Abertos (Caixagest Global Market, Caixagest Mix Emergentes e Caixagest Índices Mundiais).

Destaca-se, ainda, o lançamento das seguintes iniciativas:

- **Seguros não-financeiros** – Para complemento da oferta de seguros:

> **Seguro Casa Pack Recheio** – lançamento de novo seguro multi-risco habitação, com um leque de coberturas que garantem o recheio da habitação em caso de incêndio, inundações, danos por água, furto ou roubo, entre outros.

> **Seguro de Viagem e Seguro de Empregada Doméstica:**

Seguro de viagem – um seguro temporário por um período certo e determinado, no máximo de 90 dias, garante o pagamento de capitais / indemnizações por danos ou lesões corporais sofridas pelas Pessoas Seguras, ao abrigo das coberturas contratadas, em consequência de acidente que ocorra durante a viagem coberta pelo seguro. As garantias são válidas em todo o Mundo;

Seguro Empregada Doméstica – um seguro de acidentes de trabalho por conta de outrem, obrigatório por Lei, que permite transferir, para o Segurador (FM), a responsabilidade pelo pagamento de todas as prestações legais em dinheiro, assim como as prestações de natureza médico-cirúrgica, farmacêutica, hospitalar e quaisquer outras necessárias à recuperação da Empregada Doméstica para a vida activa, caso esta sofra um Acidente de Trabalho;

- **Novos Deveres de Informação a Clientes sobre Depósitos** – continuação da implementação na CGD (em articulação com outros Órgãos de Estrutura) do disposto nos Avisos n.ºs 4/2009 e 5/2009, em vigor desde 18 de Novembro de 2009, sobre deveres de informação (i) pré-contratual, (ii) contratual e (iii) pós-contratual;
- **Débitos Directos SEPA** – Implementação e disponibilização na CGD, em articulação com outros Órgãos de Estrutura (OE), do serviço SEPA DD a partir de 1 de Novembro de 2010;
- **Mobilidade dos Serviços Bancários** – Implementação e disponibilização na CGD, em articulação com outros OE e a Associação Portuguesa de Bancos, dos Princípios Comuns para a Mobilidade dos Serviços Bancários dentro da comunidade bancária portuguesa;

Crédito à Habitação

A dinâmica na concessão de crédito à habitação evidenciada pela Caixa ao longo dos últimos anos não sofreu alterações significativas neste ciclo económico mais recente, continuando a garantir o acesso e a diversidade de soluções de financiamento imobiliário, com benefício directo das famílias portuguesas, assim como o reforço da sua imagem como instituição de referência.

Não obstante, o contexto actual macroeconómico, gerador de impactos nos rendimentos disponíveis e no desemprego, tem originado, na Caixa, uma particular atenção à estabilidade financeira dos seus clientes de crédito à habitação. Para o efeito, a Caixa intensificou o acompanhamento dos seus clientes, estudando, aconselhando e implementando soluções de adequação do valor da prestação à sua capacidade financeira.

Nesse âmbito, a Caixa tem vindo a flexibilizar a sua oferta de crédito à habitação, possibilitando, nomeadamente, o alargamento de prazo das operações em carteira, a introdução de carências de capital ou o diferimento de uma parte do capital para a última prestação, reduzindo, desta forma, os encargos ao longo do período do contrato e mitigando os riscos de incumprimento.

Tendo em conta os actuais níveis das taxas de juro e o efeito de uma eventual alteração em alta das mesmas, a CGD lançou uma nova solução de taxa de juro, a Taxa Fixa a 1 ano, que confere uma maior protecção no período inicial do empréstimo, garantindo uma taxa de 1% nesse período.

Complementarmente, a CGD mantém disponível a sua oferta para as diferentes maturidades de taxa fixa, possibilitando aos clientes a contratação de operações de crédito à habitação com prazos de 2, 3, 5, 10, 15, 20, 25 ou 30 anos.

Adicionalmente, a Caixa reforçou o apoio e o aconselhamento aos seus clientes, no sentido de condicionarem as suas decisões de acesso ao crédito imobiliário ao impacto que as alterações nas prestações possam vir a provocar na estabilidade financeira do agregado familiar, assumindo a taxa de esforço uma relevância acrescida na decisão de crédito.

No âmbito dos sistemas de informação, foram igualmente introduzidas significativas melhorias no processo de crédito à habitação, conferindo maior eficiência e celeridade no serviço prestado ao cliente, particularmente ao nível da análise e decisão.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 192/09 veio estabelecer um prazo máximo para os Bancos exigirem o cumprimento das condições de *cross-selling* acordadas com os seus clientes, com influência nas respectivas condições de preço. Nessa conformidade, a Caixa notificou todos os clientes que já não mantinham as condições de *cross-selling* acordadas, tendo em vista a regularização correspondente, ou a revisão das condições contratuais, prestando o apoio e os esclarecimentos adequados, dentro do prazo determinado pela referida regulamentação.

Por outro lado, a Caixa assegurou o cumprimento integral dos novos deveres de informação a prestar aos clientes de crédito à habitação, em conformidade com o aviso n.º 2/2010, adaptando toda a documentação correspondente, com vista a garantir, de forma clara e objectiva, toda a informação sobre os elementos caracterizadores dos empréstimos comercializados e os encargos associados. Complementarmente, a Caixa passou a disponibilizar aos seus clientes os relatórios de avaliação realizados no processo de decisão, assegurando a partilha de informação relativamente ao valor efectivo de cada imóvel.

Consciente da complexidade e morosidade dos procedimentos associados à transmissão de imóveis, a Caixa associou-se, em 2008, ao Projecto "Casa Pronta", participando activamente no procedimento especial de transmissão, oneração e registo de prédios urbanos em atendimento presencial único. Esta importante medida possibilitou realizar todas as operações e

actos necessários no serviço de registo predial da área, nomeadamente a celebração do contrato, a liquidação dos impostos devidos, a realização de registos, a alteração da morada fiscal, entre outros, sendo a Caixa a Instituição bancária com maior representatividade na utilização deste serviço.

Ainda com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes, a Caixa celebrou um Protocolo com a Ordem dos Notários, passando, numa primeira fase, a dispensar os registos provisórios nos contratos de crédito à aquisição ou construção de imóveis ou outros garantidos por hipoteca, quando formalizados no sistema de Balcão Único – Casa Simples Casa Segura.

Perante a actual conjuntura económica e o respectivo reflexo no mercado do emprego, mantiveram-se, em articulação com o Estado Português, as medidas de apoio dirigidas aos clientes que se encontram em situação de desemprego, tendo em vista preservar o património habitacional, designadamente a medida extraordinária e transitória prevista no Decreto-Lei n.º 103/2009. No que respeita aos clientes abrangidos por regimes de crédito à habitação bonificado, a Caixa implementou as medidas previstas na Portaria n.º 384/2009, introduzindo diversos benefícios que possibilitam reduzir o montante da prestação.

Com o objectivo de contribuir para a redução dos encargos das famílias e ainda de estimular o mercado de arrendamento habitacional, a CGD foi pioneira na criação de um fundo de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) designado “Caixa Arrendamento”. Este fundo constitui uma importante solução de recuperação de crédito, assumindo simultaneamente uma vertente social, ao permitir que os clientes da CGD em dificuldades económicas possam permanecer na sua própria habitação, mediante o pagamento de uma renda, com o direito de exercer uma opção de compra em condições tipificadas.

A CGD tem participado activamente nas iniciativas de reabilitação urbana e de desenvolvimento sustentável dos principais centros urbanos, através da celebração de protocolos de colaboração com diversas entidades e estabelecendo parcerias que visam melhorar as condições de salubridade, habitabilidade, estética e segurança das zonas mais nobres das grandes cidades. A associação a estas entidades, a par das linhas de crédito que vêm sendo disponibilizadas e que têm permitido a concessão de financiamentos em condições muito vantajosas para todos os intervenientes em projectos de Reabilitação Urbana têm permitido afirmar a CGD como o Banco da Reabilitação Urbana em Portugal.

Um outro factor a que a Caixa tem dedicado uma particular atenção tem sido o apoio a vítimas de situações de catástrofe, nomeadamente a ocorrida na Madeira. Neste âmbito, destaca-se a constituição de linhas de crédito de apoio à reconstrução da Madeira, nomeadamente a Linha de Crédito à Habitação e a Moratória de Crédito à Habitação.

O Salão do Imobiliário de Portugal, evento de grande relevo para o sector do imobiliário, ocorrido nos dias 21 a 24 de Outubro, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), contou de novo com o patrocínio da Caixa, tendo sido dado um particular enfoque ao mercado de arrendamento habitacional. Neste âmbito, a Caixa disponibilizou parte dos seus imóveis para venda ou para arrendamento com “opção de compra”, nos diversos leilões efectuados. Esta iniciativa inovadora serviu, igualmente, para divulgar a existência de instrumentos, no Grupo Caixa Geral de Depósitos, de acesso à habitação, para além do crédito imobiliário.

Segmento Empresas

No seguimento da orientação estratégica de crescimento da quota de mercado da Caixa e do negócio no segmento de empresas, durante o ano de 2010, prosseguiu a consolidação do modelo de serviço Caixa Empresas que tem subjacente um conceito de gestão personalizada e aconselhamento financeiro prestado aos clientes ENI, Micro Empresas e PME através de um Gestor dedicado às necessidades empresariais.

Este serviço assenta na especialização prestada por uma equipa de 191 gestores Caixa Empresas, distribuídos por 606 Agências, e uma rede de Gabinetes especializada no acompanhamento das PME, que dispõe de 135 gestores financeiros distribuídos por 39 Gabinetes. No final de 2010, e através de um incremento do relacionamento comercial com as empresas e empresários de maior valor para a Caixa, o serviço Caixa Empresas tinha sob gestão mais de 30 000 clientes.

A Caixa desenvolveu, em 2010, um conjunto de iniciativas para apoiar as empresas e empresários com produtos e serviços de elevada qualidade, nomeadamente na definição proactiva de limites multiusos para a gestão de tesouraria e, ainda, no apoio à internacionalização e às empresas exportadoras através de uma política de comunicação assertiva dos instrumentos financeiros, na disponibilização de informação e no acompanhamento dos clientes nacionais, quer no mercado doméstico, quer nos mercados onde a Caixa está presente, procurando assim contribuir para o maior crescimento da economia nacional.

Das iniciativas da CGD dirigidas a este segmento, destacam-se:

a) Apoio ao Investimento;

- b) Diversificação da Oferta às Empresas;
- c) Novos Produtos e Serviços;
- d) Protocolos com Associações Empresariais e Outras Entidades;
- e) Seminários e outras acções de divulgação de informação às Empresas.

Apoio ao Investimento

Linhas de Crédito PME Investe Caixa QREN

A Caixa manteve uma linha de crédito complementar em condições favoráveis, em especial para as PME Líder, para financiamento de operações não elegíveis no quadro das linhas bonificadas existentes para Pequenas e Médias Empresas (PME), com garantia mútua, no âmbito de uma parceria entre a Caixa, a PME Investimentos, as Sociedades de Garantia Mútua, para melhorar as condições de acesso ao financiamento das PME portuguesas, com taxas de juro bonificadas – PME Investe I (750 milhões de euros), PME Investe II (1 000 milhões de euros), PME Investe III (1 600 milhões de euros), PME Investe IV (400 milhões de euros) e PME Investe V (750 milhões de euros).

Destacamos, ainda, a dinamização do processo de candidaturas às linhas específicas da PME Investe com a vertente dos sectores exportadores, reforçando o posicionamento da Caixa no mercado como Banco de apoio à exportação, à diversificação de mercados e à internacionalização das empresas portuguesas.

A Caixa continuou a proporcionar soluções financeiras adaptadas às necessidades associadas aos Sistemas e Incentivos ao Investimento das Empresas no âmbito do Quadro Referência Estratégico Nacional (QREN), designadamente as soluções de investimento para energias renováveis direccionadas às PME, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Associações Desportivas.

Foi protocolada a nova Linha PME Investe VI (1 250 milhões de euros), englobando 2 linhas específicas, uma para micro e pequenas empresas (até 350 milhões de euros) e uma linha geral (até 900 milhões de euros com uma dotação específica para empresas exportadoras de 450 milhões).

Linha de Crédito Especial para Pequenas e Médias Empresas (PME), com garantia mútua

No âmbito de protocolo celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) – Garval, Lisgarante e Norgarante –, a Caixa continuou a disponibilizar esta linha com o objectivo de melhorar as condições de acesso no financiamento das PME portuguesas.

Solução Caixa Empresas – Energias Renováveis

Porque o combate às alterações climáticas depende de todos nós, a Caixa criou um conjunto de soluções destinadas a apoiar as empresas que decidam investir na melhoria da eficiência energética e na utilização de energias renováveis.

Financiando até 100% do investimento total, com taxas muito competitivas, redução da comissão de estudo em 50% e prazos flexíveis até 12 anos, e antecipando subsídios no âmbito do Sistema de Incentivos QREN para PME e IPSS / ADUP, a Caixa disponibiliza condições para reduzir a factura energética e as emissões de CO₂, bem como um conjunto de seguros, em condições vantajosas e adaptados à actividade de cada empresa.

Linhas de Crédito BEI

A Caixa continuou a divulgar a Linha de Crédito BEI XV, dirigida a PME e outras entidades para financiamento de projectos situados no território da EU, destinados ao apoio da actividade produtiva, renovação urbana, infra-estruturas, protecção do ambiente, economia de energia ou tecnologias de informação.

A Caixa manteve à disposição das empresas a Linha de Crédito MIDCAP I para financiamento de projectos de investimento apresentados pelas PME, que visem a melhoria da produtividade e competitividade das empresas – inovação, energias renováveis, eficiência energética, factores produtivos, ambiente, investigação e desenvolvimento.

Estas Linhas de Crédito têm fundos disponíveis para financiamento do investimento de empresas e entidades institucionais (IPSS e outras) e proporcionam:

- Taxas de juro inferiores às habitualmente praticadas em financiamento a médio / longo prazos para apoio ao investimento em activo fixo e fundo de maneiço;

- Grande flexibilidade na utilização dos fundos, permitindo o enquadramento de quase todas as finalidades de investimento e sectores de actividade.

Linhas de Crédito CEB – Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa

A Caixa contratou com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) uma nova Linha de crédito para o sector da Educação e da Saúde, de montante global de 100 milhões de euros, destinada ao financiamento de projectos de investimento apresentados por empresas, IPSS e entidades equiparadas em condições atractivas e prazos alargados.

Para o sector da Educação, a Caixa manteve a Linha de crédito CEB para o sector da Educação, de montante global de 50 milhões de euros, para apoio a projectos de investimento apresentados por empresas, municípios, IPSS e Instituições Equiparadas, estabelecimentos de Ensino Particular ou Cooperativo e Outras Instituições sem fins lucrativos com actividades no domínio da educação e do ensino.

Oferta Caixa PME Líder

Em 2010, a Caixa disponibilizou uma oferta completa ajustada às Empresas classificadas como PME Líder (empresas que se destacam pelas suas *performances* em termos de posicionamento estratégico, gestão e qualidade económico-financeira).

Construída a pensar nas Empresas com desempenho e notoriedade destacados, a Oferta Caixa PME Líder inclui um conjunto de produtos e serviços cobrindo todas as necessidades das empresas, quer de natureza corrente, quer de investimento, no mercado interno ou externo, destacando-se a atribuição de condições vantajosas em operações de crédito, com redução de *spreads* e comissões, incluindo uma Linha à taxa Euribor^(*) + *spread* 0% para financiamentos até 3 anos, com um máximo de 75 mil euros (investimentos em incorpóreo, sistemas de informação, certificação de qualidade, promoção de produtos noutros mercados).

(*) Euribor com base no prazo correspondente à periodicidade de pagamento.

Diversificação da Oferta Permanente da Caixa

No que respeita à diversificação da Oferta Permanente da Caixa para o segmento Empresas, destacam-se:

• Oferta Internacional / Ibérica

Esta oferta tem um papel de relevo no posicionamento da Caixa no mercado das empresas. Com especial atenção ao mercado ibérico, e aproveitando as oportunidades de negócio resultantes do processo de progressiva integração das economias portuguesa e espanhola, a dinamização da Oferta Internacional / Oferta Ibérica é um contributo para o posicionamento da Caixa como Banco de Empresas e do Grupo CGD na qualidade de parceiro financeiro de referência na Península Ibérica. Através da rede de Agências e de Gabinetes de Empresas da Caixa e do Banco Caixa Geral, os clientes beneficiam de uma ampla oferta de produtos e serviços e das sinergias resultantes de uma estratégia concertada entre os dois bancos, orientada para o negócio bilateral. Saliencia-se uma melhoria da eficiência ao nível da oferta existente, designadamente, maior rapidez na execução de transferências entre Caixa e o Banco Caixa Geral (em tempo real) e na cobrança de cheques e *pagarés* na praça espanhola.

Para as empresas com uma actividade ibérica que requerem apoio de um parceiro local, a Caixa desenvolveu o Passaporte Ibérico, que visa facilitar a realização de negócios nos dois mercados através de:

- > Abertura de conta em Portugal e Espanha;
- > Gestor de cliente nos dois países;
- > Limite de crédito ibérico para operações de financiamento da actividade comercial com Espanha.

• Oferta Comércio e Serviços + Restauração

Em 2010, a “Oferta Comércio e Serviços” contemplou um conjunto de vantagens e de condições mais favoráveis para os seus potenciais destinatários, premiando o cliente na sua vinculação com a Caixa.

Os produtos em destaque são os seguintes:

- > O TPA associado à conta DO netcaixa ou ao Serviço de Gestão Automática de Tesouraria;
- > O serviço de *Internet banking* seja o Caixa *e-banking* ou Caixa Directa *on-line*, associado à conta ordem;

- > Limite de crédito do cartão Caixaworks ou atribuição de outros limites;
- > Soluções de Energias Renováveis para o sector da restauração e hotelaria, designadamente Solar Térmico com financiamento através da Solução Caixa Empresas Energias Renováveis;
- > Seguros para a actividade do comércio.

- **Cartão Caixaworks – a Conta-corrente no bolso**

Lançado a pensar nos empresários e pequenas empresas, como um instrumento que “torna mais fácil a tesouraria da empresa”, este cartão assume-se, essencialmente, como um limite de crédito agregador das suas responsabilidades de curto prazo, permitindo financiar as necessidades de tesouraria e flexibilizar a gestão diária da actividade. Para o cliente, o cartão é também um elemento distintivo, pois está associado a um meio de pagamento de prestígio e à sua facilidade de utilização, disponibilizando, ainda, um completo conjunto de seguros (de onde se destacam os Seguros de Acidentes Pessoais, Assistência Jurídica e Assistência ao Veículo e seus ocupantes) e condições especiais na subscrição de seguros de saúde Multicare, Multi-riscos e Vida Grupo.

- **Plafond multiusos de apoio à tesouraria**

Constituído por limites de crédito pré-atribuídos, a um *pricing* preferencial ajustado à qualidade económica e financeira de cada cliente, e destinado a clientes com envolvimento relevante com a Caixa, caracteriza-se pela multifinalidade e aplicação multiempresa (casa-mãe, afiliadas em Portugal e afiliadas e/ou subsidiárias noutros países). É uma prática comercial que premeia a vinculação à Caixa e apresenta vantagens para o cliente ao nível da rapidez de resposta (pré-avaliação interna do cliente), simplicidade (limite único convertível em múltiplos produtos), agilidade na formalização e diferenciação de preço.

- **Solução Automóvel**

O Grupo Caixa manteve, em 2010, uma oferta completa para aquisição de veículos através do *leasing*, crédito e para alugar através do *renting*, complementados pelo Caixa Seguro Auto, que apresenta várias opções de coberturas.

- **Garantia Mútua**

A Caixa promoveu a utilização da Garantia Mútua, no âmbito de parcerias entre a Caixa e as Sociedades de Garantia Mútua, importante instrumento destinado a melhorar as condições de acesso e assegurar preços mais atractivos no financiamento das PME portuguesas.

O recurso à Garantia Mútua tem ainda efeitos positivos no Rácio de Solvabilidade e na rentabilidade da operação.

- **Empreendedorismo / Caixa Empreender+ / Microcrédito / Microfinanciamento**

Para apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, a Caixa lançou a campanha Caixa Empreender, de que se destaca a dinamização do Caixa Empreender + e das linhas de crédito Microinveste e Invest+ criadas em parceria com o IEFP e as SGM, com divulgação em diversos seminários promovidos pelo IEFP.

Na área do microcrédito, continuou a divulgar-se a Linha de Crédito criada no âmbito do protocolo celebrado com a ANDC – Associação Nacional para o Direito ao Crédito.

Na vertente do microfinanciamento, deu-se continuidade à Linha de Crédito Caixa Jovem Empreendedor, à Linha de Crédito para a ANPME, à Linha de Microfinanciamento – ANJE e à Linha de Crédito para a Raia Histórica.

- **Linha de crédito para os sectores agrícola e pecuário 2010**

Divulgou-se esta Linha especial destinada a realizar investimentos e reforçar o fundo de maneio necessário ao desenvolvimento da actividade e liquidar dívidas junto de instituições de crédito ou de fornecedores de factores de produção, incluindo bens de investimento, que tenham sido contraídas no exercício da actividade.

- **Linha de crédito PARES**

A Caixa disponibilizou, no âmbito de protocolo de colaboração com o Instituto de Segurança Social, IP, uma linha de crédito destinada ao financiamento de projectos de investimento enquadrados no Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) apresentados por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Entidades Equiparadas.

- **Linha FINICIA**

Esta linha destina-se ao financiamento de iniciativas empresariais / projectos de investimento enquadráveis no âmbito do Programa FINICIA – Eixo 3 – Iniciativas Empresariais de Interesse Local.

- **Linha de crédito ao Turismo**

Para financiamento de projectos de investimento do sector do turismo, económica e financeiramente viáveis que, em função das prioridades definidas no Plano Estratégico Nacional do Turismo, contribuam para o aumento da qualidade, inovação e competitividade da oferta turística nacional, a Linha de Crédito passou a prever uma linha específica para financiamento de projectos que visem a reconversão de empreendimentos existentes.

- **Linha de crédito para as Escolas Profissionais no âmbito do POPH**

Considerando o interesse e a dimensão do sector da Educação, a Caixa manteve a Linha de Crédito para as Escolas Profissionais beneficiárias de financiamentos comunitários no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) com o objectivo de promover as relações de negócio com as Entidades Proprietárias das referidas Escolas Profissionais.

- **Linhas de crédito de apoio reconstrução na Madeira**

A Caixa criou diversas linhas de crédito destinadas a apoiar as Empresas e ENI afectadas pelas intempéries ocorridas na Madeira.

Produtos e Serviços

- **Serviço netcaixa**

Trata-se da solução da Caixa para aceitação de pagamentos electrónicos nos Terminais de Pagamento Automático (TPA).

A Netcaixa oferece um serviço completo de elevada qualidade e segurança nas transacções, integrando na sua oferta a instalação de equipamentos. Os clientes beneficiam ainda de produtos e serviços financeiros em condições exclusivas, designadamente taxas de serviço ao comerciante (TSC) muito competitivas e uma conta de Depósitos à Ordem específica, com remuneração dos saldos, para os clientes aderentes ao TPA netcaixa.

- **Serviço de Gestão Automática de Tesouraria**

Destinado a clientes vinculados à Caixa, o serviço GAT é um produto que facilita a gestão da tesouraria das empresas, aplicando, de forma automática, os excedentes e financiando as necessidades de liquidez, quando necessário. O produto foi alargado às melhores empresas clientes da CGD, em condições muito atractivas (serviço GAT Líder).

- **Seguros não-financeiros para empresas**

Em parceria com a Fidelidade Mundial, foram desenvolvidas campanhas de dinamização interna de seguros Multicare, Acidentes de Trabalho, Multi-riscos Comércio e Serviços, para Empresas e ENI, com benefícios especiais para os clientes.

- **Produtos financeiros para empresas**

Em parceria com a Fidelidade Mundial, foram desenvolvidas campanhas de dinamização interna de seguros de Capitalização e Poupança Fiscal, bem como de subscrição de Fundos de Pensões para Empresas e ENI.

- **Gestão de Pagamentos e Recebimentos a Fornecedores**

Foi disponibilizada uma nova solução de pagamentos e recebimentos a fornecedores (produtos de *factoring* e *confirming* integrados), através do qual o Cliente / Devedor emite ordens de pagamento à Caixa Leasing e Factoring.

Protocolos com Associações empresariais

De entre os protocolos existentes com Associações Empresariais destacamos os seguintes:

- **Protocolo APEMETA**

No âmbito do protocolo com a APEMETA, a Caixa participou em dois seminários sobre “Eficiência Energética” e “Gestão de Resíduos” que constituíram um importante momento de divulgação da oferta da Caixa.

- **Protocolo AHETA**

Foi mantido o protocolo com a Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve para a dinamização do relacionamento comercial com as empresas suas associadas.

- **Protocolo com a AHRESP**

A Caixa estabeleceu com a AHRESP uma parceria de colaboração na qual disponibiliza aos seus Associados condições mais vantajosas na oferta de produtos e serviços, em especial nos Terminais de Pagamento Automático netcaixa, estreitando o seu relacionamento com as empresas da restauração e hotelaria e apoiando o desenvolvimento de projectos neste sector de actividade.

Seminários e outras acções de divulgação de informação

- **Campanha “Caixa Empresas – apoio à Exportação”**

A Caixa pretende continuar a posicionar-se no mercado como “Banco de apoio à exportação, à diversificação de mercados e à internacionalização”.

Para dar corpo a este objectivo, decorreu em 2010 uma campanha promocional com especial enfoque nos produtos e serviços disponibilizados às empresas exportadoras e às empresas que pretendam internacionalizar-se e desenvolver a sua actividade em novos mercados.

Foram enviadas quatro edições digitais da *newsletter* Caixa Empresas dirigida a um universo de 14 000 destinatários (12 000 externos e 2 000 internos), salientando, em cada edição, as campanhas, os produtos e os serviços em destaque na oferta da Caixa para PME.

Foram enviadas duas *newsletters* especiais: uma sobre a oferta Energias Renováveis e outra sobre o cartão CaixaWorks.

Participou-se em 4 edições da revista *Caixa Empresas*, projecto editorial de separata bimestral ao *Jornal de Negócios*, coordenado pela DCM.

Refere-se, igualmente, a disponibilização de informação às empresas, via imprensa, nomeadamente o projecto *Caixa Empresas* constituído por encartes temáticos publicados no *Diário Económico*.

A Caixa participou em Seminários organizados por diversas entidades: ANEOP, A I Minho, ANJE, IST e UCEA, no âmbito dos quais foi divulgada a oferta da Caixa para PME.

QUALIDADE E SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A Qualidade do Serviço constitui uma prioridade estratégica da CGD. A avaliação dos níveis do serviço prestado é assegurada através de sistemas de medição, traduzidos em programas regulares, baseados em técnicas como as visitas-mistério aos diversos pontos de venda e os inquéritos de opinião a clientes. Semestralmente, é avaliado o serviço prestado na Rede Comercial da Caixa (Agências físicas, Agências à distância e Gabinetes Empresas) e aferida a percepção dos clientes sobre o desempenho de todos os Gestores de Cliente e Assistentes Comerciais presentes em cada modelo de serviço.

No sentido de criar uma dinâmica de melhoria contínua, os resultados decorrentes destes programas são introduzidos nos planos formativos e traduzidos em índices de satisfação e lealdade dos Clientes, para integrar no sistema de incentivos da Rede Comercial, com o objectivo, também, de se constituírem como um instrumento de gestão e de motivação para a prestação de um serviço de qualidade superior.

Em 2010, destacam-se a consolidação dos diversos programas que já estavam em curso e o lançamento de novos programas de qualidade e satisfação dos Clientes para avaliação do modelo de serviço Caixa Mais (presente nas Agências) e dos modelos de serviço à distância Caixadirecta Universitários, Caixadirecta Mais (pós-Universitários) e Caixadirecta Internacional (Residentes no Estrangeiro).

Com a consolidação dos programas de qualidade e satisfação dos clientes da CGD, em 2010, há, ainda, a destacar o crescimento da importância atribuída ao tema da Qualidade do Serviço, traduzida no aumento do peso atribuído aos índices de satisfação e lealdade que contribuem para os objectivos Estratégicos de Fidelização e Venda Cruzada do Sistema de Objectivos e Incentivos da Rede Comercial da CGD.

A auscultação regular dos clientes, conjugada com outros estudos de mercado, constitui uma importante fonte de conhecimento sobre os clientes, seus comportamentos, atitudes e expectativas, permitindo à CGD identificar áreas críticas de actuação, adequar a oferta e os modelos de serviço e cumprir com os níveis de serviço adequados a cada segmento de mercado.

A evolução positiva dos resultados obtidos revela a aprovação e reconhecimento por parte de actuais e novos clientes da Caixa do esforço, dedicação e enfoque da CGD com a qualidade do serviço, a qual tem sido recompensada pelos crescentes níveis de lealdade e fidelização.

PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE

Enquanto instituição líder do sistema financeiro português, a Caixa tem respondido aos desafios que são colocados através da tomada de decisões com base em critérios de racionalidade económica e éticos, que pretendem contribuir para uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

Em 2010, foi lançada uma campanha de divulgação e dinamização dos produtos de financiamento à aquisição de equipamentos centrados nas Energias Renováveis destinado a Particulares e Empresas (colectores solares térmicos, fotovoltaicos, eólicos ou outros). Esta iniciativa, no âmbito do serviço de eficiência energética, teve como objectivo alcançar uma maior sustentabilidade energética traduzida numa poupança efectiva e numa utilização mais conscienciosa dos recursos do nosso planeta.”

CANAIS ELECTRÓNICOS

Os canais electrónicos contribuem, inevitavelmente, para aproximar a CGD do cliente, antecipando e satisfazendo, com qualidade, as suas expectativas multicanal e necessidades de conveniência.

Efectivamente, estes canais possuem, na relação com o Cliente, um carácter de complementaridade face ao canal Agência, e a sua importância torna-se evidente nos volumes de transacções que realizam – cerca de 985 milhões por ano, assim como na distribuição de produtos e serviços financeiros, direccionados para o cliente, resultado de uma orientação estratégica focada nas suas necessidades.

O lançamento de novos serviços, utilizando tecnologias e formas de comunicação recentes, diversificou as opções de acesso, reforçando o relacionamento multicanal com a Caixa. Os Clientes usam os diferentes canais em função da sua necessidade específica, localização e acesso disponível – PC, telefone fixo ou móvel, *smartphone* ou PDA. *É a Caixa Anytime, Anywhere, Anyway!*

Auto-serviço Bancário

No final de 2010, as redes de *self-service* detinham 4 943 equipamentos, mais 2,6% que no final de 2009. Realizaram 274 milhões de operações, mais 3% que em 2009, e movimentaram 17,5 mil milhões de euros, mais 13%, face ao ano passado. Estas redes representam 38% dos Depósitos e 36% das Transferências realizadas na Caixa.

Equipamento *Self-service*

(Milhares)



A Rede CAIXAUTOMÁTICA

A rede CAIXAUTOMÁTICA é o canal reservado aos clientes da Caixa. No final de 2010, tinha 2 586 equipamentos, caixas automáticas e actualizadores de caderneta. Foi responsável por 144 milhões de operações e aproximadamente 10 mil milhões de euros movimentados, o que representa uma estabilidade ao nível do número de operações realizadas, mas mais 4% de valor movimentado face ao ano anterior.

De referir, o esforço na renovação tecnológica do canal, que já possui 1 128 equipamentos de depósito inteligente, cerca de 74% dos caixas automáticos do canal, os quais identificam automaticamente as notas, validam o depósito e disponibilizam o valor, de imediato, na conta do cliente.

A Rede de ATM Multibanco

Na rede Multibanco, a Caixa atingiu as 2 357 unidades, mais 3,7% do que no período homólogo, representando uma quota de 16,3% do mercado. Efectuou cerca de 130 milhões de operações e movimentou mais de 7,5 mil milhões de euros, uma evolução que representa um crescimento, respectivamente, de 6,5% no número de transacções e 27% no volume movimentado, quando comparado com o ano anterior.

TPA – Actividade de Acquiring de Pagamentos de Compras

A Caixa desenvolve actividade de *Acquiring*⁽²⁾ desde o lançamento do serviço **netcaixa multimarca** (Março de 2008). Desde então, a Caixa, além da marca nacional Multibanco, passou a ser *Acquirer* das marcas internacionais Visa e Mastercard, nas vertentes de débito e de crédito.

O serviço netcaixa disponibiliza uma linha de atendimento 24 horas por dia, todos os dias do ano, através do número 707 24 24 77.

Em 2010, fruto da crescente dinâmica que tem caracterizado a actividade netcaixa, foram desenvolvidas acções de dinamização, lançados novos serviços e campanhas, destacando-se:

- Lançamento do serviço netcaixa na hora;
- Campanha de comércio e serviços – oferta netcaixa *MB-Only* e Multimarca;
- Acções de dinamização com destaque para a participação na Campanha da Visa;
- Negociação de contratos com novos parceiros de negócio tendo por objectivo melhorar a eficiência e o nível de serviço prestado aos clientes;
- Integração de extractos no Caixa *e-banking*.

A actividade de *acquiring* cresceu 11% no número de equipamentos, encerrando o ano de 2010 com cerca de 31 mil unidades. As operações atingiram os 84,6 milhões em número, mais 21% do que no ano anterior e cerca de 3,37 mil milhões de euros em valor, mais 8% do que no ano anterior. O comissionamento gerado também foi incrementado, com a aposta na negociação com clientes de reconhecida notoriedade no mercado, em vários sectores de actividade, nomeadamente: Super / Hipermercados, Gasolineiras e Comércio em geral.

Quantidade de Equipamento POS

(Milhares)



Caixa Contact Center

O Caixa Contact Center tem por objectivo planear e promover a gestão eficiente dos contactos, *inbound* e *outbound*, executar as operações solicitadas e fornecer informações a clientes e não clientes, bem como garantir a captação de negócio através de estratégias de *up-selling* e *cross-selling*.

⁽²⁾ O *Acquiring* consiste na actividade que permite a aceitação, pelos Comerciantes, dos cartões com as marcas representadas pelo *Acquirer*. Este contrata com aqueles as condições de aceitação e assegura-lhes o pagamento das transacções efectuadas.

Realiza campanhas de *telemarketing* de fidelização, promoção e venda directa a clientes e não clientes, de produtos e serviços, disponibilizados também nas redes tradicionais, realiza inquéritos, assim como acções de recuperação de crédito.

A plataforma Caixa Contact Center integra as seguintes linhas de contacto:

- Caixadirecta Informativo
- Caixadirecta Transaccional
- Caixadirecta Internacional
- Centro de Autorizações
- Apoio ao Cartão de Crédito
- Apoio ao Caixautomática
- Apoio Associação Nacional de Farmácias (ANF)
- Helpdesk DMP
- Live in Portugal
- Helpdesk Navegar
- Netcaixa
- Campanhas de *Telemarketing*
- Campanhas de Fidelização
- Campanhas de Recuperação de Crédito
- Caixa *e-Banking*
- Linha Ímpar

O serviço Caixadirecta Telefone é o serviço de banca telefónica da Caixa. Este serviço permite aos clientes aceder às suas contas, com toda a comodidade e segurança, assim como obter informações sobre produtos e serviços, nomeadamente realizar simulações de crédito à habitação e crédito pessoal. Possibilita, ainda, uma interacção multilingue (português, inglês, francês e espanhol) em modo automático através de guia vocal (IVR), e um atendimento personalizado através de um Assistente, disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, na linha 707 24 24 24, da Rede fixa, e nos números 91 405 24 24, 93 200 24 24 e 96 200 24 24, das Redes Móveis.

Em 2010, à semelhança do que já acontecia nos serviços de *Internet banking*, este serviço intensificou o mecanismo de validação de operações, passando a ser necessária a utilização do cartão matriz na sua validação, reforçando assim a segurança das transacções realizadas via telefone.

Durante o ano de 2010, houve uma evolução positiva no número de contratos na ordem dos 10%, que se elevaram de cerca de 1,27 milhões para aproximadamente 1,4 milhões. As chamadas recebidas através do *inbound* ultrapassaram 2,5 milhões, incluindo o atendimento de linhas informativas e transaccionais. Das transaccionais, 86% foram resolvidas pelo modo de atendimento automático. De referir ainda que foram recepcionados e tratados cerca de 20 mil *e-mails* de clientes.

Quanto ao *outbound*, foram efectuadas cerca de 3 milhões de chamadas e contactados cerca de 400 mil clientes. Foram, ainda, enviados cerca de 310 mil SMS aos clientes no âmbito desta actividade.

BANCA À DISTÂNCIA

Serviço Caixadirecta Universitários

Este serviço foi lançado em 1 de Setembro de 2005, no sentido de a Caixa disponibilizar a todos os seus novos clientes angariados nas Operativas Universitárias (Protocolos CGD e IES), um serviço assente no conceito de Banca à Distância (designado por CaixaDirecta Universitários), com o objectivo de efectuar a gestão e dinamização do cliente universitário.

O cliente universitário contacta os seus assistentes comerciais através da linha azul 808 212 213 e do endereço de *e-mail* (caixaup@cgd.pt) e comerciais4@cgd.pt 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Pretende-se, com este serviço, iniciar (ou fortalecer) a relação bancária entre o cliente e a CGD com o intuito de no final da sua frequência académica, mantenham a sua preferência pela CGD como o seu primeiro Banco (aumento taxa de retenção de clientes).

Microcrédito

Ao longo de 2010, a ACM registou um crescimento significativo do volume de actividade. Tal decorreu não só do acompanhamento do protocolo com a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), que passou para a esfera de actuação da ACM no início de 2010, mas essencialmente do novo protocolo estabelecido entre a Caixa e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no final de 2009, para apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego.

No que respeita ao protocolo com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), acompanhado pela ACM desde a sua constituição, em Julho de 2008, o mesmo decorreu sem alterações relevantes face ao ano anterior, verificando-se apenas o ligeiro decréscimo do número de candidaturas, que poderá decorrer da nova linha de apoio à criação de emprego promovida pelo IEFP, que abrange um segmento alvo em comum.

Com o objectivo de tornar o crédito acessível a todos, a Caixa, assumindo o papel preponderante no estímulo à economia, continua a proporcionar instrumentos de apoio ao empreendedorismo social, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos de microcrédito como os da ANDC, ANJE e IEPF, que a ACM acompanha. Em Dezembro de 2010, a actividade global da ACM, em valores acumulados, situava-se na ordem dos 442 processos contratados, correspondendo a 4,8 milhões de euros de capital contratado.

Serviço Caixadirecta Mais

Em Julho de 2010, nasceu uma nova Agência com modelo de serviço à distância – Agência Caixadirecta Mais, na sequência do lançamento do serviço Caixadirecta Mais.

O serviço visa dar resposta às necessidades dos clientes que valorizam e assumem preferência pelo atendimento à distância, promovendo a sua vinculação e fidelização à Caixa, através de:

- Acompanhamento sistemático prestado por uma equipa de Assistentes Comerciais;
- Nível de serviço rápido e eficaz na resposta aos pedidos;
- Antecipação de necessidades e sugestão de oportunidades.

Dirigido, numa primeira fase, a clientes recém-licenciados em entrada na vida activa, o Serviço foi projectado para servir com eficácia, sempre à distância, assentando em mecanismos que potenciam a percepção de inovação e orientação para o cliente.

Os clientes acedem ao serviço Caixadirecta Mais, através do número 707 24 24 24 + n.º de contrato, em modo automático ou atendimento personalizado, 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Internet Banking

Ao nível dos canais de *Internet Banking*, a Caixa assume a liderança no mercado, no que respeita à utilização de serviços de *homebanking* (BASEF 2009) disponibilizando aos seus clientes, particulares, empresas e institucionais, com cuidado especial na segurança, as melhores soluções, suportadas na inovação, conveniência e usabilidade, atribuindo maior valor ao relacionamento entre estes e a Caixa.

No âmbito do *Internet Banking*, a Caixa disponibiliza aos seus clientes os seguintes serviços:

- Caixadirecta *on-line*;
- Caixadirecta *invest*;
- Caixadirecta *mobile*;
- Caixadirecta *sms*;
- Caixa *e-banking*;
- Caixa *e-banking mobile*.

Caixadirecta on-line

O Caixadirecta *on-line* é o serviço de Internet Banking da Caixa para clientes particulares. Faculta o acesso directo e gratuito às suas contas através de computador com acesso à Internet, e no caso de serviços pagos, com um custo inferior ao praticado pelo Balcão.

Este serviço permite ao cliente efectuar consultas de conta (saldos, movimentos e aplicações, operações de crédito e cartões), realizar transferências (nacionais e internacionais) e pagamentos, requisitar cheques, efectuar agendamentos, operações de bolsa e gerir a carteira de fundos, subscrever produtos financeiros, aderir a cartões e consultar documentos (cópias de cheques).

Os clientes Caixazul têm disponíveis os contactos directos do seu Gestor Dedicado (*e-mail*, correio e telefone) e ainda a podem solicitar ao seu Gestor um pedido de contacto sobre produtos e serviços que estejam em campanha.

O Caixadirecta *on-line* permite também o acesso a outros serviços como o Caixadirecta *invest* e o novo serviço MB DOX.

Caixadirecta *on-line* – Contratos Activos



Este serviço, permite guardar, visualizar ou imprimir documentação de forma organizada, num ambiente seguro, através do Caixadirecta *on-line*. Permite, ainda, efectuar pagamentos, caso se tratem de facturas.

Em 2010, manteve-se a tendência de crescimento sustentado da utilização deste canal, registando um incremento de 22% no número de operações realizadas e 16% no número dos contratos activos. Em média, foram efectuadas, por dia, 1,6 milhões de operações, sendo que, nos dias de maior utilização registaram-se cerca de 2,6 milhões de operações, mais 63% face à média diária.

O incremento do número de utilizadores de Internet, a nível de clientes nacionais e internacionais, é um factor mobilizador deste crescimento, assim como o reconhecimento de que este é um canal seguro, com constantes actualizações ao nível da segurança.

Este canal integra os acessos móveis, como o Caixadirecta *mobile*, que utiliza a Internet via telemóvel, o Caixadirecta *sms* e ainda o serviço de corretagem *on-line* Caixadirecta *invest*, que permite realizar operações e obter informações sobre mercados financeiros nacionais e internacionais.

Destaque para a evolução do Caixadirecta *mobile*, serviço através de telemóvel, *smartphone* ou PDA com acesso à Internet, disponível no endereço <https://m.caixadirecta.cgd.pt>, que assenta numa lógica de conveniência associada à portabilidade, sem necessidade de cliente efectuar qualquer activação adicional. A mobilidade permite grande flexibilidade na utilização – *Anytime, Anywhere*. A estes valores junta-se a usabilidade, conferida pela facilidade de utilização, com um ambiente gráfico simples e uma lógica muito intuitiva na navegação entre contas e entre operações. Em 2010, a quantidade de contratos Caixadirecta *on-line* que utilizou o acesso via Caixadirecta *mobile* cresceu 91,4% e o número de operações também evoluiu favoravelmente, crescendo cerca de 50%.

Caixa *e-Banking*

O Caixa *e-banking* é o serviço de Internet banking para empresas e clientes institucionais. Salienta-se o crescimento da utilização do serviço em 2010, com um incremento de 20% no número de operações realizadas e de 15% no número de contratos activos.

Em média, foram efectuadas, por dia, 300 mil operações, sendo que, nos dias de maior utilização, registaram-se cerca de 700 mil operações, mais 133% face à média diária.

Caixa *e-Banking* – Contratos Activos



O ritmo de crescimento da utilização do serviço, superior ao ritmo de crescimento dos contratos, reflecte bem o desenvolvimento do nível de serviço, mormente por via do alargamento do leque de funcionalidades e usabilidade.

Em 2010, foram disponibilizadas ao cliente novas funcionalidades, nomeadamente, novas consultas (contas à ordem em Moeda Estrangeira e detalhe de movimento – com a possibilidade de inserir comentário, o histórico de prestações de empréstimos, e os extractos e movimentos de TPA). Destaque, ainda, para a reformulação de toda a área de Cartões e Pagamentos à Caixa Geral de Aposentações.

O Caixa *e-Banking mobile* é o serviço de Banca móvel para empresas e institucionais, através de telemóvel, *smartphone* ou PDA com acesso à Internet, e permite realizar as operações bancárias correntes, no endereço <https://m.caixaebanking.cgd.pt>. Basta aos clientes serem utilizadores do serviço Caixa *e-Banking*. A evolução em 2010 ficou marcada por um crescimento muito significativo, com um aumento de 188% no número de contratos que utilizaram o serviço *mobile*.

CARTÕES

Prosseguindo a estratégia de crescimento e inovação no negócio de emissão de cartões, em 2010, continuaram a ser desenvolvidas acções de criação de propostas de valor diferenciadoras e de melhoria dos níveis de serviço prestados, quer no portefólio dos cartões existentes, quer através do lançamento de novos produtos.

Em consequência das acções desenvolvidas, as quais detalharemos mais pormenorizadamente em seguida, foram globalmente atingidos os objectivos pretendidos de aumentar a base de dados de clientes detentores de cartões da CGD, bem como o número de cartões emitidos e, conseqüentemente, dos valores da facturação.

De facto, o *stock* de cartões de crédito (685 mil no final de 2010), de débito diferido (689 mil) e pré-pagos (14 mil) registou um crescimento de 241,5 mil cartões (+21,4%) no ano de 2010, com particular destaque para a evolução dos cartões de débito diferido (+39,4%). Igualmente, verificou-se um aumento da respectiva taxa de actividade para os 63,6%, com impacto positivo no montante de comissões gerado, que cresceu 11,4% no ano.

Por sua vez, os cartões de débito atingiram um número de 2 357 mil, proporcionando um crescimento nas comissões de 10,3%.

Relativamente à melhoria da capacidade e segurança técnicas dos cartões, destacamos o início do projecto de migração dos cartões com *chips* EMV/SDA (*Static Data Authentication*) para *chips* EMV/DDA (*Dynamic Data Authentication*) que permitirá uma maior segurança na validação das transacções. Estando já concluída a identificação e validação dos padrões definidos pela SIBS para o desenvolvimento deste projecto, espera-se que a fase de certificação do mesmo ocorra em 2011. Para além deste projecto, do ponto de vista de características técnicas dos cartões, foram também desenvolvidas e implementadas parametrizações e funcionalidades ao nível de cada um dos produtos / cartões específicos.

Ao nível da Gestão das Plataformas e Parceiros, é de destacar a implementação do Portal de Parceiros www.parceiroscartoes-cgd.com, em Fevereiro de 2010, bem como uma loja *on-line* e um perfil no Facebook.

Neste contexto, foram desenvolvidas Campanhas específicas de dinamização do Portal, de Pagamentos fraccionados e promocionais, com os cartões Caixa Gold e Caiazul, com ofertas de estadias e com o cartão Caixa Woman com o sorteio de uma viagem de uma semana a Nova Iorque, para duas pessoas.

No plano das campanhas de lançamento de novos produtos, registaram-se as seguintes:

- Cartão Caixa Flow – pré-pago, pacote de 2 cartões destinados a Clientes estrangeiros residentes em Portugal com familiares a residir no seu País de origem e a Clientes Nacionais com familiares a residir no estrangeiro;
- Cartões *Design* – crédito e pré-pago, concebidos para profissionais e estudantes de *design*;
- Cartões Caixa Académica – Crédito e Débito Diferido, desenvolvido em parceria com a Associação Académica de Coimbra, o cartão Caixa Académica destina-se ao público em geral com afinidade pela Associação, com destaque para a comunidade da AAC e da Universidade de Coimbra, actuais e antigos alunos, professores, funcionários e outros colaboradores;
- Cartão Shop & Go – débito diferido de utilização exclusiva em caixas automáticas da rede Caixautomática e em TPA;
- Cartão Contacteless – piloto (cartões Electron, Maestro, Benfica e ISIC) permite pagamentos de baixo valor de forma rápida sem a introdução do código pessoal;
- Cartão Webuy – pré-pago, com emissão em papel, sem emissão de PIN, que serve única e exclusivamente para pagamentos na Internet em *sítes* nacionais ou estrangeiros com maior segurança;

- Cartão Caixa Vitória – crédito, proposta dirigida e específica para os Sócios e adeptos do Vitória de Guimarães que combina a vertente bancária à vertente de identificação do sócio ou adepto, incorporando funcionalidades como o acesso ao Estádio, pagamento de quotas, etc.;
- Cartão Win-Win – débito diferido em exclusivo para grossistas, funciona apenas nas lojas dos grossistas (com TPA CGD), o que lhe confere maior segurança e permite restrição de movimentos. É um meio de pagamento de âmbito privativo, emitido para cada retalhista cliente do respectivo grossista.

Relativamente à Dinamização de Produtos foram desenvolvidas campanhas proactivas, de facturação e de captação.

Também em 2010, tal como no ano anterior, fomos finalistas do concurso internacional OSCARDS10 com o cartão Webuy.

Em relação ao *ticketing*, foram concluídos os últimos desenvolvimentos relativos à parceria com os TUB (Transportes Urbanos de Braga), estando o lançamento do projecto-piloto previsto para 2011, bem como se retomaram as negociações e foram terminados os requisitos técnicos e operacionais com a OTLIS.

Foram, também, desenvolvidas novas funcionalidades para os cartões pré-pagos, designadamente a possibilidade de efectuar o carregamento automático, aquando da abertura da conta cartão, a possibilidade de serem pedidos cartões adicionais, LOL e Caixa Flow, a possibilidade de aplicar restrições (MCC, levantamentos e utilização diária) na utilização dos cartões, a possibilidade de criação de programas de lealdade, a cobrança de comissões dos cartões na respectiva conta cartão, a possibilidade de carregamento automático do cartão a partir de uma conta DO diferente da associada ao cartão, a possibilidade de carregamento do cartão a partir do cartão de crédito e a possibilidade de carregamento automático do cartão sempre que o mesmo atinja um determinado saldo (parametrizável).

Internamente, foram também desenvolvidas acções informativas da rede, a partir da intranet, designadamente no micro *site* de cartões, bem como de formação à Rede, com acções presenciais dirigidas aos colaboradores da área comercial e aos gestores de *cross-selling*.

1.6.2.2. CRÉDITO ESPECIALIZADO

O sector da Locação Financeira está estreitamente ligado às decisões de investimento dos agentes económicos e estas traduziram-se, em 2010, numa contracção de cerca de 5% na Formação Bruta de Capital Fixo. Neste sentido, a produção deste sector diminuiu 2% face ao período homólogo. Esta redução foi, essencialmente, motivada pela quebra de 17% no subsector de *leasing* imobiliário. O subsector de locação mobiliária, contrariando a tendência de contracção, aumentou 6% face a 2009. O sector do *factoring*, pelas suas características intrínsecas de apoio à tesouraria, cresceu 20%. O sector do Crédito ao Consumo revelou um crescimento de 12% face a igual período de 2009.

PRODUÇÃO DO SECTOR NO ANO

(Milhares de euros)

	2009	2010	Varição
<i>Leasing</i> imobiliário	1 538 802	1 271 242	-17%
<i>Leasing</i> mobiliário	2 691 548	2 865 375	6%
<i>Factoring</i>	23 564 033	28 218 481	20%
Crédito ao consumo	4 962 446	5 561 472	12%

CAIXA LEASING E FACTORING

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, SA (CLF), representa o Grupo CGD no sector do crédito especializado, desenvolvendo a sua actividade nos sectores de locação financeira (*leasing* imobiliário e *leasing* mobiliário), do *factoring* e do crédito ao consumo.

Na locação financeira, a Sociedade decresceu 3% na produção *leasing* imobiliário e aumentou 9% na de *leasing* mobiliário. Apesar do abrandamento da actividade imobiliária, a Sociedade, ao decrescer menos do que o respectivo subsector, aumentou a sua quota de mercado de 18,7%, em 2009, para 21,8% em 2010, facto que lhe conferiu subir para segunda posição no *ranking* do *leasing* imobiliário (terceira posição em 2009). Na locação mobiliária, a CLF manteve a primeira posição no *ranking* deste subsector e reforçou a sua quota de mercado, que aumentou de 14,3%, em 2009, para 19,4% em 2010. Face a esta evolução, e apesar da adversa conjuntura económica, a Sociedade atingiu um aumento de 4,7% na produção de Locação Financeira. No *factoring*, a Sociedade manteve a quarta posição no *ranking* do sector com uma quota

de mercado de 13,1% (14,7% em 2009). De referir que, relativamente ao produto *factoring* doméstico, a Sociedade destaca-se com uma produção, no montante de 3 324 milhões de euros, que lhe confere a primeira posição no *ranking* deste tipo de produto. No Crédito ao Consumo, a CLF cresceu 15% face a 2009 e obteve uma quota de mercado de 0,55%.

CAIXA LEASING E FACTORING

(Milhares de euros)

Produto	Produção CLF			Quota de Mercado CLF			
	2009	2010	Var. (%)	2009		2010	
				Ranking	(%)	Ranking	(%)
<i>Leasing</i> imobiliário	287 266	277 524	-3,4%	3.º	19%	2.º	22%
<i>Leasing</i> mobiliário	508 567	556 027	9,3%	1.º	14%	1.º	19%
Total <i>Leasing</i>	795 833	833 551	4,7%				
<i>Factoring</i>	3 454 210	3 694 722	7,0%	4.º	15%	4.º	13%
Crédito ao Consumo	26 566	30 538	15,0%		0,54%		0,55%
Financiamento automóvel							
<i>Leasing</i> mobiliário	138 204	229 539	66,1%				
Crédito ao Consumo	14 821	21 880	47,6%				

Quotas de Mercado CLF

2010



2009



O activo líquido da Caixa Leasing e Factoring cresceu 1,7%, em resultado do crescimento da carteira de crédito a clientes (líquido) que verificou um acréscimo de 1,6% e do aumento da rubrica de activos não correntes detidos para venda, que aumentou 33,7 milhões de euros.

CAIXA LEASING E FACTORING

(Milhares de euros)

	2009	2010
Activo líquido	3 579 643	3 642 086
Crédito sobre clientes	3 554 488	3 629 242
Provisões para crédito vencido, cobrança duvidosa e crédito ao exterior (saldos)	-61 926	-79 313
Capitais próprios	131 368	140 381
Resultado líquido	4 744	9 014
Capital social	10 000	10 000
% do Grupo	51%	51%
N.º de colaboradores ao serviço	191	191

A margem financeira e produto bancário decresceram 3,9 e 0,6%, respectivamente. Contudo, a redução de 19,8% (5,2 milhões de euros) nas dotações de provisões e imparidade, em resultado de um esforço significativo de controlo e gestão do incumprimento, permitiu à Sociedade a obtenção de um resultado antes de impostos na ordem dos 11,8 milhões de euros, ou seja, mais 78,5% face ao período homólogo.

Após uma dotação para impostos de 2,8 milhões de euros, a Sociedade apresentou em 2010 um Resultado Líquido no montante de 9,0 milhões de euros e que representa um acréscimo de 90% face a Dezembro de 2009.

1.6.2.3. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

A internacionalização constitui um vector fundamental da estratégia de actuação do Grupo CGD. Tendo iniciado cedo a sua política de internacionalização, a qual se pautou desde sempre por critérios de elevada prudência e rigor, a CGD tem hoje ainda mais presente a importância que o sector externo desempenha na recuperação e subsequente crescimento sustentado da economia portuguesa, procurando contribuir de forma proactiva para o desenvolvimento do sector exportador de forma sustentada e eficiente.

Estudos de reconhecidos analistas confirmam a forte correlação histórica entre crescimento do produto e expansão do comércio externo, à escala mundial, e no caso de Portugal, atendendo à limitada dimensão do mercado doméstico e ao elevado grau de abertura da economia, o contributo da actividade internacional é determinante para a recuperação económica do País. Neste contexto, o ano de 2010 revelou-se positivo, quer no que se refere aos fluxos comerciais com os tradicionais parceiros comerciais de Portugal, como é o caso de Espanha, quer com as chamadas “novas economias”, onde se verifica uma crescente penetração dos produtos e serviços de origem portuguesa, acompanhada também por uma expansão do investimento directo naqueles países. Até Novembro, as exportações totais de bens portugueses já tinham ultrapassado o valor de final do ano de 2009 e as importações permaneciam num valor ligeiramente inferior ao do ano anterior. Assim, a recente evolução da economia portuguesa tem vindo a confirmar a importância da estratégia de internacionalização do Grupo CGD, como vector fundamental da política do Grupo e no apoio à internacionalização da economia portuguesa.

O actual contexto internacional continua a apresentar um conjunto de fragilidades que não decorrem apenas da crise financeira e económica que assolou o mundo nos últimos dois anos, espelhando também em muitos países uma situação estrutural desequilibrada e carente de reformas profundas ao nível do tecido empresarial e da própria organização da actividade produtiva. Antes da crise, o crescimento em muitos países desenvolvidos foi proveniente de uma procura doméstica excessiva, através do consumo e/ou do investimento imobiliário. Políticas fiscais expansionistas foram amplamente utilizadas para estimular a procura interna, o que se tornou entretanto insustentável, tendo os países deficitários que começar a desenvolver mecanismos de reforço da procura externa, apostando nas suas exportações.

A economia portuguesa constituirá, por certo, um exemplo expressivo de alguns destes desequilíbrios que, estando já presentes aquando do despoletar da crise (como alguns indicadores económicos vinham demonstrando), assumiram a partir de então uma inegável evidência. Face à limitada dimensão do mercado doméstico e, não menos importante, num contexto de acrescida concorrência, assiste-se por parte da classe empresarial portuguesa e das próprias autoridades a uma consciente e crescente orientação da respectiva actividade para os mercados externos e, em particular, para as chamadas “novas economias”.

O Grupo CGD, com a sua extensa e diversificada plataforma internacional assente em presenças físicas em 23 países e actuando ainda num vasto leque de mercados onde apoia a actividade dos empresários portugueses, tem procurado desempenhar um papel muito activo na internacionalização da economia portuguesa, nomeadamente através do apoio às Pequenas e Médias Empresas, as quais constituem um pilar fundamental do sistema produtivo nacional. Assim, o Grupo tem vindo a orientar-se de forma directa ou indirecta para os mercados com maior potencial de negócio para as empresas portuguesas e para o próprio Grupo, bem como para aqueles com os quais o País mantém afinidades culturais e linguísticas ou onde existem importantes comunidades de origem portuguesa.

Neste contexto, deve ser dado especial relevo aos mecanismos de apoio ao comércio externo, consubstanciados por estruturas de curto, médio e longo prazos, as quais contribuem, de forma marcante, para dinamizar o sector exportador.

Os instrumentos de médio e longo prazo são habitualmente estruturados como créditos directos ao importador, quer numa óptica de crédito de ajuda (as linhas concessionais), quer numa óptica comercial (linhas de financiamento com cobertura de risco pela Cosec).

Durante o ano de 2010, o Grupo CGD reforçou os seus mecanismos de apoio e as soluções oferecidas aos seus clientes. A oferta internacional do Grupo inclui, também, serviços de aconselhamento às empresas, nomeadamente através do fornecimento de informação detalhada sobre as características específicas de cada um dos mercados relevantes.

No que diz respeito ao acompanhamento e dinamização das Linhas Concessionais de Apoio à Exportação, foram asseguradas as seguintes actividades:

- Ampliação de 200 milhões de euros para 400 milhões, em Março de 2010, da Linha Concessional da República de Moçambique e alargamento dos prazos de imputação de projectos, bem como do prazo de utilização desta nova *tranche* para, respectivamente, Março de 2012 e Março de 2015;
- Assinatura, em Março de 2010, do primeiro Aditamento à Linha Concessional da Tunísia, com manutenção de *plafond* (100 milhões de euros) e alargamento dos prazos de imputação de projectos e utilização para, respectivamente, 30 de Março de 2012 e 30 de Março de 2015;
- Assinatura, em Julho 2010, do 2.º Aditamento à Linha de Crédito Concessional já existente para Marrocos, prorrogando o período de imputação de projectos e o prazo limite de utilização para 16 de Janeiro de 2012 e 16 de Janeiro de 2014, respectivamente;
- Na mesma data, assinatura do Acordo de Financiamento relativo ao lançamento de uma nova Linha de Crédito também para Marrocos de 200 milhões de euros;
- Adjudicação à CGD da nova Linha de Crédito Concessional a favor da República Democrática de Timor-Leste. Este instrumento financeiro deverá contribuir significativamente para a promoção das exportações portuguesas de bens de capital e serviços para aquele país, e terá um limite inicial de 100 milhões de euros, passível de incremento até aos 500 milhões;
- Primeiras prioritizações de projectos ao abrigo da Linha China Eximbank 300 milhões de euros;
- Durante o ano de 2010, foram reforçadas as acções de divulgação e de melhor capacitação das empresas portuguesas em processos de internacionalização em mercados estratégicos para o Grupo Caixa:
 - > Organização do Encontro Empresarial “Argélia – Oportunidades e Desafios para as Empresas Portuguesas”, aproveitando o enquadramento proporcionado pela realização, em Lisboa, da III Cimeira Luso-Argelina, em Novembro de 2010;
 - > Organização, em Dezembro de 2010, dos “Encontros de Internacionalização – Angola” em articulação com a rede de empresas da CGD e com o Banco Caixa Geral Totta de Angola, tendo comparecido 150 empresas repartidas pelos seis Encontros realizados em Braga, Porto, Leiria, Ovar e Lisboa (2);
 - > Intervenções em múltiplos fóruns e seminários, nomeadamente os “ABC de Mercado” e “Conhecer Mais Mercado” organizados pela AICEP e no Programa Business on the Way 2010, AEP, nomeadamente no II Fórum de Internacionalização e em Câmaras de Comércio.

No quadro do desenvolvimento e consolidação da rede internacional do Grupo CGD, em 2010, registaram-se alguns factos relevantes:

- Em Janeiro e Abril, realizaram-se as duas *tranches*, de igual valor, do aumento do capital social do Banco Caixa Geral Brasil, passando o seu valor total de 123 milhões de reais para 400 milhões;
- Em Fevereiro, foi encerrado o Escritório de Representação de São Paulo, tendo a sua equipa sido incorporada na nova área de atendimento a particulares do Banco Caixa Geral Brasil;
- Em Abril, realizou-se um aumento do capital social do Banco Interatlântico (BI), de Cabo Verde, de 600 milhões de escudos cabo-verdianos para 1 000 milhões (de 5,4 milhões de euros para 9,1 milhões). A CGD acompanhou este aumento de capital mantendo a sua participação de 70% no Banco;
- Ainda em Cabo Verde, destaca-se a emissão pelo BCA de um Empréstimo Obrigacionista Subordinado no montante de 500 milhões de escudos cabo-verdianos (4,5 milhões de euros) que resultou num amplo sucesso, com a procura a duplicar a oferta, com destaque para pequenos investidores (particulares) e algumas empresas de renome nacional. Este empréstimo obrigacionista teve como móbil principal permitir um crescimento sustentado da actividade do Banco, reforçar a sua solidez, aumentar os fundos próprios, aumentar o limite máximo de concentração de risco de crédito e melhorar o rácio de solvabilidade;
- Em Junho, foi formalizado o acordo entre o Grupo Caixa Geral de Depósitos e o Grupo Banif, para a aquisição de 70% do capital do Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA (Banif CVC). Este negócio inclui o terceiro maior *homebroker* (corretora *on-line*) do Brasil;
- Ainda em Junho, foi realizada a escritura pública para a constituição do Banco Nacional de Investimento, com o capital social de 17 145 milhões de meticais (cerca de 399 milhões de euros), no qual a CGD detém uma participação de 49,5%, o Estado Moçambicano de 49,5% e o BCI de 1%, situando-se o montante de capital subscrito e realizado, no final de 2010, em 70 milhões de meticais. O objectivo da nova instituição é incentivar a criação de parcerias empresariais luso-moçambicanas, nomeadamente no sector das infra-estruturas (saúde, energia, educação) e na formação dos recursos humanos;

- No mesmo mês, realizou-se um aumento do capital social do Banco Caixa Geral em Espanha, que passou de 442,8 milhões de euros para 462,8 milhões, o qual foi totalmente subscrito e realizado pela CGD;
- Em Agosto, o Banco Comercial e de Investimentos realizou um aumento de capital, passando o seu capital social para 1 900 milhões de meticais (cerca de 44 milhões de euros);
- Em Setembro, as autoridades canadianas deram o seu acordo à abertura de um escritório de representação da CGD em Toronto, cuja abertura se encontra prevista para o primeiro trimestre de 2011.

O desenvolvimento do vasto leque de instrumentos antes elencados e a exploração de sinergias entre as diferentes unidades no exterior do Grupo permitiram que a actividade internacional da CGD contribuisse com 80,7 milhões de euros para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD.

Não obstante o presente cenário de baixa contínua das taxas de juro de referência, a Margem Financeira da Área Internacional registou um crescimento de 2,6%, situando-se nos 437 milhões de euros. A Margem Complementar também evidenciou uma evolução positiva, com um crescimento de 11% face a 2009, ascendendo a 144 milhões de euros.

Em termos operacionais, o contributo para o resultado de exploração consolidado foi de 151 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento homólogo de 50,4%. A evolução menos favorável dos custos de estrutura, que cresceram cerca de 12,9%, resultou numa subida do *cost-to-income* da área internacional, que passou de 53,5% em 2009 para 57,5% em 2010. Esta evolução resulta, sobretudo, da expansão da rede verificada em alguns mercados onde a expansão da actividade comercial se apresenta como prioridade estratégica.

O crédito a clientes (líquido) alcançou os 13 812 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12,1% face a Dezembro de 2009. Os recursos de clientes ascenderam a 10 050 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento homólogo de 6%.

SUCURSAIS E FILIAIS ^(a)

			Variação	
	Dez. 2009	Dez. 2010	Absoluta	Relativa
Sucursais ^(b)				
Crédito a clientes líquido (milhões de euros)	5 204	5 418	214	4,1%
Crédito Bruto	5 426	5 668	242	4,5%
Crédito Vencido	130	184	55	42,0%
Imparidade de Crédito	222	250	28	12,6%
Recursos de clientes (milhões de euros)	3 021	2 210	-811	-26,9%
Resultado líquido (milhares de euros)	11 624	21 832	10 208	87,8%
N.º Agências	61	61	0	0,0%
N.º funcionários	686	698	12	1,7%
Filiais				
Crédito a clientes líquido (milhões de euros)	7 118	8 393	1 276	17,9%
Crédito Bruto	7 317	8 616	1 298	17,7%
Crédito Vencido	355	291	-64	-18,0%
Imparidade de Crédito	200	222	23	11,3%
Recursos de clientes (milhões de euros)	6 459	7 841	1 382	21,4%
Resultado líquido (milhares de euros)	56 112	58 955	2 843	5,1%
N.º Agências	376	411	35	9,3%
N.º funcionários	3 630	4 145	515	14,2%
Total				
Crédito a clientes líquido (milhões de euros)	12 322	13 812	1 490	12,1%
Crédito Bruto	12 743	14 284	1 540	12,1%
Crédito Vencido	485	476	-9	-1,9%
Imparidade de Crédito	421	472	51	12,0%
Recursos de clientes (milhões de euros)	9 480	10 050	570	6,0%
Resultado líquido (milhares de euros)	67 736	80 787	13 051	19,3%
N.º Agências	437	472	35	8,0%
N.º funcionários	4 316	4 843	527	12,2%

(a) Contributo para os indicadores consolidados do Grupo CGD.

(b) Não inclui a Sucursal Financeira no Exterior.

EUROPA

Na Europa, o Grupo CGD está presente com quatro Sucursais (Espanha, França, Luxemburgo e Londres) e uma Filial (Banco Caixa Geral, em Espanha).

Espanha

Banco Caixa Geral

No decorrer de 2010, Espanha foi directamente afectada pela crise da dívida soberana da Zona Euro, o que se traduziu numa travagem da recuperação da economia espanhola. Com efeito, não obstante o registo de uma expansão real de 0,2% do PIB espanhol no quarto trimestre do ano, após sete trimestres consecutivos de retrocesso, a respectiva taxa de crescimento anual acumulada fixou-se nos 0,2%.

A evolução desfavorável do mercado laboral é um dos principais motivos de preocupação deste país. Espanha tem uma taxa de desemprego de 20,1%, a mais alta da União Europeia. O desemprego, tradicionalmente elevado em Espanha, registou em 2010 um incremento de 4,5%, ascendendo o número de desempregados a 4 100 073 pessoas, máximo histórico desde o início da série estatística em 1996.

O crédito ao sector privado não-financeiro mantém-se praticamente estagnado desde o início de 2008. O ajustamento no segmento das famílias e das empresas não-financeiras conjuga-se através da redução do crédito e do aumento da poupança. O volume dos créditos de cobrança duvidosa em Espanha, em Novembro, foi superior a 104 000 milhões de euros e a taxa de incumprimento do conjunto do sector financeiro a 5,7%, a mais alta em quase 15 anos, sendo a taxa de incumprimento dos bancos superior a 5,80% e a das Cajas de Ahorro de 5,53%. Apesar disso, o sistema financeiro espanhol tem revelado alguma resistência à crise, conforme demonstrado pelos testes de *stress* realizados, recorrendo ao apoio público de forma limitada e perseverando no processo de saneamento para manter a credibilidade junto dos mercados.

Em 2010, o Banco Caixa Geral manteve a sua rede de 211 Agências, estando assim presente em mais de 80% das Comunidades Autónomas espanholas. Com o objectivo de disponibilizar soluções bancárias aos clientes, tanto particulares como empresas, o BCG desenvolveu a sua presença através de Agências localizadas nas áreas de maior desenvolvimento económico e social, como Madrid, o Eixo Mediterrânico (Catalunha e Levante) e o Norte (País Basco, Astúrias e Cantabria), entre outras. Paralelamente, o Banco Caixa Geral mantém uma forte presença nas comunidades com intensas relações comerciais fronteiriças com Portugal: Galiza, Extremadura, Andaluzia e Castela-Leão.

No decorrer deste período, o BCG enfrentou adequadamente as dificuldades de um contexto adverso, obtendo crescimentos no crédito e na captação de recursos. Saliente-se a prudência conferida ao processo creditício reflectido numa taxa de incumprimento de 2,82%, significativamente inferior à média do sistema.

Destaca-se, em 2010, o apoio que o BCG recebeu do seu principal accionista, a CGD, que realizou aumentos de capital no valor de 46 milhões de euros.

Neste período, a balança comercial entre Espanha e Portugal foi também afectada pela crise financeira internacional. No entanto, apesar do contexto negativo, Portugal continua a ser um destino e origem principal da actividade comercial, sendo as regiões da Catalunha, Madrid, Galiza, Andaluzia e Castela e Leão as mais activas. Em 2010, as exportações portuguesas para Espanha registaram um crescimento de 12,95%, enquanto que as importações portuguesas provenientes de Espanha cresceram 5,47%.

O BCG, consciente da relevância do negócio bilateral, apostou fortemente em impulsionar e ajudar as empresas com interesses ibéricos. A Oferta Ibérica do Grupo CGD no seu conjunto e produtos e serviços, como o Passaporte Ibérico, foram geradores essenciais de crescimento. Assim, a área de negócio ibérico obteve, em 2010, resultados significativos: o crédito cresceu mais de 65%, a captação de recursos cresceu 43% e o total do negócio sob gestão cresceu 59%, no fecho do ano. Deve salientar-se que, estrategicamente, a CGD considera o mercado espanhol como uma extensão natural do seu mercado doméstico.

Sucursal de Espanha

A actividade da Sucursal de Espanha tem, desde a sua origem, uma função de complementaridade da actividade exercida pelo Banco Caixa Geral e pela Sucursal do CaixaBI no mercado espanhol, actuando como uma plataforma operacional para operações de maior dimensão.

Constitui também uma importante ligação entre a rede comercial doméstica e a rede do BCG em Espanha.

França

Sucursal de França

A Sucursal de França constitui uma das principais operações do Grupo no exterior. A actividade da Sucursal tem estado especialmente vocacionada para o apoio à comunidade portuguesa e seus descendentes, bem como para outras comunidades com ligações históricas e culturais aos países lusófonos. Para além da actividade exercida no mercado interno, a Sucursal de França desempenha um importante papel no suporte à oferta de apoio à exportação portuguesa.

A economia francesa terá crescido cerca de 1,5% em 2010, em clara recuperação após a forte quebra registada em 2009 (-2,6%). Esta tendência foi acompanhada por uma recuperação dos agregados monetários e creditícios, tendo o crédito ao sector privado não-financeiro atingido uma taxa de crescimento homóloga anual de 3,9%, em Novembro de 2010, e os depósitos de residentes 5,2%. A recuperação do crédito à habitação foi particularmente expressiva, tendo esta variável atingido um crescimento de 7,2% em Novembro, num quadro de taxas de juro do crédito imobiliário aos níveis mínimos das últimas décadas.

Vocacionada, tradicionalmente, para dar resposta às solicitações da população portuguesa ou de origem portuguesa radicada naquele país, a Sucursal de França tem alargado a sua actuação a outros estratos da sociedade francesa (particular e empresarial), beneficiando do *know-how* técnico e relacional desenvolvido no seu segmento primordial de clientela.

Assim, e não obstante a progressão moderada da economia, a Sucursal de França teve uma importante expansão na sua actividade de retalho no mercado interno, tanto na vertente de captação de recursos junto da clientela (+9,7%) como na vertente crédito distribuído (+6,4%). O crescimento do crédito abrangeu, com taxas similares, quer o sector dos particulares (com destaque para o crédito à habitação), quer o das pequenas e médias empresas, cujo desenvolvimento, ligado ao carácter crescentemente empreendedor da comunidade portuguesa em França, a Sucursal tem acompanhado através da criação de um adequado leque de produtos e serviços.

Saliente-se que a Sucursal mantém uma política de diversificação da base de clientes a nível de segmentos de actividade e procurando também captar clientes de nacionalidade francesa. O contínuo aperfeiçoamento do leque de produtos e serviços oferecidos pela Sucursal tem contribuído para uma fidelização do estrato mais jovem da clientela, a qual encontra hoje nesta Unidade resposta para todas as suas necessidades financeiras de valor não inferior ao da concorrência francesa.

Em paralelo com o seu negócio de retalho, a Sucursal de França desempenha, também, um importante papel no seio da actividade internacional do Grupo, quer na intermediação de fluxos financeiros captados no âmbito do programa de financiamento do Grupo nos mercados monetários e de capitais.

Em 2010, a intermediação de fluxos financeiros registou uma sensível redução, em linha com as alterações na estrutura e política de emissão de *funding* do Grupo, induzindo uma forte quebra no activo e passivo da Sucursal. Por seu turno, o volume de operações internacionais registou uma ligeira redução, com um conjunto de novas utilizações a ser mais do que compensado por amortizações e transferência de operações para outras unidades do Grupo.

A boa *performance* do negócio de retalho possibilitou uma importante progressão dos resultados desta actividade central da Sucursal, a despeito da evolução das taxas de juro, nomeadamente do crédito imobiliário. A actividade internacional, por seu turno, foi adversamente afectada pelo aumento do custo de *funding* nos mercados internacionais, mas registou um montante de imparidades significativamente inferior ao do ano transacto, conseguindo, também, um importante aumento dos resultados.

Luxemburgo

Sucursal do Luxemburgo

Do ponto de vista macroeconómico, o país apresentou um bom desempenho. No final do ano de 2010, a taxa de inflação registou 2,2% (em 2009, situou-se próximo dos 0%) enquanto a taxa de desemprego atingiu 6,2% (em 2009, era 5,1%) e o PIB apresentou uma evolução positiva de 3,7% (em 2009, foi de 3,2%). O ano de 2010 fica marcado pelo facto de o número de residentes no Grão-Ducado ter ultrapassado os 500 000, fixando-se nos 510 000 habitantes.

É de realçar que o sector financeiro continua a representar 30% do PIB do país e a empregar cerca de 30 000 pessoas, ou seja, 10% da população activa. Este número tem vindo a diminuir nos últimos dois anos devido à crise neste sector a nível internacional.

Em 2010, a Sucursal da CGD no Luxemburgo estava representada na praça financeira luxemburguesa pela sua rede comercial composta por cinco unidades: três Áreas Comerciais direccionadas para o retalho, uma Área de Clientes Preferenciais e um

Gabinete de Empresas. Mantendo a sua vocação para a banca de retalho, a Sucursal assumiu uma estratégia de segmentação de clientes entre particulares e empresas, adoptando, assim, uma oferta de produtos e serviços concorrencial face ao proposto pelo mercado local.

No segmento de particulares, a Sucursal tem vindo a dar especial ênfase ao estrato de rendimentos mais elevados que procuram soluções para as respectivas necessidades financeiras.

A CGD no Luxemburgo procedeu à reestruturação e à renovação da imagem das suas unidades comerciais, numa perspectiva de tornar as Agências mais acolhedoras e funcionais, mas simultaneamente para reforçar a qualidade do atendimento, que se pretende mais cómodo e personalizado, assumindo a imagem comercial adoptada pela CGD em Portugal.

A Sucursal iniciou, igualmente no ano de 2010, a substituição do sistema informático, prevendo-se que a nova plataforma esteja em funcionamento em meados do ano de 2011. O novo sistema informático irá contribuir para aumentar a produtividade, assim como a qualidade e, sobretudo, o leque de produtos e serviços disponibilizados.

É ainda de salientar a comercialização pela Sucursal da Império Bonança, desde meados do ano 2010 e com venda exclusiva através da rede comercial da CGD no Grão-Ducado, do Seguro de Vida Caixa Assur Immo. Desta forma a Império Bonança assumiu-se como receptora preferencial dos seguros de vida relacionados com o Crédito à Habitação contratados pelos clientes da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos no Luxemburgo.

Reino Unido

Sucursal de Londres

A actividade da Sucursal de Londres está quase exclusivamente orientada para a montagem de produtos financeiros que incorporam derivados, os quais são fornecidos a várias Unidades do Grupo, através dos seus canais regulares de distribuição. Há, desta forma, uma actividade direccionada para a gestão e cobertura dinâmica de volatilidades, usadas na construção de uma gama de produtos estruturados de diferentes formas, desde depósitos a produtos financeiros mais complexos, oferecidos quer a investidores privados, quer a institucionais.

A Sucursal dispõe de técnicos especializados e de tecnologias topo de gama, que lhe permitem gerir todo o tipo de risco de mercado, bem como o desenvolvimento de novos produtos para o Grupo. Ainda assim, a gestão da Sucursal realiza-se de forma prudente, encontrando-se perfeitamente enquadrada na política de gestão e controlo de risco do Grupo.

Em 2010, Londres continuou a estruturar produtos de capital garantido e não garantido para apoiar a crescente presença da Caixa, nomeadamente no mercado espanhol, e outras unidades internacionais. A Sucursal está igualmente empenhada em fornecer outros produtos do lado do activo do Balanço.

A Sucursal presta, também, serviços à comunidade portuguesa no Reino Unido e aos cidadãos britânicos e irlandeses com interesses em Portugal, nomeadamente através da promoção da campanha Live in Portugal, especificamente dirigida aos clientes de língua inglesa interessados em obter crédito à habitação em Portugal.

Na actividade da Sucursal, salienta-se o resultado obtido em 2010 que reflecte a contribuição de uma estratégia flexível e de baixo risco e a gestão das várias oportunidades criadas pela volatilidade e falta de liquidez dos mercados.

ÁFRICA

No continente africano, o Grupo CGD encontra-se presente através de oito Filiais, quatro participadas e ainda uma presença na Argélia: as Filiais estão localizadas em Angola (Banco Caixa Geral Totta de Angola), em Moçambique (Banco Comercial e de Investimentos), em Cabo Verde (Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, A Promotora, a Garantia e a Promoleasing) e África do Sul (Mercantile Bank). As participadas da CGD estão em São Tomé e Príncipe (participação e presidência da Comissão Executiva no Banco Internacional de São Tomé e Príncipe) e em Moçambique (GCI, BCI ALD e ImoBCI).

Angola

Banco Caixa Geral Totta de Angola

Angola, desde o final da guerra em 2002, tem evidenciado um crescimento económico sustentado. A alta nos preços do petróleo e a estabilidade social, trazida pelo fim da guerra, proporcionaram taxas de crescimento do PIB na ordem dos dois dígitos. Angola é o maior exportador de petróleo em África e o quarto maior exportador de diamantes do Mundo.

Nos últimos dois anos, e após alguns anos de euforia, a economia angolana deparou-se com a necessidade de realizar alguma contenção, situação a que não estava habituada por estar em total contra-ciclo, se comparada com as elevadas taxas de crescimento registadas em períodos anteriores. Em 2006, por exemplo, a economia angolana chegou a registar um crescimento acima dos 18%. A baixa dos preços do petróleo teve o natural impacto nos níveis de reservas externas, durante o ano de 2009 e o início de 2010.

Angola não ficou imune à crise mundial, apresentando-se, contudo, hoje como um País de francas oportunidades de crescimento, facto atestado na confiança depositada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e na injeção estimada de um montante aproximado de 883 milhões dólares americanos, em linha com o cumprimento e implementação de programas objectivos traçados em sectores não-petrolíferos.

De acordo com as últimas estatísticas disponíveis, Portugal era, em 2009, o maior fornecedor de Angola, sendo este país o 5.º maior cliente de Portugal, com cerca de 5% do total das exportações portuguesas. Em termos de IDE, Angola constituiu o 3.º destino do Investimento Directo Estrangeiro Português, o que é demonstrativo da crescente importância do relacionamento entre os dois países. Ilustram o forte empenho e compromisso entre as empresas e as autoridades dos dois países, a dinâmica das linhas de crédito a que antes se fez referência.

As previsões do FMI para 2010 apontam para um crescimento da economia angolana de cerca de 2,5%, sendo as perspectivas para 2011 na ordem dos 7,1%. Os dados referidos são muito positivos e são ainda reforçados pela forte previsão de crescimento dos sectores não-petrolíferos, que também contribuirão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola.

A média de inflação estimada no ano de 2010 é de 13,5% e em 2011 são esperados valores abaixo dos 13%. Os principais bens que contribuem para a aceleração dos preços têm sido os produtos alimentares e as bebidas, bem como os combustíveis (2010).

Também neste ano, as três principais agências de *rating*, Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings efectuaram a atribuição de notação à dívida de Angola. A Moody's atribuiu um *rating* de B1 à dívida de longo prazo, com *outlook* positivo. A Fitch Ratings atribuiu uma notação de B+ para a dívida de longo prazo com perspectiva positiva e de B para a dívida de curto prazo e, finalmente, a Standard & Poor's concedeu um *rating* de B+ a longo prazo e de B a curto prazo, com *outlook* estável.

Outro sinal positivo para o mercado foi a redução da taxa de juro de redesconto para 25%, por parte do Banco Nacional de Angola (BNA).

O Grupo CGD está presente em Angola através do Banco Caixa Geral Totta de Angola, desde Julho de 2009, numa parceria com outros accionistas de referência do mercado local e outro banco internacional.

O Banco Caixa Geral Totta de Angola dispõe de 20 unidades de negócio, distribuídas por 8 províncias, tendo, durante o ano de 2010, aberto 7 Agências: Saurimo, Soyo, Ambriz, Panguila, Cacuaco, Huambo e Lobito / INAR.

O Banco tem mantido visibilidade em sectores-chave da economia (sector petrolífero e diamantífero) centralizando a movimentação bancária de um número seleccionado de empresas e dirigindo a sua atenção comercial, ao nível do retalho, para os colaboradores dessas empresas.

Em Julho de 2010, foi exercida a opção de compra da CGD sobre 1% do capital social da Partang, *holding* que detém 51% do BCGTA. Com esta aquisição, a CGD passou a deter 51% da Partang.

Além da actividade bancária, o Grupo CGD chegou, também, a acordo para realizar uma parceria na área seguradora tendo obtido a respectiva autorização de actividade, cujo início está estimado para 2011.

Em linha com o Plano de Orientação Estratégica, no decurso de 2010, o Banco reforçou o enfoque da sua actividade num vasto conjunto de tarefas destinadas a melhorar a sua *performance* global e, das quais, se destacam as seguintes:

- Forte investimento na área de Recursos Humanos tendo encerrado o ano com um aumento de 26,8% de colaboradores e concretizado a formação de 94 novos quadros, sendo ainda de salientar a estruturação do Recrutamento com a implementação do *e-recruitment* através do *site* institucional e provas de selecção *on-line*, a instalação do Centro de Formação e Recrutamento, criação de um programa de integração de novos quadros, a implementação de formação a distância (*e-learning*);
- Crescimento orgânico de 42,9%, tendo passado de 14 para 20 unidades de negócio (Agências e Centros de Empresas) com o objectivo de chegar a todas as províncias a breve prazo;

- Realização de diversas actividades de reorganização e suporte à melhoria de processos e à eficiência global;
- Aumento do volume de negócios sob gestão com especial incidência ao nível das empresas que, actualmente, representam o principal enfoque estratégico;
- Desenvolvimento e lançamento da nova imagem corporativa do Banco.

Numa economia em franco crescimento e profunda transformação, concluiu-se, naturalmente, pela necessidade de dotar o sistema financeiro de um banco de desenvolvimento, tendo a CGD, em parceria com a Sonangol, obtido em 2009 a autorização para a incorporação do Banco para a Promoção e Desenvolvimento (BPD), totalmente vocacionado para a promoção de grandes projectos de infra-estruturas.

Cabo Verde

No ano de 2010, a economia cabo-verdiana, embora ainda a sofrer as consequências da crise económica e financeira global, viu vários sectores a apresentar uma recuperação significativa face ao ano anterior, em especial o sector do turismo. Continuaram, no entanto, a sentirem-se os sinais de declínio da construção e do investimento directo estrangeiro (IDE).

O indicador de clima económico atingiu o seu pico no quarto trimestre de 2010, tendo registado uma subida praticamente constante ao longo de todo o ano, o que permite antecipar uma aceleração do crescimento económico.

As remessas de emigrantes mantiveram a tendência de progressiva redução, acompanhando a deterioração das condições do mercado de trabalho nos principais países de acolhimento.

A inflação foi moderada ao longo do ano, registando uma taxa média de 2,1% no final de 2010 (1,1 p.p. acima do verificado em 2009). O comportamento dos preços acompanhou, assim, a dinâmica da procura e beneficiou ainda do impacto de um bom ano agrícola.

A evolução da economia levou o Banco de Cabo Verde a actualizar as suas projecções para 2010, fixando a projecção de taxa de crescimento do PIB no intervalo de 4 a 5%, contra um crescimento de 3,9% verificado em 2009.

O ano de 2010 ficou marcado pela alteração do regime de constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), com a dilatação do período de constituição das DMC de três para quinze dias, passando a considerarem-se, também, para o cálculo da Base de Incidência, os depósitos de não-residentes em MN e ME. Em Agosto foi aprovado em Conselho de Ministros um novo regime de crédito bonificado para a habitação.

No sistema bancário, continuou a assistir-se a um forte aumento da concorrência, com a entrada no mercado de mais três instituições, elevando para oito o número de bancos a operar em Cabo Verde (o dobro dos que existiam há apenas dois anos atrás).

Banco Comercial do Atlântico

Considerado como o Banco de referência a nível nacional e na diáspora, pela sua forte presença nos principais mercados de emigração cabo-verdiana, o BCA mantém a sua clara liderança no mercado, com uma quota, em finais de 2010, no Crédito e nos Depósitos, de cerca de 45% e 49% respectivamente.

Digno de realce em 2010 é a emissão pelo BCA de um Empréstimo Obrigacionista no montante de 500 milhões de escudos cabo-verdianos (4,5 milhões de euros), cuja colocação se revestiu de grande sucesso, pois a procura duplicou a oferta, com destaque para pequenos investidores (particulares) e algumas empresas de renome nacional. Este empréstimo obrigacionista teve como móbil principal permitir um crescimento sustentado da actividade do Banco, reforçar a sua solidez, aumentar os fundos próprios, aumentar o limite máximo de concentração de risco de crédito perante um cliente e melhorar o rácio de solvabilidade.

É um objectivo estratégico do Banco continuar a ser o melhor e maior Banco nacional, e é neste âmbito que tem procurado potenciar a sua competitividade, diversificando a sua oferta com o lançamento de diversos produtos e serviços:

- BCA Visa Flex: voltado para o público jovem e para comerciantes, pois confere uma maior mobilidade com o seu dinheiro;
- BCA Visa Corporate: destinada a empresas e seus altos dirigentes;
- *Leasing* Auto / Equipamento: destinada particularmente às empresas, pois traz vantagens fiscais muito competitivas;

- *Factoring*: que permite às empresas obterem do BCA adiantamento das facturas emitidas em vendas a crédito, até à data do vencimento das mesmas.

De salientar, também, as novas funcionalidades no BCA Directo (*Internet banking*), que passou a permitir efectuar transferências para o exterior.

Este ano, o BCA participou em 49% no capital social da Promoleasing, empresa recentemente criada e cujo objectivo é potenciar os serviços de *leasing*, juntamente com o Banco Interatlântico (17,5%), A Promotora (23,5%) e a Garantia (10%).

O BCA prosseguiu a sua expansão no mercado com a abertura de mais três Agências, sendo duas em Santo Antão e uma em Santiago, tendo terminado o ano com 32 Agências.

Banco Interatlântico

Apesar dos constrangimentos que envolveram a actividade bancária durante o ano, o Banco Interatlântico (BI) consolidou durante o ano de 2010 o seu posicionamento como terceiro banco do Sistema Financeiro Cabo-verdiano, com um crescimento significativo na captação de recursos a rondar os 15%, dos quais se destacaram os depósitos com um crescimento de 22,1%. Também no crédito se registou um crescimento na mesma linha de grandeza (15,8%).

Estes valores contribuíram certamente para um aumento das quotas de mercado do Banco, em especial nas empresas, segmento que o Banco elegeu como prioritário para o seu crescimento. Sinal do reforço da presença do Banco no mercado é o aumento da respectiva quota no número de POS activos em Cabo Verde, a qual atingiu 26%, colocando o BI como segundo banco do Sistema nesta vertente.

A rede comercial foi aumentada durante o ano com mais uma Agência (a nona – Agência Achada Grande Frente), sem qualquer aumento do número de empregados face ao ano anterior, permitindo melhorar a generalidade dos rácios de eficiência do Banco.

Em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em 25 de Janeiro de 2010, foi aprovado um aumento do capital social do Banco Interatlântico de 600 milhões de escudos cabo-verdianos para 1 000 milhões (9 milhões de euros), que foi integralmente realizado, e que visou, ao mesmo tempo, adequar os Fundos Próprios do Banco à sua visão estratégica e às novas condições de mercado.

Este aumento permitiu ao Banco encerrar o exercício de 2010 com um rácio de solvabilidade de 14,1%, muito superior ao mínimo legal (de 10%).

Em 2010, o Banco Interatlântico foi, pela 2.ª vez consecutiva, considerado pela revista *World Finance* como o melhor Banco em Cabo Verde.

Garantia

A Garantia é a seguradora do Grupo em Cabo Verde, com vocação universal e posicionamento independente e ético, dotada de uma estrutura ágil e moderna, orientada para objectivos de rentabilidade e de liderança.

Iniciou a sua actividade em 1991 e ocupa lugar de relevo na economia cabo-verdiana, com uma forte implantação no mercado e solidez financeira. Oferece aos seus clientes soluções variadas nos ramos não-vida e vida cobrindo os mais diversos riscos de perdas patrimoniais e danos corporais.

Moçambique

Banco Comercial e de Investimentos

Em 2010, o desempenho económico de Moçambique permaneceu forte, apesar de o ambiente externo continuar menos favorável que o previsto. Moçambique mostrou robustez em termos de crescimento, através do aligeiramento das políticas macroeconómicas de combate aos efeitos da crise económica, projectando-se que o crescimento do PIB real tenha atingido 7,25%, sendo de esperar uma aceleração a médio prazo para 8%. A recuperação da procura externa, o aumento de entradas de capitais privados e o forte e continuado apoio dos doadores deverão contribuir para a melhoria das contas externas de Moçambique e assegurar níveis confortáveis de reservas internacionais. Ainda assim, as políticas monetárias e fiscais adoptadas na esteira da crise internacional, associadas a pressões sobre a balança de pagamentos, contribuíram para a depreciação da taxa de câmbio e um aumento da inflação, o que colocou um fardo considerável nos segmentos mais vulneráveis da população.



Nos anos mais recentes, o sector bancário moçambicano tem-se caracterizado pelo aumento da concorrência, registando profundas mudanças, nomeadamente pela implementação de políticas mais agressivas na captação de depósitos, o desenvolvimento de novos produtos financeiros, investimentos em infra-estruturas tecnológicas (modernização de ATM e de POS), a expansão da rede de agências para as zonas rurais (bancaização da economia). Este cenário de dinamização do negócio bancário é, sobretudo, motivado pelo potencial para o crescimento da actividade económica do País em geral e de algumas regiões em particular, a redução da taxa das reservas obrigatórias e pela entrada de novos *players* no mercado.

Ainda assim, o Sistema Bancário Moçambicano continua altamente concentrado nos quatro maiores bancos do país, entre os quais se encontra o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) (2.º), que, em conjunto, detêm 89,20% do total de Depósitos, 89,69% do crédito e 87,69% dos activos do sistema.

O ano de 2010 caracterizou-se pelo forte incremento do custo de *funding* denominado em meticais e da correspondente deterioração da margem financeira (compensado parcialmente pela subida do Indexante da taxa de referência FPC).

Apesar da envolvente macroeconómica e do impacto mencionado, o BCI cumpriu com os seus principais objectivos estratégicos definidos para este ano:

- Expansão da rede comercial: em 2010, a rede comercial do BCI cresceu 34%, em consequência da inauguração de 23 novas Agências e de 3 Centros de Negócios;
- Contribuição para a bancaização do país: das 23 Agências abertas em 2010, 9 delas foram nos distritos rurais;
- Aumento da carteira de clientes: o investimento e os resultados no relacionamento com os Clientes surgem reflectidos, desde logo, na captação de quase 80 000 novos clientes (+84%), o maior número de sempre na história do Banco;
- Implementação de protocolos: foi continuada a política de implementação dos protocolos assinados em 2009, tendo-se assinado novos acordos, com destaque para o celebrado com o Ministério do Interior;
- Carteiras de Crédito e Depósitos. Em termos de depósitos, apostou-se no fortalecimento da relação com os Clientes;
- Canais Electrónicos: foi dada continuidade à expansão e desenvolvimento da rede electrónica, tendo o número de ATM aumentado 46%. Em paralelo, incentivou-se a colocação de cartões de débito (+64%, totalizando mais de 225 000 cartões). De destacar igualmente o crescimento da adesão ao *e-banking* (45% nas empresas e 35% nos particulares);
- Consolidação da quota de Mercado.

Em finais de 2010, de acordo com os dados do BdM, o BCI detinha quotas de mercado de cerca de 30% em termos de Volume de Negócios, 33% em termos de Crédito e 27% em termos de Depósitos, consolidando assim a sua posição de segundo maior banco do sistema.

De registar ainda que, em 2010, o BCI integrou pela primeira vez a lista dos 100 maiores Bancos de África, ocupando, desde logo, a 95.ª posição, conquistando, também, o Diamond Arrow 2010 - PMR África, o mais prestigiado prémio atribuído pelos Empresários, Administradores e Directores das Grandes Empresas moçambicanas.

África do Sul

Mercantile Bank

A África do Sul apresenta um sector financeiro fortemente desenvolvido e regulamentado, com elevados índices de modelos de *governance*, tendo escapado à maioria do impacto da crise global que afectou o Mundo.

O sector bancário encontra-se fortemente concentrado nos quatro maiores Bancos da África do Sul, que, em conjunto, dominam o sector bancário.

O Mercantile é o quinto maior banco com capacidade de *clearing* na África do Sul e posiciona-se, claramente, como um Banco de nicho de mercado, orientado para as PME, através da oferta de produtos e serviços a este segmento a nível nacional, mantendo o foco na comunidade portuguesa.

Em Abril de 2010, o Banco implementou um novo sistema informático, esperando-se que esta nova plataforma venha a aumentar a sua competitividade junto do seu mercado-alvo.

A estratégia do Mercantile, durante o ano de 2010, passou por continuar a servir as PME, através da oferta de produtos e serviços a este segmento e procurar novas oportunidades no espaço do Alliance Banking, principalmente na área de cartões, *mobile banking* e pagamentos em geral.

O plano estratégico do banco direcciona-se para a exploração de novas áreas de actividade no sentido da optimização do capital investido.

São Tomé e Príncipe

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe

A presença do Grupo CGD em São Tomé e Príncipe mantém-se através da participação e presidência da Comissão Executiva do Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe (BISTP), desde 1993. O BISTP é o primeiro banco comercial privado a operar no país, perfazendo, em 2011, 18 anos de actividade. O BISTP é banco líder de mercado em qualquer óptica de análise: maior activo total, maiores fundos próprios totais, maior número de Agências e colaboradores, entre outros. A quota de mercado combinada do BISTP, em 2010, foi cerca de 70%, num mercado onde operam no total sete bancos comerciais.

O ano de 2010 foi marcado pela realização de eleições legislativas e autárquicas, e em consequência do resultado das primeiras, assistiu-se a uma mudança de governo, tendo o único partido na oposição com assento parlamentar (a ADI) vencido com maioria relativa, o que permitiu ao seu Presidente, Patrice Trovoada, formar o 14.º Governo Constitucional. Para 2011, estão marcadas eleições presidenciais, não podendo o actual presidente, Fradique de Menezes, recandidatar-se, pois está no fim do seu segundo e último mandato constitucional.

Não obstante não se ter assistido à entrada em funcionamento de novos operadores bancários em 2010 (o que contrastou com os cinco anos precedentes), o ano de 2010 marcou uma viragem nas regras de mercado para os bancos comerciais. Desde logo, a 1 de Janeiro, entrou em vigor a paridade cambial da moeda local – a dobra – com o euro, fruto de um acordo de cooperação cambial com Portugal, tendo sido fixada uma paridade fixa de 24 500 dobras por cada euro. Este facto teve consequências directas na rentabilidade dos bancos, sendo que, no caso do BISTP, os proveitos cambiais se reduziram cerca de 70%, fruto da diminuição das reavaliações cambiais e dos ECART aplicados entre a compra e venda de todas as outras divisas que não o euro.

Outra alteração prendeu-se com a entrada em vigor do novo plano de contas do sistema bancário, que substituiu o anterior que vigorava a vinte anos, tendo sido introduzidas algumas NIC / IAS, para uma adaptação gradual. A aplicação dessas IAS contribuiu igualmente para alterações desfavoráveis na conta de exploração.

Contudo, e apesar da quebra dos proveitos cambiais, decorrente da fixação da paridade cambial, o resultado líquido do BISTP manteve-se ao mesmo nível de 2009.

De destacar, ainda, a Linha Concessional de 50 milhões de euros, com garantia do Estado Português, na qual a CGD é mutuante, envolvendo projectos integrados no programa de investimentos públicos da República Democrática de São Tomé e Príncipe, que envolvam a importação de materiais, equipamentos e serviços de origem portuguesa, e que, em 2010, já abrigou projectos de crucial importância para o país, como é o caso da Estrada Nacional n.º 2, que ligará a cidade de São Tomé ao extremo sul da ilha.

ÁSIA

Na Ásia, o Grupo CGD está presente com 2 Sucursais (Zhuhai / China e Timor-Leste) e 2 Filiais (BNU Macau e Subsidiária Offshore de Macau).

China

Banco Nacional Ultramarino

Em Macau, o Grupo está presente através do Banco Nacional Ultramarino, que desenvolve actividades de banca universal e continua a ser banco emissor de moeda em Macau, tendo o acordo com as autoridades chinesas sido renovado em Setembro de 2010 por um período de 10 anos.

A economia de Macau registou, em 2010, uma forte recuperação, registando um crescimento que se estima em cerca de 30 por cento para o qual contribuiu a elevada expansão da economia chinesa, perto de 10 por cento, num quadro em que



as taxas de juro se situam em níveis muito baixos (as taxas de referência encontram-se próximas de zero) e o crédito concedido tem registado um forte crescimento.

De entre os principais indicadores da actividade económica, destaca-se o aumento de cerca de 57,8% registado pelas receitas do jogo que atingiram um recorde absoluto, a forte expansão das vendas a retalho que se estima em cerca de 32% (o que se ficou a dever em grande parte pelo aumento do número de turistas que visitaram Macau), tendo o consumo interno aumentado em cerca de 6%.

O investimento em capital fixo diminuiu em cerca de 30% nos primeiros nove meses de 2010, por força do adiamento e a paragem de vários projectos de investimento, sobretudo na área do imobiliário e do sector da hotelaria e do jogo, que, entretanto, foram gradualmente retomados no decurso deste ano.

As exportações de mercadorias sofreram, de novo, uma quebra de 8,7%, continuando uma tendência de redução e de diminuição do seu contributo para o produto interno bruto.

Em 2010, as pressões inflacionistas começaram a fazerem-se sentir em Macau, principalmente a nível dos produtos alimentícios, de outros dos bens importados e das rendas da habitação. Contribuíram, ainda, para o aumento da inflação os aumentos salariais e a forte procura doméstica, tendo o índice de preços ao consumidor subido 3,9%.

O mercado de trabalho permanece praticamente numa situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego em Macau a descer para valores inferiores a 3% no fim do ano transacto, levando ao aumento dos salários e a dificuldades pelas empresas em contratarem pessoal.

O desempenho do BNU manteve-se elevado, quer ao nível de resultados, quer ao nível do produto bancário, não obstante a economia de Macau e o sector do jogo terem registado uma forte retoma, assistiu-se, igualmente, em 2010, a uma intensificação da concorrência com a entrada em força no mercado de vários grandes bancos chineses, levando a uma redução das margens em praticamente todas as áreas de negócio incluindo a captação de depósitos, o crédito a particulares, com destaque para o crédito para compra de habitação, e empresas bem como a área de cartões de crédito e a prestação de serviços de tesouraria.

Sucursal de Zhuhai

A CGD dispõe de uma Sucursal na cidade de Zhuhai, vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região, com particular destaque para os clientes do BNU, atendendo à proximidade geográfica das duas unidades.

Timor-Leste

Sucursal de Timor-Leste

O Grupo CGD está presente em Timor-Leste desde 1912, inicialmente através do Banco Nacional Ultramarino. Em 1975, a actividade em Timor-Leste cessou, tendo sido retomada, 25 anos depois, com a concessão da Licença de Operação Bancária ao BNU, tornando-se esta Sucursal da CGD na primeira entidade bancária licenciada em Timor-Leste após o referendo de 30 de Agosto de 1999. Com a fusão do BNU na CGD, esta Sucursal passou a Sucursal da CGD, estando em curso o processo de manutenção da marca BNU no país em respeito pelos fortes laços que a população de Timor mantém com o antigo banco do Grupo CGD.

Mais do que líder de mercado, a CGD é a instituição financeira de referência em Timor-Leste, país no qual existem ainda duas outras sucursais de bancos e uma agência de financiamento, cujas actividades, porém, têm sido muito limitadas.

A Sucursal de Timor exerce actividades de banca universal, através de uma rede de oito agências, sendo a sua base de clientes constituída, na sua maioria, por clientes de nacionalidade timorense (particulares e empresas).

A Sucursal de Timor-Leste tem actuado no País como o verdadeiro agente financiador da economia quer no sector público quer no ainda incipiente, mas em nítido crescimento, sector privado. Espelhando a tradicional relação de forte compromisso entre Portugal e Timor, a Sucursal da CGD no território tem ainda colaborado com as autoridades na criação de um enquadramento regulamentar da actividade financeira local.

AMÉRICA

Brasil

Banco Caixa Geral Brasil

De acordo com projecções de entidades reconhecidas recentes, divulgadas no final de 2010, o Brasil será a quinta maior economia mundial em 2025. Estima-se que, desde 2009, o Brasil já ocupe a 8.ª posição no *ranking* mundial, medido em termos de PIB. O crescimento do PIB estimado para 2010 é de 7,5%, sendo que um dos principais desafios se centra no controle da inflação que atingiu o valor de 5% (IPCA acumulado nos últimos 12 meses).

A alta da taxa de juros, associada à liquidez disponível em termos mundiais, à diminuição do risco Brasil e ao potencial de crescimento da economia, tem vindo a atrair um fluxo crescente de divisas para o Brasil o que vem pressionando a respectiva moeda.

A sobrevalorização do Real face ao Dólar, numa economia em que a moeda americana desempenha um papel crucial, é também preocupação das autoridades brasileiras.

A Taxa de Desemprego nas seis principais regiões metropolitanas (Pesquisa Mensal de Emprego – PME) foi de 6,1% em Outubro/2010, representando a taxa mais baixa dos últimos anos.

A Balança Comercial acumulada nos últimos 12 meses totalizou um *superavit* de 17,1 mil milhões de dólares americanos em Novembro/2010, decorrente, principalmente, da apreciação dos preços das *commodities*.

As reservas internacionais atingiram 285,5 mil milhões de dólares americanos, sendo que as compras líquidas no mercado à vista totalizaram 39,3 mil milhões em 2010.

O ciclo de crescimento é sustentado em larga medida pela procura interna (crescimento de 10% em 2010, o maior desde 2000), em larga medida promovida pelas medidas de apoio social postas em prática pelo Governo.

O Banco Caixa Geral Brasil (BCG Brasil) é um banco múltiplo que opera com carteiras comerciais, de câmbio e de investimento, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Abril de 2009.

A importância estratégica da presença no Brasil e a dimensão dos movimentos empresariais de e para o Brasil está expressa no reforço do investimento que o Grupo decidiu realizar no país. O mercado brasileiro apresenta-se, com efeito, como uma opção natural para as empresas portuguesas.

Tendo como estratégia ser um banco orientado sobretudo para o negócio com empresas (*corporate* e de investimento), o BCG Brasil, procura, servindo-se da rede do Grupo, promover as ligações comerciais e de investimento que os seus clientes brasileiros realizam na Europa, em África e na Ásia, bem como os movimentos dos clientes do Grupo no Brasil.

Do ponto de vista estratégico-geográfico, o Banco procura actuar no triângulo Portugal-Brasil-África, com particular destaque para Angola. A exploração de corredores de negócio entre estes países e a China poderá constituir nova aposta do BCG Brasil, já que o Grupo CGD é o Grupo português com maior presença nestes territórios.

O BCG Brasil possui uma oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras e operações de banco de investimento. Como banco de investimento, o BCG Brasil tem focado a sua actividade na assessoria a financiamento de projectos, a fusões e aquisições, a financiamentos estruturados e a operações de mercado de capitais quer de dívida, quer de acções.

Em Janeiro de 2010, a CGD aprovou um aumento de capital do BCG Brasil de 123 milhões de reais para 400 milhões, realizado em duas etapas:

- Janeiro 2010 – *tranche* de 138,5 milhões de reais, elevando o capital social a 261 milhões;
- Julho 2010 – nova *tranche* de 138,5 milhões de reais, elevando o capital social para 400 milhões.

Foi celebrado, em Junho de 2010, um acordo com o Grupo Banif com vista à aquisição de uma participação de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio (Banif CVC) por parte do Caixa – Banco Investimento (CaixaBI) e do BCG Brasil por um valor de 129,5 milhões de reais. Esta operação aguarda ainda autorização do Banco Central do Brasil.

O BCG Brasil possui 2 Agências: São Paulo e Rio de Janeiro, esta última em processo de abertura. A presença no Rio de Janeiro visa, nomeadamente, reforçar negócios com grandes grupos aí sediados e aproveitar os investimentos previstos para a cidade do Rio de Janeiro (relativos ao Campeonato do Mundo de Futebol e aos Jogos Olímpicos).

EUA

Sucursal de Nova Iorque

No continente Norte-Americano e América Central, o Grupo CGD está presente através de duas Sucursais (Nova Iorque e Ilhas Caimão). Estas Sucursais desenvolvem as suas actividades em estreita coordenação com as restantes unidades do Grupo CGD que operam no mercado de USD, com particular relevo para o caso do Banco Caixa Geral Brasil.

A Sucursal de Nova Iorque é uma unidade especializada no negócio por grosso. A sua actividade desenvolve-se com maior ênfase no mercado de capitais, no financiamento à importação e exportação, na participação em operações sindicadas e na captação de recursos em dólares americanos (USD) para o Grupo, nomeadamente através da gestão do programa de papel comercial em USD do Grupo CGD.

Em 2010, na sequência do contágio da crise financeira ao risco soberano nacional e na conseqüente mais difícil percepção do risco CGD pelo mercado financeiro americano, a Sucursal de Nova Iorque registou um decréscimo global na sua actividade. Verificou-se uma redução de 41,5% no seu activo líquido distribuído de forma relativamente uniforme sobre todas as rubricas, redução esta em linha com as medidas preventivas já iniciadas no ano de 2009 de redução da carteira de crédito em cerca de 20%.

Ilhas Caimão

Sucursal de Caimão

A Sucursal das Ilhas Caimão desenvolve a sua actividade como unidade de domiciliação do Grupo CGD e como uma alternativa adicional de *funding* em USD.

RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

O Grupo CGD dispõe de uma rede de sete Escritórios de Representação, localizados na Alemanha, Bélgica, Suíça, Venezuela, México, Índia e Xangai, e de um Núcleo de Residentes no estrangeiro no Reino Unido, este último sediado junto da Sucursal de Londres, e no Brasil, este último sediado nas instalações do BCG Brasil.

Esta rede internacional actua junto das comunidades portuguesas no exterior, bem como junto dos clientes de outras nacionalidades com interesses em Portugal, articulando-se com as Agências da rede doméstica e com os canais de Banca à Distância, de forma a conhecer e acompanhar as necessidades e aspirações dos clientes da Caixa que residem no Estrangeiro.

Os Escritórios da Índia e de Xangai constituem antenas de negócio do Grupo naqueles dois mercados, vocacionados essencialmente para o apoio ao segmento de empresas.

Durante o ano de 2010, a CGD iniciou a preparação da instalação de novas estruturas em vários países, entre os quais se destaca o Canadá, que vão permitir reforçar o seu posicionamento como primeiro Banco dos clientes Residentes no Estrangeiro.

Para além do importante trabalho de preparação de novas estruturas no estrangeiro, foram desenvolvidos novos modelos centrados no atendimento à distância e uma oferta de produtos e serviços mais especializada ao nível deste segmento, de forma a acompanhar a evolução que se tem sentido neste negócio, nomeadamente com a saída de estudantes e profissionais cada vez mais qualificados.

Em 2010, a Captação de Recursos do Segmento de Residentes no Estrangeiro representa cerca de 10% do total da Captação de Particulares da CGD, pelo que a gestão deste segmento continua a ser um dos desígnios estratégicos do Grupo CGD.

1.6.2.4. BANCA DE INVESTIMENTO

O Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) desenvolveu a actividade em 2010, prosseguindo a sua estratégia de afirmação internacional. O produto bancário, apesar do acréscimo de 18% ao nível dos comissionamentos, sofreu uma erosão de 23%, absorvendo os efeitos de uma conjuntura depressiva.

O banco de investimento do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) usufrui do *rating* que a Fitch Ratings confirmou em Dezembro de 2010 para a CGD, de A para o médio e longo prazo.

RESULTADOS

Em 2010, o produto bancário do CaixaBI decresceu 23,4% sobre o ano anterior, atingindo o valor de 90,3 milhões de euros. Este montante incorpora 73,7 milhões de euros de Comissões, rubrica que cresceu 17,9% sobre o ano anterior.

O exercício de 2010 fechou com um resultado líquido de 40,2 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 11,9% sobre o ano anterior. O *cashflow* desceu 30,1% de 2009 para 2010.

O rácio *cost-to-income* sofreu uma degradação relativamente ao período homólogo, para 30,8%, por força do decréscimo do produto bancário, enquanto, por outro lado, os custos de estrutura decresceram ligeiramente.

RECONHECIMENTO

O desempenho do CaixaBI continuou a ser distinguido em 2010, não só por clientes e Parceiros, mas ainda pelos principais analistas internacionais que reconhecem o justo posicionamento do Banco nos lugares cimeiros das principais *League Tables*. A revista *Global Finance* elegeu o CaixaBI como o Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2010, e a revista *Euromoney* distinguiu o CaixaBI como Melhor Banco de Dívida em Portugal em 2010.

Por sua vez, a *Project Finance Magazine* atribuiu ao projecto ELOS (ligação de alta velocidade Portugal – Espanha) o European Hi-Speed Rail Deal of the Year 2010.

RANKINGS

- Na área de mercado primário de Dívida, o *ranking* da *Bloomberg* colocou o Banco, pelo quarto ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional;
- Na área de Mercado de Capitais de Acções, o *ranking* trabalhado a partir de dados da CMVM coloca o CaixaBI em 3.º lugar;
- Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição no mercado de fusões e aquisições em Portugal, tendo participado em 16 operações anunciadas ou concretizadas, colocando-o em 2.º lugar de acordo com o *ranking* da *Bloomberg*;
- Também na área de *Project Finance*, os diversos *rankings* vieram posicionar o CaixaBI entre os principais *players* mundiais:
 - > 1.º lugar em Portugal como MLA de PFI / PPP *Project Finance Loans*;
 - > 6.º lugar Ibérico como MLA de PFI / PPP *Project Finance Loans*;
 - > Ao nível europeu, o Banco, como MLA de PFI / PPP *Project Finance Loans*, posicionou-se na 24.ª posição e a nível mundial na 43.ª posição, evidenciando o contributo e a importância das operações lideradas pelo CaixaBI no mercado internacional;
- Na área de Intermediação Financeira, segundo os dados divulgados pela CMVM relativos a Novembro, o CaixaBI regista um aumento de 131% face a período homólogo do ano anterior, assumindo uma quota de mercado de 16% do mercado, sendo responsável por um volume de transacções de 11 milhões de euros.

NEGÓCIOS

O CaixaBI protagonizou a sua liderança em negócios emblemáticos, cujo destaque se faz pelas seguintes áreas:

Corporate Finance – Dívida

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve, durante o ano de 2010, envolvido em 20 emissões, em 17 das quais na qualidade de líder, *performance* que, de acordo com o *ranking* da *Bloomberg*, colocou o Banco, e pelo quarto ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional.

No segmento da Dívida Soberana, a Dívida Pública Portuguesa continuou a constituir uma das prioridades de actuação do Banco, designadamente no quadro do seu estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT).



No Papel Comercial, o CaixaBI organizou e liderou 25 novos Programas, num montante total de 2,3 mil milhões de euros.

No Financiamento Estruturado de Activos, o Banco foi o único *Arranger* da maior operação de Titularização realizada até à data em Portugal, a *Nostrum Mortgages No.2*.

Mercado de Capitais – Acções

Durante o ano de 2010, o CaixaBI consolidou, mais uma vez, a sua posição de destaque ao nível de mercado de capitais em Portugal, tendo sido a instituição financeira líder em número de operações concluídas, de acordo com os dados obtidos a partir de informação disponibilizada pela CMVM.

A operação de mercado de capitais de maior relevo realizada em 2010 em Portugal foi a Emissão pela Párpública de Obrigações Permutáveis por acções Galp Energia, no âmbito da 5.ª fase de reprivatização desta empresa, na qual o CaixaBI participou na qualidade de *Joint Lead Manager* e *Joint Bookrunner*. O Banco prestou, ainda, assessoria financeira à Párpública na estruturação, organização e montagem desta emissão.

Salienta-se, ainda, a concretização com sucesso do aumento de capital da Vista Alegre Atlantis, tendo o CaixaBI sido responsável pela respectiva organização e montagem. Esta operação revestiu-se, também, de elevado grau de complexidade na sua estruturação, uma vez que integrou, para além de uma Oferta Pública de Subscrição, uma oferta particular dirigida a um parceiro estratégico e um processo de conversão de créditos em capital.

Corporate Finance – Assessoria

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição no mercado de fusões e aquisições em Portugal, tendo participado em 16 operações que lhe valeram o 2.º lugar no *ranking* da *Bloomberg*.

No decurso do ano de 2010, o CaixaBI participou na maior e uma das mais emblemáticas operações de M&A em Portugal nos últimos 10 anos, a alienação pela Portugal Telecom da sua participação indirecta de cerca de 30% no capital social da Vivo, por um valor total de 7 500 milhões de euros.

Destaca-se, ainda, a assessoria financeira no estabelecimento de um acordo parassocial entre a CGD e a Votorantim no âmbito da aquisição por esta última de uma participação no capital da Cimpor.

Project e Structured Finance

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, através do CaixaBI, esteve envolvido em operações num montante aproximado de 1,2 mil milhões de euros, atribuído quase na sua totalidade a operações em Portugal, assumindo o 1.º lugar no *ranking* nacional da Dealogic. Destas operações destacamos o forte contributo em termos de sustentabilidade, para o País, na medida em que se reflectem em projectos de Energias Renováveis.

Relevante, a nível internacional, é a expansão geográfica através do acompanhamento de operações em Moçambique, Angola e Brasil, com o objectivo de promover as actividades de banca de investimento nos países inseridos na estratégia de internacionalização do Grupo CGD.

Nas operações cujo financiamento é estruturado numa base *Corporate*, salienta-se a participação do Banco na reestruturação do passivo financeiro do Grupo La Seda, no montante superior a 1,7 mil milhões de euros, cujo sucesso culminou com um aumento de capital de 300 milhões de euros, *oversubscribed*, e que permitiu a viabilização de um Grupo líder no sector em que opera.

Área Financeira e de Estruturação

O CaixaBI continua a ser uma referência no mercado de Liquidity Provider, tendo a Euronext reconhecido o seu desempenho com atribuição do *rating* máximo "A" em todos os títulos e categorias.

Intermediação Financeira

O desempenho alcançado pelo CaixaBI em 2010 voltou a ser muito positivo ao nível do negócio de intermediação financeira de acções na Euronext Lisbon, na medida em que tanto os volumes intermediados como as comissões recebidas registaram uma evolução acima do mercado, o que permitiu ao CaixaBI alcançar a sua liderança em termos de volumes transaccionados.

Foi ainda iniciado o processo de internacionalização do CaixaBI ao nível da área de intermediação financeira através do acordo de aquisição de uma participação no capital da Banif CVC, uma corretora que opera na Bolsa de Valores de São

Paulo, cuja conclusão está dependente das autorizações legais exigidas, o que permitirá uma participação directa num dos mercados financeiros com maiores taxas de crescimento do mundo.

Sindicação e Vendas

O CaixaBI já colocou este ano 5 emissões de primário, com um montante global de 7 mil milhões de euros. Em Papel Comercial, o Banco colocou 276 emissões, num montante total acima dos 8,2 mil milhões de euros.

Capital de Risco

Durante o ano 2010, foram analisadas 244 oportunidades de investimento, tendo sido aprovadas 43 operações no montante total de 134 milhões de euros, das quais foram concretizadas 34, envolvendo um investimento de 44 milhões de euros. Por outro lado, foram, igualmente, efectuadas 7 operações de desinvestimento, que, a valor de realização, totalizaram 19 milhões de euros.

1.6.2.5. GESTÃO DE ACTIVOS

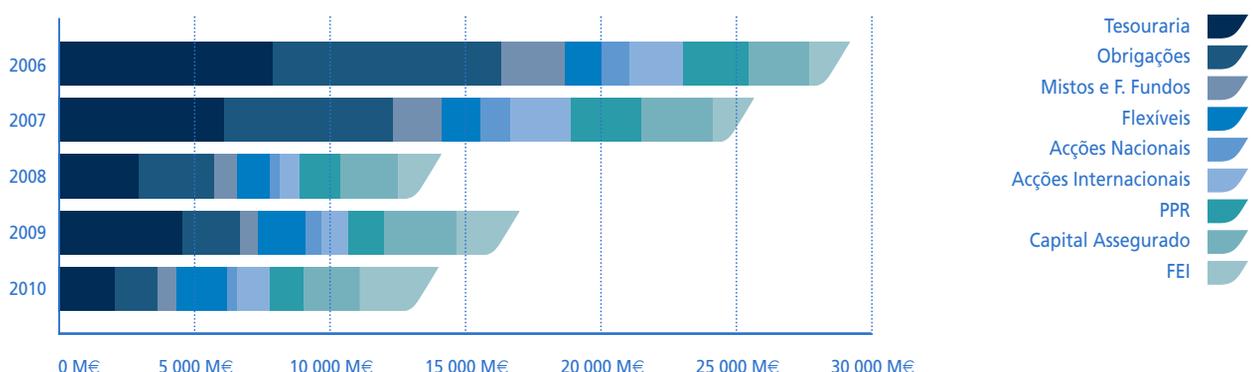
Em 2010, a actividade de Gestão de Activos em Portugal esteve condicionada pelo impacto da crise de confiança dos mercados sobre a dívida pública dos países europeus periféricos.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

Em 2010, o volume dos Fundos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas diminuiu 17,5%, vindo a situar-se em 14 219 milhões de euros, no final do ano.

Registou-se uma diminuição significativa dos fundos de maior liquidez, devido à deslocação das aplicações dos clientes bancários para Depósitos. Por seu lado, um quarto dos Fundos de Capital Garantido terminaram o seu prazo de vida e verificou-se uma enorme dificuldade de colocação de novos fundos. Apenas os Fundos Especiais de Investimento e os Fundos Flexíveis registaram taxas de crescimento positivas.

Evolução do Volume de Mercado



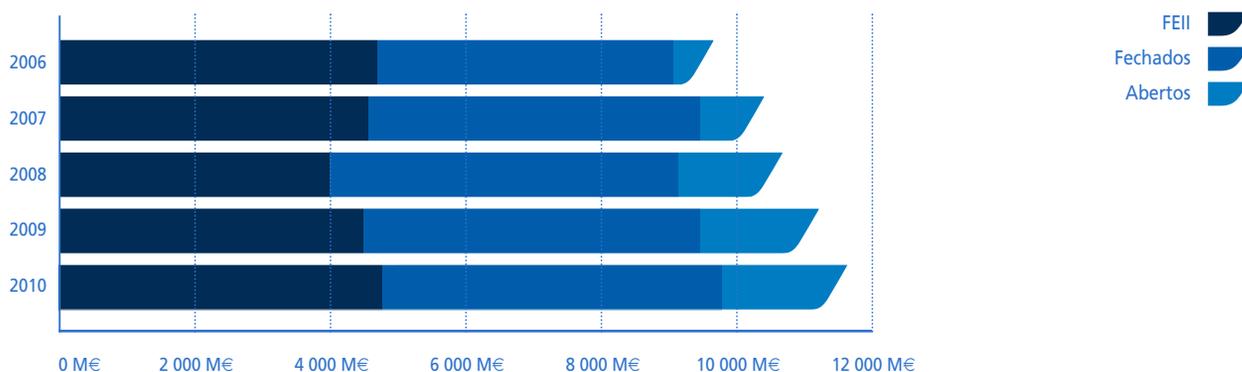
No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 84% do mercado de Fundos Mobiliários.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

O mercado de Fundos de Investimento Imobiliário, por seu lado, manteve a tendência de crescimento, tendo o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras aumentado 323 milhões de euros para 11,6 mil milhões de euros.

Este crescimento centrou-se nos fundos imobiliários abertos que aumentaram 213 milhões de euros.

Evolução do Volume de Mercado



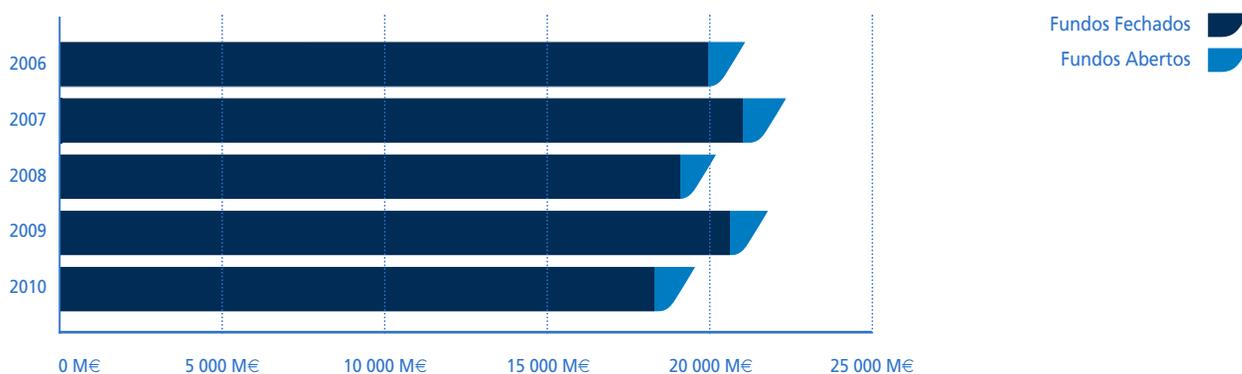
No final do ano, o mercado nacional de Fundos imobiliários continuava disperso por 35 sociedades gestoras e as cinco maiores sociedades gestoras de fundos imobiliários portuguesas concentravam 50% do mercado.

FUNDOS DE PENSÕES

Em 2010, o mercado de Fundos de Pensões baixou 10,4%, para 29,6 mil milhões de euros. O volume do mercado foi fortemente influenciado pela transferência para a Caixa Geral de Aposentações dos patrimónios dos Fundos de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom e da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Refira-se que, expurgado o efeito destas transferências, o montante dos fundos de pensões apresentaria uma redução de apenas 2%.

Os Fundos Fechados, predominantemente os fundos de pensões de bancos, continuam a dominar este segmento de mercado, representando 94% do total dos fundos de pensões. O volume dos Fundos de Pensões Abertos (incluindo PPR e PPA), por seu lado, apesar de menores, aumentou 8% em 2010.

Evolução do Volume de Mercado



No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 81% do mercado de Fundos de Pensões.

GRUPO CGD

O nível de proveitos do negócio da gestão de activos do Grupo CGD foi ligeiramente superior ao registado no ano anterior, apesar do enquadramento adverso nos mercados financeiros.

O montante dos activos sob gestão sofreu um decréscimo de 3% para 24,4 mil milhões de euros, mas as comissões geradas por este negócio aumentaram para 47,4 milhões de euros, em virtude do crescimento verificado nos Fundos de Investimento Imobiliário.

COMISSÕES GERADAS

(Milhares de euros)

	2009	2010
Fundos Mobiliários	21 176	21 727
Fundos Imobiliários	13 236	15 378
Fundos de Pensões	3 300	3 479
Gestão de Patrimónios	8 654	6 835
Total	46 366	47 418

Fundos Mobiliários – Caixagest

Em 2010, o volume médio sob gestão dos fundos mobiliários geridos pela Caixagest foi ligeiramente superior ao do ano anterior, o que se reflectiu no aumento das comissões geradas por este segmento de negócio para 21,7 milhões de euros.

Contudo, desde Abril de 2010, os fundos de maior liquidez têm vindo a diminuir, devido à crise dos mercados da dívida soberana e à consequente preferência por produtos tradicionais de *funding* bancário.

COMISSÕES GERADAS

(Milhares de euros)

	2009	2010
Comissões de Gestão	18 080	18 468
Comissões de Depositário	2 706	2 668
Comissões Subscrição e Resgate	390	591
Total	21 176	21 727

Em termos de estratégia comercial, prosseguiu-se com a consolidação da proximidade à Rede Comercial da CGD, destacando-se o aumento das formações presenciais realizadas nas várias regiões do País.

Em articulação com as redes comerciais e de *marketing* da CGD, a Caixagest prosseguiu uma estratégia de lançamento de três fundos estruturados de Capital Protegido com rentabilidade variável associada à evolução do mercado accionista, e de um Fundo do Mercado Monetário destinado a clientes com um perfil conservador e com prazo de investimento mais curto.

Em 2010, registou-se, ainda, o reembolso de cinco fundos de capital protegido num valor global de 287 milhões de euros.

No final do ano, a Caixagest geria 54 fundos de investimento mobiliário, apresentando uma carteira de produtos diversificada por vários mercados financeiros internacionais e, consequentemente, adaptada aos diversos segmentos de investidores.

Em 31 de Dezembro, o volume de activos geridos era de 3 282 milhões de euros, menos 20% que no ano anterior. A quota de mercado da Caixagest manteve-se nos 23%, mantendo a liderança do mercado, num ano marcado pelo elevado volume de resgates nos fundos de tesouraria e de obrigações.

FUNDOS SOB GESTÃO

(Milhões de euros)

	2009	2010
Fundos de Tesouraria	1 065	730
Fundos de Obrigações	566	330
Fundos de Capital Protegido	1 657	1 351
Fundos de Acções	241	260
Fundos de Fundos e Mistos	89	84
Fundos Especiais de Investimento	488	528
Total	4 106	3 282

Gestão de Patrimónios – Caixagest

A Caixagest continuou a desenvolver o seu serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da Rede Comercial da CGD e aos respectivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à nova conjuntura, sendo de destacar o especial sucesso registado ao nível da vertente da Consultoria de Investimento. No entanto, tal não foi suficiente para compensar a desvalorização das carteiras que investem em dívida pública portuguesa cujo valor de mercado foi negativamente afectado pela crise orçamental.

Desta forma, o montante sob gestão da Caixagest passou para 18 570 milhões de euros, o que representa uma descida de 2% em relação ao ano anterior. Não obstante, o Grupo CGD manteve o primeiro lugar no *ranking* por montante, com uma quota de mercado de 27%.

CARTEIRAS SOB GESTÃO

(Milhões de euros)

	2009	2010
Carteiras sob Gestão	18 865	18 570
Carteiras de Seguros	13 936	13 834
Institucionais	2 894	2 627
Fundos de Pensões	1 802	1 879
Particulares e Empresas	234	230
Activos sob Aconselhamento	273	303

Em 2010, o nível global de comissionamento diminuiu cerca de 21% para 6,8 milhões de euros, em resultado de ajustamentos no comissionamento de carteiras de clientes institucionais do Grupo CGD.

COMISSÕES GERADAS

(Milhares de euros)

	2009	2010
Comissões de Gestão	4 693	2 732
Comissões de Depositário	3 961	4 103
Total	8 654	6 835

Fundos Imobiliários – Fundimo

Em termos globais, o ano de 2010 caracterizou-se por um significativo aumento da actividade comercial da Fundimo, no que se refere ao Fundo Aberto Fundimo, como também a maiores exigências de gestão de alguns fundos fechados, particularmente atingidos pela conjuntura económica desfavorável.

O Fundo Aberto Fundimo registou um crescimento anual de 15%, consolidando a sua posição enquanto maior fundo de investimento imobiliário nacional e terminado o ano com uma rentabilidade líquida de 3,1%.

O comportamento consistente do Fundo e a continuação da estratégia de gestão implementada nos últimos anos – sem exposição ao sector residencial e privilegiando uma política que concilia a monitorização da carteira actual com a procura activa de oportunidades nas zonas *prime* do mercado imobiliário nacional – explicam o comportamento do Fundo.

Quanto aos fundos fechados geridos pela Fundimo, atendendo à situação de se encontrarem maioritariamente afectos ao desenvolvimento e promoção imobiliária, manteve-se algum abrandamento de actividade.

No final do ano, a carteira de produtos da Fundimo incluía um fundo aberto e 28 fundos fechados, totalizando 1 683 milhões de euros. Quanto à quota de mercado, a Fundimo aumentou para 14,6%, mantendo a liderança do mercado.

FUNDOS SOB GESTÃO

(Milhões de euros)

	2009	2010
Fundos Abertos (Fundimo)	923	1 064
Fundos Fechados	655	619
Total	1 578	1 683

Em 2010, as campanhas de comercialização do Fundo Aberto Fundimo permitiram uma evolução positiva das comissões geradas, que atingiram um montante de 15,4 milhões de euros, 16% superior ao do ano anterior.

COMISSÕES GERADAS

(Milhares de euros)

	2009	2010
Comissões de Gestão	9 263	12 952
Comissões de Depositário	3 072	1 470
Comissões de Resgate	901	957
Total	13 236	15 378

Fundos de Pensões – CGD Pensões

No final de 2010, o valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões ascendia a 2 183 milhões de euros, o que representa um aumento de 4% face ao ano anterior. Este aumento permitiu elevar a quota de mercado para 11,1%, mantendo o quarto lugar no *ranking* por montante.

FUNDOS SOB GESTÃO

(Milhões de euros)

	2009	2010
Fundos Abertos	112	118
Fundos Fechados	1 988	2 065
Total	2 100	2 183

Ao longo do ano, continuou a registar-se um aumento dos reembolsos nos fundos de pensões abertos, por parte de participantes já reformados; e a verificar-se a transferência de participações de fundos abertos com maior componente de acções para o Fundo Caixa Reforma Prudente, mais conservador.

O volume de comissões geradas em 2010 totalizou 3,5 milhões de euros, traduzindo o aumento verificado no volume sob gestão.

COMISSÕES GERADAS

(Milhares de euros)

	2009	2010
Comissões de Gestão	3 041	3 185
Comissões de Depositário	245	283
Comissões de Resgate	14	10
Total	3 300	3 479

1.6.2.6. ACTIVIDADE SEGURADORA E DA SAÚDE

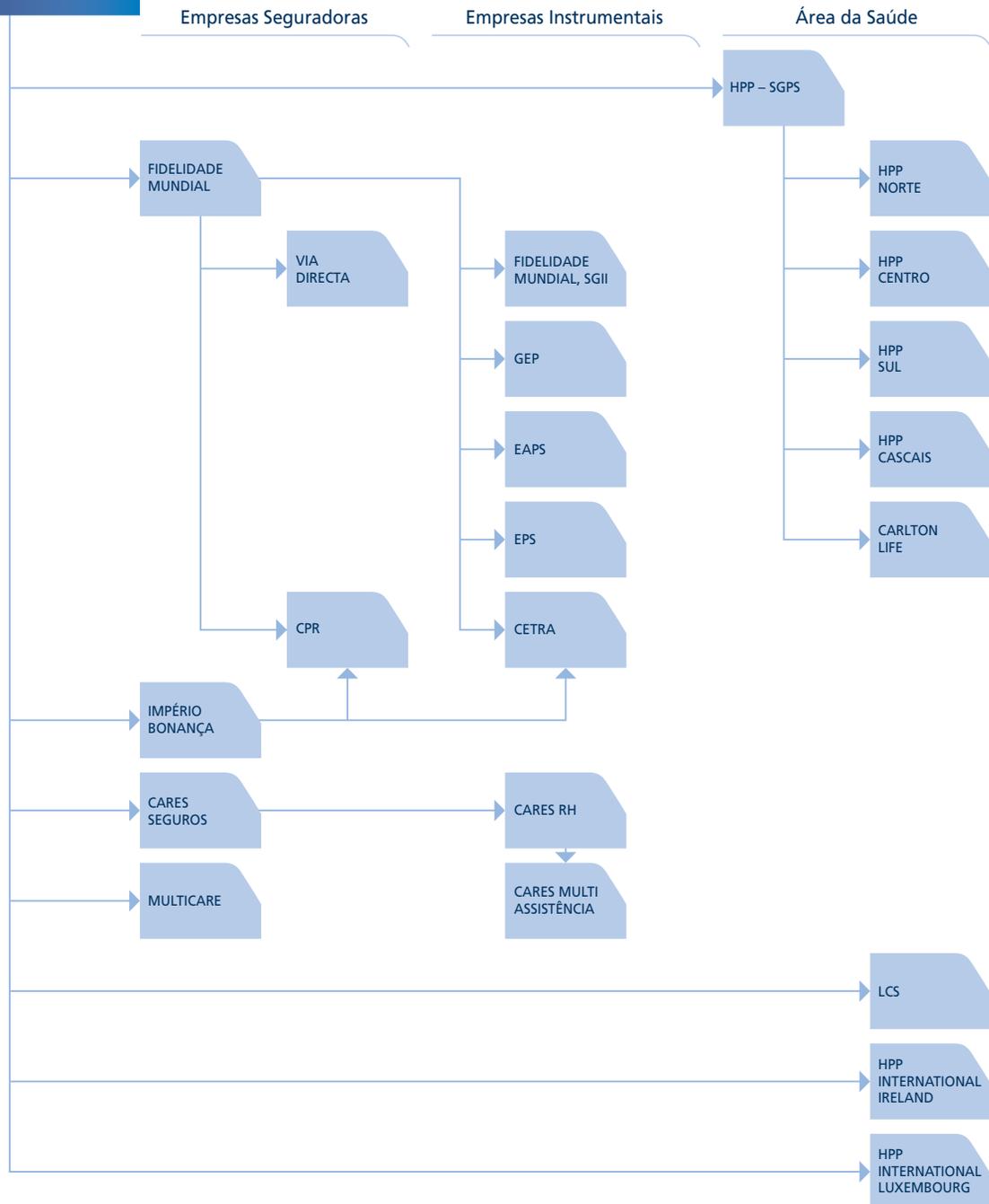
SÍNTESE DA CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

Estrutura de Participações

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA (CSS) congrega todas as participações seguradoras do Grupo CGD, operando através de diversas marcas – Fidelidade Mundial, Império Bonança, OK!Teleseguros, Multicare e Cares – suportadas pela maior e mais diversificada rede de distribuição do mercado de seguros em Portugal.

Dentro da área seguradora, detém ainda a Companhia Portuguesa de Resseguro (CPR) e um conjunto de empresas instrumentais, operando no âmbito da prestação de serviços diversificados complementares à actividade seguradora.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA integra igualmente as participações na actividade hospitalar do Grupo CGD, bem como na LCS – Linha de Cuidados de Saúde, SA.



Posicionamento da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA

A CSS actua globalmente no mercado segurador, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros no mercado nacional: Agências Fidelidade Mundial e Império Bonança; mediadores ligados, agentes e corretores; Agências bancárias CGD e balcões CTT; Internet e canal telefónico.

Tendo em conta este posicionamento e a dimensão de referência que detém, a CSS assume, igualmente, responsabilidades acrescidas enquanto difusora de boas práticas, função que, na área seguradora, adquire relevo particular perante as novas regras de solvência, de gestão de riscos, de governo das sociedades e de conduta de mercado e ética empresarial.

Na área da segurança social, a actividade seguradora da CSS encontra-se, pela natureza, experiência e imagem de solidez e confiança que as suas empresas detêm junto do público, especialmente posicionada para actuar como instrumento de políticas de fomento da poupança individual ou colectiva, de forma a mitigar o efeito da inevitável redução da taxa de substituição assegurada pelas pensões de reforma dos sistemas públicos.

Assim, o Grupo CGD elegeu a área da poupança para a reforma como objectivo estratégico, comercializando um Plano de Poupança Reforma inovador, sob a marca Leve, que tem como principal característica distintiva o facto de se encontrar associado a um cartão de crédito cuja utilização permite contribuir para o plano de poupança.

No que respeita à actividade internacional, a área seguradora da CSS definiu o enfoque da sua actuação no acompanhamento das operações desenvolvidas nos mercados estrangeiros onde a CGD marca presença autónoma ou através de empresas subsidiárias.

O crescimento da área seguradora do Grupo CGD, decorrente da aquisição da Mundial Confiança (ano 2000) e da Império Bonança (ano 2005), permitiu, por sua vez, criar condições para uma maior competitividade das estruturas de custos das seguradoras, atenuando uma das principais desvantagens concorrenciais face aos operadores internacionais que actuam no nosso mercado.

De salientar, igualmente, o posicionamento da CSS no sector da saúde, detendo já uma presença significativa, não apenas na vertente financiadora, como líder de mercado nos seguros de saúde, mas igualmente na vertente prestadora e assistencial, através da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS e da LCS – Linha de Cuidados de Saúde.

Na vertente hospitalar (via HPP), a estratégia adoptada tem privilegiado a expansão da oferta privada, com a construção e aquisição de hospitais próprios, a par da prestação de serviços de saúde públicos, através de candidaturas a parcerias público-privadas.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS DA CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

Contributo para o Resultado Líquido do Grupo CGD

A CSS obteve, em 2010, e de acordo com as normas IAS/IFRS (Grupo CGD), um resultado líquido de 66,9 milhões de euros (7,2 milhões de euros no ano anterior), com uma evolução diferenciada nas duas grandes áreas de negócio.

Assim, na actividade seguradora, o resultado atingiu 90,9 milhões de euros, apresentando uma melhoria face a 2009 (39,5 milhões de euros). Na actividade hospitalar, por seu turno, registou-se um resultado negativo de -24,0 milhões de euros (-32,3 milhões de euros no ano transacto), que continua a reflectir o impacto da fase de crescimento em curso, em particular o prosseguimento da absorção dos custos iniciais das novas unidades hospitalares.

O contributo efectivo da CSS para o resultado consolidado da CGD foi de 41,3 milhões de euros, registando um diferencial de 25,6 milhões de euros face ao resultado acima indicado, o qual decorre da eliminação de transacções intragrupo, com particular destaque para mais-valias na alienação de participações financeiras.

Principais Componentes do Contributo para o Grupo CGD

A CSS contribuiu, em 2010, com 745 milhões de euros (+122 milhões do que em 2009) para o produto da actividade do Grupo CGD, sendo 505 milhões de euros provenientes da margem técnica da actividade de seguros e 240 milhões de euros provenientes do produto da actividade financeira.

Face ao ano anterior, o contributo da margem técnica da actividade de seguros aumentou em 33 milhões de euros, reflectindo, fundamentalmente, a contenção da sinistralidade. Assim, o volume de prémios adquiridos líquidos de resseguro totalizou 1 319 milhões de euros, registando um decréscimo de 450 milhões de euros face a 2009, devido, essencialmente, à alteração da tipologia de produtos Vida capitalização, que passaram a assumir, maioritariamente, a forma de contratos de investimento, enquanto que, em paralelo, os custos com sinistros líquidos de resseguro diminuíram para 930 milhões de euros face a 1 425 milhões de euros no ano anterior.

O produto da actividade financeira, por seu turno, aumentou 89 milhões de euros face a 2009, reflectindo o predomínio do lançamento de novos produtos Vida sob a forma de contratos de investimento, o melhor resultado em operações financeiras e o crescimento da facturação na área da Saúde, com impacto nesta rubrica.

Relativamente aos custos operativos (excluindo variação de Provisões), apesar da diminuição dos custos de estrutura da área seguradora em 2,4%, registou-se um aumento global de 3,9% que teve origem, essencialmente, nos custos associados à entrada em funcionamento de novas unidades hospitalares da HPP.

Num contexto financeiro de elevada instabilidade, em particular nos mercados de dívida soberana, os resultados da CSS continuaram a ser significativamente penalizados pelas imparidades de títulos, que atingiram -134,9 milhões de euros (-113,3 milhões de euros em 2009).

Situação Líquida e Margem de Solvência

A situação líquida consolidada da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA ascende, no final de 2010, a 1 063,6 milhões de euros, inferior em cerca de 100 milhões de euros ao valor de 2009, evolução que resulta, sobretudo, da redução das reservas de justo valor. De referir, ainda, a existência de passivos subordinados no montante de 436,5 milhões de euros.

Em termos prudenciais, a margem de solvência exigida às seguradoras da CSS, no final de 2010, era de 741 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiam 1 167 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 158% (175% em 2009). Num enquadramento económico e financeiro difícil e volátil, a CSS continuou, assim, a apresentar uma confortável situação em matéria de solvência, proporcionando um elevado nível de segurança a todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com as empresas por ela detidas.

A CSS tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros, cumprindo os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras.

INDICADORES GERAIS

	2009	2010
INDICADORES CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS (Milhões de euros)		
Activo líquido	15 762,8	15 964,5
Do qual: Carteira de títulos, depósitos e caixa	13 813,7	14 070,1
Imóveis de rendimento e investimentos em associadas	329,3	338,1
Capitais próprios e interesses minoritários	1 161,6	1 063,6
Passivo	14 601,2	14 900,9
Do qual: Passivo subordinado	411,5	436,5
Responsabilidades com contratos de seguros	12 962,5	13 315,6
Provisões técnicas de seguro directo e de resseguro aceite	6 174,7	5 472,8
Responsabilidades com instrumentos financeiros	6 787,8	7 842,8
Resultado líquido	7,2	66,9
Do qual: Actividade seguradora	39,5	90,9
Actividade hospitalar	-32,3	-24,0
Rentabilidade		
ROE líquido	0,7%	6,0%
Número de empregados	5 555	5 871
Seguradoras	3 552	3 472
Empresas instrumentais	167	272
HPP (consolidado)	1 836	2 127
INDICADORES SEGURADORAS		
Prémios de seguro directo	4 470,1	5 714,0
Ramos Vida	714,1	311,3
Contratos de Investimento (instrumentos financeiros)	2 565,5	4 233,7
Ramos Não Vida	1 190,5	1 169,0
Quotas de mercado (actividade em Portugal)	30,3%	34,5%
Ramos Vida (incluindo contratos de investimento)	31,2%	37,0%
Ramos Não Vida	28,0%	27,1%
Combined Ratio dos ramos Não Vida (líquido de resseguro)	106,3%	104,6%
Loss ratio (*)	71,1%	69,7%
Expense ratio (alargado)	35,2%	34,8%
Solvabilidade (Local GAAP)		
A. Margem de solvência (Total)	1 299,0	1 167,3
B. Margem de solvência (requisito obrigatório)	740,2	740,8
Cobertura de margem de solvência (A./B.)	175,5%	157,9%

...continuação

	2009	2010
Número de agências	150	148
Número de mediadores exclusivos	2 131	2 500
INDICADORES LCS – Linha de Cuidados de Saúde		
Número de chamadas recebidas	1 659 620	656 706
Nível de satisfação	96,6%	98,1%
Nível de recomendação	98,0%	98,9%

Valores em consonância com as normas relativas à apresentação das demonstrações financeiras no formato IAS/IFRS (Grupo CGD) e correspondem às contas consolidadas.

(*) Sem custos imputados e excluindo Rendimento Técnico das Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho.

INDICADORES ÁREA DE SAÚDE (Número)

	2009	2010
Volume de negócios (milhões de euros)	143	161
Cirurgias	18 620	22 440
Diárias de internamento	148 670	173 800
Imagiologia	255 700	303 150
Atendimentos urgentes	196 600	240 300
Consultas	429 100	518 500

SÍNTESE DA ÁREA SEGURADORA

Evolução Geral do Mercado em 2010

Em 2010, o mercado segurador nacional apresentou um acréscimo na sua actividade, registando um montante de Prémios de Seguro Directo (incluindo a captação de recursos através de Contratos de Investimento), de 16,3 mil milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 12,5%.

Os ramos Vida, com um volume de prémios de 12,2 mil milhões de euros, evidenciaram um acréscimo de 17,2% face ao período homólogo, sobretudo resultante do forte crescimento registado ao nível dos Produtos de Capitalização e PPR.

O conjunto dos ramos Não-Vida, com uma produção de aproximadamente 4,2 mil milhões de euros, registou um crescimento de 0,7%, apesar do contexto macroeconómico desfavorável e de um nível de preços ainda degradado, em especial nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho.

O Sector continua a ser liderado pela Caixa Seguros e Saúde, que alcançou, no final de 2010, uma Quota de Mercado global de 34,5%, sendo líder nas Actividades Vida e Não Vida (com quotas de 37,0% e de 27,1%, respectivamente).

No que respeita ao grau de concentração do mercado segurador, verificou-se um comportamento diferenciado nos ramos Vida e Não-Vida. Assim, nos ramos Vida constatou-se um ligeiro aumento dos níveis de concentração, traduzido por um aumento da quota de Mercado dos 10 Grupos mais representativos nesta área de negócio para 94,6% face a 94,0% em 2009.

Nos ramos Não-Vida, os principais operadores evidenciam uma, também ligeira, perda de representatividade, tendo os 10 principais Grupos registado uma quota de mercado de 86,9% (face a 87,3% em 2009).

Em termos regulamentares, verificou-se a publicação de um conjunto de diplomas legais e de normas regulamentares relativas à actividade Seguradora, sendo de destacar as normas sobre provisões técnicas, regularização de sinistros, mediação, publicidade e reclamações.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA reforçou a liderança do mercado segurador nacional, com uma quota de mercado total de 34,5% (30,3% em 2009), sendo igualmente líder nos segmentos Vida e Não-Vida (quotas de 37,0% e 27,1%, respectivamente).

Aspectos Gerais

Ao longo de 2010, prosseguiu a execução do conjunto integrado de projectos designado por Programa Activation, definido para responder aos desafios colocados no âmbito do programa de acção estratégica aprovado para o triénio 2008-2010.

No âmbito deste programa, na sua vertente de reorganização da rede comercial, procedeu-se à abertura de novos espaços multimarca Fidelidade Mundial e Império Bonança, segmentados entre atendimento a clientes e centros de mediadores. No final de 2010, o número de espaços a operar no novo modelo era de 56 e 92, respectivamente.

No domínio da oferta de produtos dos ramos Vida, para além da consolidação do Leve PPR, foram comercializadas diversas *tranches* de produtos financeiros de oferta limitada que visaram fornecer aos clientes uma alternativa segura de poupança num contexto de forte instabilidade dos mercados financeiros.

No que se refere à oferta de seguros Não-Vida, há a destacar o lançamento de um novo produto de Responsabilidade Ambiental e a Oferta Global de Saúde (OGS) da Multicare, sendo a única marca de saúde do mercado a oferecer um conjunto de soluções adaptadas às diferentes necessidades dos seus clientes: Planos de Saúde, Cartões de acesso à rede e *check-ups* de prevenção, associadas à maior rede médica do País.

Produção e Quotas de Mercado

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA atingiu, em 2010, um volume de prémios de seguro directo, incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento, de 5 714 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 27,8%.

ÁREA SEGURADORA DA CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

(Milhões de euros)

	2009	2010
Actividade em Portugal		
Quota de Mercado Total	30,3%	34,5%
Ramos Vida (*)	31,2%	37,0%
Ramos Não-Vida	28,1%	27,1%
Prémios de Seguro Directo	4 396	5 633
Ramos Vida (*)	3 237	4 502
Ramos Não-Vida	1 159	1 131
<i>Combined ratio</i> líquido de resseguro (Não-Vida)	106,3%	104,6%
<i>Loss ratio</i> líquido de resseguro (Não-Vida) (**)	71,1%	69,7%
<i>Expense ratio</i> líquido de resseguro (Não-Vida)	35,2%	34,8%
Actividade no Estrangeiro		
Prémios de Seguro Directo	74	81
Ramos Vida (*)	43	43
Ramos Não-Vida	31	38

(*) Inclui contratos de investimento.

(**) Excluindo Rendimento Técnico das Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho.

A actividade em Portugal foi responsável pela grande maioria da produção (98,6%), com um volume de prémios de seguro directo de 5 632 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 28,1%, pelo que a CSS consolidou a liderança do mercado nacional com uma quota global de 34,5% (+4,2 p.p. que no ano anterior), em sintonia com a sua vocação de grupo segurador global.

A actividade Vida, em Portugal, contabilizou 4 502 milhões de euros de prémios de seguro directo, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, aumentando 39,1% face a 2009, devido à comercialização dos Produtos de Capitalização e PPR, este último reflectindo o sucesso do Produto LEVE, que materializa o posicionamento estratégico do Grupo CGD neste domínio. Tal crescimento substancial da produção da CSS traduziu-se num significativo alargamento da sua quota de mercado para 37,0% (31,2% em 2009), e num reforço da sua liderança desta área de negócio.

Na actividade Não-Vida, a produção da CSS em Portugal atingiu 1 130 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 2,5%, centrada nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, repercutindo o abrandamento económico e um nível de preços inferior ao período homólogo. A quota de mercado reduziu-se para 27,1% (28,0% em 2009), mas a CSS mantém-se líder destacada no conjunto da actividade Não-Vida (com cerca do triplo do valor evidenciado pelo concorrente mais próximo), bem como em todos os seus principais ramos.

Em virtude do maior acréscimo de produção Vida, este segmento de negócio assume uma maior preponderância na estrutura da carteira de prémios da Caixa Seguros e Saúde (80,0%) quando comparada com o sector (74,5%).

Sinistralidade

A taxa de sinistralidade de seguro directo dos ramos Não-Vida (excluindo custos imputados e o efeito dos rendimentos das Provisões Matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho) situou-se em 61,9%, um valor inferior ao registado no ano anterior, reflectindo o comportamento favorável de alguns ramos.

SINISTRALIDADE DE SEGURO DIRECTO – RAMOS NÃO-VIDA

(Milhões de euros)

	Custo com Sinistros		Taxa Sinistralidade	
	2009	2010	2009	2010
Acidentes de Trabalho	147,3	104,1	65,8%	49,2%
Doença	154,4	144,8	91,4%	82,8%
Incêndio e Outros Danos	150,0	124,9	64,0%	52,5%
Automóvel	315,6	320,1	61,1%	66,6%
Outros	32,7	55,9	27,9%	48,6%
TOTAL	800,0	750,0	63,3%	61,9%

Resultados

O resultado técnico agregado dos ramos Vida apresentou, face ao período homólogo, uma melhoria de 16 milhões de euros, atingindo 58 milhões de euros. Esta evolução reflecte, sobretudo, o comportamento favorável dos produtos associados a Vida Risco e Contratos de Investimento, continuando os Contratos de Seguro a ser fortemente penalizados pela contabilização de imparidades.

Relativamente à exploração técnica dos ramos Não-Vida, o comportamento favorável da sinistralidade foi determinante para a melhoria dos respectivos indicadores. Assim, verificou-se uma redução do *loss ratio* líquido de resseguro para 69,7% e do *expense ratio* alargado líquido de resseguro para 34,8%, pelo que o *combined ratio* líquido de resseguro (excluindo o efeito dos rendimentos técnicos das Provisões Matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho), totalizou 104,6%, tendo o resultado técnico sido marginalmente negativo.

Os Custos de Estrutura, excluindo Provisões, situaram-se em 328 milhões de euros, o que representa uma redução de 2,4% face ao período homólogo, traduzindo o esforço de racionalização e contenção que tem vindo a ser empreendido.

Em consequência da evolução atrás mencionada, o conjunto das seguradoras da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA registou, nas suas contas estatutárias, um resultado líquido agregado de 88 milhões de euros (23 milhões de euros em 2009).

O contributo da actividade seguradora para o resultado líquido do Grupo CGD foi de 90,9 milhões de euros (39,5 milhões de euros em 2009), diferindo do resultado estatutário da área seguradora por incluir adicionalmente um conjunto de empresas instrumentais, bem como alguns ajustamentos de consolidação e de passagem das contas estatutárias para as contas definidas de acordo com as normas IAS / IFRS da CGD.

Solvência

Com a gradual recuperação dos mercados financeiros, os níveis de solvência do conjunto das seguradoras da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA continuaram a progredir favoravelmente, pelo que, em 2010, a taxa de cobertura da margem de solvência atingiu 158% (175% em 2009), nível muito confortável e que transmite um elevado grau de segurança a todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com as seguradoras do Grupo CGD.

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS SEGURADORAS

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA

Em 2010, continuaram a ser implementadas medidas de reforço da marca Fidelidade Mundial e de dinamização comercial, através da realização de campanhas promocionais, da melhoria das ferramentas informáticas de suporte à venda e do lançamento e promoção de novos produtos com características inovadoras.

De referir, igualmente, o desenvolvimento do projecto *assurfinance*, através da oferta, pela rede de mediação, de crédito imobiliário e de financiamento automóvel do Grupo CGD a clientes da Fidelidade Mundial.

Nos ramos Vida, para além do desenvolvimento evidenciado pelo Leve PPR, foram comercializadas diversas *tranches* de produtos financeiros de oferta limitada que visaram fornecer aos clientes uma alternativa segura de poupança num contexto de forte instabilidade dos mercados financeiros.

Em termos de produção, a Companhia mantém a liderança destacada do mercado com uma quota de 30,9% (+4,7 p.p. que em 2009), tendo registado um montante de prémios na actividade em Portugal de 5 055 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), que correspondeu a um acréscimo de 32,7% face ao ano anterior.

A actividade Vida, que foi a principal responsável pelo aumento da carteira de prémios em Portugal, atingiu uma produção de 4 359 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 40,7%, o que permitiu um significativo reforço da quota de mercado para 35,8% (+ 6,0 p.p.), consolidando, assim, a liderança nesta área de negócio.

A actividade Não-Vida apresentou um montante de prémios de 697 milhões de euros, sofrendo um decréscimo de 2,2%, o que conduziu a uma perda de 0,5 p.p. na quota de mercado para 16,7%.

Por seu lado, a actividade no estrangeiro evidenciou uma produção de 80 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondente a um acréscimo de 19,2%, para o qual contribuíram todas as Sucursais.

No que respeita aos resultados do exercício, a companhia obteve, nas suas contas estatutárias, um resultado líquido de 65,8 milhões de euros, o que representa uma evolução significativa face ao resultado do ano anterior (25,5 milhões de euros), decorrente da melhoria da margem técnica na actividade em Portugal, da realização de mais-valias e do resultado das Sucursais.

A margem de solvência exigida à Fidelidade Mundial, no final de 2010, era de 562 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiam 850 milhões de euros, pelo que o rácio de cobertura da margem de solvência se situou em 151,2% (181,9% no final de 2009), representando um elevado índice de segurança para todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com a seguradora.

A Fidelidade Mundial terminou o exercício de 2010 com um montante de activos afectos à representação das responsabilidades técnicas de 12,2 mil milhões de euros (12,1 mil milhões em 2009), tendo atingido um rácio de cobertura das mesmas de 103,8% (106,4% no exercício anterior), e um excesso de activos afectos de aproximadamente 444 milhões de euros (726 milhões em 2009).

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL – CONTAS INDIVIDUAIS ^(a)

(Milhares de euros)

	2009	2010
PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO		
Prémios de Seguro Directo – Actividade Total	3 877 853	5 135 188
Prémios de Seguro Directo – Actividade em Portugal	3 810 945	5 055 438
Ramo Vida ^(*)	3 098 141	4 358 619
Ramo Não-Vida	712 804	698 820
QUOTA DE MERCADO EM PORTUGAL	26,3%	30,9%
Ramo Vida	29,8%	35,8%
Ramo Não-Vida	17,2%	16,7%
Activo líquido	12 873 757	13 057 276
Capitais próprios	954 033	782 282
Resultado líquido	25 498	65 763
Rácio de Cobertura da Margem de Solvência	181,9%	151,2%
Capital social	400 000	400 000
% Grupo CGD	100%	100%
Número de empregados	1 817	1 717
Número de agências	124 ^(b)	148 ^(b)
Mediadores exclusivos	1 111	1 358
Lojas em <i>franchising</i> (PVE)	309	296

(a) Os valores apresentados estão em consonância com as normas relativas à actividade seguradora.

(b) Inclui espaços partilhados com a Império Bonança.

(*) Inclui contratos de investimento.

Existe, ainda, um conjunto de activos não afectos, mas passíveis de representação destas responsabilidades, que aumentariam o rácio de cobertura para 105,5% (107,9% no ano transacto).

Império Bonança – Companhia de Seguros, SA

Em 2010, continuaram a ser implementadas medidas de reforço da marca Império Bonança e de dinamização comercial, através da realização de campanhas promocionais, da melhoria das ferramentas informáticas de suporte à venda e do lançamento e promoção de novos produtos com características inovadoras.

Paralelamente, foram também lançados vários produtos financeiros com rendimento e capital garantido, para além da sempre disponível e abrangente oferta destinada quer a clientes particulares, quer a empresas.

No que respeita à actividade em Portugal, atingiu-se um montante de prémios de 535 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), o que representa, face a 2009, um decréscimo de 1,9%, tendo a quota de mercado descido 0,5 p.p., para 3,3%.

Os prémios dos ramos Vida totalizaram 143 milhões de euros, apresentando um aumento de 3,2%, bastante abaixo do Mercado dada a ausência da companhia no canal bancário, pelo que a quota se reduziu para 1,2%. Saliente-se o crescimento de 18,1% evidenciado pelos PPR, produto que tem características de continuidade e de longo prazo, e constitui um objectivo estratégico do Grupo CGD.

Os ramos Não-Vida totalizaram uma produção de 392 milhões de euros, o que permitiu atingir uma quota de 9,4%, posicionando-se, nesta área de negócio, como a segunda maior seguradora nacional, logo a seguir à Fidelidade Mundial.

O resultado líquido da Império Bonança, em contas estatutárias, foi de 19,4 milhões de euros, um acréscimo de 25,8 milhões de euros face ao ano anterior, decorrente do aumento da margem técnica dos ramos Vida e da redução dos custos de funcionamento.

A Império Bonança apresentava, no final de 2010, uma taxa de cobertura da margem de solvência de 232% (196% em 2009), uma vez que a margem exigida se situava nos 121 milhões de euros, enquanto que os elementos constitutivos da mesma atingiam 281 milhões de euros. A empresa reforçou, assim, o seu confortável nível de solvência, proporcionando um elevado índice de segurança a todos os segurados e agentes económicos que com ela se relacionam.

A Império Bonança terminou o exercício de 2010 com um montante de activos afectos à representação das responsabilidades técnicas de 1,8 mil milhões de euros, atingindo um rácio de cobertura das mesmas de 107,3%, tendo um excesso de activos afectos de aproximadamente 123 milhões de euros (188 milhões em 2009).

Existe, ainda, um conjunto de activos não afectos, mas passíveis de representação destas responsabilidades, que aumentariam o rácio de cobertura para 115,7%.

IMPÉRIO BONANÇA COMPANHIA DE SEGUROS – CONTAS INDIVIDUAIS ^(a)

(Milhares de euros)

	2009	2010
PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO		
Prémios de Seguro Directo – Actividade Total	552 683	536 620
Prémios de Seguro Directo – Actividade em Portugal	545 561	535 450
Ramo Vida ^(*)	138 487	142 980
Ramo Não-Vida	407 074	392 470
QUOTA DE MERCADO EM PORTUGAL	3,8%	3,3%
Ramo Vida	1,3%	1,2%
Ramo Não-Vida	9,9%	9,4%
Activo líquido	2 268 831	2 187 672
Capitais próprios	210 177	230 089
Resultado líquido	-6 364	19 421
Rácio de Cobertura da Margem de Solvência	196,0%	232,3%
Capital social	202 005	202 005
% Grupo CGD	100%	100%
Número de empregados	1 261	1 235
Número de agências	113 ^(b)	148 ^(b)
Mediadores exclusivos	1 020	1 142
Lojas em <i>franchising</i> (PVE)	206	213

(a) Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas relativas à actividade seguradora.

(b) Inclui espaços partilhados com a Fidelidade Mundial.

(*) Inclui contratos de investimento.

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DAS RESTANTES SEGURADORAS E EMPRESAS INSTRUMENTAIS

Relativamente à evolução individual das restantes empresas sob gestão da área seguradora da CSS e consideradas para efeitos de consolidação das demonstrações financeiras, cabe destacar os seguintes aspectos:

- A Via Directa, que opera sob a marca Ok!Telesseguros, registou, num contexto de mercado particularmente difícil, um acréscimo de 4,2% no seu volume de prémios, para 40 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido negativo em 3 milhões de euros – resultado que se deve, essencialmente, à ocorrência inusitada, no ano em análise, de um conjunto de sinistros particularmente gravosos;
- A Cares, empresa de seguros de assistência, contabilizou um montante de prémios de 46 milhões de euros, registando um decréscimo de 3% face ao ano anterior, e um resultado líquido de 5,3 milhões de euros;
- A Multicare, seguradora vocacionada para a exploração de seguros de saúde, contabilizou um montante de prémios de resseguro aceite de 174 milhões de euros, tendo registado um resultado líquido de 603 mil euros;
- A CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros continuou a gerir a carteira de sinistros em *run-off* e alcançou um resultado líquido de 5,3 milhões de euros – decorrente essencialmente de operações de valorização de activos representativos das provisões;
- A GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, SA, responsável pela peritagem de sinistros das seguradoras da CSS, atingiu uma facturação de 21 milhões de euros, tendo alcançado um resultado líquido de 78 mil euros;
- A EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA continuou a contribuir positivamente para a actividade da CSS nas suas áreas de competência específica, com um volume de negócios de 2 milhões de euros e registando um resultado líquido de 37 mil euros;
- A Fidelidade Mundial, SGII, vocacionada para a gestão de património imobiliário, contribuiu com um montante de 381 mil euros para o resultado líquido da CSS;
- A Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, unidade especializada na reparação de automóveis, obteve um volume de facturação de 2,4 milhões de euros, sendo o resultado líquido de 216 mil euros;
- A LCS – Linha de Cuidados de Saúde alcançou um volume de negócios de 10 milhões de euros e um resultado líquido de 330 mil euros.

SÍNTESE DA ÁREA DE SAÚDE

No âmbito da actividade da saúde, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA detém a HPP, SGPS, que agrega as participações do Grupo CGD na área hospitalar, bem como 100% da HPP International (Ireland e Luxembourg).

Enquadramento

A actividade do Grupo CGD na área da Saúde enquadra-se no contexto do aparecimento e expansão de grandes projectos privados neste sector em Portugal, nos últimos anos, que vêm complementando, de forma crescente, o papel tradicional do sector público no que diz respeito aos grandes sistemas de saúde. As unidades de saúde privadas têm vindo a concentrar o esforço na disponibilização da oferta de serviços de excelência, com profissionais altamente qualificados e os mais modernos equipamentos, respondendo a uma procura crescente e selectiva, potenciada por uma adesão crescente aos seguros de saúde.

Os indicadores disponíveis apontam para uma dimensão já significativa e rapidamente crescente do sector privado de saúde. Estima-se que o volume de negócios dos hospitais atinja os 1 200 milhões de euros nos próximos dois a três anos. Os hospitais privados têm actualmente mais de 3 000 camas, devendo atingir as 5 000 com novas unidades de saúde; são já responsáveis pela realização de mais de 25% das cirurgias em Portugal; e apresentam um peso crescente em todos os indicadores de produção clínica.

Neste contexto, a HPP constitui um dos grandes operadores e uma empresa de referência no sector em Portugal; oferece um produto de qualidade; dispõe de uma rede privada de prestação de cuidados de saúde com implantação e cobertura a nível nacional; e tem uma presença distintiva nos segmentos de cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, e em meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Actividade Operacional

O ano de 2010 fica marcado pela abertura do novo Hospital de Cascais em Parceria Público-Privada e pelo alargamento do âmbito dos serviços prestados, após um ano de gestão nas antigas instalações.

A Norte, destaca-se a conclusão das obras da área de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital da Boavista e a instalação de mais um novo equipamento de Ressonância Magnética, bem como a dinamização da actividade operatória do Hospital de Sangalhos.

Na Grande Lisboa, o Hospital dos Lusíadas consolidou o crescimento já iniciado no ano anterior, aumentando a sua quota de mercado.

No Sul do país, as unidades de Faro e de Lagos atingiram *performances* alinhadas com os objectivos definidos, encontrando-se concluído o projecto de construção do novo Hospital de Faro, para substituição das actuais instalações.

Em termos consolidados, a empresa apresenta uma variação positiva, em relação ao período homólogo, de 12,1% no total de rendimentos operacionais (163,4 milhões de euros). Na vertente de produção clínica, registam-se, igualmente, crescimentos significativos entre 2009 e 2010, tendo-se verificado um incremento de 21% nas consultas; de 24% nos atendimentos urgentes; de 21% nas cirurgias; de 11% nas diárias de internamento; de 24% nos exames de imagiologia; e de 88,5% nos partos.

A actividade do Grupo na área da saúde registou um resultado negativo de -24,0 milhões de euros (-32,3 milhões de euros no ano transacto), que continua a reflectir o impacto da fase de crescimento em curso, em particular o prosseguimento da absorção dos custos iniciais das novas unidades hospitalares.

Outros factos que merecem destaque no ano que findou são:

- Continuação da implementação do processo de acreditação dos hospitais do Grupo junto da Joint Commission International;
- Aquisição, em Outubro de 2010, da totalidade da participação na Carlton Life, empresa que oferece soluções abrangentes e especializadas nas áreas da avaliação geriátrica, dos cuidados de longo prazo e do alojamento para seniores e que possibilitará a expansão da actividade dos Hospitais da Boavista e dos Lusíadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS INDICADORES (IAS / IFRS)

CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA ^(a)

(Milhões de euros)

	2009	2010
RESUMO DO BALANÇO CONSOLIDADO		
Activo Líquido		
Carteira de títulos, depósitos e caixa	13 813,7	14 070,1
Imóveis de rendimento e investimentos em associadas	329,3	338,1
Outros activos tangíveis e intangíveis	501,3	502,5
Activos por impostos correntes e diferidos	113,6	159,1
Provisões técnicas de resseguro cedido	255,1	260,2
Outros activos	749,7	634,5
Total do Activo	15 762,8	15 964,5
Passivo e Situação Líquida		
Passivo		
Passivos financeiros (contratos de investimento)	6 787,8	7 842,8
Provisões técnicas (contratos de seguro)	6 430,0	5 733,0
Outras provisões	48,6	74,1
Passivos por impostos correntes e diferidos	60,2	48,8
Passivos subordinados	411,5	436,5
Outros passivos	863,1	765,7
Total do Passivo	14 601,2	14 900,9

...continuação

(Milhões de euros)

	2009	2010
Situação Líquida		
Capital	448,4	448,4
Prémios de emissão	184,4	184,4
Reservas	506,0	346,3
Dividendos antecipados	0,0	0,0
Resultado líquido	7,2	66,9
Interesses minoritários	15,6	17,6
Total da Situação Líquida	1 161,6	1 063,6
Total do Passivo e da Situação Líquida	15 762,8	15 964,5
RESUMO DOS GANHOS E PERDAS (CONSOLIDADO)		
Produto da actividade financeira	150,0	239,7
Margem técnica da actividade de seguros	472,0	505,5
Custos de exploração, incluindo variação de provisões	-481,6	-527,6
Imparidades	-113,0	-134,9
Resultados em empresas associadas	0,4	-0,1
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	27,8	82,6
Imposto sobre o rendimento	-20,0	-14,2
Interesses minoritários	-0,6	-1,5
Resultados depois de impostos e de interesses minoritários	7,2	66,9

(a) Valores em consonância com as normas relativas à apresentação das demonstrações financeiras no formato IAS/IFRS (Grupo CGD) e correspondem às contas consolidadas.

1.7. ANÁLISE FINANCEIRA

1.7.1. ACTIVIDADE CONSOLIDADA

1.7.1.1. RESULTADOS E RENDIBILIDADE

Os resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos ascenderam, em 2010, a 250,6 milhões de euros, o que representou uma quebra de 10,2% face ao ano anterior.

Antes de impostos e de interesses minoritários, os Resultados atingiram 364,4 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao observado em 2009 (-2,7%).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Consolidado)

(Milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	1 641 345	1 612 735	-28 610	-1,7%
Juros e rendimentos similares	5 317 030	4 388 089	-928 941	-17,5%
Juros e encargos similares	3 784 087	2 972 831	-811 256	-21,4%
Rendimentos de instrumentos de capital	108 402	197 477	89 075	82,2%
Margem complementar (2)	866 893	977 666	110 773	12,8%
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	447 768	502 315	54 547	12,2%
Resultados em operações financeiras	199 497	124 388	-75 109	-37,6%
Outros resultados de exploração	219 629	350 963	131 334	59,8%
Margem técnica da actividade seguradora (3)	491 235	508 998	17 763	3,6%
Prémios líquidos de resseguros	1 774 167	1 323 352	-450 815	-25,4%
Rendimento invest. afecto contratos de seguros	250 125	206 767	-43 358	-17,3%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	1 425 806	931 660	-494 146	-34,7%
Comissões e outras prov. e custos associados	-107 250	-89 461	17 789	-16,6%
Produto de actividade (4)=(1)+(2)+(3)	2 999 474	3 099 398	99 924	3,3%
Custos operativos (5)	1 936 431	1 967 180	30 749	1,6%
Custos com pessoal	1 040 370	1 047 134	6 764	0,7%
Fornecimentos e serviços de terceiros	698 080	721 197	23 117	3,3%
Depreciações e amortizações	197 981	198 849	868	0,4%
Resultado bruto de exploração (6)=(4)-(5)	1 063 042	1 132 218	69 176	6,5%
Provisões e imparidade (7)	684 185	774 892	90 707	13,3%
Provisões e imparidade de crédito líq. anulações e reversões	424 905	420 232	-4 673	-1,1%
Imparidade de outros activos, líquida	259 280	354 660	95 380	36,8%
Resultados em empresas associadas (8)	-4 404	7 100	11 504	-261,2%
Resultados antes de impostos e de int. minorit. (9)=(6)-(7)+(8)	374 453	364 426	-10 027	-2,7%
Impostos (10)	70 210	65 039	-5 171	-7,4%
Correntes	-8 562	129 220	137 782	1609,2%
Diferidos, líquido	78 773	-64 181	-142 954	-181,5%
Resultado líquido consolidado do exercício (11)=(9)-(10)	304 243	299 387	-4 856	-1,6%
Atribuível a interesses minoritários	25 343	48 806	23 463	92,6%
Atribuível ao accionista da CGD	278 899	250 582	-28 317	-10,2%

Esta evolução traduziu o reconhecimento, na demonstração de resultados, de imparidades relativas sobretudo a participações detidas pela CGD e títulos das carteiras das seguradoras do Grupo, no montante de 339,1 milhões de euros. Estas menos-valias potenciais, que têm vindo a ser acumuladas desde o 2.º semestre de 2008, já se encontravam, na sua maior parte, anteriormente registadas em Reservas de justo valor. O efeito prolongado da desvalorização destes activos determinou a sua transferência para custos do exercício, sob a forma de perdas por imparidade.

Para o Resultado líquido do Grupo, antes da Imparidade de títulos líquida de Impostos, contribuíram a actividade bancária da área nacional e internacional, com 323,2 milhões e 78,8 milhões de euros, respectivamente, e a actividade da área seguradora e de saúde, com 109,5 milhões de euros.

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO CGD

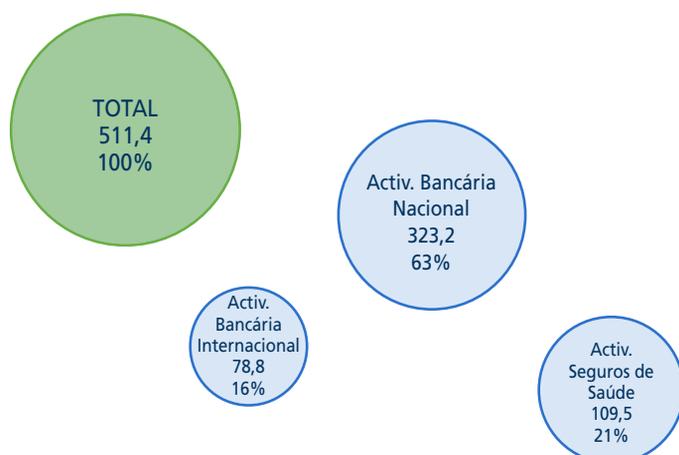
(Milhares de euros)

	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados antes da Imparidade de Títulos ⁽¹⁾ :	443 694	511 390	67 696	15,3%
Actividade bancária	362 569	401 913	39 345	10,9%
Nacional	293 773	323 153	29 380	10,0%
Internacional	68 796	78 761	9 965	14,5%
Actividade dos seguros e saúde	81 125	109 476	28 351	34,9%
Imparidade de Títulos ⁽¹⁾	164 794	260 808	96 013	58,3%
Resultado Líquido Consolidado	278 899	250 582	-28 317	-10,2%

(1) Líquida de impostos.

Contribuição para o Resultado (Antes de imparidade de títulos, líquida de impostos)

(Milhões de euros)



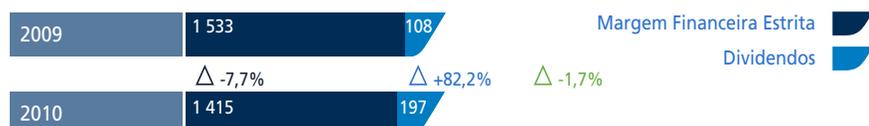
Nota: A imparidade de Títulos (líquida de impostos) registou o valor de 260,8 milhões de euros.

A margem financeira alargada totalizou 1 612,7 milhões de euros, montante ligeiramente inferior ao registado em 2009, tendo o aumento registado nos rendimentos de instrumentos de capital (+89 milhões de euros, +82,2%) compensado parcialmente a redução em 117,7 milhões de euros (-7,7%) da margem financeira estrita.

De referir que a evolução negativa da margem financeira se ficou a dever, entre outros factores, ao impacto da redução das taxas de juro, que não é susceptível de reflectir a curto prazo a subida de custo do *funding*.

Margem Financeira Alargada

(Milhões de euros)



Relativamente aos dividendos, merece particular destaque os rendimentos provenientes da PT – Portugal Telecom e EDP – Electricidade de Portugal, que, em conjunto, totalizam 135,7 milhões de euros.

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

(Milhares de euros)

	2009	2010
Portugal Telecom, SGPS, SA	45 752	98 264
EDP – Energias de Portugal, SA	31 659	37 448
Fundos de Investimento	-	25 828
ZON Multimédia, SGPS, SA	6 545	5 972
AdP – Águas de Portugal, SA	-	4 677
REN – Rede Eléctrica Nacional, SA	4 405	1 302
Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2 963	2 804
UNICRE – Cartão Internacional de Crédito	2 816	2 024
GALP Energia, SGPS, SA	2 761	3 067
Banco Comercial Português, SA	2 617	2 918
Outros	8 885	13 172
Total	108 402	197 477

A margem complementar totalizou 977,7 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 110,8 milhões de euros (+12,8%) para o que contribuiu, em grande medida, o comportamento das comissões e de outros resultados de exploração.

As comissões líquidas somaram 502,3 milhões de euros, correspondente a uma subida de 54,5 milhões (+12,2%), sobressaindo os aumentos verificados nas rubricas respeitantes a crédito (19,6 milhões de euros, +19,9%), às operações sobre Instrumentos Financeiros (9,3 milhões de euros, +51,5%) e à Prestação de Serviços (9,7 milhões de euros, +9,9%). Em contrapartida, as comissões relativas à gestão de activos voltaram a registar uma redução que atingiu 4,4 milhões de euros (-9,6%).

Os resultados em operações financeiras desceram para 124,4 milhões de euros, reflectindo a forte penalização sofrida com a instabilidade nos mercados de dívida pública.

Os outros resultados de exploração foram influenciados pela mais-valia no montante de 103,9 milhões de euros decorrente da venda do Edifício-Sede da CGD ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do processo de reorganização e optimização dos activos da CGD, designadamente dos activos imobiliários de uso próprio. Esta operação contempla o arrendamento, pela CGD, do referido imóvel por um período mínimo de 20 anos, mantendo o Banco a opção de compra do mesmo ao valor de mercado.

A margem técnica da actividade de seguros contribuiu com 509 milhões de euros para o produto da actividade do Grupo, correspondente a um aumento de 17,8 milhões de euros face ao ano anterior (+3,6%).

O volume de prémios adquiridos líquidos de resseguro totalizou 1 323,4 milhões de euros, montante inferior ao observado no ano precedente (-25,4%). O mesmo comportamento foi registado nos custos com sinistros líquidos de resseguro que diminuíram 494 milhões de euros (-34,7%), para 931,7 milhões de euros.

Em resultado da evolução descrita, o produto da actividade bancária e seguradora totalizou 3 099,4 milhões de euros, registando uma melhoria de 99,9 milhões (+3,3%) comparativamente ao ano anterior.

Os custos operativos apresentaram uma tendência de contenção (+1,6%), tendo ascendido a 1 967,2 milhões de euros. As variações nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços de terceiros foram de 0,7% e 3,3%, respectivamente. Este comportamento beneficiou da evolução verificada na actividade individual da CGD, onde a redução, ocorrida em todas as suas componentes de custos, atingiu cerca de 2,4%.

Nos fornecimentos e serviços de terceiros, os principais custos e respectivas variações foram os seguintes:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação
Total	698,1	721,2	3,3%
Do qual:			
Água, energia e combustíveis	23,6	24,8	5,3%
Rendas e alugueres	81,7	81,3	-0,5%
Comunicações	57,0	54,0	-5,3%
Publicidade e edição de publicações	53,0	48,0	-9,5%
Conservação e reparação de material	48,5	51,5	6,1%
Informática	106,9	110,7	3,5%
Estudos e consultoria	24,2	23,2	-4,2%

Face à evolução descrita dos custos de estrutura e do produto da actividade bancária e seguradora, o *cost-to-income* do Grupo melhorou de 64,7% para 63,3%, enquanto que este indicador de eficiência relativo à actividade individual da CGD se fixou em 58,5%. Igualmente, verificou-se uma melhoria do rácio dos Custos operativos / Activo líquido médio de 1,65% para 1,59% em 2010:

RÁCIOS DE EFICIÊNCIA

	2009	2010
<i>Cost-to-income</i> (activ. consolidada)	64,7%	63,3%
Custos Pessoal / Produto Actividade ⁽¹⁾	34,7%	33,7%
Fornec. e Serviços de Terceiros / Produto Actividade ⁽¹⁾	23,3%	23,2%
Custos Operativos / Activo líquido médio	1,65%	1,59%

(1) Inclui Resultados em empresas associadas.

As Provisões e a Imparidade do crédito, líquidas de anulações e reversões foram de 420,2 milhões de euros, em 2010 (-1,1%), e a Imparidade de outros activos líquida atingiu 354,7 milhões de euros, dos quais 339,1 milhões relativos a títulos, designadamente da EDP, ZON e BCP, fundos de investimento e títulos das carteiras das seguradoras do Grupo.

PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO

(Milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
PROVISÕES				
Dotação para provisões	130 294	126 266	-4 028	-3,1%
Reposição e anulação de provisões	122 234	75 136	-47 098	-38,5%
Provisões (líquidas)	8 059	51 130	43 071	534,4%
IMPARIDADE				
(a) De crédito (1) - (2) - (3)	416 846	369 102	-47 744	-11,5%
Perdas de imparidade (1)	1 176 650	1 674 681	498 031	42,3%
Crédito a clientes	420 736	616 961	196 225	46,6%
Crédito e juros vencidos – crédito a clientes	755 914	1 057 720	301 806	39,9%
Reversões por perda de imparidade (2)	719 237	1 270 596	551 359	76,7%
Crédito a clientes	368 115	520 350	152 235	41,4%
Crédito e juros vencidos – crédito a clientes	351 121	750 246	399 124	113,7%
Recuperação de crédito (3)	40 567	34 984	-5 583	-13,8%
De créditos incobráveis	33 071	32 068	-1 003	-3,0%
De juros e despesas de crédito vencido	7 496	2 916	-4 580	-61,1%

...continuação

(Milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
(b) De outros activos (1) - (2)	259 280	354 660	95 380	36,8%
Perdas de imparidade (1)	336 596	493 286	156 690	46,6%
Aplicações em instituições de crédito	69 041	73 015	3 974	5,8%
Devedores e outras aplicações	8 123	2 372	-5 751	-70,8%
Títulos	212 889	344 374	131 485	61,8%
Investimentos em filiais excluídas consolid.	161	0	-161	-100,0%
Activos não financeiros e outros	46 383	73 525	27 142	58,5%
Reversões por perda de imparidade (2)	77 316	138 625	61 309	79,3%
Aplicações em instituições de crédito	15 189	81 168	65 979	434,4%
Devedores e outras aplicações	39 564	2 062	-37 502	-94,8%
Títulos	641	5 247	4 606	718,6%
Activos não financeiros e outros	21 923	50 149	28 226	128,8%
Imparidade líquida (a) + (b)	676 126	723 762	47 636	7,0%
PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	684 185	774 892	90 707	13,3%

Traduzindo a quebra dos resultados, a rentabilidade líquida dos capitais próprios (ROE) situou-se em 4,1% (5,0% antes de impostos) e a rentabilidade líquida do activo (ROA) em 0,24% (0,29% antes de impostos):

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

	2009	2010
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – ROE ⁽¹⁾	5,9%	5,0%
Rendibilidade, após impostos, dos capitais próprios – ROE ⁽¹⁾	4,8%	4,1%
Rendibilidade bruta dos activos – ROA ⁽¹⁾	0,32%	0,29%
Rendibilidade, após impostos, dos activos – ROA ⁽¹⁾	0,26%	0,24%
Produto da actividade ⁽²⁾ / Activo líquido médio	2,56%	2,51%

(1) Considerando os valores de Capitais Próprios e de Activo líquido médios.

(2) Inclui Resultados em empresas associadas.

1.7.1.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

No final do ano de 2010, o activo líquido do Grupo CGD ascendia a 125,9 mil milhões de euros, progredindo 4,9 mil milhões (+4%) relativamente ao ano anterior, com origem principalmente no crédito a clientes e nas aplicações em títulos.

BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 926	1 469	-458	-23,8%
Aplicações em instituições de crédito	9 591	4 689	-4 902	-51,1%
Crédito a clientes	77 222	81 907	4 685	6,1%
Aplicações em títulos	25 929	30 547	4 619	17,8%
Investimentos em filiais e associadas	26	28	2	8,8%
Propriedades de investimento	354	396	42	11,9%
Activos intangíveis e tangíveis	1 590	1 569	-21	-1,3%
Activos por impostos correntes	128	90	-38	-29,4%
Activos por impostos diferidos	951	1 089	138	14,5%
Provisões técnicas de resseguro cedido	258	265	6	2,4%
Outros activos	3 009	3 812	802	26,7%
Total	120 985	125 862	4 877	4,0%



	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	6 479	14 604	8 125	125,4%
Recursos de clientes	64 256	67 680	3 424	5,3%
Passivos financeiros	1 902	1 712	-190	-10,0%
Responsabilidades representadas por títulos	25 182	19 307	-5 876	-23,3%
Provisões	796	803	7	0,9%
Provisões técnicas de contratos de seguros	6 439	5 743	-696	-10,8%
Passivos subordinados	3 202	2 800	-401	-12,5%
Outros passivos	5 572	5 373	-199	-3,6%
Total	113 828	118 022	4 194	3,7%
Capitais Próprios	7 157	7 840	683	9,5%
Total	120 985	125 862	4 877	4,0%

Para o Activo Líquido do Grupo, contribuíram, sobretudo, a actividade individual da CGD, com 72,6% do total (75,5% em 2009), a Caixa Seguros e Saúde com 10,6%, o Banco Caixa Geral em Espanha com 5%, a Caixa Leasing e Factoring com 2,9% e o BNU (Macau) com 2%.

ACTIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009		2010	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
GRUPO CGD				
Caixa Geral de Depósitos	91 355	75,5%	91 379	72,6%
Caixa Seguros e Saúde	12 668	10,5%	13 335	10,6%
Banco Caixa Geral (Espanha)	4 474	3,7%	6 352	5,0%
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	2 204	1,8%	2 467	2,0%
Caixa Banco de Investimento	1 763	1,5%	1 856	1,5%
Caixa Leasing e Factoring	3 498	2,9%	3 659	2,9%
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	759	0,6%	991	0,8%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	576	0,5%	597	0,5%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	485	0,4%	579	0,5%
Partang (Banco Totta Angola)	134	0,1%	934	0,7%
Outras empresas ^(a)	3 069	2,5%	3 713	3,0%
Activo Líquido Consolidado	120 985	100,0%	125 862	100,0%

(a) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial.

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES E RECURSOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito somaram 6,2 mil milhões de euros, enquanto os Recursos obtidos junto das mesmas entidades foram de 14,6 mil milhões, dos quais 6,55 mil milhões relativos a financiamentos obtidos pela CGD junto do Banco Central Europeu.

CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (bruto) alcançou 84,5 mil milhões de euros, o que representou um incremento de 4,9 mil milhões de euros comparativamente com os valores apresentados em Dezembro de 2009.

Cerca de 77,5% do total do crédito a clientes respeitavam à actividade da CGD em Portugal, sendo de salientar, na actividade internacional, os aumentos verificados no Banco Caixa Geral (Espanha), com +761 milhões de euros (+17,4%), no Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique), com +165 milhões de euros (+29,9%), e na Partang SGPS (Banco Caixa Geral Totta de Angola), com +128,6 milhões de euros (+385%).

Crédito a Clientes

(Milhões de euros)

Crédito Total



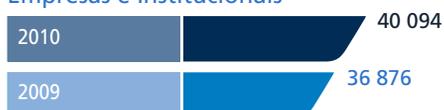
Particulares



Sector Púb. Administrativo



Empresas e Institucionais



CRÉDITO A CLIENTES ^(a) POR SEGMENTOS DE CLIENTES Saldos em 31 de Dezembro

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2009	2010
Empresas e Institucionais	36 876	40 094	3 218	8,7%	46,3%	47,4%
<i>Do qual: Empresas (CGD Portugal)</i>	23 349	24 066	717	3,1%	29,3%	28,5%
Sector Público Administrativo	3 064	3 663	599	19,6%	3,8%	4,3%
<i>Do qual: Municípios</i>	2 614	2 559	-55	-2,1%	3,3%	3,0%
Particulares	39 685	40 760	1 075	2,7%	49,8%	48,2%
Total	79 626	84 517	4 891	6,1%	100,0%	100,0%

(a) Actividade consolidada e antes de imparidade.

O segmento de Particulares continua a manter um peso preponderante no Crédito Total, absorvendo 48,2% do saldo total concedido, cabendo à habitação 45,1%, contra 46,6% um ano antes. O crédito às Empresas representou, por seu turno, 47,4% do total.

O saldo do Crédito ao Sector Público Administrativo situou-se em 3,7 mil milhões de euros (+19,6%), dos quais 2,6 mil milhões concedidos aos Municípios (-2,1% do que no final de 2009).

O empenho da CGD no apoio à economia nacional traduziu-se no reforço da quota de crédito às empresas, que passou de 15,5% para 16,1%. A quota de mercado no crédito à habitação registou uma redução de 27,1% para 26,8%, enquanto no crédito ao Sector Público Administrativo a quota situou-se em cerca de 40%. Em termos globais, a quota do crédito a clientes foi reforçada de 20,5% para 20,9%.

CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO ^(a) POR SEGMENTOS DE CLIENTES

	2009	2010
Empresas	15,5%	16,1%
Sector Público Administrativo	44,1%	39,9%
Particulares	23,6%	23,6%
Habituação	27,1%	26,8%
Outras finalidades	8,5%	9,2%
Total	20,5%	20,9%

(a) Actividade em Portugal e incluindo os créditos titularizados.

No crédito às empresas e institucionais, verificaram-se aumentos sensíveis nos saldos do crédito concedidos aos sectores dos serviços cujo saldo representa 67,6% do crédito total às empresas, registando um crescimento de 3,4 mil milhões de euros (+14,2%). O crédito às indústrias extractivas e transformadoras e à electricidade, gás e água apresentaram acréscimos de 7,5% e 11,3%, respectivamente, registando o crédito à construção e obras públicas, em contrapartida, uma contracção de 635 milhões de euros (-9,4%).

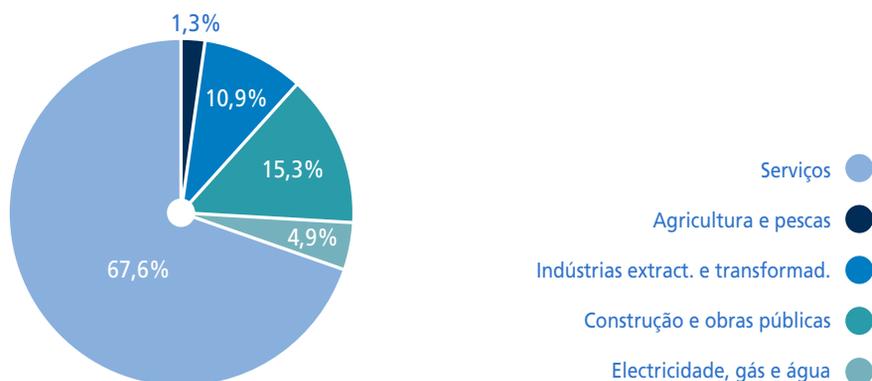
CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS ^(a) POR SECTORES DE ACTIVIDADE Saldos Devedores em 31 de Dezembro

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Agricultura e pescas	529	514	-15	-2,9%
Indústrias extract. e transformadoras	4 054	4 356	303	7,5%
Construção e obras públicas	6 785	6 150	-635	-9,4%
Electricidade, gás e água	1 764	1 962	198	11,3%
Serviços	23 745	27 112	3 367	14,2%
Total	36 876	40 094	3 218	8,7%

(a) Actividade consolidada.

Crédito a Empresas e Institucionais – Dezembro 2010



O saldo do crédito ao sector dos Serviços destinou-se, sobretudo, aos subsectores "actividades financeiras", com 8,2 mil milhões de euros, "actividades imobiliárias", com 4,2 mil milhões, "comércio por grosso e a retalho", com 4,1 mil milhões.

No crédito a Particulares, o saldo cifrou-se em 40,8 mil milhões de euros no final do ano, com um aumento de 1,1 mil milhões (+2,7%), assente quer na Habitação (+2,8%), quer nas "Outras Finalidades" (+1,4%).

CRÉDITO A PARTICULARES ^(a) SALDOS DEVEDORES

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Habitação	37 106	38 144	1 038	2,8%
Outros fins	2 579	2 616	37	1,4%
Do qual:				
Credicaixa (consumo) ^(b)	1 098	1 151	53	4,8%
Cartões de crédito ^(b)	313	342	29	9,2%
Total	39 685	40 760	1 075	2,7%
NOVAS OPERAÇÕES				
Habitação				
Número de contratos	43 143	31 151	-11 992	-27,8%
Montante	3 488	2 747	-741	-21,3%

(a) Actividade consolidada.

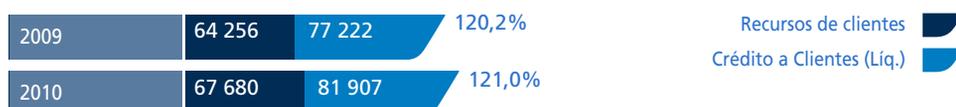
(b) Actividade em Portugal.

Relativamente ao crédito à habitação, o montante de operações contratadas em 2010 e, no território nacional, alcançou 2 747 milhões de euros, situando a quota de mercado em termos de produção no ano em 26,5%.

O rácio de transformação evoluiu para 121,0% em 31 de Dezembro de 2010, face a 120,2% no final de 2009.

Rácio de Transformação

(Milhões de euros)



QUALIDADE DO CRÉDITO

O saldo do crédito vencido foi de 2 478 milhões de euros, tendo aumentado 8,5% relativamente a 2009, o que se reflectiu nos indicadores da qualidade dos activos.

O rácio de crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, fixou-se em 3,13%, enquanto que o rácio de crédito vencido total atingiu um valor de 2,93% e o rácio de crédito vencido com mais de 90 dias evoluiu para os 2,63%.

O montante da imparidade acumulada relativa ao crédito a clientes (normal e vencido) atingiu aproximadamente os 2,6 mil milhões de euros no final de 2010, cifrando-se o grau de cobertura de crédito vencido com mais de 90 dias em 117,4%, contra 122,4% um ano antes.

QUALIDADE DE CRÉDITO (Consolidado)

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Total	79 627	84 517	4 890	6,1%
Crédito sobre clientes (vincendo)	77 344	82 039	4 695	6,1%
Crédito e juros vencidos	2 283	2 478	195	8,5%
Do qual: vencido há mais de 90 dias	1 965	2 223	258	13,1%
Imparidade do crédito	2 405	2 610	205	8,5%
Imparidade acumulada – crédito a clientes	1 155	1 250	95	8,2%
Imparidade acumulada – crédito e juros vencidos	1 250	1 360	110	8,8%
Crédito líquido de imparidade	77 222	81 907	4 685	6,1%
Rácios				
Rácio de crédito com incumprimento ^(a)	3,00%	3,13%		
Crédito com incumprimento líquido / crédito total líquido ^(a)	-0,02%	0,04%		
Crédito vencido / crédito total	2,87%	2,93%		
Crédito vencido há mais de 90 dias / crédito total	2,47%	2,63%		
Imparidade acumulada / crédito com incumprimento	100,7%	98,7%		
Imparidade acumulada / crédito vencido	105,3%	105,3%		
Imparidade acumulada / crédito vencido há mais de 90 dias	122,4%	117,4%		

(a) Indicadores calculados de acordo com a instrução do Banco de Portugal.

CARTEIRA DE TÍTULOS

As Aplicações em Títulos, que incluem a actividade de investimento das seguradoras do Grupo, ascendiam a 30,5 mil milhões de euros no final de 2010.

APLICAÇÃO EM TÍTULOS (Consolidado) ^(a)
SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Actividade bancária	15 050	18 925	3 875	25,7%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 101	4 970	-1 132	-18,5%
Activos financeiros disponíveis para venda	8 949	13 955	5 007	55,9%
Actividade seguradora	10 879	11 623	744	6,8%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	108	97	-12	-10,7%
Activos financeiros disponíveis para venda	9 902	10 793	891	9,0%
Investimentos associados a produtos <i>unit-linked</i>	868	733	-135	-15,6%
Total	25 929	30 547	4 619	17,8%

(a) Após imparidade.

O aumento relativamente ao ano anterior deveu-se essencialmente à tomada para a carteira bancária de obrigações emitidas pelas entidades criadas no âmbito da reestruturação do BPN (3,1 mil milhões de euros) que vieram substituir o papel comercial emitido pelo BPN e registado em Aplicações em Instituições de Crédito no final de 2009.

Esta tomada explica parte do crescimento dos activos financeiros disponíveis para venda que aumentaram 5,9 mil milhões de euros no ano (+31,3%), devendo-se o restante ao aumento do montante em dívida pública portuguesa, por contrapartida da redução desta posição na carteira de negociação, estratégia que foi seguida como forma de minimizar os efeitos dos movimentos especulativos que atingiram a dívida pública nacional.

Ao longo do ano, a actuação no âmbito da carteira de títulos teve essencialmente por base o reforço da carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto do BCE. Assim, aproveitaram-se algumas oportunidades decorrentes da maturidade ou venda de algumas posições em títulos de dívida de empresas financeiras e em *assets backed securities* para substituição por activos mais líquidos e/ou com melhor qualidade de crédito e maior diversificação sectorial e geográfica.

Concomitantemente, adoptou-se uma estratégia proactiva de realização de operações de reporte de valores mobiliários com outras entidades (*repos*), procurando dessa forma encontrar financiamento alternativo à realização de operações junto do BCE.

O total de instrumentos de capital detidos pelo Grupo reduziu-se em 746,6 milhões de euros (-25,9%), com a venda de algumas participações financeiras relevantes, como foi o caso da EDP e UNICRE, tendo ocorrido também vendas de posições significativas em fundos de investimento.

FUNDING E GESTÃO DE LIQUIDEZ

As preocupações com a sustentabilidade das finanças públicas de alguns países da Zona Euro, traduzidas em sucessivas avaliações negativas por parte das agências de *rating*, foram a tônica dominante no ano de 2010. Esta situação determinou um aumento expressivo dos prémios de risco da dívida destes países e condicionou de um modo particular a captação de liquidez em mercado por parte da banca.

Apesar da deterioração das condições de financiamento, nos primeiros meses do ano, a CGD lançou com sucesso a sua terceira emissão pública de obrigações hipotecárias, no valor de 1000 milhões de euros, com maturidade de 10 anos, à taxa fixa de 4,25% que obteve a classificação máxima de AAA/Aaa pelas três agências de *rating*. Para além disso, foram ainda negociadas várias colocações privadas de obrigações ao abrigo do Programa EMTN e sob a forma de empréstimos *Schuldschein*.

Com o alargamento do clima de desconfiança aos mercados interbancários, o acesso à tomada de fundos ficou cada vez mais limitado, apesar de as autoridades monetárias terem adoptado um conjunto de medidas de política monetária no sentido de assegurarem a necessária liquidez às instituições financeiras europeias.

Nesta conjuntura, a utilização do Programa de Euro Commercial Paper foi bastante condicionada pela debilidade da procura por parte dos investidores. O saldo vivo emitido sofreu uma redução significativa embora se tivesse mantido uma elevada rotatividade das emissões.

A satisfação das necessidades de liquidez foi assim garantida essencialmente por financiamento junto do BCE e pela captação de fundos junto da rede de retalho da CGD. Neste âmbito, foram lançadas três emissões de obrigações ao abrigo do Programa EMTN dirigidas aos clientes de retalho; duas a taxa variável a 3 anos no total de 514 milhões de euros e uma a 5 anos, a taxa fixa, no montante de 500 milhões de euros.

A CGD procedeu, ainda, a uma operação de titularização de créditos hipotecários residenciais, denominada Nostrum Mortgage II, no montante de 5,4 mil milhões de euros, o que permitiu reforçar a carteira de títulos elegíveis como colateral junto do BCE.

Perante a conjuntura descrita, o saldo dos recursos totais captados pelo Grupo (excluindo o mercado monetário interbancário) diminuiu 4,5% relativamente ao final de 2009, totalizando 103,5 mil milhões de euros. Contudo, não considerando o *funding* obtido junto dos investidores institucionais, o saldo total de Recursos de Clientes evidenciou um aumento de 1,1 mil milhões de euros (+1,3%).

Os recursos de balanço somaram 93,5 mil milhões de euros, provenientes em boa parte do retalho, cujo saldo alcançou 74,2 mil milhões, o que representou uma progressão de 3,2%, beneficiando da evolução positiva dos Depósitos de clientes (+4,2%) e dos Seguros de capitalização (+4,0%).

O saldo dos recursos captados junto de investidores institucionais através de emissões próprias diminuiu 5,9 mil milhões de euros (-23,6%), influenciado, sobretudo, pela redução dos saldos emitidos no âmbito dos Programas ECP e USCP e, em menor grau, do Programa EMTN. No entanto, as obrigações hipotecárias registaram um crescimento de 1,04 mil milhões de euros (+17%) face ao registado no final de 2009, atingindo um saldo de 7,1 mil milhões de euros.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
No balanço	97 143	93 520	-3 624	-3,7%
Retalho	71 865	74 195	2 330	3,2%
Depósitos de clientes	57 785	60 209	2 424	4,2%
Seguros de capitalização ^(a)	10 423	10 843	420	4,0%
Outros recursos de clientes	3 657	3 142	-514	-14,1%
Investidores institucionais	25 278	19 325	-5 953	-23,6%
EMTN	10 517	8 786	-1 731	-16,5%
ECP e USCP	5 832	676	-5 156	-88,4%
Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer	581	475	-106	-18,2%
Obrigações hipotecárias	6 088	7 125	1 036	17,0%
Obrigações com garantia da Rep. Portuguesa	1 248	1 250	2	0,2%
Obrigações sobre o sector público	1 012	1 013	1	0,1%
Fora de Balanço	11 224	10 006	-1 218	-10,8%
Unidades participação de fundos de investimento	5 684	4 966	-718	-12,6%
Caixagest	4 106	3 283	-823	-20,0%
Fundimo	1 578	1 683	105	6,6%
Fundo de Pensões	2 100	2 183	83	3,9%
Gestão de Patrimónios ^(b)	3 440	2 857	-583	-16,9%
Total	108 367	103 526	-4 841	-4,5%
Total excluindo Investidores institucionais	83 089	84 201	1 112	1,3%

(a) Inclui seguros de taxa fixa e produtos *unit-linked*.

(b) Não inclui as carteiras das seguradoras do Grupo CGD.

Recursos Captados Totais

(Milhões de euros)

Recursos de Clientes



Retalho



Investidores Institucionais



Fora do Balanço



Os Recursos “fora do balanço” diminuíram o saldo em 1,2 mil milhões de euros (-10,8%), apesar das contribuições positivas do fundo imobiliário Fundimo, que cresceu 6,6%, e dos Fundos de Pensões (+3,9%).

RECURSOS DE CLIENTES

Os Recursos de Clientes totalizaram 67,7 mil milhões de euros, evidenciando um incremento de 5,3%, sustentado quer pelos Depósitos de Clientes, que aumentaram 4,2%, quer por “Outros Recursos”, com +15,5%, constituídos em grande medida por produtos dos seguros de taxa fixa, cujo saldo atingiu os 7,1 mil milhões de euros (+20,1%).

RECURSOS DE CLIENTES (Consolidado)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	57 785	60 209	2 424	4,2%
À ordem	18 656	19 046	390	2,1%
A prazo e de poupança	38 547	40 783	2 235	5,8%
Obrigatórios	582	381	-201	-34,5%
Outros recursos ^(a)	6 471	7 471	1 000	15,5%
Total	64 256	67 680	3 424	5,3%

(a) Inclui produtos dos seguros de taxa fixa.

O saldo global dos Depósitos somou 60,2 mil milhões de euros, o que correspondeu a uma progressão de 4,2% face ao ano transacto, suportada principalmente pelos depósitos a prazo e de poupança, que cresceram 2,2 mil milhões de euros (+5,8%), representando 67,7% do total.

Do saldo dos Depósitos, 49,3 mil milhões de euros respeitavam à actividade doméstica da CGD, ou seja, 81,9% do total consolidado, sobressaindo ainda, entre as Sucursais e Filiais do Grupo, os saldos constituídos no BNU (Macau) (2,2 mil milhões de euros), Banco Caixa Geral (2,2 mil milhões) e Sucursal de França (1,8 mil milhões), todos com crescimento face a 2009.

Evolução dos Depósitos de Clientes

(Milhões de euros)



O incremento das modalidades a prazo e de poupança teve origem nas Empresas (+67,6%). Em contrapartida, o saldo dos depósitos totais do Sector Público contraiu 16,3%.

DEPÓSITOS DE CLIENTES (Consolidado)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	46 907	46 274	-633	-1,3%
Depósitos à ordem	13 104	13 092	-12	-0,1%
Depósitos a prazo e de poupança	33 802	33 182	-621	-1,8%
Empresas	7 493	11 104	3 611	48,2%
Depósitos à ordem	3 361	4 178	817	24,3%
Depósitos a prazo	4 132	6 926	2 794	67,6%
Sector Público	3 385	2 832	-553	-16,3%
Depósitos à ordem	2 191	1 775	-415	-19,0%
Depósitos a prazo	613	676	63	10,2%
Depósitos obrigatórios	582	381	-201	-34,5%
Total	57 785	60 209	2 424	4,2%

Em 2010, a Caixa manteve a posição de liderança nos Depósitos de Clientes, em Portugal, com uma quota de mercado de 28,5% (decréscimo de 0,4 p.p. face a Dezembro de 2009), tendo o segmento de particulares registado uma quota de 33,2% e o segmento de empresas uma quota de 15,3%, o que representou um aumento de 5,2 p.p. no ano.

DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO ^(a) POR SEGMENTOS DE CLIENTES

	2009	2010
Empresas	10,1%	15,3%
Sector Público Administrativo	33,9%	23,2%
Particulares	34,0%	33,2%
Emigrantes	41,5%	41,5%
Obrigatórios	98,1%	94,6%
Total	28,9%	28,5%

(a) Actividade em Portugal.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As Responsabilidades Representadas por Títulos ascenderam a 19,3 mil milhões de euros no final de 2010, registando uma quebra de 23,3% face ao ano anterior, o que traduziu a maior dificuldade no acesso aos mercados grossistas. Destaca-se a redução no saldo dos títulos emitidos ao abrigo do Programa de ECP e USCP, no valor de 5 156 milhões de euros (-88,4%), e das Obrigações de Caixa e Certificados de Depósitos, no montante de 1,3 mil milhões (-89%).

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN ^(a)	8 937	8 605	-332	-3,7%
Emissões do Programa ECP e USCP	5 832	676	-5 156	-88,4%
<i>Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer</i>	581	475	-106	-18,2%
Obrigações hipotecárias	6 088	7 125	1 036	17,0%
Obrigações com garantia da Rep. Portuguesa	1 248	1 250	2	0,2%
Obrigações sobre o sector público	1 012	1 013	1	0,1%
Obrigações de caixa e Certif. de Depósito	1 484	163	-1 321	-89,0%
Total	25 182	19 307	-5 876	-23,3%

(a) Não inclui emissões classificadas como Passivos Subordinados.

PASSIVOS SUBORDINADOS

A Caixa captou recursos sob a forma de Passivos Subordinados, que totalizaram 2,8 mil milhões de euros (-12,5% do que no ano anterior), representados, sobretudo, por obrigações emitidas ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes. A parcela restante (cerca de mil milhões de euros) respeita, designadamente, a Obrigações de Caixa Subordinadas, colocados junto dos clientes da banca de retalho.

PASSIVOS SUBORDINADOS SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN ^(a)	2 139	1 762	-377	-17,6%
Outros	1 063	1 038	-24	-2,3%
Total	3 202	2 800	-401	-12,5%

(a) Não inclui emissões classificadas como Responsabilidades Representadas por Títulos.

1.7.1.3. GESTÃO DE CAPITAL

Os capitais próprios do Grupo ascenderam a 7,8 mil milhões de euros, o que correspondeu a um aumento de 683 milhões de euros (+9,5%) em relação ao final de 2009. Para esta variação, contribuiu o reforço do capital social da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 550 milhões de euros, realizado em Dezembro de 2010.

CAPITAIS PRÓPRIOS

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital Social	4 500	5 050	550	12,2%
Reservas de justo valor	-331	-507	-176	-53,3%
Outras reservas	1 644	1 660	16	1,0%
Resultados transitados	-189	-144	45	-24,0%
Interesses minoritários	1 254	1 530	276	22,0%
Resultado do exercício	279	251	-28	-10,2%
Total	7 157	7 840	683	9,5%

O aumento de capital da CGD para 5 050 milhões de euros teve como objectivo consolidar a solidez da Instituição e assegurar o reforço e manutenção da sua solvabilidade e capitalização em níveis adequados, ao mesmo tempo que reforçou as medidas de adaptação às novas exigências colocadas pelo acordo de Basileia 3.

O rácio de solvabilidade, em base consolidada, calculado no quadro regulamentar de Basileia II e do Banco de Portugal, e incluindo o resultado do exercício, situou-se em 12,3% no final de 2010, comparativamente com os 12,6% no final de 2009. O Tier I, por seu turno, subiu de 8,5% para 8,9% e o Core Tier I de 8,3% para 8,8%.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE (Em Base Consolidada) ^(a)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Fundos próprios totais (1)	8 966	9 486	520	5,8%
a) De base	6 037	6 844	807	13,4%
dos quais: <i>Core Capital</i>	5 904	6 798	894	15,1%
b) Complementares	2 966	2 682	-284	-9,6%
c) Deduções	36,7	39,7	3	8,2%
Activos ponderados totais (2)	71 041	76 989	5 948	8,4%
Requisitos de fundos próprios (3) = (2) / (12,5)	5 683	6 159	476	8,4%
Fundos próprios excedentários (4) = (1) - (3)	3 283	3 327	44	1,3%
Tier I (5) = (1a) / (2)	8,5%	8,9%	0,4%	
Core Tier I (6)	8,3%	8,8%	0,5%	
Rácio de solvabilidade (7) = (1) / (2)	12,6%	12,3%	-0,3%	

(a) Incluindo os Resultados retidos. Os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares estão deduzidos de 50% do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são $\geq 10\%$.

Rácios de Solvabilidade

Tier I



Core Tier I



Solvabilidade



1.7.1.4. FUNDO DE PENSÕES E PLANO MÉDICO DO PESSOAL DA CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31 de Dezembro de 1991 com o objectivo de assegurar a satisfação dos encargos com as pensões de aposentação dos empregados da CGD, bem como das de sobrevivência, relativas aos empregados admitidos após aquela data. As pensões de sobrevivência do pessoal admitido anteriormente são da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações.

No final de 2004, com a publicação dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e n.º 241A/2004, de 30 de Dezembro, as responsabilidades com pensões de aposentação e de sobrevivência do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Como compensação, o Fundo de Pensões transferiu para a CGA as provisões constituídas para a cobertura daquelas responsabilidades. Ainda a partir de 2004, o Fundo de Pensões passou a incluir a responsabilidade com o subsídio por morte, caso esta ocorra na situação de aposentação. O subsídio por morte é uma prestação de atribuição única igual a seis vezes o valor da pensão mensal íliquida e que está a ser paga, desde aquela data, pelo Fundo de Pensões.

A partir de 2005, com a entrada em vigor das Normas Internacionais de Contabilidade e com a publicação do Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, passou a ser obrigatório reconhecer no passivo da CGD as responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego. Para o efeito, foi constituída uma provisão que tem sido actualizada anualmente em função do valor dessa responsabilidade.

Importa referir também que, pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, a CGD, na qualidade de entidade patronal, passou a estar sujeita, a partir de 2007, a efectuar uma contribuição para a CGA, relativa a encargos com pensões de sobrevivência dos empregados admitidos até 1991, correspondente a uma taxa contributiva de 3,75% da remuneração do referido pessoal, que se elevou a um montante de 5,6 milhões de euros em 2010.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, para 2010, foram utilizados pressupostos demográficos e financeiros de que se salientam os seguintes:

• Taxa de desconto	5,50%
• Taxa de crescimento salarial	2,50%
• Taxa de crescimento das pensões	1,75%
• Tábua de mortalidade masculina	TV 73/77 (-1 ano)
• Tábua de mortalidade feminina	TV 88/90 (-1 ano)
• Tábua de invalidez	EKV80
• Idade média reforma	60 anos

No final de Dezembro de 2010, a CGD actualizou a taxa de actualização salarial, diminuindo-a de 3,5% para 2,50%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 2,25% para 1,75%, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Sector Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com as pensões de reforma do pessoal da CGD ascendiam a 1 308,2 milhões de euros e 1 332,4 milhões de euros, respectivamente, registando uma redução de 24,2 milhões de euros.

FUNDOS DE PENSÕES EM 2010

MOVIMENTOS NO FUNDO

(Milhares de euros)

Valor do Fundo em 31.12.2009	1 332 368
Contribuições dos empregados	26 364
Contribuições regulares da CGD	69 525
Contribuições extraordinárias da CGD	-
Pensões pagas	(30 058)
Rendimento líquido do Fundo	26 665
Valor do Fundo em 31.12.2010	1 424 864

O valor do Fundo cobria quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no activo. No final do ano, as responsabilidades encontravam-se financiadas a 108,9% pelo Fundo de Pensões.

No ano, foram relevados como custos do exercício 74,5 milhões de euros e como amortização de custos diferidos, por contrapartida de reservas, 10,6 milhões. No final do ano, os desvios actuariais ascendiam a 65,3 milhões de euros, integralmente incluídos no “corredor”.

A rentabilidade do Fundo de Pensões da CGD foi positiva de 1,93%, reflexo da instabilidade dos mercados financeiros.

As responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD – plano médico encontram-se provisionadas na sua totalidade e ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a 436,7 milhões de euros e 460 milhões de euros, respectivamente, como se evidencia no quadro:

PLANO MÉDICO EM 2010 EVOLUÇÃO DA PROVISÃO

(Milhares de euros)

Valor da provisão em 31.12.2009	460 025
(+) Custo corrente do ano	33 979
(-) Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS)	21 211
(-) Ganhos actuariais	36 095
Valor da provisão em 31.12.2010	436 698

Os ganhos actuariais mencionados no quadro e referentes ao exercício deveram-se essencialmente a desvios entre os pressupostos utilizados e os valores efectivamente verificados. O saldo acumulado dos desvios actuariais, após a amortização no ano de 3,4 milhões de euros, somava em 31 de Dezembro 61,9 milhões de euros, dos quais 43,7 milhões foram acomodados no “corredor” (18,2 milhões de euros “fora do corredor”).

1.7.1.5. RATING DO GRUPO

Em 2010, os efeitos da crise da dívida soberana tiveram repercussões na evolução das notações atribuídas pelas principais agências de *rating*, nos vários sectores de actividade. Esta nova realidade, juntamente com o agravamento das condições financeiras que remonta a anos anteriores, gerou um acentuar da tendência existente de *downgrades* das notações mais importantes para o sector financeiro. Apesar desta pressão descendente nas notações (e/ou *outlooks* atribuídos), a CGD mantém os *ratings* mais elevados no universo dos grupos financeiros portugueses.

Moody's

Em Maio de 2010, a agência Moody's colocou o *rating* de longo prazo e o BFSR – Bank Financial Strength Rating da CGD em “revisão para eventual descida”, na sequência da revisão, no mesmo sentido, efectuada para a República Portuguesa.

Em Julho, na sequência do *downgrade* que efectuou ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa de Aa2 para A1, com *outlook* estável, a Moody's reviu em baixa, os *ratings* de oito bancos Portugueses, tendo o *rating* de longo prazo da CGD sido alterado de Aa3 para A1, com *outlook* estável. O *rating* de curto prazo de Prime-1 manteve-se inalterado.

Em Dezembro, a Moody's colocou os *ratings* da CGD em “revisão para eventual descida”, no âmbito do processo de revisão efectuada aos *ratings* dos bancos portugueses.

Fitch Ratings

Em Março de 2010, a Fitch Ratings, na sequência do *downgrade* que efectuou ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa, de AA para AA-, com *outlook* negativo, reviu os *ratings* de longo e curto prazo da CGD de AA- e F1+ para, respectivamente, A+ e F1, mantendo o *outlook* negativo.

Em Novembro, a mesma agência, no âmbito do processo de revisão que efectuou aos *ratings* dos bancos portugueses, alterou o *Individual Rating* da CGD, o qual avalia a qualidade intrínseca do Banco sem qualquer suporte externo, de B/C para C, tendo reafirmado as restantes notações. Segundo aquela agência, a revisão do *Individual Rating* da CGD, à semelhança do que se verificou com outros bancos portugueses, reflecte os riscos acrescidos associados ao *funding* e liquidez, bem como a eventual deterioração da qualidade dos activos e rendibilidade num contexto de recessão que a agência prevê para Portugal. No entanto, a Fitch Ratings salienta a base de depósitos sólida detida pelos bancos, a contenção de custos e o rácio de capital adequado.

Em Dezembro, e na sequência do *downgrade* que efectuou ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa, de AA- para A+, com *outlook* negativo, a Fitch Ratings, reviu o *rating* de longo prazo da CGD de A+ para A, com *outlook* negativo, tendo reafirmado o *rating* de curto prazo de F1, com *outlook* estável.

Standard & Poor's

A Standard & Poor's, na sequência do *downgrade* que efectuou, em Abril de 2010, aos *ratings* de longo prazo e curto prazo da República Portuguesa de A+ e A-1 para, respectivamente, A- e A-2, com *outlook* negativo, reviu em baixa os *ratings* de cinco bancos portugueses que detinham notação superior a A-, incluindo a CGD, cujo *rating* de longo prazo passou, assim, de A+ para A-, e o de curto prazo de A-1 para A-2, mantendo o *outlook* negativo.

Em Dezembro, a agência colocou as notações da CGD de longo e curto prazo (de A- e A-2, respectivamente) em *CreditWatch Negative*, na sequência da revisão, no mesmo sentido, efectuada para a República Portuguesa.

Não obstante as alterações referidas, a CGD mantém-se no patamar mais elevado das notações de *rating* atribuídas a um grupo bancário português.

O quadro seguinte resume as notações detidas actualmente pela CGD:

	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook	
MOODY'S	Prime -1	A1	Revisão para eventual descida	Dez. 2010
FITCHRATINGS	F1	A	Negativo	Dez. 2010
STANDARD & POOR'S	A-2	A-	<i>CreditWatch</i> negativo	Dez. 2010

1.7.2. ACTIVIDADE INDIVIDUAL (*)

1.7.2.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

No final de 2010, o Activo Líquido da actividade individual da Caixa Geral de Depósitos atingiu 112,9 mil milhões de euros, apresentando um crescimento de cerca de 7,1 mil milhões (+6,7%) em termos anuais. Este valor corresponde a cerca de 72,6% do Activo consolidado.

BALANÇO (Individual)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 479	919	-560	-37,8%
Aplicações em instituições de crédito	17 207	12 477	-4 730	-27,5%
Crédito a clientes	65 597	69 715	4 118	6,3%
Aplicações em títulos	14 205	21 895	7 691	54,1%
Investimentos em filiais e associadas	3 099	3 280	181	5,8%
Activos intangíveis e tangíveis	759	624	-135	-17,8%
Activos por impostos diferidos	661	745	84	12,7%
Outros activos	2 801	3 247	446	15,9%
Total	105 809	112 903	7 094	6,7%
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	9 673	16 666	6 993	72,3%
Recursos de clientes	53 713	54 788	1 075	2,0%
Passivos financeiros	2 322	7 523	5 201	224,0%
Responsabilidades representadas por títulos	26 077	20 364	-5 713	-21,9%
Provisões	1 205	1 125	-80	-6,6%
Passivos subordinados	3 477	3 163	-314	-9,0%
Outros passivos	3 497	3 072	-425	-12,2%
Total	99 963	106 700	6 737	6,7%
Capitais Próprios	5 846	6 202	357	6,1%
Total	105 809	112 903	7 094	6,7%

O crescimento do Activo Líquido deveu-se, sobretudo, às Aplicações em Títulos, com +7,7 mil milhões de euros (+54,1%) e ao Crédito a Clientes, com +4,1 mil milhões (+6,3%).

Do lado dos Passivos, os aumentos mais significativos registaram-se nos Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito, com +7 mil milhões de euros (+72,3%) e nos Passivos Financeiros, com +5,2 mil milhões.

(*) Incluindo a actividade das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Grand Cayman, Financeira Exterior da Madeira, Timor-Leste e Zhuhai.

1.7.2.2. GESTÃO DE CAPITAL

Os Capitais Próprios somaram 6,2 mil milhões de euros, tendo sido reforçados em 357 milhões (+6,1%), com origem no reforço do capital social da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 550 milhões de euros, realizado em Dezembro de 2010.

CAPITAIS PRÓPRIOS (Individual) SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Milhões de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital	4 500	5 050	550	12,2%
Reservas de reavaliação	-80	-121	-41	50,5%
Outras reservas e Resultados Transitados	1 185	1 226	41	3,5%
Resultado do exercício	241	47	-194	-80,4%
Total	5 846	6 202	357	6,1%

O Rácio de Solvabilidade da actividade individual da CGD, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, e incluindo o resultado do exercício, situou-se, no final de 2010, em 15,0%, valor acima dos 13,9% verificados no ano anterior. O rácio Tier I, por seu turno, também registou uma melhoria, subindo de 8,4% para 9,5%.

1.7.2.3. RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Individual)

(Milhares de euros)

	2009	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	1 320 760	1 210 245	-110 515	-8,4%
Juros e rendimentos similares	5 367 347	4 339 337	-1 028 010	-19,2%
Juros e encargos similares	4 272 503	3 413 771	-858 732	-20,1%
Rendimentos de instrumentos de capital	225 916	284 679	58 763	26,0%
Margem complementar (2)	635 520	738 205	102 685	16,2%
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	365 632	408 472	42 840	11,7%
Resultados em operações financeiras	159 979	105 864	-54 115	-33,8%
Resultados de alienação outros activos	419	103 455	103 036	-
Outros resultados de exploração	109 491	120 415	10 924	10,0%
Produto Bancário (3) = (1)+(2)	1 956 280	1 948 450	-7 830	-0,4%
Custos operativos e amortizações (4)	1 166 807	1 139 216	-27 591	-2,4%
Custos com pessoal	632 191	614 219	-17 972	-2,8%
Fornecimentos e serviços de terceiros	415 068	413 691	-1 377	-0,3%
Depreciações e amortizações	119 548	111 306	-8 242	-6,9%
Resultado bruto de exploração (5)=(3)-(4)	789 473	809 235	19 761	2,5%
Provisões e imparidade (líquidas de reposição e anulações) (6)	533 782	792 728	258 947	48,5%
Provisões para crédito	336 739	471 170	134 430	39,9%
Imparidade de outros activos financeiros	194 463	258 346	63 883	32,9%
Imparidade de outros activos	2 579	63 212	60 633	-
Resultados antes de impostos (7)=(5)-(6)	255 692	16 506	-239 185	-93,5%
Impostos (8)	14 622	-30 750	-45 372	-310,3%
Correntes	-66 640	50 182	116 822	175,3%
Diferidos	81 263	-80 932	-162 195	-199,6%
Resultado do exercício (9)=(7)-(8)	241 069	47 256	-193 813	-80,4%

O Resultado Líquido individual de 2010 foi de 47,3 milhões de euros, valor que traduz uma redução de 80,4% face ao ano anterior. Para esta evolução, contribuiu de forma significativa a diminuição da margem financeira estrita, o crescimento das provisões para crédito e o reconhecimento, na conta de resultados, de imparidades de participações financeiras detidas pela CGD.

A margem financeira estrita atingiu 925,6 milhões de euros, diminuindo 15,5% face ao valor de 2009, enquanto que os rendimentos de instrumentos de capital observaram um aumento de 26%.

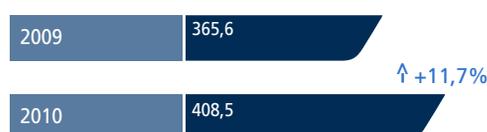
Margem Financeira Alargada

(Milhões de euros)



Comissões Líquidas

(Milhões de euros)



Por sua vez, a margem complementar progrediu 16,2% relativamente ao ano anterior, totalizando 738,2 milhões de euros, influenciada quer pelo aumento das Comissões, quer pela mais-valia no montante de 103,9 milhões de euros decorrente da venda ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos do Edifício-Sede da CGD, no âmbito do processo de reorganização e otimização dos activos da CGD, designadamente dos activos imobiliários de uso próprio.

As provisões e imparidade do exercício totalizaram 792,7 milhões de euros, afectas em especial ao reforço do provisionamento para crédito e à imparidade de títulos.

1.7.3. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS EM 2011

A economia mundial apresentou, em 2010, um notável progresso, alcançando, na globalidade, patamares de crescimento assinaláveis após aquela que foi a mais severa recessão em décadas. Alguns dos principais riscos identificáveis para o ano de 2011 estão precisamente relacionados com a evolução do ciclo económico para uma nova fase. Outro conjunto de riscos está ainda relacionado com a vertente financeira de uma crise iniciada em 2007 e ainda não definitivamente resolvida. Neste contexto, as decisões de política monetária e orçamental constituem também importantes factores de incerteza para os próximos doze meses.

Nas economias desenvolvidas, mais atingidas pela crise económica e financeira, observam-se, ainda, apesar da recuperação, sintomas da mesma. O crescimento atingido em 2010 não foi suficiente para devolver estes países ao nível da actividade anterior, algo que fica patente no nível de recursos não utilizados, em particular na manutenção das taxas de desemprego em valores elevados. Neste aspecto, reside uma das incertezas para 2011. A continuação e aceleração da retoma dependerá dos empresários verem reunidas as condições para um ciclo mais vigoroso de investimento e criação de emprego, entre as quais a manutenção de uma taxa de crescimento expressiva da procura global e a diminuição dos níveis de incerteza.

Em contrapartida, nas economias emergentes, o rápido crescimento e a aceleração da inflação observados em 2010 estiveram na origem da decisão de diversos bancos centrais desses países em aumentarem as suas taxas de juro directoras, processo que deverá ter continuidade em 2011. A extensão destes movimentos poderá levar a um abrandamento da actividade neste bloco, com reflexos sobre as regiões desenvolvidas, bem como causar oscilações dos mercados financeiros.

A persistência da recente tendência altista dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais poderá pressionar o comportamento dos preços. A importância das componentes energética e alimentar no cabaz de consumo das famílias, e consequentemente nas métricas de inflação, poderá ter um duplo efeito negativo para a economia: a diminuição do rendimento disponível para gastos noutra tipo de bens, e o despoletar de uma reacção por parte dos bancos centrais sob a forma de aumentos do nível de juros, resultando num arrefecimento da actividade.

Uma das fontes de incerteza que transitará para 2011 do ano anterior é a que resulta da situação das finanças públicas dos países europeus, com particular incidência nos denominados países periféricos. O recrudescer da crise da dívida soberana trouxe este tema para patamares de crescente centralidade e complexidade. Os seus impactos e os riscos que acarreta são múltiplos.

Os efeitos das medidas de austeridade orçamental sobre a actividade económica farão desacelerar o ritmo da mesma, designadamente da procura interna dos países em processo de consolidação das finanças públicas. O grau de abrandamento da economia é, porém, incerto. Dependerá, por um lado, da reacção dos agentes económicos nacionais a uma conjuntura doméstica adversa, quer nas suas decisões de consumo, quer de investimento. Por outro lado, será crucial o dinamismo da procura externa, também esta sujeita a factores de incerteza anteriormente descritos. Intimamente ligado ao desempenho da economia estará também a evolução do desemprego, existindo o risco de que este possa manter-se elevado ao longo do próximo ano.

Outra vertente fundamental será o comportamento dos mercados de dívida, nomeadamente a receptividade que os investidores revelem a emissões, quer de dívida pública, quer privada, originária dos países periféricos europeus. Em 2011, os emitentes estarão confrontados com a necessidade de uma evolução positiva em dois domínios: cada país individualmente terá de proceder a uma significativa melhoria da sua situação orçamental, enquanto as autoridades comunitárias terão de encontrar soluções efectivas, abrangentes e duradouras para o funcionamento futuro da União Económica e Monetária, conjugação com a qual se poderá restabelecer a confiança dos investidores. Não vencer este desafio acarretaria riscos importantes para o desempenho da economia europeia e poderia prolongar o funcionamento não totalmente normalizado do seu sistema financeiro.

Entre os riscos para 2011 conta-se, consequentemente, a possibilidade de o acesso aos mercados grossistas, e em particular à base de investidores internacionais, permanecer exíguo, caso se mantenha a elevada aversão ao risco dos países periféricos por parte daqueles. Este cenário coloca o controlo da liquidez e o financiamento como actividades centrais na gestão das instituições. Em tais circunstâncias de mercado, far-se-á sentir o impacto de condições de financiamento adversas por um período prolongado sobre a margem financeira das instituições bancárias, quer pela via de um maior custo de financiamento, quer pelo potencial abrandamento da actividade de concessão de crédito. De uma forma mais geral, o próprio crescimento dos activos do sistema bancário poderá encontrar-se limitado.

Num cenário de maior abrandamento económico, a rentabilidade dos bancos poderá ser afectada, não só pelo comportamento da margem financeira, como pela evolução do incumprimento, fruto de um possível desempenho desfavorável do mercado de trabalho. A hipótese de uma subida das taxas de juro do mercado monetário, que se verificasse num contexto de assimetria dos ritmos de crescimento entre a média europeia e a periferia, acarretaria também riscos negativos no que diz respeito à qualidade dos activos.

De referir, ainda, a manutenção da incerteza quanto à evolução das condições de cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu, quer em termos de decisões em concreto para a sua normalização, quer de calendário para implementação das mesmas.

Uma conjuntura económica desfavorável em 2011 terá também, naturalmente, consequências negativas sobre a actividade seguradora: a procura de seguros será afectada, com particular incidência em ramos como o dos Acidentes de Trabalho e Transportes, e a sinistralidade tenderá a elevar-se em vários ramos, como é o caso, por exemplo, dos seguros de crédito. A conjuntura negativa pode também elevar o risco moral da generalidade dos seguros de massa e aumentar a fraude.

Por último, um cenário de estagnação económica torna mais difícil e demorada a implementação das medidas de ajustamento tarifário essenciais ao reequilíbrio da exploração técnica dos ramos Não-Vida no conjunto do sector segurador em Portugal.

No domínio financeiro, os receios sobre a dívida soberana e a descida de notações de *rating* de diversas instituições e Estados, acarretam um nível de instabilidade e de perturbação nos resultados, que afectam particularmente as seguradoras, dada a sua condição de grandes investidores institucionais, em consequência da natureza do seu negócio.

Efectivamente, e apesar da recente subida da Euribor, a permanência das taxas de curto prazo nos actuais níveis historicamente baixos tende a penalizar a rentabilidade de diversos produtos do ramo vida com taxas mínimas garantidas.

Em contraste, nas taxas de longo prazo, e não obstante a subida já verificada no segundo semestre de 2010, subsistem riscos de novos aumentos, em especial para a dívida dos países periféricos da zona Euro, com efeito adverso sobre a valorização da carteira de obrigações dos bancos e das seguradoras.

1.8. GESTÃO DOS RISCOS

A gestão dos riscos, efectuada de forma centralizada, abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

A área de gestão de risco integra a estrutura de suporte e tem presença:

1 No Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), em conjunto com as áreas geradoras de negócio, áreas de suporte e com membros do Conselho de Administração (CA). Por deliberação do CA, foram delegadas neste Comité, entre outras, as seguintes atribuições:

- A promoção do processo de Gestão de Activos e Passivos (ALM) e das acções e procedimentos necessários à sua implementação em termos consolidados e em base individual para as diversas entidades do Grupo;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas sobre a política de financiamento e de liquidez do Grupo CGD;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas sobre a política de gestão de risco, definindo indicadores, limites e regras de gestão;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas relativas aos rácios de capital do Grupo CGD.



2 No Conselho Alargado de Crédito, em conjunto com as áreas geradoras de negócio, a área jurídica, a área de recuperação de crédito e o Conselho de Administração. Por deliberação do CA foram delegados neste Conselho as seguintes competências:

- Autorização de operações, que, por enquadramento no normativo interno, obrigam a apreciação deste Conselho;
- Análise de crédito malparado;
- Definição da estratégia de políticas de crédito e respectivo risco.

PERFIL DE RISCO E RESPECTIVA EVOLUÇÃO

O Grupo CGD apresenta, tendencialmente, uma postura consistente com uma adequada aversão ao risco, havendo, contudo, lugar a uma componente de inovação e de acompanhamento de mercado, presente nos produtos aos quais tem exposição.

PRINCÍPIOS E POLÍTICAS

A prossecução do perfil de risco do Grupo CGD é assegurada consagrando os seguintes princípios:

- Enfoque no retorno ponderado pelo risco;

- Crescimento sustentado e diversificado de negócio;
- Definição e acompanhamento da utilização de limites por tipo de risco;
- Gestão proactiva do risco;
- Resposta atempada da área de gestão risco.

1.8.1. RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente / contraparte em cumprir as suas obrigações.

Dada a natureza da actividade bancária, o Risco de Crédito reveste uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes Riscos.

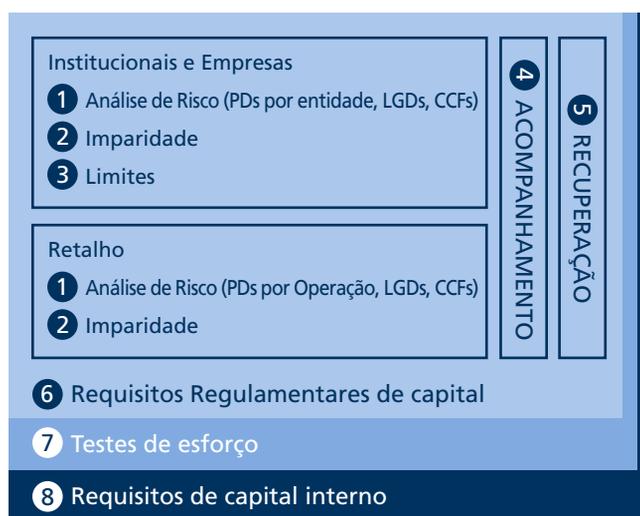
EVOLUÇÃO DE FACTORES DE RISCO

No ano de 2010 e comparativamente a 2009, verificou-se uma diminuição de novas entradas em incumprimento no crédito a particulares, assim como um aumento das regularizações de clientes que se encontravam em incumprimento. Esta evolução assumiu especial relevância no crédito à habitação.

No segmento de empresas, registou-se um crescimento do incumprimento, com impacto no agravamento das respectivas provisões por imparidade.

METODOLOGIA

1 Análise de Risco – o Grupo CGD tem implantado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, que abrange todos os segmentos de clientes e é activo tanto no momento da concessão de crédito como na monitorização do risco ao longo da vida das operações.



- No caso de empresas com um nível de exposição mais significativo, a apreciação do risco de crédito, além do suporte dos modelos de *rating* interno (que incorporam quer informação financeira, quer elementos de carácter qualitativo), é sujeita a análise individual por uma equipa de analistas, que elaboram relatórios de análise de risco de crédito e emitem uma opinião independente sobre o risco de crédito inerente. Esta análise é efectuada numa base periódica e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem factores endógenos ou exógenos que recomendem uma reavaliação do risco.

- No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas de avaliação do risco (modelos de *scoring* e *rating*), por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objectivos a observar na concessão de crédito, assim como por uma delegação de competências de acordo com as notações de risco atribuídas aos clientes.

2 O modelo de imparidade do crédito desenvolvido pelo Grupo CGD, no âmbito da IAS 39, permite identificar e monitorizar os créditos com evidência objectiva de imparidade e os créditos que apresentem indícios de imparidade.

Os factores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito são actualizados anualmente, ajustando-se, assim, na análise de imparidade os efeitos decorrentes das condições actuais de mercado que não foram observados em períodos de histórico anteriores.

Através do modelo de imparidade do crédito, procede-se à análise e tratamento da carteira de crédito, que é subdivida em conformidade com as seguintes abordagens:

- Análise Colectiva de Imparidade – para as exposições consideradas individualmente não significativas, determina-se as provisões por imparidade por subsegmentos de risco, que englobam activos com características de risco similares (segmento de crédito, tipo de colateral, histórico de comportamento de pagamento, entre outras);
- Análise Individual de Imparidade – nos clientes com exposições consideradas individualmente significativas, é efectuada uma avaliação individual, com periodicidade trimestral, que envolve as áreas comerciais da CGD, a área de recuperação de crédito e a área de gestão de risco.

A avaliação individual dos clientes com grande exposição foca-se, essencialmente, nos seguintes pontos:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Grupo CGD;
- Avaliação da situação económico-financeira;
- Perspectivas sobre a evolução da actividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos, no Grupo CGD e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento dos clientes.

Para as exposições significativas em que não foram identificadas situações objectivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma provisão colectiva, em conformidade com os factores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

(Milhões de euros)

	2008	2009	2010
Imparidade para Crédito a Clientes (Consolidado)	2 121	2 405	2 610

3 **Limites** – para agilizar o processo de concessão de crédito de curto prazo a Empresas e uniformizar a análise de risco destas operações, o Grupo CGD desenvolveu e implementou um modelo de definição de limites de exposição de curto prazo para empresas, parametrizado com base em indicadores económico-financeiros e sectoriais e em notações de risco, que fornece orientações quanto ao nível de exposição de curto prazo recomendado para cada cliente. O modelo permite a utilização de um mesmo conjunto de regras claras e objectivas para cálculo de limites de referência, limites esses que, quando necessário, são objecto de análise casuística para validação. Numa fase inicial, o modelo foi aplicado às empresas do segmento de PME. Em 2010, foram realizados desenvolvimentos de forma a alargar a aplicação do modelo também aos segmentos de Pequenos Negócios e de Grandes Empresas.

Relativamente ao segmento de instituições financeiras, para cada instituição são aprovados limites internos. A definição dos limites tem em consideração o enquadramento da entidade no sector financeiro e face aos seus pares, o *rating*, o VaR, assim como outros elementos relevantes.

O cumprimento dos limites, as exposições de crédito, bem como o perfil de risco das contrapartes e grupos são acompanhados de forma regular pelos analistas.

4 No âmbito do **Controlo de Risco de Crédito**, é efectuado periodicamente o acompanhamento da Carteira de Crédito, nomeadamente em termos da sua composição e correspondente qualidade. A análise abrange a desagregação da carteira por produto, segmentação de cliente, grau de exposição, sector de actividade e área geográfica.

O **seguimento da performance dos modelos** de classificação de risco desenvolvidos internamente também se revela de especial importância. Este seguimento, efectuado através do tratamento da informação proveniente da utilização dos referidos modelos, permite dispor de indicações quanto à sua continuada adequação. Obtêm-se, assim, orientações sobre eventuais necessidades de reestimação e informação sobre o modo da sua utilização.

No 2.º semestre de 2010, deu-se início à implementação de uma ferramenta específica, que permitirá harmonizar o seguimento dos modelos de estimação de factores de risco desenvolvidos internamente.

5 **Recuperação** – Durante o exercício de 2010, aprofundaram-se as políticas de acompanhamento do crédito vencido face ao contexto económico difícil que se verificou no País. Porém, esse esforço de acompanhamento não implicou o acréscimo de pessoas na Direcção de Recuperação de Crédito (DRC) nem na contratação de mais advogados avençados, tendo-se verificado apenas as substituições decorrentes das saídas verificadas.

Intensificou-se o relacionamento com as áreas comerciais, de onde provém o crédito respectivo, passando o controle de crédito vencido a ser uma variável determinante na análise de desempenho de cada Órgão de Estrutura.

Dividindo-se a análise entre o segmento de particulares e o segmento de empresas, e entre a área comercial e a área de recuperação judicial, ressaltam os seguintes aspectos:

- Na área da recuperação comercial de particulares, foi possível baixar, relativamente ao ano de 2009, o número de processos entrados na área da Direcção de Recuperação e aumentar o ritmo das saídas, pelo que, em Dezembro de 2010, havia em tratamento 21 295 operações contra 24 625 um ano antes, representando 817,359 milhões de euros, contra 989,4 milhões em Dezembro de 2009, sendo o rácio de crédito vencido na habitação no final de 2010 de 2,54% contra 2,51% em Dezembro de 2009;
- No exercício de 2010 (Novembro), decidiu-se aplicar ao crédito ao consumo o automatismo existente no crédito à habitação, de envio para a Direcção de Recuperação, de créditos com 3 prestações mensais em atraso;
- No ano de 2010, recuperaram-se 20 179 operações, que foram devolvidas à Rede e que representaram 706,603 milhões de euros;
- Na área de recuperação judicial de particulares, em 2010, foi possível cobrar a importância de 115,363 milhões de euros e proceder a reestruturações de crédito no montante de 73,110 milhões de euros que foram devolvidos à Rede;
- No segmento empresas, área comercial, o ritmo de entradas na Direcção de Recuperação de Crédito continuou elevado, havendo, no final de 2010, 1 019 clientes sob gestão na fase comercial, representando 348,276 milhões de euros de responsabilidades. Durante o ano, na fase comercial, cobraram-se 77,998 milhões de euros e reestruturaram-se créditos de 101,118 milhões de euros.

Neste âmbito, concretizaram-se dações em pagamento em 18 clientes, representando 44,238 milhões de euros.

- No exercício de 2010, não se verificou qualquer venda / cessão de carteira de créditos;
- Na área do imobiliário, a dinamização da Caixa Imobiliário e dos Fundos de Investimento Imobiliário para arrendamento habitacional teve um papel determinante para acompanhamento do sector, de grande peso na carteira da CGD, sendo que as grandes decisões são analisadas no Comité Imobiliário, formado pela Administração, Direcção de Recuperação de Crédito, Direcção de Fomento Imobiliário, Caixa Imobiliário, Sogrupos GI e Imocaixa;
- Na área da recuperação judicial de empresas, cobraram-se 88,182 milhões de euros, com reflexos positivos na libertação de provisões e imparidades, tendo ainda havido reestruturações de créditos de 18,765 milhões de euros.

Esta área teve um grande incremento de clientes, derivado das execuções de terceiros e de processos de insolvência.

No final de 2010, a DRC tratava 90,5% do crédito vencido na Caixa, sendo que a nível do crédito à habitação era de 98,3% e no crédito a empresas era de 85,45%.

6 **Requisitos regulamentares de Capital** – para os instrumentos derivados, operações de recompra, contracção ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de

concessão de empréstimos com imposição de margem, aplica-se o método de avaliação ao preço de mercado (*mark-to-market*), definido na Parte 3 do Anexo V do Aviso do Banco de Portugal (BdP) n.º 5/2007, que consiste em adicionar ao valor de mercado da operação, quando positivo, o seu potencial de valorização futuro, o qual resulta da multiplicação do notional por um factor prudencial em função do tipo de contrato.

Para o crédito e valores a receber, aplica-se o método padrão conforme disposto no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

O documento "Disciplina de Mercado 2010", a publicar durante o primeiro semestre de 2011, facultará informação detalhada sobre os requisitos regulamentares de capital do Grupo CGD.

7 A realização de **testes de esforço** pretende facultar uma visão analítica da posição do Grupo CGD em termos de solvabilidade quando sujeita a cenários extremos. No ano de 2010, efectuaram-se, para além dos testes de esforço utilizados na gestão interna, os exigidos pelo BdP no âmbito da Instrução n.º 32/2009 a CGD participou no exercício transversal "EU wide stress test exercise", coordenado pelo CEBS (Committee of European Banking Supervisors) em cooperação com o Banco Central Europeu.

8 Os requisitos de capital interno por operação resultam da utilização dos factores de risco de crédito (probabilidades de incumprimento – PDs, valores de perda em caso de incumprimento – LGD e factores de conversão em equivalentes de crédito – CCF) estimados internamente.

1.8.2. RISCO DE MERCADO

Traduz-se, de forma simplista, em impactos negativos potenciais nos resultados ou no capital da instituição decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos activos em carteira face ao nível a que são transaccionados.

Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam acções, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas / cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre acções / índices / cabazes, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é, assim, transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias. É constatável grande concentração do risco de mercado do Grupo CGD nas três primeiras categorias, consequência da grande contribuição de activos simples e líquidos, havendo, contudo, lugar a uma componente de inovação e de acompanhamento de mercado, presente em produtos aos quais tem exposição.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

LIMITES

A prática de estabelecimento de limites de diversa natureza e de monitorização desses limites é de extrema importância para a mitigação de risco de mercado. Estes limites globais são submetidos pela área de gestão de risco à Administração para discussão e aprovação. As regras de gestão estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e, ainda, limites quanto a tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis, entre outros. Existem, ainda, regras de gestão específicas para risco de posição cambial de unidades do Grupo CGD.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

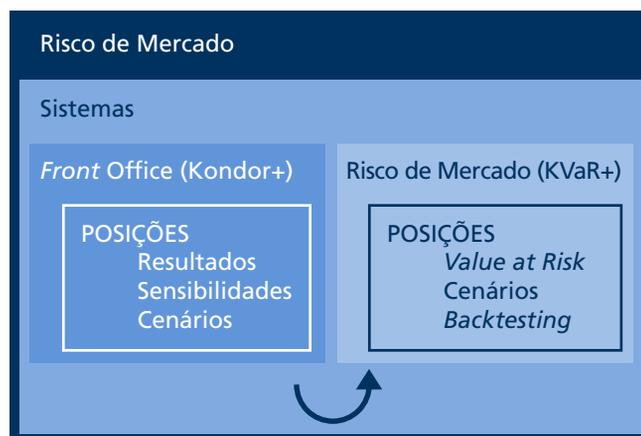
Relativamente à posição cambial do Grupo CGD, são calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

METODOLOGIA

Desde 2002, a área da gestão de risco utiliza a medida VaR (*Value at Risk*) para monitorizar o Risco de Mercado do Grupo, sendo os limites de risco de mercado baseados nessa medida e, nalguns casos, complementados com limites de sensibilidade à variação de factores de risco: *basis point value* (bpv), para taxa de juro, e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). O VaR é apurado para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados dependentes do objectivo de detenção das carteiras.

Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos de variação por factores de risco (*stress-testing*).

A área da gestão de risco procede, diariamente, ao cálculo e monitorização destas medidas, tendo concebido uma estrutura exhaustiva de reporte de VaR, análise de sensibilidade, indicadores de rentabilidade, cumprimento de limites e *stress testing*, para todas as Entidades com exposição a Risco de Mercado nas carteiras de negociação e no risco cambial de balanço.

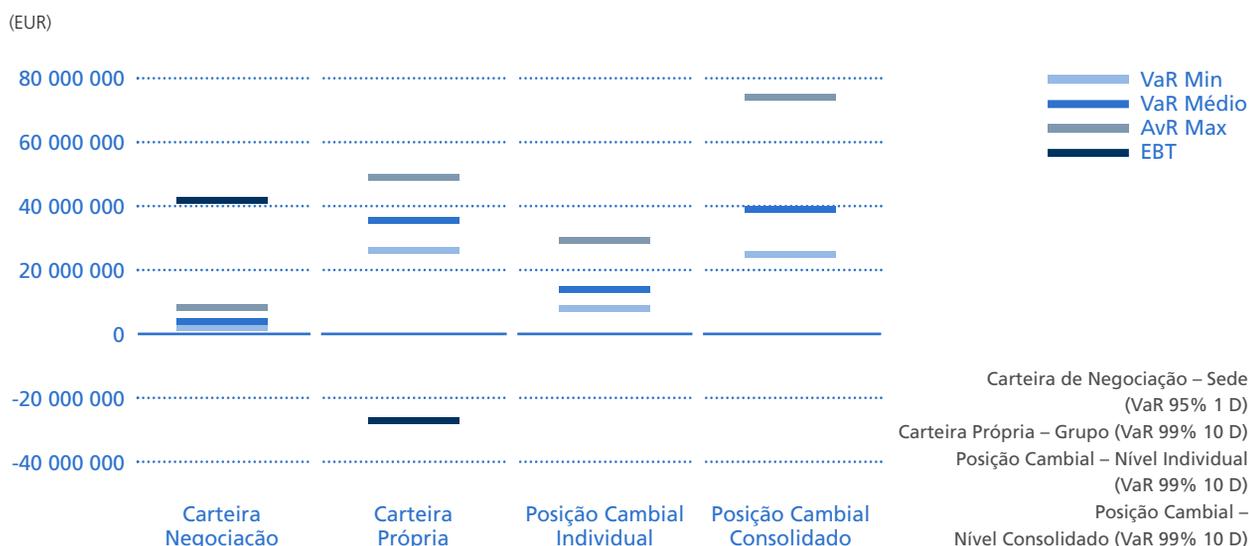


O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados ao nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, ao nível consolidado para todo o Grupo.

O modelo de VaR é continuamente posto à prova quer pela sua utilização diária, quer através das análises diárias de *backtesting* teórico, quer ainda através do apuramento mensal de *backtesting* real.

O número de excepções obtidas, isto é, o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

Para o ano de 2010, retiram-se as seguintes medidas para os principais indicadores de risco de mercado e para os perímetros mais relevantes:



1.8.3. RISCO DE TAXA DE JURO DO BALANÇO

Trata-se do risco incorrido na actividade de uma instituição sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro. Dito de outro modo, é o risco de que ocorra uma variação da taxa de juro, associado ao *mismatch* de maturidades de revisão de taxa de juro entre activos e passivos detidos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o seu custo financeiro.



METODOLOGIA

Para a medição deste tipo de risco, a metodologia adoptada na Caixa socorre-se da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os activos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os correspondentes *gaps* de taxa de juro.

A análise da dimensão do risco de taxa de juro envolve, ainda, o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo *gap* de duração. Através deste, mede-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Para acompanhar o efeito dos *gaps* sobre a margem financeira procede-se, trimestralmente, à simulação de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências considerados relevantes da actividade financeira, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas nas *yield curves*.

Por decisão do ALCO, foi estabelecido um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo do cumprimento dessas *guidelines* é assegurar que a CGD possui, a todo o tempo, um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição mais adequado e de controlar os resultados das diferentes políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos calculam-se mensalmente para o *gap* acumulado a 12 meses e o *gap* de duração, e trimestralmente para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro) e para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsual do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Na área de análise do risco de taxa de juro, a ferramenta de gestão de activos e passivos denominada BancWare ALM, permite a avaliação das entidades do Grupo CGD materialmente mais relevantes.

Os *outputs* produzidos para cada uma das entidades do Grupo, e em termos consolidados, são os seguintes:

- Com carácter mensal: balanço contratual, valor económico do balanço e *gaps* de taxa de juro e de duração;
- Com carácter trimestral: balanço previsual para o período de simulação pretendido, e margem financeira e valor económico do balanço com análise de sensibilidade a variações da taxa de juro (*up / down* 200 p.b., *up / down* 100 p.b. e *up / down* 50 p.b.).



Os *outputs* produzidos são destinados à Administração e à própria área de gestão de risco. De igual modo, é produzida informação mensal destinada a apreciação nas reuniões do ALCO.

Durante o 1.º semestre de 2010, o *gap* acumulado de taxa de juro estático até 12 meses registou uma apreciável estabilidade em torno dos 20% do activo sensível. Durante o 2.º semestre, registou-se um aumento progressivo deste valor, atingindo, no final do ano, os 27% do activo sensível, ou seja, 26 560,5 milhões de euros.

GAP DE TAXA DE JURO, EM 31.12.2010 (*)

(Milhões de euros)

	7 D	1 M	3 M	6 M	12 M	3 A	> 3 A
Total Activo	6 425	21 354	34 575	22 194	6 404	1 942	4 079
Total Passivo + Capital	5 337	12 153	24 936	12 198	5 650	28 142	10 516
Total Swaps Taxa de Juro	396	-1 026	-3 613	327	-191	2 996	1 256
Total Futuros e Opções Taxa de Juro	0	0	-403	-33	425	-34	-644
Gap do Período	1 483	8 175	5 623	10 291	988	-23 238	-5 826
Gap Acumulado	1 483	9 658	15 281	25 572	26 561	3 323	-2 503

(*) Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Banco Caixa Geral, Caixa – Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A avaliação e medição do risco de taxa de juro na carteira bancária socorre-se do cálculo do impacto acumulado de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +200 b.p., nos fundos próprios e na margem de juros (Instrução do BdP n.º 19/05). Esta informação é enviada semestralmente ao Banco de Portugal, bem como o resultado dos modelos internos de avaliação do risco de taxa de juro na carteira bancária. Por decisão do ALCO, e para efeitos de gestão interna, este cálculo é efectuado com periodicidade trimestral, tendo sido fixados, para o efeito, limites de cumprimento interno.

No final de 2010, o impacto nos fundos próprios (tal como se encontram definidos no Aviso n.º 12/92 do Banco de Portugal) e o impacto na margem de juros (entendida como a diferença entre proveitos e custos de juros correspondente ao valor anualizado do seu nível corrente), resultantes daquela deslocação da curva de rendimentos, eram de 11% e 41%, respectivamente.

Impacto na Situação Líquida

Impacto na Margem em Juros

Banda Temporal	Posição Ponderada	Banda Temporal	Posição Ponderada
à vista – 1 mês	-7 161	à vista	36 547
1 – 3 meses	-27 191	à vista – 1 mês	136 785
3 – 6 meses	-71 120	1 – 2 meses	154 529
6 – 12 meses	-9 869	2 – 3 meses	-5 262
1 – 2 anos	660 095	3 – 4 meses	45 502
2 – 3 anos	79 143	4 – 5 meses	24 646
3 – 4 anos	168 665	5 – 6 meses	50 779
4 – 5 anos	102 545	6 – 7 meses	509
5 – 7 anos	205 278	7 – 8 meses	-1 739
7 – 10 anos	118 254	8 – 9 meses	-2 322
10 – 15 anos	-70 266	9 – 10 meses	-2 562
15 – 20 anos	-37 039	10 – 11 meses	-1 316
> 20 anos	-104 991	11 – 12 meses	1 923
Total	1 006 342	Total	438 018
Impacto na Situação Líquida / Fundos Próprios		11%	
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da Margem de Juros		41%	

1.8.4. RISCO DE LIQUIDEZ

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou descompensação entre os fluxos de pagamento e de recebimento num banco, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos. Ou seja, em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornar-se-iam insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorressem.



O risco de liquidez no negócio bancário pode ter a sua origem quando ocorram:

- Dificuldades na captação de recursos para financiar os activos, conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação, mas podendo implicar, também, uma restrição do crescimento dos activos;
- Dificuldades na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual de activos e passivos.

METODOLOGIA

A gestão do risco de liquidez na CGD utiliza a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço. Para cada um dos diferentes intervalos temporais estabelecidos, são evidenciados os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* e calculados os respectivos *gaps* de liquidez, tanto do período como acumulados.

Para efeitos de análise, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural onde, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente, se traduz a distribuição dos depósitos à ordem e a prazo, pelas diferentes bandas temporais consideradas na análise, de acordo com o comportamento histórico dos depositantes.

No caso dos depósitos à ordem, cerca de 82% do seu saldo – *core deposits* – é considerado no *bucket* (banda temporal) superior a 10 anos, sendo o restante – *non-core deposits* – alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos realizados sobre sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

Também as aplicações em títulos merecem um tratamento especial, sendo que 85% do saldo total é considerado como tendo adequada liquidez e, por isso, reflectido no *bucket* até 1 mês, e os restantes 15% repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura inicial de prazos residuais de maturidade.

As acções e outros títulos de rendimento variável, que apresentem liquidez adequada, são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente, avaliando-se o cumprimento de três limites de exposição ao risco de liquidez (dois de curto prazo e um de longo prazo), fixados em ALCO.

A ferramenta utilizada para gestão do risco de taxa de juro no balanço é também utilizada na análise do risco de liquidez no balanço.



Os *outputs* produzidos mensalmente para cada uma das entidades do Grupo, e em termos consolidados, são os seguintes: *gap* de liquidez, *gap* de liquidez estrutural e mapa de origem e aplicação de fundos.

No final do ano de 2010, os valores dos *gaps* de liquidez eram os seguintes:

GAP DE LIQUIDEZ, EM 31.12.2010 (*)

(Milhões de euros)

	1 M	3 M	6 M	12 M	3 A	5 A	10 A	> 10 A
Total Activo	15 266	5 454	7 949	5 235	13 829	9 037	14 738	16 795
Total Passivo + Capital	11 428	12 931	6 594	9 612	22 599	12 380	8 342	15 045
Total Swaps	0	9	0	-4	17	44	2	74
Gap Período	3 838	-7 468	1 355	-4 382	-8 753	-3 298	6 398	1 824
Gap Acumulado	3 838	-3 630	-2 275	-6 657	-15 410	-18 708	-12 310	-10 486

(*) Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Banco Caixa Geral, Caixa – Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A gestão do risco de liquidez incorpora, ainda, a **realização trimestral de exercícios de stress testing** em articulação com o **plano de contingência de liquidez** existente, conforme os princípios e recomendações divulgadas pelo BCBS (Basel Committee on Banking Supervision) e pelo CEBS (Committee of European Banking Supervisors).

A metodologia desenvolvida internamente, para a avaliação da resiliência da Caixa a eventuais dificuldades de liquidez, engloba a medição e monitorização do designado **período de sobrevivência** (tempo até à ocorrência de dificuldades de liquidez se, previamente, não forem implementadas medidas correctivas), face a três cenários de *stress* ao nível dos mercados de financiamento. Considera-se, ainda, um quarto cenário – cenário base – que pressupõe que a Caixa desenvolve a sua actividade nas condições previstas no seu orçamento e consequente plano de financiamento.

O modelo existente engloba, também, um conjunto de limites para os períodos de sobrevivência definidos para cada um dos cenários referidos. Um eventual não cumprimento de qualquer um dos limites existentes pressupõe a implementação das medidas de contingência previstas no plano de contingência de liquidez da Caixa, de acordo com os níveis de prioridade aí definidos quanto à utilização dos diferentes instrumentos de financiamento.

Apesar dos problemas observados nos mercados monetários e de capitais, a Caixa prosseguiu, ao longo do ano, uma política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequassem melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos dos seus activos e passivos e que, simultaneamente, garantissem uma maior estabilidade dos recursos de clientes, tanto através do lançamento de produtos estruturados de poupança, como de emissão de dívida.

De modo a evitar valores negativos elevados nos *gaps* de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar, permanentemente, uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas, sobretudo, ao permanente crescimento do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou, ao longo de 2010, a utilizar instrumentos de captação de recursos de médio e longo prazo, tanto nos mercados nacionais como internacionais.

Relativamente à informação de liquidez de carácter prudencial, a Caixa continuou a elaborar mensalmente o novo reporte de liquidez (Instrução do BdP n.º 13/2009), constituído por um conjunto diversificado de mapas, tendo em vista um maior conhecimento e controlo da liquidez bancária. Considerando, ainda, a necessidade de acompanhar, de forma permanente e tempestiva, os níveis de liquidez das instituições de crédito, sobretudo em períodos de perturbação dos mercados financeiros passou, também, a ser exigível pelo Banco de Portugal, a partir da segunda quinzena de Junho, informação semanal de liquidez relativa aos mercados *wholesale*.

1.8.5. RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional no Grupo CGD tem como base uma visão por processos (*end-to-end*) e encontra-se suportada num conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas:

- Princípios e abordagens de gestão do risco operacional com origem no Comité de Basileia;
- Metodologias de controlo interno propostas pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e definidas no âmbito do CobiT (Control Objectives for Information and Related Technology);
- Abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

Em termos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Banco de Portugal aprovou, em 2009, a adopção pelo Grupo CGD, em base consolidada, do método *standard*, abrangendo, também, em base individual, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa – Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring.



A aplicação do método *standard*, encontra-se, ainda, formalmente aprovada pelas respectivas entidades de Supervisão no Banco Caixa Geral (Espanha) e no Mercantile (África do Sul). Nas restantes instituições do Grupo no exterior, o apuramento dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, em base individual, é determinado de acordo com o método do indicador básico.

Da aplicação do método *standard*, decorrem, a 31.12.2010 e em base consolidada, requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional de 338 milhões de euros.

A nível organizacional, a gestão do risco operacional na CGD é assegurada pelas seguintes estruturas e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão no Grupo e avaliar / propor planos de acção;
- Área dedicada exclusivamente à gestão do risco operacional e controlo interno, responsável por desenvolver e implementar a estratégia e as políticas, assegurar que o risco operacional está a ser gerido adequadamente e que os controlos estão a funcionar de forma eficaz, articulando-se com os demais Departamentos, Sucursais e Filiais, de forma a assegurar a harmonização de práticas ao nível das entidades do Grupo;
- Donos de Processos (*Process Owners*) aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e controlo interno nos respectivos âmbitos de intervenção;
- São, ainda, intervenientes, com especial destaque, o Conselho de Administração (aprovar a estratégia / políticas e garantir a sua implementação), a Direcção de Consultoria e Organização (Gestão de processos), o Gabinete de Suporte à Função Compliance (Gestão do Risco de *Compliance*), a Direcção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (Cálculo dos requisitos de fundos próprios), a Função específica de controlo interno para os sistemas de informação (suportada na metodologia Cobit) e a Direcção de Auditoria Interna (Testes aos controlos e revisão do processo de gestão).

A metodologia adoptada pelo Grupo para a gestão do risco operacional encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno, podendo ser caracterizada através das seguintes componentes distribuídas pelas 4 fases do ciclo de gestão do risco:

1. Identificação

- Catálogo de Processos de Grupo;
- Documentação das actividades, riscos operacionais potenciais, actividades de controlo e mitigantes;
- Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações, incluindo *near-misses*, reforçada e suportada por procedimentos de controlo e acções de comunicação / dinamização que contribuem para garantir a integralidade da base de dados.

2. Avaliação

- Questionários de auto-avaliação dos riscos operacionais potenciais, desenvolvidos numa lógica de processo e dirigidos aos responsáveis e executantes das actividades;
- Testes aos controlos para avaliação do respectivo desenho, implementação e operacionalidade;
- Mensuração do consumo de capitais próprios.

3. Monitorização

- Indicadores de risco;
- Divulgação de informação relativa ao risco operacional, com origem nas várias componentes da metodologia, aos diversos intervenientes na sua gestão.

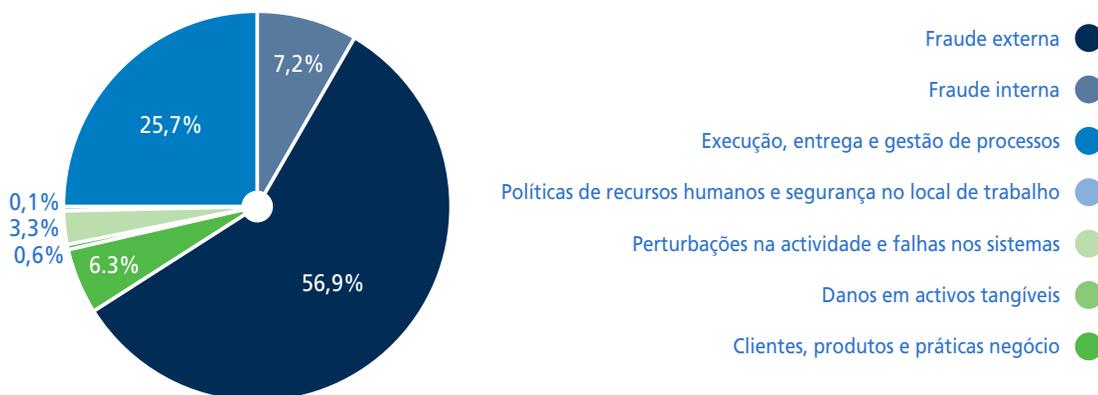
4. Mitigação

- Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de acção como corolário das restantes componentes da metodologia.

A implementação desta metodologia na CGD iniciou-se em 2007 e, em 2008, procedeu-se ao lançamento de um programa de expansão às Filiais. A 31 de Dezembro de 2010, este processo encontrava-se concluído na Caixa Gestão de Activos, Caixa – Banco de Investimento, Caixa Capital, Caixa Leasing e Factoring, Banco Caixa Geral (Espanha), Subsidiária Offshore de Macau, Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), Banco Interatlântico (Cabo Verde) e Banco Nacional Ultramarino (Macau). O mesmo encontra-se a decorrer no Banco Caixa Geral Brasil e Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique), mantendo-se o compromisso do Grupo CGD de concluir a expansão da metodologia em todas as instituições do Grupo, sujeitas a supervisão do Banco de Portugal em base consolidada, até final de 2011.

A informação sobre o risco operacional recolhida na base de dados de perdas, tomando como referência os eventos ocorridos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, é ilustrada no gráfico seguinte:

Distribuição de Perdas por Tipo de Risco no Grupo CGD



Para além da referida metodologia de gestão do risco operacional, e tendo como objectivo garantir o funcionamento contínuo da actividade, a CGD implementou uma Estratégia Global para a Continuidade do seu Negócio, assente em dois pilares fundamentais: continuidade operacional e recuperação tecnológica.

Esta visão global implementada pela CGD, mais exigente e abrangente, incluindo pessoas e processos críticos para a actividade da Instituição, está condizente com as Recomendações sobre Gestão de Continuidade de Negócio no Sector Financeiro, aprovadas pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros em 9 de Setembro de 2010.

A Estratégia Global para a Continuidade de Negócio adoptada, assente numa abordagem integrada de gestão de crises e de fortalecimento da capacidade de resposta a situações de perturbação da actividade, para além de abranger a CGD, integra, também, outras Empresas do Grupo CGD, como a Fidelidade Mundial, Império Bonança, o Caixa – Banco de Investimento, a Caixa Leasing e Factoring e a Caixa Gestão de Activos.

1.8.6. BASILEIA II

A Caixa Geral de Depósitos tem vindo a desenvolver, desde o final de 2002, um conjunto de iniciativas designado por Programa Basileia 2, cujo objectivo é garantir o cumprimento dos requisitos do Novo Acordo de Capital de Basileia e a candidatura à utilização das abordagens avançadas para o cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Com a implementação do Programa Basileia 2, pretendeu-se não apenas cumprir as exigências regulamentares, mas também dotar o Grupo CGD de ferramentas e metodologias mais sofisticadas de avaliação e gestão de risco, nas vertentes de crédito, mercado, taxa de juro e liquidez.

Ao longo do tempo, têm-se concluído inúmeras etapas dos diferentes projectos. As valências adquiridas têm sido incorporadas na actividade corrente, pelo que, a referência às mesmas foi feita, directa ou indirectamente, na descrição das metodologias de gestão dos diversos riscos.

Apresenta-se de seguida uma breve exposição da finalidade de cada projecto, assim como a respectiva evolução no decurso de 2010.

- 1 Basileia Global tem como principal objectivo garantir a coordenação de actividades transversais ao Programa.
- 2 O projecto *Gap Analysis* foi o ponto de partida do programa, tendo permitido estabelecer todo o plano de acção consequente.

3 O projecto *Umbrella* engloba o desenvolvimento de acções de formação relacionadas com as tipologias de risco presentes no programa e a elaboração de manuais de gestão e controlo de riscos para o Grupo CGD.

No final de 2010, foi apresentada, ao Banco de Portugal, a candidatura à utilização de modelos internos para risco de crédito, nos segmentos de maior materialidade para a CGD.



Foi também publicado um normativo interno abrangendo os Manuais de Gestão do Risco, nomeadamente: Risco de crédito, Risco cambial, Riscos de taxa de juro e liquidez no balanço e Risco operacional.

Em complemento, foi disponibilizada, a um universo alargado de colaboradores da CGD, uma formação *e-learning* sobre Basileia 2, risco de crédito e rentabilidade ajustada ao risco, com o objectivo de melhorar as competências em gestão de risco de crédito na Instituição.

4 O projecto **DataMart de Risco (DMR)** tem como objectivo a integração de toda a informação relevante para os demais projectos do Programa num repositório centralizado.

No âmbito do Projecto DataMart de Risco (DMR), para além das actividades de manutenção, implementou-se um processo de validação mensal do carregamento dos modelos do DMR, para controlar a qualidade da informação, quer em termos da sua integridade, quer da sua veracidade.

5 O projecto de recolha de **Informação das Entidades do Grupo (PRIG)** decorre da necessidade de assegurar a centralização da informação relativa às operações das Entidades.

Em 2010, teve início um projecto com o fornecedor dos sistemas de informação em utilização pelas Filiais da CGD em África, com excepção do Mercantile Bank) para apoio nos desenvolvimentos necessários para que estas entidades possam responder de forma satisfatória aos requisitos do PRIG. O projecto deverá terminar no final do 1.º semestre de 2011.

No decurso do ano, deu-se continuidade: i) à harmonização da informação enviada pelas Entidades; e ii) ao apoio às Entidades nos desenvolvimentos necessários para o envio periódico da informação.

6 O **Sistema Integrado de Gestão e Controlo de Riscos (SIGCR)** tem como principais objectivos a definição e implementação de um modelo integrado de gestão do risco suportado numa ferramenta de cálculo de requisitos de capital, bem como a implementação de um processo de auto-avaliação de adequação do capital económico (ICAAP).

No âmbito deste projecto, para além do reporte prudencial regular dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito (método padrão), foi elaborado e disponibilizado ao regulador o relatório intercalar de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP).

7 O projecto **Risco de Mercado** tem como principal objectivo a utilização de metodologias avançadas na medição do risco de mercado para o Grupo CGD.

8 O projecto **Risco de Taxa de Juro e Liquidez no Balanço** resulta da necessidade de adoptar as recomendações de Basileia 2 no âmbito da gestão e supervisão do risco de taxa de juro e liquidez no balanço.

9 O projecto **Risco de Crédito** combina:

- O Projecto Modelos de **Scoring e Rating**, que pretende dotar a CGD com modelos internos de estimação da probabilidade de incumprimento, conforme requisito da abordagem de modelos internos (IRB) do Acordo de Basileia 2.

Os resultados destes modelos têm sido utilizados nos processos de decisão de crédito na CGD Sede desde Abril de 2005. A utilização foi implementada, sendo suportada por normativo interno, de forma faseada até Julho de 2009.

- O Projecto Modelos **Internal Rating Based Advanced**, que teve como principal objectivo o desenvolvimento de modelos internos para a estimação dos factores de risco perda em caso de incumprimento (*Loss Given Default – LGD*) e exposição em caso de incumprimento (*Exposure-at-Default – EAD*), facultando condições para adopção da abordagem avançada de modelos internos (IRBA).

Os resultados dos modelos estão em utilização no processo de decisão / *pricing*, para os segmentos de Empresas e Retalho, carteira de crédito à habitação.

- O **Sistema Integrador de Ratings** (SIR) consiste num repositório de Demonstrações Financeiras e informação de caracterização de pessoas colectivas, integrado num *workflow* de atribuição, gestão e divulgação de *ratings* internos. Permite e facilita a análise económico-financeira das referidas pessoas colectivas.

A implementação do SIR ficou concluída em 2010, tendo começado a ser utilizado ainda no 1.º semestre do ano.

Este sistema apresenta melhorias significativas face à aplicação anterior, uma vez que permite o abastecimento automático dos elementos contabilísticos do universo total de empresas disponíveis por via da Informação Empresarial Simplificada (IES), facultando maior flexibilidade na utilização e gestão dos dados obtidos e disponibiliza um interface de navegação mais ágil e direccionado para o utilizador final.

- Projecto **Acompanhamento de Modelos Internos de Risco de Crédito** tem como objectivo implementar uma aplicação de suporte ao acompanhamento dos modelos internos.

No 2.º semestre de 2010, iniciou-se a implementação de uma ferramenta informática para uniformização e sistematização da verificação de *performance* dos modelos de avaliação de risco de crédito desenvolvidos internamente.

OBJECTIVOS PARA 2011

Com a apresentação, no final de 2010, da candidatura à utilização de modelos internos para risco de crédito, um dos principais objectivos de 2011 será a obtenção da respectiva aprovação por parte do regulador.

Pretende-se, também, efectuar, no decurso de 2011, a candidatura à utilização de modelos internos para risco de mercado.

No 1.º trimestre de 2011, será também necessário efectuar a adequação interna à revisão legislativa imposta pela transposição para a supervisão nacional das Directivas Comunitárias n.ºs 2009/111/CE, 2009/27/CE e 2009/83/CE, conforme definido no Decreto-Lei n.º 140-A/2010, de 30 de Dezembro, e Instruções e Avisos, deste decorrentes.

Adicionalmente, continuarão a ser desenvolvidas as acções relevantes para acompanhamento e integração das melhores práticas e princípios de gestão de risco, inerentes à revisão do Acordo de Capital (Basileia III)

A Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), a agregação de riscos e a elaboração de exercícios de *stress-testing* continuarão a ser objecto de continuada revisão para permanecerem adequados às melhores práticas disponíveis.

1.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício respeitante à actividade individual da CGD, no montante de 47 256 051 euros, tenha a seguinte aplicação:

1. 20% para Reserva Legal, 9 451 210 euros;
2. 24 382 125 euros para a cobertura de Resultados Transitados;
3. 13 422 716 euros, para Reservas Livres.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Presidente:

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:

Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

1.10. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

1.10.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010 e demais documentos de prestação de contas, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Presidente:

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:

Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

1.10.2. CONSELHO FISCAL

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010 e demais documentos de prestação de contas, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

Presidente:

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vogais efectivos:

Maria Rosa Tobias Sá
Pedro António Pereira Rodrigues Felicio

1.10.3. POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

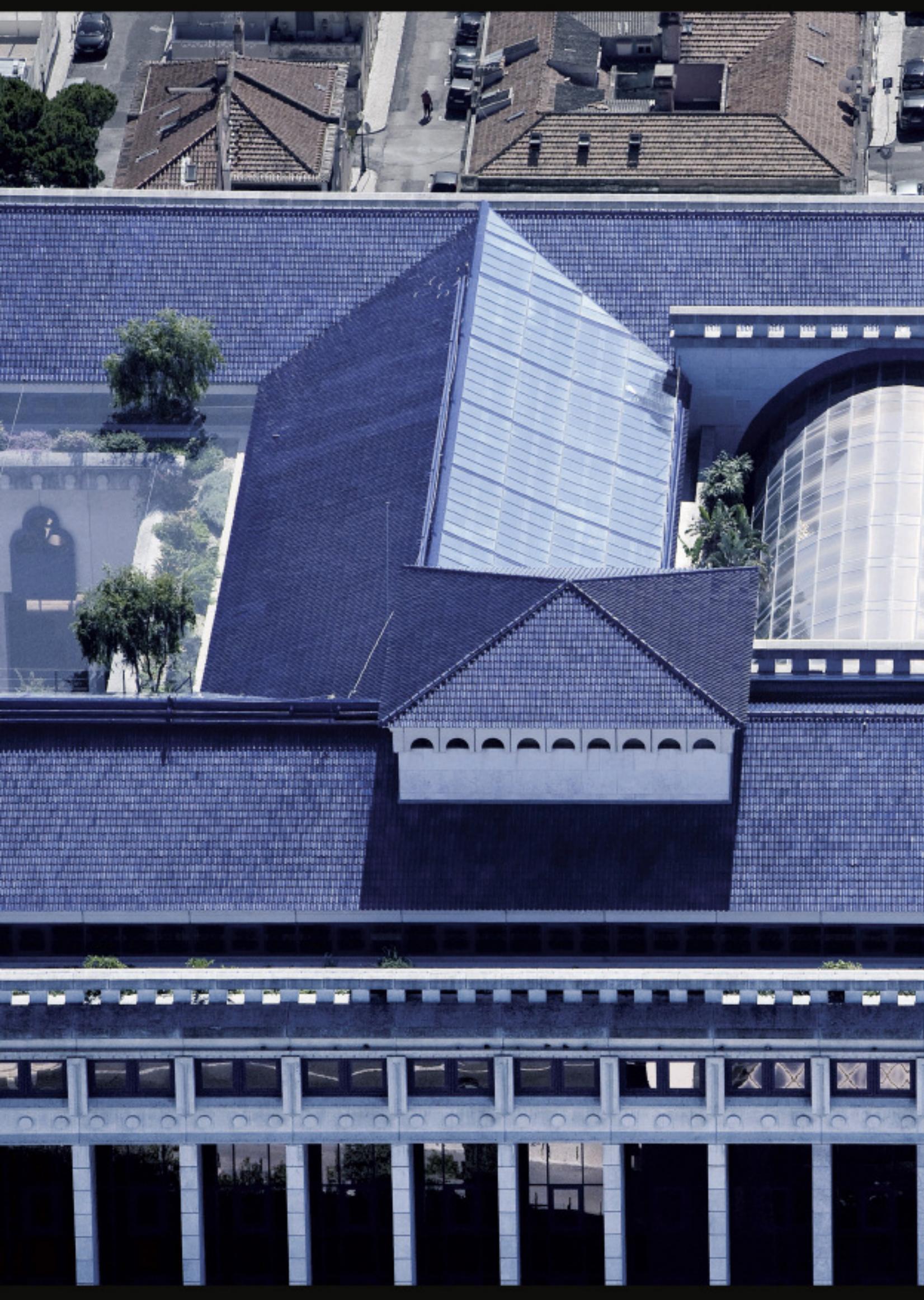
Obrigacionistas	Título	N.º de títulos em 31.12.2010
Membros do Conselho de Administração		
Eng. Fernando Faria Oliveira	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	50
	Obrigações Caixa Dia da Poupança 2010/2013	25
Dr. Francisco Bandeira	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1.ª emis.	300
	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 2.ª emis.	300
	Obrigações Caixa Taxa Mix Julho 2010/2013	50
Dr. Norberto Rosa	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017	200
	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	40
Dr. Rodolfo Lavrador	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2008/2018 – 1.ª emis.	300
Dr. Jorge Tomé	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1.ª emis.	1500
	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2008/2018 – 1.ª emis.	200
	Obrigações Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	25
	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	250
	Obrigações Caixa Taxa Mix Julho 2010/2013	250
Dr. José Araújo e Silva	Obrigações Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	20
	Obrigações Caixa Taxa Mix Julho 2010/2013	95
	Obrigações Caixa Dia da Poupança 2010/2013	20
Cônjuge / Descendentes de menor idade:		
Carolina Tomé	Obrigações Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	30
	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	20

1.10.4. INDICAÇÃO SOBRE ACCIONISTAS DA CGD

(Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Capital Social em 31.12.2010	% da participação em 31.12.2010
Estado Português	5 050 000 000 Euros	100%





1.11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS INDIVIDUAIS	134
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS	136
DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL	137
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS	138
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS	140
BALANÇOS CONSOLIDADOS	142
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	144
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL	145
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	146
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS	148

BALANÇOS INDIVIDUAIS (*)

	2010			2009	
	Notas (a)	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	919 449	-	919 449	1 479 260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	494 799	-	494 799	749 659
Activos financeiros detidos para negociação	5	3 611 863	-	3 611 863	4 949 542
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5	675 962	-	675 962	819 864
Activos financeiros disponíveis para venda	6	18 018 110	(410 464)	17 607 646	8 435 485
Aplicações em instituições de crédito	7	12 085 221	(102 980)	11 982 241	16 457 683
Crédito a clientes	8	71 562 136	(1 847 218)	69 714 918	65 596 870
Derivados de cobertura	9	113 602	-	113 602	178 690
Activos não correntes detidos para venda	10	296 836	(46 286)	250 550	205 218
Propriedades de investimento		6 295	-	6 295	6 295
Outros activos tangíveis	11	1 185 241	(687 903)	497 338	622 443
Activos intangíveis	12	514 258	(387 823)	126 435	136 694
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	3 403 468	(123 291)	3 280 177	3 099 406
Activos por impostos correntes	14	56 728	-	56 728	110 102
Activos por impostos diferidos	14	744 983	-	744 983	660 797
Outros activos	15	2 861 764	(41 940)	2 819 824	2 300 694
Total do activo		116 550 715	(3 647 905)	112 902 810	105 808 700

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Timor-Leste, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

...continuação

(EUR)

	Notas (a)	2010	2009
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de bancos centrais	16	7 572 700	2 545 620
Passivos financeiros detidos para negociação	9	2 237 459	2 275 136
Recursos de outras instituições de crédito	16	9 093 771	7 127 416
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	54 787 526	53 712 685
Responsabilidades representadas por títulos	18	20 364 035	26 076 967
Passivos financeiros associados a activos transferidos	19	5 285 202	46 490
Derivados de cobertura	9	168 740	289 487
Provisões	20	1 124 832	1 204 722
Passivos por impostos correntes	14	1 810	9 325
Passivos por impostos diferidos	14	83 056	93 317
Outros passivos subordinados	21	3 162 979	3 477 280
Outros passivos	22	2 818 276	3 104 727
Total do passivo		106 700 386	99 963 171
Capital	23	5 050 000	4 500 000
Reservas de reavaliação	24	(121 010)	(80 404)
Outras reservas e resultados transitados	24	1 226 178	1 184 864
Resultado do exercício	24	47 256	241 069
Total do capital próprio		6 202 424	5 845 529
Total do passivo e do capital próprio		112 902 810	105 808 700

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emilio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS (*)

(EUR)

	Notas (a)	2010	2009
Juros e rendimentos similares	25	4 339 337	5 367 347
Juros e encargos similares	25	(3 413 771)	(4 272 503)
MARGEM FINANCEIRA		925 566	1 094 844
Rendimentos de instrumentos de capital	26	284 679	225 916
Rendimentos de serviços e comissões	27	499 583	453 017
Encargos com serviços e comissões	27	(91 112)	(87 385)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	28	11 684	148 048
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	87 340	45 798
Resultados de reavaliação cambial	28	6 840	(33 867)
Resultados de alienação de outros activos	30	103 455	419
Outros resultados de exploração	31	120 415	109 491
PRODUTO BANCÁRIO		1 948 450	1 956 280
Custos com pessoal	32	(614 219)	(632 191)
Gastos gerais administrativos	34	(413 691)	(415 068)
Amortizações do exercício	11 e 12	(111 306)	(119 548)
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	52 301	122 602
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	20	(523 471)	(459 342)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	(258 346)	(194 463)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	(63 212)	(2 579)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		16 506	255 692
Impostos sobre lucros			
<i>Correntes</i>	14	(50 182)	66 640
<i>Diferidos</i>	14	80 932	(81 263)
		30 750	
Resultado do Exercício		47 256	241 069
Número médio de acções ordinárias emitidas	23	900 000 000	819 452 000
Resultado por acção (Euros)		0,05	0,29

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Timor-Leste, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
 Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
 Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
 Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
 José Fernando Maia de Araújo e Silva
 Jorge Humberto Correia Tomé
 Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Milhares de euros)

	2010	2009
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Varição no exercício	(190 199)	251 853
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício	252 280	176 809
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	(109 923)	(43 093)
Efeito fiscal	7 234	(50 245)
Benefícios a empregados - amortização do impacto de transição		
Varição ocorrida no exercício	(33 457)	(33 457)
Efeito fiscal	9 075	8 748
Variações cambiais	(3 971)	1 649
Outros	(1 245)	1 963
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	(70 205)	314 226
Resultado líquido do período	47 256	241 069
Total do rendimento integral do período	(22 949)	555 295



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

(Milhares de euros)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	4 840 110	6 082 917
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 701 074)	(3 873 198)
Recuperação de capital e juros	29 325	35 689
Pagamentos a empregados e fornecedores	(980 550)	(957 939)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(90 737)	(129 542)
Outros resultados	90 449	66 280
	1 187 524	1 224 207
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(2 697 417)	(5 419 307)
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	166 719	(1 440 715)
Outros activos	(89 977)	56 417
	(2 620 675)	(6 803 605)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	6 994 298	(822 520)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 057 172	3 371 044
Outros passivos	(267 867)	418 091
	7 783 604	2 966 615
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	6 350 453	(2 612 783)
Impostos sobre lucros	(1 529)	(150 957)
Caixa líquida das actividades operacionais	6 348 924	(2 763 740)

...continuação

(Milhares de euros)

	2010	2009
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de filiais e associados	109 021	128 201
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	167 194	97 714
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	(231 754)	(336 793)
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(665 547)	(2 177 619)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	69 876	(126 098)
Caixa líquida das actividades de investimento	(551 211)	(2 414 595)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(86 452)	(141 891)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(630 330)	(608 087)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(277 948)	109 625
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquidas de reembolsos	(5 998 207)	5 436 569
Aumento de capital	550 000	1 000 000
Dividendos distribuídos	(170 157)	(300 000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(6 613 094)	5 496 216
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(815 381)	317 881
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 228 919	1 910 399
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	711	638
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(815 381)	317 881
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 414 248	2 228 919

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

	Reservas de reavaliação				Total
	Capital	Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Imobilizado	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	3 500 000	(778 017)	153 292	208 998	(415 727)
Distribuição do resultado do exercício de 2008:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados directamente nos capitais próprios:					
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	385 568	(50 245)	-	335 323
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	385 568	(50 245)	-	335 323
Aumento do Capital Social	1 000 000	-	-	-	-
Transferência de reservas de reavaliação para resultados transitados	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	4 500 000	(392 448)	103 047	208 998	(80 404)
Distribuição do resultado do exercício de 2009:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados directamente nos capitais próprios:					
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(47 841)	7 234	-	(40 607)
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	(47 841)	7 234	-	(40 607)
Aumento do Capital Social	550 000	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	5 050 000	(440 289)	110 280	208 998	(121 011)

...continuação

(Milhares de euros)

Outras reservas e resultados transitados

Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
708 391	321 112	(7 793)	1 021 710	484 251	4 590 234
96 850	79 608	7 793	184 251	(184 251)	-
-	-	-	-	(300 000)	(300 000)
-	-	-	-	-	335 323
-	-	(24 709)	(24 709)	-	(24 709)
-	1 649	-	1 649	-	1 649
-	(48)	2 011	1 963	-	1 963
-	1 601	(22 699)	(21 097)	-	314 226
-	-	-	-	-	1 000 000
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	241 069	241 069
805 241	402 321	(22 699)	1 184 864	241 069	5 845 530
48 214	-	22 699	70 912	(70 912)	-
-	-	-	-	(170 157)	(170 157)
-	-	-	-	-	(40 607)
-	-	(24 382)	(24 382)	-	(24 382)
-	(3 971)	-	(3 971)	-	(3 971)
-	(1 245)	-	(1 245)	-	(1 245)
-	(5 216)	(24 382)	(29 598)	-	(70 205)
-	-	-	-	-	550 000
-	-	-	-	47 256	47 256
853 455	397 105	(24 382)	1 226 178	47 256	6 202 424



BALANÇOS CONSOLIDADOS

	2010			2009	
	Notas (a)	Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1 468 752	-	1 468 752	1 926 260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	1 264 973	-	1 264 973	1 238 202
Aplicações em instituições de crédito	6	3 513 175	(88 933)	3 424 242	8 353 214
		6 246 900	(88 933)	6 157 967	11 517 677
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	5 066 407	-	5 066 407	6 209 573
Activos financeiros disponíveis para venda	8	25 227 257	(478 706)	24 748 551	18 851 152
Investimentos associados a produtos <i>Unit-linked</i>	9	732 512	-	732 512	867 967
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	10	114 867	-	114 867	179 623
Investimentos a deter até à maturidade		3	-	3	3
		31 141 045	(478 706)	30 662 339	26 108 317
Crédito a clientes	11	84 517 028	(2 609 824)	81 907 204	77 222 008
Activos não correntes detidos para venda	12	495 517	(72 128)	423 389	349 678
Propriedades de investimento	13	396 441	-	396 441	354 258
Outros activos tangíveis	14	2 145 624	(995 626)	1 149 998	1 184 058
Activos intangíveis	15	996 476	(577 090)	419 386	406 067
Investimentos em associadas	16	28 464	-	28 464	26 172
Activos por impostos correntes	17	90 270	-	90 270	127 886
Activos por impostos diferidos	17	1 088 680	-	1 088 680	950 601
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	264 564	-	264 564	258 379
Outros activos	19	3 429 078	(155 804)	3 273 274	2 479 742
Total do activo		130 840 085	(4 978 111)	125 861 974	120 984 842

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

...continuação

(EUR)

	Notas (a)	2010	2009
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	20	14 603 669	6 478 633
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	67 680 045	64 255 685
Responsabilidades para com subscritores de produtos <i>Unit-linked</i>	9	732 512	867 967
Responsabilidades representadas por títulos	22	19 306 748	25 182 313
		87 719 304	90 305 964
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	1 712 117	1 901 977
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	10	166 048	270 773
Provisões para benefícios dos empregados	23 e 37	530 192	556 971
Provisões para outros riscos	23	273 227	239 409
Provisões técnicas de contratos de seguros	24	5 742 936	6 439 225
Passivos por impostos correntes	17	57 828	58 982
Passivos por impostos diferidos	17	180 918	169 804
Outros passivos subordinados	25	2 800 164	3 201 598
Outros passivos	26	4 235 576	4 204 654
Total do passivo		118 021 979	113 827 992
Capital	27	5 050 000	4 500 000
Reserva de justo valor	28	(507 360)	(331 154)
Outras reservas e resultados transitados	28	1 516 424	1 454 731
Resultado do exercício atribuível ao accionista da CGD	28	250 582	278 899
Capital próprio atribuível ao accionista da CGD		6 309 646	5 902 477
Interesses minoritários	29	1 530 350	1 254 374
Total do capital próprio		7 839 996	7 156 850
Total do passivo e do capital próprio		125 861 974	120 984 842

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(EUR)

	Notas (a)	2010	2009
Juros e rendimentos similares	30	4 388 089	5 317 030
Juros e encargos similares	30	(2 972 831)	(3 784 087)
Rendimentos de instrumentos de capital	31	197 477	108 402
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		1 612 735	1 641 345
Rendimentos de serviços e comissões	32	648 628	592 463
Encargos com serviços e comissões	32	(146 313)	(144 695)
Resultados em operações financeiras	33	124 388	199 497
Outros resultados de exploração	34	350 963	219 629
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		2 590 400	2 508 238
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS			
Prémios, líquidos de resseguro	35	1 323 352	1 774 167
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	35	206 767	250 125
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	35	(931 660)	(1 425 806)
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	35	(89 461)	(107 250)
		508 998	491 235
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		3 099 398	2 999 474
Custos com pessoal	36	(1 047 134)	(1 040 370)
Outros gastos administrativos	38	(721 197)	(698 080)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(198 849)	(197 981)
Provisões líquidas de anulações	23	(51 130)	(8 059)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	39	(369 102)	(416 846)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	39	(354 660)	(259 280)
Resultados em empresas associadas		7 100	(4 404)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		364 426	374 453
<i>Correntes</i>	17	(129 220)	8 562
<i>Diferidos</i>	17	64 181	(78 773)
		(65 039)	(70 210)
Resultado consolidado do exercício, do qual:		299 387	304 243
Interesses minoritários	29	(48 806)	(25 343)
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CAIXA		250 582	278 899
Número médio de acções ordinárias emitidas	27	900 000 000	819 452 000
Resultado por acção (Euros)		0,28	0,34

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
 Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
 Vogais: Norberto Emilio Sequeira da Rosa
 Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
 José Fernando Maia de Araújo e Silva
 Jorge Humberto Correia Tomé
 Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Milhares de euros)

	2010	2009
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Varição no exercício	(628 390)	495 511
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício	344 374	212 889
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	49 209	(24 024)
Efeito fiscal	58 048	(137 850)
Variações cambiais		
Varição no exercício	100 361	42 363
Ajustamentos de reclassificação da reserva cambial para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício em activos financeiros disponíveis para venda		
Unidades de participação em moeda estrangeira	(18 841)	-
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda		
Unidades de participação em moeda estrangeira	(35 984)	-
Reconhecimento de resultados cambiais no âmbito da operação de aquisição de controlo da Partang, SGPS	1 152	-
Efeito fiscal	(6 389)	(7 061)
Outros	(7 318)	(4 004)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas	(131 002)	577 824
Resultado líquido do período	299 387	304 243
Total do rendimento integral do exercício, do qual:	168 385	882 067
Interesses minoritários	(57 970)	(7 177)
Total do rendimento integral do exercício atribuível ao accionista da CGD	110 416	874 890



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Milhares de euros)

	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	5 031 194	6 071 483
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 434 760)	(3 509 845)
Prémios recebidos (seguros)	1 335 228	1 810 993
Indemnizações pagas (seguros)	(1 618 727)	(2 182 202)
Recuperação de capital e juros	34 984	40 567
Pagamentos a empregados e fornecedores	(1 704 735)	(1 641 241)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(98 960)	(150 645)
Outros resultados	792 587	898 201
	1 336 810	1 337 312
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(2 685 576)	(5 470 739)
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	1 102 347	611 257
Outros activos	12 358	168 469
	(1 570 871)	(4 691 013)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	8 123 361	(455 460)
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 209 791	2 914 572
Outros passivos	(772 702)	(588 209)
	9 560 449	1 870 904
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	9 326 388	(1 482 797)
Impostos sobre lucros	(92 788)	(167 860)
Caixa líquida das actividades operacionais	9 233 600	(1 650 657)

...continuação

(Milhares de euros)

	2010	2009
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de instrumentos de capital	197 477	108 402
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	27 696	2 856
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(2 971 008)	(2 421 072)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(177 616)	(429 473)
Caixa líquida das actividades de investimento	(2 923 452)	(2 739 287)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(81 409)	(133 904)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(525 747)	(594 531)
Dividendos pagos de acções preferenciais	(9 226)	(14 396)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(337 450)	80 071
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	(6 211 604)	5 030 229
Aumento de Capital	550 000	1 000 000
Dividendos distribuídos	(170 157)	(300 000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(6 785 594)	5 067 467
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(475 445)	677 523
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 164 463	2 512 614
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	44 708	(25 674)
Varição líquida de caixa e seus equivalentes	(475 445)	677 523
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 733 725	3 164 463

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

	Outras reservas e resultados transitados				Total
	Capital	Reserva de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	3 500 000	(873 304)	1 464 133	(222 265)	1 241 869
Distribuição do lucro do exercício de 2008:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	151 230	7 793	159 023
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados directamente nos capitais próprios:					
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	587 135	(29 772)	-	(29 772)
Variações cambiais	-	-	39 369	-	39 369
Outros	-	-	(742)	-	(742)
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	587 135	8 855	-	8 855
Aumento de Capital	1 000 000	-	-	-	-
Reclassificação de valias potenciais	-	(44 984)	44 984	-	44 984
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-
Aquisição de acções preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance	-	-	-	-	-
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	(25 232)	25 232	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	4 500 000	(331 154)	1 643 970	(189 240)	1 454 731
Distribuição do lucro do exercício de 2009:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	86 044	22 699	108 742
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados directamente nos capitais próprios:					
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(176 207)	(4 953)	-	(4 953)
Variações cambiais	-	-	49 406	-	49 406
Outros	-	-	(8 412)	-	(8 412)
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	(176 207)	36 040	-	36 040
Aumento de Capital	550 000	-	-	-	-
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-
Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - BCGTA	-	-	(83 089)	-	(83 089)
Aquisição de acções preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance	-	-	-	-	-
Dividendos de acções preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários	-	-	-	-	-
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	(22 977)	22 977	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	5 050 000	(507 360)	1 659 988	(143 564)	1 516 423

...continuação

(Milhares de euros)

Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	Total
459 023	4 327 588	1 156 550	5 484 138
(159 023)	-	-	-
(300 000)	(300 000)	-	(300 000)
-	557 362	(10 837)	546 525
-	39 369	(4 067)	35 302
-	(742)	(3 262)	(4 004)
-	595 990	(18 166)	577 824
-	1 000 000	-	1 000 000
-	-	-	-
-	-	132 855	132 855
-	-	(27 812)	(27 812)
-	-	(14 396)	(14 396)
-	-	-	-
278 899	278 899	25 343	304 243
278 899	5 902 478	1 254 374	7 156 852
(108 742)	-	-	-
(170 157)	(170 157)	-	(170 157)
-	(181 160)	4 400	(176 760)
-	49 406	3 670	53 076
-	(8 412)	1 094	(7 318)
-	(140 166)	9 164	(131 002)
-	550 000	-	550 000
-	-	250 043	250 043
-	(83 089)	-	(83 089)
-	-	(14 439)	(14 439)
-	-	(17 597)	(17 597)
-	-	-	-
250 582	250 582	48 806	299 387
250 582	6 309 646	1 530 350	7 839 996



2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	153
2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	281
2.3. RELATÓRIOS CEBS	469
2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS	475



2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

NOTA 1. NOTA INTRODUTÓRIA	154
NOTA 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	154
NOTA 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	172
NOTA 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	172
NOTA 5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	173
NOTA 6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	174
NOTA 7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	180
NOTA 8. CRÉDITO A CLIENTES	182
NOTA 9. DERIVADOS	186
NOTA 10. ACTIVOS NÃO-CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	191
NOTA 11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	192
NOTA 12. ACTIVOS INTANGÍVEIS	194
NOTA 13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	195
NOTA 14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	199
NOTA 15. OUTROS ACTIVOS	203
NOTA 16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	206
NOTA 17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	207
NOTA 18. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS	207
NOTA 19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS	213
NOTA 20. PROVISÕES E IMPARIDADE	217
NOTA 21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS	219
NOTA 22. OUTROS PASSIVOS	224
NOTA 23. CAPITAL	225
NOTA 24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO	225
NOTA 25. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES	227
NOTA 26. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	228
NOTA 27. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	228
NOTA 28. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL	229
NOTA 29. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	230
NOTA 30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	230
NOTA 31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	231
NOTA 32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS	231
NOTA 33. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	232
NOTA 34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	237
NOTA 35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	238
NOTA 36. RELATO POR SEGMENTOS	240
NOTA 37. ENTIDADES RELACIONADAS	243
NOTA 38. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS	244
NOTA 39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS	245
NOTA 40. GESTÃO DE CAPITAL	276

2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou igualmente os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, SA (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa contava com uma rede nacional de 869 Agências, uma Sucursal em França com 46 agências, uma Sucursal em Timor-Leste com 8 agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia-Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2011.

As demonstrações financeiras da CGD em 31 de Dezembro de 2010 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/03 e n.º 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange, também, o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

- iii. Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo, deste modo, possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, aditado pelo Aviso n.º 7/ 2008, de 14 de Outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos, estando a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com excepção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 10 anos. Até 31 de Dezembro de 2007, o referido impacto de transição encontrava-se a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de períodos de 5 e 7 anos, respectivamente. De acordo com as disposições do Aviso n.º 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização inicial poderá ser atingido considerando um período de amortização adicional de três anos face ao inicial.

Por outro lado, ainda de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, o acréscimo de responsabilidades resultantes de alterações da tábua de mortalidade efectuadas após 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao limite do corredor, numa percentagem decrescente até 31 de Dezembro de 2012. No exercício de 2009, a Caixa utilizou a faculdade permitida pelo Aviso de crescer ao limite do corredor (definido como 10% do máximo entre o valor das responsabilidades por serviços passados e o valor dos activos financeiros associados) 55% do valor do aumento de responsabilidades reconhecidas no exercício de 2005 em resultado da alteração da tábua de mortalidade, que ascenderam a 27 507 mEuros.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2. ADOÇÃO DE NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE (IFRIC), CONFORME ADOPTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

No exercício de 2010, a Caixa adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 3 (Alterada) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas, introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de Filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 39 – “Contabilidade de cobertura” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma pretende clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura na componente de risco de inflação, assim como da utilização de opções compradas em operações de cobertura de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa-mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos accionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IAS 32 – “Classificação dos direitos de emissão” (Emenda) – Em resultado da alteração efectuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objectivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transacção, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adopção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transacções efectuadas directamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem carácter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 14 – “O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto desta interpretação permitiu clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros. O texto alterado é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio” – A interpretação pretende clarificar o tratamento contabilístico relacionado com a liquidação de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio, assim como dos critérios de valorização desses instrumentos. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:
 - a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo, como tal, geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;
 - b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;
 - c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;
 - d) Encontra-se, igualmente, disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que, em resultado desta alteração, se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;
 - e) Sendo de aplicação retrospectiva, deverão, no entanto, serem considerados no âmbito da classificação e mensuração dos activos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9 os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independente das circunstâncias e objectivos considerados na data do reconhecimento inicial dos activos que permaneçam em balanço na data de referência para adopção da norma).

A adopção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (Emendada) – As alterações introduzidas ao normativo pretendem clarificar as divulgações existentes relativas à natureza e extensão dos riscos aos quais as entidades se encontram expostas devido à utilização de instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a

operações de transferência de activos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. CONVERSÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados como *forwards* e *swaps* cambiais. As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.4. f) abaixo.

Nas contas globais, os activos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, sendo os proveitos e custos convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas em “Outras reservas” do capital próprio.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A) CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo, são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço (“desreconhecimento”) quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às operações de titularização de créditos efectuadas pela Caixa (Nota 19), os procedimentos adoptados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efectuada em Novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efectuadas antes de 1 de Janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados no balanço da Caixa.
- Relativamente à operação de titularização de crédito ao consumo, no âmbito da qual foram efectuadas pela Caixa cessões de créditos nos exercícios de 2004 e 2005, a Caixa não procedeu ao respectivo desreconhecimento. Igual procedimento foi adoptado no âmbito da operação de titularização de crédito à habitação efectuada em Novembro de 2010, pelo que em ambas as situações se procedeu apenas a uma reclassificação dos montantes de crédito originalmente registados como empréstimos para uma rubrica de crédito titularizado.

Assim, os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica “Créditos a clientes”, tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos activos transferidos (Notas 2.4. c) e 19).

A operação de titularização de crédito ao consumo foi entretanto liquidada no decorrer do exercício de 2010, tendo a Caixa exercido a opção de recompra antecipada destes empréstimos. Na data de exercício da opção (Setembro de 2010), os activos residuais do fundo representavam já apenas 10% do montante das operações iniciais.

Provisionamento

O regime de provisionamento destes activos corresponde ao definido no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, e pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

I. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

II. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso n.º 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
 - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - > seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - > doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - > vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Provisão para Risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados-membros da União Europeia;

- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15.º do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

III. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta provisão é superior ao limite mínimo definido pelo Banco de Portugal, com o objectivo de reflectir o diferencial face à imparidade calculada de acordo com os requisitos do IAS 39.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

Anulações de Capital e Juros

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso n.º 3/2005, do Banco de Portugal.

B) OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

I) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se, também, nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“*Fair Value Option*”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

> Caso a sua aplicação elimine ou reduza, de forma significativa, uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

> Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

> Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

> Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

> Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

II) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Dada a restrição estabelecida no Aviso n.º 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

III) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Reclassificação de Activos Financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39, em 13 de Outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de activos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efectuadas até 1 de Novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de Julho de 2008. Reclassificações efectuadas posteriormente a esta data têm impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

Justo Valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo Amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

C) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

I) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos a descoberto (*short selling*).

Estes passivos encontram-se registados pelo respectivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

II) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos ao consumo e à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.4. a) e 19).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo, posteriormente, valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização.

III) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

D) DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados Embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de Cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Caixa apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara, no início da operação, documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflecte, igualmente, no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

A Caixa decidiu a revogação da designação de cobertura a partir de 1 de Outubro de 2008 e já no decorrer do exercício de 2009 relativamente a um conjunto de *swaps* que estavam a cobrir risco de taxa de juro de passivos emitidos. Os ganhos gerados nesses *swaps* a partir dessa data, foram registados em “Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação – em derivados – taxa de juro”.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de Negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando, assim, desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

E) IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS

Activos Financeiros ao Custo Amortizado

A CGD efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efectuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças, que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício, sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê, ainda, os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando, para este efeito, a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua, igualmente, análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta, de forma adequada, o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.5. ACTIVOS RECEBIDOS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos". Esta última rubrica é regularizada quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados em "Activos não correntes detidos para venda".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

2.6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas de "Outros proveitos e custos de exploração".

2.7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50-100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3-8
Instalações interiores	3-10
Material de transporte	4-6
Equipamento de segurança	4-10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A CGD avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.8. LOCAÇÃO FINANCEIRA

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

COMO LOCATÁRIO

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

COMO LOCADOR

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

2.9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas “Filiais”. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui, ainda, as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“Associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas Filiais e Associadas.

2.11. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

IMPOSTOS CORRENTES

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das Sucursais são integradas nas contas da Sede para efeitos fiscais ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 3.º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das Sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países / territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da Sede nos termos do artigo 91.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

AJUSTAMENTOS AO RESULTADO CONTABILÍSTICO DO EXERCÍCIO

Imputação de Lucros de Filiais Não-Residentes Sujeitas a Regime Fiscal Privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não-residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de, pelo menos, 25%, ou de, pelo menos, 10%, no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não-residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação, os quais, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendiam a aproximadamente 39 392 mEuros e 39 707 mEuros, respectivamente.

Provisões

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2010 e 2009, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições do artigo 37.º do Código do IRC (norma introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2007), no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico de crédito e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;

- Disposições previstas no n.º1 do artigo 57.º, da Lei do Orçamento do Estado para 2007, no âmbito do qual devem ser, igualmente, acrescidas ao resultado contabilístico do exercício as dotações para reforço de provisões para risco específico de crédito e risco-país (que não respeitem a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis) até ao limite do saldo em 1 de Janeiro de 2007 das provisões para créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis. Este normativo não originou qualquer ajustamento à matéria colectável do exercício de 2010, uma vez que o saldo acumulado destas provisões em 1 de Janeiro de 2007 se encontra já integralmente tributado;
- Disposições do artigo 35.º do Código do IRC, no âmbito do qual, a partir de 1 de Janeiro de 2003, deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal (Nota 2.4.a. iv). Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito (tendo em consideração a diferença entre o saldo final e inicial do exercício), são considerados proveitos do exercício, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

Encargos com Pessoal

A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, até ao limite de 25% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao exercício, com excepção das despesas com empregados sujeitos ao regime geral contributivo da segurança social (aos quais se aplica o limite de 15%), os encargos suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de Janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efectivamente entregue ao Fundo de Pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

O valor reconhecido pela CGD nos exercícios de 2010 e 2009 como variação patrimonial nas contas individuais referente a um oitavo do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das NCA, adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial.

Assim, e considerando, igualmente, que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD nos exercícios de 2010 e 2009 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao Fundo de Pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

Resultado da Liquidação

O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2010, estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 75% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruisse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 92.º;
- Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2010 e 2009, em resultado da aplicação deste artigo.

IMPOSTOS DIFERIDOS

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente, reformas antecipadas, campanhas publicitárias e reavaliações de activos tangíveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade da Caixa.

2.13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E ENCARGOS COM SAÚDE

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 33. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 33). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido. Adicionalmente, conforme anteriormente referido na Nota 2.1. – Bases de Apresentação, de acordo com o Aviso n.º 12/2001, do Banco de Portugal, o acréscimo de responsabilidades resultantes de alterações da tábua de mortalidade efectuadas após 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao limite do corredor, numa percentagem decrescente até 31 de Dezembro de 2012.

No exercício de 2009, a Caixa utilizou a faculdade permitida pelo Aviso de crescer ao limite do corredor (definido como 10% do máximo entre o valor das responsabilidades por serviços passados e o valor dos activos financeiros associados) 55% do valor do aumento de responsabilidades reconhecidas no exercício de 2005 em resultado da alteração da tábua de mortalidade. O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

A CGD tem, ainda, outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.14. COMISSÕES

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.15. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.17. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM EMPRÉSTIMOS E OUTROS VALORES A RECEBER

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avals prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.4.). No entanto, sempre que considera necessário, estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.4. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de reavaliação. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.4. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras ou uma degradação significativa do *rating* do emitente.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rentabilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	342 915	366 503
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	576 534	1 112 757
	919 449	1 479 260

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Cheques a cobrar		
No país	128 684	416 980
No estrangeiro	11 047	11 673
	139 730	428 652
Depósitos à ordem		
No país	362	2 039
No estrangeiro	351 373	315 834
	351 736	317 873
Outras disponibilidades	3 333	3 133
	494 799	749 659

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos:						
Títulos da dívida pública	402 235	-	402 235	635 648	-	635 648
Obrigações de outros emissores públicos:						
Estrangeiros	691 254	-	691 254	694 197	-	694 197
De Organismos Financeiros						
Internacionais	-	-	-	20 895	-	20 895
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
De residentes	-	6 869	6 869	208 048	6 344	214 392
De não-residentes	-	1 774	1 774	818 028	14 139	832 167
	1 093 489	8 643	1 102 132	2 376 816	20 483	2 397 298
Instrumentos de capital						
De residentes	3 530	326 550	330 080	2 783	414 093	416 876
De não-residentes	9 178	-	9 178	24 929	-	24 929
	12 708	326 550	339 258	27 712	414 093	441 805
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de Participação						
De residentes	64 900	336 888	401 787	45 176	385 288	430 464
De não-residentes	134 060	3 881	137 941	42 988	-	42 988
	198 960	340 768	539 728	88 164	385 288	473 452
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)						
Swaps	1 715 442	-	1 715 442	1 838 783	-	1 838 783
Opções de divisas e cotações	461 052	-	461 052	478 219	-	478 219
Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	115 319	-	115 319	111 645	-	111 645
Futuros e outras operações a prazo	14 893	-	14 893	28 202	-	28 202
	2 306 707	-	2 306 707	2 456 850	-	2 456 850
	3 611 863	675 962	4 287 825	4 949 542	819 864	5 769 405

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 196 800 mEuros e 79 448 mEuros, respectivamente (226 102 mEuros e 78 958 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica "Activos financeiros detidos para negociação – Instrumentos de dívida" inclui títulos afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 45 317 mEuros (600 514 mEuros em 31 de Dezembro de 2009) (Nota 18.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Activos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital", inclui 326 538 mEuros e 414 066 mEuros, respectivamente, relativos a uma participação detida na Cimpor, no âmbito da aquisição pela Caixa de 64 406 000 acções, representativas de 9,584% do capital social desta Sociedade. Estas acções foram adquiridas em Fevereiro de 2009 por 317 844 mEuros, detendo o vendedor uma opção de compra da participação à Caixa pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor. A valorização negativa da opção nas referidas datas encontra-se registada na rubrica "Opções – Cotações" (Nota 9.).

No exercício de 2010, a Caixa transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, ao abrigo das disposições previstas no IAS 39. Os detalhes relativos aos títulos englobados na referida transferência são apresentados na Nota 6.

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos de dívida		
De outros emissores públicos		
Títulos de dívida pública nacional	1 885 582	-
Outros emissores públicos estrangeiros	347 268	208 804
De organismos financeiros internacionais	230 105	128 665
De outros emissores	13 396 117	5 001 197
	15 859 072	5 338 666
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	1 183 674	1 918 340
Valorizados ao custo histórico	33 379	29 627
	1 217 053	1 947 967
Unidades de participação	941 985	1 569 293
	18 018 110	8 855 927
Imparidade (Nota 20.)		
Instrumentos de dívida	(34 755)	(50 428)
Instrumentos de capital	(239 395)	(284 470)
Unidades de participação	(136 269)	(85 501)
	(410 419)	(420 398)
Provisões para risco-país (Nota 20.)	(45)	(44)
	(410 464)	(420 442)
	17 607 646	8 435 485

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida de outros emissores” inclui 5 446 033 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA (do qual 89 981 mEuros de obrigações residuais) no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages n.º 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respectivo valor nominal. Nesta data, esta rubrica inclui, igualmente, 6 598 mEuros de obrigações residuais referentes à operação de titularização Nostrum Mortgages n.º 1.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor de balanço de obrigações residuais emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos à habitação e ao consumo efectuadas pela Caixa ascendia a 9 223 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores” inclui obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 7) e cujo valor nominal nessa data ascendia a 3 100 000 mEuros. Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e serão amortizadas em prestações crescentes de capital ao longo de um período de 10 anos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 408 803 mEuros (342 934 mEuros em 2009) (Nota 18.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Instrumentos de dívida de outros emissores” inclui 370 098 mEuros e 400 000 mEuros, respectivamente, de obrigações emitidas pelo Intermoney Banking Caixa Geral RMBS1 Fondo de Titulización de Activos (dos quais 11 947 mEuros e 12 023 mEuros, respectivamente, de obrigações residuais) no âmbito da operação de titularização originada pelo Banco Caixa Geral, SA, integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos em Outubro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 15 016 mEuros e 26 706 mEuros, respectivamente, relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Imparidade – Unidades de Participação” inclui 69 220 mEuros e 78 828 mEuros, respectivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascende a 350 315 mEuros e 99 327 mEuros, respectivamente (876 549 mEuros e 90 268 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida – de outros emissores públicos” inclui emissões de dívida pública de países da periferia da Zona Euro, particularmente afectados no decorrer de 2010 pela instabilidade dos mercados de dívida soberana em resultado do agravamento do seu risco de crédito, as quais apresentavam, nessa data, uma desvalorização acumulada de 46 854 mEuros reconhecida por contrapartida de “Reservas de reavaliação” (Nota 24) com a seguinte composição:

Reserva justo valor 31.12.2010	
Dívida soberana	
Portugal	(31 485)
Irlanda	(7 449)
Espanha	(5 278)
Grécia	(2 641)
	(46 854)

Ainda nessa data, o valor das reservas de reavaliação negativas referentes a dívida de instituições financeiras gregas classificadas na carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascendia a 5 269 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

31.12.2010					
	Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
EDP – Energias de Portugal, SA	0,10%	12 328	(3 538)	8 791	-
Portugal Telecom, SGPS, SA	6,11%	458 987		458 987	(25 212)
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	10,73%	314 580	(202 096)	112 484	15 349
GALP Energia, SGPS, SA	1,00%	119 498	-	119 498	13 311
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	52,49%	54 332	-	54 332	(32 621)
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	1,10%	15 141	-	15 141	6 349
BCP – Banco Comercial Português, SA	2,14%	85 516	(27 152)	58 364	-
Brisa Privatização	1,50%	46 971	-	46 971	(16 029)
La Seda Barcelona	14,24%	32 539	-	32 539	(18 655)
EDP – Energias Renováveis	0,00%	7	-	7	(2)
Outros instrumentos com características de capital	-	43 729	-	43 729	(487)
Outros	-	47	(31)	15	25
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	4,47%	4 358	(1 845)	2 513	-
Tagusparque – Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, SA	10,00%	2 170	-	2 170	-
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	-	-	-	-	-
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	3,62%	4 058	(1 178)	2 880	-
Outros	-	22 793	(3 554)	19 239	-
		1 217 053	(239 395)	977 658	(57 971)

31.12.2009

	Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
EDP – Energias de Portugal, SA	5,10%	579 194	-	579 194	(71 835)
Portugal Telecom, SGPS, SA	6,14%	469 211	-	469 211	13 912
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	13,25%	408 758	(231 072)	177 686	23 574
GALP Energia, SGPS, SA	1,17%	117 595	-	117 595	(6 450)
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	52,49%	82 941	-	82 941	(4 012)
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	1,10%	17 606	-	17 606	8 814
BCP – Banco Comercial Português, SA	2,14%	85 516	(778)	84 738	-
Brisa Privatização	1,50%	64 620	-	64 620	1 620
La Seda Barcelona	7,23%	45 304	(40 774)	4 530	-
EDP – Energias Renováveis	0,00%	9	-	9	2
Outros instrumentos com características de capital	-	47 537	(5 252)	42 285	(3)
Outros	-	49	(16)	33	28
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	4,47%	4 358	(1 845)	2 513	-
Tagusparque – Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, SA	10,00%	2 170	-	2 170	-
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	17,60%	1 065	-	1 065	-
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	4,06%	1 178	(1 178)	-	-
Outros	-	20 856	(3 555)	17 301	-
		1 947 967	(284 470)	1 663 497	(34 351)

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	31.12.2009				31.12.2010	
	Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Imparidade registada no período	Variação de reserva de Justo Valor	Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
EDP – Energias de Portugal, SA	579 194	(638 701)	89 537	(93 075)	71 835	8 791
Portugal Telecom, SGPS, SA	469 211	28 900	-	-	(39 123)	458 987
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	177 686	(85 953)	57 638	(28 662)	(8 225)	112 484
BCP – Banco Comercial Português, SA	84 738	-	-	(26 374)	-	58 364
GALP Energia, SGPS, SA	117 595	(17 859)	-	-	19 762	119 498
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	82 941	-	-	-	(28 609)	54 332
Brisa Privatização	64 620	-	-	-	(17 649)	46 971
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA (Nota 13.)	17 606	-	-	-	(2 465)	15 141
La Seda Barcelona	4 530	5 889	40 774	-	(18 655)	32 539
EDP – Energias Renováveis	9	1	-	-	(3)	7
Outros instrumentos com características de capital	42 285	(3 309)	5 252	(15)	(484)	43 729
Outros	33	(13)	-	-	(3)	15
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	2 513	-	-	-	-	2 513
Tagusparque – Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, SA	2 170	-	-	-	-	2 170
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	1 065	(1 065)	-	-	-	-
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	-	2 880	-	-	-	2 880
Outros	17 301	1 936	-	-	-	19 238
	1 663 497	(707 294)	193 201	(148 126)	(23 620)	977 658

	31.12.2008				31.12.2009	
	Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Imparidade registada no período	Variação de reserva de Justo Valor	Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
EDP – Energias de Portugal, SA	502 229	(1 610)	-	-	78 575	579 194
Portugal Telecom, SGPS, SA	334 285	-	-	-	134 926	469 211
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	151 408	(19 021)	21 725	-	23 574	177 686
BCP – Banco Comercial Português, SA	125 372	(250 061)	240 509	(31 082)	-	84 738
GALP Energia, SGPS, SA	70 537	(3 095)	-	-	50 153	117 595
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	91 877	-	-	-	(8 936)	82 941
Brisa Privatização	48 159	-	-	-	16 461	64 620
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA (Nota 13.)	75 680	(31 202)	-	-	(26 872)	17 606
La Seda Barcelona	-	45 304	-	(40 774)	-	4 530
EDP – Energias Renováveis	14 978	(15 893)	-	-	924	9
Outros instrumentos com características de capital	-	47 540	-	(5 252)	(3)	42 285
Outros	-	21	-	(16)	28	33
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	2 513	-	-	-	-	2 513
Tagusparque – Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, SA	2 170	-	-	-	-	2 170
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	1 065	-	-	-	-	1 065
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	-	(14 685)	14 685	-	-	-
Outros	3 429	13 838	35	-	-	17 302
	1 423 702	(228 864)	276 955	(77 125)	268 829	1 663 497

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2010 e 2009 foram os seguintes:

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA (PORTUGAL TELECOM)

No exercício de 2010, a CGD adquiriu 77 779 069 acções da Portugal Telecom por um montante global de 681 668 mEuros. Ainda no decorrer do exercício de 2010, a CGD alienou 78 079 069 acções por um montante de 684 496 mEuros, tendo em resultado destas operações sido registada uma mais-valia de 31 727 mEuros (Nota 29).

UNICRE – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Durante o primeiro semestre de 2010, a Caixa alienou ao Banco Comercial Português 352 023 acções da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, SA, representativas de 17,6% do seu capital social, por um valor global de 22 881 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 21 816 mEuros (Nota 29.).

ZON – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SGPS, SA (ZON)

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 3 656 619 acções por um montante global de 15 793 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 3 507 249 acções por um montante global de 15 120 mEuros, tendo em resultado destas operações sido registada uma mais-valia total de 2 030 mEuros (Nota 29.).

Em Dezembro de 2009, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Kento Holding Limited um acordo para a venda de 7 727 420 acções da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON), correspondentes a 2,5% do respectivo capital social, por um preço unitário de 5,3 euros. A concretização dessa operação de venda ficou condicionada à aprovação, em Assembleia-Geral de Accionistas da ZON, da venda à Kento Holding Limited, de 14 006 437 acções próprias, a qual veio a ocorrer em 29 de Janeiro de 2010. Uma vez que se tratava de uma venda condicionada, a CGD apenas registou nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2009 o compromisso decorrente da obrigação de alienação das referidas acções, conforme termos do contrato.

Em Fevereiro de 2010, após a verificação da condição suspensiva prevista no acordo celebrado em Dezembro de 2009, a Caixa concretizou a operação de alienação à Kento Holding Limited das 7 727 420 acções da ZON, tendo em resultado desta transacção sido registada uma mais-valia de 11 881 mEuros (Nota 29.).

Adicionalmente, e ainda no decorrer do exercício de 2010, a CGD comprou 1 481 007 acções por um montante de 5 233 mEuros e alienou 1 532 744 acções por um montante global de 5 388 mEuros, tendo sido registadas mais valias líquidas de 914 mEuros (Nota 29.).

EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, SA (EDP)

Em 30 de Setembro de 2010, a Caixa alienou à Párpública 91 413 443 acções da EDP pelo valor de 292 523 mEuros, tendo recebido nessa data 58 505 mEuros conforme previsto nos termos do contrato de transmissão da referida participação. Em resultado desta transacção, a Caixa reconheceu uma menos-valia de 28 827 mEuros.

Na mesma data, a Caixa reconheceu por contrapartida de resultados imparidade para as acções que permaneceram em carteira no montante de 93 075 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa alienou um segundo lote de 91 413 443 acções da EDP pelo valor de 283 382 mEuros, dos quais 56 676 mEuros liquidados na data da transacção. Em consequência da operação, foi registada uma mais-valia de 53 568 mEuros (Nota 29.).

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 1 830 000 acções da EDP por um montante global de 4 789 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 1 830 000 acções por um montante global de 4 792 mEuros, tendo em resultado destas operações sido apurada uma menos-valia total de 1 607 mEuros (Nota 29.).

GALP ENERGIA, SGPS, SA (GALP)

No decorrer do exercício de 2010, a CGD alienou 1 401 489 acções por um montante global de 20 273 mEuros, tendo sido apurada uma mais-valia de 2 414 mEuros (Nota 29.).

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 490 514 acções por um montante global de 4 330 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a CGD alienou 580 000 acções por um montante global de 5 120 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma menos-valia total de 2 305 mEuros (Nota 29.).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA (BCP)

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 101 440 535 acções por um montante global de 100 539 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 154 989 329 acções por um montante global de 140 635 mEuros, tendo, em consequência destas operações, sido registada uma mais-valia total de 30 545 mEuros (Nota 29.).

REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SA (REN)

No decorrer do mês de Dezembro de 2009, a CGD alienou à Párpública – Participações Públicas, SGPS, SA 20 826 000 acções da REN, representativas de 3,9% do seu capital social. O preço de transacção acordado ascendeu a 64 561 mEuros, correspondente a um valor unitário de 3,1 Euros por acção, tendo em resultado desta operação sido reconhecida uma mais-valia de 33 359 mEuros (Nota 29.).

LA SEDA BARCELONA (LA SEDA)

No decurso do exercício de 2010, em resultado de deliberação em Assembleia-Geral, a La Seda Barcelona procedeu ao aumento do seu capital social no valor de 300 milhões de Euros, mediante a emissão de 3 mil milhões de acções ao preço unitário de 0,1 Euros. No âmbito do referido aumento de capital, a CGD reforçou a sua participação na La Seda através da subscrição de 471 180 680 acções, das quais 403 125 142 acções realizadas em numerário e 68 055 538 acções realizadas através da conversão de créditos.

Na sequência destas operações, em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa detinha uma participação de 14,24% no capital desta sociedade.

VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA (VAA)

No âmbito do aumento de capital social realizado pela Vista Alegre Atlantis SGPS, SA em Julho de 2010, a Caixa procedeu à subscrição de 35 997 328 novas acções, com um valor unitário de 0,08 Euros, cada. Em resultado desta operação, a participação detida nesta entidade em 31 de Dezembro de 2010 é de 3,62%.

Em 6 de Março de 2009, a Caixa celebrou com a Cerutil – Cerâmicas Utilitárias, SA, uma entidade do Grupo Visabeira, um contrato de compra e venda de acções e cessação de créditos, mediante o qual a Caixa alienou à Cerutil 14 503 999 acções representativas de 10% do capital social da VAA, tendo igualmente cedido o direito de retorno sobre os créditos concedidos a esta entidade a título de prestações suplementares, no montante global de 11 784 mEuros. Desta operação, resultou uma mais-valia de 1 279 mEuros, correspondente ao preço global acordado para a transmissão das acções e dos créditos.

EDP RENOVÁVEIS, SA (EDP RENOVÁVEIS)

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 12 433 acções da EDP Renováveis por um montante global de 66 mEuros. Ainda no exercício de 2009, a Caixa alienou 3 005 508 acções por um montante global de 17 454 mEuros, tendo em resultado destas operações sido registadas mais-valias líquidas de 1 492 mEuros (Nota 29.).

RECLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39, em Outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.4., e em face das circunstâncias excepcionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de activos financeiros detidos para negociação para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efectuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que caracterizaram a evolução dos mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010, no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afectados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspectivas da Caixa relativamente à alienação destes activos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu, essencialmente, instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras directamente afectados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008	Activos financeiros disponíveis para venda	Crédito a clientes
Valor de balanço da data de reclassificação	1 001 797	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2008	873 101	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2009	560 350	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2010	336 275	n.d.
Justo Valor dos títulos reclassificados em 31.12.2010	336 275	n.d.
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2010	(11 104)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2008 e 31.12.2009		
Mais-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6 315	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(6 673)	n.d.
Outros ganhos e perdas reconhecidos por contrapartida de resultados	(60 758)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2009 e 31.12.2010		
Mais-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57 186	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(52 234)	n.d.
Outros ganhos e perdas reconhecidos por contrapartida de resultados	(2 247)	n.d.

n.d. – Não disponível.

Titulos reclassificados no exercicio de 2010

	Activos financeiros disponiveis para venda	Crédito a clientes
Valor de balanço da data de reclassificação	1 414 007	503 466
Valor de balanço em 31.12.2010	1 039 972	504 393
Justo valor dos titulos reclassificados em 31.12.2010	1 039 972	511 412
Reserva de justo valor dos titulos reclassificados em 31.12.2010	(36 589)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31.12.2010		
Menos valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36 589)	n.d.

n.d. – Não disponível.

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/(perdas) reflectidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Mercado Monetário Interbancário	1 436 800	2 457 900
Depósitos a prazo		
No país	46 400	302 657
No estrangeiro	2 137 304	4 392 351
Empréstimos		
No país	4 532 482	6 893 102
No estrangeiro	484 494	681 503
Outras aplicações		
No país	378 484	185 022
No estrangeiro	2 835 084	1 554 075
Operações de compra com acordo de revenda	98 618	-
Crédito e juros vencidos	104 469	120 421
	12 054 136	16 587 031
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	28 828	41 075
Juros a receber	28 910	42 783
Proveitos diferidos	(82)	(1 709)
Correcção de valor	2 257	35
	12 114 049	16 669 215
Provisões para risco-país (Nota 17.)	(14 298)	(11 535)
Imparidade (Nota 17.)	(88 682)	(158 923)
	12 011 069	16 498 758

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Empréstimos – no país” inclui 3 000 000 mEuros relativos a cinco emissões de papel comercial realizadas pelo Banco Português de Negócios, SA (BPN), as quais se encontravam garantidas pelo Estado Português.

Em Dezembro de 2010, no âmbito do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN, a Caixa procedeu à subscrição de um conjunto de empréstimos obrigacionistas efectuados pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA (cujo capital é integralmente detido pelo BPN), no montante global de 3 100 000 mEuros. Estas emissões encontram-se igualmente abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e estão registadas na rubrica “Activos financeiros disponiveis para venda” (Nota 6.).

Foram, igualmente, concedidos créditos a estas sociedades no valor de aproximadamente 795 112 mEuros, registados em “Créditos sobre clientes”, os quais se encontram garantidos por penhores e hipotecas sobre activos dos referidos veículos (Nota 8.).

A aplicação dos fundos obtidos pelas referidas sociedades junto do BPN permitiu a esta entidade proceder à liquidação parcial das responsabilidades entretanto assumidas junto da Caixa ao abrigo do programa de papel comercial, o qual representava, nessa data, 4 000 000 mEuros.

Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2010, o valor do financiamento concedido pela Caixa ao BPN mediante subscrição de papel comercial garantido pelo Estado Português ascendia a 400 000 mEuros. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Mercado Monetário Interbancário” inclui 745 852 mEuros e 1 195 000 mEuros, respectivamente, de aplicações efectuadas junto do BPN.

Não obstante as operações de assistências de liquidez, através do Mercado Monetário Interbancário, não dispõem, ainda, da habitual Declaração de Garantia emitida pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças, é entendimento da Caixa Geral de Depósitos que as mesmas beneficiam de garantia pessoal do Estado, nos termos do n.º 9 do Artigo 2.º da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, diploma que procedeu à nacionalização do BPN.

Com efeito, o n.º 9 do Artigo 2.º da Lei n.º 62-A/2008 estabelece que “as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, SA, a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no n.º 7, beneficiam de garantia pessoal do Estado por força da presente lei”. Por sua vez o n.º 10, do mesmo Artigo, estabelece que “o disposto no número anterior não prejudica a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado, cabendo ao ministro responsável pela área das finanças assegurar o respectivo cumprimento”.

A Caixa entende que o referido Artigo é aplicável à situação em concreto, dado tratarem-se de operações de assistência de liquidez realizadas pela Caixa a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, que os objectivos de gestão previstos no n.º 7 do Artigo 2.º do referido Decreto-Lei não foram ainda aprovados, e que a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado é assegurada pelo ministro responsável pela área das finanças.

Em 15 de Março de 2011, data de aprovação das demonstrações financeiras, as aplicações no BPN através do Mercado Monetário Interbancário ascendiam a cerca de 1 000 milhões de Euros.

A Caixa registou imparidade para aplicações em bancos com sede na República da Islândia, a qual, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendia a 49 125 mEuros e 53 819 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, foi ainda registada imparidade para aplicações num banco norte-americano, que, em 31 de Dezembro de 2009, ascendia a 62 474 mEuros. No decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à cessão da posição detida enquanto credor neste activo, tendo-se procedido, em resultado desta operação, à reposição de provisões no valor de 6 125 mEuros. Adicionalmente, existem, ainda, saldos devedores com esta entidade, relativamente aos quais, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, se encontrava reconhecida imparidade no montante de 39 557 mEuros.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 20.

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Crédito interno		
Empréstimos	34 479 117	39 477 924
Créditos em conta corrente	4 172 407	3 823 432
Outros créditos	1 873 677	2 406 974
Operações de compra com acordo de revenda	870 700	5 948
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	578 684	519 238
Descobertos em depósitos à ordem	242 858	516 761
Créditos tomados – <i>Factoring</i>	81 630	98 603
Crédito ao exterior		
Outros créditos	3 603 342	3 341 058
Empréstimos	2 625 573	2 714 806
Descobertos em depósitos à ordem	160 362	165 625
Créditos em conta corrente	15 001	24 389
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	15 162	15 938
Outros créditos e valores a receber – titulados		
Papel comercial	3 549 636	2 696 903
Outros	1 409 505	1 191 901
	53 677 653	56 999 502
Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 18.)	9 036 698	6 542 786
Créditos afectos à emissão de obrigações sobre o Sector Público (Nota 18.)	1 308 423	1 485 274
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 19.)	5 280 725	47 124
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	286 944	273 559
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	2 686	1 156
Crédito e juros vencidos	1 969 008	1 746 054
	71 562 136	67 095 455
Provisões para crédito a clientes (Nota 20.)		
Crédito e juros vencidos	(1 480 127)	(1 218 632)
Créditos de cobrança duvidosa	(353 114)	(263 634)
Risco-país	(13 976)	(16 319)
	(1 847 218)	(1 498 585)
	69 714 918	65 596 870

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Crédito interno – Outros créditos” inclui 86 924 mEuros e 79 685 mEuros, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” inclui 753 931 mEuros relativos a contratos celebrados com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA. Este contrato prevê a realização de operações de venda de instrumentos de dívida com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos financeiros com acordo de revenda. Nesta data, o valor de balanço das correspondentes operações de venda com acordo de recompra ascendia a 755 504 mEuros (Nota 17.).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” inclui, ainda, 110 885 mEuros relativos a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Empréstimos” inclui 795 112 mEuros relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA no âmbito do processo de reorganização das operações de

assistência de liquidez junto do BPN (Notas 6 e 7). Estes créditos não estão abrangidos por garantia prestada pelo Estado Português, encontrando-se colateralizados por penhores e hipotecas sobre activos dos referidos veículos.

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 20.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem, ainda, provisões genéricas para riscos gerais de crédito reflectidas no passivo (Nota 20.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido incluem 10 678 mEuros e 17 052 mEuros, respectivamente, de provisões constituídas acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal. No exercício de 2010, apenas foram constituídas provisões extraordinárias para cobrança duvidosa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	31.12.2010	31.12.2009
Até três meses	90 034	89 522
De três a seis meses	97 956	68 277
De seis meses a um ano	134 487	192 434
De um a três anos	721 581	604 390
Mais de três anos	924 950	791 431
	1 969 008	1 746 054

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes, excluindo correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2010								
	Sector Público e Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	-	-	354 260	19 010	373 270	354 260	19 010	373 270
Indústrias extractivas	-	-	-	471 103	1 664	472 767	471 103	1 664	472 767
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	832 629	25 729	858 357	832 629	25 729	858 357
Indústria têxtil	-	-	-	329 785	25 759	355 544	329 785	25 759	355 544
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	49 646	2 410	52 056	49 646	2 410	52 056
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	170 321	16 070	186 391	170 321	16 070	186 391
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	78 244	3 328	81 573	78 244	3 328	81 573
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	219 020	7	219 027	219 020	7	219 027
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	214 122	777	214 899	214 122	777	214 899
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	110 451	2 503	112 954	110 451	2 503	112 954
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	257 408	18 450	275 858	257 408	18 450	275 858
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	391 307	10 963	402 270	391 307	10 963	402 270
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	78 204	3 696	81 900	78 204	3 696	81 900
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	133 698	787	134 485	133 698	787	134 485
Fabrico de material de transporte	441	-	441	89 764	3 471	93 235	90 205	3 471	93 677
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	101 132	7 298	108 430	101 132	7 298	108 430

...continuação

31.12.2010

	Sector Público e Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	2 512	-	2 512	1 317 182	178	1 317 360	1 319 693	178	1 319 872
Construção	11 058	-	11 058	4 986 115	353 982	5 340 097	4 997 173	353 982	5 351 155
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	95	-	95	2 582 478	111 021	2 693 499	2 582 573	111 021	2 693 594
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	545	-	545	700 968	36 088	737 056	701 513	36 088	737 602
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1 423 015	6 581	1 429 596	1 423 015	6 581	1 429 596
Actividades financeiras	-	-	-	9 384 871	46 083	9 430 953	9 384 871	46 083	9 430 953
Actividades imobiliárias	1 474	-	1 474	3 152 678	104 812	3 257 490	3 154 152	104 812	3 258 964
Outras actividades	5 913	-	5 913	1 357 225	22 549	1 379 774	1 363 139	22 549	1 385 687
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3 261 165	33 386	3 294 551	565 547	169	565 716	3 826 712	33 555	3 860 267
Educação	5 724	-	5 724	160 511	1 483	161 994	166 236	1 483	167 718
Saúde e segurança social	2 133	8 814	10 947	371 075	92 903	463 978	373 208	101 718	474 925
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	19 156	1 693	20 849	1 028 807	42 872	1 071 679	1 047 963	44 565	1 092 528
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	420	57	476	420	57	476
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	3	-	3	4	0	4	7	0	7
	3 310 219	43 893	3 354 112	30 911 987	960 701	31 872 688	34 222 207	1 004 594	35 226 800
Particulares									
Habituação			-	33 627 852	875 691	34 503 544	33 627 852	875 691	34 503 544
Outros fins			-	1 740 383	88 723	1 829 106	1 740 383	88 723	1 829 106
			-	35 368 235	964 414	36 332 650	35 368 235	964 414	36 332 650
	3 310 219	43 893	3 354 112	66 280 223	1 925 115	68 205 338	69 590 442	1 969 008	71 559 450

31.12.2009

	Sector Público e Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	3	3	321 521	18 057	339 577	321 521	18 060	339 580
Indústrias extractivas	-	-	-	459 416	1 283	460 699	459 416	1 283	460 699
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	730 595	26 762	757 358	730 595	26 762	757 358
Indústria têxtil	-	-	-	322 140	20 826	342 965	322 140	20 826	342 965
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	45 059	2 875	47 934	45 059	2 875	47 934
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	172 835	13 599	186 434	172 835	13 599	186 434
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	66 535	1 842	68 377	66 535	1 842	68 377

...continuação

31.12.2009

	Sector Público e Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	128 092	9	128 101	128 092	9	128 101
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	214 583	487	215 070	214 583	487	215 070
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	114 457	1 412	115 868	114 457	1 412	115 868
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	262 339	9 938	272 277	262 339	9 938	272 277
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	8	-	8	354 747	4 581	359 328	354 755	4 581	359 336
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	69 999	4 478	74 477	69 999	4 478	74 477
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	133 411	435	133 846	133 411	435	133 846
Fabrico de material de transporte	-	-	0	156 166	980	157 146	156 166	980	157 146
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	94 908	6 099	101 007	94 908	6 099	101 007
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	347	-	347	1 259 519	257	1 259 776	1 259 865	257	1 260 122
Construção	-	-	-	5 673 427	278 881	5 952 307	5 673 427	278 881	5 952 307
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	89	-	89	2 696 480	91 702	2 788 182	2 696 569	91 702	2 788 271
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	699 824	33 893	733 717	699 824	33 893	733 717
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1 121 119	6 232	1 127 350	1 121 119	6 232	1 127 350
Actividades financeiras	-	-	-	6 976 298	10 531	6 986 829	6 976 298	10 531	6 986 829
Actividades imobiliárias, de consultoria e serviços prestados a empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	2 996 980	122 250	3 119 229	2 996 980	122 250	3 119 229
Outras actividades	54	-	54	965 054	19 583	984 637	965 108	19 583	984 691
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2 779 053	88 748	2 867 801	367 608	65	367 674	3 146 662	88 813	3 235 475
Educação	280	-	280	118 877	1 764	120 641	119 157	1 764	120 920
Saúde e segurança social	10 423	-	10 423	360 933	25 470	386 402	371 356	25 470	396 825
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	19 824	-	19 824	909 855	22 642	932 498	929 679	22 642	952 321
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	62	45	107	62	45	107
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	3	-	3	308	-	308	311	-	311
	2 810 081	88 751	2 898 831	27 793 147	726 973	28 520 121	30 603 228	815 724	31 418 952
Particulares									
Habituação	-	-	-	33 104 624	846 849	33 951 473	33 104 624	846 849	33 951 473
Outros fins	-	-	-	1 640 393	83 481	1 723 874	1 640 393	83 481	1 723 874
	-	-	-	34 745 017	930 330	35 675 347	34 745 017	930 330	35 675 347
	2 810 081	88 751	2 898 831	62 538 164	1 657 303	64 195 467	65 348 245	1 746 054	67 094 299



9. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

31.12.2010								
Montante nocional			Valor contabilístico					
			Derivados de cobertura					
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 5.)	Passivos detidos para negociação	Activo	Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais								
Compras	607 090	-	607 090	10 523	(6 726)	-	-	3 797
Vendas	591 032	-	591 032					
NDF (Non Deliverable Forward)								
Compras	21 980	-	21 980	284	(437)	-	-	(153)
Vendas	21 996	-	21 996					
FRA (Forward rate agreements)								
Compras	20 000	-	20 000	328	-	-	-	328
Swaps								
Swaps Cambiais								
Compras	350 598	-	350 598	2 407	(3 302)	-	-	(895)
Vendas	352 225	-	352 225					
Interest rate swaps e cross currency								
interest rate swaps								
Compras	107 338 742	2 189 538	109 528 280	1 706 920	(1 557 464)	113 602	(168 740)	94 318
Vendas	107 291 528	2 088 642	109 380 170					
Swaps de Eventos de Crédito								
Compras	800 970	-	800 970	6 115	(30 708)			(24 593)
Vendas	800 970	-	800 970					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro								
Posições longas	-	-	-	33	-	-	-	33
Posições curtas	2 959 613	-	2 959 613					
Futuros de Cotações								
Posições longas	18 547	-	18 547	516	-	-	-	516
Posições curtas	6 068	-	6 068					
Outros Futuros								
Posições longas	309 343	-	309 343	4	-	-	-	4
Posições curtas	279 605	-	279 605					
Opções								
Divisas								
Compras	1 773	-	1 773	5 229	(5 338)	-	-	(109)
Vendas	1 773	-	1 773					
Cotações								
Compras	-	-	-	455 823	(513 327)	-	-	(57 504)
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)								
Compras	320 000	-	320 000	115 319	(113 776)	-	-	1 543
Vendas	320 000	-	320 000					
Outros								
	-	-	-	3 205	(6 381)	-	-	(3 175)
	222 413 853	4 278 180	226 692 033	2 306 707	(2 237 459)	113 602	(168 740)	14 110

31.12.2009

	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
				Activo	Passivo			
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				18 447	(2 907)	-	-	15 540
Compras	1 074 532	-	1 074 532					
Vendas	1 071 141	-	1 071 141					
NDF (Non Deliverable Forward)				4 827	(4 122)	-	-	705
Compras	122 860	-	122 860					
Vendas	122 349	-	122 349					
FRA (Forward rate agreements)	152 500	-	152 500	1 587	(16)	-	-	1 570
Swaps								
Swaps Cambiais				74 280	(8 475)	-	-	65 805
Compras	3 432 035	-	3 432 035					
Vendas	3 364 511	-	3 364 511					
Interest rate swaps e cross currency								
interest rate swaps				1 749 606	(1 510 721)	178 690	(289 487)	128 087
Compras	106 804 220	4 750 430	111 554 650					
Vendas	106 782 797	4 777 705	111 560 502					
Swaps de Eventos de Crédito				1 576	(49 060)	-	-	(47 484)
Compras	1 014 670	-	1 014 670					
Vendas	1 014 670	-	1 014 670					
Swaps de Cotações				13 321	(13 321)	-	-	-
Compras	40 000	-	40 000					
Vendas	40 000	-	40 000					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	(12 262)	-	(12 262)					
Posições curtas	1 299 433	-	1 299 433					
Futuros de Cotações				19	-	-	-	19
Posições longas	7 530	-	7 530					
Posições curtas	-	-	-					
Outros Futuros				1 279	-	-	-	1 279
Posições longas	162 217	-	162 217					
Posições curtas	(98 182)	-	(98 182)					
Opções								
Dívisas				7 818	(7 031)	-	-	788
Compras	1 041	-	1 041					
Vendas	1 041	-	1 041					
Cotações				470 401	(561 366)	-	-	(90 965)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				111 645	(105 775)	-	-	5 870
Compras	320 000	-	320 000					
Vendas	322 000	-	322 000					
Outros	-	-	-	2 043	(12 341)	-	-	(10 298)
	227 039 104	9 528 135	236 567 239	2 456 850	(2 275 136)	178 690	(289 487)	70 917

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

31.12.2010

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	206 756	170 049	21 555	208 729	-	607 090
Vendas	206 268	166 263	21 572	196 929	-	591 032
NDF (No Deliverable Forward)						
Compras	21 980	-	-	-	-	21 980
Vendas	21 996	-	-	-	-	21 996
FRA (Forward rate agreements)						
	-	-	10 000	10 000	-	20 000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	206 285	144 313	-	-	-	350 598
Vendas	205 657	146 568	-	-	-	352 225
Interest rate swaps e cross currency						
interest rate swaps						
Compras	5 881 917	4 628 937	7 917 460	48 084 258	43 015 708	109 528 280
Vendas	5 872 570	4 628 075	7 918 327	48 021 928	42 939 270	109 380 170
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Vendas	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	-	-	-	-	-	-
Posições Curtas	2 540 016	419 597	-	-	-	2 959 613
Futuros de Cotações						
Posições Longas	12 687	-	-	5 860	-	18 547
Posições Curtas	6 068	-	-	-	-	6 068
Outros Futuros						
Posições Longas	125 565	100 193	45 689	37 896	-	309 343
Posições Curtas	111 062	96 505	44 970	27 068	-	279 605
Opções						
Divisas e Cotações						
Compras	1 773	-	-	-	-	1 773
Vendas	1 773	-	-	-	-	1 773
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	-	-	320 000	320 000
Vendas	-	-	-	-	320 000	320 000
	15 422 372	10 500 501	16 609 509	97 312 992	86 846 659	226 692 033

31.12.2009

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	722 263	268 840	30 860	52 568	-	1 074 532
Vendas	721 285	268 852	30 644	50 360	-	1 071 141
NDF (No Deliverable Forward)						
Compras	118 037	2 125	2 365	332	-	122 860
Vendas	116 870	2 415	2 687	377	-	122 349
FRA (Forward rate agreements)	140 000	12 500	-	-	-	152 500
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	3 108 798	317 608	5 630	-	-	3 432 035
Vendas	3 047 685	311 265	5 561	-	-	3 364 511
Interest rate swaps e cross currency						
interest rate swaps						
Compras	7 302 589	7 094 545	9 779 799	52 930 585	34 447 131	111 554 650
Vendas	7 315 574	7 094 545	9 758 488	52 932 390	34 459 505	111 560 502
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	27 766	74 003	609 948	302 952	1 014 670
Vendas	-	27 766	74 003	609 948	302 952	1 014 670
Swaps de Cotações						
Compras	-	40 000	-	-	-	40 000
Vendas	-	40 000	-	-	-	40 000
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(12 262)	-	-	-	-	(12 262)
Posições Curtas	900 898	197 190	201 345	-	-	1 299 433
Futuros de Cotações						
Posições Longas	555	-	-	6 976	-	7 530
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
Outros Futuros						
Posições Longas	58 015	91 175	4 792	8 234	-	162 217
Posições Curtas	(32 527)	(55 774)	-	(9 881)	-	(98 182)
Opções						
Divisas e Cotações						
Compras	-	1 041	-	-	-	1 041
Vendas	-	1 041	-	-	-	1 041
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	-	-	320 000	320 000
Vendas	-	2 000	-	-	320 000	322 000
	23 507 781	15 744 902	19 970 179	107 191 836	70 152 542	236 567 239



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	1 005 794	(743)	1 815 766	10 753
Clientes	192 328	4 540	329 907	4 787
	1 198 122	3 797	2 145 673	15 540
NDF's (No Deliverable Forward)				
Instituições Financeiras	21 619	276	102 573	(2 674)
Clientes	22 357	(428)	142 636	3 379
	43 976	(153)	245 209	705
FRA (forward rate agreements)				
Instituições Financeiras	20 000	328	152 500	1 570
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	702 823	(895)	6 796 546	65 805
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				
Instituições Financeiras	205 229 537	146 600	220 794 544	161 943
Clientes	13 678 913	(52 282)	2 320 608	(33 856)
	218 908 450	94 318	223 115 152	128 087
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	1 601 941	(24 593)	2 029 340	(47 484)
Swaps de Cotações				
Instituições Financeiras	-	-	80 000	-
Futuros				
Futuros de Taxa de Juro				
Em Bolsa	2 959 613	33	1 282 347	-
Clientes	-	-	4 825	-
	2 959 613	33	1 287 172	-
Futuros de Cotações				
Em Bolsa	11 928	516	7 530	19
Clientes	12 687	-	-	-
	24 615	516	7 530	19
Outros Futuros				
Instituições Financeiras	-	-	4 792	1 279
Em Bolsa	588 949	4	59 243	-
	588 949	4	64 035	1 279
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	-	(3 463)	-	42 665
Clientes	3 546	(54 150)	2 082	(132 843)
	3 546	(57 613)	2 082	(90 178)
Taxa de Juro (Caps & Floors)				
Instituições Financeiras	640 000	15 222	640 000	(3 749)
Clientes	-	(13 679)	2 000	9 618
	640 000	1 543	642 000	5 870
Outros				
Instituições Financeiras	-	309	-	(7 118)
Clientes	-	(3 484)	-	(3 180)
	-	(3 175)	-	(10 298)
	226 692 033	14 110	236 567 239	70 917

10. ACTIVOS NÃO-CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.5., a Caixa regista nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

2010									
	Saldo em 31.12.2009						Saldo em 31.12.2010		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 11.)	Imparidade (Nota 20.)	Outros	Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda									
Imóveis	241 917	(37 686)	115 209	(54 638)	(6 638)	(8 599)	-	295 851	(46 286)
Outros	987	-	-	-	-	-	(2)	985	-
	242 904	(37 686)	115 209	(54 638)	(6 638)	(8 599)	(2)	296 836	(46 286)

2009									
	Saldo em 31.12.2008						Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 11.)	Imparidade (Nota 20.)	Outros	Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda									
Imóveis	187 536	(27 465)	84 076	(52 863)	23 187	(10 221)	(19)	241 917	(37 686)
Outros	947	-	-	-	-	-	40	987	-
	188 483	(27 465)	84 076	(52 863)	23 187	(10 221)	21	242 904	(37 686)

Nos exercícios de 2010 e 2009, as mais e menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 3 358 mEuros e 3 495 mEuros, respectivamente (Notas 30. e 31.).

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis", durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

2010					
Saldo em 31.12.2009					
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis
Imóveis de serviço próprio					
Terrenos	94 124	-	-	-	-
Edifícios	563 311	(230 963)	-	-	-
Obras em imóveis arrendados	80 268	(56 945)	938	46	9 359
Outros imóveis	80	-	-	-	-
Equipamento					
Mobiliário e material de escritório	60 568	(48 896)	3 455	34	-
Máquinas e ferramentas	10 819	(9 265)	739	6	27
Equipamento informático	83 997	(69 846)	5 560	50	129
Instalações interiores	305 213	(250 019)	4 429	10	10 057
Material de transporte	842	(668)	50	10	5
Equipamento de segurança	26 196	(20 702)	3 130	2	1 543
Outro equipamento	166	(156)	7	-	-
Activos em locação financeira					
Imóveis	769	(117)	-	-	-
Equipamento	78 938	(46 461)	9 744	-	(5)
Activos tangíveis em curso	45 664	-	41 134	9	(21 114)
Outros activos tangíveis	10 944	(5 419)	320	-	-
	1 361 900	(739 457)	69 504	167	-

2009					
Saldo em 31.12.2008					
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis
Imóveis de serviço próprio					
Terrenos	102 838	-	-	-	174
Edifícios	592 382	(236 047)	-	-	407
Obras em imóveis arrendados	80 690	(52 857)	267	75	126
Outros imóveis	80	-	-	-	-
Equipamento					
Mobiliário e material de escritório	59 105	(47 004)	3 286	(1)	(2)
Máquinas e ferramentas	10 976	(9 148)	525	(2)	4
Equipamento informático	87 485	(77 141)	8 363	1	507
Instalações interiores	287 204	(236 557)	5 567	(3)	13 016
Material de transporte	806	(649)	92	(2)	2
Equipamento de segurança	23 362	(18 752)	2 734	(1)	2
Outro equipamento	162	(152)	4	-	-
Activos em locação financeira					
Imóveis	1 465	(220)	-	-	(581)
Equipamento	67 315	(34 592)	12 179	-	-
Activos tangíveis em curso	21 789	-	38 335	(2)	(13 653)
Outros activos tangíveis	18 882	(13 156)	1 837	-	12
	1 354 541	(726 275)	73 189	65	14

...continuação

Saldo em 31.12.2010					
Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições liquidadas de imparidade no exercício (Nota 20.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
6 547	-	-	(19 913)	80 757	-
205	(7 965)	220	(117 783)	407 749	(200 724)
(13)	(5 291)	-	(194)	89 823	(61 656)
-	-	-	-	80	-
100	(3 821)	-	(8)	63 323	(51 892)
(84)	(675)	-	-	11 222	(9 654)
22	(5 776)	-	(8)	95 773	(81 645)
80	(13 078)	179	(10 243)	249 283	(202 655)
(3)	(73)	-	(16)	781	(634)
-	(2 547)	-	-	30 986	(23 364)
4	(5)	-	-	172	(157)
-	(12)	-	-	769	(128)
-	(13 725)	-	(106)	77 480	(49 096)
(314)	-	-	399	65 778	-
(3)	(876)	-	-	11 264	(6 298)
6 539	(53 842)	400	(147 872)	1 185 241	(687 903)

...continuação

Saldo em 31.12.2009					
Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições liquidadas de imparidade no exercício (Nota 20.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
(8 888)	-	-	-	94 124	-
(13 602)	(11 124)	331	-	563 311	(230 963)
(116)	(4 793)	-	(70)	80 268	(56 945)
-	-	-	-	80	-
33	(3 714)	-	(31)	60 568	(48 896)
26	(812)	-	(14)	10 819	(9 265)
37	(5 035)	-	(65)	83 997	(69 846)
462	(14 599)	78	26	305 213	(250 019)
-	(68)	-	(5)	842	(668)
1	(1 853)	-	-	26 196	(20 702)
-	(4)	-	-	166	(156)
-	(12)	-	-	769	(117)
-	(12 311)	-	(114)	78 938	(46 461)
(713)	-	-	(92)	45 664	-
(858)	(1 192)	-	-	10 944	(5 419)
(23 618)	(55 517)	409	(365)	1 361 900	(739 457)

No exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, SA (Fundo de Pensões) por 251 751 mEuros, tendo registado uma mais-valia no valor de 103 865 mEuros (Nota 30.). A venda do imóvel foi efectuada pelo seu valor de mercado, determinado por peritos independentes na data da transacção.

Esta operação contempla, ainda, o arrendamento deste imóvel pela Caixa por um período inicial de 20 anos, posteriormente renovável por períodos iguais e sucessivos de 5 anos. Ao abrigo do contrato, a Caixa detém, ainda, uma opção de compra sobre o imóvel, a qual pode ser exercida no final de cada período de arrendamento pelo respectivo valor de mercado nessa data, conservando, em qualquer circunstância, direito de preferência na sua aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a imparidade registada para Imóveis de serviço próprio ascende a 8 358 mEuros e 8 757 mEuros, respectivamente (Nota 20.).

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis”, durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010						Saldo em 31.12.2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências entre activos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Sistemas de tratamento									
automático de dados (Software)	430 334	(330 234)	7 819	36 211	(14)	4	(57 463)	474 479	(387 823)
Outros activos intangíveis	634	(55)	-	-	111	-	-	689	-
Activos intangíveis em curso	36 015	-	39 340	(36 211)	(61)	7	-	39 090	-
	466 982	(330 289)	47 158	-	35	11	(57 463)	514 258	(387 823)

	2009						Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências entre activos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Sistemas de tratamento									
automático de dados (Software)	363 418	(266 175)	10 059	56 815	11	2	(64 031)	430 334	(330 234)
Outros activos intangíveis	689	(83)	-	-	(27)	-	-	634	(55)
Activos intangíveis em curso	55 573	-	37 124	(56 815)	133	-	-	36 015	-
	419 681	(266 258)	47 183	-	117	2	(64 031)	466 982	(330 289)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente, a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

DESPESAS COM ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projectos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 7 400 mEuros e 8 733 mEuros, respectivamente.

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2010				31.12.2009			
	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20.)	Valor de balanço	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20.)	Valor de balanço
Filiais								
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, SA	99,78%	567 113	(68 227)	498 886	99,75%	521 113	(17 355)	503 758
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91,75%	128 606	(19 146)	109 460	91,75%	128 606	(19 146)	109 460
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	97,13%	54 521	-	54 521	97,13%	54 521	-	54 521
Banco Caixa Geral Brasil	99,91%	150 839	-	150 839	99,70%	43 475	-	43 475
CGD – Subsidiária Offshore de Macau, SA	100,00%	15 905	-	15 905	100,00%	15 905	-	15 905
Banco Interatlântico, SARL	70,00%	6 352	-	6 352	70,00%	3 813	-	3 813
Caixa Geral Finance, Limited	0,00%	1	-	1	0,00%	1	-	1
CGD Finance Limited	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	100,00%	1 229 204	-	1 229 204	100,00%	1 229 204	-	1 229 204
Parcaixa, SGPS, SA	51,00%	510 000	-	510 000	51,00%	510 000	-	510 000
Partang, SGPS, SA	51,00%	53 248	-	53 248	50,00%	51 363	-	51 363
Caixa – Participações, SGPS, SA	100,00%	27 683	-	27 683	100,00%	27 683	-	27 683
Caixa – Gestão de Activos, SA	100,00%	10 350	-	10 350	100,00%	10 350	-	10 350
CREDIP – Instituição Financeira de Crédito, SA	80,00%	8 000	-	8 000	80,00%	8 000	-	8 000
Caixaweb, SGPS, SA (em liquidação)	100,00%	25 000	(17 862)	7 138	100,00%	25 000	(17 862)	7 138
Wolfpart, SGPS, SA	100,00%	1 300	-	1 300	100,00%	1 300	-	1 300
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA	80,00%	400	-	400	80,00%	400	-	400
Gerbanca, SGPS, SA	91,95%	63 340	-	63 340	90,00%	45	-	45
Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, SA	0,00%	-	-	-	58,40%	268	-	268
Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA	80,00%	20	-	20	80,00%	20	-	20
Parbanca, SGPS, SA	10,00%	5	-	5	10,00%	5	-	5
Outras		47	(25)	22		47	(26)	21
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9 583	(5 497)	4 086	100,00%	9 583	(5 497)	4 086
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	21,60%	12 969	-	12 969	21,60%	12 969	-	12 969
Esegur – Empresa de Segurança, SA	50,00%	12 952	-	12 952	50,00%	12 952	-	12 952
Prado Cartolinas da Lousã, SA	37,40%	5 111	-	5 111	37,40%	5 111	-	5 111
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	50,00%	4 467	-	4 467	50,00%	4 467	-	4 467
Companhia de Papel do Prado, SA	37,40%	3 600	(1 278)	2 322	37,40%	3 600	(1 278)	2 322
SOFID – Sociedade Financiamento Desenvolvimento								
Instituições Financeiras Crédito, SA	10,00%	1 250	-	1 250	10,00%	1 250	-	1 250
Fundo Turismo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	38,63%	125	-	125	33,47%	125	-	125
Floresta Atlântica SGFII, SA	11,89%	50	-	50	13,50%	50	-	50
Gestinsua – Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário SA	21,06%	12	(5)	7	21,06%	12	(5)	7
Em outras empresas no estrangeiro								
Banco Comercial do Atlântico, SARL	47,66%	21 726	(8 424)	13 302	47,66%	21 726	(8 424)	13 302
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	41,55%	6 848	(2 486)	4 362	41,55%	6 848	(2 486)	4 362



...continuação

	31.12.2010				31.12.2009			
	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20.)	Valor de balanço	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20.)	Valor de balanço
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, SARL	36,21%	1 326	(212)	1 114	36,21%	1 326	(212)	1 114
Banco Nacional de Investimento Moçambique	49,50%	830	-	830	-	-	-	-
Banco Internacional de S. Tomé	27,00%	624	-	624	27,00%	624	-	624
IMOBCI	40,00%	144	(62)	82	40,00%	144	(62)	82
CGD – North America Finance	100,00%	-	-	-	100,00%	-	-	-
CGD – Representação de Bancos, SA	-	-	-	-	51,07%	168	(168)	1
GCI – Sociedade de Capital de Risco	30,00%	66	(66)	1	30,00%	66	(66)	1
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores								
Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital	93,54%	318 606	-	318 606	93,54%	318 606	-	318 606
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100,00%	25 000	-	25 000	100,00%	25 000	-	25 000
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine – Caixa Capital	100,00%	100 000	-	100 000	100,00%	100 000	-	100 000
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento	40,84%	26 244	-	26 244	54,15%	16 245	-	16 245
		3 403 468	(123 291)	3 280 177		3 171 992	(72 586)	3 099 406

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas Filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas actividades, os quais se encontram registados em “Outros activos” (Nota 15.).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos, durante os exercícios de 2010 e 2009, foram os seguintes:

BANCO CAIXA GERAL, SA

Em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em Maio de 2010, foi deliberado o aumento do capital social do Banco Caixa Geral de 442 792 mEuros para 462 792 mEuros, mediante a emissão de 3 327 787 novas acções com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 3 327 751 acções subscritas pela CGD.

Em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em Agosto de 2010, foi deliberado novo aumento de capital social do Banco Caixa Geral de 462 792 mEuros para 488 792 mEuros, mediante a emissão de 4 326 146 novas acções, com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 4 326 034 acções subscritas pela CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010, os montantes relativos aos aumentos de capital subscritos pela Caixa Geral de Depósitos encontravam-se integralmente realizados.

BANCO CAIXA GERAL BRASIL

Em Assembleia-Geral, realizada em Janeiro de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade de 123 000 mBRL (milhares de Reais Brasileiros) para 400 000 mBRL, mediante a emissão de 743 170 novas acções com um valor unitário de 372,73 BRL, integralmente subscritas pela Caixa. A realização deste aumento de capital foi efectuada em duas parcelas de 138 500 mBRL, em Janeiro e Julho de 2010.

BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

Em Abril de 2010, o Banco Interatlântico realizou um aumento de capital social no montante de 400 000 milhares sw Escudos Caboverdianos (mCVE), através da emissão de 40 000 novas acções com um valor nominal de 10 mCVE. A CGD acompanhou este aumento de capital, através da subscrição de 28 000 novas acções, passando a deter 70 000 acções e mantendo, assim, a sua participação de 70% de capital no Banco Interatlântico.

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, SA

O Banco Nacional de Investimento, SA foi constituído em 14 de Junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direcção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, SA e o Banco Comercial e de Investimentos, SARL, tendo por objecto o exercício da actividade bancária na área da banca de investimento. O capital inicial previsto nessa data foi de 17 145 000 mMZN (milhares de Meticais), tendo sido realizado 70 000 mMZN.

Em Dezembro de 2010, o capital subscrito e realizado do Banco Nacional de Investimento, SA foi fixado em 70 000 mMZN, sendo distribuídos pela Direcção Nacional de Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial e de Investimentos, SARL (1%).

GERBANCA, SGPS, SA

Em Assembleia-Geral realizada em Junho de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade no valor de 12 140 Euros, com emissão de 2 428 acções de valor nominal unitário de 5 Euros e com um prémio de emissão de 26 063,7431 Euros cada, realizados pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA, em espécie, através da entrega de 12 658 640 acções do Caixa-Banco de Investimento, SA, valorizadas ao valor de mercado (5 Euros por acção) e de 1 708,25 Euros, correspondendo a um valor global de aproximadamente 63 295 mEuros.

Em Setembro de 2010, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA alienou à CGD a sua participação na Gerbanca pelo valor global de 63 295 mEuros.

FUNDO DE CAPITAL DE RISCO PARA INVESTIDORES QUALIFICADOS GRUPO CGD – CAIXA CAPITAL

Em Assembleia de Participantes do Fundo realizada em 30 de Abril de 2009, foi deliberado o aumento do capital desta entidade no montante de 164 713 mEuros, mediante a emissão de 3 240 novas Unidades de Participação com um valor unitário de 50 837 Euros, das quais 2 822 Unidades de Participação subscritas pela Caixa Geral de Depósitos. Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, do valor total do capital subscrito pela Caixa encontravam-se realizados 125 000 mEuros e 84 000 mEuros, respectivamente (Nota 22.).

Na sequência desta operação, a participação da Caixa no capital do Fundo diminuiu para 93,5%.

FUNDO DE CAPITAL DE RISCO CAIXA MEZZANINE – CAIXA CAPITAL

O Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine – Caixa Capital (Fundo Caixa Mezzanine) foi constituído em 1 de Junho de 2009, com um capital de 100 000 mEuros, representado por 2 000 Unidades de Participação com um valor unitário de 50 000 Euros integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos.

O Fundo destina-se a exercer a actividade de capital de risco, mediante a prossecução de investimentos associados ao crescimento, reorientação estratégica e recomposição do capital accionista em empresas de dimensão intermédia.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, do valor total do capital do Fundo Caixa Mezzanine apenas se encontravam realizados 30 000 mEuros, encontrando-se prevista a realização do restante capital de acordo com as necessidades financeiras associadas aos investimentos a realizar pelo Fundo (Nota 22.).

FUNDO DE CAPITAL DE RISCO EMPREENDER MAIS – CAIXA CAPITAL

O Fundo de Capital de Risco Empreender Mais – Caixa Capital (Fundo Caixa Empreender Mais) foi constituído em 10 de Março de 2009, com um capital inicial de 25 000 mEuros, representado por 500 Unidades de Participação com um valor unitário de 50 000 Euros integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos.

O Fundo destina-se a exercer a actividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em projectos empresariais associados a dinâmicas de empreendedorismo, inovação e sustentabilidade.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, do valor total do capital do Fundo Caixa Empreender Mais apenas se encontravam realizados 7 500 mEuros, encontrando-se prevista a realização do restante capital de acordo com as necessidades financeiras associadas aos investimentos a realizar pelo Fundo (Nota 22.).

FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO HABITACIONAL – CAIXA ARRENDAMENTO (FIIAH – CAIXA ARRENDAMENTO)

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento iniciou a sua actividade em 19 de Janeiro de 2009, com um capital de 30 000 mEuros, representado por 30 000 Unidades de Participação com um valor unitário de 1 000 Euros. Na data da constituição do Fundo, a Caixa subscreveu 16 245 Unidades de Participação, representativas de 54,15% do seu capital.

Em concordância com a legislação aplicável à actividade do Fundo, o seu activo deverá corresponder em cada momento, numa percentagem não inferior a 75%, a imóveis situados em Portugal destinados ao arrendamento para habitação permanente.

Em Dezembro de 2010, o FIIAH – Caixa Arrendamento efectuou um aumento de capital no montante de 9 999 mEuros correspondentes a 9 774 unidades de participação de valor nominal 1 023 Euros, totalmente subscrito pela CGD.

PARTANG, SGPS, SA (PARTANG) E BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, SA (BCGTA)

Nos termos do acordo quadro estabelecido entre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Santander Totta (BST) com vista à realização de uma parceria de investimento no mercado Angolano através de uma participação no Banco Totta de Angola, SA (BTA), e tendo sido obtidas as necessárias autorizações por parte das entidades angolanas e portuguesas competentes, em 4 de Junho de 2009, foi constituída a sociedade Partang, SGPS, SA, com um capital social de 10 942 mEuros, integralmente realizado em espécie pelo BST e pela Madeisisa (sociedade integralmente detida pelo BST) através da entrega de 40 474 059 acções do BTA, representativas de 51% do capital e direitos de votos deste Banco.

No decorrer do exercício de 2009, ocorreram, ainda, os seguintes desenvolvimentos relativamente a esta operação:

- Em 2 de Julho de 2009, foi deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas da Partang, SGPS, SA, o aumento do capital social desta sociedade em 10 942 mEuros, mediante a emissão de 1 094 233 040 acções com um valor nominal unitário de 0,01 Euros, a realizar em dinheiro;
- Nessa mesma data, a Caixa, o BST e a Madeisisa celebraram um acordo, mediante o qual estas duas últimas entidades cedem à Caixa os direitos de subscrição no aumento do capital social da Partang, SGPS, SA de que eram originalmente titulares. A cedência do exercício dos direitos de subscrição, correspondentes a uma participação de 50% no capital social da Partang, foi efectuada pelo preço global de 15 280 mEuros;
- Em consequência da concretização do referido acordo, a Caixa subscreveu a totalidade das novas acções resultantes do aumento de capital social da Partang, SGPS, SA, pelo valor global de 36 083 mEuros, correspondendo 10 942 mEuros ao valor nominal das acções e 25 141 mEuros a um prémio de emissão;
- Igualmente em 2 de Julho de 2009, o BTA procedeu ao aumento do seu capital social em Kwanzas Angolanos (AON) 7 781 391 000, mediante a emissão de 778 139 100 acções, com valor unitário de AON 10. O aumento do capital social foi realizado através de entradas em dinheiro no valor de AON 7 780 600 000 (correspondentes ao contravalor de USD 100 000 000) e mediante a integração de reservas livres no valor de AON 791 000. O valor do capital social realizado pela Partang no âmbito desta operação ascendeu a AON 3 968 106 000 (correspondentes ao contravalor de USD 51 000 000). Ainda nesta data, o BTA procedeu à redenominação do valor nominal das acções de AON 10 para AON 500, assim como à alteração da sua denominação social para a actual.

Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro 2009, a Caixa detinha 50% do capital social da Partang, ascendendo o custo total da operação a 51 363 mEuros. Ainda nos termos do acordo quadro estabelecido entre a Caixa e o BST:

- A Caixa detinha uma opção de compra de 1% do capital e direitos de voto da Partang, a exercer junto do BST no prazo de cinco dias úteis após o primeiro aniversário de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de Julho de 2009;
- O BST detém uma opção de venda sobre a totalidade da participação por si detida na Partang, a exercer junto da Caixa no prazo de quatro anos depois de decorridos dois anos sobre a data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de Julho de 2009;
- De forma complementar, a Caixa detém uma segunda opção de compra sobre as acções detidas pelo BST, até que atinja um limite máximo de 80% do capital social e direitos de voto da Partang, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de Julho de 2009.

O preço de exercício das referidas opções será variável em função da evolução dos capitais próprios do BCGTA.

Em 2 de Julho de 2010, a Caixa exerceu a opção de compra de 1% do capital e direitos de voto da Partang, ao preço global de USD 2 381 597 (1 885 mEuros ao câmbio da referida data). Em resultado desta transacção, a percentagem detida pela Caixa no capital da Partang aumentou para 51%.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SARL (BCA)

No decorrer do primeiro semestre de 2009, o BCA procedeu ao aumento do seu capital social no montante de 324 765 000 Escudos Cabo Verdianos (CVE), através da emissão de 324 765 acções com um valor unitário de 1 000 CVE, das quais 156 099 acções subscritas pela Caixa Geral de Depósitos.

Em resultado desta transacção, a percentagem detida pela Caixa no capital do BCA aumentou para 47,66%.

SOCIMMOBIL

No decorrer do primeiro semestre de 2009, a CGD cedeu à sociedade Establishment for International Properties, Commerce and Market Research a totalidade da posição detida no capital social da Socimmobil pelo preço acordado de 1 Euro. Na data de referência da operação, a participação da Caixa na Socimmobil encontrava-se integralmente provisionada.

LOCARENT – COMPANHIA PORTUGUESA DE ALUGUER DE VIATURAS, SA (LOCARENT)

No decorrer do mês de Outubro de 2009, a CGD adquiriu 52 500 acções da Locarent representativas de 5% do seu capital social. O preço global acordado para a transacção foi de 450 mEuros, correspondendo a um preço unitário de 8,5714 Euros por acção. Em resultado desta transacção, a percentagem detida pela Caixa nesta sociedade aumentou para 50%.

CGD – PARTICIPAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, LDA.

Em Junho de 2010, a Caixa alienou 601 751 quotas da CGD – Representação de Bancos, de valor nominal unitário de 1 Real, ao Banco Caixa Geral Brasil, SA e 12 929 quotas de igual valor nominal ao Caixa-Banco de Investimento, SA Após essas alienações, a Caixa deixou de ter qualquer participação directa na CGD – Representação de Bancos.

Adicionalmente, o Caixa-Banco de Investimento, SA adquiriu 588.821 quotas da CGD – Representação de Bancos à Caixa Participações, SGPS, SA.

Na mesma data, os dois novos accionistas da CGD – Representação de Bancos alteraram a denominação da sociedades para CGD – Participações em Instituições Financeiras, Lda.

PRADO KARTON – COMPANHIA DE CARTÃO, SA (PRADO KARTON) E COMPANHIA DE PAPEL DO PRADO, SA

No âmbito do processo de reorganização do Grupo Prado, a CGD acordou alienar à Prado – Cartolinas da Lousã 187 000 acções da Prado Karton representativas de 37,4% do seu capital social. Em resultado desta transacção, formalizada no decorrer do mês de Setembro de 2009, a Caixa reconheceu um ganho de 1 604 mEuros.

Ainda no decorrer do mês de Setembro de 2009, a Caixa celebrou junto da Companhia de Papel do Prado a realização de prestações suplementares no montante de 1 067 mEuros.

CULTURGEST – GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS, SA

Esta sociedade foi liquidada em Novembro de 2010, em virtude de estar esvaziada de funções e actividades, as quais foram transferidas para a Fundação Caixa Geral de Depósitos – CULTURGEST.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	52 770	106 644
Outros	3 958	3 458
	56 728	110 102
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1 810)	(9 325)
	54 918	100 777
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	691 871	660 797
Por prejuízos fiscais reportáveis	53 112	-
Passivos por impostos diferidos	(83 056)	(93 317)
	661 927	567 481

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				Saldo em 31.12.2010
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio (Nota 24.)	Resultados	Transferência por imposto corrente	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	9 333	-	1 616	-	10 949
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	418 441	-	67 951	6 281	492 673
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	103 047	7 234	-	-	110 280
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	53 112	-	53 112
Benefícios dos trabalhadores	2 156	-	-	-	2 156
Comissões	27 173	-	(27 044)	-	129
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(6 490)	-	883	-	(5 608)
Despesas de carácter plurianual	2 984	-	(2 126)	-	858
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	591	-	(591)	-	-
Valorização de outros títulos	13 917	-	(13 917)	-	-
Outros	(3 669)	-	1 049	-	(2 621)
	567 481	7 234	80 932	6 281	661 927

	2009				Saldo em 31.12.2009
	Saldo em 31.12.2008	Capital Próprio (Nota 24.)	Resultados	Transferência por imposto corrente	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	11 431	-	(2 098)	-	9 333
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	471 430	-	(58 944)	5 954	418 441
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	1 181	-	(590)	-	591
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	153 291	(50 245)	-	-	103 047
Valorização de outros títulos	27 877	-	(13 960)	-	13 917
Benefícios dos trabalhadores	3 699	-	(1 543)	-	2 156
Comissões	31 477	-	(4 304)	-	27 173
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(7 046)	-	556	-	(6 490)
Despesas de carácter plurianual	4 365	-	(1 381)	-	2 984
Outros	(4 671)	-	1 002	-	(3 669)
	693 034	(50 245)	(81 263)	5 954	567 481

Os impostos sobre lucros registados directamente por contrapartida de capital próprio nos exercícios de 2010 e 2009 apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Impostos diferidos:		
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 24.)	7 234	(50 245)
Impostos correntes:		
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
Responsabilidades com pensões	2 794	2 794
Plano Médico e outros benefícios pós-emprego	6 281	5 954
	9 075	8 748

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Impostos correntes		
Do exercício	21 361	63 822
Correcções a exercícios anteriores	28 822	(130 462)
	50 182	(66 640)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(27 820)	81 263
Prejuízos fiscais reportáveis	(53 112)	-
	(80 932)	81 263
Total de impostos em resultados	(30 750)	14 623
Resultado antes de impostos	16 506	255 692
Carga fiscal	-	5,72%

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Correcções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto		
(exercícios de 2009 e 2008)	6 248	(97 104)
Liquidações adicionais (exercícios 2005, 2006, 2007 e 2008)	23 391	668
Reembolsos de IRC – correcções ao lucro tributável	(810)	(32 977)
Outros	(8)	(1 049)
	28 822	(130 462)

Na sequência da exposição apresentada pela Caixa à Direcção Geral dos Impostos (DGI), em Março de 2009, relativamente à dedutibilidade para efeitos fiscais das imparidades constituídas para títulos de investimento e para participações financeiras ao abrigo do artigo 35.º do CIRC, cuja argumentação foi aceite pela Administração Fiscal, a Caixa alterou os procedimentos que vinha adoptando até essa data no tratamento fiscal destas operações.

Em resultado desta alteração, o apuramento do lucro tributável relativo ao exercício de 2008, constante da declaração de IRC entregue em Maio de 2009, foi já efectuado considerando os novos procedimentos, tendo esta situação específica originado uma redução de 101 105 mEuros no imposto corrente do exercício. Os impostos diferidos associados ao registo da imparidade destas participações foram igualmente alterados em função dos novos critérios, tendo esta situação compensado, de forma significativa, a redução verificada ao nível do imposto corrente.

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos / (proveitos) com impostos sobre lucros nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010	2009
Resultado antes de impostos	16 506	255 692
Imposto apurado com base na taxa nominal	4 749	67 170
Impacto do regime de tributação da actividade da		
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.11.)	-	(1 610)
Diferenças definitivas a deduzir:		
Dividendos de participadas	(64 084)	(52 591)
Mais valias isentas de tributação	(67 599)	(51 196)
Outras	(940)	(1 106)
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	27 336	17 280

...continuação

	2010	2009
Reconhecimento de imparidade em participadas, líquido de utilizações	36 042	44 307
Outras diferenças definitivas a crescer	9 784	4 942
Benefícios fiscais		
Criação líquida de postos de trabalho	(1 671)	(1 052)
Outros	-	(1 161)
Tributação autónoma	1 142	961
Alteração na taxa de imposto nominal – Derrama Estadual	(40 520)	-
Outros	39 285	(1 303)
	(56 476)	24 642
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores		
Insuficiência de estimativa de imposto relativo aos exercícios de 2009 e 2008, líquido de impostos diferidos	3 152	2 553
Correcções à base tributável de exercícios anteriores	22 581	(13,240)
Outras	(8)	668
	25 726	(10 019)
	(30 750)	14 622

Nos exercícios de 2010, a taxa nominal de imposto da CGD, tendo em consideração o efeito das taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade, ascende a 28,77% (26,27% no exercício de 2009). A determinação da taxa nominal de imposto referente ao exercício de 2010 reflecte o aditamento, ao abrigo da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87.º-A do CIRC, o qual no seu n.º 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2 000 mEuros sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (derrama estadual). Em consequência desta situação, em 31 de Dezembro de 2010, os resultados com impostos diferidos incluem um proveito de cerca de 40 520 mEuros no âmbito da actualização da taxa nominal de imposto sobre a base de incidência de apuramento dos saldos de activos e passivos por impostos diferidos.

Foram, igualmente, reconhecidos em 2010 activos por impostos diferidos no montante de 53 112 mEuros, relativos a prejuízos fiscais reportáveis originados no exercício. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais são recuperáveis num período de quatro anos posteriores à sua constituição, sendo susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados nesse período.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar / (recuperar) pode ser demonstrada como se segue:

	2010	2009
Imposto corrente do exercício	21 361	63 822
Imposto pago pelas Sucursais	(17 362)	(28 795)
Transferência de imposto corrente para resultados transitados	(2 794)	(2 794)
Retenções na fonte	(12 601)	(12 025)
Pagamentos por conta	(29 486)	(122 942)
Outros	(14 036)	1 957
Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar)	(54 918)	(100 777)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2007 a 2010. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

15. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3 323	3 173
Outros	4 983	4 946
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos	401 028	372 508
Empréstimos subordinados	515 142	515 284
Valores a receber pela venda da EDP (Nota 6.)	460 724	-
Valores a receber pela venda da REN (Nota 6.)	-	64 561
Devedores diversos	604 271	459 772
Bonificações a receber		
- Do Estado	17 135	34 344
- De outras entidades	12 018	12 815
Valores a receber pela venda de bens arrematados	23 351	23 256
Devedores por operações sobre futuros	27 553	39 331
Sector público administrativo	1 289	1 342
Outros	144 250	173 468
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Fundo de pensões (Nota 33.)	116 651	-
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões (Nota 33.)	112 226	145 352
Rendas	4 521	3 385
Outros	12 012	16 364
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios actuariais (Nota 33.)	127 139	287 198
Rendimentos a receber	25 030	12 820
Operações activas a regularizar	249 117	172 831
	2 861 764	2 342 752
Imparidade e provisões (Nota 20.)	(41 940)	(42 059)
	2 819 824	2 300 694

O movimento na imparidade e provisões para outros activos, durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores a receber pela venda da EDP e da REN resultam da alienação pela CGD à Parpública de participações detidas nestas entidades, conforme descrito em maior detalhe na Nota 6.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos” inclui 417 695 mEuros e 308 430 mEuros, respectivamente, relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de “Swaps de taxa de juro” (IRS) com essas entidades.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos” inclui 50 282 mEuros relativo a depósito caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de acto tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 23.

Os suprimentos e empréstimos subordinados, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Suprimentos		
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	90 000	110 000
Gerbanca, SGPS, SA	87 732	87 732
Imocaixa – Gestão Imobiliária	50 388	50 388
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	65 000	40 000
Wolfpart, SGPS, SA	59 926	31 926
Caixa Leasing e Factoring, IFIC	25 977	25 977
Parbanca, SGPS, SA	15 094	15 573
Sanjimo	5 604	5 605
Culturgest – Gestão de Espaços Culturais	-	4 000
Gestinsua	902	902
Sogrupa – SA, ACE	400	400
Partang, SGPS, SA	5	5
	401 028	372 508
Empréstimos subordinados		
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	371 525	371 525
Caixa Leasing e Factoring, IFIC	90 000	90 000
Banco Caixa Geral	31 050	31 050
CGD (Macau)	15 985	14 862
BNU (Macau)	1 870	3 476
BCI (Moçambique)	4 712	4 371
	515 142	515 284

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os suprimentos concedidos à Locarent apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 60 000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, ocorrendo pagamento de juros trimestral e postecipadamente em 1 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. No exercício de 2009, foi celebrado um aditamento ao contrato de suprimentos concedidos pela Caixa a esta entidade, tendo a data de vencimento inicial desta operação, em 1 de Dezembro de 2009, sido prorrogada por um ano. Em Julho de 2010 foi celebrado um novo aditamento ao contrato que prevê o reembolso do montante em dívida em duas *tranches*. Desta forma, em Dezembro de 2010, era devido pela Locarent um reembolso parcial dos referidos suprimentos no montante de 24 000 mEuros, dos quais a entidade reembolsou apenas 20 000 mEuros, tendo os remanescentes 4 000 mEuros sido liquidados em Janeiro de 2011. Adicionalmente, o mesmo aditamento ao contrato de 60 000 mEuros estipula o reembolso dos remanescentes 36 000 mEuros a 30 de Julho de 2014;
- Suprimento no montante total de 50 000 mEuros. Esta operação tem vencimento em 1 de Abril de 2011 e é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Janeiro, 1 de Abril, 1 de Julho e 1 de Outubro de cada ano.

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, SA não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, SA.

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária no valor de 29 538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5 513 mEuros. Ainda no exercício de 2008, foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21 000 mEuros, dos quais, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, se encontravam utilizados 15 337 mEuros.

No exercício de 2009, foram concedidos suprimentos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA no montante de 40 000 mEuros para fazer face a necessidades de financiamento desta entidade, montante este reforçado no decorrer do exercício de 2010 no valor de 25 000 mEuros. Estes suprimentos não vencem juros e têm duração indeterminada.

No primeiro semestre de 2010, foram concedidos suprimentos à Wolfpart no montante de 28 000 mEuros para fazer face às necessidades de financiamento dos investimentos realizados pela sua participada Caixa Imobiliário. Os suprimentos concedidos a esta sociedade em exercícios anteriores, no montante de 31 926 mEuros, tiveram por objectivo financiar os investimentos realizados pela sua participada Resortpart, SA no decorrer de 2006, assim como a aquisição de 25% do capital das sociedades Torre de Colombo Oriente – Imobiliária, S.A e Torre de Colombo Ocidente – Imobiliária, SA em 2007. Os suprimentos concedidos à Wolfpart não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring não são remunerados e destinaram-se, essencialmente, a financiar a aquisição de acções da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA, da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, SA e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, SA.

Os suprimentos concedidos à Parbanca SGPS, SA destinaram-se a financiar a participação em aumentos de capital efectuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, SARL (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI, na sequência da qual a Parbanca, SGPS, SA passou a deter 51% do capital social do Banco.

Os suprimentos concedidos à Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, SA destinaram-se a fazer face às necessidades financeiras para o cumprimento das actividades culturais programadas e não apresentavam prazo de reembolso definido. Tendo-se verificado o encerramento da liquidação da Culturgest no segundo semestre de 2010, sem que fosse possível, por ausência de activos, proceder à liquidação do crédito por suprimentos de 4 000 mEuros, a CGD reconheceu nas suas contas uma perda por este montante.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA não vencem juros e têm duração indeterminada, tendo-se destinado a financiar a aquisição da Companhia de Seguros Mundial Confiança, SA em 2000. No exercício de 2008, os empréstimos subordinados foram reforçados num montante adicional de 45 000 mEuros.

O empréstimo subordinado de 40 000 mEuros concedido à Caixa Leasing e Factoring em 5 de Dezembro de 2004 tem um prazo inicial de reembolso de 10 anos e vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 5 de Março, 5 de Junho, 5 de Setembro e 5 de Dezembro de cada ano. No exercício de 2008, foi concedido um novo empréstimo subordinado no montante de 50 000 mEuros, com vencimento indeterminado. Este empréstimo vence juro trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses nos dias 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral têm vencimento, a partir de 2024, e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

Os empréstimos subordinados concedidos à CGD Macau apresentam o seguinte detalhe:

- O empréstimo subordinado no montante de 120 000 000 de Patacas (11 218 mEuros ao câmbio de 31 Dezembro de 2010) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 31 de Dezembro de 2016, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses;
- O empréstimo subordinado no montante de 51 000 000 de Patacas (4 768 mEuros ao câmbio de 31 de Dezembro de 2010), com vencimento em 30 de Março de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

O empréstimo subordinado concedido ao BNU Macau no montante inicial de 100 000 000 de Patacas Macaenses será amortizado até Dezembro de 2011 e vence juros à taxa do mercado monetário interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 o valor do empréstimo subordinado por reembolsar ascende a 40 000 000 e 20 000 000 de Patacas Macaenses, respectivamente.

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6 296 296 USD (4 712 mEuros ao câmbio de 31 de Dezembro de 2010) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de Julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efectuado trimestral e postecipadamente, em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
No país	553	501
No estrangeiro	1 011 758	36 785
Empréstimos		
No estrangeiro	6 550 000	2 500 000
Juros a pagar	10 389	8 334
	7 572 700	2 545 620
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	758 769	177 772
De instituições de crédito no estrangeiro	5 229 142	6 222 494
Operações de venda com acordo de recompra	1 380 588	-
Recursos do mercado monetário interbancário	322 567	113 190
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	318 966	23 601
De instituições de crédito no estrangeiro	759 076	191 410
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	310 623	398 078
Despesas com encargos diferidos	(5 505)	(468)
Juros a pagar	22 387	20 269
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(2 844)	(18 929)
	9 093 771	7 127 416

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Empréstimos no estrangeiro” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” refere-se a contratos de cedência de activos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desconhecidos de balanço, permanecendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos activos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

Em 31 de Dezembro de 2010, estes activos correspondem essencialmente a instrumentos de dívida classificados nas carteiras de activos de negociação, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, ascendendo o seu valor de balanço, nessa data, a 1 416 896 mEuros.

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos de poupança	4 347 621	4 959 714
Outros débitos		
À vista	17 169 175	17 514 173
A prazo		
Depósitos	31 701 355	30 070 372
Depósitos obrigatórios	355 322	557 743
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	755 504	-
Empréstimos	178 058	237 517
Cheques e ordens a pagar	77 756	190 432
Outros	8 574	6 243
	54 593 366	53 536 194
Correcções de valor de passivos objecto		
de operações de cobertura	15 821	31 295
Juros a pagar	199 192	176 630
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(20 853)	(31 434)
	54 787 526	53 712 685

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” refere-se exclusivamente, a um contrato celebrado com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA. Este contrato prevê a realização de operações de venda de instrumentos financeiros com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos com acordo de revenda. Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de balanço das correspondentes operações de compra com acordo de revenda ascendia a 753 931 mEuros (Nota 8.).

Os instrumentos financeiros cedidos com acordo de recompra por um preço previamente fixado não são desreconhecidos de balanço, permanecendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos activos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato. Em 31 de Dezembro de 2010, os activos cedidos à Fidelidade Mundial no âmbito contrato de venda com acordo de recompra celebrado com esta entidade correspondem essencialmente a instrumentos de dívida e a unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário classificados nas carteiras de activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, ascendendo o seu valor de balanço, nessa data, a 845 420 mEuros.

18. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	3 287 468	4 675 217
- Remuneração indexada a acções / índices	1 893 809	2 002 425
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	390 175	397 845
- Taxa de juro fixa	4 461 280	3 600 073
	10 032 732	10 675 561

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações hipotecárias	7 045 000	6 045 000
Obrigações sobre o sector público	1 000 000	1 000 000
Obrigações de caixa		
- Remuneração indexada a acções / índices	11 890	28 260
- Remuneração indexada a taxas de juro	45 768	258 699
- Taxa de juro fixa	1 297 127	1 357 932
	1 354 785	1 644 891
Outros		
Emissões no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
- Papel Comercial	657 458	2 982 249
- Certificados de depósito	-	2 600 221
	657 458	5 582 470
Outros certificados de depósito	22 452	1 162 710
	20 112 426	26 110 632
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	17 524	(175 082)
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(70 159)	(111 438)
Juros a pagar	304 243	252 855
	20 364 035	26 076 967

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Obrigações em circulação – Obrigações de Caixa – Taxa de juro fixa” inclui 1 250 000 mEuros relativos a uma emissão obrigacionista efectuada pela Caixa ao abrigo da Garantia concedida pelo Estado Português, em conformidade com as disposições da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, e da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro. Esta emissão tem vencimento em 12 de Dezembro de 2011, pagando juros anualmente a uma taxa fixa de 3,875%.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(I) EURO COMMERCIAL PAPER AND CERTIFICATE DEPOSITS (ECP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10 000 000 000 Euro Commercial Paper and Certificate Deposits”, a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres e da Sucursal Financeira Exterior da Madeira) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à *performance* de índices ou acções.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os débitos representados por títulos no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	31.12.2010	31.12.2009
Euros	635 006	3 341 200
Libras	22 452	276 433
Dólares norte-americanos	-	1 907 545
Francos suíços	-	57 293
	657 458	5 582 470

(II) EURO MEDIUM TERM NOTES (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, pode emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15 000 000 000 de Euros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não-subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

(III) OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, actualmente até ao montante máximo de 15 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado-membro da União Europeia ou, em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos-base na curva de rendimentos.

Podem, ainda, fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Euro-sistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 8 045 000 mEuros e 6 045 000 mEuros, respectivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso
	31.12.2010	31.12.2009		
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1.ª tranche	2 000 000	2 000 000	06-12-2006	06.12.2016
Hipotecárias Série 2 2007/2015	900 000	900 000	30.03.2007	30.09.2015
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2 000 000	2 000 000	28.06.2007	28.06.2012
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250 000	250 000	28.06.2007	28.06.2022
Hipotecárias Série 5 2007/2015	200 000	200 000	20.12.2007	20.12.2015
Hipotecárias Série 6 2008/2016	200 000	200 000	27.02.2008	29.02.2016
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150 000	150 000	31.03.2008	15.03.2016
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2.ª tranche	150 000	150 000	09.09.2008	06.12.2016
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20 000	20 000	01.10.2008	01.10.2038
Hipotecárias Série 9 15.09.2016	175 000	175 000	08.10.2009	15.09.2016
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1 000 000	-	27.01.2010	27.01.2020
	7 045 000	6 045 000		
Hipotecárias Série 11 2010/2013 (*)	1 000 000	-	14.06.2010	27.06.2013
	8 045 000	6 045 000		

(*) Emissão readquirida pela CGD por 1 000 622 Euros. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 31.12.2010	Taxa em 31.12.2009
Anualmente, no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Semestralmente, nos dias 30 de Março e 30 de Setembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,04%	1,19%	1,06%
Anualmente, no dia 28 de Junho	Taxa Fixa	4,625%	4,625%
Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,05%	1,06%	1,05%
Semestralmente, nos dias 20 de Junho e 20 de Dezembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,10%	1,35%	1,20%
Semestralmente, nos dias 27 de Fevereiro e 27 de Agosto	Taxa Euribor 6 meses + 0,16%	1,30%	1,26%
Trimestralmente, nos dias 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses - 0,012%	1,01%	0,72%
Anualmente, no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Anualmente, no dia 1 de Outubro	Taxa Fixa	5,38%	5,38%
Semestralmente, nos dias 15 de Março e 15 de Setembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,575%	1,71%	1,51%
Anualmente, no dia 27 de Janeiro	Taxa Fixa	4,25%	-
Trimestralmente, nos dias 14 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,6%	1,73%	-

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a 8 988 548 mEuros e 6 542 786 mEuros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010, inclui, igualmente, crédito adquirido no âmbito de programas de emissão de papel comercial no montante de 48 150 mEuros (Nota 8.).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o património autónomo afecto à emissão de obrigações hipotecárias incluía títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 454 120 mEuros e 943 448 mEuros, respectivamente (Notas 5. e 6.).

Às emissões de obrigações Hipotecárias foi atribuído um *rating* de AAA pela Moody's.

(IV) OBRIGAÇÕES SOBRE O SECTOR PÚBLICO

Em Fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Sector Público, até ao montante máximo de 5 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o sector público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e outras categorias limitadas de activos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o sector público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações sobre o sector público em circulação não pode ultrapassar 100% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;

- O vencimento médio das obrigações sobre o sector público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o sector público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das obrigações sobre o sector público não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos-base na curva de rendimentos.

Podem, ainda, fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Euro-sistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o valor nominal de obrigações sobre o Sector Público emitidas pela Caixa ascendia a 1 000 000 mEuros, resultante de uma emissão efectuada em 21 de Julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao sector público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a 1 308 423 mEuros e 1 485 274 mEuros, respectivamente (Nota 8.). À emissão de obrigações sobre o Sector Público foi atribuído um *rating* de AAA pelas Agências de *rating* Moody's e Fitch.

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

2010

Programa EMTN

Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações

	Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	568 516	-	1 962 863	2 531 379	-	1 342 895	3 874 274
De 1 a 5 anos	1 035 318	120 000	5 443 373	6 598 691	3 100 000	1 011 890	10 710 581
De 5 a 10 anos	119 000	62 885	287 202	469 087	3 675 000	-	4 144 087
Mais de 10 anos	170 975	207 289	55 311	433 575	270 000	-	703 575
	1 893 809	390 175	7 748 748	10 032 732	7 045 000	2 354 785	19 432 515

2009

Programa EMTN

Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações

	Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	71 541	-	2 066 456	2 137 997	-	248 654	2 386 651
De 1 a 5 anos	1 342 076	123 755	5 545 361	7 011 192	2 000 000	1 396 238	10 407 429
De 5 a 10 anos	332 513	66 155	554 578	953 245	3 775 000	1 000 000	5 728 245
Mais de 10 anos	256 296	207 935	108 897	573 128	270 000	-	843 128
	2 002 425	397 845	8 275 291	10 675 561	6 045 000	2 644 891	19 365 452

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em Novembro de 2003, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de crédito hipotecário e ao consumo nos montantes de 1 000 000 mEuros e 400 000 mEuros, respectivamente, através de duas operações de titularização. Em Novembro de 2010, a Caixa realizou uma nova operação de titularização, operação esta realizada mediante a cessão de parte da sua carteira de crédito hipotecário no montante de 5 345 504 mEuros.

As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO – NOSTRUM MORTGAGES N.º 1

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC (Nostrum Mortgages FTC” ou Fundo). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, na qual a CGD não detém qualquer participação directa ou indirecta. A CGD continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Divida emitida	Montante	Rating			Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
		Moody's	Fitch	S&P			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating								
Rate Notes due 2046	980 000	Aaa	AAA	AAA	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating								
Rate Notes due 2046	5 000	A2	A+	A	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating								
Rate Notes due 2046	15 000	Baa2	BBB+	BBB	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	1 000 000							
Class D Mortgage Backed Securities							Rendimento residual gerado pela carteira	
Entitlement Notes due 2046	4 000						titularizada	
	1 004 000							

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou com a Caixa um *swap* de taxa de juro. Nos termos deste *swap*, o Nostrum Mortgages PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

A Caixa tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas em Março de 2011 e de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

A *tranche* com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa e encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de *servicer*, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do *swap*.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe, deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITO AO CONSUMO – NOSTRUM CONSUMER

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Consumer Finance (Nostrum Consumer FTC ou Fundo). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, na qual a CGD não detém qualquer participação directa ou indirecta.

Como forma de financiamento, este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Consumer Finance PLC (Nostrum Consumer PLC), com sede na Irlanda.

Como forma de financiamento, o Nostrum Consumer PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Esta dívida apresentava as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating			Data de reembolso	Remuneração
		Moody's	Fitch	S&P		
Class A Secured Floating						
Rate Notes due 2015	359 600	Aaa	AAA	AAA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,26%
Class B Secured Floating						
Rate Notes due 2015	15 600	Aa1	AA	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,45%
Class C Secured Floating						
Rate Notes due 2015	12 400	Aa3	A	A	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,75%
Class D Secured Floating						
Rate Notes due 2015	10 000	Baa2	BBB	BBB	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 1,40%
Class E Secured Floating						
Rate Notes due 2015	2 400	Ba2	BB	BB+	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 4,00%
	400 000					Rendimento residual gerado
Class F Notes	2 625				Novembro de 2015	pela carteira titularizada
	402 625					

Estas obrigações venciam juros trimestralmente em 26 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Consumer PLC celebrou com a Caixa um *swap* de taxa de juro. Nos termos deste *swap*, o Nostrum Consumer PLC entregava, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito e recebia um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4,2%.

A Caixa mantinha a sua qualidade de gestor dos créditos e, conseqüentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que viessem a ocorrer. O produto da cobrança das prestações era, diariamente, depositado numa conta do Fundo junto da Caixa.

O produto das cobranças de capital entregues pela CGD é utilizado pelo Fundo para, trimestralmente, proceder ao reembolso, por redução ao valor nominal, das unidades de titularização.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Consumer PLC tinha a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B, C, D e E, respeitando o grau de subordinação de cada *tranche*, por forma a ajustar o valor do passivo aos activos (carteira de crédito).

A *tranche* com maior grau de subordinação (Classe F) foi adquirida pela Caixa, e encontrava-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.).

A remuneração das obrigações da Classe F equivalia ao rendimento residual do Nostrum Consumer PLC, o que, em substância, corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de *servicer*, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B, C, D e E;
- Pagamentos líquidos do *swap*.

As obrigações Classe F constituíam o último passivo a liquidar pelo Nostrum Consumer PLC, sendo por isso os primeiros títulos a absorver eventuais perdas que viessem a ocorrer na carteira de crédito.

Em 24 de Agosto de 2010, a CGD procedeu à recompra dos créditos titularizados ao Fundo, incluindo créditos em incumprimento, pelo respectivo valor de mercado apurado com referência a 31 de Julho de 2010. O valor de mercado apurado nessa data ascendeu a 26 593 mEuros, tendo em resultado desta transacção a CGD apurado uma perda no montante de 405 mEuros, resultante da diferença entre o valor nominal dos créditos deduzidos de provisões constituídas ao abrigo do regime regulamentar em vigor e o preço de recompra pago ao Fundo.

Os valores recebidos pelo Fundo no âmbito da recompra dos créditos foi utilizado por esta sociedade na amortização antecipada do valor nominal das unidades de titularização de crédito subscritas pelo Nostrum Consumer PLC, tendo este veículo, por sua vez, aplicado os fundos recebidos no reembolso das obrigações emitidas para financiamento da aquisição das referidas unidades de titularização. Em consequência destas operações, e em conformidade com os termos do Regulamento de Gestão do Fundo, este foi liquidado na data da retransmissão dos créditos titularizados à CGD.

TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO – NOSTRUM MORTGAGES N.º 2

Em 5 de Novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA (Tagus). A transmissão dos créditos foi efectuada nessa data pelo respectivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5 349 775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) SA, que, por sua vez, é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, não detendo a CGD qualquer participação directa ou indirecta nesta entidade.

A CGD continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transacção.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5 429 950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating		Maturidade	Remuneração
		Moody's	Fitch		
Class A Mortgage Backed Floating Rate					
Securitization Notes due 2065	4 008 800	Aaa	AAA	20 de Maio de 2065	Euribor 3 m + 0,20%
Class B Mortgage Backed Floating Rate					
Securitization Notes due 2065	1 336 250	n.a.	n.a.	20 de Maio de 2065	Euribor 3 m + 0,30%
	5 345 050				
					Rendimento residual gerado
Class C Securitization Notes due 2065	84 900	n.a.	n.a.	20 de Maio de 2065	pela carteira titularizada
	5 429 950				

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efectuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das Notas.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transacção, a Tagus contratou um *swap* de taxa de juro com a CGD, através da sua Sucursal de Londres. Nos termos deste *swap*, a Tagus entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efectivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizados no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,67%.

MOVIMENTO NOS CRÉDITOS

O movimento ocorrido no valor dos activos cedidos nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages n.º 1	Nostrum Consumer	Nostrum Mortgages n.º 2	Total
Saldos em 31.12.2008	581 204	105 043	-	686 247
Reembolsos	(52 484)	(55 064)	-	(107 548)
Abates	-	(2 751)	-	(2 751)
Outros	(197)	(104)	-	(301)
Saldos em 31.12.2009 (Notas 8. e 35.)	528 523	47 124	-	575 647
Vendas de novos créditos	-	-	5 345 504	5 345 504
Reembolsos	(51 484)	(17 656)	(41 466)	(110 606)
Abates	-	(1 233)	-	(1 233)
Recompras	(1 672)	(26 593)	(23 002)	(51 267)
Outros	1 217	(1 642)	(311)	(736)
Saldos em 31.12.2010 (Notas 8. e 35.)	476 584	-	5 280 725	5 757 309

REGISTO CONTABILÍSTICO

As cessões de créditos realizadas pela Caixa no exercício de 2003 foram classificadas, de acordo com o anterior Plano de Contas para o Sector Bancário e aprovação enunciada pelo Banco de Portugal, como cessões completas e definitivas, tendo-se procedido ao registo da venda dos activos cedidos através destas operações, mantendo apenas um registo em contas extrapatrimoniais dos valores em dívida.

Com a implementação das NCA e, especificamente, dos requisitos para desreconhecimento de activos financeiros definidos pela Norma IAS 39, a Caixa anulou o impacto contabilístico do registo da venda relativamente à operação de crédito ao consumo, encontrando-se os créditos reflectidos em balanço a partir de 1 de Janeiro de 2005 (Nota 8). Consequentemente, a Caixa registou, até à data de liquidação desta operação, realizada no decurso de 2010 conforme referido em maior detalhe ao longo desta nota, um "Passivo financeiro associado a activos transferidos". Genericamente, esta rubrica reflectia os passivos emitidos pelo Veículo para subscrição por entidades externas, deduzidos da liquidez do Fundo e do Veículo. O saldo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser demonstrado da seguinte forma:

2009

Obrigações emitidas pelo Veículo (incluindo residuais)	55 204
Disponibilidades do Veículo e do Fundo	(10 256)
Outros	1 542
	46 490

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages n.º 2, reflectindo, nessa data, o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

20. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010							
	Saldo em 31.12.2009	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2010
Provisões para riscos gerais de crédito	684 971	56 765	(94 326)	-	1 172	-	-	648 582
Provisões para risco país de passivos contingentes	1 599	1 138	(1 133)	-	-	-	-	1 604
Provisões para encargos com benefícios de empregados	467 206	-	-	(21 211)	-	-	(1 435)	444 560
Provisões para contingências judiciais	7 393	1 808	-	-	-	-	-	9 201
Provisões para outros riscos e encargos	43 553	3 255	(19 808)	(6 161)	46	-	-	20 885
	1 204 722	62 966	(115 267)	(27 372)	1 218	-	(1 435)	1 124 832
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 7.)	11 535	23 993	(21 358)	-	132	(3)	-	14 298
Provisões para crédito a clientes (Nota 8.)	1 498 585	1 100 755	(579 908)	(175 834)	3 618	3	-	1 847 218
	1 510 119	1 124 748	(601 266)	(175 834)	3 750	(1)	-	1 861 516
Provisões para risco-país de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)	44	2	(1)	-	-	-	-	45
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)								
Instrumentos de dívida	50 428	2 859	(4 300)	(15 226)	994	-	-	34 755
Instrumentos de capital	284 470	155 745	-	(193 201)	-	(7 619)	-	239 395
Unidades de participação	85 501	112 518	-	(69 368)	-	7 619	-	136 269
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 7.)	158 923	54 944	(63 431)	(67 128)	5 374	-	-	88 682
	579 365	326 068	(67 732)	(344 923)	6 369	-	-	499 146
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11.)	8 757	8 297	(8 697)	-	-	-	-	8 358
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13.)	72 586	50 872	(14)	(154)	-	-	-	123 291
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10.)	37 686	31 868	(23 269)	-	-	-	-	46 286
Imparidade de outros activos (Nota 15.)	42 059	5 109	(954)	(4 273)	-	-	-	41 940
	161 089	96 146	(32 934)	(4 427)	-	-	-	219 875
	3 455 295	1 609 927	(817 199)	(552 555)	11 337	-	(1 435)	3 705 369



2009

	Saldo em 31.12.2008	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferên- cias	Outros	Saldo em 31.12.2009
Provisões para riscos gerais de crédito	754 936	32 560	(101 953)	(41)	(531)	-	-	684 971
Provisões para risco país de passivos contingentes	2 104	422	(927)	-	-	-	-	1 599
Provisões para encargos com benefícios de empregados	436 433	-	-	(20 020)	-	-	50 793	467 206
Provisões para contingências judiciais	8 717	-	(1 324)	-	-	-	-	7 393
Provisões para outros riscos e encargos	95 098	25 017	(76 398)	-	(21)	-	(143)	43 553
	1 297 288	57 999	(180 602)	(20 061)	(552)	-	50 650	1 204 722
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 7.)	1 507	25 648	(15 554)	-	(66)	-	-	11 535
Provisões para crédito a clientes (Nota 8.)	1 234 935	771 361	(360 314)	(145 747)	(1 651)	-	-	1 498 585
	1 236 442	797 009	(375 868)	(145 747)	(1 717)	-	-	1 510 119
Provisões para risco-país de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)	44	-	-	-	-	-	-	44
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)								
Instrumentos de dívida	40 393	14 183	-	(3 715)	(433)	-	-	50 428
Instrumentos de capital	484 300	77 125	-	(276 955)	-	-	-	284 470
Unidades de participação	-	85 501	-	-	-	-	-	85 501
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 7.)	105 262	55 856	-	-	(2 195)	-	-	158 923
	629 998	232 664	-	(280 670)	(2 628)	-	-	579 365
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11.)	9 166	-	(409)	-	-	-	-	8 757
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13.)	81 855	-	(1 604)	(7 665)	-	-	-	72 586
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10.)	27 465	20 252	(10 031)	-	-	-	-	37 686
Imparidade de outros activos (Nota 15.)	50 653	1 299	(6 929)	(2 964)	-	-	-	42 059
	169 140	21 551	(18 972)	(10 630)	-	-	-	161 089
	3 332 868	1 109 223	(575 442)	(457 108)	(4 896)	-	50 650	3 455 295

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 33.):

	31.12.2010	31.12.2009
Provisão para assistência médica pós-emprego	436 698	460 025
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4 515	3 699
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	1 847	1 982
Responsabilidades da Sucursal de França	1 500	1 500
	444 560	467 206

Nos exercícios de 2010 e 2009, os "Outros" movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica (Notas 32. e 33.)	33 979	32 493
Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 32.)	816	(1 343)
Subsídio por morte	(135)	(77)
	34 660	31 073

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Provisões registadas por contrapartida de custos diferidos		
Desvios actuariais e financeiros (Nota 33.)	(36 095)	19 720
	(1 435)	50 793

21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimo da Caixa Geral Finance	350 000	350 000
Empréstimo da Caixa Geral Finance	250 000	250 000
CGD (Sucursal de França) – € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	84 739	93 062
CGD (Sucursal de França) – € 250 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	-	245 500
CGD (Sucursal de França) – € 21 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	21 000	21 000
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Notes Due 2016 (5 emissões)	200 000	200 000
CGD (Sucursal de França) – € 2 000 000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10 000	10 000
Empréstimo CGD Finance – Euros 55 000 000 Floating Rate Note Due 2017	55 000	55 000
CGD (Sucursal de França) – JPY 15 000 000 000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	138 057	112 646
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2009/2019 – Aniversário	537 552	538 552
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2005/2015	104 891	104 891
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2006/ 2016	96 538	99 987
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1.ª emissão	400 000	400 000
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 2.ª emissão	81 495	81 595
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012 (5 emissões)	100 000	100 000
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2008/2018 – 1.ª emissão	369 045	369 045
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dezembro 2017 (3 emissões)	18 000	18 000
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dezembro 2017	6 000	6 000
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dezembro 2017	6 000	6 000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dezembro 2017	109 720	120 000
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dezembro 2017	125 000	125 000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50 000	50 000
Caixa Geral de Depósitos - € 100 000 000 5,98% 20 year lower tier	100 000	100 000
Empréstimos Schulschein "Caja Madrid" - 50 000 000 USD	-	34 708
	3 213 037	3 490 986
Juros a pagar	8 833	25 648
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(57 487)	(34 593)
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(1 404)	(4 762)
	3 162 979	3 477 280

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de acções preferenciais efectuadas por esta entidade.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Balço	Data de realizaço	Data de reembolso	Pagamento de juros
Empréstimo da Caixa Geral Finance	350 000	30.09.2005	Perpétuo	Trimestralmente, nos dias 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
Empréstimo da Caixa Geral Finance	250 000	26.06.2004	Perpétuo	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	84 739	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 21 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	21 000	14.07.2005	28.06.2016	Semestralmente, nos dias 28 de Junho e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2007. A partir de 12 de Setembro de 2011, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2008. A partir de 12 de Setembro de 2011, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40,000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2009. A partir de 12 de Setembro de 2011, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 12 de Janeiro de 2011, será paga uma remuneração indexada à <i>performance</i> de um cabaz de fundos
CGD (Sucursal de França) – € 2 000 000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões de igual montante, valor global de € 10 000 000)	10 000	07.08.2006	08.08.2016	Trimestralmente, nos dias 8 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro. Em 11 de Agosto de 2011 será paga uma remuneração indexada à <i>performance</i> de um cabaz de fundos
Empréstimo CGD Finance – Euros 55 000 000 Floating Rate Note Due 2017	55 000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente, nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro
CGD (Sucursal de França) – JPY 15 000 000 000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	138 057	15.12.2006	15.12.2036	Semestralmente, nos dias 15 de Junho e Dezembro
Caixa Geral de Depósitos – Euros 538 552 000 20 year lower tier – 9.ª emissão	537 552	11.05.2009	13.05.2019	Anual
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2005/2015	104 891	29.06.2005	03.07.2015	Semestralmente, nos dias 3 de Janeiro e Julho
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2006/2016	96 538	28.12.2006	28.12.2016	Anual
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1.ª emissão	400 000	12.11.2007	13.11.2017	Anual
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 2.ª emissão	81 495	12.11.2007	13.11.2017	Anual
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2008. A partir de 30 de Julho de 2012, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2009. A partir de 30 de Julho de 2012, até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro

...continuação

Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
	31.12.2010	31.12.2009	
Taxa Euribor 3 meses + 0,77%	1,78%	1,51%	A partir de 30 de Setembro de 2015. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,77%.
Taxa Euribor 3 meses + 0,80%	1,81%	1,48%	A partir de 28 de Junho de 2014. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,8%.
Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	2,32%	2,02%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%.
Taxa Euribor 6 meses + 0,22%	1,46%	1,21%	N/A
Taxa fixa 15,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa fixa 16,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa fixa 18% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	1,64%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 0,62%	1,67%	1,18%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa pode proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	2,11%	1,80%	A partir de 17 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%.
Taxa fixa	2,88%	2,88%	A partir de 15 de Dezembro de 2016. Nos últimos 20 anos, mediante autorização do BP, a CGD poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
1.º ano: 4%; 2.º ano: 4,25% ou remuneração <i>switch</i> ; 3.º ano: 4,5% ou remuneração <i>switch</i> ; 4.º ano: 4,75% ou remuneração <i>switch</i> ; 5.º ano: 5,00% ou remuneração <i>switch</i> . A partir do sexto cupão, a remuneração estará indexada à taxa Euribor a 12 meses + 1,65%	4,25%	4,00%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 6 meses + 0,25%	1,32%	1,32%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%.
Euribor a 12 meses.	1,52%	1,25%	A partir de 28 de Dezembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a Euribor a 12 meses acrescida de 0,50%.
Euribor a 12 meses.	1,55%	1,23%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será 5,80%.
1.ª ano: 5,00%; em cada ano, acresce 0,50% até ao 3.º ano; nos 4.º e no 5.º anos, a remuneração está indexada a índices.	-	6,00%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será Euribor a 3 meses acrescida de 0,70%.
Taxa Fixa 21% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Fixa 21,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.

Obrigação	Balço	Data de realizaço	Data de reembolso	Pagamento de juros
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2010. A partir de 30 de Julho de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2011. A partir de 30 de Julho de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2012. A partir de 30 de Julho de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 – 1.ª emissão	369 045	03.11.2008	05.11.2018	Anual.
Obrigaçoes de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2008. A partir de 3 de Dezembro de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2009. A partir de 3 de Dezembro de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2011. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2012. A partir de 3 de Dezembro de 2012, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez. 2017	109 720	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente, nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez. 2017	125 000	27.12.2007	27.12.2017	Anualmente, até 27 de Dezembro de 2012. A partir desta data, até a data de reembolso, trimestralmente, nos dias 27 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Obrigaçoes de Caixa Subordinadas Floating Rate	50 000	28.12.2007	28.12.2017	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
Caixa Geral de Depositos – € 100 000 000 5,980% 20 year lower tier	100 000	03.03.2008	03.03.2028	Anual.

...continuação

Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
	31.12.2010	31.12.2009	
Taxa Fixa 22% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	22,00%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Indexada a Fundo Caixagest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Indexada a Fundo Caixagest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 12 meses + 0,125%	1,67%	1,36%	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a obrigação poderá ser reembolsada antecipadamente por iniciativa do emitente, total ou parcialmente, neste último caso, redução ao valor nominal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 6.º ano inclusive. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a taxa de juro aplicável, a partir do 6.º ano, será a Euribor a 12 meses acrescida de 1,50%.
Taxa Fixa 22,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Fixa 23% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Fixa 23,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	23,50%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Indexada a Fundo Caixagest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Indexada a Fundo Caixagest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	2,10%	2,32%	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%.
Taxa fixa 5,73% (até 2012); Taxa Euribor 3 meses + 1,70%	5,73%	5,73%	Nos últimos 5 anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	2,09%	1,79%	A partir de 28 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%.
Taxa fixa	5,98%	5,98%	N.d.

N.d. – Não disponível.

22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Credores		
Recursos consignados	1 781 751	1 733 140
Credores por subscrições não realizadas		
FCR Grupo CGD – Caixa Capital (Nota 13.)	18 463	59 463
FCR Mezzanine – Caixa Capital (Nota 13.)	70 000	70 000
FCR Empreender Mais – Caixa Capital (Nota 13.)	17 500	17 500
Outros	33 581	52 405
Recursos – conta caução	162 750	272 976
Caixa Geral de Aposentações	39 277	3 315
Fornecedores de bens de locação financeira	37 908	41 234
Outros fornecedores	81 448	76 327
Credores por venda de bens arrematados	23 991	22 482
Outros	37 791	90 151
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	33 036	28 382
Outros impostos a pagar	4 816	4 547
Cobranças por conta de terceiros	935	967
Outras	3 014	3 985
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
- Férias e subsídio de férias	75 463	71 498
- Prémio de produtividade	7 181	37 479
- Prémio de antiguidade (Nota 33.)	42 394	44 145
- Outros	814	759
Outros juros e encargos similares	3 090	3 200
Outros	25 161	27 472
Receitas com rendimento diferido	35 194	30 772
Outras contas de regularização		
Operações passivas a regularizar	282 716	357 140
Outras operações cambiais a liquidar	-	55 389
	2 818 276	3 104 727

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 161 732 mEuros e 271 960 mEuros, respectivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

Em 31 de Dezembro de 2010, as condições dos “Recursos consignados” podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2010	Data de início	Data de vencimento
KfW 300 Mio	KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	300 000	07.04.2004	17.03.2014
KfW 250 Mio	KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	250 000	22.11.2004	22.11.2013
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	173 334	25.06.2003	15.06.2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	160 001	21.11.2002	15.09.2022
CGD/BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	27.10.2000	15.09.2012
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100 000	14.12.2007	15.09.2022
Framework Loan Agreement	CEB – Council of Europe Development Bank	100 000	23.06.2004	23.06.2014

...continuação

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2010	Data de início	Data de vencimento
CGD – Empréstimo Global XII - B	Banco Europeu de Investimento	87 500	19.11.2004	15.09.2024
CGD – Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75 000	12.10.2006	15.09.2026
CGD – Empréstimo Global XII - A	Banco Europeu de Investimento	66 666	15.12.2004	15.09.2014
Hospital Braga	Banco Europeu de Investimento	65 000	28.07.2009	09.06.2020
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	64 278	11.12.2003	15.12.2023
Projecto Scut Açores	Banco Europeu de Investimento	60 000	11.01.2008	15.09.2034
Projecto Tejo Energia CCGT	Banco Europeu de Investimento	51 000	09.12.2009	15.09.2026
CEB – Educação	CEB – Council of Europe Development Bank	43 334	21.11.2008	21.11.2023
CEB – PARES	CEB – Council of Europe Development Bank	25 000	23.12.2009	23.12.2024
EB – Pré-escolar	CEB – Council of Europe Development Bank	5 676	05.09.2001	25.10.2012
Projecto Municipal Infra EG - III - B	Banco Europeu de Investimento	4 555	14.11.1997	15.09.2012
Outros		407		
		1 781 751		

Em 31 de Dezembro de 2010, os recursos consignados eram remunerados à taxa de juro média anual de 1,071%.

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 1 010 000 000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

Em resultado de deliberação do acionista, foi aprovado em 27 de Maio de 2009, um aumento de capital da CGD no montante de 1 000 000 mEuros, através da emissão de 200 000 000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia-Geral realizada em Abril de 2010, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2009 no montante de 170 157 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,19 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (48 214 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 22 699 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Posteriormente, em 31 de Dezembro de 2010, no decurso de deliberação do accionista, foi realizado um aumento de capital no montante de 550 000 mEuros, através da emissão de 110 000 000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	208 998	208 998
Reserva de justo valor		
Instrumentos de dívida	(400 769)	(234 523)
Instrumentos de capital (Nota 6.)	(57 971)	(34 351)
Outros instrumentos	18 451	(123 575)
Reserva por impostos diferidos (Nota 14.)	110 280	103 047
	(121 010)	(80 404)

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	853 455	805 241
Outras reservas	397 105	402 321
Resultados transitados	(24 382)	(22 699)
	1 226 178	1 184 864
Lucro do exercício	47 256	241 069
	1 152 424	1 345 529

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho	31 515
Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro	18 850
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio	27 017
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril	11 082
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro	31 270
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro	34 861
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro	53 680
Imobilizações financeiras	723
	208 998

O resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Actividade em Portugal	(2 316)	201 493
Sucursal de Espanha	(32 232)	(28 130)
Sucursal de França	29 709	22 892
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	20 071	6 091
Sucursal de Londres	12 174	23 226
Sucursal das Ilhas Caimão	11 265	4 253
Sucursal de Nova Iorque	8 145	9 899
Sucursal de Timor-Leste	298	991
Sucursal do Luxemburgo	165	395
Sucursal do Mónaco	-	(49)
Sucursal de Zhuhai	(21)	10
	47 256	241 069

No decorrer do exercício de 2010, em resultado da deliberação de encerramento da sua actividade, os activos e passivos líquidos da Sucursal do Mónaco foram transferidos para a Sucursal de França que procedeu à sua integração.

25. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	121 358	134 874
No estrangeiro	59 753	107 537
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	1 275 816	1 803 057
Crédito ao exterior	196 812	212 121
Crédito vencido	38 266	48 659
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	60 273	74 307
. Outros	38 052	25 941
Juros de activos securitizados não desreconhecidos	20 541	8 889
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	57 850	55 165
<i>Swaps</i>	2 067 508	2 452 750
Contratos de garantia de taxa de juro	1 016	8 332
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	236	794
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	185 773	103 533
Juros de derivados de cobertura	105 631	151 126
Juros de devedores e outras aplicações	6 597	8 403
Juros de disponibilidades	16 914	16 394
Outros juros e rendimentos similares	17 304	28 563
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	69 637	126 902
	4 339 337	5 367 347

	31.12.2010	31.12.2009
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	16 213	18 374
De outros residentes	418 252	639 980
De emigrantes	26 717	54 966
De outros não-residentes	27 570	46 879
	488 752	760 199
Juros de recursos de instituições de crédito		
No país	6 431	7 562
No estrangeiro	148 924	137 412
Juros de passivos financeiros de negociação		
<i>Swaps</i>	1 920 753	2 386 363
Outros	3 032	9 280
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados		
Juros de derivados de cobertura	30 999	81 492
Juros de credores e outros recursos	16 761	24 971
Juros de recursos consignados	17 022	34 311
Juros de passivos por activos não desreconhecidos	20 541	8 889
Outros juros e encargos similares	10 342	10 846
	3 413 771	4 272 503

26. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Portugal Telecom	93 127	40 615
BNU (Macau)	44 410	-
Caixa Seguros e Saúde, SGPS	40 000	40 000
EDP – Energias de Portugal	34 915	31 638
Gerbanca SGPS	9 448	46 953
Caixa – Participações, SGPS	8 273	2 397
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimedia	5 965	6 537
Parcaixa	5 024	-
Caixa – Gestão de Activos	4 766	21 755
Banco Comercial Português	2 916	2 621
Brisa	2 804	2 963
Banco Espírito Santo	2 310	-
Unicre	2 024	2 816
Galp	1 947	2 242
SIBS	1 559	1 354
REN – Rede Electrica Nacional	1 302	4 405
CGD Macau	-	10 905
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	13 641	257
Outros	10 248	8 456
	284 679	225 916

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor dos dividendos distribuídos pela Gerbanca e pela Caixa Gestão de Activos inclui 10 500 mEuros e 4 763 mEuros, respectivamente, relativos a adiantamentos sobre lucros desse exercício.

27. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Meios de pagamento	191 471	179 308
Prestação de serviços a terceiros	109 366	98 695
Em operações de crédito	102 827	88 798
Por garantias prestadas	42 714	37 160
Por operações sobre instrumentos financeiros	28 231	25 550
Outros	24 974	23 506
	499 583	453 017
Encargos com serviços e comissões		
Meios de pagamento	65 382	61 238
Por serviços prestados a terceiros	10 727	12 398
Por operações sobre instrumentos financeiros	7 881	5 359
Outros	7 121	8 390
	91 112	87 385

28. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	31 961	26 898
Instrumentos de capital	(62 255)	14 361
Instrumentos derivados		
. Taxa de juro	(33 545)	141 735
. Cotações	84 960	(112 120)
. Outros	19 915	(11 872)
	71 330	17 743
Outros	4 090	8 091
	45 126	67 093
Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	265	(93)
Instrumentos de capital	(74 661)	108 133
Outros títulos	12 934	(5 630)
	(61 463)	102 410
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
Derivados de cobertura	220 279	134 491
Correcções de valor de instrumentos financeiros objecto de operações de cobertura		
	(192 258)	(155 947)
	28 020	(21 456)
	11 684	148 048

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Reavaliação da posição cambial	44 602	(253 013)
Resultados em derivados cambiais	(37 761)	219 146
	6 840	(33 867)

29. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	22 310	25 149
Instrumentos de capital		
EDP (Nota 6.)	53 568	-
Portugal Telecom (Nota 6.)	31 727	-
Unicre (Nota 6.)	21 816	-
Zon (Nota 6.)	12 795	2 033
GALP Energia SGPS (Nota 6.)	2 460	12
REN – Rede Eléctrica Nacional (Nota 6.)	-	33 359
BCP (Nota 6.)	-	30 574
EDP Renováveis (Nota 6.)	-	1 506
VAA – Vista Alegre Atlantis (Nota 6.)	-	1 279
Outros	2 137	9
Outros títulos	13 401	14 785
	160 215	108 705
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(17 986)	(13 699)
Instrumentos de capital		
EDP (Nota 6.)	(26 827)	(1 607)
GALP (Nota 6.)	(46)	(2 317)
EDP Renováveis (Nota 6.)	-	(14)
BCP (Nota 6.)	-	(29)
Zon (Nota 6.)	-	(2)
Outros	(98)	(8)
Outros títulos	(27 918)	(45 231)
	(72 875)	(62 907)
	87 340	45 798

30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Ganhos e perdas na alienação de activos tangíveis	103 684	(189)
Ganhos e perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 10.)	(229)	607
	103 455	419

No exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos por 251 751 mEuros, tendo, em resultado desta operação, sido reconhecida uma mais valia de 103 865 mEuros (Nota 11.).

31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Outros proveitos de exploração		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	60 355	62 145
Recuperação de créditos incobráveis		
Crédito concedido	27 665	29 744
Juros e despesas	1 660	5 945
Venda de cheques	18 744	15 870
Prestação de serviços diversos	11 983	11 698
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	5 169	5 683
Reembolso de despesas	4 102	3 982
Mais-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 10.)	3 587	2 888
Outros	44 264	23 870
	177 528	161 824
Outros custos de exploração		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 35.)	(10 987)	(10 998)
Outros impostos	(9 997)	(8 331)
Donativos e quotizações	(6 956)	(7 217)
Outros	(29 173)	(25 787)
	(57 114)	(52 333)
	120 415	109 491

32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	2 267	2 399
Remuneração dos empregados	428 647	449 511
Prémio de antiguidade	3 360	7 133
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 20.)	816	(1 343)
Reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33.)	(1 117)	455
Assistência Médica – CGD (Nota 33.)		
Custo Normal (Notas 20. e 33.)	33 979	32 493
Contribuições relativas a pessoal no activo	30 813	30 367
Amortizações dos desvios acima do corredor (Nota 33.)	3 437	2 634
Outros encargos relativos a remunerações	15 597	15 457
Fundo de Pensões – CGD (Nota 33.)		
Custo Normal	71 931	68 231
Amortizações dos desvios acima do corredor	2 587	694
Outros	666	615
Outros encargos sociais obrigatórios	14 088	13 670
Outros custos com o pessoal	7 147	9 876
	614 219	632 191

O número médio de empregados, durante os exercícios de 2010 e 2009, por tipo de funções, foi o seguinte:

	31.12.2010	31.12.2009
Direcção	137	131
Chefias	1 849	1 871
Técnicos	2 390	2 300
Administrativos	6 168	6 118
Auxiliares	195	214
	10 739	10 634

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes números não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (274 em 2010 e 283 em 2009), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2010 e 78 em 2009) e outros abrangidos por outras situações (99 e 84, respectivamente), designadamente em comissão de serviço no exterior.

33. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

PENSÕES DE REFORMA E SUBSÍDIO POR MORTE APÓS A IDADE DA REFORMA

De acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 48 953, de 5 de Abril de 1969 e o Decreto-Lei n.º 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e n.º 241-A/2004, de 30 de Dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2010, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo, para o efeito, de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o Fundo de Pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do Fundo.

DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SUBSÍDIO POR MORTE APÓS A IDADE DA REFORMA

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2010	2009
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)
Mulheres	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,25%
Tabela de saídas:		
Idades inferiores a 30 anos	5%	5%
Idades entre 30 e 40 anos	1%	1%
Idades superiores a 40 anos	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2010 e 2009, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A taxa de desconto utilizada nos cálculos actuariais é determinada com base no índice Iboxx das obrigações de dívida privada da Zona Euro com qualidade de crédito elevada ("AA") para a "duration" equivalente à das responsabilidades a financiar (cerca de 19 anos).

O critério utilizado pela CGD Pensões para a determinação da taxa de rentabilidade traduz-se na aplicação à estrutura do *benchmark* da carteira do Fundo das rentabilidades anuais esperadas no médio e longo prazo de cada classe de activos. Estas resultam de um modelo de estimação de uma empresa de consultoria internacional, que tem como *inputs* não só as rentabilidades históricas registadas para cada classe de activos, mas também as perspectivas de um painel internacional de analistas financeiros.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2010 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2010		2009	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,25%	1,93%	5,25%	7,09%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	3,13%	3,50%	4,33%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,10%	2,25%	1,56%

No final de Dezembro de 2010, a CGD actualizou a taxa de actualização salarial, diminuindo-a de 3,5% para 2,50%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 2,25% para 1,75%, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Sector Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços passados, de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2010		2009	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Responsabilidades por serviços passados:				
Activos	9 892	875 138	10 287	914 244
Reformados e pré-reformados	4 401	433 075	4 009	418 124
	14 293	1 308 213	14 296	1 332 368
Fundos de pensões autónomos		1 424 864		1 332 368
Nível de financiamento		108,92%		100,00%

Nos termos do Aviso n.º 4/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades encontravam-se financiadas em 108,9% e 100%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a 930 172 mEuros e 1 168 606 mEuros, respectivamente.

No que se refere à CGD, poderão, ainda, vir a ser reclamadas responsabilidades existentes relativamente a alguns ex-empregados. No entanto, considera-se pouco expressivo o seu impacto, atendendo a que, nos últimos três anos, foram apenas vinte os casos de aposentação onde, em alguma medida, tais reclamações se verificaram.

O movimento no valor do fundo de pensões, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1 137 181
Contribuições regulares	
. Dos empregados	27 124
. Da Caixa	69 803
Contribuições extraordinárias	42 038
Pensões pagas	(27 482)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	57 734
Mais-valias potenciais, líquidas	26 583
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(613)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1 332 368
Contribuições regulares	
. Dos empregados	26 364
. Da Caixa	69 525
Pensões pagas	(30 058)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	38 910
Mais-valias potenciais, líquidas	(1 349)
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(10 896)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1 424 864

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Os activos do Fundo podem ser analisados como seguem:

	31.12.2010	31.12.2009
Acções	100 690	113 741
Unidades de participação em fundos mobiliários e imobiliários	356 004	267 409
Obrigações	412 691	546 470
Imóveis	529 904	271 730
Depósitos em instituições de crédito	133 433	128 825
Outros (líquido de passivo)	(107 857)	4 193
Total do Fundo	1 424 864	1 332 368

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Outros” inclui 110 885 mEuros relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos (Nota 8.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados à Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 457 530 mEuros e 199 263 mEuros, respectivamente, bem como títulos emitidos pela Caixa Geral de Depósitos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 202 648 mEuros e 83 185 mEuros, respectivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	2010	2009
Situação inicial (I)	-	-
Custo do serviço corrente	(71 866)	(65 681)
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	72 293	61 969
Custo dos juros	(72 358)	(64 519)
Custo normal do exercício (Nota 32.)	(71 931)	(68 231)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 32.)	1 117	(455)
Variação com impacto em resultados (II)	(70 814)	(68 686)
Alteração da taxa de desconto (5% para 5,75% em 2008 e de 5,75% para 5,50% em 2009)	-	(57 334)
Alteração da taxa de crescimento dos salários (3,5% para 2,5% em 2010)	85 506	-
Alteração da taxa de crescimento das pensões (2,50% para 2,25% em 2009 e para 1,75% em 2010)	69 785	34 143
Ajustamento de 1 ano tábua mortalidade p/ mulheres (TV 88/90)	-	(15 426)
Ajustamento de 1 ano tábua mortalidade p/ homens (TV 73/77)	-	(19 163)
Outros desvios de responsabilidades	8 277	(7 110)
Desvios de rendimento	(45 628)	21 735
Desvios actuariais e financeiros (III)	117 940	(43 155)
Contribuições para Fundos de Pensões		
. Da CGD (IV)	69 525	111 841
Situação final dos exercícios (I) + (II) + (III) + (IV)	116 651	-

A Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivos relativamente a trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o passivo registado pela Caixa a este respeito ascende a 4 515 mEuros e 3 699 mEuros, respectivamente, e encontra-se registado na rubrica “Provisões” (Nota 20).

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" (Nota 20.). O movimento nesse passivo, nos exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	427 832
Custo do ano corrente (Notas 20. e 32.)	32 493
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(20 020)
Ganhos actuariais (Nota 20.)	19 720
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	460 025
Custo do ano corrente (Notas 20. e 32.)	33 979
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(21 211)
Perdas actuariais (Nota 20.)	(36 095)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	436 698

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 42 394 mEuros e 44 145 mEuros, respectivamente (Nota 22.).

A Caixa determina, ainda, as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" (Nota 20.) e ascende a 1 847 mEuros e 1 982 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, ascendendo as responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a 1 500 mEuros (Nota 20.).

DESVIOS ACTUARIAIS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos e dos custos diferidos relacionados com a introdução das NCA nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor (Nota 15.)		Desvios acima do corredor		Subtotal (Nota 15.)	Custo diferidos - NCA (Nota 15.)			Subtotal	Total
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde		Pensões	Saúde	Outros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	132 973	42 783	10 363	41 532	227 651	42 543	134 946	1 321	178 810	406 461
Desvios actuariais do ano	15 393	3 219	27 762	16 501	62 875	-	-	-	-	62 875
Amortização:										
. Por contrapartida de resultados do exercício (Nota 32.)	-	-	(694)	(2 634)	(3 328)	-	-	-	-	(3 328)
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	-	(10 636)	(22 491)	(330)	(33 457)	(33 457)

...continuação

	Corredor (Nota 15.)		Desvios acima do corredor			Custo diferidos - NCA (Nota 15.)				Total
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde	Subtotal (Nota 15.)	Pensões	Saúde	Outros	Subtotal	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	148 366	46 003	37 431	55 399	287 198	31 907	112 455	991	145 352	432 551
Desvios actuariais do ano	(83 096)	(2 333)	(34 844)	(33 762)	(154 035)	-	-	-	-	(154 035)
Amortização:										
. Por contrapartida de resultados do exercício (Nota 32.)	-	-	(2 587)	(3 437)	(6 024)	-	-	-	-	(6 024)
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	-	(10 636)	(22 491)	-	(33 127)	(33 127)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	65 270	43 669	-	18 200	127 139	21 271	89 964	991	112 226	239 365

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 14,5 anos até à reforma dos activos. Os custos diferidos – NCA com pensões e saúde estão a ser amortizados de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008, até aos exercícios de 2012 e 2014, respectivamente.

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo, bem como os ganhos e perdas actuariais no ano corrente e nos 4 anos anteriores são analisados como segue:

	31.12.2010		31.12.2009		31.12.2008		31.12.2007		31.12.2006	
	Pensões Reforma	Plano Médico								
Responsabilidades	1 308 213	436 698	1 332 368	460 025	1 137 181	427 832	1 106 429	443 888	955 302	419 195
Valor do Fundo	1 424 864	-	1 332 368	-	1 137 181	-	1 106 441	-	955 302	-
Provisões	-	436 698	-	460 025	-	427 832	-	443 888	-	419 195
Responsabilidades (sub) / sobre financiada	(116 651)	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-
Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades	163 567	(36 095)	(64 890)	(19 720)	102 449	27 526	(33 422)	(14 543)	(19 322)	(9 377)
Ganhos / (Perdas) decorrentes dos activos do Fundo	(45 628)	-	21 735	-	(140 187)	-	(4 222)	-	11 658	-
	117 939	(36 095)	(43 155)	(19 720)	(37 738)	27 526	(37 644)	(14 543)	(7 664)	(9 377)

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Serviços especializados		
Serviços de informática	86 806	82 099
Serviços prestados por agrupamentos complementares de empresas	46 851	47 727
Serviços de consultoria	11 171	12 633
Serviços de limpeza	6 492	6 694
Serviços de informação	6 172	5 926
Segurança e vigilância	3 845	3 954
Outros	62 933	57 336
Publicidade e edição de publicações	28 281	32 690

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Rendas e alugueres	44 112	39 998
Comunicações e despesas de expedição	29 760	34 945
Conservação e reparação	31 306	29 596
Transporte de valores e outros	14 214	17 447
Água, energia e combustíveis	14 264	13 873
Deslocações, estadas e representação	8 001	6 810
Impressos e material de consumo corrente	4 402	4 836
Outros	15 081	18 506
	413 691	415 068

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o total dos futuros pagamentos de locação operacional nos termos dos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	20 609	4 099
De 1 a 5 anos	71 746	2 669
Superior a 5 anos	241 384	-

Nos exercícios de 2010 e 2009, os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

Revisão legal das contas anuais	128
Outros serviços que não sejam de revisão	65
	193 ^(a)

(a) Os saldos apresentados incluem IVA.

35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2010	31.12.2009
Passivos eventuais		
Garantias e avals	5 346 016	4 494 500
Activos dados em garantia	16 611 325	4 300 925
Créditos documentários abertos	170 700	90 461
Cartas de crédito em "stand-by"	110 708	51 592
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	60 929	39 445
Aceites e endossos	2 277	1 186
Transacções com recurso	9	31
	22 301 964	8 978 140
Compromissos		
Compromissos revogáveis	12 466 624	14 975 441
Outros compromissos irrevogáveis	4 888 092	5 194 616
Contratos a prazo de depósitos:		
- A constituir	466 610	440 846
- A receber	263 622	96 216
Subscrição de títulos	2 055 842	2 493 284

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais		
para o Fundo de Garantia de Depósitos	154 266	153 045
Operações a prazo	11 855	11 958
Sistema de indemnização aos investidores	30 364	7 549
	20 337 275	23 372 954
Depósito e guarda de valores	45 148 111	41 060 112
Valores administrados pela instituição		
Activos cedidos em operações de titularização (Nota 19.)	476 584	528 523
Outros valores	44 621	76 354
	521 206	604 877

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Garantias e avales” inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e acções preferenciais nos montantes de 362 503 mEuros e 600 000 mEuros, respectivamente (383 523 mEuros e 600 000 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Activos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	31.12.2010	31.12.2009
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	692 500	692 500
BEI-Banco Europeu de Investimento	646 352	747 352
Banco Central Europeu	14 486 609	2 166 474
Banco de Portugal	553 614	512 009
Royal Bank of Scotland	25 000	5 000
Fundo de Garantia de Depósitos	179 500	176 901
Sistema de indemnização aos investidores	17 751	7 549
Euronext	10 000	-
Outros	-	689
	16 611 325	4 308 474

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida classificados nas classes de activos de negociação, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, com excepção das garantias ao Banco Europeu de Desenvolvimento, os quais correspondem integralmente a créditos concedidos pela Caixa no montante de 692 500 mEuros. Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui, igualmente, títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessa data a 848 079 mEuros. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”. O valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, nas datas referidas, ascendia a 15 648 047 mEuros (dos quais 828 473 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda) e 3 576 422 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD apresentam um valor de balanço de 193 062 mEuros e 182 282 mEuros, respectivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2010 e 2009, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível à Caixa ascendeu a 12 208 mEuros e 12 220 mEuros, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 1 221 mEuros e 1 222 mEuros, respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 154 266 mEuros e 153 045 mEuros, respectivamente.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspecção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determina correcções à matéria colectável no valor de 155 602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135 592 mEuros de correcção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil, SGPS, SA nesse exercício. A Caixa contestou estas correcções por considerar que o procedimento por si adoptado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil, SGPS, SA foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correcção nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correcções anteriormente mencionadas efectuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito-caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do acto tributário da liquidação. O referido depósito-caução, no montante de 50 282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros activos – devedores e outras aplicações – devedores diversos” (Nota 15.).

36. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso n.º 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- **Corporate Finance:** inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (*merchant banking* – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- **Negociação e vendas:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “*repo*” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- **Banca comercial:** inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;
- **Gestão de activos:** inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos, nos exercícios de 2010 e 2009, é a seguinte:

LINHAS DE NEGÓCIO

2010

	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Outros	Total
Margem Financeira	(137 166)	653 536	295 417	-	113 779	925 566
Rendimentos de instrumentos de capital	20 225	-	264 454	-	-	284 679
Rendimentos de serviços e comissões	16 176	128 164	60 744	12	294 487	499 583
Encargos com serviços e comissões	(11 895)	(14 366)	(44)	-	(64 807)	(91 112)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	105 538	446	(120)	-	103 455	209 319
Outros resultados de exploração	1 973	(1 254)	4 580	385	114 730	120 415
Produto bancário	(5 150)	766 528	625 031	397	561 644	1 948 450
Outros custos e proveitos						(1 901 194)
Resultado Líquido do Exercício						47 256
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	13 138 082	250 136	37	-	8 233	13 396 489
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	22 009 072	-	-	-	-	22 009 072
Crédito sobre clientes (líquido)	3 073	36 041 647	33 670 198	-	-	69 714 918
Activo líquido total	35 150 227	36 291 783	33 670 235	-	7 790 564	112 902 810
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	16 658 634	-	-	-	7 836	16 666 471
Recursos de clientes e outros empréstimos	80 564	43 890 940	10 811 142	-	4 881	54 787 526
Responsabilidades representadas por títulos	20 364 026	9	-	-	-	20 364 035

2009

	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Outros	Total
Margem Financeira	(221 067)	837 696	390 639	-	87 577	1 094 844
Rendimentos de instrumentos de capital	18 016	-	207 900	-	-	225 916
Rendimentos de serviços e comissões	12 072	93 669	76 231	23	271 023	453 017
Encargos com serviços e comissões	(9 387)	(2 234)	1 670	-	(77 435)	(87 385)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	158 827	1 158	(6)	-	419	160 397
Outros resultados de exploração	4 143	6 970	25 960	257	72 161	109 491
Produto bancário	(37 398)	937 259	702 394	280	353 745	1 956 280
Outros custos e proveitos						(1 715 211)
Resultado Líquido do Exercício						241 069
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	18 451 677	218 091	8 355	-	8 480	18 686 602
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	14 383 580	-	-	-	-	14 383 580
Crédito sobre clientes (líquido)	1 641	36 136 804	29 458 424	-	-	65 596 870
Activo líquido total	32 836 898	36 354 895	29 466 779	-	7 150 128	105 808 700
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	9 379 566	-	288 216	-	5 254	9 673 035
Recursos de clientes e outros empréstimos	945 951	42 703 934	10 058 907	-	3 893	53 712 685
Responsabilidades representadas por títulos	26 076 958	9	-	-	-	26 076 967

MERCADOS GEOGRÁFICOS

2010

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	4 384 010	338 354	50 352	29 120	3 895	(466 394)	4 339 337
Juros e encargos similares	(3 614 181)	(243 400)	(30 969)	(11 357)	(144)	486 280	(3 413 771)
Rendimentos de instrumentos de capital	264 454	20 225	-	-	-	-	284 679
Rendimentos de serviços e comissões	456 084	39 568	848	3 299	1 034	(1 249)	499 583
Encargos com serviços e comissões	(81 368)	(12 187)	(13)	(195)	(18)	2 670	(91 112)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	226 561	(5 695)	2 847	(3 691)	303	(11 006)	209 319
Resultados de exploração	123 893	(4 975)	(49)	(608)	490	1 664	120 415
Produto bancário	1 759 452	131 889	23 017	16 568	5 560	11 964	1 948 450
Outros custos e proveitos							(1 901 194)
Resultado Líquido do Exercício							47 256
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	17 181 988	6 143 409	727 361	1 042 288	76 847	(11 775 406)	13 396 489
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20 670 366	1 571 165	486 446	82 345	-	(801 250)	22 009 072
Crédito sobre clientes (líquido)	63 068 534	4 856 630	1 119 789	648 132	21 833	-	69 714 918
Activo líquido total	108 489 811	12 778 167	2 339 799	1 774 348	104 022	(12 583 337)	112 902 810
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	19 442 307	6 059 362	1 195 718	1 745 780	9	(11 776 705)	16 666 471
Recursos de clientes e outros empréstimos	51 532 701	2 114 233	1 020 416	18 730	101 447	-	54 787 526
Responsabilidades representadas por títulos	18 224 875	2 099 162	27 455	22 620	-	(10 076)	20 364 035

2009

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	5 452 374	620 725	74 347	35 772	3 974	(819 845)	5 367 347
Juros e encargos similares	(4 509 348)	(507 717)	(70 870)	(17 556)	(587)	833 576	(4 272 503)
Rendimentos de instrumentos de capital	207 900	18 016	-	-	-	-	225 916
Rendimentos de serviços e comissões	409 404	38 625	387	4 269	1 475	(1 143)	453 017
Encargos com serviços e comissões	(78 122)	(11 003)	(18)	(79)	(92)	1 929	(87 385)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	188 167	(7 088)	3 600	130	1 079	(25 490)	160 397
Resultados de exploração	111 334	(3 941)	(76)	(441)	452	2 163	109 491
Produto bancário	1 781 710	147 616	7 369	22 095	6 300	(8 810)	1 956 280
Outros custos e proveitos							(1 715 211)
Resultado Líquido do Exercício							241 069
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	20 311 437	13 526 915	987 284	2 112 808	74 476	(18 326 319)	18 686 602
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	11 999 059	1 675 684	1 193 626	444 671	-	(929 460)	14 383 580
Crédito sobre clientes (líquido)	59 263 931	4 517 190	1 020 304	778 015	17 430	-	65 596 870
Activo líquido total	98 582 224	19 815 047	3 204 621	3 338 622	96 117	(19 227 930)	105 808 700
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	17 792 963	7 309 284	999 681	1 892 476	103	(18 321 472)	9 673 035
Recursos de clientes e outros empréstimos	49 381 335	2 864 623	1 054 521	312 420	99 786	-	53 712 685
Responsabilidades representadas por títulos	17 216 344	6 658 998	1 057 946	1 163 012	-	(19 333)	26 076 967

A coluna "Outros" inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

37. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2010			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	1 145 852	-	9 220 226
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	2 287 817	3 207 007	-	1 238 177
Crédito a clientes	31 539	2 854 316	657 385	113 219
Outros activos	14 085	460 826	1 801	897 444
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	922	840 058	13 164	1 430 039
Débitos representados por títulos	-	250	5 000	1 551 290
Passivos subordinados	-	-	-	681 220
Passivos financeiros detidos para negociação	-	6 289	-	542 418
Outros passivos	-	-	-	163 913
Garantias prestadas	-	2 305	18 849	1 090 172
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	33 565	84 229	20 936	1 087 275
Ganhos em operações financeiras	8 334	22 270	-	8 221 689
Rendimentos de serviços e comissões	7	1 854	822	62 633
Outros proveitos de exploração	-	513	54	49 800
Custos:				
Juros e encargos similares	-	14 748	107	883 131
Perdas em operações financeiras	14 404	29 244	-	8 060 402
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	2 383
Outros custos de exploração	-	2	282	479

	2009			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	4 195 000	-	8 623 662
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	635 648	42 324	-	999 547
Crédito a clientes	36 391	1 469 506	619 679	102 587
Outros activos	24 993	68 633	1 346	875 192
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 077	1 769 215	27 051	1 987 510
Débitos representados por títulos	-	-	-	1 764 485
Passivos subordinados	-	-	-	674 227
Passivos financeiros detidos para negociação	-	835	-	465 066
Outros passivos	291	-	56	216 115
Garantias prestadas	-	3 212	10 841	87 874
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	16 444	72 613	29 720	1 209 116
Ganhos em operações financeiras	3 693	17 991	-	12 067 482

2009

	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Rendimentos de serviços e comissões	3	6 542	341	53 594
Outros proveitos de exploração	-	736	235	53 397
Custos:				
Juros e encargos similares	-	16 680	120	1 076 236
Perdas em operações financeiras	328	12 621	-	12 109 960
Encargos com serviços e comissões	-	2	-	2 300
Outros custos de exploração	-	1	346	317

Os valores apresentados nos quadros acima, com excepção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à actividade individual da Caixa e resultam de uma extracção de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo, assim, um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

Adicionalmente, os saldos apresentados na coluna “Outras entidades do Estado Português” excluem transacções com entidades da Administração Regional ou Local.

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

No decorrer do exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua sede social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, conforme descrito em maior detalhe na Nota 11., registando uma mais-valia de 103 865 mEuros.

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 6., nos exercícios de 2010 e 2009, a Caixa alienou à Párpública participações detidas na EDP e na REN, tendo, em resultado destas operações, sido reconhecidas mais valias líquidas nos montantes de 26 741 mEuros e 116 290 mEuros, respectivamente.

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Em 2010, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo, assim como a benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal-chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria), ascenderam a 2 337 mEuros e 161 mEuros, respectivamente (3 225 Euros e 153 mEuros, respectivamente, no exercício de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a 1 047 mEuros e 65 mEuros, respectivamente.

38. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

No exercício de 2010, o total de remunerações referentes à prestação de serviços de mediação de seguros ascendeu a 37 626 mEuros, dizendo respeito na sua totalidade a comissões recebidas sob a forma de numerário.

As remunerações do exercício decorrem integralmente da prestação de serviços de mediação junto da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA (empresa do Grupo), apresentando a seguinte decomposição:

	Ramo		
	Vida	Não Vida	Total
Empresas de seguros			
Fidelidade Mundial	33 420	4 206	37 626
	33 420	4 206	37 626

As comissões recebidas pela mediação de produtos do ramo Vida e Não-Vida da Fidelidade Mundial, através da sua rede comercial, são integralmente reconhecidas pela Caixa em resultados do exercício no momento da sua origem, encontrando-se contabilizadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 27.).

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos a receber pela Caixa junto da Fidelidade Mundial relativos a comissões de mediação ascendiam a 2 226 mEuros. No âmbito da sua actividade de mediador, a Caixa não exerce qualquer actividade de cobrança junto de clientes relacionados com pagamentos associados a contratos de seguros.

39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ACTIVIDADE DA CAIXA

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

RISCO DE CRÉDITO

O Controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se, também, o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura, mensalmente, o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* ("*loss given default*" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efectuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades, bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, é efectuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda a todos os clientes, numa perspectiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objecto de proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direcção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de factores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tida em consideração o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspectos/ condições que poderão mitigar o risco de crédito.

RISCO DE MERCADO

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (*basis point value* (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de excepções obtidas, isto é, o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.



RISCO CAMBIAL

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO DE TAXA DE JURO

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão delegado do Conselho de Administração responsável pelo processo de ALM, o qual reúne, mensalmente, tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes *buckets* considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 83% do seu saldo (*core deposits*) é considerado no *bucket* superior a 10 anos, sendo o restante (*non-core deposits*) alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no *bucket* até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos *gaps* de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar, permanentemente, uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos de médio e longo prazo nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente, através da emissão de obrigações hipotecárias e de Euro Medium Term Notes.

Ao longo do ano, prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança, quer da emissão de dívida.

Foram, também, efectuados testes de esforço de liquidez, segundo metodologia desenvolvida internamente, articulados com o plano de contingência existente, visando a determinação das perspectivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adoptada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das mesmas (*repricing dates*). Para esses intervalos, são depois calculados os respectivos *cash flows* activos e passivos, bem como os correspondentes *gaps* de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve, também, o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo *gap* de duração. Através deste, procura medir-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses *gaps* sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal do saldo dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas nas *yield curves*.

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas *guidelines* é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao *gap* acumulado a 12 meses e ao *gap* de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e fornecido ao Banco de Portugal o mapa de risco de taxa de juro da carteira bancária, que engloba todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +200 bps (conforme Instrução n.º 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade da CGD.

RISCO DE CRÉDITO

EXPOSIÇÃO MÁXIMA A RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Títulos de Negociação		
Dívida Pública	1 093 489	1 329 845
Dívida Privada	-	1 046 971
	1 093 489	2 376 816
Outros Activos Financeiros ao justo valor através de resultados		
Dívida Privada	8 643	20 483
	8 643	20 483
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dívida Pública	2 232 850	208 804
Dívida Privada	13 591 467	5 079 434
	15 824 317	5 288 238
	16 926 449	7 685 537
Instrumentos Financeiros Derivados	2 420 308	2 635 540
Aplicações e Empréstimos de IC	11 982 241	16 457 683
Crédito a clientes (*)	69 067 029	64 913 538
Outros devedores	2 189 868	1 667 459
Outras operações a regularizar	249 117	172 831
	85 908 563	85 847 051
Outros compromissos		
Garantias pessoais / institucionais prestadas		
Garantias e avales (**)	5 344 412	4 492 901
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	110 708	51 592
Créditos documentários abertos	170 700	90 461
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	63 215	40 662
Contratos de Depósitos a prazo a constituir	466 610	440 846
Linhas de crédito irrevogáveis	2 282 443	2 373 001
Outros compromissos irrevogáveis	2 605 649	2 821 614
<i>Credit Default Swaps</i> (posições curtas)	800 970	1 014 670
	11 844 706	11 325 747
Exposição máxima	114 679 719	104 858 336

(*) Saldos líquidos de imparidade e provisões para riscos gerais de crédito.

(**) Saldos líquido de provisões.

QUALIDADE DE CRÉDITO DE TÍTULOS DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de “rating” atribuída pela Standard & Poor’s ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	-	570 259	-	-	570 259
AA- até AA+	87 387	56	-	-	87 443
A- até A+	314 848	71 196	-	-	386 044
Menor que A-	-	18 788	-	30 955	49 743
Sem Rating	-	-	-	-	-
	402 235	660 299	-	30 955	1 093 489
Emitidos por:					
Corporates	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	402 235	660 299	-	30 955	1 093 489
Instituições financeiras	-	-	-	-	-
Outros emitentes	-	-	-	-	-
	402 235	660 299	-	30 955	1 093 489
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	6 869	-	-	-	6 869
Menor que A-	-	-	-	-	-
Sem Rating	1 774	-	-	-	1 774
	8 643	-	-	-	8 643
Emitidos por:					
Corporates	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	-	-	-	-	-
Instituições financeiras	1 774	-	-	-	1 774
Outros emitentes	6 869	-	-	-	6 869
	8 643	-	-	-	8 643
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	4 449 396	1 077 451	108 475	13 426	5 648 748
AA- até AA+	5 205 791	443 986	15 365	63 261	5 728 403
A- até A+	874 541	909 790	58 419	10 601	1 853 351
Menor que A-	135 502	642 238	9 945	130 320	918 005
Sem Rating	1 569 680	97 279	-	8 850	1 675 809
	12 234 910	3 170 744	192 204	226 458	15 824 317
Emitidos por:					
Corporates	271 215	34 916	-	-	306 131
Governos e outras autoridades locais	1 885 582	265 338	81 930	-	2 232 850
Instituições financeiras	9 996 020	2 632 448	110 274	226 458	12 965 200
Outros emitentes	82 094	238 042	-	-	320 136
	12 234 911	3 170 744	192 204	226 458	15 824 317

	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	69 495	951 347	26 671	-	1 047 514
AA- até AA+	1 712	291 986	-	-	293 698
A- até A+	771 449	92 341	-	-	863 790
Menor que A-	1 041	140 327	-	30 447	171 815
Sem <i>Rating</i>	-	-	-	-	-
	843 697	1 476 002	26 671	30 447	2 376 816
Emitidos por:					
<i>Corporates</i>	1 041	-	-	-	1 041
Governos e outras autoridades locais	635 648	663 750	-	30 447	1 329 845
Instituições financeiras	166 532	812 251	26 671	-	1 005 455
Outros emitentes	40 475	-	-	-	40 475
	843 697	1 476 002	26 671	30 447	2 376 816
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (<i>Fair Value Option</i>)					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	12 092	-	-	12 092
Menor que A-	-	-	-	-	-
Sem <i>Rating</i>	8 390	-	-	-	8 390
	8 390	12 093	-	-	20 483
Emitidos por:					
<i>Corporates</i>	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	-	-	-	-	-
Instituições financeiras	-	12 092	-	-	12 092
Outros emitentes	8 390	-	-	-	8 390
	8 390	12 093	-	-	20 483
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	510 971	931 606	105 661	11 684	1 559 922
AA- até AA+	31 806	580 073	22 367	29 983	664 229
A- até A+	211 590	1 274 922	79 295	49 835	1 615 642
Menor que A-	37 554	732 947	16 889	99 434	886 824
Sem <i>Rating</i>	484 444	77 177	-	-	561 621
	1 276 366	3 596 724	224 212	190 936	5 288 237
Emitidos por:					
<i>Corporates</i>	688 645	17 185	-	-	705 830
Governos e outras autoridades locais	-	75 749	100 022	-	175 771
Instituições financeiras	515 581	3 503 790	124 190	190 936	4 334 497
Outros emitentes	72 140	-	-	-	72 140
	1 276 366	3 596 724	224 212	190 936	5 288 237

EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afectadas pelo período de turbulência financeira que tem caracterizado os mercados financeiros desde 2008, com a seguinte composição:

Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente
<i>Commercial mortgage-backed securities</i>			
	AAA	Sénior	União Europeia
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia
	Menor que A-	Sénior	União Europeia
		Mezzanine	União Europeia
<i>Residential mortgage-backed securities</i>			
	AAA	Sénior	União Europeia
		Sénior	América do Norte
			Outros
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia
	CCC	Mezzanine	América do Norte
<i>Asset-backed securities</i>			
	AA- até AA+	Sénior	América do Norte
<i>Collateralized Loan obligations</i>			
	AAA	Sénior	União Europeia
			Outros
	AA- até AA+	Sénior	Outros
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia
	CCC	Mezzanine	União Europeia
<i>Outros instrumentos financeiros</i>			
	A- até A+	Outros	União Europeia
	Sem <i>rating</i>	Sénior	União Europeia
		Mezzanine	América do Norte
	n.d.	Fundos	União Europeia

n.d. – Não disponível.

...continuação

31.12.2010

31.12.2009

Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reservas de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reservas de Justo valor
12 360	-	(1 547)	11 343	-	(3 397)
16 270	-	(2 293)	14 675	-	(4 640)
3 045	-	(521)	3 451	-	(718)
3 256	-	(1 331)	18 590	-	(2 498)
34 931	-	(5 692)	48 059	-	(11 253)
81 755	-	(3 259)	121 083	-	(4 852)
-	-	-	3 280	-	(1)
-	-	-	2 964	-	84
-	-	-	25 704	-	(1 660)
4 697	-	(2 924)	9 522	-	(2 608)
9 221	-	(11 636)	25 763	-	(14 395)
415	(9 202)	262	151	(8 527)	-
96 088	(9 202)	(17 558)	188 468	(8 527)	(23 432)
-	-	-	3 475	-	3
6 565	-	(739)	10 807	-	(597)
13 426	-	(1 021)	11 684	-	(1 663)
21 128	-	(819)	18 556	-	(1 755)
4 939	-	(947)	2 834	-	(3 001)
48 428	-	2 828	30 558	-	(14 275)
6 236	-	(230)	2 333	-	(3 995)
100 722	-	(929)	76 773	-	(25 286)
12 815	-	(7 115)	9 320	-	(10 372)
8 850	(29 556)	-	11 700	(26 706)	-
-	-	-	1 045	(3 814)	-
90 681	(10 537)	(3 270)	79 583	(10 537)	(11 558)
112 346	(40 093)	(10 385)	101 647	(41 058)	(21 930)
344 087	(49 295)	(34 564)	418 422	(49 584)	(81 898)

Na preparação do quadro apresentado acima, foram considerados os títulos cuja variação no justo valor tenha afectado directamente os resultados da Caixa no decorrer dos referidos exercícios.

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Tipo	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2009
<i>Commercial mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	11 343
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	14 675
	Menor que A-	Sénior	União Europeia	3 451
		Mezzanine	União Europeia	18 590
<i>Residential mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	121 083
		Sénior	América do Norte	3 280
			Outros	2 964
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	25 704
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	9 522
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	25 763
	CCC	Mezzanine	América do Norte	151
<i>Asset-backed securities</i>	AA- até AA+	Sénior	América do Norte	3 475
<i>Collateralized Loan obligations</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	10 807
			Outros	11 684
	AA- até AA+	Sénior	Outros	18 556
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	2 834
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	30 558
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2 333
<i>Outros instrumentos financeiros</i>				
	A- até A+	Outros	União Europeia	9 320
	Sem rating	Sénior	União Europeia	11 700
		Mezzanine	América do Norte	1 045
	n.d.	Fundos	União Europeia	79 583
				418 422

(a) Apresentação dos títulos efectuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2010.

n.d. – Não disponível.

...continuação

2010

Alienações e amortizações de capital	Impacto em Resultados do Período				Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2010
	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contraparte de resultados	Imparidade	Varição da reserva de justo valor	
(870)	-	37	-	1 850	12 360
(787)	-	35	-	2 347	16 270
(563)	-	(39)	-	197	3 045
(18 209)	-	1 708	-	1 167	3 256
(42 314)	-	1 394	-	1 592	81 755
(3 550)	-	269	-	1	0
(3 494)	-	614	-	(84)	0
(27 489)	-	125	-	1 660	-
(4 461)	-	(48)	-	(316)	4 697
(19 407)	-	105	-	2 759	9 221
-	-	12	(9)	262	415
(3 749)	-	276	-	(3)	0
(4 447)	-	346	-	(142)	6 565
-	-	1 100	-	642	13 426
-	-	1 637	-	935	21 128
-	-	51	-	2 053	4 939
-	-	766	-	17 103	48 428
-	-	138	-	3 766	6 236
-	-	239	-	3 256	12 815
-	-	-	(2 850)	-	8 850
(2 541)	-	1 496	-	-	(0)
(6 358)	6 358	2 810	-	8 289	90 681
(138 239)	6 358	13 070	(2 859)	47 335	344 087



Tipo	Rating emissão (a)	Nível de senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2008
<i>Commercial mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	14 939
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	19 252
	Menor que A-	Sénior	União Europeia	4 013
		Mezzanine	União Europeia	16 177
<i>Residential mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	147 029
		Sénior	América do Norte	5 238
			Outros	13 291
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	5 489
		Mezzanine	União Europeia	30 231
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	14 627
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	35 292
	CCC	Mezzanine	América do Norte	783
<i>Asset-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	América do Norte	3 415
	AA- até AA+	Sénior	América do Norte	2 407
<i>Collateralized Loan obligations</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	11 555
			Outros	15 120
	AA- até AA+	Sénior	Outros	16 359
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	5 233
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	23 573
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2 624
<i>Outros instrumentos financeiros</i>				
	A- até A+	Outros	União Europeia	10 998
	Sem rating	Sénior	União Europeia	16 042
		Mezzanine	América do Norte	1 308
	n.d.	Fundos	União Europeia	48 645
				463 642

(a) Apresentação dos títulos efectuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2009.
n.d. – Não disponível.

...continuação

2009

Impacto em Resultados do Período					
Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contraparte de resultados	Imparidade	Varição da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2009
(294)	-	(241)	-	(3 061)	11 343
(274)	-	(143)	-	(4 161)	14 675
(54)	-	(18)	-	(490)	3 451
(289)	-	1 069	-	1 633	18 590
(32 195)	-	(2 302)	-	3 969	116 502
(1 775)	-	(188)	-	5	3 280
(9 956)	-	161	-	(531)	2 964
(1 309)	-	(210)	-	612	4 582
(1 439)	-	(301)	-	1 932	30 423
(5 623)	-	38	-	479	9 522
(16 845)	-	847	-	1 750	21 044
-	-	(5)	(627)	-	151
(3 596)	-	-	-	181	-
-	-	(124)	-	1 192	3 475
(2 333)	-	340	-	1 245	10 807
(1 565)	-	(852)	-	(1 019)	11 684
-	-	(2 825)	-	5 022	18 556
-	-	48	-	(2 447)	2 834
-	-	(107)	-	7 092	30 558
-	-	(46)	-	(246)	2 333
-	-	236	-	(1 913)	9 320
(1 140)	-	(1 252)	(1 950)	-	11 700
-	-	(37)	(226)	-	1 045
-	10 399	1 436	(10 537)	29 640	79 583
(78 686)	10 399	(4 475)	(13 340)	40 883	418 422

Os "Ganhos / (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados" incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito de Aplicações em instituições de crédito

O seguinte quadro apresenta a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, considerando notação de risco determinada de acordo com o modelo interno de avaliação desenvolvido pela Caixa para instituições financeiras e por país de origem da contraparte:

	2010						Total
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	
AA- até AA+	-	174 342	98 536	-	-	7 093	279 971
A- até A+	7 509	6 382	3 768	-	-	4 103	21 762
Menor que A-	2 215 889	78 811	74 870	3 787	3 999	24 705	2 402 059
Sem Rating	7 898	5 889	41 816	-	-	7 636	63 239
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	-	489	-	489
Empresas do Grupo CGD	4 328 003	3 870 231	2	-	953 497	62 987	9 214 720
	6 559 299	4 135 655	218 993	3 787	957 985	106 523	11 982 241



2009

	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	Total
AA- até AA+	-	607 018	-	-	-	11 809	618 827
A- até A+	590	597 511	72 753	-	-	6 659	677 514
Menor que A-	5 148 821	694 746	11 354	82 818	11 217	42 393	5 991 350
Sem Rating	219 408	4 101	3	694	145	7	224 358
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	-	-	321 011	321 011
Empresas do Grupo CGD	4 472 799	3 397 613	-	5 553	686 119	62 539	8 624 623
	9 841 618	5 300 988	84 110	89 066	697 481	444 419	16 457 683

No âmbito do Programa Basileia II – Projecto de Modelos de Scoring e Rating, foi desenvolvido internamente um modelo de notação de risco para o segmento de Instituições Financeiras. Este modelo permite obter estimativas de probabilidade de *default* – PD – (probabilidade de incumprimento) a um ano. Trata-se de um modelo estatístico que utiliza informação financeira, informação de enquadramento geográfico e tipo de actividade principal de cada Instituição financeira notada.

A escala de notação do modelo varia entre AAA (melhor notação de risco, à qual corresponde uma menor PD) e CCC (pior notação de risco, à qual corresponde uma maior PD).

QUALIDADE DE CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

2010

	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em <i>default</i>	Outros saldos	Total Crédito	Justo valor das garantias de operações em <i>default</i>
Crédito a empresas						
Vincendo	31 296 482	932 001	675 661	377 480	33 281 625	
Vencido	15 291	63 545	917 387	91	996 313	
	31 311 773	995 545	1 593 048	377 571	34 277 938	2 606 452
Crédito à habitação						
Vincendo	31 426 388	942 518	1 009 549	160 416	33 538 870	
Vencido	3 088	3 940	863 799	3 011	873 839	
	31 429 476	946 458	1 873 348	163 427	34 412 709	2 164 715
Crédito ao consumo						
Vincendo	1 328 960	86 787	27 087	94 524	1 537 358	
Vencido	137	4 260	53 533	573	58 503	
	1 329 097	91 047	80 620	95 098	1 595 862	77 424
Outros Créditos						
Vincendo	66 014	608	7 573	871 452	945 646	
Vencido	1 694	2 570	36 088	-	40 352	
	67 708	3 178	43 660	871 452	985 998	3 265
Total crédito vincendo	64 117 843	1 961 913	1 719 870	1 503 872	69 303 498	
Total crédito vencido	20 211	74 315	1 870 806	3 676	1 969 008	
Total de crédito	64 138 054	2 036 228	3 590 676	1 507 548	71 272 506	

	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em <i>default</i>	Outros saldos	Total Crédito	Justo valor das garantias de operações em <i>default</i>
Crédito a empresas						
Vincendo	28 904 814	840 434	664 820	177 181	30 587 249	
Vencido	13 680	35 491	757 244	34 066	840 481	
	28 918 495	875 925	1 422 064	211 247	31 427 730	2 759 241
Crédito à habitação						
Vincendo	30 863 790	816 690	1 167 984	155 735	33 004 199	
Vencido	2 529	3 946	831 290	1 873	839 639	
	30 866 320	820 636	1 999 274	157 608	33 843 838	2 360 245
Crédito ao consumo						
Vincendo	1 223 501	70 579	23 110	97 205	1 414 394	
Vencido	80	2 812	27 713	388	30 994	
	1 223 581	73 392	50 823	97 593	1 445 388	86 746
Outros Créditos						
Vincendo	63 222	1 179	2 635	1 807	68 843	
Vencido	1 048	3 439	30 454	-	34 940	
	64 270	4 618	33 088	1 807	103 783	2 294
Total crédito vincendo	61 055 327	1 728 883	1 858 548	431 928	65 074 686	
Total crédito vencido	17 338	45 689	1 646 701	36 327	1 746 054	
Total de crédito	61 072 665	1 774 571	3 505 249	468 255	66 820 740	

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- “Créditos em *default*” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente, pelo menos, uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna “Outros Saldos”, foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do Grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço, líquido de provisões de:

- Crédito concedido a clientes relativamente aos quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pela recuperação de créditos em incumprimento e cuja maturidade inicialmente contratada tenha sido prorrogada por um período superior a seis meses no decorrer do exercício; ou,
- Crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respectivas Direcções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objecto de renegociação nestes períodos;

ascende a 814 798 mEuros e 854 332 mEuros, respectivamente.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade da Caixa em alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresenta-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

2010

Prazos residuais contratuais

	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	919 398	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	488 973	-	2 570	-	-
Aplicações em instituições de crédito	6 139 029	1 780 577	1 788 883	750 112	1 215 359
Carteira de títulos					
Negociação	3 570	-	122 740	25 077	138 601
Outros (saldos brutos) (*)	662 389	1 057 219	217 020	1 741 064	2 457 900
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 882 433	4 193 583	6 975 713	4 955 407	13 507 975
	12 095 792	7 031 380	9 106 925	7 471 660	17 319 835
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8 002 304)	(6 256 514)	(1 119 962)	(1 053 957)	(183 719)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25 087 308)	(7 507 396)	(8 822 333)	(3 215 914)	(7 131 821)
Responsabilidades representadas por títulos	(572 897)	(1 595 303)	(371 164)	(3 094 643)	(6 713 769)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(42 088)	(82 441)	(123 294)	(241 081)	(595 175)
Outros passivos subordinados	(963)	(10 433)	(13 351)	(173 873)	(1 563 666)
Recursos consignados	(86)	(28 998)	(25 788)	(59 638)	(660 709)
	(33 705 646)	(15 481 086)	(10 475 892)	(7 839 107)	(16 848 858)
Derivados	421	51 962	33 611	76 939	169 339
Diferencial	(21 609 433)	(8 397 744)	(1 335 356)	(290 508)	640 316

(*) Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado.

2009

Prazos residuais contratuais

	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 479 868	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	746 526	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	6 352 294	3 605 287	1 712 187	2 084 333	2 360 621
Carteira de títulos					
Negociação	251 955	149 909	187 913	197 056	837 028
Outros (saldos brutos)	226 943	156 585	175 693	418 606	1 863 773
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 136 627	3 585 271	5 175 491	4 398 849	14 939 617
	13 194 213	7 497 051	7 251 284	7 098 844	20 001 039
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(3 284 156)	(1 791 697)	(867 829)	(2 986 480)	(740 828)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24 840 532)	(7 647 910)	(10 139 400)	(2 103 700)	(6 730 096)
Responsabilidades representadas por títulos	(2 471 886)	(3 619 449)	(3 367 183)	(896 266)	(7 059 945)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(698)	(691)	(1 395)	(5 570)
Outros passivos subordinados	(1 436)	(10 221)	(28 378)	(182 897)	(1 382 357)
Recursos consignados	(58)	(26 921)	(22 689)	(48 610)	(394 057)
	(30 598 068)	(13 096 895)	(14 426 170)	(6 219 349)	(16 312 852)
Derivados	(829)	77 754	16 011	159 880	504 661
Diferencial	(17 404 685)	(5 522 090)	(7 158 875)	1 039 375	4 192 847

...continuação

Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	919 398
-	-	-	-	491 543
182 152	17 386	9 282	186 388	12 069 168
274 387	649 649	-	2 645 584	3 859 609
1 409 061	3 480 295	7 792 306	3 397 929	22 215 184
9 724 289	19 194 594	18 603 932	99 241	81 137 166
11 589 889	23 341 924	26 405 520	6 329 143	120 692 067
(93 567)	-	(6 966)	(13 942)	(16 730 932)
-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
(2 937 314)	(1 117 434)	(145 091)	(99 403)	(56 064 014)
(5 340 453)	(4 183 528)	(707 197)	9 946	(22 569 008)
(595 845)	(1 513 057)	(3 294 911)	73 784	(6 414 108)
(756 474)	(847 389)	(350 213)	14 595	(3 701 766)
(518 174)	(365 931)	(216 262)	(312)	(1 875 897)
(10 241 827)	(8 027 339)	(4 720 639)	(2 252 791)	(109 593 184)
13 104	31 108	50 237	-	426 719
1 361 166	15 345 693	21 735 118	4 076 352	11 525 603

...continuação

Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	1 479 868
-	-	-	-	746 526
471 741	12 224	10 038	14 595	16 623 320
-	-	-	-	-
464 104	575 531	21 987	2 571 476	5 256 958
876 498	893 012	1 907 902	3 995 205	10 514 216
9 764 390	14 903 765	18 156 069	(107 269)	74 952 810
11 576 733	16 384 532	20 095 997	6 474 006	109 573 699
(107 480)	(1 309)	(7 856)	39 541	(9 748 094)
-	-	-	(2 275 136)	(2 275 136)
(3 152 243)	(290 288)	(137 011)	(6 063)	(55 047 243)
(5 857 723)	(4 637 155)	(834 010)	3 132	(28 740 485)
(5 566)	(43 183)	-	6 243	(50 860)
(730 246)	(1 587 972)	(322 415)	-	(4 245 923)
(769 323)	(312 631)	(252 012)	(329)	(1 826 630)
(10 622 581)	(6 872 538)	(1 553 304)	(2 232 611)	(101 934 370)
296 399	181 042	110 163	-	1 345 081
1 250 551	9 693 036	18 652 856	4 241 395	8 984 410

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respectiva reafecção dos saldos por “*bucket*”;
- Depósitos à ordem de clientes – reafecção dos “*core deposits*” (montante estável de depósitos à ordem, considerando um horizonte histórico alargado) de “Até 1 mês” para “Mais de 10 anos”;
- Carteira de Títulos – reafecção dos títulos de dívida e de capital considerados com elevada liquidez para a maturidade “Até 1 mês”, com excepção dos títulos onerados que foram reafectados à coluna “Indeterminado”;
- Crédito à Habitação – a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado de contratos, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

	2010				
	Maturidades remanescentes				
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	918 790	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	491 543	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	6 127 267	1 740 826	1 765 266	734 548	1 192 070
Carteira de títulos					
Negociação	395 669	-	16 734	909	10 487
Outros (líquido de imparidade)	6 688 254	104 049	13 819	225 635	267 753
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 789 919	3 880 510	6 516 167	4 306 340	11 761 411
	18 411 441	5 725 384	8 311 986	5 267 432	13 231 721
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7 990 200)	(6 223 689)	(1 105 379)	(1 036 706)	(173 731)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3 189 765)	(4 346 585)	(5 432 011)	(5 712 939)	(13 213 061)
Responsabilidades representadas por títulos	(517 812)	(1 486 125)	(203 193)	(2 825 648)	(5 789 859)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(32 504)	(64 358)	(95 512)	(187 255)	(498 294)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(99 975)	(1 415 157)
Recursos consignados	(84)	(22 591)	(22 675)	(50 254)	(627 425)
	(11 730 366)	(12 143 348)	(6 858 771)	(9 912 777)	(21 717 527)
Diferencial	6 681 075	(6 417 964)	1 453 215	(4 645 346)	(8 485 806)

...continuação

2010

Maturidades remanescentes

	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	918 790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	491 543
Aplicações em instituições de crédito	177 514	16 783	9 005	186 389	11 949 667
Carteira de títulos					
Negociação	32 520	85 200	-	3 070 344	3 611 863
Outros (líquido de imparidade)	105 568	664 492	1 064 953	9 149 131	18 283 652
Crédito a clientes (saldos brutos)	8 447 024	14 038 426	16 695 733	(132 031)	69 303 498
	8 762 626	14 804 901	17 769 690	12 273 833	104 559 013
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(91 855)	-	(6 596)	(13 887)	(16 642 043)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6 483 358)	(3 211 533)	(12 860 214)	(143 900)	(54 593 366)
Responsabilidades representadas por títulos	(4 826 674)	(3 789 487)	(683 574)	9 946	(20 112 425)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(525 750)	(1 184 822)	(2 766 552)	73 784	(5 281 263)
Outros passivos subordinados	(704 891)	(769 552)	(238 058)	14 595	(3 213 038)
Recursos consignados	(502 913)	(345 529)	(209 967)	(312)	(1 781 751)
	(13 135 441)	(9 300 922)	(16 764 961)	(2 297 233)	(103 861 345)
Diferencial	(4 372 815)	5 503 979	1 004 730	9 976 600	697 669

2009

Maturidades remanescentes

	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 478 616	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	746 526	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	6 340 214	3 573 839	1 679 712	2 041 972	2 329 716
Carteira de títulos					
Negociação	2 056 794	105 117	101 159	10 394	178 389
Outros (líquido de imparidade)	6 762 922	100 153	72 344	184 771	893 214
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 005 630	3 283 502	4 654 669	3 785 373	12 962 815
	21 390 702	7 062 611	6 507 884	6 022 510	16 364 135
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(3 279 086)	(1 781 374)	(860 261)	(2 947 117)	(728 230)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3 381 020)	(4 309 026)	(4 720 235)	(4 591 906)	(12 542 850)
Responsabilidades representadas por títulos	(2 462 641)	(3 512 770)	(3 185 527)	(656 319)	(6 080 914)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(492)	(493)	(989)	(4 005)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(104 891)	(1 154 644)
Recursos consignados	(56)	(21 026)	(20 108)	(40 240)	(362 870)
	(9 122 804)	(9 624 688)	(8 786 625)	(8 341 461)	(20 873 512)
Diferencial	12 267 898	(2 562 077)	(2 278 741)	(2 318 952)	(4 509 377)



2009

Maturidades remanescentes

	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	1 478 616
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	746 526
Aplicações em instituições de crédito	465 209	11 650	9 703	14 595	16 466 610
Carteira de títulos					
Negociação	37 120	297 900	-	2 162 668	4 949 542
Outros (líquido de imparidade)	236 027	139 178	236 701	630 081	9 255 392
Crédito a clientes (saldos brutos)	8 330 424	12 538 840	15 620 702	(107 269)	65 074 686
	9 068 780	12 987 568	15 867 107	2 700 075	97 971 371
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(100 113)	-	(7 190)	39 541	(9 663 831)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	(2 275 136)	(2 275 136)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6 646 202)	(2 985 093)	(14 353 798)	(6 063)	(53 536 194)
Responsabilidades representadas por títulos	(5 212 308)	(4 292 034)	(711 251)	3 132	(26 110 632)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(4 084)	(42 472)	-	6 243	(46 291)
Outros passivos subordinados	(619 045)	(1 399 760)	(212 646)	-	(3 490 986)
Recursos consignados	(748 589)	(294 718)	(245 204)	(329)	(1 733 140)
	(13 330 342)	(9 014 076)	(15 530 089)	(2 232 611)	(96 856 209)
Diferencial	(4 261 562)	3 973 492	337 018	467 464	1 115 162

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

“Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:

- Carteira de “trading” – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
- Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com excepção de participações financeiras e crédito titulado;
- Actividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta actividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa.

ANÁLISE DE VaR – RISCO DE MERCADO

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- Período de detenção: 10 dias (carteira de investimento e actividade de gestão de tesouraria) e 1 dia (carteira de *trading*);
- Nível de confiança: 99% (carteira de investimento) e 95% (carteira de *trading* e actividade de gestão de tesouraria);

- Período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *Decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

CARTEIRA PRÓPRIA (VaR 99%, 10 DIAS)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	18 128	49 759	18 128	23 178
Cambial	2 118	5 926	1 312	3 353
Preço	25 590	39 694	25 000	33 631
Volatilidade				
Efeito diversificação	-20 125			-28 522
	25 712	49 404	25 045	31 640

CARTEIRA NEGOCIAÇÃO (VaR 95%, 1 DIA)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	1 788	4 080	1 096	1 660
Cambial	25	124 108	8	10
Preço	55	3 645	38	38
Volatilidade		1		
Efeito diversificação	-102			-41
	1 767	126 376	1 209	1 667

TESOURARIA (VaR 95%, 1 DIA)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	195	1 956	159	1 264
Cambial	1 069	102 555	820	1 674
Preço				
Volatilidade				
Efeito diversificação	-125			-527
	1 139	102 134	986	2 410

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – TAXA DE JURO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 *basis points* (bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

2010

	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	292	153	126	(126)	(252)	(504)
Aplicações em instituições de crédito	16 252	12 394	6 881	(6 836)	(13 615)	(27 014)
Carteira de Títulos						
Negociação	115 921	56 745	27 860	(26 855)	(52 744)	(101 779)
Outros	201 397	121 453	60 745	(58 623)	(115 429)	(224 491)
Crédito a clientes (saldos brutos)	392 131	257 909	133 422	(130 293)	(257 632)	(503 686)
Total activo sensível	725 993	448 654	229 034	(222 733)	(439 672)	(857 475)
Recursos de outras instituições de crédito	(28 375)	(24 646)	(14 071)	14 013	27 961	55 662
Recursos de clientes e outros empréstimos	(680 359)	(490 752)	(247 196)	244 503	486 267	961 876
Responsabilidades representadas por títulos	(789 838)	(412 725)	(206 001)	200 412	395 301	769 579
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(10 948)	(8 942)	(4 997)	4 991	9 974	19 895
Outros passivos subordinados	(156 459)	(77 642)	(37 947)	35 803	69 663	132 305
Total passivo sensível	(1 665 980)	(1 014 706)	(510 213)	499 722	989 165	1 939 317
Total Ganho / Perda	(939 987)	(566 051)	(281 179)	276 989	549 493	1 081 842

2009

	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	973	487	243	(268)	(537)	(1 073)
Aplicações em instituições de crédito	31 861	25 958	15 283	(15 637)	(31 181)	(61 998)
Carteira de Títulos						
Negociação	144 392	74 575	36 902	(35 842)	(70 652)	(137 330)
Outros	68 238	35 192	17 983	(17 712)	(34 868)	(67 623)
Crédito a clientes (saldos brutos)	337 093	211 720	118 862	(117 009)	(231 333)	(452 651)
Total activo sensível	582 557	347 932	189 274	(186 469)	(368 571)	(720 675)
Recursos de outras instituições de crédito	(25 766)	(17 673)	(9 880)	10 437	20 786	41 230
Recursos de clientes e outros empréstimos	(544 594)	(302 016)	(156 469)	153 945	305 173	599 947
Responsabilidades representadas por títulos	(877 830)	(465 409)	(244 381)	237 544	467 823	908 144
Outros passivos subordinados	(204 600)	(115 814)	(63 582)	60 143	117 158	222 927
Total passivo sensível	(1 652 790)	(900 911)	(474 311)	462 069	910 940	1 772 249
Total Ganho / Perda	(1 070 233)	(552 979)	(285 037)	275 600	542 369	1 051 574

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada do Grupo para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

Projeção margem financeira

	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2010	(332 942)	(274 345)	(138 488)	135 550	270 843	541 470
Exercício de 2011	(238 455)	(235 172)	(104 036)	78 291	180 093	380 149

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro, em balanço nas datas de referência do cálculo, se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2011 e 2010, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o *spread* médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar, em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

RISCO DE TAXA DE JURO

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

	2010			
	Datas de refixação / Datas de maturidade			
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	33 751	885 039	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	487 789	1 185	-	2 570
Aplicações em instituições de crédito	6 501 561	1 306 469	2 822 282	1 119 825
Carteira de títulos				
Negociação	-	-	-	111 562
Outros (líquido de imparidade)	183 411	1 710 948	8 658 375	407 231
Crédito a clientes (bruto)	2 252 839	16 544 831	22 189 455	18 751 570
	9 459 350	20 448 471	33 670 112	20 392 757
Passivos				
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2 124 308)	(6 079 915)	(6 485 128)	(1 004 995)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16 196 985)	(8 488 485)	(8 456 849)	(9 893 845)
Responsabilidades representadas por títulos	(120 000)	(768 596)	(5 855 244)	(748 316)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(32 504)	(64 358)	(95 512)
Outros passivos subordinados	(104 891)	(20 000)	(1 069 739)	(61 000)
Recursos consignados	-	(84)	(22 591)	(22 675)
	(18 546 183)	(15 389 584)	(21 953 909)	(11 826 344)
Derivados (valor nocional)				
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>	412 523	(861 180)	(3 300 756)	80 216
Futuros sobre taxa de juro	-	-	1 034 069	1 925 544
<i>Forward rate agreements (FRAs)</i>	-	-	-	20 000
Opções de taxa de juro	-	-	-	-
	412 523	(861 180)	(2 266 687)	2 025 759
Exposição Líquida	(8 674 310)	4 197 707	9 449 517	10 592 173

...continuação

2010

Datas de refixação / Datas de maturidade

	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indetermi- nado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	918 790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	491 543
Aplicações em instituições de crédito	58 203	49 907	80 500	10 919	11 949 667
Carteira de títulos					-
Negociação	-	69 917	784 801	2 645 584	3 611 863
Outros (líquido de imparidade)	794 186	1 564 250	2 113 750	7 028 232	22 460 382
Crédito a clientes (bruto)	4 969 419	1 733 559	2 819 624	42 201	69 303 498
	5 821 808	3 417 633	5 798 675	9 726 936	108 735 743
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(806 496)	(93 191)	(48 090)	79	(16 642 043)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4 269 630)	(5 057 016)	(2 166 095)	(64 462)	(54 593 366)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 835 050)	(4 322 316)	(6 462 850)	(54)	(20 112 425)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(187 255)	(498 294)	(4 477 124)	73 784	(5 281 263)
Outros passivos subordinados	(129 975)	(1 055 418)	(786 610)	14 595	(3 213 038)
Recursos consignados	(50 254)	(627 425)	(1 058 409)	(312)	(1 781 751)
	(7 278 660)	(11 653 660)	(14 999 177)	(2 213 829)	(103 861 345)
Derivados (valor nominal)					
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>	(383 346)	2 973 110	1 106 616	120 928	148 110
Futuros sobre taxa de juro	-	-	-	-	2 959 613
<i>Forward rate agreements (FRAs)</i>	-	-	-	-	20 000
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-
	(383 346)	2 973 110	1 106 616	120 928	3 127 723
Exposição Líquida	(1 840 198)	(5 262 918)	(8 093 886)	7 634 035	8 002 121

2009

Datas de refixação / Datas de maturidade

	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	405 346	1 073 270	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	743 556	2 970	-	-
Aplicações em instituições de crédito	5 369 478	3 272 211	4 762 036	1 151 367
Carteira de títulos				
Negociação	-	245 000	158 944	172 234
Outros (líquido de imparidade)	299 133	1 435 765	2 502 501	514 422
Crédito a clientes (bruto)	2 355 582	18 404 768	23 478 074	18 034 572
	9 173 095	24 433 983	30 901 554	19 872 594
Passivos				
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1 549 526)	(1 739 560)	(2 167 847)	(840 286)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18 317 732)	(6 131 172)	(8 955 152)	(10 576 593)
Responsabilidades representadas por títulos	(696 464)	(2 375 419)	(8 668 646)	(3 548 688)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	(46 291)	-
Outros passivos subordinados	(104 891)	(245 500)	(918 062)	(21 000)
Recursos consignados	-	676	1 731 803	332
	(20 668 613)	(10 490 974)	(19 024 194)	(14 986 236)
Derivados (valor nocional)				
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>	483 953	(2 462 936)	(4 982 324)	(3 457 254)
Futuros sobre taxa de juro	-	-	493 810	197 190
<i>Forward rate agreements (FRAs)</i>	-	-	-	140 000
Opções de taxa de juro	-	-	-	2 000
	483 953	(2 462 936)	(4 488 514)	(3 118 064)
Exposição Líquida	(11 011 565)	11 480 072	7 388 846	1 768 294



2009

Datas de refixação / Datas de maturidade

	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indetermi- nado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	1 478 616
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	746 526
Aplicações em instituições de crédito	1 665 174	163 632	68 119	14 595	16 466 610
Carteira de títulos					-
Negociação	161 300	725 812	914 776	2 571 477	4 949 542
Outros (líquido de imparidade)	104 795	355 000	469 013	3 574 762	9 255 392
Crédito a clientes (bruto)	693 842	586 825	1 628 292	(107 269)	65 074 686
	2 625 111	1 831 269	3 080 200	6 053 564	97 971 372
Passivos					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2 937 117)	(412 092)	(56 943)	39 541	(9 663 831)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	(2 275 136)	(2 275 136)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1 774 361)	(5 548 316)	(2 226 805)	(6 063)	(53 536 194)
Responsabilidades representadas por títulos	(596 480)	(2 518 187)	(7 709 881)	3 132	(26 110 632)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	(46 291)
Outros passivos subordinados	(30 000)	(806 582)	(1 364 952)	-	(3 490 986)
Recursos consignados	-	-	-	329	1 733 140
	(5 337 958)	(9 285 177)	(11 358 580)	(2 238 196)	(93 389 929)
Derivados (valor nominal)					
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>	(1 471 059)	4 952 083	6 919 736	11 949	(5 852)
Futuros sobre taxa de juro	201 345	-	394 827	-	1 287 172
<i>Forward rate agreements (FRAs)</i>	12 500	-	-	-	152 500
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	2 000
	(1 257 214)	4 952 083	7 314 563	11 949	1 435 820
Exposição Líquida	(3 970 061)	(2 501 825)	(963 818)	3 827 318	6 017 263

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correcções de valor.

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades em bancos centrais e os depósitos à ordem de clientes foram classificadas na coluna "≤ 7 dias";
- Os instrumentos de capital foram classificados na coluna "Indeterminado";
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos.

JUSTO VALOR

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

2010

	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	919 449	919 904	455	-	919 449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	494 799	494 799	-	-	494 799
Aplicações em instituições de crédito	12 149 941	12 092 395	(57 546)	(167 700)	11 982 241
Crédito a clientes	69 393 779	66 254 013	(3 139 765)	321 139	69 714 918
	82 957 967	79 761 111	(3 196 856)	153 439	83 111 407
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	15 661 954	15 703 154	(41 200)	1 004 517	16 666 471
Recursos de clientes e outros empréstimos	54 528 046	54 687 667	(159 622)	259 480	54 787 526
Responsabilidades representadas por títulos	20 374 814	19 657 433	717 381	(10 779)	20 364 035
Passivos financeiros associados a activos transferidos	5 285 202	5 273 309	11 893	-	5 285 202
Outros passivos subordinados	3 162 979	2 731 146	431 833	-	3 162 979
Recursos consignados	1 781 751	1 787 165	(5 415)	-	1 781 751
	100 794 746	99 839 875	954 870	1 253 218	102 047 963

2009

	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 479 260	1 479 524	264	-	1 479 260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	749 659	749 659	-	-	749 659
Aplicações em instituições de crédito	16 438 230	16 459 280	21 049	19 453	16 457 683
Crédito a clientes	65 155 813	65 324 649	168 836	441 057	65 596 870
	83 822 963	84 013 112	190 149	460 509	84 283 472
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	9 711 565	9 725 997	(14 432)	(38 530)	9 673 036
Recursos de clientes e outros empréstimos	53 653 014	53 529 159	123 855	59 672	53 712 685
Responsabilidades representadas por títulos	26 091 490	26 486 077	(394 586)	(14 523)	26 076 967
Passivos financeiros associados a activos transferidos	52 534	52 693	(159)	(6 044)	46 490
Outros passivos subordinados	3 481 788	3 644 388	(162 601)	(4 508)	3 477 280
Recursos consignados	1 732 811	1 736 531	(3 720)	329	1 733 140
	94 723 202	95 174 845	(451 643)	(3 604)	94 719 597

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável – no exercício de 2009, os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros a taxa variável eram descontados até à próxima revisão de taxa de juro.

Para o efeito, foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:

> Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;

- > Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, durante o mês de Dezembro de 2010, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis;
 - > Taxas de juro incorporando o *spread* de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
 - > O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
 - > Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Conforme anteriormente referido, até 31 de Dezembro de 2009, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros de taxa variável era efectuado considerando o desconto dos respectivos fluxos financeiros até à próxima refixação da taxa de juro. Caso este apuramento tivesse sido realizado considerando o desconto dos fluxos estimados até à respectiva maturidade, conforme critério aplicado no apuramento do justo valor em 31 de Dezembro de 2010, os resultados apurados seriam os apresentados no quadro abaixo:

	2009				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 479 260	1 479 524	264	-	1 479 260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	749 659	749 659	-	-	749 659
Aplicações em instituições de crédito	16 438 230	16 619 091	180 861	19 453	16 457 683
Crédito a clientes	65 155 813	63 865 615	(1 290 198)	441 057	65 596 870
	83 822 963	82 713 889	(1 109 073)	460 509	84 283 472
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	9 711 565	9 731 091	(19 525)	(38 530)	9 673 036
Recursos de clientes e outros empréstimos	53 653 014	53 463 980	189 033	59 672	53 712 685
Responsabilidades representadas por títulos	26 091 490	26 402 156	(301 665)	(14 523)	26 076 967
Passivos financeiros associados a activos transferidos	52 534	52 693	(159)	(6 044)	46 490
Outros passivos subordinados	3 481 788	3 606 718	(124 930)	(4 508)	3 477 280
Recursos consignados	1 732 811	1 749 894	(17 083)	329	1 733 140
	94 723 202	95 006 532	(283 330)	(3 604)	94 719 597

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	2010			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	1 023 262	281 895	-	1 305 157
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	551 854	124 108	-	675 962
Activos financeiros disponíveis para venda	5 422 353	6 602 285	5 556 251	17 580 889
Derivados de negociação	553	68 874	(179)	69 248
Derivados de cobertura		(55 138)		(55 138)
	6 998 021	7 022 024	5 556 072	19 576 117

	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	1 747 858	744 834	-	2 492 692
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	641 738	178 126	-	819 864
Activos financeiros disponíveis para venda	4 172 290	3 597 545	642 601	8 412 436
Derivados de negociação	1 299	180 006	409	181 714
Derivados de cobertura	-	(110 797)	-	(110 797)
	6 563 185	4 589 713	643 010	11 795 908

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 – Cotações de mercado** – nesta coluna, foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- **Nível 2 – Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado** – nesta coluna, foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 – Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

No exercício de 2010, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

Tipo	2010				
	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2009	Aquisições	Amortizações	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira
Activos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital	132 941	-	-	-	-
Instrumentos de dívida					
<i>Asset-backed securities</i>	409 960	5 429 950	(2 625)	16 083	-
Obrigações <i>Corporates</i>	99 699	-	-	(678)	-
	642 601	5 429 950	(2 625)	15 405	-
Instrumentos financeiros derivados	409	-	-	-	(588)
	643 010	5 429 950	(2 625)	15 405	(588)

...continuação

Tipo	2010			
	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	(29 321)	-	-	103 620
Instrumentos de dívida				
<i>Asset-backed securities</i>	-	(400 737)	-	5 452 631
Obrigações <i>Corporates</i>	958	-	(99 979)	-
	(28 363)	(400 737) ^(a)	(99 979) ^(b)	5 556 252
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	(179)
	(28 363)	(400 737)	(99 979)	5 556 072

2009

Tipo	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2008	Aquisições	Amortizações	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira
Títulos detidos para negociação					
Instrumentos de dívida					
Obrigações <i>Corporates</i>	25 330	-	-	-	336
Activos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de capital					
	91 877	50 000	-	-	-
Instrumentos de dívida					
<i>Asset-backed securities</i>	13 052	400 000	-	-	737
Obrigações <i>Corporates</i>	-	97 500	-	-	1 102
	104 929	547 500	-	-	1 839
Instrumentos financeiros derivados					
	(2 670)	-	-	-	3 079
	127 589	547 500	-	-	5 254

...continuação

2009

Tipo	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010
Títulos detidos para negociação				
Instrumentos de dívida				
Obrigações <i>Corporates</i>	-	(25 666) ^(a)	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital				
	(8 936)	-	-	132 941
Instrumentos de dívida				
<i>Asset-backed securities</i>	(3 829)	-	-	409 960
Obrigações <i>Corporates</i>	1 097	-	-	99 699
	(11 668)	-	-	642 601
Instrumentos financeiros derivados				
	-	-	-	409
	(11 668)	(25 666)	-	643 010

As transferências realizadas entre os diversos níveis de hierarquia do justo valor e para outras classes de instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(a) Transferência entre o nível 3 e o nível 2 na hierarquia do justo valor em resultado da disponibilização por contrapartes externas de preços indicativos que reflectem a evolução do mercado dos títulos em referência. No exercício de 2010, as transferências realizadas reflectem as posições detidas pela Caixa em obrigações emitidas pelo veículo Intermoney Banking Caixa Geral RMBS1 no âmbito da operação de titularização originada pelo Banco Caixa Geral, SA, os quais em 31 de Dezembro de 2009, se encontravam valorizados pelo respectivo valor de aquisição;

(b) As transferências indicadas referem-se à reclassificação efectuada no decorrer do primeiro semestre de 2010 de emissões de crédito titulado efectuadas por instituições não-financeiras e subscritas pela Caixa, entre as categorias de activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, conforme referido em maior detalhe na Nota 6.

Em 31 de Dezembro de 2010, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – *Asset Backed Securities* – incluem 5 446 033 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus, no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages n.º 2, os quais, nesta data, se encontram valorizados pelo respectivo valor nominal (Notas 6. e 19.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação, de, aproximadamente, 23 mEuros e 5 457 mEuros, respectivamente. No exercício de 2010, os resultados do exercício apresentado não incluem as posições detidas no âmbito da operação Nostrum Mortgages n.º 2.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DE ENTIDADES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: activos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efectuada com base em informação divulgada nos *Investor Reports*).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/sector/*rating* da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do *rating* considerado: nível 2 para *ratings* provenientes de agências, nível 3 para *ratings* internos.

O recurso a *ratings* internos verifica-se apenas nos casos em que não existe classificação de risco externo para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efectuadas internamente são obtidos nos sistemas *Bloomberg* e *Reuters*.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efectuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	EUR	USD	GBP
Overnight	0,3300	0,4500	0,5800
1 mês	0,7500	0,6500	0,9250
2 meses	0,8700	0,7000	0,9750
3 meses	0,9216	0,6722	0,9865
6 meses	0,9978	0,5185	0,8965
9 meses	1,0573	0,5068	0,9130
1 ano	1,1189	0,5376	0,9706
2 anos	1,5830	0,8595	1,5440
3 anos	1,9160	1,3455	2,0060
5 anos	2,5010	2,2555	2,7150
7 anos	2,9110	2,9000	3,1880
10 anos	3,3070	3,4530	3,6280
15 anos	3,6580	3,8980	3,9630
20 anos	3,7200	4,0630	4,0330
25 anos	3,6390	4,1270	4,0330
30 anos	3,5190	4,1860	3,9980

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema *Bloomberg*. Em 31 de Dezembro de 2010, os valores da curva de crédito do Governo Português e Alemão eram os seguintes:

	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	3,5434	0,3257
6 meses	3,8314	0,4621
9 meses	4,0495	0,5377
1 ano	4,2699	0,6141
2 anos	4,5771	0,8553
3 anos	4,9188	1,1244
5 anos	5,7591	1,9765
7 anos	6,2389	2,5746
10 anos	6,6015	2,9605
15 anos	6,9621	3,4396
20 anos	6,7315	3,5616
25 anos	6,6549	3,5246
30 anos	6,5735	3,4110

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do Banco Central Europeu. Na tabela seguinte, apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes:

	31.12.2010
EUR / USD	1,33620
EUR / GBP	0,86075
EUR / CHF	1,25040
EUR / AUD	1,31360
EUR / JPY	108,65000
EUR / BRL	2,21770

RISCO CAMBIAL

DECOMPOSIÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2010						Total
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	864 327	44 379	1 927	175	8 641		919 449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	424 899	7 054	2 869	10 053	49 924		494 799
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 841 627	139 470	-	-	22	2 306 707	4 287 825
Activos financeiros disponíveis para venda	17 560 069	457 844	196	-	-		18 018 110
Aplicações em instituições de crédito	10 950 675	1 016 761	33 842	7 539	76 404		12 085 221
Crédito a clientes (saldos brutos)	70 359 570	874 345	311 842	4 564	11 816		71 562 136
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(2 293 091)	(67 522)	-	-	(49)		(2 360 662)
	99 708 074	2 472 331	350 677	22 331	146 758	2 306 707	105 006 877

...continuação

2010

Moeda

	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(13 986 782)	(2 536 885)	(59 100)	(4 203)	(79 500)	-	(16 666 471)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(53 804 583)	(735 363)	(30 408)	(139 903)	(77 269)	-	(54 787 526)
Responsabilidades representadas por títulos	(19 766 270)	(62 706)	(6 971)	(487 794)	(40 294)	-	(20 364 035)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(5 285 202)	-	-	-	-	-	(5 285 202)
Outros passivos subordinados	(3 024 744)	-	-	(138 235)	-	-	(3 162 979)
Recursos consignados	(1 781 751)	-	-	-	-	-	(1 781 751)
	(97 649 332)	(3 334 954)	(96 479)	(770 135)	(197 063)	(2 237 459)	(104 285 422)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(126 615)	290 818	(178 896)	(15 647)	28 711	-	(1 628)
Swaps de taxa de juro	(190 446)	35 174	-	202 485	-	-	47 214
Futuros	(2 917 396)	-	-	-	-	-	(2 917 396)
FRAs	20 000	-	-	-	-	-	20 000
Opções e Caps & Floors	-	-	-	-	-	-	-
Operações cambiais a prazo	28 484	(117 866)	41 027	64 427	(30)	-	16 042
	(3 185 973)	208 127	(137 869)	251 266	28 681	-	(2 835 768)
	(1 127 230)	(654 496)	116 329	(496 539)	(21 625)	69 248	(2 114 313)

2009

Moeda

	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 434 305	33 790	2 248	129	8 789	-	1 479 260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	710 083	10 247	7 513	3 916	17 900	-	749 659
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 265 326	45 538	-	-	1 693	2 456 850	5 769 406
Activos financeiros disponíveis para venda	7 890 740	942 776	22 261	-	150	-	8 855 927
Aplicações em instituições de crédito	14 384 935	1 533 379	71 109	139 057	499 660	-	16 628 140
Crédito a clientes (saldos brutos)	65 787 883	1 002 737	287 899	8 564	8 372	-	67 095 455
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(1 939 486)	(119 347)	-	-	(30 651)	-	(2 089 484)
	91 533 787	3 449 120	391 029	151 666	505 912	2 456 850	98 488 363
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(6 820 068)	(2 759 708)	(28 082)	(2 473)	(62 705)	-	(9 673 036)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(2 275 136)	(2 275 136)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(51 604 821)	(1 517 267)	(353 597)	(166 855)	(70 145)	-	(53 712 685)
Responsabilidades representadas por títulos	(22 065 065)	(3 101 176)	(282 860)	(513 019)	(114 848)	-	(26 076 967)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(46 490)	-	-	-	-	-	(46 490)
Outros passivos subordinados	(3 329 563)	(34 926)	-	(112 791)	-	-	(3 477 280)
Recursos consignados	(1 733 140)	-	-	-	-	-	(1 733 140)
	(83 866 006)	(7 413 077)	(664 539)	(795 138)	(247 698)	(2 275 136)	(95 261 593)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(2 862 700)	3 184 111	152 573	(145 728)	(260 732)	-	67 525
Swaps de taxa de juro	(923 497)	(173 126)	6 756	790 027	293 987	-	(5 852)
Futuros	1 344 744	13 992	-	-	-	-	1 358 737
FRAs	152 500	-	-	-	-	-	152 500
Opções e Caps & Floors	(2 000)	-	-	-	-	-	(2 000)
Operações cambiais a prazo	(387 685)	340 156	109 428	52 535	(110 533)	-	3 901
	(2 678 637)	3 365 133	268 757	696 835	(77 278)	-	1 574 811
	4 989 144	(598 823)	(4 753)	53 363	180 936	181 714	4 801 580



ANÁLISE DE VaR – RISCO CAMBIAL

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição global e o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

VaR CAMBIAL 99% 10D

	31.12.2010	Máximo	Mínimo	31.12.2009
Rand da África do Sul	4 248	9 409	4 053	8 143
Pataca de Macau	3 498	5 547	1 877	4 641
Dólar dos Estados Unidos	3 285	11 778	4	975
Real do Brasil	7 777	25 474	5 587	5 786
Libra estrelina	28	7 396	-	446
Outras Moedas	708			1 984
Efeito diversificação	(8 737)			(10 187)
Total	10 808			11 788

40. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

Para atingir os objectivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazos, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, com a última redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, reflectindo, em larga medida, as Directivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro. Com a publicação do Decreto Lei n.º 298/92, o Banco de Portugal considerou conveniente condensar num só texto todas as principais regras relativas aos fundos próprios, tendo sido emitido o Aviso 12/92 para o efeito.

Durante a sua vigência, o Aviso n.º 12/92 sofreu diversas alterações, algumas de natureza substancial, destacando-se, por exemplo, as modificações introduzidas através do Aviso n.º 2/2005 (relativo ao enquadramento regulamentar dos fundos próprios e rácio de solvabilidade, na sequência da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade) e as mudanças introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 103/2007 e n.º 104/2007, ambos de 3 de Abril, e consubstanciado no Aviso n.º 4/2007, relativo à transposição para a ordem jurídica nacional das Directivas 2006/48/CE e 2006/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, do designado Acordo de Basileia II.

Na prática, este facto traduziu-se na substituição, a partir de 1 de Janeiro de 2008, do normativo de Basileia I pelo designado Novo Acordo de Capital Basileia II, o qual contempla, para além de novas metodologias de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios mais sensíveis ao risco (Pilar I), um conjunto de exigências relativas à auto-avaliação e determinação por parte das Instituições de Crédito do nível de capital interno considerado adequado ao seu perfil de risco (Pilar II), constituindo esse montante apurado o capital económico do banco. Foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura.

O ano de 2008 foi particularmente marcado por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e Cartas-Circulares relacionados com matérias de natureza prudencial. Destacam-se as seguintes alterações ao cálculo dos fundos próprios:

- Os Impactos de transição, que correspondem aos encargos com os benefícios dos trabalhadores que resultaram da introdução das IAS (Plano Médico e outros encargos com a saúde) e cujas deduções aos Fundos Próprios foram objecto de diferimento, inicialmente, por 5 ou por 7 anos. Os períodos de diferimento foram alargados em mais 3 anos, através do Aviso n.º 7/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal, pelo que estes impactos só terminarão em Dezembro de 2012 e em Dezembro de 2014;
- As menos e mais-valias potenciais em títulos de dívida, classificadas como disponíveis para venda, deixaram de ser incluídas no Tier 1 e Tier II, respectivamente, a partir de Outubro de 2008 (Aviso n.º 6/2008, de 14 de Outubro);
- Foi eliminado o limite de 10% para a inclusão dos Impostos Diferidos Activos no Tier I (Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2008, de 28 de Outubro).

O Banco de Portugal autorizou o Grupo Caixa Geral de Depósitos a adoptar o método *standard* (em substituição do método básico) para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2009 inclusive, abrangendo também, em base individual, o Caixa-Banco de Investimento, a Caixa Leasing e Factoring e, ainda, a Caixagest que ficará sujeita aos critérios de elegibilidade aplicáveis ao referido método.

Em 2009, na sequência da crise financeira internacional, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária desenvolveu um programa de reformas destinado a reforçar a regulação global sobre o capital e a liquidez.

O objectivo do pacote de reformas é melhorar a capacidade do sector bancário para absorver choques decorrentes do *stress* financeiro e económico, qualquer que seja a sua fonte, reduzindo, assim, o risco de contaminação da economia real pelo sector financeiro e, por outro lado, aumentar a qualidade, a coerência e a transparência da base de capital.

Este conjunto de reformas incide principalmente sobre o Pilar 1 (Determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios) do acordo conhecido como Basileia II, mas engloba, igualmente, um conjunto de orientações e recomendações para o Pilar 2 (Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão) e Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

O conjunto das reformas acordadas e publicadas pelo Comité entre Julho de 2009 e Setembro de 2010, colectivamente conhecidas como “Basileia III”, podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- Aumentar a qualidade do capital para assegurar que os bancos têm maior capacidade de absorver perdas, tanto numa base de empresa em actividade (*going concern*) como em caso de liquidação (*gone concern*);
- Aumentar a cobertura do risco, em particular para as actividades de *trading*, titularização, exposição a veículos fora-do-balanço e exposição a risco de crédito de contraparte resultante de derivados;
- Elevar os requisitos de capital mínimos:
 - > Rácio Core Tier 1 (*common equity capital*) - definição de um mínimo de 4,5% em 2015 – neste momento é de 2%. A alteração será faseada: 3,5% em 2013, 4% em 2014 e 4,5% em 2015;
 - > Rácio Tier 1 aumenta de 4% para 6% no período atrás referido: 4,5% em 2013, 5,5% em 2014 e 6% em 2015;
 - > Rácio de capital permanece em 8%;

> *Capital conservation buffer* – criação de uma “margem” de segurança de 2,5%, requisito também a cumprir de forma faseada: 0,625% em 2016, 1,25% em 2017, 1,875% em 2018 e 2,5% em 2019. Estes valores acrescem aos valores dos rácios indicados nos pontos anteriores. O objectivo da criação do *buffer* é assegurar que os Bancos mantenham uma margem que pode ser usada para absorver perdas que ocorram em períodos de *stress* económico e financeiro.

- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo Basileia III e para as novas deduções à base de capital;
- Promover a acumulação de *buffers* de capital em conjunturas favoráveis, que possam ser utilizados em períodos de crise, incluindo tanto um *buffer* de conservação de capital como um *buffer* contracíclico para proteger o sector bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito;
- Introduzir um rácio de alavancagem harmonizado internacionalmente para servir de suporte à medida de capital ponderada pelo risco e conter a acumulação de excessiva alavancagem no sistema;
- Introduzir padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*);
- Elevar os padrões para o processo de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3), conjuntamente com orientações adicionais nas áreas de boas práticas de valorização, testes de *stress*, gestão do risco de liquidez, governação empresarial e remunerações.

Saliente-se que, no plano europeu, a incorporação do calendário e revisão propostas carecem de transposição para a legislação comunitária, podendo subsistir divergências nas abordagens finais.

Estão também ainda em análise outras medidas adicionais a aplicar às chamadas Instituições financeiras sistémicas (*too-big-to fail*).

O Grupo acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III e participou activamente nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, elaborou estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

No quadro seguinte, resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2010 e de 2009, para a sua actividade individual.

RÁCIO SOLVABILIDADE INDIVIDUAL

(Milhões de euros)

	31.12.2009	31.12.2010	Variação (Dez. 2010 Dez. 2009)
A – FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	5 360	6 078	717
Capital Social	4 500	5 050	550
Reservas e Resultados Transitados	1 203	1 228	25
Resultado Líquido	97	47	(51)
Impactos de transição IAS (regime transitório)	117	93	(24)
Deduções aos F.P. Base	(558)	(340)	218
B – FUNDOS PRÓP. COMPLEMENTARES (TIER II)	3 609	3 540	(68)
Passivos subordinados c/ venc. Indeterminado	693	685	(8)
Passivos subordinados c/ venc. determinado	2 680	2 528	(152)
Reservas de Reavaliação	236	237	1
Outros elementos	-	91	91
C – DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	(34)	(36)	(2)
Participações em empresas e Seguros e em Instituições de Crédito	-	-	-
Outras Deduções	(34)	(36)	(2)
D – TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	8 935	9 583	648
E – POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	64 086	63 817	(269)
Risco de Crédito	56 755	58 437	1 682
Risco de Mercado	4 225	2 282	(1 944)
Risco Operacional	3 105	3 098	(7)
RÁCIOS			
TIER I (A/E)	8,4%	9,5%	1,2%
TIER II (B/E)	5,6%	5,5%	-0,1%
DEDUÇÕES (C/E)	-0,1%	-0,1%	0,0%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	13,9%	15,0%	1,1%



2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1. NOTA INTRODUTÓRIA	282
NOTA 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	282
NOTA 3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO	306
NOTA 4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	312
NOTA 5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	313
NOTA 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	313
NOTA 7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	315
NOTA 8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	316
NOTA 9. PRODUTOS <i>UNIT-LINKED</i>	323
NOTA 10. DERIVADOS	323
NOTA 11. CRÉDITO A CLIENTES	330
NOTA 12. ACTIVOS NÃO-CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	334
NOTA 13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	335
NOTA 14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	336
NOTA 15. ACTIVOS INTANGÍVEIS	338
NOTA 16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	343
NOTA 17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	344
NOTA 18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO	347
NOTA 19. OUTROS ACTIVOS	348
NOTA 20. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS	350
NOTA 21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	351
NOTA 22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS	352
NOTA 23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	356
NOTA 24. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS	359
NOTA 25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS	369
NOTA 26. OUTROS PASSIVOS	373
NOTA 27. CAPITAL	375
NOTA 28. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO	375
NOTA 29. INTERESSES MINORITÁRIOS	377
NOTA 30. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES	378
NOTA 31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	379
NOTA 32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	380
NOTA 33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	380
NOTA 34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	381
NOTA 35. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS	382
NOTA 36. CUSTOS COM PESSOAL	396
NOTA 37. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO	397
NOTA 38. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	405
NOTA 39. IMPARIDADE EM ACTIVOS	406
NOTA 40. RELATO POR SEGMENTOS	408
NOTA 41. ENTIDADES RELACIONADAS	413
NOTA 42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS	414
NOTA 43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO	454
NOTA 44. GESTÃO DE CAPITAL	465

2.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou, igualmente, os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, SA (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal. Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa contava com uma rede nacional de 848 agências, uma Sucursal em França com 46 agências, uma Sucursal em Timor-Leste com 8 agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

A Caixa participa, ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos sectores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais. A Caixa detém, também, participações em empresas de sectores não financeiros da economia portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2011.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 da CGD e de parte das suas Filiais e Associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias-gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2. ADOÇÃO DE NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE (IFRIC), CONFORME ADOPTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

No exercício de 2010, a Caixa adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 3 (Alterada) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do *Goodwill* apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de Filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IAS 39 – “Contabilidade de cobertura” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma pretende clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura na componente de risco de inflação, assim como da utilização de opções compradas em operações de cobertura de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos accionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IFRS 2 (Alterada) – “Pagamentos baseados em acções” – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica o tratamento a adoptar por uma subsidiária nas suas demonstrações financeiras individuais relativamente a transacções baseadas em acções quando o pagamento é efectuado pela empresa mãe ou por outra entidade do grupo em que esta se insira. A adopção da norma revista é obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IAS 32 – “Classificação dos direitos de emissão” (Emenda) – Em resultado da alteração efectuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objectivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transacção, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adopção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transacções efectuadas directamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem carácter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 14 – “O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto desta interpretação permitiu clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros. O texto alterado é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio” – A interpretação pretende clarificar o tratamento contabilístico relacionado com a liquidação de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio, assim como dos critérios de valorização desses instrumentos. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:
 - a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;

- b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas, mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;
- c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;
- d) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que, em resultado desta alteração, se reduza, de forma significativa, uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;
- e) Sendo de aplicação retrospectiva, deverão, no entanto, ser considerados no âmbito da classificação e mensuração dos activos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9 os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objectivos considerados na data do reconhecimento inicial dos activos que permaneçam em balanço na data de referência para adopção da norma).

A adopção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (Emendada) – As alterações introduzidas ao normativo pretendem clarificar as divulgações existentes relativas à natureza e extensão dos riscos aos quais as entidades se encontram expostas devido à utilização de instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de activos financeiros, como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas “Filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das Filiais que integram o Grupo CGD foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas Filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades Filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a CGD detém títulos de participação representativos de 52%, aproximadamente, do capital do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta participação não é consolidada pelo facto dos títulos de participação detidos pela CGD não lhe conferirem qualquer participação na gestão do IHRU.

A consolidação das contas de empresas sob controlo conjunto da Caixa e de outras entidades é efectuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os activos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que a CGD detém no seu capital.

2.4. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS E *GOODWILL*

As aquisições de Filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam directamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra (em aquisições ocorridas entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009, estes custos foram acrescidos ao custo de aquisição). Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a Filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da Filial e o justo valor atribuível aos respectivos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O *goodwill* é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, adquiridos no âmbito da transacção, excede o custo de aquisição, o excesso deve ser reflectido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses minoritários ocorrida após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transacção com accionistas, não originando o registo de qualquer *goodwill* adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses minoritários na data da transacção e o respectivo custo de aquisição é reconhecido directamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses minoritários que não impliquem a perda de controlo sobre a Filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses minoritários que determinem alterações no controlo sobre a Filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transacção.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das Filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

CONTABILIZAÇÃO DE OPÇÕES ATRIBUÍDAS A INTERESSES MINORITÁRIOS (*WRITTEN PUT OPTIONS*)

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses minoritários (*written put options*), são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de “Outras reservas”. As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente efectuadas por contrapartida de “Outras reservas”.

2.5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efectuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada e reconhecidas pelo Grupo exceda o respectivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é

descontinuado, excepto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill* correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e o justo valor atribuível aos respectivos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.6. CONVERSÃO DE SALDOS E TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das Filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas Filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalculer e, por consequência, não registar nas "Outras reservas" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de Filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de Dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de Filiais ou associadas ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de Janeiro de 2004.

2.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A) ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

I) Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se, também, nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“*Fair Value Option*”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - > Caso a sua aplicação elimine ou reduza, de forma significativa, uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - > Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - > Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - > Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

II) Investimentos a Deter até à Maturidade

Nesta categoria, são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica é integralmente composta por títulos detidos pelo Banco Caixa Geral.

III) Empréstimos e Contas a Receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros activos”.

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

IV) Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;

- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados em operações financeiras” ou “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares”, da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de Activos Financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39, em 13 de Outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efectuadas até 1 de Novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de Julho de 2008. Reclassificações efectuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 8.

Justo Valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - > Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - > Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
 - > Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital não cotados afectos à actividade de capital de risco são valorizados com base em:
 - > Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
 - > Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rendibilidade;
 - > *Cash-flows* descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos activos detidos.

As valorizações incorporam factores de desconto para reflectir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado activo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor actual do preço para alienação do activo, ajustado, quando aplicável, de modo a reflectir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

B) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

I) Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados em operações financeiras".

II) Outros Passivos Financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

C) DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e



- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro), a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

A Caixa decidiu a revogação da designação de cobertura a partir de 1 de Outubro de 2008 e já no decorrer do exercício de 2009, relativamente a um conjunto de *swaps* que estavam a cobrir risco de taxa de juro de passivos emitidos. Os ganhos gerados nesses *swaps* a partir dessa data foram registados em “Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação – em derivados – taxa de juro”.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas ou, pelos resultados dos testes de eficácia, se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

D) IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS

Activos Financeiros ao Custo Amortizado

O Grupo efectua periodicamente, análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Aplicações em instituições de crédito, Investimentos a deter até à maturidade e Crédito a clientes.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No caso de créditos garantidos por acções, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas acções num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo também consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidas a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê, ainda, os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando, para este efeito, a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso, posteriormente, sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua, igualmente, análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta, de forma adequada, o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.8. ACTIVOS NÃO-CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E GRUPOS DE ACTIVOS E PASSIVOS A ALIENAR

A norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”).

Os activos não-correntes ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos os quais são registados pelo valor de arrematação.

Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

2.9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

2.10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de Janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas Filiais reavaliações de activos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS, foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efectuadas, correspondia, genericamente, ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50–100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5–8
Equipamento informático	3–8
Instalações interiores	3–10
Material de transporte	4–6
Equipamento de segurança	4–10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.11. LOCAÇÃO FINANCEIRA

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

COMO LOCATÁRIO

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

COMO LOCADOR

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

2.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Activos Intangíveis, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

IMPOSTOS CORRENTES

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente e as com sede em Portugal, nomeadamente a CGD, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das Sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 3.º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das Sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países / territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da Sede nos termos do artigo 91.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa-Banco de Investimento, SA beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que, pelo menos, 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Apresentam-se de seguida, de forma resumida, alguns aspectos fiscais de maior relevo para a actividade do Grupo em Portugal.

AJUSTAMENTOS AO RESULTADO CONTABILÍSTICO DO EXERCÍCIO

• Imputação de lucros de Filiais não-residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não-residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de, pelo menos, 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC ou, ainda, (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão



é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham, eventualmente, a ser distribuídos à Caixa.

• Provisões

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2010 e 2009, a Caixa e restantes entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal consideraram o efeito dos seguintes normativos, quando aplicáveis:

- > Disposições do artigo 37.º do Código do IRC (norma introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2007), no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico de crédito e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;
- > Disposições previstas no n.º 1 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, no âmbito do qual devem ser igualmente acrescidas ao resultado contabilístico do exercício as dotações para reforço de provisões para risco específico de crédito e risco-país (que não respeitem a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis) até ao limite do saldo em 1 de Janeiro de 2007 das provisões para créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis. No que respeita à CGD, este normativo não originou qualquer ajustamento à matéria colectável do exercício de 2010, uma vez que o saldo acumulado destas provisões em 1 de Janeiro de 2007 se encontra já integralmente tributado;
- > Disposições do artigo 35.º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de Janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal; adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

• Encargos com pessoal

A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, até ao limite de 25% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao exercício, com excepção das despesas com empregados sujeitos ao regime geral contributivo da segurança social (aos quais se aplica o limite de 15%), os encargos suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de Janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efectivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

O valor reconhecido pela CGD, nos exercícios de 2010 e 2009, como variação patrimonial nas contas individuais referente a um oitavo do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das Normas de Contabilidade Ajustadas, adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial.

Assim, e considerando, igualmente, que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD nos exercícios de 2010 e 2009 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

• Resultado da liquidação

O artigo 92.º do Código do IRC, introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2005 e alterado pela Lei do Orçamento de Estado para 2010, estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais não pode ser inferior a 75% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruísse de:

- > Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 86.º;
- > Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;
- > Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2010 e 2009, em resultado da aplicação deste artigo.

IMPOSTOS DIFERIDOS

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são, normalmente, registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes do *goodwill*;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas Filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Grupo.

2.15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E ENCARGOS COM SAÚDE

No Grupo CGD, existem diversos planos de pensões, incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA (Fidelidade Mundial) e a Império Bonança, Companhia de Seguros, SA (Império Bonança) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 37. Existem, ainda, outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço, relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected" e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 37.). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume, normalmente, qualquer responsabilidade, para além das contribuições efectuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O Grupo tem, ainda, outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são, igualmente, determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. SEGUROS

A) CONTRATOS DE SEGURO

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma permite aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequabilidade dos passivos associados aos contratos detidos. Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo Grupo, foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes das disposições do IFRS 4. De acordo com este normativo, os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando, portanto, a ser reconhecidos como proveito os prémios emitidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são reflectidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequabilidade de passivos realizados pelo Grupo.

B) RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Os prémios de contratos de seguro não-vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não-vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

Os resultados decorrentes da alienação de instrumentos de dívida e instrumentos de capital afectos a contratos de seguros classificados como “Activos financeiros disponíveis para venda” são registados por contrapartida da rubrica “Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros”, da demonstração de resultados.

C) PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pro-rata temporis* aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não-vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

D) PROVISÃO PARA SINISTROS

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com excepção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para Sinistros de Acidentes de Trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos, mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos, mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos, mas ainda não declarados denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens)
	TV 88/90 (Mulheres)	
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efectuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efectuem o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito, é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objectivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não-vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos actuariais aplicados a matrizes de *run-off* destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício, e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para Sinistros de Automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia, também, com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para Sinistros dos Restantes Ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada, caso a caso, pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada / validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efectuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não) e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efectuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

E) PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

É calculada para todos os seguros não-vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

F) PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

Corresponde ao valor actuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor actuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais, que eventualmente, sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospectivamente, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades. O teste de adequacidade dos passivos é descrito na Nota 2.16. i).

G) PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e, ainda, outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa. Nos casos em que o plano de participação nos resultados não estabelece, de forma inequívoca, a percentagem da atribuição, são tidas em consideração as percentagens de atribuição históricas verificadas em período não inferior a 3 anos e a informação mais recente ao dispor da companhia.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do exercício ou, em alternativa, na parte aplicável, directamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e de activos financeiros disponíveis para venda afectos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

A provisão para participação nos resultados atribuída inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos activos afectos, incluindo mais e menos-valias realizadas e as perdas de imparidade registadas no período e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

H) PROVISÃO PARA ESTABILIZAÇÃO DE CARTEIRA

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

I) TESTES DE ADEQUACIDADE DE PASSIVOS

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza, com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo Vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro da Dívida Pública Portuguesa, dos *cash-flows* futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos *cash-flows* futuros de prémios.

Estes *cash-flows* futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

- **Mortalidade:**

Com base em ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade, no início e no fim do ano, e ainda as sinistradas durante o ano. A partir destes dados, recolhidos nos últimos oito anos, gradua-se uma tábua de mortalidade, com base numa lei de Gompertz-Makeham, a qual é posteriormente utilizada para estimação da mortalidade futura.

- **Resgates:**

A partir dos ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas, no início e fim do ano, e os montantes resgatados, por produto.

Para a Fidelidade Mundial, usam-se os dados referidos para calibrar um modelo linear generalizado, assente no prazo decorrido desde o início do contrato, no tipo de produto e no diferencial entre taxa de juro de mercado e taxa técnica, como variáveis explicativas. Desta implementação, resulta o modelo usado para estimar os resgates futuros.

Para a Império Bonança, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, dividindo-se o montante de resgates por esse valor, obtendo-se, assim, a taxa de resgate do ano. Com base neste método e na observação dos valores dos últimos cinco anos, determinou-se o pressuposto de probabilidade de resgate de cada produto.

- **Despesas:**

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

- **Taxas de Rendimento:**

A taxa de rendimento futura de cada produto é determinada com base na taxa de juro da Dívida Pública Portuguesa de maturidade igual à da duração do respectivo passivo, acrescida da Provisão para Participação nos Resultados a Atribuir e Reserva de Justo Valor.

Com base nestas taxas de rendimento, são projectadas participações nos resultados futuros, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo consequentemente incorporadas na projecção de vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos Não-Vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas, socorrendo-se, para isso, da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam, ainda, um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

J) PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

K) RESPONSABILIDADES PARA COM SUBSCRITORES DE PRODUTOS *UNIT-LINKED*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos "*Unit-linked*") emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afectas a produtos "*Unit-linked*" são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

L) RESPONSABILIDADES PARA COM SUBSCRITORES DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As responsabilidades para com subscritores de produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos".

M) IMPARIDADE DE SALDOS DEVEDORES RELACIONADOS COM CONTRATOS DE SEGURO E DE RESSEGURO

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

N) ACTIVOS INTANGÍVEIS RESULTANTES DA AQUISIÇÃO DE CONTRATOS DE SEGURO

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais e o respectivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo, que corresponde ao *Value in force* da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do *Goodwill* à data da aquisição e reconhecido separadamente como um activo intangível.

O *Value in force* é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos e sujeito anualmente a um teste de imparidade.

O) DERIVADOS EMBUTIDOS EM CONTRATOS DE SEGURO

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

2.17. COMISSÕES

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são, normalmente, reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.18. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO EMITIDOS

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos directos com a emissão.

A classificação das acções preferenciais emitidas pelo Grupo é efectuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As acções preferenciais emitidas por Filiais que cumprem estes requisitos são reflectidas no balanço consolidado na rubrica de “Interesses minoritários”.

2.19. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.21. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPECTOS JULGAMENTAIS, MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM EMPRÉSTIMOS E OUTROS VALORES A RECEBER

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.7. a) IV), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos, através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.7. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras ou uma degradação significativa do *rating* do emitente.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.7. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.7., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rentabilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

IMPARIDADE DO *GOODWILL*

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projecções efectuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da actividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos reflectem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem, de forma adequada, a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas Filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Sector de actividade/ /Entidade	Sede	31.12.2010		31.12.2009		
		% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Bandeirantes, SGPS, SA	Madeira	100,00%	8	(3)	11	(4)
Caixa – Gestão de Activos, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	29 202	14 036	24 695	10 587
Caixa – Participações, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	50 806	2 268	39 387	8 890
Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	6 596	661	25 835	(1 722)
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	1 001 150	52 208	988 942	23 885
Caixaweb, SGPS, SA (em liquidação)	Lisboa	100,00%	7 482	99	5 976	713
Gerbanca, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	84 407	21 012	10 598	20 998
Parbanca, SGPS, SA	Madeira	100,00%	19 613	8 120	1 312	148
Parcaixa SGPS, SA	Lisboa	51,00%	1 010 917	5 849	1 015 636	14 088
Partang, SGPS	Lisboa	51,00%	92 433	4 950	87 483	(2)
Bancário						
Banco Caixa Geral, SA ^(b)	Vigo	99,75%	435 534	1 180	417 565	(1 548)
Banco Comercial do Atlântico, SARL	Praia	59,33%	24 972	5 563	29 150	3 530
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	Maputo	51,00%	74 430	21 337	55 434	18 365
Banco Nacional de Investimentos, SA	Maputo	50,01%	1 629	-	-	-
Banco Caixa Geral Brasil, SA	São Paulo	100,00%	186 619	5	50 117	13
Banco Interatlântico, SARL	Praia	70,00%	13 576	1 180	10 070	1 239
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	Macau	100,00%	226 367	35 156	199 445	27 203
Caixa – Banco de Investimento, SA ^(b)	Lisboa	99,71%	275 520	40 153	258 573	45 607
Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau	Macau	100,00%	24 480	1 451	20 899	(332)
CGD – North America	Delaware	100,00%	1	-	1	-
CGD – Participações em Instituições Financeiras Ltda.	São Paulo	99,86%	15	(38)	479	-
Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd. ^(b)	Joanesburgo	91,75%	162 177	16 698	134 755	13 880
Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA	Luanda	26,01%	187 110	30 961	172 211	36 429
Segurador						
Cares – Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	16 909	5 306	14 295	3 248
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA	Lisboa	100,00%	782 282	65 763	954 033	25 498
Companhia Portuguesa de Resseguros, SA	Lisboa	100,00%	19 395	5 326	18 487	635
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	Praia	65,36%	7 267	917	6 057	873
Império Bonança – Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	229 293	19 421	210 177	(6 364)
Multicare – Seguros de Saúde, SA	Lisboa	100,00%	26 980	604	26 994	470
Via Directa – Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	26 897	(2 981)	30 084	156

...continuação

Sector de actividade/ /Entidade	Sede	31.12.2010			31.12.2009	
		% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Crédito Especializado						
Caixa Leasing e Factoring - Instituição						
Financeira de Crédito, SA	Lisboa	51,00%	140 219	9 009	131 210	4 807
CREDIP – Instituição Financeira de Crédito, SA	Lisboa	80,00%	11 703	659	11 044	425
Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, SA	Praia	60,25%	23 731	(6 269)	-	-
Gestão de Activos						
Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA						
CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	Lisboa	100,00%	27 106	1 053	32 688	1 595
Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Lisboa	100,00%	4 827	1 017	6 141	879
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, SARL	Praia	52,72%	3 381	51	3 312	52
Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA	Lisboa	100,00%	32 955	4 863	28 092	3 346
Imobiliário						
Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA	Lisboa	100,00%	1 329	7	967	388
Caixa-Imobiliário SA	Lisboa	100,00%	(187)	(233)	49	(1)
Fidelidade Mundial – SGII, SA	Lisboa	100,00%	42 304	381	21 361	1 363
Inmobiliaria Caixa Geral, SL	Madrid	99,75%	(12 898)	(4 389)	(6 141)	(6 147)
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Ilhas Caimão	100,00%	6 366	1 485	5 065	4 844
Caixa Geral Finance ^(c)	Ilhas Caimão	0,00%	600 043	9 268	614 447	14 446
Outros sectores						
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA	Lisboa	80,00%	1 778	12	1,765	9
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, SA	Lisboa	100,00%	16	(48)	(506)	(170)
Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, SA	Lisboa	-	-	-	(4 171)	2
Cares RH – Companhia de Assistência e Representação de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	647	207	1 130	24
Cares Multiassistance, SA	Lisboa	51,00%	1 349	771	928	591
EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA	Lisboa	100,00%	104	37	97	33
EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, SA	Lisboa	100,00%	621	20	682	(15)
LCS – Linha de Cuidados de Saúde, SA	Lisboa	100,00%	2 450	329	2 121	1 435
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, SA	Lisboa	100,00%	4 247	209	4 039	130
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, SA	Lisboa	100,00%	188	78	131	32
HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA ^(b)	Lisboa	100,00%	15 418	(23 872)	26 321	(2 954)
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100,00%	30 933	(18)	30 951	(19)
HPP International – Luxembourg, SARL	Luxemburgo	100,00%	(15 412)	(16)	(15 396)	(21 105)
Wolfpart, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	8 286	380	7 909	6 242
Mesquita ETVIA, Construção de Vias de Comunicação, SA	Lisboa	99,98%	18 394	(687)	-	-

...continuação

Sector de actividade/ /Entidade	Sede	31.12.2010		31.12.2009		
		% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris	100,00%	-	-	-	-
Sogruppo – Serviços Administrativos, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogruppo – Sistemas de Informação, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogruppo IV – Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Consumer Finance, FTC	Lisboa	100,00%	-	-	51 293	4 397
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	100,00%	478 833	308	529 968	46
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	100,00%	3 435	963	2 472	(5 691)
Nostrum Consumer Finance PLC	Dublin	100,00%	-	-	623	(793)
Intermoney Banking Caixa Geral RMBS	Madrid	99,75%	-	-	-	-
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD – Caixa Capital	Lisboa	99,98%	327 115	9 794	335 784	5 342
Fundo de Capital de Risco – Energias Renováveis – Caixa Capital	Lisboa	91,00%	31 075	(3 018)	52 993	4 554
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100,00%	7 186	(170)	24 856	(144)
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine – Caixa Capital	Lisboa	100,00%	29 356	(371)	99 727	(273)
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento						
Habitacional – Caixa Arrendamento	Lisboa	99,36%	40 697	762	30 159	201
Fundo Invest. Imobil. Fechado Imocentro	Lisboa	100,00%	4 992	(232)	5 224	316
Caixagest Estratégia Dinâmica	Lisboa	56,09%	63 203	(413)	66 808	(1 329)
Fundo Esp. Inv. Aberto Estrat. Alternat.	Lisboa	74,23%	29 672	(451)	31 445	(2 355)
Fundo Esp. Inv. Aberto Caixa Fundo Capitalização	Lisboa	-	-	-	16 655	562
Caixagest Renda Mensal – Fundo Investimento						
Mobiliário Aberto Obrigações Taxa Variável	Lisboa	51,63%	120 600	3 242	260 169	(14 306)
Caixa Imobiliário – Fundo de						
Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	50 453	492	-	-
Caixagest Private Equity – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	69,95%	93 192	12 683	-	-
Caixagest Imobiliário Internacional – Fundo Especial						
de Investimento	Lisboa	70,36%	242 861	10 205	-	-
Caixagest Infra-Estruturas – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	67,95%	82 793	102	-	-
Caixagest Moeda – Fundo de Investimento Mobiliário						
de Tesouraria	Lisboa	80,34%	131 611	3 169	-	-
Caixagest Oportunidades – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	98,08%	18 737	(1 896)	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	99,09%	95 212	7 412	85 338	2 150
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00%	15 114	33	15 081	(122)
Empresas registadas pelo método proporcional						
Esegur – Empresa de Segurança, SA	Lisboa	50,00%	9 750	510	11 040	1 541
Locarent	Lisboa	50,00%	4 972	1 570	3 559	1 337

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) O capital social está representado por 1 000 acções ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 600 000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1 000 Euros cada.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2010 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia-Geral de accionistas.

Os principais movimentos nas Filiais do Grupo, durante os exercícios de 2010 e 2009, foram os seguintes:

BANCO CAIXA GERAL, SA

Em Assembleia-Geral de Accionistas realizada em Maio de 2010 foi deliberado o aumento do capital social do Banco Caixa Geral de 442 792 mEuros para 462 792 mEuros, mediante a emissão de 3 327 787 novas acções com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 3 327 751 acções subscritas pela CGD.

Em Assembleia-Geral de Accionistas realizada em Agosto de 2010, foi deliberado novo aumento de capital social do Banco Caixa Geral de 462 792 mEuros para 488 792 mEuros, mediante a emissão de 4 326 146 novas acções com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais, 4 326 034 acções subscritas pela CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010, os montantes relativos aos aumentos de capital subscritos pela Caixa Geral de Depósitos encontravam-se integralmente realizados.

BANCO CAIXA GERAL BRASIL

Em Assembleia-Geral realizada em Janeiro de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade de 123 000 mBRL (milhares de Reais Brasileiros) para 400 000 mBRL, mediante a emissão de 743 170 novas acções com um valor unitário de 372,73 BRL, integralmente subscritas pela Caixa. A realização deste aumento de capital foi efectuada em duas parcelas de 138 500 mBRL, em Janeiro e Julho de 2010.

BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

Em Abril de 2010, o Banco Interatlântico realizou um aumento de capital social no montante de 400 000 mCVE, através da emissão de 40 000 novas acções com um valor nominal de 10 mCVE. A CGD acompanhou este aumento de capital, através da subscrição 28 000 novas acções, passando a deter 70 000 acções e mantendo, assim, a sua participação de 70% de capital no Banco Interatlântico.

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, SA

O Banco Nacional de Investimento, SA foi constituído em 14 de Junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique, através da Direcção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, SA e o Banco Comercial e de Investimentos, SARL, tendo por objecto o exercício da actividade bancária na área da banca de investimento. O capital inicial previsto nessa data foi de 17 145 000 mMZN (milhares de meticais), tendo sido realizado 70 000 mMZN.

Em Dezembro de 2010, o capital subscrito e realizado do Banco Nacional de Investimento, SA foi fixado em 70 000 mMZN, sendo distribuídos pela Direcção Nacional de Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial de Investimentos, SARL (1%).

HPP – HOSPITAIS PRIVADOS DE PORTUGAL, SGPS, SA

A Caixa Geral de Depósitos adquiriu, no exercício de 2007, através da Caixa Seguros e Saúde, uma participação de 10% no maior operador privado de saúde do espaço ibérico, o Grupo USP Hospitales. O investimento da Caixa Seguros e Saúde no Grupo USP Hospitales foi efectuado através das empresas HPP International – LUX, SARL e da HPP International Ireland Limited. No quadro de um acordo de *Joint Venture*, o Grupo USP Hospitales adquiriu, por seu turno, uma participação de 25% no capital social da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, a *holding* detida, indirectamente, pela Caixa Seguros para a área da saúde.

No âmbito deste acordo, em 5 de Junho de 2007, a HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, realizou um aumento de capital social no montante de 1 833 mEuros, integralmente subscrito pela USP Hospitales, através da emissão de 1 833 333 novas acções com o valor nominal de 1 Euro cada, representativas de 25% do capital social da HPP, e um prémio de emissão de 8,27 Euros por acção, num total de 15 168 mEuros.

No decorrer do primeiro semestre de 2009, a Caixa Seguros e Saúde acordou com o Grupo USP Hospitales a revisão dos termos do acordo de *Joint Venture* existente.

Em resultado desta situação, a Caixa Seguros e Saúde readquiriu os 25% do capital social da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, passando assim a deter a totalidade desta participada. Simultaneamente, vendeu a participação de 10% detida no capital social da USP Hospitales, deixando, deste modo, de possuir qualquer participação nesse Grupo. Em resultado desta transacção, o Grupo Caixa registou uma perda de cerca de 23 100 mEuros, registada em “Juros e encargos similares”.

PARTANG, SGPS, SA (PARTANG) E BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, SA (BCGTA)

Nos termos do acordo-quadro estabelecido entre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Santander Totta (BST), com vista à realização de uma parceria de investimento no mercado Angolano, através de uma participação no Banco Totta de Angola, SA (BTA), e tendo sido obtidas as necessárias autorizações por parte das entidades angolanas e portuguesas competentes, em 4 de Junho de 2009, foi constituída a sociedade Partang, SGPS, SA, com um capital social de 10 942 mEuros, integralmente realizado em espécie pelo BST e pela Madeisisa (sociedade integralmente detida pelo BST), através da entrega de 40 474 059 acções do BTA, representativas de 51% do capital e direitos de votos deste Banco.

No decorrer do exercício de 2009, ocorreram, ainda, os seguintes desenvolvimentos relativamente a esta operação:

- Em 2 de Julho de 2009, foi deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas da Partang, SGPS, SA, o aumento do capital social desta sociedade em 10 942 mEuros, mediante a emissão de 1 094 233 040 acções com um valor nominal unitário de 0,01 Euros, a realizar em dinheiro;
- Nessa mesma data, a Caixa, o BST e a Madeisisa celebraram um acordo mediante o qual estas duas últimas entidades cedem à Caixa os direitos de subscrição no aumento do capital social da Partang, SGPS, SA de que eram originalmente titulares. A cedência do exercício dos direitos de subscrição, correspondentes a uma participação de 50% no capital social da Partang, foi efectuada pelo preço global de 15 280 mEuros;
- Em consequência da concretização do referido acordo, a Caixa subscreveu a totalidade das novas acções resultantes do aumento de capital social da Partang, SGPS, SA, pelo valor global de 36 083 mEuros, correspondendo 10 942 mEuros ao valor nominal das acções e 25 141 mEuros a um prémio de emissão.
- Igualmente em 2 de Julho de 2009, o BTA procedeu ao aumento do seu capital social em Kwanzas Angolanos (AON) 7 781 391 000, mediante a emissão de 778 139 100 acções, com valor unitário de AON 10. O aumento do capital social foi realizado através de entradas em dinheiro no valor de AON 7 780 600 000 (correspondentes ao contravalor de USD 100 000 000) e mediante a integração de reservas livres no valor de AON 791 000. O valor do capital social realizado pela Partang no âmbito desta operação ascendeu a AON 3 968 106 000 (correspondentes ao contravalor de USD 51 000 000). Ainda nesta data, o BTA procedeu à redenominação do valor nominal das acções de AON 10 para AON 500, assim como à alteração da sua denominação social para a actual.

Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa detinha 50% do capital social da Partang, ascendendo o custo total da operação a 51 363 mEuros. Ainda nos termos do acordo quadro estabelecido entre a Caixa e o BST:

- A Caixa detinha uma opção de compra de 1% do capital e direitos de voto da Partang, a exercer junto do BST no prazo de cinco dias úteis após o primeiro aniversário de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de Julho de 2009;
- O BST detém uma opção de venda sobre a totalidade da participação por si detida na Partang, a exercer junto da Caixa no prazo de quatro anos depois de decorridos dois anos sobre a data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de Julho de 2009;
- De forma complementar, a Caixa detém uma segunda opção de compra sobre as acções detidas pelo BST, até que atinja um limite máximo de 80% do capital social e direitos de voto da Partang, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de Julho de 2009.

O preço de exercício das referidas opções será variável em função da evolução dos capitais próprios do BCGTA.

Em 2 de Julho de 2010, a Caixa exerceu a opção de compra de 1% do capital e direitos de voto da Partang, ao preço global de USD 2 381 597 (1 885 mEuros ao câmbio da referida data). Em resultado desta transacção, a percentagem detida pela Caixa no capital da Partang aumentou para 51%.

CGD – PARTICIPAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, LTDA

Em Junho de 2010, a Caixa alienou 601 751 quotas da CGD – Representação de Bancos, de valor nominal unitário de 1 Real, ao Banco Caixa Geral Brasil, SA e 12 929 quotas de igual valor nominal ao Caixa-Banco de Investimento, SA Após essas alienações a Caixa deixou de ter qualquer participação directa na CGD – Representação de Bancos.

Adicionalmente, o Caixa – Banco de Investimento, SA adquiriu 588 821 quotas da CGD – Representação de Bancos à Caixa Participações, SGPS, SA.

Na mesma data, os dois novos accionistas da CGD – Representação de Bancos alteraram a denominação da sociedades para CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SARL (BCA)

No decorrer do primeiro semestre de 2009, o BCA procedeu ao aumento do seu capital social no montante de 324 765 000 Escudos Cabo Verdianos (CVE), através da emissão de 324 765 acções com um valor unitário de 1 000 CVE, das quais 156 099 acções subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, 41 058 acções subscritas pela Garantia e 16 347 acções subscritas pelo Banco Interatlântico, SARL.

Em resultado desta transacção, a percentagem efectiva detida pelo Grupo no capital do BCA aumentou para 59,33%.

GERBANCA, SGPS, SA

Em Assembleia Geral realizada em Junho de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade no valor de 12 140 Euros, com emissão de 2 428 acções de valor nominal unitário de 5 Euros e com um prémio de emissão de 26 063,7431 Euros cada, realizados pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA, em espécie, através da entrega de 12 658.640 acções do Caixa-Banco de Investimento, SA, valorizadas ao valor de mercado (5 Euros por acção) e de 1 708,25 Euros, correspondendo a um valor global de aproximadamente 63 295 mEuros.

Em Setembro de 2010, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA alienou à CGD a sua participação na Gerbanca pelo valor global de 63 295 mEuros.

SOCIMMOBIL

No decorrer do primeiro semestre de 2009, a CGD cedeu à sociedade Establishment for International Properties, Commerce and Market Research, a totalidade da posição detida no capital social da Socimmobil pelo preço acordado de 1 Euro.

LOCARENT – COMPANHIA PORTUGUESA DE ALUGUER DE VIATURAS, SA (LOCARENT)

No decorrer do mês de Outubro de 2009, a CGD adquiriu 52500 acções da Locarent representativas de 5% do seu capital social. O preço global acordado para a transacção foi de 450 mEuros, correspondendo a um preço unitário de 8,5714 Euros por acção. Em resultado desta transacção, a percentagem detida pela Caixa nesta sociedade aumentou para 50%.

FUNDO DE CAPITAL DE RISCO PARA INVESTIDORES QUALIFICADOS GRUPO CGD – CAIXA CAPITAL

Em Assembleia de Participantes do Fundo realizada em 30 de Abril de 2009, foi deliberado o aumento do capital desta entidade, no montante de 164 713 mEuros, mediante a emissão de 3 240 novas Unidades de Participação com um valor unitário de 50 837 Euros, das quais 2 822 Unidades de Participação subscritas pela Caixa Geral de Depósitos. Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, do valor total do capital subscrito pela Caixa encontravam-se realizados 125 000 mEuros e 84 000 mEuros, respectivamente.

Na sequência desta operação, a participação efectiva do Grupo no capital do Fundo é de 99,99%.

FUNDO DE CAPITAL DE RISCO CAIXA MEZZANINE – CAIXA CAPITAL

O Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine – Caixa Capital (Fundo Caixa Mezzanine) foi constituído em 1 de Junho de 2009, com um capital de 100 000 mEuros, representado por 2 000 Unidades de Participação com um valor unitário de 50 000 Euros integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos.

O Fundo destina-se a exercer a actividade de capital de risco, mediante a prossecução de investimentos associados ao crescimento, reorientação estratégica e recomposição do capital accionista em empresas de dimensão intermédia.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, do valor total do capital do Fundo Caixa Mezzanine apenas se encontravam realizados 30 000 mEuros, encontrando-se prevista a realização do restante capital de acordo com as necessidades financeiras associadas aos investimentos a realizar pelo Fundo.

FUNDO DE CAPITAL DE RISCO EMPREENDER MAIS – CAIXA CAPITAL

O Fundo de Capital de Risco Empreender Mais – Caixa Capital (Fundo Caixa Empreender Mais) foi constituído em 10 de Março de 2009, com um capital inicial de 25 000 mEuros, representado por 500 Unidades de Participação com um valor unitário de 50 000 Euros integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos.

O Fundo destina-se a exercer a actividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em projectos empresariais associados a dinâmicas de empreendedorismo, inovação e sustentabilidade.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, do valor total do capital do Fundo Caixa Empreender Mais apenas se encontravam realizados 7 500 mEuros, encontrando-se prevista a realização do restante capital de acordo com as necessidades financeiras associadas aos investimentos a realizar pelo Fundo.

FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO HABITACIONAL – CAIXA ARRENDAMENTO

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento iniciou a sua actividade em 19 de Janeiro de 2009, com um capital de 30 000 mEuros, representado por 30 000 Unidades de Participação com um valor unitário de 1 000 Euros. Na data da constituição do Fundo, a Caixa subscreveu 16 245 Unidades de Participação, representativas de 54,15% do seu capital e a Caixa Seguros subscreveu 13 500 Unidades de Participação, representativas de 45% do seu capital. Assim, o Grupo CGD é detentor de 99,15% do capital do Fundo.

Em concordância com a legislação aplicável à actividade do Fundo, o seu activo deverá corresponder, em cada momento, numa percentagem não inferior a 75%, a imóveis situados em Portugal destinados ao arrendamento para habitação permanente.

Em Dezembro de 2010, o FIAH - Caixa Arrendamento efectuou um aumento de capital no montante de 9 999 mEuros correspondentes a 9 774 unidades de participação de valor nominal 1 023 Euros, totalmente subscrito pela CGD.

CAIXA IMOBILIÁRIO, SA

A Caixa Imobiliário, SA foi constituída em 18 de Novembro de 2009, com um capital social de 50 000 Euros integralmente subscrito pela Wolpart, SGPS, SA, tendo como objecto da sua actividade a aquisição de imóveis para revenda, promoção imobiliária e arrendamento.

INTERMONEY BANKING CAIXA GERAL RMBS1 FONDO DE TITULIZACIÓN DE ACTIVOS

O Intermoney Banking Caixa Geral RMBS1 Fondo de Titulización de Activos foi constituído em 30 de Outubro de 2009, através da emissão de obrigações no valor 400 000 mEuros integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos. A gestão do Fundo é efectuada pela InterMoney, sociedade exterior ao Grupo CGD.

CULTURGEST – GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS, SA

Esta sociedade foi liquidada em Novembro de 2010, em virtude de estar esvaziada de funções e actividades, as quais foram transferidas para a Fundação Caixa Geral de Depósitos – CULTURGEST.

OUTROS EVENTOS

BANIF CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO, SA

No decorrer do exercício de 2010, o Grupo Caixa celebrou com o Grupo Banif um acordo de parceria no âmbito do qual se encontra prevista a aquisição a este último de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA. Estas transacções encontra-se sujeita à prévia aprovação das competentes autoridades regulatórias de Portugal e do Brasil.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	588 476	644 408
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
Capital	879 616	1 281 209
Juros a receber	659	644
	1 468 752	1 926 260

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Cheques a cobrar		
No país	146 057	429 482
No estrangeiro	15 183	13 825
	161 240	443 307
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	571 771	369 804
No estrangeiro	528 705	421 943
	1 100 477	791 747
Juros a receber	3 257	3 148
	1 264 973	1 238 202

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Mercado monetário interbancário	731 685	1 472 041
Depósitos a prazo		
No país	109 613	353 816
No estrangeiro	288 919	1 590 351
Empréstimos		
No país	649 948	3 606 487
No estrangeiro	819 594	742 406
Outras aplicações		-
No país	242 683	64 032
No estrangeiro	457 299	546 263
Operações de compra com acordo de revenda	98 618	-
Crédito e juros vencidos	104 469	120 421
	3 502 828	8 495 817
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	2 257	35
Juros a receber	8 296	18 687
Proveitos diferidos	(205)	(1 763)
	3 513 175	8 512 777
Imparidade (Nota 39.)	(88 933)	(159 563)
	3 424 242	8 353 21

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Empréstimos – no país” inclui 3 000 000 mEuros relativos a cinco emissões de papel comercial realizadas pelo Banco Português de Negócios, SA (BPN), as quais se encontravam garantidas pelo Estado Português.

Em Dezembro de 2010, no âmbito do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN, a Caixa procedeu à subscrição de um conjunto de empréstimos obrigacionistas efectuados pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA (cujo capital é integralmente detido pelo BPN), no montante global de 3 100 000 mEuros. Estas emissões encontram-se igualmente abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e estão registadas na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 8.).

Foram, igualmente, concedidos créditos a estas sociedades no valor de aproximadamente 795 112 mEuros, registados em “Créditos sobre clientes”, os quais se encontram garantidos por penhores e hipotecas sobre activos dos referidos veículos (Nota 11.).

A aplicação dos fundos obtidos pelas referidas sociedades junto do BPN permitiu a esta entidade proceder à liquidação parcial das responsabilidades entretanto assumidas junto da Caixa, ao abrigo do programa de papel comercial, o qual representava nessa data 4 000 000 mEuros.

Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2010, o valor do financiamento concedido pela Caixa ao BPN, mediante subscrição de papel comercial garantido pelo Estado Português, ascendia a 400 000 mEuros. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Mercado Monetário Interbancário” inclui 745 852 mEuros e 1 195 000 mEuros, respectivamente, de aplicações efectuadas junto do BPN.

Não obstante as operações de assistências de liquidez, através do Mercado Monetário Interbancário, não dispõem, ainda, da habitual Declaração de Garantia emitida pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças, é entendimento da Caixa Geral de Depósitos que as mesmas beneficiam de garantia pessoal do Estado, nos termos do n.º 9 do Artigo 2.º da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, diploma que procedeu à nacionalização do BPN.

Com efeito, o n.º 9 do Artigo 2.º da Lei n.º 62-A/2008 estabelece que “as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, SA, a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no n.º 7, beneficiam de garantia pessoal do Estado por força da presente lei”. Por sua vez, o n.º 10, do mesmo Artigo, estabelece que “o disposto no número anterior não prejudica a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado, cabendo ao ministro responsável pela área das finanças assegurar o respectivo cumprimento”.

A Caixa entende que o referido Artigo é aplicável à situação em concreto dado tratarem-se de operações de assistência de liquidez realizadas pela Caixa a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, que os objectivos de gestão previstos no n.º 7 do Artigo 2.º do referido Decreto-Lei não foram ainda aprovados, e que a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado é assegurada pelo ministro responsável pela área das finanças.

Em 15 de Março de 2011, data de aprovação das demonstrações financeiras, as aplicações no BPN através do Mercado Monetário Interbancário ascendiam a cerca de 1 000 milhões de Euros.

A Caixa registou imparidade para aplicações em bancos com sede na República da Islândia, a qual, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendia a 49 125 mEuros e 53 819 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, foi ainda registada imparidade para aplicações num banco norte-americano, que, em 31 de Dezembro de 2009 ascendia a 62 474 mEuros. No decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à cessão da posição detida enquanto credor neste activo, tendo-se procedido, em resultado desta operação, à reposição de provisões no valor de 6 125 mEuros. Adicionalmente, existem ainda saldos devedores com esta entidade, relativamente aos quais, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, se encontrava reconhecida imparidade no montante de 39 557 mEuros.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 39.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos:						
Títulos da dívida pública	132 704	-	132 704	113 179	-	113 179
Bilhetes do Tesouro	281 695	11 590	293 285	561 137	-	561 137
Obrigações de outros emissores públicos:						
Nacionais	-	-	-	2 624	6 998	9 622
Estrangeiros	691 254	164 348	855 601	694 197	18 524	712 721
De Organismos Financeiros Internacionais	-	-	-	20 895	-	20 895
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
De residentes	94 609	133 471	228 079	331 347	62 290	393 637
De não-residentes	130 569	99 247	229 816	976 331	103 874	1 080 205
	1 330 831	408 655	1 739 486	2 699 710	191 686	2 891 396
Instrumentos de capital						
De residentes	9 233	479 011	488 244	54 800	546 685	601 485
De não-residentes	15 781	-	15 781	24 929	-	24 929
	25 014	479 011	504 026	79 729	546 685	626 414
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De residentes	64 900	723 200	788 100	45 176	401 940	447 116
De não-residentes	134 060	3 881	137 941	42 988	-	42 988
Outros						
De não-residentes	-	8 068	8 068	-	-	-
	198 960	735 149	934 109	88 164	401 940	490 104
Crédito e outros valores a receber	-	2 686	2 686	-	7 008	7 008
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10.)						
Swaps	1 297 804	-	1 297 804	1 582 816	-	1 582 816
Futuros e outras operações a prazo	12 521	-	12 521	25 664	-	25 664
Opções de divisas e cotações	458 129	-	458 129	472 946	-	472 946
Opções de taxa de juro (<i>Caps & Floors</i>)	115 734	-	115 734	108 624	-	108 624
Outros	1 913	-	1 913	4 601	-	4 601
	1 886 101	-	1 886 101	2 194 651	-	2 194 651
	3 440 906	1 625 501	5 066 407	5 062 253	1 147 319	6 209 573

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo, nos montantes de 162 099 mEuros e 65 380 mEuros, respectivamente (191 684 mEuros e 78 958 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Activos financeiros detidos para negociação – Instrumentos de dívida" inclui títulos afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 45 317 mEuros e 600 514 mEuros, respectivamente (Nota 22.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Activos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital" inclui 326 538 mEuros e 414 066 mEuros, respectivamente, relativos a uma participação detida na Cimpor, no âmbito da aquisição pela Caixa de 64 406 000 acções, representativas de 9,584% do capital social desta Sociedade. Estas

acções foram adquiridas em Fevereiro de 2009 por 317 844 mEuros, detendo o vendedor uma opção de compra da participação à Caixa pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor. A valorização negativa da opção, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontra-se registada na rubrica “Opções – Cotações” (Nota 10.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Activos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital” inclui 59 633 mEuros e 57 309 mEuros, respectivamente, relativos a uma participação de 19,4% detida na Sumol + Compal, SA (Nota 16.).

No decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, ao abrigo das disposições previstas no IAS 39. Os detalhes relativos aos títulos englobados na referida transferência são apresentados na Nota 8.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	4 718 376	211 555
De outros emissores públicos	2 561 233	2 500 874
De organismos financeiros internacionais	253 531	182 979
De outros emissores	14 556 515	11 441 964
	22 089 655	14 337 371
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	1 908 891	2 713 959
Valorizados ao custo histórico	197 100	201 809
	2 105 991	2 915 767
Outros instrumentos	1 031 611	2 033 046
	25 227 257	19 286 185
Imparidade (Nota 39)		
Instrumentos de capital	(332 398)	(318 040)
Instrumentos de dívida	(45 441)	(62 064)
Outros instrumentos	(100 867)	(54 929)
	(478 706)	(435 033)
	24 748 551	18 851 152

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascende a 246 765 mEuros e 101 743 mEuros, respectivamente (1 099 810 mEuros e 159 361 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 408 803 mEuros (342 934 mEuros em 2009) (Nota 22.).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores” inclui obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 6.) e cujo valor nominal, nessa data, ascendia a 3 100 000 mEuros. Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e serão amortizadas em prestações crescentes de capital ao longo de um período de 10 anos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 15 016 mEuros e 26 706 mEuros, respectivamente, relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia. Inclui, ainda, imparidade de 7 687 mEuros e 8 516 mEuros, respectivamente, para fazer face às perdas estimadas em instrumentos de dívida emitidos por um banco norte-americano.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor da Imparidade de “Outros instrumentos” inclui 13 562 mEuros e 39 056 mEuros, respectivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

31.12.2010								
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo Valor	Porcentagem efectiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Portugal Telecom, SA	458 987	5 616	-	464 604	-	464 604	(25 490)	6,26
Galp Energia, SGPS, SA	199 805	5	-	199 810	-	199 810	27 525	1,39
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	314 580	1 825	-	316 406	(203 102)	113 304	15 461	10,93
Banco Comercial Português, SA	85 516	26 188	-	111 703	(40 367)	71 337	-	2,68
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	54 332	-	-	54 332	-	54 332	(32 621)	52,49
EDP – Energias de Portugal, SA	52 616	5 342	-	57 958	(5 667)	52 291	(9 731)	0,41
Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	46 971	1 936	-	48 907	-	48 907	(16 689)	1,64
SICAR NovEnergia II	-	-	46 127	46 127	-	46 127	11 127	14,90
Finpro, SGPS, SA	-	-	42 156	42 156	-	42 156	18 339	17,16
La Seda Barcelona, SA	32 539	-	2	32 540	(2)	32 539	(18 655)	14,77
A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, SA	-	-	23 030	23 030	-	23 030	1 730	23,90
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	17 544	-	-	17 544	-	17 544	6 349	1,17
EDP Renováveis, SA	7	1 961	21 182	23 150	(9 922)	13 228	668	0,38
Acções de entidades estrangeiras	2 888	359 837	7 765	370 490	(36 504)	333 986	(2 626)	
Outros instrumentos com características de capital	43 729	-	-	43 729	-	43 729	(487)	
Outros	4 456	15 328	36 622	56 406	(27 497)	28 909	748	
	1 313 968	418 038	176 884	1 908 891	(323 060)	1 585 830	(24 354)	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, SA	153 004	-	-	153 004	-	153 004	-	9,69
VAA – Vista Alegre Atlantis, SA	4 058	-	691	4 749	(1 178)	3 571	-	4,48
Outros	27 774	33	11 541	39 347	(8 159)	31 188	-	
	184 835	33	12 232	197 100	(9 337)	187 762	-	
	1 498 803	418 071	189 116	2 105 990	(332 398)	1 773 593	(24 354)	

31.12.2009								
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo Valor	Porcentagem efectiva (%)
Valorizados ao justo valor								
EDP – Energias de Portugal, SA	629 492	9 309	-	638 801	-	638 801	(74 119)	5,44
Portugal Telecom, SA	469 211	81 882	-	551 093	-	551 093	15 235	7,30
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	408 758	20 367	-	429 125	(240 504)	188 621	25 094	14,07
Banco Comercial Português, SA	85 516	18 870	-	104 385	(778)	103 607	(7 517)	2,72
Galp Energia, SGPS, SA	184 098	-	-	184 098	-	184 098	(4 902)	1,57
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	17 606	11	-	17 617	-	17 617	8 814	1,14
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	82 941	-	-	82 941	-	82 941	(4 012)	52,49
Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	64 620	2 655	-	67 275	-	67 275	1 678	1,65
La Seda Barcelona, SA	45 304	-	-	45 304	(40 774)	4 530	-	7,23

...continuação

31.12.2009

	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo Valor	Porcentagem efectiva (%)
SICAR NovEnergia II	-	-	42 790	42 790	-	42 790	7 790	14,70
Finpro, SGPS, SA	-	-	38 733	38 733	-	38 733	14 916	17,16
EDP Renováveis, SA	9	4 058	14 612	18 679	-	18 679	(3 509)	0,35
A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, SA	-	-	21 300	21 300	-	21 300	-	23,90
Martifer, SGPS, SA	-	-	6 296	6 296	(3 701)	2 596	-	0,76
Ações de entidades estrangeiras	3 418	357 226	4 621	365 265	(5 610)	359 655	(38 008)	
Outros instrumentos com características de capital	47 537	-	-	47 537	(5 252)	42 285	(3)	
Outros	4 458	15 795	32 464	52 717	(14 459)	38 258	9 037	
	2 042 969	510 173	160 817	2 713 959	(311 077)	2 402 881	(49 506)	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, SA	153 003	-	-	153 003	-	153 003	-	9,69
VAA – Vista Alegre Atlantis, SA	1 178	-	-	1 178	(1 178)	-	-	5,02
Outros	39 875	244	7 508	47 627	(5 785)	41 842	-	
	194 056	244	7 508	201 809	(6 963)	194 845	-	
	2 237 025	510 417	168 325	2 915 767	(318 040)	2 597 727	(49 506)	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Actividade seguradora” inclui os títulos da Caixa Seguros e Saúde e da Garantia;
- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” inclui os títulos detidos pelo Caixa – Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3.);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Actividade bancária”.

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados, nos exercícios de 2010 e 2009, apresenta a seguinte composição (Nota 39.):

	2010	2009
EDP – Energias de Portugal	97 485	-
Banco Comercial Português, SA	39 589	31 082
ZON – Serviços de Comunicações e Multimédia, SGPS, SA	30 721	-
La Seda Barcelona, SA	-	8 608
Instrumentos de capital – Actividade Seguradora	66 986	96 366
Outros	26 349	209
	261 130	136 265

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Reserva de justo valor		
(valores brutos, antes de interesses minoritários)		
Instrumentos de dívida	(685 097)	(221 313)
Instrumentos de capital		
Justo valor positivo	104 672	90 110
Justo valor negativo		
Menos-valia inferior a 20% do custo de aquisição	(49 112)	(102 433)
Menos-valia entre 20% e 30% do custo de aquisição	(27 942)	(29 869)
Menos-valia entre 30% e 40% do custo de aquisição	(50 977)	(3 014)
Menos-valia entre 40% e 50% do custo de aquisição	(995)	(4 300)
	(24 354)	(49 506)
Outros instrumentos	43 739	(184 818)
	(665 712)	(455 638)
Saldo atribuível aos interesses minoritários	(12 390)	10 107
	(678 102)	(445 531)
Reserva por impostos diferidos	170 742	114 377
	(507 360)	(331 154)

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Reserva de justo valor – instrumentos de dívida” inclui uma desvalorização acumulada de 289 071 mEuros, directamente associada à exposição do Grupo a emissões de dívida pública de países da periferia da Zona Euro particularmente afectados no decorrer de 2010 pela instabilidade dos mercados de dívida soberana em resultado do agravamento do seu risco de crédito, com a seguinte composição:

	Reserva justo valor 31.12.2010
Dívida soberana	
Portugal	(202 990)
Grécia	(70 736)
Espanha	(7 869)
Irlanda	(7 477)
	(289 071)

Ainda nessa data, o valor das reservas de justo valor negativas referentes a dívida de instituições financeiras gregas classificadas na carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascende a 5 597 mEuros.

Os principais instrumentos de capital registados como “Activos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos em 2010 e 2009:

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA (PORTUGAL TELECOM)

No exercício de 2010, a CGD adquiriu 77 779 069 acções da Portugal Telecom por um montante global de 681 668 mEuros. Ainda no decorrer do exercício de 2010, a CGD alienou 78 079 069 acções por um montante de 684 496 mEuros, tendo, em resultado destas operações, sido apurada uma mais-valia de 31 727 mEuros (Nota 33.).

Ainda no decorrer do exercício, a Caixa Seguros e Saúde alienou 8 933 238 acções da Portugal Telecom por um valor global de 88 818 mEuros, tendo reconhecido mais-valias líquidas de 31 457 mEuros (Nota 33.). As referidas transacções não incluem títulos afectos a carteiras de seguros, cujos resultados realizados na venda são reconhecidos por contrapartida da rubrica “Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros” (Nota 2.16.b)).

UNICRE – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Durante o primeiro semestre de 2010, a Caixa alienou ao Banco Comercial Português 352 023 acções da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, SA, representativas de 17,6% do seu capital social, por um valor global de 22 881 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais-valia de 21 816 mEuros (Nota 33.).

ZON – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SGPS, SA (ZON)

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 3 656 619 acções por um montante global de 15 793 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 3 507 249 acções por um montante global de 15 120 mEuros, tendo em resultado destas operações sido registada uma mais-valia total de 2 030 mEuros. Em Dezembro de 2009, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Kento Holding Limited um acordo para a venda de 7 727 420 acções da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON), correspondentes a 2,5% do respectivo capital social, por um preço unitário de 5,3 euros. A concretização dessa operação de venda ficou condicionada à aprovação, em Assembleia-Geral de Accionistas da ZON, da venda à Kento Holding Limited (Kento), de 14 006 437 acções próprias, a qual veio a ocorrer em 29 de Janeiro de 2010. Uma vez que se tratava de uma venda condicionada, a CGD apenas registou nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2009 o compromisso decorrente da obrigação de alienação das referidas acções, conforme os termos do contrato.

Em Fevereiro de 2010, após a verificação da condição suspensiva prevista no acordo celebrado em Dezembro de 2009, a Caixa concretizou a operação de alienação à Kento Holding Limited das 7 727 420 acções da ZON, tendo em resultado desta transacção sido registado uma mais-valia de 11 881 mEuros (Nota 33.).

Adicionalmente, e ainda no decorrer do exercício de 2010, a CGD adquiriu 1 481 007 acções da ZON por um montante de 5 233 mEuros e alienou 1 532 744 acções por um montante global de 5 388 mEuros, tendo sido registadas mais-valias líquidas de 914 mEuros.

O contributo no exercício da Caixa Seguros e Saúde foi positivo em cerca de 26 mEuros, decorrentes da alienação de 1 619 714 acções da ZON por 6 414 mEuros (Nota 33.). As referidas transacções não incluem títulos afectos a carteiras de seguros, cujos resultados realizados na venda são reconhecidos por contrapartida da rubrica “Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros “ (Nota 2.16.b)).

EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, SA (EDP)

Em 30 de Setembro de 2010, a Caixa alienou à Párpública 91 413 443 acções da EDP pelo valor de 292 523 mEuros, tendo recebido nessa data 58 505 mEuros conforme previsto nos termos do contrato de transmissão da referida participação. Em resultado desta transacção, a Caixa reconheceu uma menos-valia de 28 827 mEuros (Nota 33.). Na mesma data, a Caixa reconheceu por contrapartida de resultados imparidade para as acções que permaneceram em carteira no montante de 93 075 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa alienou um segundo lote de 91 413 443 acções da EDP pelo valor de 283 382 mEuros, dos quais 56 676 mEuros liquidados na data da transacção. Em consequência da operação, foi registada uma mais-valia de 53 568 mEuros (Nota 33.).

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 1 830 000 acções da EDP por um montante global de 4 789 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 1 830 000 acções por um montante global de 4 792 mEuros, tendo, em resultado destas operações, sido apurada uma menos-valia total de 1 607 mEuros (Nota 33.).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA (BCP)

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 101 440 535 acções por um montante global de 100 539 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 154 989 329 acções por um montante global de 140 635 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma mais-valia total de 30 545 mEuros (Nota 33.).

GALP ENERGIA, SGPS, SA (GALP)

No decorrer do exercício de 2010, a CGD alienou 1 401 489 acções por um montante global de 20 273 mEuros tendo sido apurada uma mais-valia de 2 414 mEuros (Nota 33.).

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 490 514 acções por um montante global de 4 330 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a CGD alienou 580 000 acções por um montante global de 5 120 mEuros, tendo, em consequência destas operações, sido registada uma menos-valia total de 2 305 mEuros (Nota 33.).

EDP RENOVÁVEIS, SA (EDP RENOVÁVEIS)

No exercício de 2009, a CGD adquiriu 12 433 acções da EDP Renováveis por um montante global de 66 mEuros. Ainda no exercício de 2009, a Caixa alienou 3 005 508 acções por um montante global de 17 454 mEuros, tendo em resultado destas operações sido registada uma mais-valia de 1 492 mEuros (Nota 33.).

VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA (VAA)

No âmbito do aumento de capital social realizado pela Vista Alegre Atlantis SGPS, SA em Julho de 2010, a Caixa procedeu à subscrição de 35 997 328 novas acções, com um valor unitário de 0,08 Euros, cada.

Em 6 de Março de 2009, a Caixa celebrou com a Cerutil – Cerâmicas Utilitárias, SA, uma entidade do Grupo Visabeira, um contrato de compra e venda de acções e cessação de créditos, mediante o qual a Caixa alienou à Cerutil 14 503 999 acções representativas de 10% do capital social da VAA, tendo igualmente cedido o direito de retorno sobre os créditos concedidos a esta entidade a título de prestações suplementares, no montante global de 11 784 mEuros. Desta operação, resultou uma mais-valia de 1 279 mEuros, correspondente ao preço global acordado para a transmissão das acções e dos créditos (Nota 33.).

REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SA (REN)

No decorrer do mês de Dezembro de 2009, a CGD alienou à Parública – Participações Públicas, SGPS, SA 20 826 000 acções da REN, representativas de 3,9% do seu capital social. O preço de transacção acordado ascendeu a 64 561 mEuros, correspondente a um valor unitário de 3,1 Euros por acção, tendo em resultado desta operação sido reconhecida uma mais-valia de 24 833 mEuros (Nota 33.).

MARTIFER, SGPS, SA (MARTIFER)

No decorrer do primeiro semestre de 2010, o Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis – Caixa Capital alienou a totalidade da sua participação na Martifer por um valor global de 1 418 mEuros, tendo, em consequência destas operações, sido reconhecida uma menos-valia de 1 178 mEuros.

LA SEDA BARCELONA (LA SEDA)

No decurso do exercício de 2010, em resultado de deliberação em Assembleia-Geral, a La Seda Barcelona procedeu ao aumento do seu capital social no valor de 300 milhões de Euros, mediante a emissão de 3 mil milhões de acções ao preço unitário de 0,1 Euros. No âmbito do referido aumento de capital, o Grupo Caixa reforçou a sua participação na La Seda através da subscrição de 490 450 377 acções, das quais 422 394 839 acções realizadas em numerário e 68 055 538 acções realizadas através da conversão de créditos, com o seguinte detalhe:

	Nº acções subscritas
Caixa Geral de Depósitos (Sede)	
Em numerário	250 000 000
Por conversão de créditos	68 055 538
Caixa Geral de Depósitos – Sucursal em Espanha	153 125 142
Caixa-Banco de Investimento	19 269 697
	490 450 377

Na sequência destas operações, em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo detinha uma participação de 14,77% no capital desta sociedade.

RECLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39, em Outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.4., e em face das circunstâncias excepcionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de activos financeiros detidos para negociação para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efectuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que caracterizaram a evolução dos mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afectados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspectivas da Caixa relativamente à alienação destes activos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente

instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras directamente afectados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor apresenta o seguinte detalhe:

Titulos reclassificados no exercicio de 2008	Activos financeiros disponíveis para venda	Crédito a clientes
Valor de balanço da data de reclassificação	1 001 797	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2008	873 101	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2009	560 350	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2010	336 275	n.d.
Justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2010	336 275	n.d.
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2010	(11 104)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2008 e 31.12.2009		
Mais-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6 315	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(6 673)	n.d.
Outros ganhos e perdas reconhecidos por contrapartida de resultados	(60 758)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2009 e 31.12.2010		
Mais valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57 186	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(52 234)	n.d.
Outros ganhos e perdas reconhecidos por contrapartida de resultados	(2 247)	n.d.

n.d. – Não disponível.

Titulos reclassificados no exercicio de 2010	Activos financeiros disponíveis para venda	Crédito a clientes
Valor de balanço da data de reclassificação	1 414 007	503 466
Valor de balanço em 31.12.2010	1 039 972	504 393
Justo valor dos titulos reclassificados em 31.12.2010	1 039 972	511 412
Reserva de justo valor dos titulos reclassificados em 31.12.2010	(36 589)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31.12.2010		
Menos-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36 589)	n.d.

n.d. – Não disponível.

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

Os “Ganhos / (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial.

9. PRODUTOS UNIT-LINKED

Os "Investimentos associados a produtos *unit-linked*" correspondem a activos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os activos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados reflectida na rubrica "Responsabilidades para com subscritores de produtos *unit-linked*", do passivo. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Investimentos associados a produtos <i>unit-linked</i>:		
Instrumentos de dívida	620 488	748 651
Instrumentos representativos de capital	26 740	28 461
Outros	22	28
Instrumentos derivados		
Justo valor positivo	5 182	4 335
Aplicações em instituições de crédito	80 080	86 492
	732 512	867 967
Responsabilidades para com subscritores de produtos <i>unit-linked</i>	732 512	867 967

10. DERIVADOS

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

A Caixa controla os riscos das suas actividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respectivos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante notional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2010			2009				
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7.)	Passivos detidos para negociação	Activo	Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
<i>Forwards</i> Cambiais				8 296	(7 135)	-	-	1 161
Compras	465 109	-	465 109					
Vendas	452 879	-	452 879					
NDF (No Deliverable Forward)				3 345	(437)	-	-	2 908
Compras	21 980	-	21 980					
Vendas	21 996	-	21 996					
FRA (Forward rate agreements)	20 000	-	20 000	328	-	-	-	328
Swaps								
<i>Swaps</i> Cambiais				2 521	(3 302)	-	-	(781)
Compras	547 985	-	547 985					
Vendas	550 132	-	550 132					
<i>Interest rate swaps e cross currency</i>								
<i>interest rate swaps</i>				1 289 168	(1 064 663)	114 867	(166 048)	173 324
Compras	67 322 603	2 002 823	69 325 426					
Vendas	67 275 634	1 905 047	69 180 681					
Swaps de Eventos de Crédito				6 115	(30 708)	-	-	(24 593)
Compras	800 970	-	800 970					
Vendas	800 970	-	800 970					

...continuação

2010

	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de cobertura				
				Activos detidos para negociação (Nota 7.)	Passivos detidos para negociação	Activo	Passivo	Total
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	145 542	-	145 542					
Posições Curtas	-	-	-					
Futuros de Taxa de Juro				33	-	-	-	33
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	2 969 484	-	2 969 484					
Futuros de Cotações				516	-	-	-	516
Posições Longas	22 165	-	22 165					
Posições Curtas	6 068	-	6 068					
Outros Futuros				4	-	-	-	4
Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	309 343	-	309 343					
Posições Curtas	279 605	-	279 605					
Opções								
Divisas				5 229	(5 353)	-	-	(123)
Compras	8 888	-	8 888					
Vendas	8 888	-	8 888					
Cotações				452 900	(480 386)	-	-	(27 486)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (<i>Caps & Floors</i>)				115 734	(114 407)	-	-	1 327
Compras	1 029 113	-	1 029 113					
Vendas	1 072 439	-	1 072 439					
Outras opções				1 913	(5 727)	-	-	(3 814)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
	144 131 792	3 907 870	148 039 662	1 886 101	(1 712 117)	114 867	(166 048)	122 803

2009

	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de cobertura				
				Activos detidos para negociação (Nota 7.)	Passivos detidos para negociação	Activo	Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				18 388	(3 549)	-	-	14 839
Compras	1 189 447	-	1 189 447					
Vendas	1 179 578	-	1 179 578					
NDF's (<i>No Deliverable Forward</i>)				5 253	(4 122)	-	-	1 131
Compras	122 860	-	122 860					
Vendas	122 349	-	122 349					
FRA (<i>Forward rate agreements</i>)	152 500	-	152 500	1 587	(16)	-	-	1 570
Swaps								
Swaps Cambiais				74 297	(8 475)	-	-	65 821
Compras	3 500 964	-	3 500 964					
Vendas	3 433 518	-	3 433 518					

...continuação

2009

	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de cobertura				
				Activos detidos para negociação (Nota 7.)	Passivos detidos para negociação	Activo	Passivo	Total
Interest rate swaps e cross currency								
<i>interest rate swaps</i>				1 476 415	(1 154 683)	179 623	(270 773)	230 581
Compras	74 248 865	4 450 178	78 699 043					
Vendas	74 224 268	4 494 946	78 719 214					
Swaps de Eventos de Crédito								
Compras	1 014 670	-	1 014 670	1 576	(49 060)	-	-	(47 484)
Vendas	1 014 670	-	1 014 670					
Swaps de Cotações								
Compras	79 892	-	79 892	30 528	-	-	-	30 528
Vendas	79 892	-	79 892					
Futuros								
Futuros sobre Divisas								
Posições Longas	309 647	-	309 647	-	-	-	-	-
Posições Curtas	(62 782)	-	(62 782)					
Futuros de Taxa de Juro								
Posições Longas	(12 262)	-	(12 262)					
Posições Curtas	1 414 119	-	1 414 119					
Futuros de Cotações								
Posições Longas	9 280	18	9 298	19	-	-	-	19
Posições Curtas	-	-	-					
Outros Futuros								
Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	157 425	-	157 425					
Posições Curtas	(98 182)	-	(98 182)					
Opções								
Divisas								
Compras	10 958	-	10 958	7 818	(7 031)	-	-	788
Vendas	10 958	-	10 958					
Cotações								
Compras	-	-	-	465 128	(558 824)	-	-	(93 696)
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)								
Compras	1 020 148	-	1 020 148	108 624	(105 040)	-	-	3 584
Vendas	1 044 112	-	1 044 112					
Outras opções								
Compras	1 054	-	1 054	3 025	(188)	-	-	2 837
Vendas	1 379	-	1 379					
Outros								
				1 576	(10 989)	-	-	(9 413)
	164 169 327	8 945 142	173 114 468	2 194 651	(1 901 977)	179 623	(270 773)	201 523



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

2010

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
<i>Forwards Cambiais</i>						
Compras	348 066	30 925	21 691	64 427	-	465 109
Vendas	372 532	12 985	17 001	50 360	-	452 879
NDF (No Deliverable Forward)						
Compras	21 980	-	-	-	-	21 980
Vendas	21 996	-	-	-	-	21 996
FRA (Forward rate agreements)	-	-	10 000	10 000	-	20 000
Swaps						
<i>Swaps Cambiais</i>						
Compras	403 672	144 313	-	-	-	547 985
Vendas	403 563	146 568	-	-	-	550 132
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>						
Compras	5 378 318	4 611 302	7 517 845	37 358 773	14 459 188	69 325 426
Vendas	5 369 008	4 610 440	7 521 912	37 296 572	14 382 750	69 180 681
<i>Swaps de Eventos de Crédito</i>						
Compras	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Vendas	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Futuros						
<i>Futuros sobre Divisas</i>						
Posições Longas	142 368	2 944	230	-	-	145 542
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
<i>Futuros de Taxa de Juro</i>						
Posições Longas	-	-	-	-	-	-
Posições Curtas	2 540 016	429 468	-	-	-	2 969 484
<i>Futuros de Cotações</i>						
Posições Longas	12 687	3 618	-	5 860	-	22 165
Posições Curtas	6 068	-	-	-	-	6 068
<i>Outros Futuros</i>						
<i>Negociados em nome de clientes</i>						
Posições Longas	125 565	100 193	45 689	37 896	-	309 343
Posições Curtas	111 062	96 505	44 970	27 068	-	279 605
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	8 888	-	-	-	-	8 888
Vendas	8 888	-	-	-	-	8 888
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	28 575	218 526	220 000	562 012	1 029 113
Vendas	-	28 575	215 750	242 857	585 257	1 072 439
	15 274 676	10 246 411	16 243 550	76 034 137	30 240 888	148 039 662

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
<i>Forwards Cambiais</i>						
Compras	939 153	166 880	30 845	52 568	-	1 189 447
Vendas	929 717	167 071	32 430	50 360	-	1 179 578
NDF (No Deliverable Forward)						
Compras	118 037	2 125	2 365	332	-	122 860
Vendas	116 870	2 415	2 687	377	-	122 349
FRA (Forward rate agreements)	140 000	12 500	-	-	-	152 500
Swaps						
<i>Swaps Cambiais</i>						
Compras	3 177 727	317 608	5 630	-	-	3 500 964
Vendas	3 116 692	311 265	5 562	-	-	3 433 518
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>						
Compras	7 131 643	7 077 245	9 605 060	45 340 489	9 544 606	78 699 043
Vendas	7 111 953	7 079 857	9 615 979	45 354 445	9 556 979	78 719 214
<i>Swaps de Eventos de Crédito</i>						
Compras	-	27 766	74 003	609 948	302 952	1 014 670
Vendas	-	27 766	74 003	609 948	302 952	1 014 670
<i>Swaps de Cotações</i>						
Compras	-	79 892	-	-	-	79 892
Vendas	-	79 892	-	-	-	79 892
Futuros						
<i>Futuros sobre Divisas</i>						
Posições Longas	194 169	50 044	37 640	27 793	-	309 647
Posições Curtas	(59 093)	(3 654)	(35)	-	-	(62 782)
<i>Futuros de Taxa de Juro</i>						
Posições Longas	(12 262)	-	-	-	-	(12 262)
Posições Curtas	900 898	311 875	201 345	-	-	1 414 119
<i>Futuros de Cotações</i>						
Posições Longas	572	1 750	-	6 976	-	9 298
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
<i>Outros Futuros</i>						
<i>Negociados em nome de clientes</i>						
Posições Longas	58 015	91 175	-	8 234	-	157 425
Posições Curtas	(32 527)	(55 774)	-	(9 881)	-	(98 182)
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	1 650	2 998	5 501	810	-	10 958
Vendas	1 650	2 998	5 501	810	-	10 958
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	15 000	0	13 127	429 392	562 630	1 020 148
Vendas	15 000	2000	13 127	414 050	599 935	1 044 112
Outras Opções						
Compras	690	364	-	-	-	1 054
Vendas	1 379	-	-	-	-	1 379
	23 866 934	15 756 061	19 724 770	92 896 649	20 870 055	173 114 468

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Valor nacional	Valor contabilístico	Valor nacional	Valor contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
<i>Forwards Cambiais</i>				
Instituições Financeiras	538 450	(735)	1 632 554	10 829
Clientes	379 538	1 896	736 471	4 010
	917 987	1 161	2 369 025	14 839
NDF (<i>Non Deliverable Forward</i>)				
Instituições Financeiras	21 619	276	102 573	(2 674)
Clientes	22 357	2 632	142 636	3 806
	43 976	2 908	245 209	1 131
FRA (<i>Forward rate agreements</i>)				
Instituições Financeiras	20 000	328	152 500	1 570
Swaps				
<i>Swaps Cambiais</i>				
Instituições Financeiras	1 098 117	(781)	6 934 483	65 821
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>				
Instituições Financeiras	115 864 448	(140 683)	148 327 227	13 584
Clientes	22 641 659	314 007	9 091 030	216 997
	138 506 107	173 324	157 418 257	230 581
<i>Swaps de Eventos de Crédito</i>				
Instituições Financeiras	1 601 941	(24 593)	2 029 340	(47 484)
<i>Swaps de Cotações</i>				
Clientes	-	-	119 784	17 208
Instituições Financeiras	-	-	40 000	13 321
	-	-	159 784	30 528
Futuros				
<i>Futuros sobre Divisas</i>				
Clientes	-	-	99 984	-
Em Bolsa	145 542	-	146 880	-
	145 542	-	246 864	-
<i>Futuros de Taxa de Juro</i>				
Instituições Financeiras	9 871	-	114 685	-
Clientes	-	-	4 825	-
Em Bolsa	2 959 613	33	1 282 347	-
	2 969 484	33	1 401 857	-
<i>Futuros de Cotações</i>				
Instituições Financeiras	3 618	-	1 750	-
Clientes	12 687	-	-	-
Em Bolsa	11 928	516	7 548	19
	28 233	516	9 298	19

...continuação

	2010		2009	
	Valor nocial	Valor contabilístico	Valor nocial	Valor contabilístico
Outros Futuros				
Clientes	587 527	-	-	417
Em Bolsa	1 422	4	59 243	-
	588 949	4	59 243	417
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	-	33 106	-	46 359
Clientes	17 776	(60 716)	21 916	(139 268)
	17 776	(27 609)	21 916	(92 909)
Caps & Floors				
Instituições Financeiras	450 000	(30 081)	450 000	(40 793)
Clientes	1 651 552	31 408	1 614 260	44 376
	2 101 552	1 327	2 064 260	3 584
Outras Opções				
Instituições Financeiras	-	(509)	-	-
Clientes	-	(3 305)	2 433	2 837
	-	(3 814)	2 433	2 837
Outros				
Instituições Financeiras	-	-	-	(6 233)
Clientes	-	-	-	(3 180)
	-	-	-	(9 413)
	148 039 662	122 803	173 114 468	201 523

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	53 297 575	55 139 878
Créditos em conta corrente	4 917 873	4 420 718
Outros créditos	13 432 304	8 421 546
Outros créditos e valores a receber - titulados		
. Papel comercial	3 609 136	2 780 203
. Outros	1 518 840	1 272 089
Operações de locação financeira imobiliária	1 752 760	1 665 652
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	749 723	683 709
Operações de compra com acordo de revenda	116 769	5 948
Operações de locação financeira mobiliária	1 330 923	1 309 278
Créditos tomados – Factoring	591 624	660 233
Descobertos em depósitos à ordem	413 915	694 467
	81 731 440	77 053 721
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	1 492	1 579
Juros a receber	319 773	304 481
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(13 491)	(15 786)
	82 039 214	77 343 994
Crédito e juros vencidos	2 477 814	2 283 239
	84 517 028	79 627 233
Imparidade (Nota 39.)	(2 609 824)	(2 405 224)
	81 907 204	77 222 008

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Crédito interno – Outros créditos” inclui 86 924 mEuros e 79 685 mEuros, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Empréstimos” inclui 795 112 mEuros relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA no âmbito do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Notas 6. e 8.). Estes créditos não estão abrangidos por garantia prestada pelo Estado Português, encontrando-se colateralizados por penhores e hipotecas sobre activos dos referidos veículos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação e ao consumo cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Nostrum Mortgages n.º 1	Nostrum Consumer	Nostrum Mortgages n.º 2	Total
Saldos em 31.12.2008	581 204	105 043	-	686 247
Reembolsos	(52 484)	(55 064)	-	(107 548)
Abates	-	(2 751)	-	(2 751)
Outros	(197)	(104)	-	(301)
Saldos em 31.12.2009	528 523	47 124	-	575 647
Vendas de novos créditos	-	-	5 345 504	5 345 504
Reembolsos	(51 484)	(17 656)	(41 466)	(110 606)
Abates	-	(1 233)	-	(1 233)
Recompras	(1 672)	(26 593)	(23 002)	(51 267)
Outros	1 217	(1 642)	(311)	(736)
Saldos em 31.12.2010	476 584	-	5 280 725	5 757 309

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, os quais, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendiam a 475 046 mEuros e 580 742 mEuros, respectivamente (Nota 22.). Em 31 de Dezembro de 2010, estes saldos não incluem os passivos associados à operação Nostrum Mortgages n.º 2, os quais são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 24 de Agosto de 2010, a CGD procedeu à recompra dos créditos titularizados referentes à operação Nostrum Consumer, pelo respectivo valor de mercado apurado com referência a 31 de Julho de 2010. O valor de mercado nessa data, no montante de 26 593 mEuros, foi apurado em consonância com os princípios inerentes ao conceito de justo valor conforme definido pela norma IAS 39. Os valores recebidos pelo Fundo no âmbito da recompra dos créditos foram utilizados por esta sociedade na amortização antecipada do valor nominal das unidades de titularização de crédito subscritas pelo Nostrum Consumer PLC, tendo este veículo, por sua vez, aplicado os fundos recebidos no reembolso das obrigações emitidas para financiamento da aquisição das referidas unidades de titularização. Em consequência destas operações, e em conformidade com os termos do Regulamento de Gestão do Fundo, este foi liquidado na data da retransmissão dos créditos titularizados à CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 8 988 548 mEuros e 6 542 786 mEuros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010, inclui igualmente crédito adquirido no âmbito de programas de emissão de papel comercial no montante de 48 150 mEuros (Nota 22.). Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o património autónomo afecto à emissão de obrigações hipotecárias incluía títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 454 120 mEuros e 943 448 mEuros, respectivamente.

Ainda em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Empréstimos" incluía igualmente 1 308 423 mEuros (1 485 274 mEuros em 2009) de créditos afectos à emissão de obrigações sobre o Sector Público (Nota 22.).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	31.12.2010	31.12.2009
Até três meses	254 912	318 086
De três a seis meses	155 978	92 351
De seis meses a um ano	211 950	297 705
De um a três anos	889 925	761 833
Mais de três anos	965 049	813 264
	2 477 814	2 283 239

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes, excluindo correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

31.12.2010									
Sector Público Administrativo			Empresas e particulares			Total			
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	70	-	70	483 274	30 542	513 816	483 344	30 542	513 887
Indústrias extractivas	-	-	-	523 534	2 746	526 280	523 534	2 746	526 280
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	50	-	50	1 028 191	60 318	1 088 509	1 028 241	60 318	1 088 559
Indústria têxtil	-	-	-	400 812	28 977	429 789	400 812	28 977	429 789
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	57 431	2 543	59 974	57 431	2 543	59 974
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	211 898	19 734	231 631	211 898	19 734	231 631
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	25	-	25	152 332	6 371	158 703	152 357	6 371	158 727
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	223 878	8	223 885	223 878	8	223 885
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	330 928	3 276	334 204	330 928	3 276	334 204
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	150 486	7 557	158 042	150 486	7 557	158 042
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	307 941	20 295	328 236	307 941	20 295	328 236
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	3 673	-	3 673	616 851	22 427	639 278	620 524	22 427	642 951
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	124 396	6 148	130 545	124 396	6 148	130 545
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	266	-	266	147 984	965	148 949	148 250	965	149 215
Fabrico de material de transporte	440	-	440	107 931	5 624	113 555	108 370	5 624	113 994
Indústrias transformadoras não especificadas	356	-	356	277 864	33 115	310 978	278 220	33 115	311 334
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	2 546	-	2 546	1 960 141	2 112	1 962 253	1 962 687	2 112	1 964 799
Construção	27 728	-	27 728	5 718 065	431 829	6 149 894	5 745 793	431 829	6 177 623
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	288	-	288	3 901 142	165 892	4 067 034	3 901 430	165 892	4 067 322
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	561	-	561	1 176 447	43 303	1 219 749	1 177 008	43 303	1 220 311
Transportes, armazenagem e comunicações	486	-	486	2 662 197	25 986	2 688 184	2 662 683	25 986	2 688 670
Actividades financeiras	-	-	-	8 824 759	51 554	8 876 313	8 824 759	51 554	8 876 313
Actividades imobiliárias	1 508	-	1 508	4 094 638	150 443	4 245 081	4 096 146	150 443	4 246 589
Outras actividades	6 061	-	6 061	1 713 538	33 789	1 747 326	1 719 599	33 789	1 753 388
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3 461 490	78 223	3 539 713	578 390	1 033	579 423	4 039 880	79 256	4 119 136
Educação	6 532	0	6 532	248 099	1 938	250 037	254 631	1 938	256 569
Saúde e segurança social	6 727	8 817	15 544	564 080	96 657	660 737	570 808	105 473	676 281
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	55 320	1 719	57 039	2 148 797	97 536	2 246 334	2 204 117	99 255	2 303 372
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	3 385	80	3 465	3 385	80	3 465
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	3	-	3	95	246	341	98	246	343
	3 574 129	88 759	3 662 888	38 739 503	1 353 041	40 092 544	42 313 633	1 441 800	43 755 432
Particulares									
Habituação	-	-	-	37 232 527	911 391	38 143 917	37 232 527	911 391	38 143 917
Outros fins	-	-	-	2 491 604	124 623	2 616 227	2 491 604	124 623	2 616 227
	-	-	-	39 724 130	1 036 014	40 760 144	39 724 130	1 036 014	40 760 144
	3 574 129	88 759	3 662 888	78 463 633	2 389 055	80 852 689	82 037 763	2 477 814	84 515 576

31.12.2009

	Sector Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	3	3	496 415	32 626	529 041	496 415	32 629	529 044
Indústrias extractivas	-	-	-	556 452	2 516	558 968	556 452	2 516	558 968
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	25	-	25	908 735	51 236	959 972	908 761	51 236	959 997
Indústria têxtil	-	-	-	393 157	23 525	416 683	393 157	23 525	416 683
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	51 636	3 045	54 681	51 636	3 045	54 681
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	235 753	19 165	254 918	235 753	19 165	254 918
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	-	-	-	178 887	7 687	186 574	178 887	7 687	186 574
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	134 010	12	134 021	134 010	12	134 021
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	282 449	7 426	289 875	282 449	7 426	289 875
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	163 089	3 071	166 159	163 089	3 071	166 159
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	301 158	14 306	315 464	301 158	14 306	315 464
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	8	-	8	594 901	23 648	618 548	594 909	23 648	618 556
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	85 426	6 836	92 262	85 426	6 836	92 262
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	146 476	678	147 155	146 476	678	147 155
Fabrico de material de transporte	-	-	-	206 210	9 400	215 610	206 210	9 400	215 610
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	176 490	25 303	201 793	176 490	25 303	201 793
Produção e distribuição									
de electricidade, de água e gás	405	-	405	1 756 735	7 052	1 763 788	1 757 141	7 052	1 764 193
Construção	10 544	-	10 544	6 471 931	313 141	6 785 071	6 482 475	313 141	6 795 616
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	89	-	89	3 866 892	154 284	4 021 176	3 866 981	154 284	4 021 265
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	1 265 066	40 750	1 305 815	1 265 066	40 750	1 305 815
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	2 263 821	19 740	2 283 561	2 263 821	19 740	2 283 561
Actividades financeiras e de seguros	-	-	-	7 259 666	27 388	7 287 054	7 259 666	27 388	7 287 054
Actividades imobiliárias, de consultoria e serviços prestados empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	3 508 862	174 156	3 683 018	3 508 862	174 156	3 683 018
Outras actividades	100	-	100	1 715 746	79 078	1 794 825	1 715 847	79 078	1 794 925
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória									
Educação	2 908 348	97 872	3 006 219	378 211	717	378 928	3 286 559	98 588	3 385 147
Saúde e segurança social	10 423	28	10 451	516 177	26 734	542 911	526 600	26 762	553 362
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais									
Famílias com empregados domésticos	35 853	-	35 853	1 616 286	66 849	1 683 135	1 652 139	66 849	1 718 988
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	4 488	1 221	5 708	4 488	1 221	5 708
	3	-	3	1 767	-	1 767	1 770	-	1 770
	2 966 094	97 903	3 063 996	35 732 831	1 143 515	36 876 346	38 698 924	1 241 418	39 940 342
Particulares									
Habituação	-	-	-	36 211 992	894 092	37 106 084	36 211 992	894 092	37 106 084
Outros fins	-	-	-	2 431 499	147 729	2 579 228	2 431 499	147 729	2 579 228
	-	-	-	38 643 491	1 041 821	39 685 312	38 643 491	1 041 821	39 685 312
	2 966 094	97 903	3 063 996	74 376 322	2 185 336	76 561 658	77 342 415	2 283 239	79 625 654



12. ACTIVOS NÃO-CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Imóveis e equipamento	495 517	409 502
Imparidade (Nota 39.)	(72 128)	(59 825)
	423 389	349 678

Conforme descrito na Nota 2.8., o Grupo regista, ainda, nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

2010									
	Saldo em 31.12.2009						Saldo em 31.12.2010		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 14.)	Imparidade (Nota 39.)	Outros movimentos	Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não-correntes detidos para venda									
Imóveis	406 148	(56 951)	177 928	(74 858)	(9 372)	(17 013)	(7 943)	491 904	(70 425)
Outros	3 354	(2 874)	3 868	(3 337)	-	-	(273)	3 612	(1 703)
	409 502	(59 825)	181 797	(78 195)	(9 372)	(17 013)	(8 215)	495 517	(72 128)

2009									
	Saldo em 31.12.2008						Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 14.)	Imparidade (Nota 39.)	Outros movimentos	Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não-correntes detidos para venda									
Imóveis	293 940	(36 063)	152 291	(61 972)	23 188	(20 888)	(1 300)	406 148	(56 951)
Outros	2 717	(1 714)	-	-	-	(1 160)	637	3 354	(2 874)
	296 657	(37 777)	152 291	(61 972)	23 188	(22 048)	(663)	409 502	(59 825)

Nos exercícios de 2010 e 2009, as mais-valias líquidas em activos não-correntes detidos para venda ascenderam a 4 228 mEuros e 5 857 mEuros, respectivamente (Nota 34.).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nas "Propriedades de investimento", durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

Saldos em 31.12.2008	321 362
Aquisições	35 822
Reavaliações	12 368
Alienações	(21 440)
Entradas de entidades no perímetro	6 271
Transferências para activos tangíveis	12
Outros movimentos	(137)
Saldos em 31.12.2009	354 258
Aquisições	23 347
Reavaliações	1 343
Alienações	(2 900)
Transferências de activos tangíveis e activos não-correntes detidos para venda	8 589
Outros movimentos	11 805
Saldos em 31.12.2010	396 441

Conforme referido na Nota 2.9., as propriedades de investimento encontram-se registadas pelo seu justo valor, correspondendo, essencialmente, a imóveis detidos no âmbito da actividade seguradora. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis encontram-se reconhecidos em resultados nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

ACTIVIDADE SEGURADORA

As avaliações de propriedades de investimento relativas à actividade desenvolvida pela Caixa Seguros e Saúde são efectuadas tendo em vista obtenção do Presumível Valor de Transacção, normalmente o valor de mercado, isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transacção tem em consideração o valor baseado no rendimento.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

- Método comparativo de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transacções e/ou propostas efectivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- Método do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas;
- Método do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efectiva e uma taxa de capitalização adequada;
- Método do valor residual: consiste numa variação ao método do custo onde o valor do bem imóvel no estado actual se obtém retirando ao valor do imóvel, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

As avaliações de propriedades de investimento de imóveis que integram o património de Fundos de investimento imobiliário são avaliados por peritos avaliadores individualmente registados na CMVM e obedecem aos requisitos e normas técnicas definidos por esta entidade.

Neste âmbito, a avaliação do imóvel é efectuada com o objectivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. Para determinação do valor revalorizado do imóvel, os peritos avaliadores deverão utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: (a) Método comparativo; (b) Método do rendimento; e (c) Método do custo.

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

2010						
Saldo em 31.12.2009						
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis
Imóveis de serviço próprio						
Terrenos	189 633	-	-	392	211	673
Edifícios	817 323	(281 358)	6 203	30 064	2 296	1 483
Obras em imóveis arrendados	112 430	(68 080)	73	2 879	148	9 586
Outros Imóveis	80	-	-	-	-	-
Equipamento						
Mobiliário e material de escritório	108 988	(90 112)	226	6 654	103	(1 229)
Máquinas e ferramentas	31 394	(25 841)	105	2 290	61	1 813
Equipamento informático	135 102	(107 471)	333	11 190	510	1 696
Instalações interiores	339 997	(276 802)	128	10 019	86	10 413
Material de transporte	7 787	(4 901)	277	2 071	22	5
Equipamento de segurança	30 361	(22 954)	-	4 397	49	1 556
Outro equipamento	230 481	(77 714)	154	41 892	139	7 880
Activos em locação financeira	115 690	(58 043)	-	41 871	(4)	2 990
Outros activos tangíveis	13 088	(5 425)	-	1 951	3	7
Activos tangíveis em curso	70 405	-	7 839	87 637	224	(36 872)
	2 202 758	(1 018 700)	15 338	243 308	3 848	-

2009						
Saldo em 31.12.2008						
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis
Imóveis de serviço próprio						
Terrenos	154 000	-	-	-	(177)	46 244
Edifícios	787 771	(280 178)	2 191	4 216	(3 110)	56 786
Obras em imóveis arrendados	113 155	(61 941)	49	1 968	770	126
Outros Imóveis	80	-	-	-	-	-
Equipamento						
Mobiliário e material de escritório	104 698	(85 070)	172	6 497	(299)	(1 102)
Máquinas e ferramentas	31 320	(24 520)	43	1 416	(101)	(28)
Equipamento informático	153 436	(129 899)	162	11 871	398	1 646
Instalações interiores	320 562	(261 831)	50	7 728	(142)	13 016
Material de transporte	8 166	(4 241)	156	1 244	(911)	5
Equipamento de segurança	27 211	(20 648)	-	3 463	(229)	(1)
Outro equipamento	28 416	(22 275)	139 412	58 947	130	-
Activos em locação financeira	97 342	(40 022)	-	20 081	1	(590)
Outros activos tangíveis	20 961	(13 161)	-	2 018	1	-
Activos tangíveis em curso	138 617	-	2 683	53 430	(1 193)	(116 102)
	1 985 735	(943 786)	144 918	172 879	(4 862)	-

...continuação

Saldo em 31.12.2010					
Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 39.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
5 870	-	-	(22 043)	174 736	-
9 430	(15 629)	(55)	(120 408)	704 985	(255 637)
5 306	(8 162)	-	(536)	129 492	(75 850)
(5)	-	-	-	80	(5)
1 245	(5 825)	-	(654)	115 051	(95 654)
150	(2 361)	-	(3)	35 410	(27 803)
(1 389)	(14 211)	-	(36)	153 991	(128 268)
(21)	(15 112)	179	(10 283)	289 575	(230 972)
337	(1 283)	-	(171)	9 882	(5 738)
(40)	(3 057)	-	(3)	36 500	(26 190)
(1 956)	(24 868)	(34)	(36 894)	207 633	(68 553)
9 936	(26 547)	-	(340)	159 003	(73 451)
(1 087)	(1 000)	-	-	15 045	(7 507)
(14 775)	-	-	(219)	114 239	-
13 002	(118 055)	90	(191 591)	2 145 624	(995 626)

Saldo em 31.12.2009					
Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 39.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
(8 861)	-	-	(1 573)	189 633	-
(9 162)	(18 215)	(135)	(4 200)	817 323	(281 358)
(1 176)	(7 521)	-	(1 081)	112 430	(68 080)
-	-	-	-	80	-
41	(5 645)	-	(416)	108 988	(90 112)
(92)	(2 368)	-	(117)	31 394	(25 841)
1 720	(11 524)	-	(180)	135 102	(107 471)
759	(16 597)	79	(429)	339 997	(276 802)
499	(1 447)	-	(585)	7 787	(4 901)
36	(2 265)	-	(159)	30 361	(22 954)
(1 369)	(27 130)	(20)	(23 344)	230 481	(77 714)
45	(18 946)	-	(264)	115 690	(58 043)
(845)	(1 193)	-	(117)	13 088	(5 425)
(7 029)	-	-	-	70 405	-
(25 434)	(112 851)	(77)	(32 465)	2 202 758	(1 018 700)



No exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, SA (Fundo de Pensões) por 251 751 mEuros, tendo registado uma mais-valia no valor de 103 865 mEuros (Nota 34.). A venda do imóvel foi efectuada pelo seu valor de mercado determinado por peritos independentes na data da transacção.

Esta operação contempla, ainda, o arrendamento deste imóvel pela Caixa por um período inicial de 20 anos, posteriormente renovável por períodos iguais e sucessivos de 5 anos. Ao abrigo do contrato, a Caixa detém, ainda, uma opção de compra sobre o imóvel, a qual pode ser exercida no final de cada período de arrendamento pelo respectivo valor de mercado nessa data, conservando em qualquer circunstância direito de preferência na sua aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2009, as entradas no perímetro incluem 139 451 mEuros relativos a saldos originados no âmbito da actividade desenvolvida pela Locarent.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a imparidade acumulada de outros activos tangíveis ascende a 15 741 mEuros e 18 760 mEuros, respectivamente (Nota 39.).

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2010 e 2009:

2010					
Saldo em 31.12.2009					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Abates
<i>Goodwill</i>					
Império Bonança	146 707	-	-	-	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	8 786	-	-	24 531	(8 786)
Value-in-force – Império Bonança (Nota 2.16. n))	46 386	(19 328)	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>Software</i>)	605 173	(471 524)	103	36 405	(53)
Outros activos intangíveis	34 669	(5 159)	-	4 727	(7)
Activos intangíveis em curso	60 357	-	189	45 752	-
	902 078	(496 010)	292	111 415	(8 846)

2009					
Saldo em 31.12.2008					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Abates
<i>Goodwill</i>					
Império Bonança	146 707	-	-	-	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	8 786	-
Value-in-force – Império Bonança (Nota 2.16. n))	46 386	(15 462)	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>Software</i>)	529 618	(390 840)	157	17 781	(88)
Outros activos intangíveis	15 474	(2 754)	70	28 160	(1 170)
Activos intangíveis em curso	66 686	-	-	50 015	(1 007)
	804 871	(409 056)	227	104 742	(2 265)

...continuação

Saldo em 31.12.2010				
Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
-	-	-	146 707	-
-	-	-	24 531	-
-	-	(5 412)	46 386	(24 739)
38 773	315	(73 268)	683 131	(547 095)
890	0	(2 114)	38 489	(5 255)
(52 104)	3 084	-	57 232	-
(12 441)	3 400	(80 794)	996 476	(577 090)

Saldo em 31.12.2009				
Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
-	-	-	146 707	-
-	-	-	8 786	-
-	-	(3 866)	46 386	(19 328)
56 827	(64)	(79 743)	605 173	(471 524)
(8 705)	(43)	(1 521)	34 669	(5 159)
(56 490)	1 153	-	60 357	-
(8 368)	1 046	(85 129)	902 078	(496 010)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos intangíveis em curso referem-se, essencialmente, a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a imparidade acumulada de activos intangíveis ascende a 958 mEuros e 957 mEuros, respectivamente (Nota 39.).

GOODWILL – BCGTA

Conforme referido em maior detalhe na Nota 3., no exercício de 2009, a Caixa adquiriu, através da subscrição de acções representativas de 50% do capital social da Partang, SGPS, SA, uma participação no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA), tendo em resultado desta operação sido reconhecido um *goodwill* no valor de 8 786 mEuros.

No decorrer do exercício de 2010, a Caixa exerceu a opção de compra de 1% do capital social e direitos de voto da Partang, conforme contratualmente previsto no âmbito do acordo-quadro convencionado entre os accionistas desta sociedade. Em resultado desta transacção, a participação efectiva detida pelo Grupo no capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola, no qual a Partang detém uma participação directa de 51%, aumentou de 25,5% para 26,01%.

Em conformidade com os requisitos de contabilização de operações de concentração de actividades empresariais, de acordo com o texto revisto da norma IFRS 3, adoptada pelo Grupo no exercício de 2010 (ver ponto 2.2. – “Adopção de normas (novas e revistas) pelo IASB e interpretações emitidas pelo IFRIC, conforme adoptadas pela União Europeia”), a aquisição de controlo da Partang determinou o reconhecimento por contrapartida de resultados do exercício de uma mais-valia de 22 896 mEuros decorrente do efeito do desreconhecimento da parcela detida no capital desta sociedade no momento imediatamente anterior à transacção. Este montante foi calculado em função do diferencial entre o justo valor atribuído à participação detida (50% do capital da Partang) e o respectivo valor contabilístico, apurados com referência a 30 de Junho de 2010.

Adicionalmente, o Grupo procedeu, ainda, ao registo do novo *Goodwill* originado na transacção inerente à aquisição do controlo, o qual pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Valor contabilístico	Ajustamentos justo valor (*)	Valor contabilístico após ajustamentos
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	283 813	-	283 813
Crédito a clientes	155 637	-	155 637
Aplicações em títulos	166 464	-	166 464
Imobilizado de serviço próprio	22 914	9 225	32 140
Recursos de clientes	(443 972)	-	(443 972)
Outros activos e passivos, líquidos	3 799	-	3 799
Activos líquidos – BCGTA (1)	188 656	9 225	197 881
Justo valor da participação adquirida (26,01% do Capital Social do BCGTA)			82 825
Valor contabilístico dos Interesses minoritários na data da aquisição			139 586
Custo imputado aos activos líquidos do BCGTA (2)			222 412
Goodwill (2-1)			24 531

(*) Ajustamentos líquidos de impostos diferidos.
Taxa de imposto implícita de 35%.

Os ajustamentos efectuados à situação líquida do BCGTA respeitam à revalorização do Edifício-Sede do Banco, de acordo com o seu justo valor na data da aquisição do controlo, tendo, em resultado desta situação, sido registados impostos diferidos passivos por contrapartida de uma rubrica de reservas no montante de 4 967 mEuros.

Nesta data, o Grupo procedeu, ainda, ao registo, por contrapartida de “Outras Reservas”, da responsabilidade inerente à opção de venda sobre os interesses minoritários contratualizada com o Grupo Santander, cujas condições e preço de exercício se encontram contratualmente enunciadas nos termos do acordo-quadro que subjaz à operação (Nota 3.).

GOODWILL – IMPÉRIO BONANÇA

O *goodwill* da Império Bonança – Companhia de Seguros, SA surge em 2005 na sequência da aquisição da totalidade do capital social da Império Bonança, SGPS, SA, que era detentora da totalidade do capital social das seguintes entidades:

- Império Bonança – Companhia de Seguros, SA;
- Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, SA;
- Impergesto – Assistência e Serviços, SA; e
- Servicomercial – Consultoria e Informática, Lda.

No âmbito do processo de autorização desta operação, a Autoridade da Concorrência impôs como condição para a sua realização a alienação obrigatória pela Caixa Seguros da participação na Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, SA, o que foi realizado em 2005.

Adicionalmente, a área seguradora procedeu à liquidação das sociedades de natureza instrumental, tendo liquidado a Impergesto – Assistência e Serviços, SA em 2006 e a Servicocomercial – Consultoria e Informática, Lda. em 2008. Ainda em 2008, procedeu-se à fusão por incorporação da Império Bonança, SGPS, SA na Caixa Seguros e Saúde, a qual passou a deter directamente a totalidade do capital social da Império Bonança – Companhia de Seguros, SA.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, foram efectuados os correspondentes testes de imparidade ao *goodwill* na Império Bonança.

A avaliação efectuada incorpora a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macro económicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado que o valor recuperável do activo excede a respectiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização desta avaliação são descritos em seguida:

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

Para a elaboração da análise do valor de uso da Companhia de Seguros seguiu-se o método normalmente aplicado na avaliação de empresas do sector que resulta no apuramento dos seguintes valores:

- Valor Patrimonial Líquido – Consiste no valor total dos capitais da empresa, constituindo o activo líquido do corpo accionista. Este valor tem em conta: Capital accionista e lucros retidos; Prémios de emissão; Reservas de reavaliação; Reservas não registadas (reflecte valorização a preços de mercado do imobilizado e investimento); Outras reservas;
- Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira – Considerado como o valor actualizado dos *cash flows* futuros resultantes do volume de negócios que a empresa detém actualmente em carteira;
- *Embedded Value* = Valor Patrimonial Líquido + Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira;
- *Goodwill* dos Negócios Futuros - Valor actualizado de *cash flows* provenientes de negócios futuros;
- *Total Appraisal Value* = *Embedded Value* + *Goodwill* dos negócios futuros.

A avaliação da carteira vida é, regra geral, efectuada com base em estudos desenvolvidos por actuários, baseando-se a valorização da carteira não-vida na elaboração de avaliações na óptica do rendimento.

AVALIAÇÃO NA ÓPTICA DO RENDIMENTO

Esta metodologia assenta no pressuposto de que a avaliação económico-financeira de uma empresa deve ter por base a actualização dos seus rendimentos futuros esperados (*Cash Flows* Descontados). De acordo com esta metodologia de avaliação, o Valor da Empresa é estimado através da actualização dos rendimentos futuros esperados – os *cash flows* – resultantes da sua actividade, a uma taxa de actualização adequada ao risco associado à empresa.

No caso da avaliação económico-financeira de uma seguradora, e tendo em consideração a especificidade da actividade em questão, tendo as seguradoras que cumprir rácios regulamentares de Fundos Próprios, é usual proceder-se a avaliações na óptica do rendimento tendo como base os *cash flows* disponíveis para o accionista.

PERÍODO DE PROECÇÃO

A aquisição da Império Bonança pelo Grupo CGD resultou de uma decisão estratégica tendo em vista consolidar a liderança do Grupo no mercado segurador português e de alcançar, simultaneamente, uma dimensão que permitisse desencadear um conjunto de iniciativas que se traduzissem em ganhos de eficiência operativa resultantes da junção da estrutura da Império Bonança com a das outras seguradoras do Grupo, em particular da Fidelidade Mundial.

Com efeito, trata-se de uma concentração estrutural e, neste sentido, é adequado considerar um período de avaliação que vai até 2018 acrescido de um valor residual.

VALOR RESIDUAL

O valor residual foi calculado, considerando a aplicação da fórmula $VR = C Ft / (KC Pt - g)$, em que:

VR = Valor Residual

C Ft = *Cash flow* no ano t (ano de cruzeiro)

g = Taxa de crescimento nominal da perpetuidade

KC Pt = Remuneração requerida pelos capitais próprios.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Os principais pressupostos macro económicos considerados nas projecções foram a taxa de inflação e o crescimento real do PIB. Foi considerada uma taxa de imposto sobre o rendimento de 29%.

TAXA DE DESCONTO

A taxa de actualização dos *cash flows* corresponde ao custo de capital do accionista, apurado com base no modelo *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), tendo sido determinada uma taxa de desconto de aproximadamente 12,2%, a qual se mantém inalterada ao longo do horizonte de projecção.

VALOR DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Com base nas projecções económico-financeiras elaboradas, relativas aos próximos anos, calcularam-se os respectivos rendimentos futuros esperados (*cash flows*), os quais foram actualizados para a data de reporte da avaliação.

PRÉMIOS BRUTOS

Historicamente, existe uma forte correlação entre a evolução do mercado segurador no segmento não-vida e a evolução da economia. Neste sentido, indexou-se a evolução dos prémios brutos emitidos ao crescimento nominal do PIB estimado para o período de projecção, assumindo-se, contudo, um desconto face a esse crescimento.

No que diz respeito às provisões para prémios não adquiridos, assumiram-se valores em percentagem dos prémios brutos emitidos em linha com as médias observadas nos últimos anos.

CUSTOS COM SINISTROS

Nas projecções efectuadas, assumiram-se taxas de sinistralidade para cada um dos ramos em linha com a média observada nos últimos anos.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO E CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Considerou-se para os custos de aquisição relacionados com a produção de prémios (ex., comissões), um valor em percentagem dos prémios brutos adquiridos em linha com o verificado nos últimos anos, tendo-se assumido para os restantes custos de aquisição um crescimento indexado à taxa de inflação.

No que diz respeito aos custos administrativos, considerou-se a indexação dos custos administrativos directamente relacionados com a produção de prémios (ex., remunerações de mediadores) ao crescimento projectado dos prémios brutos adquiridos. Relativamente aos demais custos administrativos, foram projectados por indexação à taxa de inflação estimada.

DESPESAS COM ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projectos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 7 400 mEuros e 8 733 mEuros, respectivamente.

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		2009	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	21,60	14 837	21,60	13 384
Prado – Cartolinas da Lousã, SA	38,14	4 361	38,14	4 157
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, SA	27,00	2 752	27,00	2 732
Torre Ocidente Imobiliária, SA	25,00	1 531	25,00	197
Companhia de Papel do Prado, SA	38,14	1 303	38,14	1 301
Outras		3 680		4 401
		28 464		26 172

Os dados financeiros provisórios das principais empresas associadas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, eram os seguintes:

Sector de actividade / Entidade	Sede	2010				
		Activos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	54 082	43 900	10 182	1 080	6 309
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, SA	Lisboa	42 697	36 574	6 123	1 742	2 509
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, SA	Lisboa	385 453	423 399	(37 946)	(16 187)	44 813
Outros sectores						
Companhia de Papel do Prado, SA	Tomar	4 327	911	3 416	6	24
Prado – Cartolinas da Lousã, SA	Lousã	20 490	9 059	11 431	1 699	24 727
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Lisboa	142 997	74 302	68 695	12 799	133 269

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

Sector de actividade / Entidade	Sede	2009				
		Activos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	47 905	37 788	10 117	1 182	7 037
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, SA	Lisboa	11 876	11 089	787	149	265
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, SA	Lisboa	399 458	410 218	(10 760)	(13 072)	47 619
Outros sectores						
Companhia de Papel do Prado, SA	Tomar	4 326	916	3 410	(4)	1
Prado – Cartolinas da Lousã, SA	Lousã	20 556	9 658	10 898	2 764	21 106
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Lisboa	136 488	74 522	61 966	12 551	142 120

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

Os principais movimentos ocorridos na rubrica de investimentos em associadas foram os seguintes:

TORRE ORIENTE, IMOBILIÁRIA, SA

Em Dezembro de 2009, a Wolfpart alienou a participação de 25% que detinha no capital social da Torre Oriente, Imobiliária, SA por 8 147 mEuros, tendo originado uma mais-valia no Grupo de 5 406 mEuros, a qual foi registada na rubrica de “Outros resultados de exploração”.

PRADO KARTON – COMPANHIA DE CARTÃO, SA (PRADO KARTON) E COMPANHIA DE PAPEL DO PRADO, SA

No âmbito do processo de reorganização do Grupo Prado, a CGD acordou alienar à Prado – Cartolinas da Lousã 187 000 acções da Prado Karton representativas de 37,4% do seu capital social. Em resultado desta transacção, formalizada no decorrer do mês de Setembro de 2009, a Caixa reconheceu uma mais-valia de 1 604 mEuros.

Ainda no decorrer do mês de Setembro de 2009, a Caixa celebrou junto da Companhia de Papel do Prado a realização de prestações suplementares no montante de 1 067 mEuros.

SUMOL+COMPAL, SA, EX-COMPAL – COMPANHIA PRODUTORA DE CONSERVAS ALIMENTARES, SA (“COMPAL”)

Em Dezembro de 2009, o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital alienou 1 200 000 acções, representativas de 1,2% do capital da Sumol+Compal, SA, pelo montante de 3 532 mEuros. Na sequência desta operação, o Grupo registou na rubrica “Resultados em outros activos ao justo valor através de resultados” um ganho de 6 724 mEuros. Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo detinha acções representativas de 19,4% do capital social da Sumol+Compal, SA, as quais foram registadas na rubrica de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 7.).

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, eram os seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	68 312	116 134
Outros	21 957	11 752
	90 270	127 886
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(20 428)	(37 593)
Outros	(37 400)	(21 390)
	(57 828)	(58 982)
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1 006 417	929 946
Por prejuízos fiscais reportáveis	82 263	20 655
Passivos por impostos diferidos	(180 918)	(169 804)
	907 762	780 797

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010

	Variação em					Saldo em 31.12.2010
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio	Resultados	Transferência	Outros	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	48 340	(5 570)	8 884	-	(38)	51 616
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	437 586	-	22 477	(2 863)	3 629	460 828
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	739	-	(103)	-	(32)	603
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	107 736	66 505	-	-	(2 041)	172 200
Valorização de outros títulos	26 477	-	(11 362)	-	(1 267)	13 848
Prejuízos fiscais reportáveis	20 655	-	61 989	-	(381)	82 263
Benefícios dos trabalhadores	116 497	-	(386)	-	97	116 208
Comissões	45 062	-	(22 554)	-	(107)	22 401
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(6 669)	-	872	-	-	(5 796)
Despesas de carácter plurianual	2 984	-	(2 126)	-	-	858
Outros	(18 610)	-	6 491	-	4 852	(7 267)
	780 797	60 935	64 181	(2 863)	4 711	907 762

2009

	Variação em					Saldo em 31.12.2009
	Saldo em 31.12.2008	Capital Próprio	Resultados	Transferência	Outros	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	48 684	-	(59)	-	(285)	48 340
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	505 121	-	(61 798)	(2 863)	(2 874)	437 586
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	822	-	(97)	-	14	739
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	252 400	(144 912)	-	-	248	107 736
Valorização de outros títulos	42 188	-	(15 428)	-	(282)	26 477
Prejuízos fiscais reportáveis	18 164	-	2 312	-	179	20 655
Benefícios dos trabalhadores	120 312	-	(2 493)	-	(1 322)	116 497
Comissões	43 491	-	2 442	-	(870)	45 062
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(7 230)	-	561	-	-	(6 669)
Despesas de carácter plurianual	4 365	-	(1 381)	-	-	2 984
Outros	(25 815)	-	(2 832)	-	10 038	(18 610)
	1 002 502	(144 911)	(78 773)	(2 863)	4 844	780 797

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2010	2009
Impostos correntes		
Do exercício	103 242	128 913
Correcções a exercícios anteriores (líquido)	25 977	(137 475)
	129 220	(8 562)
Impostos diferidos	(64 181)	78 773
	65 039	70 210
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	364 426	374 453
Carga fiscal	17,85%	18,75%

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Correcções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercício 2009 e 2008)	3 551	(98 370)
Correcções ao lucro tributável (exercícios 2002 e 2006)	(1 470)	(40 390)
Liquidações adicionais (exercícios 2005, 2006, 2007 e 2008)	23 897	1 542
Outros	(1)	(257)
	25 977	(137 475)

Na sequência da exposição apresentada pela Caixa à Direcção Geral dos Impostos (DGI), em Março de 2009, relativamente à dedutibilidade para efeitos fiscais das imparidades constituídas para títulos de investimento e para participações financeiras ao abrigo do artigo 35.º do CIRCS, cuja argumentação foi aceite pela Administração Fiscal, a Caixa alterou os procedimentos que vinha adoptando até essa data no tratamento fiscal destas operações.

Em resultado desta alteração, o apuramento do lucro tributável relativo ao exercício de 2008, constante da declaração de IRC, entregue em Maio de 2009, foi já efectuado considerando os novos procedimentos, tendo esta situação específica originado uma redução de 101 105 mEuros no imposto corrente do exercício. Os impostos diferidos associados ao registo da imparidade destas participações foram, igualmente, alterados em função dos novos critérios, tendo esta situação compensado, de forma significativa, a redução verificada ao nível do imposto corrente.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto, verificada nos exercícios de 2010 e 2009, pode ser demonstrada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		364 426		374 453
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,77%	104 845	26,27%	98 369
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.13.)	(0,64%)	(2 322)	(1,50%)	(5 604)
Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial	(0,56%)	(2 043)	0,09%	352
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	3,98%	14 498	1,48%	5 537
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital disponíveis para venda	(8,32%)	(30 316)	(5,05%)	(18 912)
Mais-valias isentas de tributação	(18,84%)	(68 649)	(13,67%)	(51 196)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(0,94%)	(3 440)	0,00%	-
Outras	(0,33%)	(1 212)	(0,30%)	(1 439)
Registo de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, líquido de utilizações	7,89%	28 753	11,83%	44 307
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,00%	-	2,06%	7 707
Outras	2,79%	10 182	1,32%	4 942
Benefícios fiscais	(0,56%)	(2 051)	(0,59%)	(2 213)
Tributação autónoma	0,60%	2 177	0,28%	1 054
Alteração na taxa de imposto nominal – derrama estadual	(13,00%)	(47 383)	0,00%	-
Outros	10,61%	38 668	1,17%	4 358
	11,44%	41 708	23,30%	87 261
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Correcção ao Lucro tributável de exercícios anteriores	6,40%	23 312	(5,52%)	(20 653)
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativo aos exercícios de 2009 e 2008, líquido de impostos diferidos	0,12%	455	0,68%	2 553
Outras	(0,12%)	(436)	0,28%	1 049
	6,40%	23 331	(4,55%)	(17 051)
	17,85%	65 039	18,75%	70 210

No exercício de 2010, a taxa nominal de imposto da CGD, tendo em consideração o efeito das taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade, ascende a 28,77% (26,27% em 2009).

A determinação da taxa nominal de imposto referente ao exercício de 2010 reflecte o aditamento, ao abrigo da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87.º-A do CIRC, o qual no seu n.º 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2 000 mEuros sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (derrama estadual). Em consequência desta situação, em 31 de Dezembro de 2010 os resultados com impostos diferidos incluem um proveito de cerca de 47 383 mEuros no âmbito da actualização da taxa nominal de imposto sobre a base de incidência de apuramento dos saldos de activos e passivos por impostos diferidos, em resultado do efeito da aplicação desta alteração legislativa a entidades do Grupo sujeitas a tributação em Portugal.

Adicionalmente, foram reconhecidos pela CGD, em 2010, activos por impostos diferidos no montante de 53 112 mEuros, relativos a prejuízos fiscais reportáveis originados no exercício. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais são recuperáveis num período de quatro anos posteriores à sua constituição, sendo susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados nesse período.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que, em Portugal, é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2007 a 2010, no caso da maioria das entidades com Sede em Portugal). Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa Seguros		
Ramo Vida:		
Provisão matemática	5 020	5 266
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	15 246	15 402
Sinistros não declarados (IBNR)	1 940	3 618
	17 186	19 020
Provisão para participação nos resultados	31	-
Total do ramo vida	22 237	24 286
Ramos não-vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	43 687	41 936
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	185 022	176 661
Sinistros não declarados (IBNR)	9 216	12 263
	194 238	188 924
Total dos ramos não-vida	237 925	230 860
Sub-total Caixa Seguros	260 162	255 146
Outros	4 402	3 233
	264 564	258 379

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11 220	(5 553)	5 667	10 378	(5 135)	5 242
Doença	1 856	(1 152)	704	3 626	(2 298)	1 328
Incêndio e Outros Danos	30 956	(4 334)	26 622	29 841	(4 334)	25 507
Automóvel	25	-	25	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 275	(354)	2 921	4 348	(434)	3 914
Responsabilidade Civil Geral	3 389	(192)	3 197	3 224	(205)	3 019
Crédito e Cauções	182	(4)	178	147	(4)	143
Protecção Jurídica	52	-	52	54	-	54
Assistência	-	-	-	17	-	17
Diversos	6 178	(1 857)	4 321	4 010	(1 298)	2 711
	57 133	(13 446)	43 686	55 644	(13 708)	41 936

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	15 246	1 940	17 186	15 402	3 618	19 020
De seguros não-vida:						
Acidentes de trabalho	1 454	-	1 454	2 339	-	2 339
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3 085	140	3 225	4 185	145	4 329
Doença	256	-	256	209	-	209
Incêndio e Outros Danos	94 277	6 792	101 069	94 974	8 925	103 899
Automóvel	17 945	50	17 995	19 748	103	19 851
Marítimo, Aéreo e Transportes	31 542	239	31 781	35 058	584	35 642
Responsabilidade Civil Geral	26 159	140	26 299	18 026	561	18 587
Crédito e Cauções	34	-	34	43	3	46
Protecção Jurídica	-	-	-	-	213	213
Diversos	10 270	1 855	12 125	2 080	1 728	3 809
	185 022	9 216	194 238	176 661	12 263	188 924
	200 268	11 156	211 424	192 063	15 880	207 944

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido, durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 24.

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

31.12.2010

31.12.2009

	31.12.2010	31.12.2009
Outros activos		
Certificados de dívida do Território de Macau	274 633	227 856
Outros	58 324	28 230
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar – Seguros	102 773	114 648
Devedores diversos	724 939	617 559
Sector Público Administrativo	12 220	7 859
Suprimentos	123 428	130 392
Devedores por operações sobre futuros	36 307	42 245
Valores a receber pela venda da REN (Nota 8.)	-	64 561
Valores a receber pela venda da EDP (Nota 8.)	460 724	-
Bonificações a receber		
Do Estado	17 135	39 938
De outras entidades	12 018	12 815
Valor a receber pela venda de bens arrematados	23 415	23 440
Outros	530 856	614 241
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 37.)	116 651	-
Caixa Seguros e Saúde (Nota 37.)	6 491	1 419
Insuficiência de cobertura de responsabilidades		
Outros	(501)	(352)
Desvios actuariais:		
CGD (Nota 37.)	127 139	287 198
Caixa Seguros e Saúde	16 194	18 798
Outros	3 479	7 701
Rendimentos a receber	60 565	53 688
Despesas com encargo diferido		
Rendas	8 079	6 020
Outras	32 865	34 252
Receitas com rendimento diferido	(4 702)	(3 168)
Outras operações activas por regularizar	684 105	269 702
Operações de Bolsa	1 941	25 127
	3 429 078	2 624 171
Imparidade (Nota 39.)	(155 804)	(144 429)
	3 273 274	2 479 742

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 39.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores a receber pelas vendas da EDP e da REN resultam da alienação pela CGD à Parpública de participações nestas entidades, conforme descrito em maior detalhe na Nota 8.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos” inclui 417 695 mEuros e 308 430 mEuros, respectivamente, relativos a contas – caução em diversas instituições financeiras no âmbito de contratação de *Swaps* de taxa juro (“IRS”) com essas entidades.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos” inclui 50 282 mEuros relativo a depósito-caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de acto tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 23.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo

em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 26.). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 274 633 mEuros e 227 856 mEuros, respectivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	45 000	55 000
Sagesecur – Estudo, desenvolvimento e Participações em Projectos, SA	19 705	27 242
PP3E – Proj e Particip Empreendimentos de Energia Eléctrica, SA	9 891	9 890
A. Silva & Silva – Imobiliário & Serviços, SA	25 640	24 264
Outros	23 192	13 996
	123 428	130 392

Em 31 de Dezembro de 2010, os suprimentos atribuídos à Locarent representam 50% dos valores concedidos a esta entidade (entidade consolidada de acordo com o método proporcional a partir do exercício de 2009), apresentando as seguintes características:

- Suprimento no montante de 60 000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, ocorrendo pagamento de juros trimestral e postecipadamente em 1 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. No exercício de 2009, foi celebrado um aditamento ao contrato de suprimentos concedidos pela Caixa a esta entidade, tendo a data de vencimento inicial desta operação, em 1 de Dezembro de 2009, sido prorrogada por um ano. Em Julho de 2010 foi celebrado um novo aditamento ao contrato que prevê o reembolso do montante em dívida em duas *tranches*. Desta forma, em Dezembro de 2010, era devido pela Locarent um reembolso parcial dos referidos suprimentos no montante de 24 000 mEuros, dos quais a entidade reembolsou apenas 20 000 mEuros, tendo os remanescentes 4 000 mEuros sido liquidados em Janeiro de 2011. Adicionalmente, o mesmo aditamento ao contrato de 60 000 mEuros estipula o reembolso dos remanescentes 36 000 mEuros a 30 de Julho de 2014;
- Suprimento no montante total de 50 000 mEuros. Esta operação tem vencimento em 1 de Abril de 2011, e é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Janeiro, 1 de Abril, 1 de Julho e 1 de Outubro de cada ano.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do seu capital social, conforme descrito na Nota 3.

20. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	6 550 000	2 500 000
Outras entidades do Grupo	1 430 002	-
Recursos - De outros Bancos Centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	330 553	501
De Instituições de crédito no estrangeiro	681 839	36 795
Operações de venda com acordo de recompra	6 677	2 406
Outros recursos	2 689	3 664
Juros a pagar	10 712	8 334
	9 012 473	2 551 699

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	834 497	225 749
De instituições de crédito no estrangeiro	2 411 292	3 318 862
Recursos do mercado monetário interbancário	327 630	115 930
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	337 474	26 491
De instituições de crédito no estrangeiro	174 891	52 669
Empréstimos		
De instituições de crédito no país	58 709	122 503
De instituições de crédito no estrangeiro	15 922	52 062
Recursos de organismos financeiros internacionais	43 338	23 943
Operações de venda com acordo de recompra	1 383 335	-
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(2 844)	(18 929)
Juros a pagar	12 463	8 125
Despesas com encargo diferido	(5 511)	(469)
	5 591 196	3 926 934
	14 603 669	6 478 633

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” refere-se a contratos de cedência de activos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos activos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

Em 31 de Dezembro de 2010, estes activos correspondem essencialmente a instrumentos de dívida classificados nas carteiras de activos de negociação, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, ascendendo o seu valor de balanço nessa data a aproximadamente 1 419 642 mEuros.

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos de poupança	5 235 562	5 752 686
Outros débitos		
À vista	19 037 259	18 646 723
A prazo		
Depósitos	35 284 915	32 577 160
Produtos de taxa fixa – seguros	7 110 244	5 919 675
Depósitos obrigatórios	380 589	581 210
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	82 392	196 277
Empréstimos	233 058	307 894
Operações de venda com acordo de recompra	26 647	10 237
Outros	58 684	57 128
	43 176 528	39 649 580

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Juros a pagar	235 859	206 797
Custos diferidos, liquidos de proveitos diferidos	(11 330)	(19 393)
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	16 153	31 566
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(9 986)	(12 274)
	230 695	206 695
	67 680 045	64 255 685

A rubrica “Produtos de taxa fixa – seguros” corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.16.) e que, consequentemente, são registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da actividade bancária.

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações em circulação:		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
Remuneração indexada a taxas de juro	3 078 230	3 603 944
Taxa de juro fixa	3 833 620	3 570 609
Remuneração indexada a acções / índices	1 278 628	1 491 957
Remuneração indexada a taxas de câmbio	398 458	435 445
	8 588 936	9 101 955
Obrigações Hipotecárias	7 015 350	6 015 350
Obrigações sobre o Sector Público	995 000	1 000 000
Outras obrigações de caixa		
Remuneração indexada a taxas de juro	45 768	256 493
Remuneração indexada a acções / índices	11 890	5 026
Taxa de juro fixa	1 232 326	1 319 881
	17 889 270	17 698 705
Outros:		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit		
Papel comercial	676 124	3 232 118
Certificados de depósito	-	2 600 220
	676 124	5 832 339
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper		
Papel comercial	22 452	1 162 710
Outros certificados de depósito	6	7
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 11.):		
Crédito à habitação	475 046	529 176
Crédito ao consumo	-	51 566
	1 173 628	7 575 798
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	17 524	(167 052)
Despesas com encargos diferidos, líquidas de proveitos	(70 159)	(111 441)
Juros a pagar	296 482	186 302
	19 306 748	25 182 313

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Obrigações em circulação – outras obrigações de Caixa – Taxa de juro fixa”, inclui 1 185 200 mEuros e 1 189 500 mEuros, respectivamente, relativos a uma emissão obrigacionista efectuada pela Caixa ao abrigo da garantia concedida pelo Estado Português, em conformidade com as disposições da Lei n.º 60-A/2008 de 20 de Outubro e da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23 de Outubro. Esta emissão tem vencimento em 12 de Dezembro de 2011, pagando juros anualmente a uma taxa de juro fixa de 3,875%.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(I) EURO COMMERCIAL PAPER AND CERTIFICATES OF DEPOSIT (ECP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10 000 000 000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit”, a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares norte-americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à *performance* de índices ou acções.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os débitos representados por títulos no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	31.12.2010	31.12.2009
Euros	635 000	3 341 207
Dólares norte-americanos	41 124	2 157 407
Libras	-	276 433
Franco suiço	-	57 293
	676 124	5 832 339

(II) US COMMERCIAL PAPER

Ao abrigo deste programa, a CGD North America Finance LLC pode emitir “Notes” até um montante global de dois biliões de Dólares norte-americanos. As “Notes” têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250 000 Dólares norte-americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(III) EURO MEDIUM TERM NOTES (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15 000 000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

(IV) OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir directamente pela CGD até ao montante máximo actual de 15 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de activos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado- membro da União Europeia ou, em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das obrigações hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos-base na curva de rendimentos.

Podem, ainda, fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Euro-sistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal em circulação de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 8 024 150 mEuros e 6 045 000 mEuros respectivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso
	31.12.2010	31.12.2009		
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1.ª tranche	2 000 000	2 000 000	06.12.2006	06.12.2016
Hipotecárias Série 2 2007/2015	900 000	900 000	30.03.2007	30.09.2015
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2 000 000	2 000 000	28.06.2007	28.06.2012
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250 000	250 000	28.06.2007	28.06.2022
Hipotecárias Série 5 2007/2015	200 000	200 000	20.12.2007	20.12.2015
Hipotecárias Série 6 2008/2016	200 000	200 000	27.02.2008	29.02.2016
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150 000	150 000	31.03.2008	15.03.2016
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2.ª tranche	129 150	150 000	09.09.2008	06.12.2016
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20 000	20 000	01.10.2008	01.10.2038
Hipotecárias Serie 9 15.09.2016	175 000	175 000	08.10.2009	15.09.2016
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1 000 000	-	27.01.2010	27.01.2020
	7 024 150	6 045 000		
Hipotecárias Série 11 2010/2013 (*)	1 000 000	-	14.06.2010	27.06.2013
	8 024 150	6 045 000		

(*) Emissão readquirida pela CGD por 1 000 622 Euros. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

...continuação

Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 31.12.2010	Taxa em 31.12.2009
Anualmente, no dia 6 de Dezembro.	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Semestralmente, nos dias 30 de Março e 30 de Setembro.	Taxa Euribor 6 meses + 0,04%	1,19%	1,06%
Anualmente, no dia 28 de Junho.	Taxa Fixa	4,625%	4,625%
Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Euribor 3 meses + 0,05%	1,06%	1,05%
Semestralmente, nos dias 20 de Junho e 20 de Dezembro.	Taxa Euribor 6 meses + 0,10%	1,35%	1,20%
Semestralmente, nos dias 27 de Fevereiro e 27 de Agosto.	Taxa Euribor 6 meses + 0,16%	1,30%	1,26%
Trimestralmente, nos dias 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Euribor 3 meses - 0,012%	1,01%	0,72%
Anualmente, no dia 6 de Dezembro.	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Anualmente, no dia 1 de Outubro.	Taxa Fixa	5,38%	5,38%
Semestralmente, nos dias 15 de Março e 15 de Setembro.	Taxa Euribor 6 meses + 0,575%	1,71%	1,51%
Anualmente, no dia 27 de Janeiro.	Taxa Fixa	4,25%	-
Trimestralmente, nos dias 14 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Euribor 3 meses + 0.6%	1,73%	-

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a 8 988 548 mEuros e 6 542 786 mEuros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010, inclui, igualmente, crédito adquirido no âmbito de programas de emissão de papel comercial no montante de 48 150 mEuros (Nota 11). Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, o património autónomo afecto à emissão de obrigações hipotecárias incluía títulos de dívida cujo valor de balanço nessa data ascendia a 454 120 mEuros (943 448 mEuros em 2009) (Notas 7. e 8.). Às emissões de obrigações Hipotecárias foi atribuído um *rating* de AAA pela Moody's.

(V) OBRIGAÇÕES SOBRE O SECTOR PÚBLICO

Em Fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Sector Público, até ao montante máximo de 5 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o sector público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13, do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e outras categorias limitadas de activos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o sector público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações sobre o sector público em circulação não pode ultrapassar 100% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o sector público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;

- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o sector público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das obrigações sobre o sector público não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos-base na curva de rendimentos.

Podem, ainda, fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Euro-sistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor nominal de obrigações sobre o sector público emitidas pela Caixa ascendia a 1 000 000 mEuros, resultante de uma emissão efectuada em 21 de Julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao sector público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2010 a 1 308 423 mEuros (1 485 274 mEuros em 2009) (Nota 8.). À emissão de obrigações sobre o Sector Público foi atribuído um *rating* de AAA pelas Agências de rating Moody's e Fitch.

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

31.12.2010

Programa EMTN

Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações

	Acções / índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	478 516	-	1 807 868	2 286 384	-	1 278 094	3 564 477
Entre 1 e 5 anos	559 972	120 000	4 770 220	5 450 192	3 091 200	1 006 890	9 548 282
Entre 5 e 10 anos	72 847	62 885	283 053	418 786	3 654 150	-	4 072 936
Mais de 10 anos	167 293	215 573	50 709	433 575	270 000	-	703 575
	1 278 628	398 458	6 911 850	8 588 936	7 015 350	2 284 984	17 889 270

31.12.2009

Programa EMTN

Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações

	Acções / índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	177 341	3 755	2 243 553	2 424 649	-	117 000	2 541 649
Entre 1 e 5 anos	956 778	220 000	4 588 419	5 765 197	1 991 200	212 107	7 968 504
Entre 5 e 10 anos	151 542	5 632	293 685	450 859	3 754 150	2 248 383	6 453 392
Mais de 10 anos	206 296	206 058	48 896	461 250	270 000	3 910	735 160
	1 491 957	435 445	7 174 553	9 101 955	6 015 350	2 581 400	17 698 705

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos, nos exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

2010

	Saldos em 31.12.2009	Entrada no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2010
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 37.)	556 971	537	8 198	(7 257)	(24 283)	849	(4 823)	530 192
Provisões para contingências judiciais	16 781	-	2 211	(786)	(63)	347	(310)	18 180
Provisões para garantias e compromissos assumidos	108 217	701	68 149	(32 965)	(23)	20	(1 581)	142 518
Provisões para outros riscos e encargos	114 411	478	47 708	(34 128)	(12 693)	194	(3 441)	112 529
	239 409	1 179	118 068	(67 879)	(12 779)	561	(5 332)	273 227
	796 380	1 716	126 266	(75 136)	(37 062)	1 410	(10 155)	803 419

2009

	Saldos em 31.12.2008	Entrada no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2009
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 37.)	505 886	103	10 784	(5 136)	(21 451)	383	66 402	556 971
Provisões para contingências judiciais	21 761	-	95	(6 617)	(398)	824	1 116	16 781
Provisões para garantias e compromissos assumidos	94 108	191	24 117	(9 924)	(173)	(147)	45	108 217
Provisões para outros riscos e encargos	120 304	61	95 297	(100 558)	(1 032)	(369)	708	114 411
	236 173	252	119 509	(117 099)	(1 603)	308	1 869	239 409
	742 059	355	130 294	(122 235)	(23 054)	691	68 271	796 380

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 37.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a depender na sua resolução, com base em estimativas da Direcção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2010	31.12.2009
Passivos eventuais		
Garantias e avales	5 003 841	4 078 428
Activos dados em garantia	18 311 197	4 385 871
Cartas de crédito <i>stand by</i>	110 804	51 682
Créditos documentários abertos	378 078	162 233
Aceites e endossos	2 277	1 186
Transacções com recurso	9	31
Outros passivos eventuais	4 168	4 315
	23 810 375	8 683 746

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Compromissos		
Compromissos revogáveis	13 608 355	14 935 936
Linhas de crédito irrevogáveis	2 891 116	3 038 369
Outros compromissos irrevogáveis	1 664 250	1 922 500
Subscrição de títulos	2 118 354	2 523 025
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	154 428	153 207
Sistema de indemnização aos investidores	32 087	9 601
Operações a prazo	80 919	72 369
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	256 575	90 214
A constituir	2 634	62 253
Outros	103 945	99 470
	20 912 661	22 906 944
Depósito e guarda de valores	53 190 453	48 546 951

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes correspondem às seguintes situações principais:

	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI – Banco Europeu de Investimento	646 352	747 352
Banco Central Europeu	16 013 930	2 166 474
Banco de Portugal	597 814	554 873
Fundo de Garantia de Depósitos	179 750	176 901
Royal Bank of Scotland	25 000	5 000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	20 251	9 602
Euronext	10 000	-
Outros activos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	692 500	692 500
Banco Central Europeu	90 000	
Outros	35 601	42 771
	18 311 197	4 395 473

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos dados em garantia correspondem, essencialmente, a instrumentos de dívida classificados nas classes de activos de negociação, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui, igualmente, títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessa data a 93 160 mEuros. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”. O valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, nas datas referidas, ascendia a 17 188 634 mEuros e 3 625 791 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Outros activos dados em garantia” inclui créditos concedidos pelo Grupo dados em garantia ao Banco Europeu de Desenvolvimento e ao Banco Central Europeu, nos montantes de 692 500 mEuros e 90 000 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a CGD deu títulos em garantia no montante de 195 910 mEuros e 186 502 mEuros, respectivamente, para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD e com o Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2010 e 2009, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD ascendeu a 12 208 mEuros e 12 261 mEuros, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 1 221 mEuros e 1 222 mEuros, respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 154 428 mEuros e 153 207 mEuros, respectivamente.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspecção ao exercício de 2005, o qual determina correcções à matéria colectável no valor de 155 602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135 592 mEuros de correcção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação integral da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil, SGPS, SA nesse exercício. A Caixa contestou a referida correcção por considerar que o procedimento por si adoptado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil, SGPS, SA foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correcção nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correcções anteriormente mencionadas efectuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito-caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do acto tributário da liquidação. O referido depósito-caução, no montante de 50 282 mEuros, encontra-se registado na rubrica "Outros activos – devedores e outras aplicações – devedores diversos" (Nota 19.).

24. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa Seguros		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Ramo Vida:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	251 069	255 666
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	2 970 247	3 605 208
	3 221 316	3 860 874
Provisão para participação nos resultados	54 560	56 969
Provisão para prémios não adquiridos	1 641	5 209
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	155 677	150 331
Sinistros não declarados (IBNR)	11 998	19 125
	167 675	169 457
Outras provisões técnicas		
Provisão para compromissos de taxa	6 393	9 522
Provisão para estabilização de carteira	18 086	13 112
	24 479	22 634
Total do ramo vida	3 469 671	4 115 142
Ramos não-vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	296 295	302 686
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	1 776 117	1 836 687
Sinistros não declarados (IBNR)	129 015	127 960
	1 905 132	1 964 647
Provisão para riscos em curso	43 688	31 392

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Outras provisões técnicas		
Provisão para participação nos resultados	334	221
Total dos ramos não-vida	2 245 449	2 298 947
Total dos ramos vida e não-vida	5 715 120	6 414 089
Outras provisões da actividade seguradora	17 835	15 942
Subtotal Caixa Seguros	5 732 955	6 430 032
Garantia	9 981	9 193
Total Geral	5 742 936	6 439 225

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2010			2009		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Individual s/ Participação nos Resultados	9 656	-	9 656	6 417	-	6 417
Seguro de Dependência	108	-	108	98	-	98
Protecção Sénior	187	-	187	209	-	209
Educação Garantida	206	-	206	243	-	243
LUX-Império	382	-	382	237	-	237
Individual com Participação nos Resultados	8 444	10 266	18 710	9 396	9 521	18 917
Hipoteca Futura	10 515	-	10 515	7 964	-	7 964
Capital Vida 4%	4 829	105	4 934	4 808	164	4 971
Rendas Individual 4%	13 020	1 945	14 965	13 657	2 585	16 241
Grupo sem Participação nos Resultados	66 342	-	66 342	67 045	-	67 045
Grupo com Participação nos Resultados	20 338	13 718	34 056	26 925	13 011	39 937
Rendas	114 535	1 073	115 608	118 667	1 098	119 765
Education Plan	11	-	11	-	-	-
Guaranteed Savings 5 Years	2 496	-	2 496	-	-	-
	251 069	27 107	278 176	255 666	26 378	282 044
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:						
Top Reforma 4% - Ind.	71 390	1 190	72 580	78 385	1 523	79 908
Seg. Poupança 1.ª Série 4%	-	-	-	-	-	-
Seg. Poupança 2.ª Série 2,75%	343	552	895	1 984	507	2 490
Seg. Poupança 3.ª e 4.ª Séries 3,5%	21 604	3 196	24 800	28 929	2 682	31 612
Garantia Crescente 2,75% - Bco	277	-	277	322	-	322
Super Garantia 2,75% (Med)	5 561	-	5 561	7 227	-	7 227
PIR 4%	18 509	3 368	21 877	22 756	4 458	27 214
Postal Poup. Invest 3,25%	1 743	-	1 743	8 614	-	8 614
Postal Poup. Futuro 3%	5 576	-	5 576	6 140	-	6 141
Seg. Poupança 5.ª Série 2,75%	496 169	126	496 295	521 626	126	521 752
Seg. Poupança 6.ª Série 2,25%	37 532	32	37 564	145 122	32	145 154
Postal Poup Futuro Série B	1 478	-	1 478	2 807	-	2 807
Postal Poupança Segura	29 740	-	29 740	28 143	-	28 143
F. Poupança 7.ª Série 2%	75 373	1	75 374	163 858	1	163 859
Caixa Seguro 4,5%	97 936	350	98 286	98 247	1 945	100 192
Caixa Seguro 4,25%	94 864	369	95 233	96 537	1 480	98 017

...continuação

	2010			2009		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
Caixa Seguro Liquidez 2%	39 058	-	39 058	81 895	-	81 895
Caixa Seguro 4,4%	46 134	-	46 134	46 711	661	47 372
Postal 4,10%	15 455	83	15 538	15 567	740	16 308
Conta Poupança Reforma 3%	10 748	104	10 852			
Seg. Poupança 9.ª Série	41 540	55	41 595	39 806	1 616	41 422
Poupança / Poupalveste	2 149	-	2 149	2 151	-	2 151
Top Reforma 4% Grupo	4 199	55	4 254	5 500	70	5 570
Top Reforma 2,75% Grupo	12 738	58	12 796	11 970	224	12 194
Complementos Reforma	3 802	25	3 827	4 007	107	4 114
Jubilacion BCG (ESP)	1 851	7	1 858	1 801	-	1 801
PPR/E Fidelidade 4%	155 242	997	156 239	173 428	637	174 065
PPR/E Rendimento 1.ª/2.ª S. 3,5%	194 544	7 039	201 583	208 951	7 089	216 040
PPR (Clássico) 4%	41 596	531	42 127	48 013	72	48 085
Multiplano PPR/E 3%	9 101	-	9 101	10 822	-	10 822
PPR/E MC Série A 3%	29 008	-	29 008	32 081	-	32 081
Postal PPR/E Série A 3,25%	8 302	-	8 302	9 273	-	9 273
PPR/E Rend. 3.ª Série 2,75%	154 972	-	154 972	319 195	-	319 195
PPR/E MC Série B 2,75%	228 027	10	228 037	236 738	10	236 748
Postal PPR/E Série B 2,75%	10 132	-	10 132	13 656	-	13 656
PPR/E Capital Garantido	3 140	1	3 141	4 641	1	4 642
PPR/E Rend. 4.ª Série 2,25%	84 190	-	84 190	176 231	-	176 231
PPR/E Investimento Garantido 1.ª Série	48 223	3	48 226	49 648	3	49 650
PPR/E Capital Mais FRN	74 300	-	74 300	75 548	-	75 548
PPR – Leve Duo	65 449	1 271	66 720	43 377	1 389	44 767
Postal PPR 4,10%	6 624	29	6 653	6 665	-	6 665
Postal PPR/E Série E	1 658	-	1 658	1 582	-	1 582
IB PPR - Leve Duo	1 304	32	1 336			
Épargne Libre (FRF) 3	247 022	1 066	248 088	244 155	-	244 155
Épargne Libre Plus (FRF)	22 390	-	22 390	17 939	-	17 939
Poupança Reforma Individual	74 419	3 879	78 298	77 419	3 311	80 730
Plano Império Investimento	-	83	83	-	73	73
PUR	26 286	78	26 364	29 639	67	29 706
PUR 3,25%	1 909	7	1 916	13 581	7	13 587
PUR 2,4%	17 106	320	17 426	16 841	143	16 985
Conta Poupança Reforma 3%	-	-	-	14 903	104	15 007
Poupaunverte 2.ª Série	3 986	-	3 986	3 963	-	3 963
Grupo Capitalização	3 730	16	3 746	3 671	16	3 687
Poupalveste Empresas	175	-	175	151	-	151
PUR 3,25% – Grupo	557	-	557	539	-	540
PUR 2,4% – Grupo	338	31	369	306	31	337
PPR	65 844	740	66 584	77 783	215	77 998
PPR	26 367	153	26 520	31 570	1	31 571
PPR 3%	41 382	1 451	42 833	46 791	1 101	47 891
Império Bonança PPR/E 412	90 655	55	90 710	88 646	55	88 701
Império Bonança PPR/E 413	17 086	4	17 090	22 442	4	22 446
Império Bonança PPR/E Ganha Mais	4 793	14	4 807	9 394	14	9 409
PPR Ganha +	25 087	24	25 111	25 412	24	25 436
PPR Ganha + 3.ª Série	6 863	-	6 863	6 383	-	6 383



...continuação

	2010			2009		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
IB PPR Leve Duo	-	-	-	290	4	294
IB – Luxemburgo	10 668	48	10 716	11 085	48	11 133
Cx 10.ª S Postal Ser. E	24 023	-	24 023	25 144	-	25 144
Postal PPR Série F	-	-	-	1 777	-	1 777
PPR Ganha + 4.ª Série Transferências	-	-	-	5 428	-	5 428
PPR Rendimento Garantido 5.ª S. Transfer.	-	-	-	3	-	3
Postal Poup. Futuro Série B - 2,25%	1 876	-	1 876	-	-	-
Fundo Poupança 7.ª S. 2%	5 141	-	5 141	-	-	-
PPR Rendimento Garantido 5.ª S.	811	-	811	-	-	-
Capitalização Grupo	152	-	152	-	-	-
	2 970 247	27 453	2 997 700	3 605 208	30 589	3 635 799
	3 221 316	54 560	3 275 876	3 860 874	56 969	3 917 843

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	2010			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	255 666	(9 192)	4 595	251 069
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	3 605 208	(639 566)	4 605	2 970 247
	3 860 874	(648 758)	9 200	3 221 316
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	26 378	5 324	(4 595)	27 107
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	30 589	1 468	(4 605)	27 453
	56 969	6 791	(9 200)	54 560
	3 917 842	(641 966)	-	3 275 876
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	(5 259)	239	-	(5 020)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	(7)	7	-	-
	(5 266)	246	-	(5 020)
	3 912 576	(641 721)	-	3 270 856

2009

	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	262 819	(11 351)	4 198	255 666
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4 295 409	(693 288)	3 087	3 605 208
	4 558 228	(704 639)	7 285	3 860 874
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	23 510	7 088	(4 220)	26 378
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	9 715	23 962	(3 087)	30 589
	33 225	31 051	(7 307)	56 969
	4 591 453	(673 589)	(22)	3 917 842
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	(4 760)	(499)	-	(5 259)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	(7)	-	-	(7)
	(4 767)	(499)	-	(5 266)
	4 586 686	(674 088)	(22)	3 912 576

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite dos ramos não-vida apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	15 416	(2 671)	12 745	15 983	(2 876)	13 107
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	18 839	(3 696)	15 143	18 392	(2 374)	16 018
Doença	27 680	(5 337)	22 343	29 077	(3 485)	25 593
Incêndio e Outros Danos	88 224	(15 456)	72 768	84 617	(15 171)	69 446
Automóvel	169 018	(31 627)	137 391	189 025	(34 603)	154 423
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 781	(372)	4 409	6 073	(460)	5 613
Responsabilidade Civil Geral	12 202	(1 628)	10 574	12 097	(1 695)	10 402
Crédito e Cauções	317	(25)	292	305	(25)	280
Protecção Jurídica	2 701	(341)	2 360	740	(121)	619
Assistência	11 812	(1 467)	10 345	4 449	(561)	3 888
Diversos	9 540	(1 615)	7 925	4 072	(774)	3 299
	360 530	(64 235)	296 295	364 831	(62 145)	302 686



O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

2010				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	15 983	(567)	-	15 416
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	18 392	447	-	18 839
Doença	29 077	(1 397)	-	27 680
Incêndio e Outros Danos	84 617	3 607	-	88 224
Automóvel	189 025	(20 007)	-	169 018
Marítimo, Aéreo e Transportes	6 073	(1 292)	-	4 781
Responsabilidade Civil Geral	12 097	105	-	12 202
Crédito e Cauções	305	12	-	317
Protecção Jurídica	740	1 961	-	2 701
Assistência	4 449	7 363	-	11 812
Diversos	4 072	5 468	-	9 540
	364 831	(4 301)	-	360 530
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(2 876)	205	-	(2 671)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2 374)	(1 322)	-	(3 696)
Doença	(3 485)	(1 852)	-	(5 337)
Incêndio e Outros Danos	(15 171)	(285)	-	(15 456)
Automóvel	(34 603)	2 976	-	(31 627)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(460)	88	-	(372)
Responsabilidade Civil Geral	(1 695)	67	-	(1 628)
Crédito e Cauções	(25)	0	-	(25)
Protecção Jurídica	(121)	(220)	-	(341)
Assistência	(561)	(906)	-	(1 467)
Diversos	(774)	(841)	-	(1 615)
	(62 145)	(2 090)	-	(64 235)
	302 686	(6 391)	-	296 295
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	10 378	842	-	11 220
Doença	3 626	(1 770)	-	1 856
Incêndio e Outros Danos	29 841	1 115	-	30 956
Automóvel	-	25	-	25
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 348	(1 073)	-	3 275
Responsabilidade Civil Geral	3 224	165	-	3 389
Crédito e Cauções	147	35	-	182
Protecção Jurídica	54	(2)	-	52
Assistência	17	8	-	25
Diversos	4 010	2 144	-	6 154
	55 644	1 490	-	57 134
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(5 135)	(418)	-	(5 553)
Doença	(2 298)	1 146	-	(1 152)
Incêndio e Outros Danos	(4 334)	(0)	-	(4 334)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(434)	80	-	(354)
Responsabilidade Civil Geral	(205)	13	-	(192)
Crédito e Cauções	(4)	(0)	-	(4)
Diversos	(1 298)	(559)	-	(1 857)
	(13 708)	262	-	(13 446)
	41 936	1 752	-	43 687

	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	18 933	(2 950)	-	15 983
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	17 579	813	-	18 392
Doença	31 266	(2 189)	-	29 077
Incêndio e Outros Danos	87 752	(3 135)	-	84 617
Automóvel	221 737	(32 712)	-	189 025
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 546	(1 473)	-	6 073
Responsabilidade Civil Geral	11 656	441	-	12 097
Crédito e Cauções	299	6	-	305
Protecção Jurídica	1 386	(646)	-	740
Assistência	4 728	(279)	-	4 449
Diversos	2 068	2 004	-	4 072
	404 950	(40 119)	-	364 831
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(3 132)	256	-	(2 876)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2 271)	(103)	-	(2 374)
Doença	(4 653)	1 168	-	(3 485)
Incêndio e Outros Danos	(15 491)	320	-	(15 171)
Automóvel	(36 758)	2 155	-	(34 603)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(671)	211	-	(460)
Responsabilidade Civil Geral	(1 645)	(50)	-	(1 695)
Crédito e Cauções	(57)	32	-	(25)
Protecção Jurídica	(270)	149	-	(121)
Assistência	(691)	130	-	(561)
Diversos	(344)	(430)	-	(774)
	(65 983)	3 838	-	(62 145)
	338 967	(36 281)	-	302 686
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7 819	2 559	-	10 378
Doença	5 826	(2 200)	-	3 626
Incêndio e Outros Danos	30 120	(279)	-	29 841
Marítimo, Aéreo e Transportes	5 446	(1 098)	-	4 348
Responsabilidade Civil Geral	3 245	(21)	-	3 224
Crédito e Cauções	96	51	-	147
Protecção Jurídica	11	43	-	54
Assistência	107	(90)	-	17
Diversos	1 669	2 341	-	4 010
	54 339	1 305	-	55 644
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(3 846)	(1 289)	-	(5 135)
Doença	(3 709)	1 411	-	(2 298)
Incêndio e Outros Danos	(5 085)	751	-	(4 334)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(551)	117	-	(434)
Responsabilidade Civil Geral	(196)	(9)	-	(205)
Crédito e Cauções	(2)	(2)	-	(4)
Diversos	(295)	(1 003)	-	(1 298)
	(13 684)	(24)	-	(13 708)
	40 655	1 281	-	41 936

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	155 677	11 998	167 675	150 331	19 125	169 457
De seguros não-vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	505 278	3 166	508 444	500 144	2 837	502 980
Provisão para assistência vitalícia	205 597	36 872	242 469	255 878	24 254	280 132
Provisão para assistência temporária	6 553	1 316	7 869	11 281	-	11 281
	717 427	41 355	758 782	767 302	27 090	794 393
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	13 454	802	14 256	17 176	3 033	20 209
Doença	37 643	11 803	49 446	29 608	13 860	43 468
Incêndio e Outros Danos	154 926	15 657	170 583	150 690	21 111	171 801
Automóvel	657 548	44 523	702 071	700 683	42 851	743 534
Marítimo, Aéreo e Transportes	39 575	1 251	40 826	43 562	2 741	46 303
Responsabilidade Civil Geral	118 796	9 659	128 455	97 847	14 200	112 047
Crédito e Cauções	928	18	946	510	109	619
Protecção Jurídica	6 157	738	6 895	7 507	272	7 779
Assistência	17 151	96	17 247	16 870	0	16 870
Diversos	12 512	3 113	15 625	4 932	2 692	7 624
	1 058 690	87 660	1 146 350	1 069 385	100 870	1 170 255
	1 776 117	129 015	1 905 132	1 836 687	127 960	1 964 647
	1 931 794	141 013	2 072 807	1 987 018	147 086	2 134 104

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	169 457	906 643	(908 425)	-	167 675
De seguros não-vida:					
Acidentes de trabalho	794 393	76 253	(111 864)	-	758 782
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	20 209	5 184	(11 137)	-	14 256
Doença	43 468	134 182	(128 204)	-	49 446
Incêndio e Outros Danos	171 801	122 695	(123 913)	-	170 583
Automóvel	743 534	285 080	(326 543)	-	702 071
Marítimo, Aéreo e Transportes	46 303	2 216	(7 693)	-	40 826
Responsabilidade Civil Geral	112 047	32 084	(15 676)	-	128 455
Crédito e Cauções	619	50	277	-	946
Protecção Jurídica	7 779	(393)	(491)	-	6 895
Assistência	16 870	16 083	(15 706)	-	17 247
Diversos	7 624	39 521	(31 520)	-	15 625
	1 170 255	636 701	(660 606)	-	1 146 350
	1 964 647	712 955	(772 470)	-	1 905 132
	2 134 104	1 619 598	(1 680 895)	-	2 072 807

2010

	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Resseguro cedido (Nota 18.):					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	19 020	(12 061)	10 227	-	17 186
De seguros não-vida:					
Acidentes de trabalho	2 339	(966)	81	-	1 454
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	4 329	(2 411)	1 307	-	3 225
Doença	209	5 581	(5 534)	-	256
Incêndio e Outros Danos	103 899	(44 157)	41 327	-	101 069
Automóvel	19 851	(4 364)	2 508	-	17 995
Marítimo, Aéreo e Transportes	35 642	(9 041)	5 180	-	31 781
Responsabilidade Civil Geral	18 587	4 264	3 448	-	26 299
Crédito e Cauções	46	(14)	2	-	34
Protecção Jurídica	213	(213)	-	-	-
Diversos	3 809	3 276	5 040	-	12 125
	186 585	(47 079)	53 278	-	192 784
	188 924	(48 045)	53 359	-	194 238
	207 944	(60 106)	63 586	-	211 424

2009

	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	187 174	1 384 773	(1 402 491)	-	169 457
De seguros não-vida:					
Acidentes de trabalho	800 991	124 403	(131 001)	-	794 393
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	18 452	15 059	(13 302)	-	20 209
Doença	44 295	147 407	(148 233)	-	43 468
Incêndio e Outros Danos	122 521	153 588	(104 309)	-	171 801
Automóvel	838 201	288 799	(383 465)	-	743 534
Marítimo, Aéreo e Transportes	55 901	(2 738)	(6 860)	-	46 303
Responsabilidade Civil Geral	104 280	21 220	(13 453)	-	112 047
Crédito e Cauções	506	18	95	-	619
Protecção Jurídica	7 447	1 005	(673)	-	7 779
Assistência	12 808	27 841	(23 779)	-	16 870
Diversos	21 137	18 034	(31 547)	-	7 624
	1 225 548	670 233	(725 526)	-	1 170 255
	2 026 539	794 636	(856 528)	-	1 964 647
	2 213 713	2 179 409	(2 259 018)	-	2 134 104
Resseguro cedido:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	21 893	6 372	(9 246)	-	19 020
De seguros não-vida:					
Acidentes de trabalho	3 253	(75)	(840)	-	2 339

...continuação

2009

	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	4 264	904	(838)	-	4 329
Doença	130	409	(330)	-	209
Incêndio e Outros Danos	68 807	77 906	(42 814)	-	103 899
Automóvel	24 990	(1 429)	(3 710)	-	19 851
Marítimo, Aéreo e Transportes	43 146	(4 262)	(3 242)	-	35 642
Responsabilidade Civil Geral	24 401	(2 968)	(2 846)	-	18 587
Crédito e Cauções	45	-	-	-	46
Protecção Jurídica	213	-	-	-	213
Diversos	17 226	861	(14 278)	-	3 809
	183 222	71 421	(68 058)	-	186 585
	186 475	71 346	(68 897)	-	188 924
	208 368	77 719	(78 143)	-	207 944

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010

	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	3 723	1 272	-	4 995
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	99	70	-	169
Doença	3 748	(3 143)	-	605
Incêndio e Outros Danos	6 198	811	-	7 009
Automóvel	15 837	10 388	-	26 225
Marítimo, Aéreo e Transportes	72	(55)	-	17
Responsabilidade Civil Geral	882	1 875	-	2 757
Crédito e Cauções	50	(46)	-	4
Protecção Jurídica	15	(15)	-	-
Assistência	65	672	-	737
Diversos	703	467	-	1 170
	31 392	12 296	-	43 688

2009

	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	4 095	(372)	-	3 723
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	-	99	-	99
Doença	4 923	(1 175)	-	3 748
Incêndio e Outros Danos	5 328	870	-	6 198
Automóvel	364	15 473	-	15 837
Marítimo, Aéreo e Transportes	67	5	-	72
Responsabilidade Civil Geral	675	207	-	882
Crédito e Cauções	-	50	-	50
Protecção Jurídica	1	14	-	15
Assistência	258	(193)	-	65
Diversos	1 380	(677)	-	703
	17 091	14 301	-	31 392

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
CGD Finance – € 10 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2010	-	10 000
CGD Finance – € 200 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2011	27 817	27 818
CGD Finance – € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	75 198	80 611
CGD Finance – USD 265 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2016	131 705	178 576
CGD Finance – € 55 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2017	55 000	55 000
CGD (Sucursal de França) – Euros 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	81 245	89 568
CGD (Sucursal de França) – Euros 250 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	-	245 400
CGD (Sucursal de França) – Euros 21 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	21 000	21 000
CGD (Sucursal de França) – Euros 40 000 000 Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	200 000	200 000
CGD (Sucursal de França) – Euros 2 000 000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10 000	10 000
CGD (Sucursal de França) – JPY 15 000 000 000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	138 058	112 646
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2009/2019 – Aniversário	535 016	538 552
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1.ª emissão	393 486	393 486
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 2.ª emissão	81 511	81 595
Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 – 1.ª emissão	364 495	369 045
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012 (5 emissões)	100 000	100 000
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2005/2015	104 891	104 891
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2006/2016	96 537	99 986
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez. 2017	125 000	125 000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez. 2017	100 720	111 000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez. 2017	50 000	50 000
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017 (3 emissões)	18 000	18 000
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	6 000
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	6 000
Empréstimos <i>Schuldschein</i> “Caja Madrid”	-	34 708
Caixa Geral de Depósitos – Euros 100 000 000 5,980% 20 year lower tier	100 000	100 000
Empréstimo subordinado BI – Cabo Verde	3 910	-
Empréstimo subordinado BCA – Cabo Verde	4 535	-
Empréstimos Subordinados BPI	4 654	4 530
Empréstimo subordinado IFC	6 445	5 620
Empréstimo subordinado BCI	2 808	2 449
	2 844 031	3 181 481
Juros a pagar	9 150	25 854
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(57 503)	(34 593)
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	4 485	28 855
	2 800 163	3 201 598

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Valor de balanço	Data de realização	Data de reembolso	Remuneração
CGD Finance – €10 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	-	27.07.2000	27.07.2010	Taxa Euribor 3 meses + 0,6%
Empréstimo da CGD Finance – €110 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	75 198	18.12.2002	Perpétuas	Taxa Euribor 3 meses + 1,3%
Empréstimo da CGD Finance – USD 265 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	131 705	06.12.2006	20.12.2016	Taxa Libor 3 meses + 0,25%
CGD Finance – Euros 55 000 000 Floating Rate Note Due 2017	55 000	17.12.2007	17.12.2017	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%
CGD Finance – Euros 200 000 000 Floating Rate Subordinated Notes Due 2011	27 817	03.12.2001	03.12.2011	Taxa Euribor 3 meses + 1,15%
CGD (Sucursal de França) – € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	81 245	18.12.2002	Perpétuas	Taxa Euribor 3 meses + 1,30%
CGD (Sucursal de França) – € 21 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	21 000	14.07.2005	28.06.2016	Taxa Euribor 6 meses + 0,22%
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Taxa fixa 15,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Taxa fixa 16,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Taxa fixa 18% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%
CGD (Sucursal de França) – € 40 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%
CGD (Sucursal de França) – € 2 000 000 Index Linked to Floating rate Note Due 2016 (5 emissões de igual montante, valor global de € 10 000 000)	10 000	07.08.2006	08.08.2016	Taxa Euribor 3 meses + 0,62%
CGD (Sucursal de França) – JPY 15 000 000 000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	138 058	15.12.2006	15.12.2036	Taxa fixa
Caixa Geral de Depósitos – Euros 538 552 000 20 year lower tier – 9.ª emissão	535 016	11.05.2009	13.05.2019	1.º ano: 4%; 2.º ano: 4,25% ou remuneração <i>switch</i> ; 3.º ano: 4,5% ou remuneração <i>switch</i> ; 4.º ano: 4,75% ou remuneração <i>switch</i> ; 5.º ano: 5,00% ou remuneração <i>switch</i> . A partir do sexto cupão, a remuneração estará indexada à taxa Euribor a 12 meses + 1,65%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1.ª emissão	393 486	12.11.2007	13.11.2017	Euribor a 12 meses.
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 2.ª emissão	81 511	12.11.2007	13.11.2017	1.º ano: 5,00%; em cada ano, acresce 0,50% até ao 3.º ano; no 4.º e no 5.º ano, a remuneração está indexada a índices.
Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 – 1.ª emissão	364 495	03.11.2008	05.11.2018	Taxa Euribor 12 meses + 0,125%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Taxa Fixa 21% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Taxa Fixa 21,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Taxa Fixa 22% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Indexada a Fundo Caixagest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	20 000	30.07.2007	31.07.2017	Indexada a Fundo Caixagest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2005/2015	104 891	29.06.2005	03.07.2015	Taxa Euribor 6 meses + 0,25%.
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2006/2016	96 537	28.12.2006	28.12.2016	Euribor a 12 meses.

...continuação

Taxa de juro em

31.12.2010	31.12.2009	Cláusula de reembolso antecipado
1,64%	1,18%	N.d.
2,32%	4,50%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%.
1,00%	3,38%	A partir de 20 de Dezembro de 2016. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Libor a 3 meses acrescida de 0,75%.
2,10%	1,80%	A partir de 17 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%.
2,19%	4,47%	A partir de 3 de Dezembro de 2006. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,15%.
2,32%	2,02%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%.
1,46%	1,21%	N.d.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	1,64%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
1,67%	1,18%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa pode proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
2,88%	2,88%	A partir de 15 de Dezembro de 2016. Nos últimos 20 anos, mediante autorização do BP, a CGD poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
4,25%	4,00%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
1,55%	1,23%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será 5,80%.
-	6,00%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será Euribor a 3 meses acrescida de 0,70%.
1,67%	1,36%	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a obrigação poderá ser reembolsada antecipadamente por iniciativa do emitente, total ou parcialmente, neste último caso redução ao valor nominal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 6.º ano inclusive. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a taxa de juro aplicável, a partir do 6.º ano, será a Euribor a 12 meses acrescida de 1,50%.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	22,00%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
1,32%	1,32%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%.
1,52%	1,25%	A partir de 28 de Dezembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a Euribor a 12 meses acrescida de 0,50%.



...continuação

Obrigaçào	Valor de balanço	Data de realização	Data de reembolso	Remuneração
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez. 2017	125 000	27.12.2007	27.12.2017	Taxa fixa 5,733% (até 2012); Taxa Euribor 3 meses + 1,70%
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez. 2017	100 720	17.12.2007	17.12.2017	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez. 2017	50 000	28.12.2007	28.12.2017	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Taxa Fixa 22,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%.
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Taxa Fixa 23% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%.
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Taxa Fixa 23,5% (1.º cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%.
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Indexada a Fundo Caixaigest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%.
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez. 2017	6 000	03.12.2007	04.12.2017	Indexada a Fundo Caixaigest (1.º cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%.
Caixa Geral de Depósitos – € 100.000.000 5,980% 20 year lower tier	100 000	03.03.2008	03.03.2028	Taxa fixa.
Empréstimos Subordinados BI – Cabo Verde	3 910	08.07.2008	08.07.2018	Taxa Fixa 6%, até Julho 2013; a partir dessa data, taxa da última emissão de OT a 5 anos mais 0,5%.
Empréstimos Subordinados BCA – Cabo Verde	4 535	17.12.2010	17.12.2017	1.º e 2.º anos: 5,75%; 3.º e 4.º anos: 5,85%; 5.º e 6.º anos: 6%; e no 7.º ano 6,25%.
Empréstimos Subordinados Fundo de Pensões do Banco de Moçambique	4 654	30.07.2008	30.07.2018	Taxa Libor 3 meses + 3,00%.
Empréstimo Subordinado IFC	6 445	20.03.2009	15.06.2015	Taxa Libor 3 meses + 3,00%, acrescendo 0,5% caso se verifiquem as condições contratuais.
Obrigações Subordinadas do BCI 2008/2018 – MZN 216 000 000	2 808	16.10.2008	16.10.2018	1.º cupão: 15,25%. Restantes cupões indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias, acrescida de 1%.

N.d. – Não disponível.

...continuação

Taxa de juro em

31.12.2010	31.12.2009	Cláusula de reembolso antecipado
5,73%	5,73%	Nos últimos 5 anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
2,10%	2,32%	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%.
2,09%	1,79%	A partir de 28 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data, a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	23,50%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
5,98%	5,98%	N.d.
6,00%	6,00%	N.d.
5,75%	-	A Emitente fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida <i>outstanding</i> a partir do 5.º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes.
3,74%	3,59%	Prazo de reembolso do capital é de 10 anos, obrigando-se o BCI a reembolsar a CGD de todo o capital no dia 30 de Julho de 2018.
3,30%	3,61%	O reembolso poderá ser efectuado antecipadamente em qualquer data de pagamento de juros após 15 de Dezembro de 2009, mediante notificação à IFC com uma antecedência mínima de 30 dias.
14,31%	11,94%	O reembolso poderá ser efectuado antecipadamente em qualquer data de pagamento de juros após 16 de Abril de 2009, mediante anúncio no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Moçambique com uma antecedência mínima de 15 dias.

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Credores		
Recursos consignados	1 786 800	1 734 501
Fornecedores de bens de locação financeira	38 099	26 642
Outros fornecedores	101 372	99 682
Recursos – conta caução	163 743	273 993
Recursos – conta subscrição	1 006	14 701
Recursos – conta cativa	1 799	753
Credores diversos:		
Credores por seguro directo e resseguro	199 878	312 927
Credores por cedência de <i>factoring</i>	46 471	34 168
Caixa Geral de Aposentações	38 622	3 315
Credores por operações sobre futuros	6 129	31 338
Credores por operações sobre valores mobiliários	695	748
Outros	457 760	476 020
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação – Macau (Nota 16.)	280 130	238 320
Retenção de impostos na fonte	64 131	53 418

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Contribuições para a Segurança Social	12 922	11 645
Outros impostos a pagar	18 851	15 536
Cobranças por conta de terceiros	947	17 511
Outros	20 012	34 966
Encargos a pagar:		
Juros e encargos similares	2 654	3 879
Gastos com pessoal		
Prémio de antiguidade – CGD (Nota 37.)	42 394	44 145
Outros	141 634	166 062
Gastos gerais administrativos	32 172	38 319
Outros encargos a pagar	78 578	84 554
Receitas com rendimento diferido	108 821	86 052
Operações passivas a regularizar	585 623	392 586
Operações de Bolsa	4 331	8 873
	4 235 576	4 204 654

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 161 732 mEuros e 271 960 mEuros, respectivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações “Swap de taxa de juro” (IRS).

Em 31 de Dezembro de 2010, as condições dos “Recursos consignados” podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2010	Data de início	Data de vencimento
KfW 300 Mio	KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	300 000	07.04.2004	17.03.2014
KfW 250 Mio	KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	250 000	22.11.2004	22.11.2013
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	173 334	25.06.2003	15.06.2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	160 001	21.11.2002	15.09.2022
CGD / BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	27.10.2000	15.09.2012
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100 000	14.12.2007	15.09.2022
Framework Loan Agreement	CEB – Council of Europe Development Bank	100 000	23.06.2004	23.06.2014
CGD – Empréstimo Global XII – B	Banco Europeu de Investimento	87 500	19.11.2004	15.09.2024
CGD – Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75 000	12.10.2006	15.09.2026
CGD – Empréstimo Global XII – A	Banco Europeu de Investimento	66 666	15.12.2004	15.09.2014
Hospital Braga	Banco Europeu de Investimento	65 000	28.07.2009	09.06.2020
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	64 278	11.12.2003	15.12.2023
Projecto Scut Açores	Banco Europeu de Investimento	60 000	11.01.2008	15.09.2034
Projecto Tejo Energia CCGT	Banco Europeu de Investimento	51 000	09.12.2009	15.09.2026
CEB – Educação	CEB – Council of Europe Development Bank	43 334	21.11.2008	21.11.2023
CEB – PARES	CEB – Council of Europe Development Bank	25 000	23.12.2009	23.12.2024
EB – Pré – Escolar	CEB – Council of Europe Development Bank	5 676	05.09.2001	25.10.2012
Projecto Municipal Infra EG – III – B	Banco Europeu de Investimento	4 555	14.11.1997	15.09.2012
Operações realizadas pelo BCI Moçambique		5 026		
Outros		429		
		1 786 800		

Em 31 de Dezembro de 2010, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 1,071%.

27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 1 010 000 000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

Em resultado de deliberação do accionista, foi aprovado em 27 de Maio de 2009 um aumento de capital da CGD no montante de 1 000 000 mEuros, através da emissão de 200 000 000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia-Geral realizada em Abril de 2010, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2009 no montante de 170 157 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,19 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (48 214 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 22 699 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Posteriormente, em 31 de Dezembro de 2010, no decurso de deliberação do accionista, foi realizado um aumento de capital no montante de 550 000 mEuros, através da emissão de 110 000 000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

28. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Reserva de justo valor líquida de impostos diferidos	(507 360)	(331 154)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva Legal – CGD	853 455	805 241
Outras Reservas	806 533	838 730
Resultados Transitados	(143 564)	(189 240)
	1 516 424	1 454 731
Lucro do exercício atribuível ao accionista da CGD	250 582	278 899
	1 259 646	1 402 477

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2010, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais da CGD, no montante de 853 455 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 208 998 mEuros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações Corpóreas:	
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho	31 515
Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro	18 850
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio	27 017
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril	11 082
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro	31 270
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro	34 861
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro	53 680
Imobilizações Financeiras	723
	208 998

A “Reserva de justo valor” reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflecte o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de Filiais, expressas em moeda estrangeira, está incluída nas “Outras reservas”.

A contribuição líquida das sucursais e Filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa Geral de Depósitos, SA		
Caixa Geral de Depósitos	64 283	142 684
Sucursal de Espanha	(36 971)	(33 680)
Sucursal de França	28 188	4 318
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	12 920	6 129
Sucursal de Londres	12 174	23 226
Sucursal das Ilhas Caimão	9 601	5 270
Sucursal de Nova Iorque	8 145	9 899
Sucursal de Timor-Leste	552	2 235
Sucursal do Luxemburgo	165	395
Sucursal do Zhuhai	(21)	10
Sucursal do Mónaco	-	(49)
	99 035	160 436
Contribuição para o resultado das Filiais:		
Caixa-Banco de Investimento, SA ^(a)	35 313	37 702
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA ^(a)	34 087	9 350
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	25 647	32 941
Caixagest Renda Mensal	(11 913)	(19 047)
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	10 290	9 366
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	9 543	12 735
Partang, SGPS ^(a)	6 370	6 708
Caixagest Private Equity FEI	6 319	-
Caixagest Imobiliário Internacional FEI	5 114	-
Banco Caixa Geral Brasil, SA	4 784	13
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA	4 595	2 451
Inmobiliaria Caixa Geral, SL	(3 619)	(6 132)
FCR Energias Renováveis	(3 536)	975
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD	3 488	10 322
Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	3 408	3 604
Parcaixa, SGPS, SA	3 045	7 185
CGD Macau	2 866	(332)
Banco Comercial do Atlântico, SA	2 421	2 020
Caixagest Moeda	1 957	-
Nostrum Consumer (Fundo e Plc)	(1 890)	1 429
CGD Finance	1 485	4 660
Caixa Geral Finance	1 338	1 062
Caixagest Oportunidades FEI	(1 324)	-
CGD Pensões, SA	1 139	879
Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA	1 053	1 595
Wolfpart, SGPS	380	6 173
Outras	1 991	(5 031)
	144 350	120 630

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Contribuição para o resultado das empresas associadas:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	2 764	2 711
Vale do Lobo – Resort Turístico Luxo SA	2 582	(3 137)
REN – Rede Eléctrica Nacional, SA	-	(3 310)
Outras	1 850	1 569
	7 197	(2 167)
Resultado consolidado atribuível ao accionista da CGD	250 582	278 899

(a) Demonstrações Financeiras Consolidadas.

No decorrer do exercício de 2010, em resultado da deliberação de encerramento da sua actividade, os activos e passivos líquidos da Sucursal do Mónaco foram transferidos para a Sucursal de França que procedeu à sua integração.

29. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em Filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa Geral Finance	557 749	572 188
Parcaixa, SGPS, SA	496 467	488 454
Partang, SGPS, SA (Nota 3.)	144 739	-
Caixagest Imobiliário Internacional FEI	71 672	-
Caixagest Renda Mensal – Fundo de Inv.		
Mob. Aberto de Obrig. de Taxa Variável	63 999	70 273
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	36 467	27 172
Caixagest Estratégia Dinâmica	27 807	31 126
Caixagest Private Equity FEI	26 911	-
Caixagest Infra-Estruturas FEI	26 522	-
Caixagest Moeda	25 733	-
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	14 221	11 115
Banco Comercial do Atlântico, SARL	11 839	8 885
Caixagest Estratégias Alternativas	7 681	9 094
FCR Energias Renováveis - Caixa Capital	4 645	4 769
Banco Interatlântico, SARL	4 046	2 711
Credip – IFIC, SA	2 341	2 209
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	1 452	455
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	1 378	1 163
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, SARL	1 255	1 251
Banco Caixa Geral, SA	1 051	1 029
Fundo Especial Investimento Aberto Caixa Fundo Capitalização	-	5 997
Outras	2 377	16 482
	1 530 350	1 254 374

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Caimão com um capital social de 1 000 Euros. Em 28 de Junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de 250 000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Directores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de Junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 28 de Junho de 2014 ao preço de 1 000 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 30 de Setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de 350 000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de Setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

No decorrer dos exercícios de 2010 e 2009, o Grupo readquiriu acções preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance nos montantes de 14 439 mEuros e 27 812 mEuros, respectivamente.

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2010 e 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2010	31.12.2009
Partang, SGPS ^(a)	21 291	-
Caixagest Renda Mensal – Fundo de Inv. Mob.		
Aberto de Obrig. de Taxa Variável	(11 761)	(9 175)
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	9 886	8 999
Parcaixa, SGPS, SA	8 776	6 903
Caixa Geral Finance	7 930	13 384
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA	4 414	2 355
Caixagest Private Equity FEI	2 715	-
Caixagest Imobiliario Internacional FEI	2 155	-
Banco Comercial do Atlântico, SA	1 660	1 384
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	858	1 145
Outras	881	348
	48 806	25 343

(a) Demonstrações Financeiras Consolidadas.

30. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	73 761	71 628
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	22 784	42 353
Juros de crédito interno	1 655 804	2 249 268
Juros de crédito ao exterior	247 809	265 816
Juros de crédito vencido	43 481	52 411
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
- Derivados	1 421 371	1 703 727
- Títulos	71 139	64 917
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	5 254	14 243
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	440 632	289 725
Juros de derivados de cobertura	103 536	144 564
Juros de devedores e outras aplicações	16 951	16 706
Juros de disponibilidades	24 070	20 261
Juros de outros créditos e outros valores a receber	104 847	100 960
Outros juros e rendimentos similares	12 725	6 194
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	98 856	152 252
Outros	45 070	122 004
	4 388 089	5 317 030

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
- Do sector público administrativo	28 618	46 970
- De outros residentes	449 490	666 965
- De emigrantes	35 304	63 046
- De outros não-residentes	44 649	88 731
- Produtos de taxa fixa – seguros	163 475	183 464
- Outros	806	1 829
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	130 217	55 347
Juros de recursos de instituições de crédito no país	13 367	13 383
Juros de <i>swaps</i>	1 252 724	1 622 313
Juros de outros passivos de negociação	4 259	9 222
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	634 864	630 247
Juros de passivos subordinados	29 650	76 644
Juros de derivados de cobertura	64 704	127 310
Outros juros e encargos similares	47 638	54 862
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	12 209	16 256
Outros	60 856	127 498
	2 972 831	3 784 087

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Portugal Telecom	98 264	45 752
EDP – Energias de Portugal	37 448	31 659
ZON Multimédia	5 972	6 545
Águas de Portugal	4 677	-
REN – Redes Energéticas Nacionais	1 302	4 405
Brisa	2 804	2 963
Unicre	2 024	2 816
Galp Energia	3 067	2 761
BCP	2 918	2 617
BES	2 313	-
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	25 828	-
Outros	10 859	8 885
	197 477	108 402

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos de serviços e comissões:		
Meios de pagamento	222 618	203 168
Serviços prestados a terceiros	129 933	142 054
Em operações de crédito	118 951	99 549
Gestão de activos	48 819	49 037
Garantias prestadas	57 216	46 511
Operações sobre instrumentos financeiros	39 011	26 890
Montagem de operações	28 870	23 957
Outros	3 211	1 296
	648 628	592 463
Encargos com serviços e comissões:		
Meios de pagamento	93 239	81 098
Serviços prestados por terceiros	21 937	43 772
Operações sobre instrumentos financeiros	11 526	8 748
Gestão de activos	7 077	2 848
Em operações de crédito	554	776
Outros	11 981	7 452
	146 313	144 695

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	92 262	(217 151)
Resultados em derivados cambiais	(37 714)	225 960
	54 547	8 809
Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	20 946	41 765
Instrumentos de capital	(47 154)	30 534
Outros instrumentos	4 190	8 091
	(22 018)	80 390
Em derivados:		
Taxa de juro	(45 509)	135 855
Cotações	100 161	(114 606)
Eventos de crédito	11 584	(11 310)
Outros	7 125	(7 876)
	73 361	2 063
	51 343	82 453
Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	6 751	2 040
Instrumentos de capital	(66 662)	135 055
Outros títulos	26 485	9 861
Créditos e outros valores a receber	(16)	(213)
	(33 441)	146 743

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	(6 392)	(21 064)
Instrumentos de capital		
Banco Comercial Português, SA (Nota 8.)	-	30 545
Portugal Telecom (Nota 8.)	63 184	-
REN (Nota 8.)	-	24 833
Galp (Nota 8.)	2 414	(2 305)
Zon Multimédia (Nota 8.)	12 821	2 030
EDP – Energias de Portugal, SA (Nota 8.)	26 771	(1 607)
EDP Renováveis (Nota 8.)	-	1 492
Unicre (Nota 8.)	21 816	-
VAA – Vista Alegre Atlantis (Nota 8.)	-	1 279
Outros	2 579	(2 857)
	129 585	53 410
Outros títulos	(107 026)	(51 325)
	16 167	(18 979)
Resultados em operações de cobertura:		
Derivados de cobertura	201 902	150 152
Correcções de valor em activos e passivos cobertos	(168 290)	(173 745)
	33 611	(23 592)
Outros	2 160	4 062
	124 388	199 497

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Resultados em activos financeiros disponíveis para venda – Outros títulos”, inclui 91 537 mEuros relativos ao saldo de menos valias acumuladas em fundos de investimento mobiliário que passaram a integrar o perímetro de consolidação do Grupo no decurso do exercício. A participação detida nestes fundos encontrava-se registada na classe de activos financeiros disponíveis para venda, tendo o diferencial entre o justo valor na data da primeira consolidação e o respectivo custo de aquisição, reconhecido por contrapartida de “Reservas de justo valor”, sido reclassificado, nessa data, em resultados do exercício.

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	240 700	231 739
Reembolso de despesas	6 996	7 668
Ganhos em filiais e associadas	22 896	7 260
Rendas de locação operacional	4 493	2 826
Ganhos em activos não financeiros:		
Activos não-correntes detidos para venda (Nota 12.)	5 578	6 106
Outros activos tangíveis	108 877	2 351
Propriedades de investimento	16 697	23 090
Outros	392	409
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	5 169	5 683
Venda de cheques	18 979	16 314
Outros	65 970	35 497
	496 746	338 944

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	10 199	10 588
Perdas em activos não financeiros:		
Activos não-correntes detidos para venda (Nota 12.)	1 350	249
Outros activos tangíveis	1 322	1 025
Outros	4 856	2 224
Outros impostos	32 191	20 925
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	12 098	12 261
Multas e penalidades	4 011	1 186
Outros	79 757	70 856
	145 783	119 315
	350 963	219 629

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Prestação de serviços diversos” inclui os proveitos operacionais decorrentes da actividade das participações financeiras do Grupo Caixa na área da Saúde.

No exercício de 2010, a rubrica “Outros rendimentos de exploração – Ganhos em activos não financeiros – Outros activos tangíveis” inclui uma mais-valia de 103 865 mEuros, decorrente da alienação pela Caixa do imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos por 251 751 mEuros (Nota 14.).

35. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

35.1. PRÉMIOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa Seguros		
Seguro directo e resseguro aceite:		
Prémios brutos emitidos		
Ramos vida	310 728	714 113
Ramos não-vida	1 182 387	1 198 457
Prémios de resseguro cedido	(183 083)	(182 798)
	1 310 032	1 729 771
Outros	13 321	44 396
	1 323 352	1 774 167

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	152 081	(19 593)	132 488	138 225	(21 082)	117 143
Com participação nos resultados	54 145	(1 761)	52 385	54 651	(1 659)	52 992
De contratos de investimento com						
participação discricionária nos resultados	104 501	-	104 501	521 236	(1)	521 236
	310 728	(21 354)	289 374	714 113	(22 742)	691 371
Ramos não-vida:						
Prémios brutos emitidos						
Acidentes de trabalho	163 761	(889)	162 872	183 149	(1 121)	182 028
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	35 058	(10 052)	25 006	37 976	(11 143)	26 833
Doença	175 128	250	175 378	168 747	575	169 322
Incêndio e Outros Danos	244 006	(102 910)	141 096	234 096	(99 583)	134 513
Automóvel	438 819	(7 231)	431 588	470 047	(2 230)	467 817
Marítimo, Aéreo e Transportes	29 350	(23 356)	5 993	32 548	(26 656)	5 892
Responsabilidade Civil Geral	35 719	(11 406)	24 313	35 086	(10 245)	24 841
Crédito e Cauções	1 122	(670)	452	880	(556)	324
Protecção Jurídica	5 690	1 635	7 326	1 644	(62)	1 582
Assistência	26 969	3 905	30 874	16 709	(59)	16 650
Diversos	26 765	(11 004)	15 761	17 575	(8 978)	8 598
	1 182 387	(161 729)	1 020 658	1 198 457	(160 057)	1 038 400
Total de prémios, líquidos de resseguro	1 493 114	(183 083)	1 310 032	1 912 569	(182 798)	1 729 771
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	567	-	567	2 949	-	2 949
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(447)	842	395	(812)	2 559	1 747
Doença	1 398	(1 770)	(372)	2 189	(2 200)	(11)
Incêndio e Outros Danos	(3 607)	1 115	(2 492)	3 136	(280)	2 856
Automóvel	20 008	24	20 032	32 712	0	32 712
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 291	(1 073)	218	1 474	(1 098)	375
Responsabilidade Civil Geral	(105)	165	59	(441)	(21)	(461)
Crédito e Cauções	(12)	35	23	(7)	51	44
Protecção Jurídica	(1 961)	(2)	(1 964)	641	48	689
Assistência	(7 362)	(16)	(7 379)	186	2	188
Diversos	(5 467)	2 168	(3 299)	(2 005)	2 341	336
	4 301	1 490	5 789	40 022	1 402	41 425
Prémios adquiridos:						
Acidentes de trabalho	164 328	(889)	163 439	186 098	(1 121)	184 977
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	34 611	(9 210)	25 401	37 163	(8 584)	28 580
Doença	176 525	(1 520)	175 005	170 936	(1 625)	169 311
Incêndio e Outros Danos	240 399	(101 795)	138 603	237 232	(99 862)	137 369
Automóvel	458 827	(7 206)	451 620	502 758	(2 230)	500 529
Marítimo, Aéreo e Transportes	30 641	(24 429)	6 212	34 021	(27 754)	6 267
Responsabilidade Civil Geral	35 614	(11 242)	24 372	34 645	(10 266)	24 379
Crédito e Cauções	1 109	(635)	475	873	(505)	368
Protecção Jurídica	3 729	1 633	5 362	2 286	(14)	2 271

...continuação

	2010			2009		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Assistência	19 607	3 889	23 496	16 896	(57)	16 839
Diversos	21 298	(8 836)	12 462	15 571	(6 637)	8 934
	1 186 688	(160 241)	1 026 447	1 238 479	(158 654)	1 079 825
Total de prémios adquiridos não-vida e prémios vida	1 497 415	(181 594)	1 315 821	1 952 592	(181 396)	1 771 196

A variação da provisão para prémios não adquiridos encontra-se reflectida em "Custos com sinistros – variação de outras provisões técnicas" (Nota 35.3.).

35.2. RESULTADOS EM INVESTIMENTOS AFECTOS A CONTRATOS DE SEGUROS

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ramo vida	Ramos não-vida	Total	Ramo vida	Ramos não-vida	Total
Juros	80 801	38 836	119 637	111 029	44 024	155 053
Dividendos	13 950	6 177	20 127	14 391	5 330	19 721
Ganhos e perdas realizados, líquidos	33 593	(7 510)	26 083	37 932	10 815	48 746
Ganhos e perdas não realizados, líquidos	8 216	11 606	19 822	(791)	8 757	7 966
Outros	2 812	18 284	21 096	204	18 433	18 637
	139 372	67 393	206 767	162 765	87 360	250 125

35.3. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ramo vida	Ramos não-vida	Total	Ramo vida	Ramos não-vida	Total
Caixa Seguros						
Seguro directo e resseguro aceite						
Sinistros pagos	908 425	772 470	1 680 895	1 402 513	856 528	2 259 041
Variação da provisão para sinistros	(1 765)	(53 182)	(54 947)	(17 276)	(61 121)	(78 397)
	906 660	719 288	1 625 948	1 385 237	795 407	2 180 643
Provisão para participação nos resultados	1 842	173	2 015	1 366	6	1 372
Variação das outras provisões técnicas	(643 459)	12 295	(631 164)	(692 586)	14 301	(678 284)
	265 043	731 756	996 799	694 018	809 713	1 503 731
Saldo de resseguro cedido	(8 145)	(58 747)	(66 892)	(6 872)	(71 488)	(78 360)
Subtotal Caixa Seguros	256 898	673 009	929 907	687 146	738 225	1 425 371
Outros		1 755	1 753	-	436	436
	256 898	674 764	931 660	687 146	738 661	1 425 806

Os custos com sinistros dos ramos não vida da Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe por ramo:

2010

	Sinsitros pagos	Varição da provisão para sinistros	Subtotal	Varição das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	111 864	(35 099)	76 765	1 272	20	78 057
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11 137	(5 687)	5 450	70	28	5 548
Doença	128 204	5 546	133 750	(3 143)	33	130 640
Incêndio e Outros Danos	123 913	(1 178)	122 735	811	5	123 551
Automóvel	326 543	(35 093)	291 450	10 387	3	301 840
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 693	(5 529)	2 164	(56)	-	2 108
Responsabilidade Civil Geral	15 676	16 002	31 678	1 875	32	33 585
Crédito e Cauções	(277)	347	70	(46)	-	24
Protecção Jurídica	491	(880)	(389)	(15)	-	(404)
Assistência	15 706	376	16 082	672	52	16 806
Diversos	31 520	8 013	39 533	468	-	40 001
	772 470	(53 182)	719 288	12 295	173	731 756
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(81)	1 189	1 108	-	-	1 108
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(1 307)	800	(507)	-	-	(507)
Doença	5 534	(47)	5 487	-	-	5 487
Incêndio e Outros Danos	(41 327)	2 551	(38 776)	-	-	(38 776)
Automóvel	(2 508)	1 857	(651)	-	-	(651)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(5 180)	3 907	(1 273)	-	-	(1 273)
Responsabilidade Civil Geral	(3 448)	(7 543)	(10 991)	-	-	(10 991)
Crédito e Cauções	(2)	1	(1)	-	-	(1)
Protecção Jurídica	-	213	213	-	-	213
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(5 040)	(8 316)	(13 356)	-	-	(13 356)
	(53 359)	(5 388)	(58 747)	-	-	(58 747)
Líquido:						
Acidentes de trabalho	111 783	(33 910)	77 873	1 272	20	79 165
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	9 830	(4 887)	4 943	70	28	5 041
Doença	133 738	5 499	139 237	(3 143)	33	136 127
Incêndio e Outros Danos	82 586	1 373	83 959	811	5	84 775
Automóvel	324 035	(33 236)	290 799	10 387	3	301 189
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 513	(1 622)	891	(56)	-	835
Responsabilidade Civil Geral	12 228	8 459	20 687	1 875	32	22 594
Crédito e Cauções	(279)	348	69	(46)	-	23
Protecção Jurídica	491	(667)	(176)	(15)	-	(191)
Assistência	15 706	376	16 082	672	52	16 806
Diversos	26 480	(303)	26 177	468	-	26 645
	719 111	(58 570)	660 541	12 295	173	673 009

	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Subtotal	Varição das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	131 001	(5 900)	125 101	(372)	-	124 730
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	13 302	1 495	14 797	99	(11)	14 885
Doença	148 233	(135)	148 098	(1 175)	-	146 923
Incêndio e Outros Danos	104 309	48 800	153 108	870	-	153 979
Automóvel	383 465	(94 389)	289 077	15 473	-	304 550
Marítimo, Aéreo e Transportes	6 860	(9 583)	(2 723)	5	-	(2 718)
Responsabilidade Civil Geral	13 453	7 810	21 263	207	-	21 471
Crédito e Cauções	(95)	125	30	50	-	80
Protecção Jurídica	673	336	1 009	13	-	1 023
Assistência	23 779	4 066	27 844	(193)	16	27 667
Diversos	31 547	(13 746)	17 801	(677)	-	17 124
	856 528	(61 121)	795 407	14 301	6	809 713
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(840)	914	74	-	-	74
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(838)	(70)	(908)	-	-	(908)
Doença	(330)	(79)	(409)	-	-	(409)
Incêndio e Outros Danos	(42 814)	(35 240)	(78 054)	-	-	(78 054)
Automóvel	(3 710)	5 139	1 429	-	-	1 429
Marítimo, Aéreo e Transportes	(3 242)	7 504	4 262	-	-	4 262
Responsabilidade Civil Geral	(2 846)	5 824	2 978	-	-	2 978
Crédito e Cauções	0	(1)	(1)	-	-	(1)
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(14 278)	13 419	(860)	-	-	(860)
	(68 897)	(2 591)	(71 488)	-	-	(71 488)
Líquido:						
Acidentes de trabalho	130 162	(4 986)	125 176	(372)	-	124 804
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	12 464	1 425	13 889	99	(11)	13 977
Doença	147 903	(214)	147 689	(1 175)	-	146 514
Incêndio e Outros Danos	61 495	13 559	75 054	870	-	75 925
Automóvel	379 756	(89 250)	290 505	15 473	-	305 979
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 618	(2 079)	1 539	5	-	1 544
Responsabilidade Civil Geral	10 607	13 634	24 241	207	-	24 449
Crédito e Cauções	(95)	124	29	50	-	79
Protecção Jurídica	673	336	1 009	13	-	1 023
Assistência	23 779	4 066	27 844	(193)	16	27 667
Diversos	17 269	(327)	16 942	(677)	-	16 264
	787 630	(63 712)	723 918	14 301	6	738 225

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efectuar, e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

RAMO: ACIDENTES DE TRABALHO

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	130 420	-	-	-	-	-	-	-	-	130 420
2003	142 655	142 469	-	-	-	-	-	-	-	285 124
2004	153 668	143 255	197 014	-	-	-	-	-	-	493 937
2005	161 276	155 076	182 114	172 376	-	-	-	-	-	670 842
2006	162 666	160 052	195 728	193 813	171 468	-	-	-	-	883 727
2007	171 215	164 710	199 531	193 324	186 491	179 194	-	-	-	1 094 465
2008	175 879	169 013	199 393	195 103	189 002	179 290	190 399	-	-	1 298 079
2009	176 768	169 803	202 481	197 279	190 139	174 241	165 586	138 352	-	1 414 649
2010	174 584	164 624	201 280	195 131	194 269	178 650	155 217	112 751	138 156	1 514 662

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	100 013
Sinistros dos anos anteriores	(23 278)
Custos imputados à regularização de sinistros	35 416
Custos com sinistros de resseguro aceite	29
	112 180

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	151 702	158 139	157 086	160 554	154 816	131 423	108 641	52 824	45 494	1 120 679
------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	--------	--------	-----------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	40 346	35 883	73 250	37 808	40 891	41 799	43 409	61 295	96 099	470 780
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										287 737
Total de seguro directo										758 517
Provisão para sinistros de resseguro aceite										265
Total do Ramo										758 782

RAMO: INCÊNDIO E OUTROS DANOS EM COISAS

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	80 450	-	-	-	-	-	-	-	-	80 450
2003	85 868	82 113	-	-	-	-	-	-	-	167 981
2004	87 491	82 036	111 921	-	-	-	-	-	-	281 448
2005	87 737	85 556	112 070	94 631	-	-	-	-	-	379 994
2006	85 815	83 938	110 019	96 767	84 220	-	-	-	-	460 759
2007	89 740	80 636	111 927	103 217	88 676	86 044	-	-	-	560 240
2008	90 471	80 935	110 549	102 111	83 468	87 971	132 778	-	-	688 283
2009	90 066	81 775	110 147	101 961	82 048	86 687	132 377	152 815	-	837 876
2010	88 837	82 584	110 108	100 152	82 854	87 191	129 999	156 719	122 462	960 906

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	123 030
Sinistros dos anos anteriores	(2 070)
Custos imputados à regularização de sinistros	15 516
Custos com sinistros de resseguro aceite	1 775
	138 251

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	93 090	81 003	110 409	76 649	98 545	81 841	120 684	106 938	61 968	831 127
------	--------	--------	---------	--------	--------	--------	---------	---------	--------	---------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	1 535	5 742	4 260	6 626	5 904	5 371	9 339	49 763	62 851	151 391
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										9 624
Total de seguro directo										161 015
Provisão para sinistros de resseguro aceite										9 568
Total do Ramo										170 583

RAMO: AUTOMÓVEL

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	576 632	-	-	-	-	-	-	-	-	576 632
2003	600 484	550 502	-	-	-	-	-	-	-	1 150 986
2004	630 630	564 933	554 251	-	-	-	-	-	-	1 749 814
2005	643 504	579 156	536 454	498 157	-	-	-	-	-	2 257 271
2006	641 486	587 860	543 465	491 652	438 945	-	-	-	-	2 703 408
2007	605 102	583 395	548 256	492 711	431 929	417 514	-	-	-	3 078 907
2008	642 737	579 115	533 898	483 104	425 696	399 699	407 495	-	-	3 471 744
2009	616 258	560 755	514 830	477 279	438 158	415 155	401 703	358 477	-	3 782 615
2010	614 503	555 398	510 312	470 204	426 491	411 206	393 782	342 783	345 904	4 070 583

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	287 966
Sinistros dos anos anteriores	3 155
Custos imputados à regularização de sinistros	51 645
Custos com sinistros de resseguro aceite	328
	343 094

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	591 092	532 343	477 187	430 874	390 007	333 690	312 468	243 427	186 020	3 497 108
------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	-----------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	29 286	35 456	44 371	39 083	50 169	74 529	82 450	100 005	170 027	625 376
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										72 640
Total de seguro directo										698 016
Provisão para sinistros de resseguro aceite										4 055
Total do Ramo										702 071

RAMO: MARÍTIMO E TRANSPORTES

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	4 371	-	-	-	-	-	-	-	-	4 371
2003	4 168	2 546	-	-	-	-	-	-	-	6 714
2004	3 290	2 439	2 514	-	-	-	-	-	-	8 243
2005	3 385	2 527	2 739	3 810	-	-	-	-	-	12 461
2006	3 347	2 307	2 408	3 878	2 329	-	-	-	-	14 269
2007	3 054	2 019	2 577	3 871	2 658	3 654	-	-	-	17 833
2008	2 406	1 992	2 864	3 904	2 501	3 852	2 148	-	-	19 667
2009	2 403	2 036	2 843	3 757	2 502	3 796	2 085	1 630	-	21 052
2010	2 409	2 025	2 783	3 568	2 580	3 586	1 945	1 942	862	21 700

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	648
Sinistros dos anos anteriores	(97)
Custos imputados à regularização de sinistros	27
Custos com sinistros de resseguro aceite	11
	589

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	3 075	2 970	2 760	3 567	2 211	3 393	1 662	1 542	413	21 593
------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-----	--------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	50	207	206	148	336	193	283	400	481	2 304
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										286
Total de seguro directo										2 590
Provisão para sinistros de resseguro aceite										713
Total do Ramo										3 303

RAMO: AÉREO

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	686	-	-	-	-	-	-	-	-	686
2003	719	607	-	-	-	-	-	-	-	1 326
2004	672	1 111	3 117	-	-	-	-	-	-	4 900
2005	667	4 379	2 735	2 506	-	-	-	-	-	10 287
2006	562	4 368	22 813	2 369	883	-	-	-	-	30 995
2007	432	4 244	23 807	2 250	985	454	-	-	-	32 172
2008	563	4 546	29 010	2 249	1 037	446	457	-	-	38 308
2009	563	4 332	29 010	1 885	1 037	474	564	894	-	38 759
2010	563	4 330	29 006	1 817	560	799	949	2 005	305	40 334

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	1 577
Sinistros dos anos anteriores	(2)
Custos imputados à regularização de sinistros	220
Custos com sinistros de resseguro aceite	106
	1 901

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	1 023	4 885	3 296	1 769	972	471	480	1 456	6	14 358
------	-------	-------	-------	-------	-----	-----	-----	-------	---	--------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	0	86	25 969	318	-408	328	477	558	300	27 628
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										1 725
Total de seguro directo										29 353
Provisão para sinistros de resseguro aceite										1 158
Total do Ramo										30 511

RAMO: MERCADORIAS TRANSPORTADAS

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	6 685	-	-	-	-	-	-	-	-	6 685
2003	8 118	4 893	-	-	-	-	-	-	-	13 011
2004	7 030	4 320	4 796	-	-	-	-	-	-	16 146
2005	6 876	4 536	5 039	4 272	-	-	-	-	-	20 723
2006	6 737	4 620	4 934	4 865	3 979	-	-	-	-	25 135
2007	5 474	4 527	4 999	4 623	4 597	5 643	-	-	-	29 863
2008	6 415	4 419	4 785	4 683	4 899	5 452	4 524	-	-	35 177
2009	6 532	4 389	4 717	4 599	5 205	5 771	5 086	5 994	-	42 293
2010	6 418	4 446	4 792	4 338	4 883	5 724	4 617	5 065	2 393	42 676

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	383
Sinistros dos anos anteriores	(450)
Custos imputados à regularização de sinistros	415
Custos com sinistros de resseguro aceite	(12)
	336

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	6 935	5 232	4 853	4 166	3 785	5 103	3 434	4 090	813	38 411
------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-----	--------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	231	291	197	215	723	621	1 183	976	1 957	6 394
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										494
Total de seguro directo										6 888
Provisão para sinistros de resseguro aceite										124
Total do Ramo										7 012

RAMO: RESPONSABILIDADE CIVIL

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	12 802	-	-	-	-	-	-	-	-	12 802
2003	19 174	11 948	-	-	-	-	-	-	-	31 122
2004	17 817	28 066	13 042	-	-	-	-	-	-	58 925
2005	19 145	32 492	16 643	13 576	-	-	-	-	-	81 856
2006	19 753	21 360	16 073	14 563	13 613	-	-	-	-	85 362
2007	18 891	21 729	17 622	14 401	16 350	9 615	-	-	-	98 608
2008	18 602	21 721	18 092	13 507	17 811	14 104	10 805	-	-	114 642
2009	19 203	22 687	18 802	14 877	18 875	15 713	13 563	14 793	-	138 513
2010	20 117	24 405	19 774	14 642	24 742	16 060	13 684	19 847	16 988	170 259

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	31 745
Sinistros dos anos anteriores	112
Custos imputados à regularização de sinistros	517
Custos com sinistros de resseguro aceite	(180)
	32 194

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	15 276	16 538	15 860	9 357	14 247	10 389	8 086	6 046	2 827	98 626
------	--------	--------	--------	-------	--------	--------	-------	-------	-------	--------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	5 865	7 566	5 980	6 586	10 593	5 813	5 729	14 065	15 126	77 323
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										16 407
Total de seguro directo										93 730
Provisão para sinistros de resseguro aceite										34 724
Total do Ramo										128 454

RAMO: PERDAS PECUNIÁRIAS DIVERSAS

Valores acumulados / / Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
2002	2 207	-	-	-	-	-	-	-	-	2 207
2003	2 294	4 783	-	-	-	-	-	-	-	7 077
2004	2 385	4 340	7 095	-	-	-	-	-	-	13 820
2005	2 470	4 593	7 533	2 926	-	-	-	-	-	17 522
2006	2 438	4 424	7 328	4 189	5 079	-	-	-	-	23 458
2007	2 450	4 346	7 796	4 173	6 005	8 953	-	-	-	33 723
2008	2 451	4 352	7 738	4 216	6 192	9 745	32 351	-	-	67 045
2009	2 451	4 366	7 747	4 247	5 486	9 802	34 047	7 496	-	75 642
2010	2 450	4 365	7 749	4 200	5 444	9 686	34 480	14 965	13 515	96 854

Custos com sinistros registados em 2010:

Sinistros dos anos de 2002 a 2010	21 212
Sinistros dos anos anteriores	(72)
Custos imputados à regularização de sinistros	226
Custos com sinistros de resseguro aceite	2 870
	24 236

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2010	2 295	5 346	8 028	4 171	5 309	9 467	31 888	9 060	7 083	82 647
------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	-------	-------	--------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2010	3	2	1	42	127	219	2 608	5 907	6 468	15 377
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										2
Total de seguro directo										15 379
Provisão para sinistros de resseguro aceite										240
Total do Ramo										15 619

A variação da provisão para sinistros da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da demonstração de resultados, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas de contratos de seguros, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros reflectidos em outros activos, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da demonstração de resultados não são coincidentes.

Os custos com sinistros dos ramos vida da Caixa Seguros, em 2010 e 2009, apresentam o seguinte detalhe por ramo:

2010						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Subtotal	Varição das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	55 965	10 405	66 370	10 156	-	76 526
Com participação nos resultados	31 222	(13 874)	17 348	(9 975)	5 844	13 217
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados						
	821 238	1 704	822 942	(643 640)	(4 002)	175 300
	908 425	(1 765)	906 660	(643 459)	1 842	265 043
Resseguro cedido:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	(7 717)	(106)	(7 823)	204	-	(7 619)
Com participação nos resultados	(2 510)	1 974	(536)	41	(31)	(526)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados						
	-	-	-	-	-	-
	(10 227)	1 868	(8 359)	245	(31)	(8 145)
Líquido:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	48 248	10 299	58 547	10 360	-	68 907
Com participação nos resultados	28 712	(11 900)	16 812	(9 934)	5 813	12 691
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados						
	821 238	1 704	822 942	(643 640)	(4 002)	175 300
	898 198	103	898 301	(643 214)	1 811	256 898

2009						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Subtotal	Varição das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	48 308	(2 930)	45 379	(2 531)	-	42 847
Com participação nos resultados	35 108	(4 147)	30 961	(4 821)	6 526	32 666
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados						
	1 319 097	(10 199)	1 308 897	(685 233)	(5 160)	618 504
	1 402 513	(17 276)	1 385 237	(692 586)	1 366	694 018
Resseguro cedido:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	(6 540)	2 172	(4 368)	(584)	-	(4 952)
Com participação nos resultados	(2 705)	700	(2 005)	84	-	(1 921)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados						
	-	1	1	-	-	1
	(9 246)	2 873	(6 372)	(500)	-	(6 872)
Líquido:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	41 768	(757)	41 011	(3 115)	-	37 896
Com participação nos resultados	32 403	(3 447)	28 956	(4 737)	6 526	30 745
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados						
	1 319 097	(10 199)	1 308 898	(685 233)	(5 160)	618 505
	1 393 268	(14 403)	1 378 865	(693 085)	1 366	687 146

35.4. COMISSÕES E OUTROS PROVEITOS E CUSTOS ASSOCIADOS À ACTIVIDADE DE SEGUROS

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ramo Vida	Ramos Não-Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não-Vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	6 495	21 775	28 270	5 058	21 121	26 179
Comissões de gestão de Co-Seguro	146	1 200	1 346	139	760	899
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	120	-	120	7	-	7
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	6	3 600	3 606	27	5 531	5 558
	6 767	26 575	33 342	5 231	27 412	32 644
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro directo:						
- Comissões de mediação e corretagem	(1 410)	(91 903)	(93 313)	(2 776)	(95 426)	(98 202)
- Comissões de cobrança	(95)	(8 192)	(8 287)	(115)	(9 451)	(9 566)
- Outras	(8)	(11 746)	(11 754)	(22)	(19 697)	(19 719)
De operações de resseguro aceite	-	35	35	-	(3 556)	(3 556)
Comissões de gestão de Co-Seguro	(5)	(175)	(180)	(10)	(433)	(443)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	(437)	(1 456)	(1 893)	(436)	735	298
Impostos da actividade	(2 171)	(6 668)	(8 839)	(1 543)	(6 587)	(8 131)
Outros	(230)	(1)	(231)	(825)	(1)	(826)
	(4 356)	(120 106)	(124 462)	(5 728)	(134 416)	(140 144)
Outros	-	1 659	1 659	-	250	250
	2 411	(91 872)	(89 461)	(496)	(106 754)	(107 250)

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	17 397	18 064
Remuneração dos empregados	747 364	751 935
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 37.)	816	(1 343)
	765 577	768 656
Outros encargos relativos a remunerações	77 033	71 981
Assistência médica – CGD		
Custo normal (Nota 37.)	33 979	32 493
Contribuições relativas a pessoal no activo	30 813	30 367
Amortizações dos desvios acima do corredor (Nota 37.)	3 437	2 634
Responsabilidades com pensões – CGD (Nota 37.)		
Custo normal	71 931	68 231
Reformas antes da idade normal de reforma	(1 117)	455
Amortizações dos desvios acima do corredor	2 587	694

...continuação

	31.12.2010	31.12.2009
Outros encargos com pensões		
Caixa Seguros e Saúde	1 969	1 820
Outros	6 681	7 217
Outros encargos sociais obrigatórios	26 248	25 205
	253 561	241 097
Outros custos com pessoal	27 996	30 618
	1 047 134	1 040 370

O número médio de empregados da Caixa e das suas Filiais durante os exercícios de 2010 e 2009, por tipo de funções, foi o seguinte:

	2010			2009		
	Actividade Bancária	Actividade Seguradora e Saúde	Grupo	Actividade Bancária	Actividade Seguradora e Saúde	Grupo
Direcção	409	249	657	349	241	590
Chefias	2 778	550	3 328	2 675	543	3 218
Técnicos	4 490	2 202	6 691	4 074	1 910	5 984
Administrativos	8 177	2 154	10 331	7 665	2 089	9 754
Auxiliares	1 364	754	2 118	1 259	592	1 851
	17 217	5 908	23 124	16 022	5 375	21 397
Número de efectivos no final do período	17 053	5 958	23 011	16 530	5 634	22 164

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes números não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (274 em 2010 e 283 em 2009), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2010 e 78 em 2009) e outros abrangidos por outras situações (99 e 84, respectivamente), designadamente em comissão de serviço no exterior.

37. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

37.1. PENSÕES DE REFORMA E SUBSÍDIO POR MORTE APÓS A IDADE DA REFORMA

RESPONSABILIDADES COM EMPREGADOS DA CGD

De acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 48 953, de 5 de Abril de 1969, e o Decreto-Lei n.º 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e n.º 241-A/2004, de 30 de Novembro, cujo montante total ascendeu a 2 510 043 mEuros. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2010, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- | | |
|--|-------|
| • Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 | 7,5% |
| • Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 | 10,0% |

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de activos do fundo de pensões de montante equivalente.

RESPONSABILIDADES COM EMPREGADOS DA COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL, SA E IMPÉRIO BONANÇA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector segurador, a Fidelidade Mundial e a Império Bonança concedem aos seus colaboradores, admitidos na Actividade Seguradora até Junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do Colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e, ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na actividade seguradora.

Adicionalmente, a Império Bonança:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.
- Assumiu o compromisso de, por um lado, alargar os benefícios constantes no contrato colectivo de trabalho aos colaboradores admitidos até Junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do Fundo de Pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de Janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respectivo fundo de pensões.

DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD e às seguradoras do Grupo, foram as seguintes:

	2010		2009	
	CGD	Caixa Seguros e Saúde	CGD	Caixa Seguros e Saúde
Método actuarial	Projected Unit Credit		Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade				
. Homens	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77
. Mulheres	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80		EKV 80	
Taxa de desconto	5,50%	5,25%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,00%	3,50%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	0,75%	2,25%	1,00%
Tabela de saídas:				
. Idades inferiores a 30 anos	5%	n.d.	5%	n.d.
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	n.d.	1%	n.d.
. Idades superiores a 40 anos	0%	n.d.	0%	n.d.

n.d. – Não disponível.

Nos estudos efectuados em relação à CGD em 2010 e 2009, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A taxa de desconto utilizada nos cálculos actuariais é determinada com base no índice iboxx das obrigações de dívida privada da Zona Euro com qualidade de crédito elevada ("AA") para a maturidade equivalente à das responsabilidades a financiar (cerca de 19 anos).

O critério utilizado pela CGD Pensões para a determinação da taxa de rentabilidade traduz-se na aplicação, à estrutura do *benchmark* da carteira do Fundo, das rentabilidades anuais esperadas no médio e longo prazos de cada classe de activos. Estas resultam de um modelo de estimação de uma empresa de consultoria internacional, que tem como *inputs* não só as rentabilidades históricas registadas para cada classe de activos, mas também as perspectivas de um painel internacional de analistas financeiros.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2010 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2010		2009	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimentos	5,25%	1,93%	5,25%	7,09%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	3,13%	3,50%	4,33%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,10%	2,25%	1,56%

No final de Dezembro de 2010, a CGD actualizou a taxa de actualização salarial, diminuindo-a de 3,5% para 2,50%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 2,25% para 1,75%, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Sector Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços passados do Grupo de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2010				2009			
	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados:								
Activos	875 138	24 015	30 690	929 843	914 244	36 818	29 606	980 669
Reformados e pré-reformados	433 075	181 369	19 495	633 939	418 124	184 987	19 645	622 756
	1 308 213	205 383	50 186	1 563 782	1 332 368	221 806	49 251	1 603 425
Fundos de pensões autónomos	1 424 864	144 748	789	1 570 402	1 332 368	153 155	675	1 486 197
Provisões matemáticas	-	67 126	-	67 126	-	70 070	-	70 070
Provisões para pensões e encargos similares	-	-	52 867	52 867	-	-	54 486	54 486
	1 424 864	211 874	53 657	1 690 395	1 332 368	223 225	55 161	1 610 753
Diferencial	116 651	6 491	3 471	126 613	-	1 419	5 909	7 329
Nível de financiamento	108,92%	103,16%	106,92%	108,10%	100,00%	100,64%	112,00%	100,46%

Nos termos do Aviso n.º 4/2005 de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades da Caixa encontravam-se financiadas em 108,9% e 100%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a 930 172 mEuros e 1 168 606 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para pensões e encargos similares de "Outras entidades" incluem 1 500 mEuros relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD e às seguradoras do Grupo em Portugal, o número de beneficiários em 2010 e 2009 era o seguinte:

	2010		2009	
	CGD	Caixa Seguros e Saúde	CGD	Caixa Seguros e Saúde
Activos	9 892	2 422	10 287	2 515
Reformados, pré-reformados e rendeiros	4 401	2 791	4 009	2 809
	14 293	5 213	14 296	5 324

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1 137 181	218 791	39 972	1 395 944
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	27 124	-	178	27 302
Efectuadas pela entidade	69 803	14 295	307	84 405
De natureza extraordinária	42 038	-	-	42 038
Varição em provisões para pensões e encargos similares	-	-	3 884	3 884
Varição nas provisões matemáticas	-	(2 899)	-	(2 899)
Pensões pagas	(27 482)	(15 902)	(1 168)	(44 552)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	83 704	9 682	9	93 395
Outras variações	-	(743)	11 978	11 235
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1 332 368	223 225	55 161	1 610 753

...continuação

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Other	Total
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	26 364	840	175	27 379
Efectuadas pela entidade	69 525	7 795	429	77 749
De natureza extraordinária	-	-	-	-
Varição em provisões para pensões e encargos similares	-	-	214	214
Varição nas provisões matemáticas	-	(2 944)	-	(2 944)
Pensões pagas	(30 058)	(14 984)	(1 188)	(46 230)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	26 665	(2 768)	(4)	23 893
Outras variações	-	710	(1 130)	(420)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1 424 864	211 874	53 657	1 690 395

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos dos Fundos de Pensões da CGD e da Caixa Seguros e Saúde podem ser analisados como seguem:

FUNDO DE PENSÕES – CGD

	31.12.2010	31.12.2009
Acções	100 690	113 741
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários e imobiliários	356 004	267 409
Obrigações	412 691	546 470
Imóveis	529 904	271 730
Depósitos em instituições de crédito	133 433	128 825
Outros (líquido passivo)	(107 857)	4 193
Total do Fundo	1 424 864	1 332 368

FUNDOS DE PENSÕES – CAIXA SEGUROS E SAÚDE

	31.12.2010	31.12.2009
Acções	9 568	16 604
Outros títulos de rendimento variável	23 317	4 921
Obrigações	86 927	99 525
Imóveis	14 073	15 705
Depósitos em instituições de crédito	8 776	14 950
Outros	2 086	1 448
Total dos Fundos de Pensões	144 748	153 155

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outros" inclui 110 885 mEuros relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 458 129 mEuros e 199 862 mEuros, respectivamente. Detém ainda títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 202 648 mEuros e 184 058 mEuros, respectivamente.

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo de Pensões do Pessoal da CGD, bem como os ganhos e perdas actuariais no ano corrente e nos últimos 4 anos é analisado como segue:

	31.12.2010		31.12.2009		31.12.2008		31.12.2007		31.12.2006	
	Pensões Reforma	Plano Médico								
Responsabilidades	1 308 213	436 698	1 332 368	460 025	1 137 181	427 832	1 106 429	443 888	955 302	419 195
Valor do Fundo	1 424 864	-	1 332 368	-	1 137 181	-	1 106 441	-	955 302	-
Provisões	-	436 698	-	460 025	-	427 832	-	443 888	-	419 195
Responsabilidades (sub) / sobre financiada	(116 651)	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-
Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades	163 567	(36 095)	(64 890)	(19 720)	102 449	27 526	(33 422)	(14 543)	(19 322)	(9 377)
Ganhos / (Perdas) decorrentes dos activos do Fundo	(45 628)		21 735		(140 187)		(4 222)		11 658	

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respectivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Situação em 31 de Dezembro de 2008	-	3 006	3 341	6 347
Custo dos serviços correntes	(65 681)	(1 244)	(1 325)	(68 250)
Custo dos juros	(64 519)	(7 753)	(2 675)	(74 947)
Retorno esperado dos activos do plano	61 969	7 281	37	69 287
Custo normal do exercício (Nota 36.)	(68 231)	(1 716)	(3 963)	(73 910)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36.)	(455)	(7 382)	(701)	(8 538)
Outras variações com impacto em resultados	-	(452)	-	(452)
Variações com impacto em resultados	(68 686)	(9 550)	(4 664)	(82 900)
Desvios de responsabilidades	(64 890)	(8 772)	(50)	(73 712)
Desvios de rendimento	21 735	2 440	16 205	40 381
Desvios	(43 155)	(6 332)	16 155	(33 332)
Contribuições entregues pela entidade	111 841	14 295	307	126 443
Outros	-	-	(9 230)	(9 230)
Situação em 31 de Dezembro de 2009	-	1 419	5 909	7 329
Custo dos serviços correntes	(71 866)	(1 420)	(1 674)	(74 960)
Custo dos juros	(72 358)	(8 166)	(2 950)	(83 474)
Retorno esperado dos activos do plano	72 293	7 679	34	80 007
Custo normal do exercício (Nota 36.)	(71 931)	(1 907)	(4 590)	(78 428)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36.)	1 117	(5 364)	-	(4 247)
Outras variações com impacto em resultados	-	1 265	(24)	1 241
Variações com impacto em resultados	(70 814)	(6 006)	(4 614)	(81 434)
Desvios de responsabilidades	163 568	12 890	78	176 536
Desvios de rendimento	(45 628)	(10 448)	1 666	(54 410)
Desvios	117 940	2 442	1 744	122 126
Contribuições entregues pela entidade	69 525	7 795	429	77 749
Outros	-	840	3	843
Situação em 31 de Dezembro de 2010	116 651	6 491	3 471	126 613

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD, em 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Alteração da taxa de desconto de 5,75% para 5,5% em 2009	-	(57 334)
Alteração da taxa de crescimento dos salários (3,5% para 2,5%)	85 506	-
Alteração da taxa de crescimento das pensões (de 2,5% para 2,25% em 2009 e de 2,25% para 1,75% em 2010)	69 785	34 143
Ajustamento de 1 ano tábua mortalidade p/ mulheres (TV 88/90)	-	(15 426)
Ajustamento de 1 ano tábua mortalidade p/ homens (TV 73/77)	8 277	(19 163)
Outros desvios de responsabilidades	(45 628)	(7 110)
	117 940	(64 890)

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" e em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascendiam a 436.698 mEuros e 460 025 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram a essa situação, após Maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões, que, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendem a 23 504 mEuros e 26 333 mEuros, respectivamente.

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 42 394 mEuros e 44 145 mEuros, respectivamente (Nota 26.).

A Caixa determina, ainda, as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" e ascende a 1 847 mEuros e 1 982 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades no montante de 1 500 mEuros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

DESVIOS ACTUARIAIS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das IFRS, nos exercícios de 2010 e 2009, relativamente à CGD pode ser demonstrado como segue:

	Corredor		Desvios acima do Corredor		Total (Nota 19.)
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	113 718	42 783	29 618	41 532	227 651
Desvios actuariais do ano	19 519	3 219	23 636	16 501	62 875
Amortização (Nota 36.)	-	-	(694)	(2 634)	(3 328)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	133 237	46 002	52 560	55 399	287 198
Desvios actuariais do ano	(67 967)	(2 333)	(49 973)	(33 762)	(154 035)
Amortização (Nota 36.)	-	-	(2 587)	(3 437)	(6 024)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	65 270	43 669	-	18 200	127 139

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 14,5 anos até à reforma dos activos.

PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
CGD		
Provisão para assistência médica pós-emprego	436 698	460 025
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4 515	3 699
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	1 847	1 982
Responsabilidades da Sucursal de França	1 500	1 500
	444 560	467 206
Provisão para responsabilidades com pensões e outras		
Banco Comercial do Atlântico, SA	49 705	52 929
Outros	1 578	1 557
	51 283	54 486
Provisão para assistência médica pós-emprego		
Caixa Seguros e Saúde (Império-Bonança)	23 504	26 333
Outros	3 343	4 885
	26 846	31 218
Outros	7 503	4 061
	530 192	556 971

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho.

Nos exercícios de 2010 e 2009, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 23.):

	2010	2009
Saldo no início do exercício	556 971	505 886
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica – CGD (Nota 36)	33 979	32 493
Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 36)	816	(1 343)
Desvios actuariais relativos a assistência médica pós-emprego	(36 095)	19 720
Outros	(2 987)	15 635
	(4 287)	66 505
Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões"	942	5 649
Utilizações:		
Pagamentos ao SAMS e Serviços Sociais da CGD	(21 211)	(20 020)
Outros	(3 072)	(1 431)
Outros	849	383
Saldo no final do exercício	530 192	556 971

38. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	110 726	106 945
- Serviços de limpeza	12 276	12 082
- Serviços de estudos e consultas	8 585	9 968
- Avenças e honorários	8 094	9 381
- Serviços de segurança e vigilância	8 954	8 044
- Serviços de Informações	7 856	7 489
- Outros	233 748	215 780
Rendas e alugueres	81 282	81 688
Publicidade e edição de publicações	47 981	52 994
Comunicações e despesas de expedição	53 976	56 985
Conservação e reparação	51 475	48 531
Água, energia e combustíveis	24 839	23 592
Transporte de valores e outros	24 430	18 257
Deslocações, estadas e representação	13 208	14 810
Impressos e material de consumo corrente	10 472	10 250
Outros	23 296	21 285
	721 197	698 080

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o total dos futuros pagamentos de locação operacional, nos termos dos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	4 244	4 099
De 1 a 5 anos	6 286	2 669
Superior a 5 anos	241 384	-

No exercício de 2010, os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010
Revisão legal das contas anuais	285
Outros serviços que não sejam de revisão	84
	368^(a)

(a) Os saldos apresentados incluem IVA.

39. IMPARIDADE EM ACTIVOS

O movimento na imparidade, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	2010			
	Saldo em 31.12.2009	Entrada / (saída) de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11.)	2 405 224	7 067	1 674 681	(1 270 596)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6.)	159 563	-	73 015	(81 168)
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8.)				
Instrumentos de capital	318 040	11 431	261 130	-
Instrumentos de dívida	62 064	-	7 723	(5 247)
Outros instrumentos	54 929	-	75 521	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14.)	18 760	152	8 948	(9 038)
Imparidade de activos intangíveis (Nota 15.)	957	-	-	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda				
Imóveis e equipamento (Nota 12.)	59 825	-	45 586	(28 572)
Imparidade de outros activos (Nota 19.)	144 429	2 359	21 364	(14 600)
Imparidade em associadas	161	-	-	-
	818 728	13 942	493 286	(138 625)
	3 223 952	21 009	2 167 967	(1 409 221)

	2009			
	Saldo em 31.12.2008	Entrada / (saída) de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11.)	2 121 086	901	1 176 650	(719 237)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6.)	106 381	-	69 041	(15 189)
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8.)				
Instrumentos de capital	650 234	-	136 265	-
Instrumentos de dívida	52 666	-	26 618	(641)
Outros instrumentos	4 924	-	50 005	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14.)	19 172	-	2 822	(2 745)
Imparidade de activos intangíveis (Nota 15.)	957	-	-	(10)
Imparidade de activos não correntes detidos para venda				
Imóveis e equipamento (Nota 12.)	37 777	-	34 420	(11 992)
Imparidade de outros activos (Nota 19.)	180 251	1 857	17 264	(46 739)
Imparidade em associadas	-	-	161	-
	1 052 363	1 857	336 596	(77 316)
	3 173 449	2 757	1 513 247	(796 553)

...continuação

Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2010	Recuperação de crédito, juros e despesas
(201 392)	8 524	(13 684)	2 609 824	(34 984)
(67 128)	5 428	(777)	88 933	
(244 442)	139	(13 900)	332 397	
(20 092)	994	-	45 441	
(48 570)	-	18 988	100 867	
(3 081)	-		15 741	
-		1	958	
(2 006)		(2 704)	72 128	
(1 029)	516	2 766	155 804	
(161)	-	-	-	
(386 510)	7 077	4 374	812 271	-
(587 902)	15 601	(9 311)	3 422 095	(34 984)

Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2009	Recuperação de crédito, juros e despesas
(166 955)	(5 440)	(1 781)	2 405 224	(40 567)
-	(2 218)	1 548	159 563	-
(468 109)	(55)	(296)	318 040	
(3 715)	(433)	(12 431)	62 064	
-	-	-	54 929	
(489)	-	-	18 760	-
-	-	10	957	
(367)	(13)	-	59 825	
(3 652)	(77)	(4 473)	144 429	
-	-	-	161	
(476 333)	(2 796)	(15 643)	818 728	-
(643 288)	(8 236)	(17 424)	3 223 952	(40 567)

40. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8, e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Aviso n.º 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- **Actividade Seguradora:** inclui a actividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA. A actividade foi dividida entre Vida e Não-Vida;
- **Corporate Finance:** inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (*merchant banking* – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- **Negociação e vendas:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “*repo*” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e, também, os depósitos captados junto de particulares;
- **Banca comercial:** inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;
- **Gestão de activos:** inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos, nos exercícios de 2010 e 2009, apresenta a seguinte composição:

LINHAS DE NEGÓCIO

	2010								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não-Vida	Outros	Total
Margem financeira	(74 256)	861 540	426 323	11 824	149 907	33 950	3 025	2 945	1 415 258
Rendimentos de instrumentos de capital	29 190	158	146 519	13 936	135	1 100	5 292	1 147	197 477
Rendimentos de serviços e comissões	23 672	199 807	95 403	35 614	74 987	2 707	-	216 439	648 628
Encargos com serviços e comissões	(12 072)	(42 784)	(8 165)	(8 218)	(8 652)	(68)	(274)	(66 080)	(146 313)
Resultados em operações financeiras	54 254	43 543	2 277	(18 767)	(138)	5 789	30 897	6 533	124 388
Outros resultados de exploração	2 664	(3 667)	47 525	(5 571)	22 992	(25)	(5 324)	292 369	350 963
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	293 059	1 030 293	-	1 323 352
Resultados em investimentos									
afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	140 432	94 256	(27 921)	206 767
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(256 912)	(674 750)	2	(931 660)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	1 627	(91 081)	(7)	(89 461)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	23 451	1 058 597	709 881	28 818	239 231	221 658	392 335	425 427	3 099 398
Outros custos e proveitos									(2 848 816)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									250 582

...continuação

2010

	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não-Vida	Outros	Total
Disponibilidades e aplicações									
em instituições de crédito (líquido)	4 617 426	1 365 534	32 102	24 202	-	6 368	20 878	91 477	6 157 987
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	16 765 676	613 003	559 243	750 032	-	10 034 325	1 626 074	313 986	30 662 339
Crédito a clientes (líquido)	1 120 382	39 513 829	40 145 861	135 787	957 298	2 695	2 949	28 404	81 907 204
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	22 238	242 326	-	264 564
Activo líquido total	23 276 730	42 903 736	40 398 207	934 658	1 163 017	10 140 780	2 100 967	4 943 879	125 861 974
Recursos de instituições									
de crédito e bancos centrais	13 407 713	414 775	635 149	31 545	99 536	-	-	14 952	14 603 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	601 444	47 138 248	12 750 839	60 631	4 830	7 110 244	-	13 808	67 680 045
Responsabilidades representadas por títulos	18 831 408	475 339	-	-	-	-	-	-	19 306 748
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	3 473 730	2 269 206	-	5 742 936
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	732 512	-	-	732 512

2009

	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não-Vida	Outros	Total
Margem financeira	1 751	978 449	428 517	10 197	129 528	(20 322)	2 135	2 687	1 532 943
Rendimentos de instrumentos de capital	18 084	450	79 969	987	2 524	1 101	5 286	1	108 402
Rendimentos de serviços e comissões	27 941	142 572	105 673	34 960	73 677	1 987	-	205 654	592 463
Encargos com serviços e comissões	(9 622)	(19 781)	(4 493)	(2 289)	(28 832)	(415)	(845)	(78 418)	(144 695)
Resultados em operações financeiras	199 042	16 529	7 119	(32 425)	3 359	12 405	1 944	(8 476)	199 497
Outros resultados de exploração	2 432	11 842	44 917	(180)	7 669	(32)	(10 586)	163 567	219 629
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	691 425	1 082 743	-	1 774 167
Resultados em investimentos									
afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	162 746	87 379	-	250 125
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(686 742)	(739 064)	-	(1 425 806)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros									
	-	-	-	-	-	(446)	(106 805)	-	(107 250)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	239 628	1 130 060	661 703	11 249	187 926	161 707	322 192	285,015	2 999 474
Outros custos e proveitos									(2 720 532)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									278 941
Disponibilidades e aplicações									
em instituições de crédito (líquido)	10 256 078	1 044 151	55 212	4 147	4	44 004	34 710	79 370	11 517 677
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	13 993 089	80 840	129 073	347 644	406 885	8 875 275	2 019 602	255 908	26 108 317
Crédito a clientes (líquido)	1 368 887	39 903 470	35 460 952	61 332	1 099 629	2 662	3 181	(678 105)	77 222 008
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	24 371	234 008	-	258 379
Activo líquido total	25 618 055	41 028 461	35 645 237	413 124	1 506 518	8 946 313	2 291 501	5 535 634	120 984 842
Recursos de instituições									
de crédito e bancos centrais	6 261 645	57 475	141 514	636	10 647	-	-	6 716	6 478 633
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 580 827	46 389 406	10 322 932	26 767	5 907	5 919 676	-	10 171	64 255 685
Responsabilidades representadas por títulos	24 601 282	581 041	-	-	-	-	-	-	25 182 323
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	4 118 696	2 320 529	-	6 439 225
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	867 967	-	-	867 967



MERCADOS GEOGRÁFICOS

2010

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	5 824 651	513 570	50 352	29 120	48 980	82 194	209 081	(2 369 859)	4 388 089
Juros e encargos similares	(4 860 824)	(316 483)	(30 969)	(11 357)	(20 647)	(33 213)	(85 482)	2 386 144	(2 972 831)
Rendimentos de instrumentos de capital	339 220	20 437	-	-	-	96	2 688	(164 964)	197 477
Rendimentos de serviços e comissões	585 164	62 877	848	3 299	9 209	32 385	50 579	(95 733)	648 628
Encargos com serviços e comissões	(136 772)	(17 850)	(13)	(195)	(307)	(15 754)	(19 374)	43 952	(146 313)
Resultados em operações financeiras	127 267	(3 436)	2 847	(3 690)	(10 804)	2 891	55 630	(46 317)	124 388
Outros resultados de exploração	461 602	(4 458)	(49)	(609)	(2 248)	2 154	2 757	(108 186)	350 963
Prémios, líquidos de resseguro	1 319 389	-	-	-	-	-	3 963	-	1 323 352
Resultados em investimentos									
afectos a contratos de seguros	243 821	-	-	-	-	-	-	(37 054)	206 767
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(929 907)	-	-	-	-	-	(1 753)	-	(931 660)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(131 116)	-	-	-	-	-	1 726	39 929	(89 461)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	2 842 495	254 657	23 016	16 568	24 183	70 753	219 815	(352 088)	3 099 399
Outros custos e proveitos									(2 848 817)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									250 582
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	19 082 084	7 354 761	727 116	1 042 288	14 897	3 252 985	903 328	(26 219 492)	6 157 967
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	37 136 072	2 959 816	486 446	82 345	223 632	54 106	398 733	(10 678 811)	30 662 339
Crédito a clientes (líquido)	67 644 936	10 231 498	1 102 207	631 317	75 723	1 161 906	1 795 125	(735 508)	81 907 204
Provisões técnicas de resseguro cedido	260 162	-	-	-	-	-	4 402	-	264 564
Activo líquido total	136 391 836	20 958 925	2 321 970	1 757 534	321 923	4 779 221	3 591 675	(44 261 110)	125 861 974
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	24 273 690	11 059 639	1 195 718	1 745 779	38 952	1 052 891	226 805	(24 989 805)	14 603 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	58 877 116	4 476 344	1 020 416	18 730	82 520	3 159 005	2 473 174	(2 427 260)	67 680 045
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	732 512	-	-	-	-	-	-	-	732 512
Responsabilidades representadas por títulos	19 727 908	2 471 308	27 455	22 620	-	-	-	(2 942 543)	19 306 748
Provisões técnicas de contratos de seguros	5 732 955	-	-	-	-	-	9 981	-	5 742 936

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	7 103 874	853 844	74 347	35 772	5 761	109 836	162 165	(3 028 569)	5 317 030
Juros e encargos similares	(5 991 800)	(606 382)	(70 870)	(17 556)	(4 243)	(61 917)	(71 129)	3 039 810	(3 784 087)
Rendimentos de instrumentos de capital	268 586	18 230	-	-	-	409	2 787	(181 610)	108 402
Rendimentos de serviços e comissões	543 884	60 053	387	4 269	1 925	24 343	34 608	(77 006)	592 463
Encargos com serviços e comissões	(144 828)	(15 600)	(18)	(79)	(52)	(11 717)	(10 439)	38 038	(144 695)
Resultados em operações financeiras	172 991	(3 450)	3 600	239	5 234	1 758	31 342	(12 217)	199 497
Outros resultados de exploração	356 397	(2 015)	(76)	(550)	(134)	4 413	4 162	(142 568)	219 629
Prémios, líquidos de resseguro	1 770 597	-	-	-	-	-	3 571	(1)	1 774 167
Resultados em investimentos									
afectos a contratos de seguros	263 558	-	-	-	-	-	-	(13 433)	250 125
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1 425 371)	-	-	-	-	-	(436)	1	(1 425 806)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(140 485)	-	-	-	-	-	657	32 578	(107 250)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	2 777 403	304 680	7 370	22 095	8 491	67 125	157 288	(344 977)	2 999 474
Outros custos e proveitos									(2 720 532)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									278 941
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	22 881 353	14 784 152	987 284	2 112 912	13 285	2 880 488	467 596	(32 609 393)	11 517 677
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	27 895 569	1 863 513	1 193 626	444 671	43 532	69 044	232 955	(5 634 593)	26 108 317
Crédito a clientes (líquido)	63 954 050	9 138 290	1 011 552	766 229	37 693	1 081 028	1 364 811	(131 645)	77 222 008
Provisões técnicas de resseguro cedido	255 146	-	-	-	-	-	3 233	-	258 379
Activo líquido total	126 267 607	26 056 372	3 195 869	3 326 836	106 583	4 290 152	2 281 761	(44 540 338)	120 984 842
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	22 507 668	10 751 384	999 681	1 892 476	5 647	732 519	159 665	(30 570 407)	6 478 633
Recursos de clientes e outros empréstimos	55 590 001	4 825 187	1 054 521	312 420	28 450	3 046 713	1 636 474	(2 238 081)	64 255 685
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	867 967	-	-	-	-	-	-	-	867 967
Responsabilidades representadas por títulos	19 493 005	7 058 998	1 057 946	1 163 012	-	-	4 661	(3 595 299)	25 182 323
Provisões técnicas de contratos de seguros	6 430 032	-	-	-	-	-	9 193	-	6 439 225

A coluna "Outros" inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos exercícios de 2010 e 2009, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio, de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

2010

	Actividade Bancária em Portugal	Actividade Internacional	Banca de investimento	Actividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	4 434 361	882 954	274 505	300 257	(1 503 989)	4 388 089
Juros e encargos similares	(3 645 150)	(467 200)	(240 134)	(212 590)	1 592 243	(2 972 831)
Rendimentos de instrumentos de capital	146 241	20 900	325	6 393	23 618	197 477
Margem Financeira Alargada	935 452	436 654	34 696	94 060	111 871	1 612 735
Rendimentos de serviços e comissões	456 932	158 348	73 469	2 707	(42 828)	648 628
Encargos com serviços e comissões	(81 381)	(53 480)	(18 965)	(6 117)	13 631	(146 313)
Resultados em operações financeiras	133 705	42 000	(8 439)	(7 998)	(34 881)	124 388
Outros Resultados De Exploração	221 470	(2 405)	1 607	113 972	16 319	350 963
Margem Complementar	730 726	144 463	47 672	102 563	(47 759)	977 666
Prémios, líquidos de resseguro	-	3 963	-	1 319 389	-	1 323 352
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	215 900	(9 134)	206 767
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(1 753)	-	(929 907)	-	(931 660)
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	-	1 726	-	(131 116)	39 928	(89 461)
Margem técnica da actividade de seguros	-	3 936	-	474 267	30 795	508 998
Produto da actividade Bancária e Seguradora	1 666 178	585 054	82 369	670 890	94 907	3 099 398
Outros custos e proveitos	(1 588 975)	(504 267)	(47 431)	(636 803)	(71 340)	(2 848 816)
Resultado líquido do exercício atribuível ao accionista da CGD	77 203	80 787	34 938	34 087	23 567	250 582

2009

	Actividade Bancária em Portugal	Actividade Internacional	Banca de investimento	Actividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	5 526 136	1 167 417	256 870	354 788	(1 988 182)	5 317 030
Juros e encargos similares	(4 580 218)	(761 227)	(220 058)	(307 158)	2 084 575	(3 784 087)
Rendimentos de instrumentos de capital	79 699	19 228	-	6 387	3 088	108 402
Margem Financeira Alargada	1 025 617	425 418	36 812	54 018	99 481	1 641 345
Rendimentos de serviços e comissões	409 789	125 199	84 492	1 987	(29 005)	592 463
Encargos com serviços e comissões	(78 135)	(37 893)	(36 420)	(8 477)	16 230	(144 695)
Resultados em operações financeiras	171 112	35 122	36 144	(9 923)	(32 958)	199 497
Outros Resultados De Exploração	77 355	7 723	2 388	111 909	20 253	219 629
Margem Complementar	580 122	130 150	86 604	95 497	(25 480)	866 893
Prémios, líquidos de resseguro	-	3 571	-	1 770 597	-	1 774 167
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	263 558	(13 434)	250 125
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(436)	-	(1 425 371)	-	(1 425 806)
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	-	657	-	(140 485)	32 577	(107 250)
Margem técnica da actividade de seguros	-	3 792	-	468 299	19 144	491 235
Produto da actividade Bancária e Seguradora	1 605 739	559 360	123 416	617 813	93 145	2 999 474
Outros custos e proveitos	(1 456 926)	(491 625)	(74 751)	(608 464)	(88 808)	(2 720 574)
Resultado líquido do exercício atribuível ao accionista da CGD	148 813	67 736	48 665	9 350	4 337	278 899

A coluna "Outros" inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

41. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo as empresas associadas, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2010			2009		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Activos:						
Aplicações em instituições de crédito	-	1 145 852	-	-	4 195 000	-
Títulos e instrumentos financeiros						
derivados de negociação	4 747 008	3 207 007	3 315	899 874	42 324	4 005
Crédito a clientes	61 626	2 870 266	711 195	65 083	1 469 506	679 673
Provisões para crédito / Imparidade	-	34	60 922	-	-	2 583
Outros activos	23 278	463 455	33 805	25 146	73 565	32 341
Passivos:						
Recursos de clientes e outros empréstimos	922	840 058	20 205	3 077	1 769 215	38 041
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	6 289	-	-	835	-
Outros passivos	2 950	1 405	5 712	309	1 559	2 840
Garantias prestadas	-	2 305	21 184	-	3 212	15 393
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	52 755	84 229	25 882	18 108	72 616	35 319
Ganhos em operações financeiras	83 994	22 270	8 954	28 149	17 991	1 463
Rendimentos de serviços e comissões	2 659	1 896	840	3	6 542	372
Outros proveitos de exploração	-	11 340	953	-	18 093	6 246
Custos:						
Juros e encargos similares	-	14 748	2 099	-	16 680	1 933
Perdas com operações financeiras	83 767	29 244	3 485	15 781	12 621	861
Encargos com serviços e comissões	-	10	917	-	2 335	26
Outros custos de exploração	3	398	4 455	2	820	3 481

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a coluna "Outras entidades do Estado Português" não inclui saldos com a Administração local.

No decorrer do exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, conforme descrito em maior detalhe na Nota 14., registando uma mais-valia de 103 865 mEuros.

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 8., nos exercícios de 2010 e 2009, a Caixa alienou à Párpública participações detidas na EDP e na REN, tendo, em resultado destas operações, sido reconhecidas mais valias líquidas nos montantes de 26 741 mEuros e 116 290 mEuros, respectivamente.

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Em 2010, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Caixa e das empresas do Grupo (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal-chave da gerência, conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria) ascenderam a 21 321 mEuros (20 782 mEuros em 2009). O valor dos referidos encargos no exercício de 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	2010
Benefícios de curto prazo	20 876
Benefícios pós-emprego	351
Outros benefícios de longo prazo	94
	21 321

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido a membros dos Conselhos de Administração ascendia a 1.887 mEuros e 980 mEuros respectivamente.

42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ACTIVIDADE DO GRUPO

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

RISCO DE CRÉDITO

O Controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se, também, o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada subcarteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* (*loss given default* – LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efectuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades, bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, é efectuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda a todos os clientes, numa perspectiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objecto de proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direcção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de factores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. São igualmente tidos em consideração o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspectos / condições que poderão mitigar o risco de crédito.

RISCO DE MERCADO

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de

mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (*basis point value* (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito, segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

RISCO CAMBIAL

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO DE TAXA DE JURO

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez, da DGR, controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão delegado do Conselho de Administração responsável pelo processo de ALM, o qual reúne mensalmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes *buckets* considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 83% do seu saldo (*core deposits*) é considerado no *bucket* superior a 10 anos, sendo o restante (*non-core deposits*) alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets*, de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no *bucket* até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos *gaps* de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas, sobretudo, ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos de médio e longo prazos nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente, através da emissão de obrigações hipotecárias e de Euro Medium Term Notes.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança, quer da emissão de dívida.

Foram, também, efectuados testes de esforço de liquidez, segundo metodologia desenvolvida internamente, articulados com o plano de contingência existente visando a determinação das perspectivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adoptada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das mesmas (*repricing dates*). Para esses intervalos, são depois calculados os respectivos *cash flows* activos e passivos, bem como os correspondentes *gaps* de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo *gap* de duração. Através deste, procura medir-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses *gaps* sobre a margem financeira, procede-se, periodicamente, à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal do saldo dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas nas *yield curves*.

Por decisão do ALCO, foi, em devido tempo, aprovado um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas *guidelines* é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir, o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao *gap* acumulado a 12 meses e ao *gap* de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e fornecido ao Banco de Portugal o mapa de risco de taxa de juro da carteira bancária, que engloba todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +200 bp (conforme Instrução n.º 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7, relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo CGD.

RISCO DE CRÉDITO

EXPOSIÇÃO MÁXIMA A RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Títulos de Negociação		
Dívida Pública	1 105 653	1 371 137
Dívida Privada	225 178	1 328 573
	1 330 831	2 699 710
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor em contrapartida de resultados		
Dívida Pública	175 937	25 523
Dívida Privada	232 718	166 163
	408 655	191 686
Activos Disponíveis para venda		
Dívida Pública	7 279 609	2 712 428
Dívida Privada	14 764 604	11 562 880
	22 044 214	14 275 308
	23 783 699	17 166 705

...continuação

	2010	2009
Instrumentos Financeiros Derivados	2 000 967	2 374 273
Aplicações e Empréstimos de IC	3 424 242	8 353 214
Crédito a clientes	81 927 912	77 242 718
Outros devedores	2 428 083	1 650 781
Outras operações a regularizar	684 105	269 350
	90 465 310	89 890 337
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avals	4 861 323	3 970 211
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	110 804	51 682
Créditos documentários abertos	378 078	162 233
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	6 604	5 531
Contratos de Depósitos a prazo a constituir	2 634	62 253
Linhas de crédito irrevogáveis	2 891 116	3 038 369
Outros compromissos irrevogáveis	1 664 250	1 922 500
<i>Credit Default Swaps</i>	800 970	1 014 670
	10 715 780	10 227 449
Exposição máxima	124 964 789	117 284 491

QUALIDADE DE CRÉDITO DE APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O seguinte quadro apresenta a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, considerando a notação de risco determinada de acordo com o modelo interno de avaliação desenvolvido pela Caixa para instituições financeiras e por país de origem da contraparte:

	2010						Total
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	
AA- até AA+	-	171 901	98 536	-	106 802	17 604	394 843
A- até A+	54 144	37 189	31 854	-	28 107	4 103	155 397
Menor que A-	2 268 225	90 339	95 970	19 446	133 814	121 615	2 729 409
Sem Rating	7 898	5 889	41 816	-	-	8 234	63 837
Bancos Centrais e Supranacionais	-	19 610	-	-	9 930	51 216	80 756
	2 330 267	324 928	268 176	19 446	278 653	202 772	3 424 242

	2009						Total
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	
AA- até AA+	-	639 864	-	-	38 715	35 523	714 102
A- até A+	590	612 581	101 460	-	29 261	6 659	750 551
Menor que A-	5 242 441	717 199	19 240	95 095	65 117	87 945	6 227 038
Sem Rating	222 788	23 624	3	694	-	33 074	280 183
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	-	44 468	336 871	381 339
	5 465 820	1 993 268	120 703	95 790	177 561	500 073	8 353 214

No âmbito do Programa Basileia II – Projecto de Modelos de Scoring e Rating, foi desenvolvido, internamente, um modelo de notação de risco para o segmento de Instituições Financeiras. Este modelo permite obter estimativas de Probabilidade de *default* - PD (probabilidade de incumprimento) a um ano. Trata-se de um modelo estatístico que utiliza informação financeira, informação de enquadramento geográfico e tipo de actividade principal de cada instituição financeira notada.

A escala de notação do modelo varia entre AAA (melhor notação de risco, à qual corresponde uma menor PD) e CCC (pior notação de risco, à qual corresponde uma maior PD).

QUALIDADE DE CRÉDITO DE TÍTULOS DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de *rating* atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	-	570 259	-	-	570 259
AA- até AA+	89 105	21 231	-	-	110 336
A- até A+	328 961	86 485	9 611	3 135	428 192
Menor que A-	90 899	52 582	1 079	77 441	222 001
Sem <i>Rating</i>	43	-	-	-	43
	509 008	730 557	10 690	80 576	1 330 831
Emitidos por:					
Corporates	82 488	28 918	235	11 359	123 000
Governos e outras autoridades locais	414 399	660 299	-	30 955	1 105 653
Instituições financeiras	12 121	41 340	10 455	13 556	77 472
Outros emitentes	-	-	-	24 706	24 706
	509 008	730 557	10 690	80 576	1 330 831
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (<i>Fair Value Option</i>)					
AAA	1 251	97	-	-	1 348
AA- até AA+	12 531	68 579	726	-	81 836
A- até A+	29 620	61 326	8 211	2 791	101 948
Menor que A-	20 066	8 523	-	166 977	195 566
Sem <i>Rating</i>	15 777	4 894	5 263	2 023	27 957
	79 245	143 419	14 200	171 791	408 655
Emitidos por:					
Corporates	14 944	6 266	-	-	21 210
Governos e outras autoridades locais	11 590	-	-	164 348	175 938
Instituições financeiras	44 536	78 646	14 200	7 443	144 825
Outros emitentes	8 175	58 507	-	-	66 682
	79 245	143 419	14 200	171 791	408 655
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	432 503	2 274 729	110 149	13 426	2 830 807
AA- até AA+	5 438 885	2 001 218	106 662	353 429	7 900 194
A- até A+	3 932 846	4 202 767	359 047	162 523	8 657 183
Menor que A-	322 378	1 391 590	46 918	544 939	2 305 825
Sem <i>Rating</i>	187 113	108 936	2 427	51 729	350 205
	10 313 725	9 979 240	625 203	1 126 046	22 044 214
Emitidos por:					
Corporates	446 936	1 050 564	77 250	43 506	1 618 256
Governos e outras autoridades locais	4 718 376	2 116 234	81 930	336 020	7 252 560
Instituições financeiras	5 066 319	6 499 057	464 406	716 069	12 745 851
Outros emitentes	82 094	313 385	1 617	30 451	427 547
	10 313 725	9 979 240	625 203	1 126 046	22 044 214

	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	71 395	951 347	27 330	-	1 050 073
AA- até AA+	4 331	327 775	2 910	-	335 016
A- até A+	926 052	134 297	5 304	10 831	1 076 484
Menor que A-	2 465	187 715	-	43 913	234 093
Sem <i>Rating</i>	-	-	-	4 045	4 045
	1 004 243	1 601 135	35 544	58 789	2 699 710
Emitidos por:					
<i>Corporates</i>	1 041	44 531	2 910	5 851	54 333
Governos e outras autoridades locais	676 940	663 750	-	30 447	1 371 137
Instituições financeiras	183 855	887 620	32 634	18 447	1 122 557
Outros emitentes	142 406	5 232	-	4 045	151 683
	1 004 243	1 601 134	35 544	58 790	2 699 710
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (<i>Fair Value Option</i>)					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	4 182	3 479	-	-	7 661
A- até A+	21 059	46 269	-	-	67 328
Menor que A-	377	10 173	-	18 524	29 074
Sem <i>Rating</i>	35 238	42 893	-	9 492	87 623
	60 856	102 814	-	28 016	191 686
Emitidos por:					
<i>Corporates</i>	27 226	-	-	-	27 226
Governos e outras autoridades locais	-	-	-	25 522	25 522
Instituições financeiras	-	29 649	-	2 494	32 143
Outros emitentes	33 630	73 165	-	-	106 795
	60 856	102 814	-	28 016	191 686
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	544 129	1 915 824	138 959	11 684	2 610 596
AA- até AA+	43 350	2 354 401	154 580	315 806	2 868 137
A- até A+	966 219	4 617 545	393 114	183 405	6 160 283
Menor que A-	46 646	1 471 433	66 033	205 493	1 789 605
Sem <i>Rating</i>	531 948	162 450	1 466	150 824	846 688
	2 132 293	10 521 652	754 152	867 212	14 275 308
Emitidos por:					
<i>Corporates</i>	831 572	975 838	103 706	44 423	1 955 539
Governos e outras autoridades locais	211 555	2 184 776	100 022	222 013	2 718 366
Instituições financeiras	1 012 687	7 264 745	517 557	594 752	9 389 741
Outros emitentes	76 479	96 293	32 867	6 023	211 663
	2 132 293	10 521 652	754 152	867 211	14 275 308

EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados do Grupo incluem títulos de tipologias que foram especialmente afectadas pelo período de turbulência financeira que tem caracterizado os mercados financeiros desde 2008, com a seguinte composição:

Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente
Activos financeiros disponíveis para venda			
<i>Commercial mortgage-backed securities</i>			
	AAA	Senior	União Europeia
	AA- até AA+	Senior	União Europeia
	Menor que A-	Senior	União Europeia
		Mezzanine	União Europeia
<i>Residential mortgage-backed securities</i>			
	AAA	Senior	União Europeia
		Senior	América do Norte
			Outros
	AA- até AA+	Senior	União Europeia
		Mezzanine	União Europeia
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia
	CCC	Mezzanine	América do Norte
<i>Asset-backed securities</i>			
	AAA	Senior	União Europeia
	AA- até AA+	Senior	América do Norte
		Mezzanine	União Europeia
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia
<i>Collateralized Loan obligations</i>			
	AAA	Senior	União Europeia
			Outros
	AA- até AA+	Senior	Outros
			União Europeia
		Mezzanine	União Europeia
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia
	CCC	Mezzanine	União Europeia

...continuação

31.12.2010

31.12.2009

Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo Valor
14 451	-	(1 732)	15 427	-	(4 019)
17 098	-	(2 381)	20 543	-	(6 407)
3 045	-	(521)	3 451	-	(718)
3 256	-	(1 331)	18 590	-	(2 498)
37 850	-	(5 965)	58 012	-	(13 642)
94 726	-	(6 398)	140 307	-	(6 633)
-	-	-	3 280	-	(1)
-	-	-	2 964	-	84
89	-	(37)	107	-	(29)
196	-	(6)	33 517	-	(2 557)
6 896	-	(3 928)	15 681	-	(7 615)
18 014	-	(17 787)	34 247	-	(26 575)
415	(9 202)	262	151	(8 527)	-
120 336	(9 202)	(27 894)	230 254	(8 527)	(43 326)
41	-	(0)	2 733	-	(9)
-	-	-	3 475	-	3
1 413	-	(162)	1 568	-	(295)
-	-	-	285	-	(128)
1 454	-	(163)	8 061	-	(430)
6 565	-	(739)	21 126	-	(2 090)
13 426	-	(1 021)	11 684	-	(1 663)
21 128	-	(819)	18 556	-	(1 755)
86	-	(11)	5 318	-	(710)
-	-	-	3 611	-	(2 400)
5 175	-	(1 014)	11 434	-	(8 969)
48 548	-	2 747	40 906	-	(22 962)
6 236	-	(230)	2 333	-	(3 995)
101 165	-	(1 087)	114 969	-	(44 545)

...continuação

Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente
<i>Collateralized Debt obligations</i>			
	Menor que A-	Outros	União Europeia
	C	Outros	América do Norte
	CCC	Outros	América do Norte
<i>Outros instrumentos financeiros</i>			
	A- até A+	Outros	União Europeia
	Sem <i>rating</i>	Senior	União Europeia
		Mezzanine	América do Norte
	n.d.	Fundos	União Europeia
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			
<i>Residential mortgage-backed securities</i>			
	AA- até AA+	Senior	União Europeia
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia
<i>Asset-backed securities</i>			
	AA- até AA+	Senior	União Europeia
		Mezzanine	União Europeia
<i>Outros instrumentos financeiros</i>	AA- até AA+	Senior	União Europeia

n.d. – Não disponível.

...continuação

31.12.2010			31.12.2009		
Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo Valor
680	-	(6 109)	2 676	-	(4 113)
-	-	-	-	(2 500)	-
-	-	-	198	(6 063)	-
680	-	(6 109)	2 874	(8 563)	(4 113)
12 815	-	(7 115)	9 320	-	(10 372)
8 970	(33 426)	-	11 820	(30 576)	-
-	-	-	1 045	(3 814)	-
90 681	(10 537)	(3 270)	79 583	(10 537)	(11 558)
112 466	(43 963)	(10 385)	101 767	(44 928)	(21 930)
373 951	(53 165)	(51 603)	515 936	(62 017)	(127 985)
1 167	-	-	-	-	-
1 560	-	-	-	-	-
2 727	-	-	-	-	-
412	-	-	-	-	-
925	-	-	-	-	-
1 338	-	-	-	-	-
47 067	-	-	42 893	-	-
51 131	-	-	42 893	-	-
425 083	(53 165)	(51 603)	558 829	(62 017)	(127 985)

Na preparação do quadro apresentado acima, foram considerados os títulos cuja variação no justo valor tenha afectado directamente os resultados do Grupo no decorrer do exercício.

O movimento ocorrido nestes títulos, nos exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

Tipo	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido) em 31.12.2009
Activos financeiros disponíveis para venda				
<i>Commercial mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	15 427
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	20 543
	Menor que A-	Sénior	União Europeia	3 451
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	18 590
<i>Residential mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	140 307
	AAA	Sénior	América do Norte	3 280
	AAA		Outros	2 964
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	107
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	33 517
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	15 681
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	34 247
	CCC	Mezzanine	América do Norte	151
<i>Asset-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	2 733
	AA- até AA+	Sénior	América do Norte	3 475
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	1 568
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	285
<i>Collateralized Loan obligations</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	21 126
	AAA	Sénior	Outros	11 684
	AA- até AA+	Sénior	Outros	18 556
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	5 318
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	3 611
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	11 434
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	40 906
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2 333
<i>Collateralized Debt obligations</i>				
	Menor que A-	Outros	União Europeia	2 676
	C	Outros	América do Norte	-
	CCC	Outros	América do Norte	198
<i>Outros instrumentos financeiros</i>				
	A- até A+	Outros	União Europeia	9 320
	Sem rating	Sénior	União Europeia	11 820
	Sem rating	Mezzanine	América do Norte	1 045
	n.d.	Fundos	União Europeia	79 583
				515 936
Activos financeiros ao justo valor através de resultados				
<i>Residential mortgage-backed securities</i>				
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	-
<i>Asset-backed securities</i>				
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	-
<i>Outros instrumentos financeiros</i>				
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	42 893
				42 893
				558 829

(a) Apresentação dos títulos efectuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31.12.2010.
n.d. – Não disponível.

...continuação

2010

Impacto em Resultados do Período						
Amortizações de capital	Aquisições	Ganhos(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação de reserva de justo valor	Entradas de entidades no perímetro	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2010
(2 610)	-	(654)	-	2 287	-	14 451
(7 787)	-	315	-	4 026	-	17 098
(563)	-	(39)	-	197	-	3 045
(18 209)	-	1 708	-	1 167	-	3 256
(47 129)	-	1 314	-	235	-	94 726
(3 550)	-	269	-	1	-	0
(3 494)	-	614	-	(84)	-	0
(10)	-	(0)	-	(8)	-	89
(35 989)	-	117	-	2 552	-	196
(12 411)	-	(61)	-	3 687	-	6 896
(25 129)	-	107	-	8 789	-	18 014
-	-	12	(9)	262	-	415
(2 704)	-	4	-	9	-	42
(3 749)	-	276	-	(3)	-	(0)
(288)	-	0	-	133	-	1 413
(400)	-	(13)	-	128	-	0
(16 214)	-	302	-	1 351	-	6 565
-	-	1 100	-	642	-	13 426
-	-	1 637	-	935	-	21 128
(5 919)	-	(12)	-	700	-	86
(6 000)	-	(11)	-	2 400	-	-
(17 039)	-	2 824	-	7 955	-	5 175
(18 797)	-	730	-	25 709	-	48 548
-	-	138	-	3 766	-	6 236
-	-	1	-	(1 996)	-	680
-	-	-	-	-	-	-
-	-	(198)	-	-	-	-
-	-	239	-	3 256	-	12 815
-	-	0	(2 850)	-	-	8 970
(2 541)	-	1 496	-	-	-	(0)
(6 358)	6 358	2 810	-	8 289	-	90 681
(236 891)	6 358	15 026	(2 859)	76 382	-	373 952
-	-	-	-	-	1 167	1 167
-	-	-	-	-	1 560	1 560
-	-	-	-	-	412	412
-	-	-	-	-	925	925
(5 842)	-	10 007	-	-	9	47 067
(5 842)	-	10 007	-	-	4 074	51 131
(242 733)	6 358	25 034	(2 859)	76 382	4 074	425 084



Tipo	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido) em 31.12.2008
Activos financeiros disponíveis para venda				
<i>Commercial mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	14 939
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	19 252
	Menor que A-	Sénior	União Europeia	4 013
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	16 177
<i>Residential mortgage-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	168 605
	AAA		América do Norte	5 238
	AAA		Outros	13 291
	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	5 489
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	30 388
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	14 787
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	35 292
	CCC	Mezzanine	América do Norte	783
<i>Asset-backed securities</i>				
	AAA	Sénior	América do Norte	3 415
	AAA		União Europeia	3 719
	AA- até AA+	Sénior	América do Norte	2 407
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	385
<i>Collateralized Loan obligations</i>				
	AAA	Sénior	União Europeia	11 638
	AAA		Outros	15 120
	AA- até AA+	Sénior	Outros	16 359
	AA- até AA+		União Europeia	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	234
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	5 270
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	23 589
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2 624
<i>Collateralized Debt obligations</i>				
	Menor que A-	Outros	União Europeia	-
	C	Outros	América do Norte	-
	CCC	Outros	América do Norte	-
<i>Outros instrumentos financeiros</i>				
	A- até A+	Outros	União Europeia	10 998
	C	Sénior	Outros	-
	Sem <i>rating</i>	Sénior	União Europeia	16 042
	Sem <i>rating</i>	Mezzanine	América do Norte	1 308
	n.d.	Fundos	União Europeia	48 645
				490 007
Activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Outros instrumentos financeiros	AA- até AA+	Sénior	União Europeia	51 983
				541 991

(a) Apresentação dos títulos efectuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2009.
n.d. – Não disponível.

...continuação

2009

Impacto em Resultados do Período						
Amortizações de capital	Aquisições	Ganhos/perdas reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação de reserva de justo valor	Entradas de entidades no perímetro	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2009
(294)	-	(241)	-	(3 061)	4 085	15 427
(274)	-	(143)	-	(4 161)	5 868	20 543
(54)	-	(18)	-	(490)	-	3 451
(289)	-	1 069	-	1 633	-	18 590
(35 498)	-	(2 404)	-	3 427	1 703	135 832
(1 775)	-	(188)	-	5	-	3 280
(9 956)	-	161	-	(531)	-	2 964
(1 309)	-	(210)	-	612	-	4 582
(1 439)	-	(304)	-	1 965	7 625	38 236
(5 623)	-	36	-	379	7 507	17 087
(16 845)	-	847	-	1 750	7 078	28 123
-	-	(5)	(627)	-	-	151
(3 596)	-	-	-	181	-	(0)
(3 169)	1 987	(30)	-	86	139	2 733
-	-	(124)	-	1 192	-	3 475
-	-	-	-	-	1 568	1 568
-	-	(4)	-	(97)	-	285
(2 334)	-	339	-	1 251	10 319	21 213
(1 565)	-	(852)	-	(1 019)	-	11 684
-	-	(2 825)	-	5 022	-	18 556
-	-	-	-	-	5 231	5 231
-	-	(3)	-	(51)	7 444	7 623
-	-	46	-	(2 427)	10 605	13 495
-	-	(107)	-	7 104	4 248	34 834
-	-	(46)	-	(246)	-	2 333
-	-	-	-	-	2 676	2 676
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	198	198
-	-	236	-	(1 913)	-	9 320
-	-	-	-	-	120	120
(1 140)	-	(1 252)	(1 950)	-	-	11 700
-	-	(37)	(226)	-	-	1 045
-	10 399	1 436	(10 537)	29 640	-	79 583
(85 159)	12 386	(4 622)	(13 340)	40 251	76 413	515 936
(5 384)	715	(4 421)	-	-	-	42 893
(90 543)	13 101	(9 043)	(13 340)	40 251	76 413	558 829

Os "Ganhos / (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados" incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

No exercício de 2010, as alterações verificadas no perímetro referem-se à integração do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Caixagest Renda Mensal.



QUALIDADE DE CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

2010

Créditos com análise colectiva

	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em Default	Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
Crédito a empresas							
Análise Colectiva							
Vincendo	8 395 007	434 316	214 206	-	881 229	9 924 758	
Vencido	13 412	72 538	702 322	-	23 584	811 856	
Análise Individual							
Vincendo	26 853 870	304 594	117 965	4 239 210	582 105	32 097 743	
Vencido	23 170	5 241	72 084	533 852	6 825	641 173	
	35 285 459	816 688	1 106 578	4 773 062	1 493 743	43 475 529	2 930 348
Crédito à habitação							
Vincendo	35 019 816	1 035 100	1 041 734	2 860	368 735	37 468 246	
Vencido	3 259	4 706	874 765	166	14 463	897 360	
	35 023 076	1 039 806	1 916 499	3 027	383 199	38 365 606	2 189 686
Crédito ao consumo							
Vincendo	1 667 600	106 893	36 380	34	102 162	1 913 068	
Vencido	166	4 412	63 027	10	3 910	71 525	
	1 667 766	111 305	99 407	44	106 072	1 984 593	80 524
Outros créditos							
Vincendo	173 511	9 708	10 895	317	133 195	327 626	
Vencido	2 658	3 848	41 630	115	7 649	55 900	
	176 168	13 556	52 525	432	140 843	383 525	7 215
Total crédito vincendo	72 109 803	1 890 610	1 421 180	4 242 421	2 067 426	81 731 440	
Total crédito vencido	42 665	90 745	1 753 829	534 144	56 431	2 477 814	
Total de crédito	72 152 468	1 981 355	3 175 009	4 776 565	2 123 857	84 209 254	

2009

Créditos com análise colectiva

	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em Default	Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
Crédito a empresas							
Análise Colectiva							
Vincendo	9 983 851	404 266	201 617	-	1 168 591	11 758 325	
Vencido	11 717	51 795	524 275	-	43 921	631 708	
Análise Individual							
Vincendo	23 278 907	291 890	97 593	3 141 865	187 631	26 997 887	
Vencido	37 785	1 092	30 253	522 986	13 480	605 596	
	33 312 260	749 044	853 737	3 664 852	1 413 623	39 993 516	3 204 260
Crédito à habitação							
Vincendo	33 405 547	907 336	1 192 092	2 734	319 849	35 827 558	
Vencido	2 797	39 757	834 755	197	20 432	897 938	
	33 408 343	947 093	2 026 847	2 931	340 281	36 725 495	2 380 370

...continuação

2009

Créditos com análise colectiva

	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em Default	Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
Credito ao consumo							
Vincendo	1 349 842	89 176	28 303	-	153 580	1 620 901	
Vencido	100	2 991	34 936	-	5 335	43 362	
	1 349 942	92 167	63 239	-	158 915	1 664 263	88 215
Outros créditos							
Vincendo	603 245	22 128	2 635	-	221 041	849 050	
Vencido	1 733	52 004	30 917	-	19 981	104 636	
	604 979	74 132	33 551	-	241 023	953 685	2 294
Total crédito vincendo	68 621 393	1 714 797	1 522 239	3 144 600	2 050 693	77 053 721	
Total crédito vencido	54 132	147 640	1 455 135	523 183	103 149	2 283 239	
Total de crédito	68 675 525	1 862 436	2 977 374	3 667 783	2 153 841	79 336 959	

Na preparação dos quadros apresentados acima, foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente, pelo menos, uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna “Outros Saldos” foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do Grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo;
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os créditos com saldos vencidos mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual, os quais se encontram incluídos no quadro acima nas colunas “Créditos com imparidade individual – Análise colectiva”, apresentam a seguinte composição:

2010

Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise colectiva	Justo valor das garantias
228 181	9 239	237 420	(6 490)	128 786

2009

Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise colectiva	Justo valor das garantias
370 694	21 643	392 337	(9 268)	145 417

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor de balanço, líquido de imparidade de:

- Crédito concedido a clientes relativamente aos quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pela recuperação de créditos em incumprimento e cuja maturidade inicialmente contratada tenha sido prorrogada por um período superior a seis meses no decorrer do exercício de 2010 (crédito concedido a clientes que tenham apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias no exercício de 2009); ou



- Crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respectivas Direcções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objecto de renegociação nestes períodos;

ascende a 889 754 mEuros e 873 635 mEuros, respectivamente.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Grupo alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

2010					
Prazos residuais contratuais					
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 468 701	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 259 142	-	2 570	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1 611 228	623 747	306 062	420 062	485 984
Carteira de títulos					
Negociação	16 042	25 728	146 762	32 319	168 362
Outros	1 269 329	1 316 005	748 110	2 796 189	6 390 309
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 822 817	5 157 964	7 640 411	6 527 968	18 159 739
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
	10 447 258	7 123 445	8 843 914	9 776 538	25 204 395
Passivos					
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(8 088 784)	(6 648 062)	(120 148)	(55 338)	(1 046)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(30 084 468)	(8 389 927)	(7 829 640)	(5 406 504)	(9 102 797)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(472 897)	(1 410 522)	(372 670)	(3 102 499)	(7 175 459)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3 173)	(890)	-	-	(336)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	(12 827)	(16 035)	(11 451)	(390 379)	(1 555 159)
Recursos consignados	(1 136)	(28 998)	(28 295)	(59 638)	(660 709)
	(38 663 284)	(16 494 433)	(8 362 205)	(9 014 358)	(18 495 504)
Instrumentos Financeiros Derivados	5 858	45 829	31 305	66 400	162 442
Diferencial	(28 210 169)	(9 325 159)	513 014	828 580	6 871 333

...continuação

De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	1 468 701
-	-	-	6	1 261 718
11 021	15 854	9 282	(3 364)	3 479 877
396 950	696 754	12 493	2 225 850	3 721 260
4 886 306	4 039 756	3 418 661	4 081 663	28 946 328
-	-	-	732 512	732 512
13 208 898	21 126 081	24 404 462	(268 976)	100 779 363
-	-	-	3	3
-	-	-	114 867	114 867
18 503 175	25 878 445	27 844 898	6 882 561	140 504 629
(58)	-	(1 617)	271 893	(14 643 160)
(6 199 496)	(2 754 769)	(1 786 465)	(55 185)	(71 609 251)
-	-	-	(732 512)	(732 512)
(5 140 453)	(3 183 528)	(687 197)	19 718	(21 525 507)
-	-	-	(1 707 719)	(1 712 117)
-	-	-	(166 048)	(166 048)
(159 164)	(890 853)	(286 596)	37 550	(3 284 913)
(518 174)	(365 931)	(216 262)	(1 804)	(1 880 945)
(12 017 344)	(7 195 082)	(2 978 137)	(2 334 106)	(115 554 453)
8 869	15 054	5 559	-	341 316
6 494 700	18 698 417	24 872 321	4 548 455	25 291 492



2009

Prazos residuais contratuais

	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 926 870	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 235 054	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4 136 229	2 701 689	281 815	1 105 203	181 075
Carteira de títulos					
Negociação	255 957	158 976	204 153	206 989	927 854
Outros	466 059	574 358	896 985	1 293 896	5 468 830
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 790 166	4 469 780	5 767 784	5 187 941	18 020 345
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
	12 810 336	7 904 803	7 150 737	7 794 029	24 598 104
Passivos					
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2 413 062)	(1 211 071)	(257 847)	(2 576 475)	(119 082)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(27 692 788)	(8 658 153)	(10 585 010)	(3 343 598)	(9 017 935)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(2 698 625)	(3 546 163)	(3 167 421)	(447 405)	(6 113 723)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1 658)	(210)	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	(631)	(2 171)	(4 579)	(122 267)	(1 458 381)
Recursos consignados	(80)	(26 921)	(22 689)	(48 610)	(394 057)
	(32 806 844)	(13 444 690)	(14 037 548)	(6 538 356)	(17 103 177)
Instrumentos Financeiros Derivados	(3 200)	76 254	32 882	162 296	514 605
Diferencial	(19 999 709)	(5 463 633)	(6 853 929)	1 417 969	8 009 532

...continuação

De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	1 926 870
-	-	-	-	1 235 054
36 453	-	-	(22 362)	8 420 102
629 228	629 583	39 980	2 376 090	5 428 811
3 984 777	2 189 180	2 031 719	5 406 989	22 312 793
-	-	-	867 967	867 967
11 916 084	16 833 427	22 264 199	(25 094)	89 224 633
-	-	-	3	3
-	-	-	179 623	179 623
16 566 543	19 652 190	24 335 899	8 783 217	129 595 856
-	-	-	54 572	(6 522 965)
(5 701 038)	(1 112 480)	(853 813)	(124 967)	(67 089 783)
-	-	-	(867 967)	(867 967)
(4 775 579)	(4 359 757)	(816 466)	309 957	(25 615 183)
-	-	-	(1 900 110)	(1 901 977)
-	-	-	(270 773)	(270 773)
(384 518)	(1 098 880)	(267 798)	1 781	(3 337 445)
(769 323)	(312 631)	(253 348)	(331)	(1 827 991)
(11 630 458)	(6 883 747)	(2 191 426)	(2 797 838)	(107 434 084)
295 021	148 421	61 281	-	1 287 561
5 231 106	12 916 864	22 205 754	5 985 379	23 449 333

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural do Grupo, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respectiva reafecção dos saldos por *bucket*;
- Depósitos à ordem de clientes – reafecção dos *core deposits* (montante estável de depósitos à ordem, considerando um horizonte histórico alargado) de “Até 1 mês” para “Mais de 10 anos”;
- Carteira de Títulos – reafecção dos títulos de dívida e acções considerados com elevada liquidez para a maturidade “Até 1 mês”, com excepção dos títulos onerados que foram reafectados à coluna “Indeterminado”;
- Crédito à Habitação - a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado de contratos, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.



2010

Maturidade remanescente

	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 468 092	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 261 711	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1 604 647	594 979	294 484	407 317	465 591
Carteira de títulos					
Negociação	564 366	4 470	35 529	3 637	14 344
Outros (líquido de imparidade)	10 799 429	170 001	92 466	420 538	1 003 266
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 624 242	4 500 853	6 783 514	5 298 923	14 436 138
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	20 322 487	5 270 303	7 205 993	6 130 415	15 919 338
Passivos					
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(8 034 885)	(6 654 151)	(114 312)	(54 695)	(1 024)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 158 089)	(5 208 219)	(5 401 176)	(7 296 776)	(16 237 742)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(417 812)	(1 300 002)	(203 336)	(2 830 988)	(6 250 743)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3 173)	(890)	-	-	(336)
Outros passivos subordinados	(11 372)	(6 445)	-	(315 396)	(1 431 334)
Recursos consignados	(1 134)	(22 591)	(25 183)	(50 254)	(627 425)
	(15 626 466)	(13 192 297)	(5 744 007)	(10 548 109)	(24 548 604)
Diferencial	4 696 021	(7 921 994)	1 461 986	(4 417 693)	(8 629 266)

2009

Maturidade remanescente

	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 925 616	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 235 054	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4 133 202	2 684 159	276 577	1 089 826	177 627
Carteira de títulos					
Negociação	2 300 763	111 650	105 398	11 471	192 969
Outros (líquido de imparidade)	6 765 742	462 029	714 584	960 261	4 088 702
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 635 878	4 120 714	5 177 627	4 451 569	15 477 505
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	20 996 255	7 378 553	6 274 186	6 513 127	19 936 804
Passivos					
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2 409 525)	(1 207 483)	(255 277)	(2 547 247)	(116 611)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9 514 435)	(9 489 291)	(10 948 578)	(4 548 755)	(8 571 581)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(2 692 151)	(3 533 564)	(3 150 917)	(430 428)	(6 033 000)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1 658)	(210)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	(114 891)	(1 432 420)
Recursos consignados	(79)	(21 026)	(20 108)	(40 240)	(362 870)
	(14 617 848)	(14 251 575)	(14 374 880)	(7 681 561)	(16 516 482)
Diferencial	6 378 408	(6 873 022)	(8 100 694)	(1 168 434)	3 420 322

...continuação

De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	1 468 092
-	-	-	6	1 261 717
10 404	15 295	9 005	(3 364)	3 398 358
50 599	91 605	1 809	2 674 547	3 440 906
723 568	922 436	328 063	11 909 934	26 369 701
-	-	-	732 512	732 512
10 246 180	16 165 112	20 120 072	(443 593)	81 731 441
-	-	-	3	3
11 030 751	17 194 447	20 458 949	14 870 044	118 402 730
(58)	-	(1 617)	271 893	(14 588 850)
(8 871 028)	(4 620 977)	(12 924 189)	268 846	(67 449 349)
-	-	-	(732 512)	(732 512)
(4 626 674)	(2 789 487)	(663 574)	19 718	(19 062 899)
-	-	-	(1 707 719)	(1 712 117)
(109 425)	(769 552)	(238 058)	37 550	(2 844 031)
(502 913)	(345 529)	(209 967)	(1 804)	(1 786 800)
(14 110 098)	(8 525 545)	(14 037 405)	(1 844 027)	(108 176 558)
(3 079 347)	8 668 902	6 421 544	13 026 018	10 226 171

De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	1 925 616
-	-	-	-	1 235 054
36 367	-	-	(22 362)	8 375 397
61 008	308 932	2 780	1 967 282	5 062 253
3 051 888	1 238 285	689 704	2 027 275	19 998 471
-	-	-	867 967	867 967
10 205 578	14 027 729	18 982 215	(25 094)	77 053 721
-	-	-	3	3
13 354 840	15 574 946	19 674 699	4 815 072	114 518 482
-	-	-	54 570	(6 481 574)
(5 289 192)	(1 701 827)	(13 876 390)	(108 940)	(64 048 990)
-	-	-	-	-
(4 745 421)	(4 287 729)	(711 251)	309 957	(25 274 504)
-	-	-	(1 900 110)	(1 901 977)
(369 045)	(1 054 260)	(212 646)	1 781	(3 181 481)
(748 589)	(294 718)	(246 541)	(331)	(1 734 501)
(11 152 247)	(7 338 534)	(15 046 828)	(1 643 073)	(102 623 027)
2 202 593	8 236 412	4 627 872	3 171 999	11 895 455



RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

	2010			
	Datas de refixação / Datas de maturidade			
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses
Activo				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1 086 439	91 733	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	572 779	33 444	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1 589 356	257 465	987 865	523 066
Carteira de títulos				
Negociação	2 000	12 497	25 260	134 269
Outros (líquido de imparidade)	445 872	2 419 178	5 368 933	1 057 520
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-
Crédito a Clientes (bruto)	3 035 627	19 555 071	25 961 230	21 169 785
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-	-
	6 732 072	22 369 388	32 343 288	22 884 640
Passivos				
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1 823 501)	(5 653 545)	(6 718 750)	(535 376)
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	(3 173)	(104)	(244)	(542)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19 223 011)	(9 014 872)	(10 217 333)	(10 015 301)
Responsabilidades representadas por títulos	(105 000)	(673 596)	(5 964 216)	(959 542)
Outros passivos subordinados	(108 800)	(27 463)	(707 948)	(61 000)
Recursos consignados	(23)	(84)	(22 591)	(22 675)
	(21 263 508)	(15 369 663)	(23 631 080)	(11 594 437)
Derivados				
Interest Rate Swaps (IRSs)	399 588	(1 188 910)	(3 776 391)	597 750
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(1 043 940)	(1 925 544)
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	20 000
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	(80 000)
	399 588	(1 188 910)	(4 820 332)	(1 387 793)
Exposição Líquida	(14 131 849)	5 810 814	3 891 877	9 902 409

...continuação

> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	289 921	1 468 092
-	-	-	655 494	1 261 717
36 580	259	9 014	(5 247)	3 398 358
-	81 867	927 909	2 257 105	3 440 906
4 970 087	2 927 997	5 739 055	3 441 058	26 369 701
-	-	-	732 512	732 512
2 774 858	1 770 835	7 660 226	(196 190)	81 731 441
-	-	-	3	3
7 781 525	4 780 958	14 336 204	7 174 655	118 402 730
(51 858)	(1 841)	(1 675)	197 696	(14 588 850)
-	(336)	-	(1 707 719)	(1 712 117)
-	-	-	(732 512)	(732 512)
(4 807 592)	(8 167 099)	(5 241 060)	(763 081)	(67 449 349)
(1 841 723)	(4 222 780)	(5 362 850)	66 807	(19 062 899)
(129 969)	(1 055 258)	(787 651)	34 056	(2 844 031)
(50 254)	(627 425)	(1 058 409)	(5 338)	(1 786 800)
(6 881 395)	(14 074 738)	(12 451 644)	(2 910 091)	(108 176 558)
198 440	2 730 735	1 233 155	(49 623)	144 745
-	-	-	-	(2 969 484)
-	-	-	-	20 000
(4 084)	10 000	(16 712)	47 470	(43 326)
194 356	2 740 735	1 216 443	(2 153)	(2 848 065)
1 094 486	(6 553 045)	3 101 003	4 262 411	7 378 107

2009

Datas de refixação / Datas de maturidade

	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses
Activo				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	526 007	1 091 613	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	821 485	32 945	-	-
Aplicações em instituições de crédito	2 229 970	2 087 423	2 854 180	170 705
Carteira de títulos				
Negociação	250	246 624	196 482	194 376
Outros (líquido de imparidade)	563 211	1 941 972	4 566 767	1 152 926
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-
Crédito a Clientes (bruto)	3 420 226	21 935 091	25 853 699	20 297 834
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-	-
	7 561 150	27 335 667	33 471 127	21 815 841
Passivos				
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1 235 629)	(1 250 438)	(1 271 393)	(216 286)
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	(1 658)	-	(210)	-
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18 941 181)	(8 579 612)	(10 616 423)	(11 279 141)
Responsabilidades representadas por títulos	(925 974)	(2 325 419)	(8 975 097)	(3 495 080)
Outros passivos subordinados	(104 891)	(262 470)	(607 981)	(21 000)
Recursos consignados	-	(676)	(1 731 803)	(332)
	(21 209 333)	(12 418 615)	(23 202 907)	(15 011 838)
Derivados				
Interest Rate Swaps (IRSs)	580 544	(2 703 296)	(5 537 617)	(3 698 730)
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(493 810)	(197 190)
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	140 000
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	(30 800)
	580 544	(2 703 296)	(6 031 427)	(3 786 720)
Exposição Líquida	(13 067 639)	12 213 756	4 236 793	3 017 283

...continuação

> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	307 996	1 925 616
-	-	-	380 624	1 235 054
1 061 355	18 551	1 711	(48 498)	8 375 397
162 499	779 896	1 128 566	2 353 561	5 062 253
925 795	2 279 673	3 672 137	4 895 989	19 998 471
-	-	-	867 967	867 967
1 390 531	1 016 339	3 197 565	(57 564)	77 053 721
-	-	-	3	3
3 540 180	4 094 459	7 999 979	8 700 079	114 518 482
(2 547 247)	(12 745)	-	52 164	(6 481 574)
-	-	-	(1 900 110)	(1 901 977)
-	-	-	(867 967)	(867 967)
(3 655 759)	(7 890 960)	(3 039 991)	(45 923)	(64 048 990)
(228 367)	(2 092 390)	(7 541 135)	308 957	(25 274 504)
(30 000)	(800 068)	(1 364 952)	9 879	(3 181 481)
-	-	-	(1 690)	(1 734 501)
(6 461 373)	(10 796 162)	(11 946 077)	(2 444 689)	(103 490 994)
(941 963)	5 365 789	6 884 081	31 021	(20 171)
(201 345)	(14 000)	(495 512)	-	(1 401 857)
12 500	-	-	-	152 500
-	-	-	6 836	(23 964)
(1 130 808)	5 351 789	6 388 569	37 857	(1 293 492)
(4 052 000)	(1 349 915)	2 442 471	6 293 247	9 733 997

Na construção do quadro acima, as disponibilidades em bancos centrais foram classificadas na coluna “<= 7 dias”.

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correcções de valor.

JUSTO VALOR

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é apresentado no quadro seguinte:

	2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 468 751	1 469 210	459	1	1 468 552
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 264 884	1 264 884	-	89	1 264 973
Aplicações em instituições de crédito	3 315 863	3 499 107	183 244	108 379	3 424 242
Crédito a clientes	80 478 328	76 985 228	(3 493 100)	1 428 876	81 907 204
	86 527 826	83 218 429	(3 309 397)	1 537 345	88 064 971
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	14 511 998	15 067 060	(555 062)	91 671	14 603 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	66 305 056	67 667 912	(1 362 855)	1 374 988	67 680 045
Responsabilidades representadas por títulos	19 308 394	20 134 821	(826 426)	(1 647)	19 306 748
Outros passivos subordinados	2 768 523	2 569 926	198 597	31 642	2 800 164
Recursos consignados	1 781 751	1 786 297	(4 546)	5 049	1 786 800
	104 675 722	107 226 015	(2 550 293)	1 501 703	106 177 425
2009					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 926 256	1 926 621	365	5	1 926 261
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 238 188	1 238 188	-	14	1 238 202
Aplicações em instituições de crédito	8 377 723	8 390 810	13 087	(24 509)	8 353 214
Crédito a clientes	75 110 752	75 285 552	174 800	2 111 256	77 222 008
	86 652 920	86 841 172	188 252	2 086 766	88 739 686
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	6 490 958	6 507 445	(16 487)	(12 325)	6 478 633
Recursos de clientes e outros empréstimos	63 436 688	63 407 740	28 948	819 007	64 255 695
Responsabilidades representadas por títulos	25 488 443	25 923 582	(435 139)	(306 130)	25 182 313
Outros passivos subordinados	3 205 925	3 331 288	(125 363)	(4 327)	3 201 598
Recursos consignados	1 732 811	1 736 531	(3 720)	1 690	1 734 501
	100 354 825	100 906 586	(551 761)	497 915	100 852 740

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável – no exercício de 2009, os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros a taxa variável eram descontados até à próxima revisão de taxa de juro.

Para o efeito, foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:

- > Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;
- > Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, durante o mês de Dezembro de 2010, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis;
- > Taxas de juro incorporando o *spread* de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade;

- A coluna “Saldo não analisados” inclui essencialmente:

- > O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
- > Saldo de entidades não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Conforme anteriormente referido, até 31 de Dezembro de 2009, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros de taxa variável era efectuado considerando o desconto dos respectivos fluxos financeiros até à próxima refinação da taxa de juro. Caso este apuramento tivesse sido realizado considerando o desconto dos fluxos estimados até à respectiva maturidade, conforme critério aplicado no apuramento do justo valor, em 31 de Dezembro de 2010, os resultados apurados seriam os apresentados no quadro abaixo:

	2009				
	Saldo analisados			Saldo não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 926 256	1 926 621	365	5	1 926 261
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 238 188	1 238 188	-	14	1 238 202
Aplicações em instituições de crédito	8 377 723	8 497 537	119 814	(24 509)	8 353 214
Crédito a clientes	75 110 752	73 321 867	(1 788 886)	2 111 256	77 222 008
	86 652 920	84 984 213	(1 668 707)	2 086 766	88 739 686
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	6 490 958	6 507 443	(16 485)	(12 325)	6 478 633
Recursos de clientes e outros empréstimos	63 436 677	63 342 553	94 125	819 018	64 255 695
Responsabilidades representadas por títulos	25 488 443	26 617 746	(1 129 303)	(306 130)	25 182 313
Outros passivos subordinados	3 205 925	3 322 540	(116 615)	(4 327)	3 201 598
Recursos consignados	1 732 811	1 749 894	(17 083)	1 690	1 734 501
	100 354 815	101 540 175	(1 185 361)	497 925	100 852 740

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	2010			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	1 196 550	358 255	-	1 554 805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 056 131	402 214	164 470	1 622 815
Activos financeiros disponíveis para venda	7 635 089	16 614 420	311 238	24 560 746
Derivados de negociação	553	173 430	-	173 983
Derivados de cobertura	-	(51 181)	-	(51 181)
	9 888 323	17 497 138	475 708	27 861 169

	2009			
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	1 998 857	868 746	-	2 867 603
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	619 639	369 580	158 100	1 147 319
Activos financeiros disponíveis para venda	5 280 392	12 963 339	412 575	18 656 306
Derivados de negociação	436	292 237	-	292 673
Derivados de cobertura	-	(91 151)	-	(91 151)
	7 899 324	14 402 751	570 675	22 872 750

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 – Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 – Técnicas de valorização** – *inputs* observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui, igualmente, os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 – Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

2010						
Tipo	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2009	Entradas / / (Saídas) do perímetro de consolidação	Aquisições	Amortizações	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira
Títulos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Títulos ao Justo Valor através de resultados						
Instrumentos de capital	129 340	-	27 263	(8 940)	-	4 298
Instrumentos de dívida						
Obrigações <i>Corporates</i>	28 760	-		(14 250)	-	(8)
	158 100		27 263	(23 190)	-	4 290
Activos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de capital	283 859	13 851	771	(2 308)	(1 168)	52
Instrumentos de dívida						
Obrigações <i>Corporates</i>	128 716	-	607	(382)	(678)	(53)
	412 575	13 851	1 378	(2 690)	(1 846)	(2)
	570 675	13 851	28 641	(25 880)	(1 846)	4 288

2009			
Tipo	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2008	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira
Títulos de negociação	183 960	-	336
Títulos ao justo valor através de resultados			
Instrumentos de capital	53 047	12 670	16 917
Instrumentos de dívida			
Obrigações <i>Corporates</i>	35 289	(16 300)	(578)
	88 336	(3 630)	16 339
Activos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital	206 806	80 548	666
Instrumentos de dívida			
Obrigações <i>Corporates</i>	37 804	87 841	1 228
	244 610	168 389	1 894
	516 907	164 759	18 568

...continuação

Imparidade reconhecida no exercício	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	Outros	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	500	152 461
-	-	(2 493) (a)	-	-	12 009
-	-	(2 493)	-	500	164 470
(136)	(16 442)	(4 801) (c)	-	(19 290)	254 387
-	200	28 758 (b)	(99 979) (d)	(339)	56 850
(136)	(16 241)	23 957	(99 979)	(19 629)	311 238
(136)	(16 241)	21 464	(99 979)	(19 129)	475 708

Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	Valor de balanço (líquido) em 31.12.2009
-	(184 296) (a)	-	-
-	-	46 706	129 340
-	10 349 (b)	-	28 760
-	10 349	46 706	158 100
(4 161)	-	-	283 859
1 843	-	-	128 716
(2 318)	-	-	412 575
(2 318)	(173 947)	46 706	570 675

As transferências realizadas entre os diversos níveis de hierarquia do justo valor apresentam os seguintes fundamentos:

(a) Transferência entre o nível 3 e o nível 2 na hierarquia do justo valor em resultado da disponibilização por contrapartes externas de preços indicativos que reflectem a evolução do mercado dos títulos em referência;

- (b) Transferência do nível 2 para o nível 3 na hierarquia do justo valor, relativamente a títulos de dívida de instituições não-financeiras para as quais não existem cotações em mercados activos nem preços indicativos fornecidos por entidades externas e que se encontram a ser valorizadas pelo Grupo, de acordo com um modelo de actualização de fluxos futuros, utilizando como taxa de desconto as taxas de juro de mercado, adicionadas de um *spread* definido em função das características e graduação de risco de crédito do emitente consideradas adequadas;
- (c) Transferência do nível 3 para o nível 2 na hierarquia do justo valor, relativamente a participações detidas em fundos no âmbito da disponibilização pelo gestor de informações relativas à sua valorização;
- (d) As transferências indicadas referem-se à reclassificação efectuada no decorrer do primeiro semestre de 2010 de emissões de crédito titulado efectuadas por instituições não-financeiras e subscritas pela Caixa, entre as categorias de activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, conforme referido em maior detalhe na Nota 8.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação de aproximadamente 29 mEuros e 161 mEuros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço destes instrumentos de dívida, apresentados no quadro acima em "Activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de dívida – obrigações *corporate*", ascende a 28 758 mEuros e 99 699 mEuros, respectivamente.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DE ENTIDADES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: activos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas / externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efectuada com base em informação divulgada nos *Investor Reports*).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda / sector / *rating* da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do *rating* considerado: nível 2 para *ratings* provenientes de agências, nível 3 para *ratings* internos.

O recurso a *ratings* internos verifica-se, apenas, nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efectuadas internamente são obtidos nos sistemas *Bloomberg* e *Reuters*.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efectuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	EUR	USD	GBP
Overnight	0,3300	0,4500	0,5800
1 mês	0,7500	0,6500	0,9250
2 meses	0,8700	0,7000	1,9750
3 meses	0,9216	0,6722	0,9865
6 meses	0,9978	0,5185	0,8965
9 meses	1,0573	0,5068	0,9130
1 ano	1,1189	0,5376	0,9706
2 anos	1,5830	0,8595	1,5440
3 anos	1,9160	1,3455	2,0060
5 anos	2,5010	2,2555	2,7150
7 anos	2,9110	2,9000	3,1880
10 anos	3,3070	3,4530	3,6280
15 anos	3,6580	3,8980	3,9630
20 anos	3,7200	4,0630	4,0330
25 anos	3,6390	4,1270	4,0330
30 anos	3,5190	4,1860	3,9980

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema *Bloomberg*. Em 31 de Dezembro de 2010, os valores da curva de crédito do Governo português e alemão eram os seguintes:

	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	3,5434	0,3257
6 meses	3,8314	0,4621
9 meses	4,0495	0,5377
1 ano	4,2699	0,6141
2 anos	4,5771	0,8553
3 anos	4,9188	1,1244
5 anos	5,7591	1,9765
7 anos	6,2389	2,5746
10 anos	6,6015	2,9605
15 anos	6,9621	3,4396
20 anos	6,7315	3,5616
25 anos	6,6549	3,5246
30 anos	6,5735	3,4110

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do Banco Central Europeu. Na tabela seguinte, apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes:

	31.12.2010
EUR / USD	1,33620
EUR / GBP	0,86075
EUR / CHF	1,25040
EUR / AUD	1,31360
EUR / JPY	108,65000
EUR / BRL	2,21770

INSTRUMENTOS DE CAPITAL DETIDOS NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE DE CAPITAL DE RISCO

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da actividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

- i) Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
- ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rentabilidade;
- iii) Fluxos de caixa descontados;
- iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;
- v) Custo de aquisição (apenas no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização).

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- *Value-at-Risk* (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
 - > Carteira de *trading* – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
 - > Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com excepção de participações financeiras e crédito titulado;
 - > Actividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta actividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

De referir que a análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da actividade seguradora. As políticas de gestão de risco aplicáveis a estes instrumentos financeiros são descritas na Nota 43.

- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
 - > Subsidiária Offshore de Macau;
 - > Caixa – Banco de Investimento;
 - > Veículos de emissão de dívida.

ANÁLISE DE VaR – RISCO DE MERCADO

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- Período de detenção: 10 dias (Carteira de investimento) e 1 dia (carteira de *trading* e actividade de gestão de tesouraria);
- Nível de confiança: 99% (carteira de investimento) e 95% (carteira de *trading* e actividade de gestão de tesouraria);
- Período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *Decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada, isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

- Actividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais):

CARTEIRA PRÓPRIA (VaR 99%, 10 DIAS)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	18 128	49 759	18 128	23 178
Cambial	2 118	5 926	1 312	3 353
Preço	25 590	39 694	25 000	33 631
Volatilidade				
Efeito diversificação	-20 125			-28 522
	25 712	49 404	25 045	31 640

CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO (VaR 95%, 1 DIA)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	1 788	4 080	1 096	1 660
Cambial	25	124 108	8	10
Preço	55	3 645	38	38
Volatilidade		1		
Efeito diversificação	-102			-41
	1 767	126 376	1 209	1 667

TESOURARIA (VaR 95%, 1 DIA)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	195	1 956	159	1 264
Cambial	1 069	102 555	820	1 674
Preço				
Volatilidade				
Efeito diversificação	-125			-527
	1 139	102 134	986	2 410

Actividade desenvolvida no âmbito da Banca de Investimento:

CAIXABI (VaR 99%, 10 DIAS)

	2010			Dez. 2009
	Dez. 2010	Máximo	Mínimo	
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	17 210	19 548	2 260	2 492
Cambial	768	4 776	291	428
Preço	1 309	11 974	1 143	2 089
Volatilidade	77	114	71	107
Efeito diversificação	-1 692			-1 873
	17 672			3 244

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – TAXA DE JURO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points” (bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

2010						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	292	153	126	(126)	(252)	(504)
Aplicações em instituições de crédito	2 902	2 762	1 572	(1 570)	(3 137)	(6 259)
Carteira de Títulos						
Negociação	142 735	70 142	34 521	(33 434)	(65 825)	(127 635)
Outros	787 893	407 606	201 541	(196 039)	(386 823)	(753 540)
Crédito a clientes (saldos brutos)	415 631	277 612	143 758	(140 579)	(278 150)	(544 503)
Total activo sensível	1 349 453	758 276	381 518	(371 748)	(734 187)	(1 432 440)
Recursos de outras instituições de crédito	(14 120)	(14 064)	(8 528)	8 527	9 911	12 673
Recursos de clientes e outros empréstimos	(802 614)	(465 518)	(234 026)	226 777	449 813	883 229
Responsabilidades representadas por títulos	(781 875)	(409 114)	(204 245)	198 693	391 899	762 919
Outros passivos subordinados	(155 574)	(76 757)	(37 471)	35 329	68 714	130 411
Total passivo sensível	(1 754 183)	(965 454)	(484 271)	469 325	920 338	1 789 232
Total Ganho / Perda	(404 730)	(207 178)	(102 753)	97 577	186 151	356 792

2009						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	243	243	243	(268)	(537)	(1 073)
Aplicações em instituições de crédito	12 791	11 569	7 039	(7 321)	(14 621)	(29 156)
Carteira de Títulos						
Negociação	168 287	88 511	44 256	(43 326)	(85 390)	(166 289)
Outros	444 847	198 759	73 208	(173 531)	(289 686)	(510 062)
Crédito a clientes (saldos brutos)	354 517	226 340	127 271	(125 594)	(248 507)	(487 170)
Total activo sensível	980 684	525 422	252 018	(350 040)	(638 742)	(1 193 750)
Recursos de outras instituições de crédito	(22 546)	(19 779)	(10 379)	10 810	21 578	42 986
Recursos de clientes e outros empréstimos	(569 306)	(317 132)	(163 762)	164 198	324 080	635 846
Responsabilidades representadas por títulos	(843 098)	(446 596)	(234 944)	228 264	449 408	871 880
Outros passivos subordinados	(203 532)	(114 936)	(62 940)	59 633	116 139	220 899
Total passivo sensível	(1 638 482)	(898 443)	(472 025)	462 904	911 205	1 771 610
Total Ganho / Perda	(657 798)	(373 021)	(220 007)	112 864	272 463	577 860

De referir que, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para operações da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA, Mercantile Bank, Banco Comercial do Atlântico, SA, Banco Comercial e de Investimento, SARL e Banco Interatlântico, SA.

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte, é apresentado o efeito na margem financeira projectada do Grupo para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

2011						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(834 723)	(671 386)	(337 490)	338 051	675 958	1 348 468
Custos com juros	569 620	424 196	230 898	(257 683)	(493 926)	(971 033)
Margem Financeira	(265 103)	(247 190)	(106 592)	80 368	182 032	377 435

2010						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(863 243)	(690 116)	(367 611)	369 419	738 880	1 477 870
Custos com juros	504 098	390 350	219 869	(227 543)	(455 916)	(912 583)
Margem Financeira	(359 144)	(299 766)	(147 742)	141 875	282 965	565 287

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro, em balanço nas datas de referência do cálculo, se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2011 e 2010, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o *spread* médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar, em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

RISCO CAMBIAL

DECOMPOSIÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

2010						
Moeda						
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	901 968	58 413	2 069	531	5 186	157 109
Disponibilidades em outras instituições de crédito	643 663	17 906	3 511	15 610	352 579	109 423
Aplicações em instituições de crédito	2 293 611	787 911	12 006	4 281	18 463	227 736
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 850 982	146 860	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	24 361 411	403 241	26 023	-	253	-
Investimento associados produtos <i>Unit Linked</i>	732 093	65	187	7	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	3	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	80 102 536	1 472 025	338 944	10 660	231 755	733 746
Outros activos	1 681 522	642 360	(259 904)	747 250	278 861	32 150
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(3 143 945)	(87 154)	(1 913)	()	(32 164)	(42)
	110 423 844	3 441 626	120 923	778 341	854 933	1 260 121
Passivo						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(12 696 308)	(1 737 040)	(37 657)	(706)	(32 899)	(3 878)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(61 815 681)	(1 637 456)	(48 106)	(146 007)	(1 091 392)	(657 211)
Responsabil. associad. produtos <i>Unit Linked</i>	(732 512)	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(18 705 736)	(73 656)	(6 971)	(487 794)	-	(22 545)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	(2 639 318)	(9 279)	-	(138 235)	-	-
Outros passivos						
Recursos consignados	(1 781 751)	-	-	-	-	-
Outros	(1 558 474)	62 385	(430)	(1 172)	(375 303)	(35 883)
	(99 929 780)	(3 395 047)	(93 164)	(773 914)	(1 499 594)	(719 518)
Derivados (Nocionais)						
<i>Swaps</i> cambiais	(126 615)	92 912	(178 896)	(15 647)	-	197 387
<i>Swaps</i> de taxa de juro	(894 030)	238 363	6 971	764 381	-	29 849
Futuros	(2 921 778)	(1 871)	-	-	-	-
<i>Forward Rate Agreements</i>	20 000	-	-	-	-	-
Opções e <i>Caps & Floors</i>	(43 326)	-	-	-	-	-
Operações Cambiais a Prazo	(35 000)	111 542	5 201	64 479	-	63 416
	(4 000 750)	440 945	(166 724)	813 213	-	290 652
Exposição líquida	6 493 314	487 525	(138 964)	817 641	(644 661)	831 255

...continuação

Meticais Moçambique	Rand África Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
81 645	16 575	76 082	169 173		1 468 752
1 709	34 483	778	85 311		1 264 973
301	29 122	51 119	88 624		3 513 175
-	24 345	-	158 119	1 886 101	5 066 407
45 547	6 797	71 123	312 862		25 227 257
-	-	-	160		732 512
-	-	-	-		3
410 141	435 422	525 115	256 686		84 517 028
18 229	10 071	17 171	261 368		3 429 078
(16 201)	(7 634)	(30 459)	(13 755)		(3 333 267)
541 371	549 181	710 929	1 318 548	1 886 101	121 885 917
(24 412)	(26 332)	(298)	(44 139)		(14 603 669)
(463 556)	(478 532)	(622 485)	(719 617)		(67 680 045)
-	-	-	-		(732 512)
-	-	-	(10 045)		(19 306 748)
-	-	-	-	(1 712 117)	(1 712 117)
(4 793)	-	(8 539)	-		(2 800 164)
(5 026)	-	(23)	-		(1 786 800)
(13 969)	(124 698)	(36 385)	(364 846)		(2 448 776)
(511 758)	(629 562)	(667 729)	(1 138 648)	(1 712 117)	(111 070 830)
-	-	-	28 711	-	(2 147)
-	-	-	(788)	-	144 745
-	-	-	-	-	(2 923 649)
-	-	-	-	-	20 000
-	-	-	-	-	(43 326)
-	145	-	(52 027)	-	157 756
-	145	-	(24 104)	-	(2 646 622)
29 613	(80 236)	43 200	155 795	173 983	8 168 465

Moeda

	Euros	Dólares Norte-Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 472 057	51 737	2 420	506	7 284	208 888
Disponibilidades em outras instituições de crédito	761 578	26 804	7 940	7 361	334 327	39 507
Aplicações em instituições de crédito	6 229 510	1 397 256	43 018	133 001	57 057	127 597
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 787 666	75 442	1 146	-	-	1 280
Activos financeiros disponíveis para venda	17 918 185	954 918	43 834	-	1 955	9 868
Investimento associados produtos <i>Unit Linked</i>	867 401	1	193	6	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	3	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	75 668 687	1 560 128	315 138	14 538	243 895	696 119
Outros activos						
Devedores por seguro directo e resseguro	296 070	-	-	-	-	-
Outros	2 298 276	1 486 329	5 191	72 101	231 484	180
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(2 893 417)	(136 625)	(499)	(95)	(28 181)	(1)
	106 406 017	5 415 990	418 382	227 419	847 821	1 083 438
Passivo						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(4 269 646)	(2 152 141)	-	(2 472)	(7 495)	(5 671)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(58 578 008)	(2 167 792)	-	(169 198)	(1 040 202)	(540 763)
Responsabil. associad. produtos <i>Unit Linked</i>	(867 967)	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(20 923 486)	(3 344 082)	-	(513 019)	-	(48 728)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	(2 857 558)	(218 659)	-	(112 646)	-	-
Outros passivos						
Credores por seguro directo e resseguro	(312 586)	-	-	-	-	-
Recursos consignados	(1 733 142)	(33)	-	-	-	-
Outros	(2 527 122)	(11 542)	(33 915)	(1 103)	(348 009)	(15 032)
	(92 069 514)	(7 894 249)	(33 915)	(798 439)	(1 395 706)	(610 193)
Derivados (Nocionais)						
<i>Swaps</i> cambiais	(2 862 700)	3 099 259	152 573	(145 728)	-	68 929
<i>Swaps</i> de taxa de juro	(1 098 774)	(9 777)	6 756	790 027	-	-
Futuros	1 452 312	18 086	-	-	-	-
<i>Forward Rate Agreements</i>	152 500	-	-	-	-	-
Opções e <i>Caps & Floors</i>	(23 964)	(690)	-	-	-	-
Operações Cambiais a Prazo	(518 381)	537 374	111 825	52 658	-	36
	(2 899 007)	3 644 252	271 154	696 957	-	68 966
Exposição líquida	11 437 496	1 165 993	655 621	125 936	(547 885)	542 210

...continuação

Meticais Moçambique	Rand África Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
57 740	11 780	101 169	12 680	-	1 926 260
4	46 317	2 181	12 184	-	1 238 202
240	17 989	15 954	491 154	-	8 512 777
-	24 381	-	125 007	2 194 651	6 209 573
60 462	9 108	93 112	194 743	-	19 286 185
-	-	-	365	-	867 967
-	-	-	-	-	3
261 651	349 366	467 616	50 094	-	79 627 233
-	-	284	-	-	296 355
4 053	2 921	22 008	(417 328)	-	3 705 217
(14 488)	(27 153)	(35 848)	(20 320)	-	(3 156 626)
369 662	434 709	666 476	448 579	2 194 651	118 513 144
(7 697)	(25 003)	(455)	(8 053)	-	(6 478 633)
(328 056)	(364 649)	(565 972)	(501 044)	-	(64 255 685)
-	-	-	-	-	(867 967)
-	-	(4 018)	(348 980)	-	(25 182 313)
-	-	-	-	(1 901 977)	(1 901 977)
(12 734)	-	-	-	-	(3 201 598)
-	-	-	-	-	(312 586)
(1 303)	-	(23)	-	-	(1 734 501)
(4 341)	(121 006)	(51 439)	(56 412)	-	(3 169 921)
(354 131)	(510 658)	(621 907)	(914 489)	(1 901 977)	(107 105 181)
-	(375)	-	(244 513)	-	67 446
-	-	-	291 598	-	(20 171)
-	-	-	-	-	1 470 398
-	-	-	-	-	152 500
-	-	-	(364)	-	(25 017)
-	(26 062)	-	99 795	-	257 244
-	(26 437)	-	146 515	-	1 902 399
15 531	(102 387)	44 569	(319 395)	292 673	13 310 362



ANÁLISE DE VaR – RISCO CAMBIAL

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	VaR			
	Actividade Bancária		Actividade Seguradora	
	2010	2009	2010	2009
Dólar de Hong Kong	40 346	47 493	-	-
Pataca de Macau	37 280	41 663	38	50
Rand da África do Sul	13 418	24 737	-	-
Dólar dos Estados Unidos	2 381	2 729	61	305
Metical de Moçambique	33 085	22 730	-	-
Libra estrelina	8	457	932	1 192
Iene japonês	69	80	-	-
Outras Moedas	15 421	(6 618)	513	1 603
Efeito diversificação	(115 180)	(115 453)	(613)	(1 334)
Total	27 507	31 053	1 300	1 817

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

A informação relativa à actividade seguradora apresentada nos quadros anteriores diz respeito à Fidelidade Mundial.

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco em vigor na área seguradora do Grupo CGD em Portugal, nomeadamente pelas companhias que integram a Caixa Seguros (Companhia).

43.1. SUBSCRIÇÃO DE RISCOS

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados *standard*;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direcções de Subscrição (Direcção de Subscrição Auto e Direcção de Subscrição de Acidentes e Patrimoniais) das Direcções da Rede de Agências e Mediação e a Direcção de Subscrição da Direcção Comercial de Corretores, que são unidades de subscrição técnicas multidisciplinares de apoio às redes comerciais, que analisam e aceitam riscos de acordo com competências delegadas pelas Direcções Técnicas.

Apesar de se tratar de riscos devidamente enquadrados e delimitados, as unidades de subscrição dispõem, quando necessário, de instrumentos adicionais de avaliação dos riscos a subscrever, nomeadamente análises de riscos efectuadas por empresas especializadas.

Estes instrumentos visam particularizar e avaliar *in loco* os desvios aos padrões médios de um determinado risco, permitindo a avaliação de perdas máximas expectáveis, dos pontos fracos e fortes da entidade proponente ou do objecto do risco, bem como efectuar uma avaliação específica para determinadas coberturas ou limites de capital a subscrever, assim se estabelecendo o contrato adequado e equilibrado entre as partes.

As unidades de subscrição têm, ainda, ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e actuarial que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco.

O primeiro nível da subscrição é da competência das Direcções Técnicas, cabendo-lhes a aceitação de riscos não delegados nos dois níveis referidos e a gestão técnica dos Ramos.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, que identificados na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direcções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação de Riscos, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

O primeiro nível da subscrição é dotado de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em actuariado. Quando as características do risco o justificam, recorre a análises de risco efectuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direcções Técnicas, havendo recursos à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas no Grupo, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

43.2. GESTÃO TÉCNICA

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e, ainda, o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente, são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direcção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objectivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

43.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA CONTROLO DO RISCO

RISCOS INTERNOS DA ORGANIZAÇÃO

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

ESTUDOS DE PERFIL DA CARTEIRA

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de actividades, tipo de objectos seguros e coberturas.

São, ainda, desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objectos seguros, tipos de actividades, coberturas, outros), tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

ANÁLISES PERIÓDICAS DA EVOLUÇÃO DA CARTEIRA

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios / taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem, ainda, a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas, principalmente, ao nível dos Produtos sob gestão.

Nos casos específicos dos ramos Automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas e causas na exploração do ramo, quer de uma perspectiva comercial, quer de uma perspectiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas. A apresentação do diagnóstico, a discussão das propostas correctivas e outros temas relacionados com a exploração do ramo automóvel é realizada em reuniões frequentes, designadas de *War Room*, onde participam Administradores e responsáveis das diversas direcções envolvidas no negócio automóvel.

SELECÇÃO E SANEAMENTO DE CARTEIRA

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detectadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO DE SEGURO

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por actividades e objectos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção das companhias. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são, ainda, focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objecto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

43.4. POLÍTICAS DE RESSEGURO

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios, valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os ramos mais massificados com produtos *standard* (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais) e os ramos onde geralmente as soluções encontradas são ajustadas às necessidades do cliente (Incêndio e Anexos, Engenharia e Máquinas e Riscos Marítimos, nas suas diferentes componentes, Responsabilidade Civil Geral e riscos Diversos).

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo estas determinantes para a aceitação ou recusa de alguns tipos de risco.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objecto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Facultativo e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para a obtenção de protecções adequadas aos riscos aceites.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respectiva retenção, pauta-se pela relação entre a estrutura de carteira quanto a capitais seguros e o respectivo volume de prémios de cada ramo, pelo acompanhamento estatístico da sua rentabilidade e relação Retenção / Prémios no fim de cada ano ou ciclo e pela capacidade financeira e dimensão de negócio do Grupo, suficientemente importantes para a absorção de sinistros de frequência.

Na determinação da Retenção por evento para a exposição a fenómenos sísmicos, tem-se em conta o facto de em Portugal não se produzirem com frequência catástrofes de importantes dimensões, pelo que a retenção reflecte o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto dessa catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo de um período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

As retenções, como referido, são as adaptadas às carteiras existentes e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Nos ramos Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil, os riscos são cobertos por Tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e dimensão da carteira, bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade, tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para os diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções, incluindo os referentes à cobertura de "Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, bem como a sua capacidade de prestação de serviços. Os nossos Resseguradores são observados e acompanhados através de um relacionamento constante e do seguimento dos seus *ratings* atribuídos pelas Agências Internacionais. O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para poder fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

43.5. TÉCNICAS DE GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALM) UTILIZADAS PELA COMPANHIA

A Companhia tem actuações diferentes, consoante o tipo de produto em causa.

PROCEDIMENTOS DE ADEQUAÇÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS

Produtos Imunizados

São tipicamente produtos de rendimento fixo definido e conhecido à partida e sem direito a participação de resultados a atribuir aos segurados. Estes produtos são cobertos com investimentos de maturidade e vencimento semelhantes aos respectivos passivos, procurando-se obter uma rentabilidade dos investimentos que cubra a margem da Companhia e a remuneração contratualizada com os clientes.

Podem ocorrer desajustes temporários entre activos e passivos e que, usualmente, resultam de resgate. Por este facto, a política de investimentos é condicionada por investimentos em títulos com notação de *rating* "investment grade", admitidos em mercados da OCDE, devendo, igualmente, ter elevada liquidez.

Produtos com Participação nos Resultados com Capital e Rendimento Garantido

As carteiras de investimentos destes produtos têm uma composição que depende do modelo de gestão aplicável e dos *benchmarks* definidos relativamente a cada produto.

Os *benchmarks* são estabelecidos em função dos níveis de taxa de juro do mercado, da maturidade das responsabilidades e do rendimento garantido aos clientes. Para minimizar o risco, à medida que se aproxima o vencimento das responsabilidades, o peso do investimento em títulos de rendimento variável vai-se reduzindo gradualmente, sendo substituído por investimento em títulos de rendimento fixo.

Para projecção dos *cash flows* dos passivos, são consideradas diversas informações relevantes, designadamente as relativas a contratos vivos, datas de vencimento dos contratos, responsabilidades actuais capitalizadas pela participação de resultados e taxa de rendimento garantida.

Para projecção dos *cash flows* dos activos, em relação aos investimentos em títulos de rendimento fixo com taxa fixa, ou é utilizada a taxa do activo ou utilizam-se cenários, de acordo com a curva de rendimentos, dependendo a sua aplicação da convicção da adesão destes cenários à realidade futura. Relativamente aos títulos de rendimento variável não são utilizadas projecções de *cash flows* futuros, utilizando-se, em alternativa, o seu valor actual de mercado.

Política de alocação de investimentos a produtos

Relativamente a produtos que garantam participação nos resultados e aos produtos *Unit Linked* em que o risco de investimento é do tomador do seguro, as respectivas carteiras de investimentos estão colocadas em fundos autónomos, gerindo-se um fundo autónomo por produto, com o objectivo de garantir a independência das respectivas carteiras e evitar a contaminação resultante da colocação numa única carteira dos investimentos requeridos por vários produtos.

Os produtos sem direito a participação são colocados em carteiras geridas globalmente em virtude do desempenho das respectivas carteiras não condicionar o rendimento a atribuir aos clientes. No entanto, apesar de existir uma maior flexibilidade na gestão, a mesma é feita de modo prudencial com *matching* entre activos e passivos.

Os activos são alocados às carteiras em função do seu valor de mercado, em particular nos casos de carteiras em que os segurados participam nos resultados obtidos, havendo também, nestes casos, a constituição de um fundo autónomo associado a cada carteira.

Relativamente à selecção do tipo de activos também são definidos, por classe de activos, os seguintes limites máximos de exposição:

Classe de Activos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo – Taxas longas (*)	70,0%
Soberana	70,0%
Corporate	50,0%
Rendimento Fixo – Taxas curtas (**)	100,0%
Alternativos (***)	2,0%
Rendimento Variável	30,0%
Rendimento Variável ilíquido	6%
(<i>Private equity</i> e outros)	(20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	15,0%

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(***) Inclui os *hedge funds* e o investimento em *commodities*.

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes pontos:

I. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II. O conjunto das aplicações expressas em moedas, são representadas em divisas congruentes com as dos compromissos assumidos em, pelo menos, 95%;

III. **Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores** – Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem. Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

Modelos de avaliação de risco para derivados:

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno / risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que as constituem. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada internamente pela Direcção de Investimentos, havendo pontualmente e sempre que tal se mostra conveniente o envolvimento da Direcção de Gestão de Risco do Grupo, integrada na Caixa. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- Risco de liquidez.

IV. Universo de investimento para activos de rendimento fixo

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de *rating* a considerar na aquisição deverá ser a determinada pela agência de *rating* S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Excepções a esta regra poderão ser aprovadas pelo CAD.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 anos	BBB-	BBB-	Min [0,5% ; € 250 M]
De 1,5 a 5,5 anos	A-	A-	Min [3% ; € 250 M]
De 5,5 a 15 ,5 anos	AA-	A+	
De 15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	Min [6% ; € 250 M]
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	

Não existem limites de notação de *rating* para a dívida soberana dos países da zona Euro.

O investimento em outras classes de activos não especificadas deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

As limitações a investimentos resultam, também, da regulamentação em vigor.

43.6. RAMO VIDA

No Ramo Vida, existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pelo IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

PRODUTOS DE RISCO

Relativamente a estes produtos, o maior factor de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico-financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros - Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição, estão apenas definidos mínimos para este último valor.

PRODUTOS DE RENDAS

Relativamente a estes produtos, o maior factor de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico-financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros - Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que, nos planos de atribuição, estão apenas definidos mínimos para este último valor.

PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO

O risco de taxa de juro é o principal factor de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de activos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Porcentagem dos Rendimentos - Rendimentos Técnicos - Encargos de Gestão - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque, nos planos de atribuição, estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos, apresentam-se os *cash inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

FIDELIDADE MUNDIAL

(Milhares de euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2011	149 401	89 347	0	5 156	21 701	915 388
2012	132 438	78 171	0	5 085	18 603	355 345
2013	122 642	72 644	0	5 004	16 210	194 833

IMPÉRIO BONANÇA

(Milhares de euros)

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2011	0	11 096	19 385	81 388
2012	0	10 571	17 220	64 757
2013	0	10 062	15 311	59 805

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

FIDELIDADE MUNDIAL

(Milhares de euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2011	145 639	87 507	0	5 156	21 127	986 649
2012	122 309	72 508	0	5 085	17 184	389 970
2013	107 289	63 821	0	5 004	14 205	220 545

IMPÉRIO BONANÇA

(Milhares de euros)

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2011	0	11 096	18 863	100 975
2012	0	10 571	15 858	77 836
2013	0	10 062	13 348	67 936

Seguidamente apresenta-se a variação estimada das responsabilidades reconhecidas em Balanço, com referência a 31 de Dezembro de 2010, considerando diversas alterações dos pressupostos utilizados.

FIDELIDADE MUNDIAL

(Milhares de euros)

Pressuposto	Varição do Pressuposto	Varição das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+25% (*)	1 385
Taxa de Rentabilidade de Activos	+0,5%	407
Taxa de Inflação	+1%	5
Taxa de Saída	+5%	-21

(*) Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

IMPÉRIO BONANÇA

(Milhares de euros)

Pressuposto	Varição do Pressuposto	Varição das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+25% (*)	33
Taxa de Rentabilidade de Activos	+0,5%	-
Taxa de Inflação	+1%	-
Taxa de Saída	+5%	-

(*) Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

43.7. RISCO DE TAXA DE JURO

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso, existe um *matching* entre o perfil dos *cash flows* dos activos investidos e os *outflows* dos passivos na maturidade. O risco de taxa de juro não tem praticamente gestão activa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de *benchmark*, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira activa, de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos *benchmarks*, verificando-se uma gestão táctica de *underweight / overweight* em função das expectativas de alteração da estrutura da curva, de maneira a otimizar os retornos dos activos.

Em termos quantitativos, o nível de exposição aos prazos mais longos não é significativo conforme leitura do quadro seguinte.

As companhias utilizam ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

Risco por maturidade	Valor	Peso	Mod. Dur.
Rendimento Fixo	11 960 233 643	100,0%	
Obrigações taxa fixa	6 549 323 929	54,8%	3,76
Maturidade 1 a 3	3 627 384 197	55,4%	2,37
Maturidade 4 a 5	1 505 397 774	23,0%	4,19
Maturidade 6 a 7	764 534 961	11,7%	5,56
Maturidade 8 a 10	476 630 549	7,3%	7,17
Maturidade 11 a 19	73 938 174	1,1%	10,10
Maturidade 20 a 35	101 438 274	1,5%	12,72
Obrigações Taxa variável	3 924 857 236	32,8%	0,30
Obrigações <i>Inflation-Linked</i>	126 432 877	1,1%	4,90
Perpétuas (Taxa Fixa)	136 542	0,0%	
Incumprimento	2 428 497	0,0%	
Obrigações mat < 1 ano	1 357 054 563	11,3%	0,57

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco, tendo-se desenvolvido pontualmente, nos últimos anos, exercícios de *stress-test* para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de activos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se, actualmente, à utilização pontual de *swaps* de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com activos directos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa Seguros dispõe de um conjunto de *swaps* de taxa de juro, destinados à cobertura de riscos financeiros dos produtos *unit linked* e taxa fixa do Ramo Vida, conforme se resume no quadro seguinte:

Montante notional (EUR)	Divisa	Produtos associados	Maturidade	Tx cedida	Tx tomada
20 000 000,00	EUR	Postal 4%	2012	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360+0,180%
45 000 000,00	EUR	Postal 4%	2012	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360+0,230%
11 000 000,00	EUR	K Investe	2013	4,000%	4,300%
125 000 000,00	EUR	Caixa Seguro 2x4,15	2013	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360+0,318%
76 500 000,00	EUR	Caixa Seguro Euro Campeão	2013	Euribor_3M_360-0,250%	Euribor_1A_360
50 000 000,00	EUR	Levexpert PPR Série B	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360-0,140%
30 000 000,00	EUR	Pst Top Rend. CS Invest Mais	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360-0,180%
65 000 000,00	EUR	Pst Top Rend. CS Invest Mais	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360-0,250%
110 000 000,00	EUR	Pst Top Rend. CS Invest Mais	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360-0,190%

...continuação

Montante nacional (EUR)	Dívida	Produtos associados	Maturidade	Tx cedida	Tx tomada
17 500 000,00	EUR	Postal 12,2%	2011	3,910%	3,991%
15 000 000,00	EUR	Postal PPR 20%	2013	3,710%	3,923%
50 000 000,00	EUR	Levexpert PPR Série A	2013	4,500%	4,781%
30 000 000,00	EUR	Postal Valorização Garantida	2011	4,400%	4,498%
16 000 000,00	EUR	Postal PPR Valor Premium	2013	4,730%	5,010%
125 000 000,00	EUR	Caixa Seguro Duplo Invest	2013	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360+0,040%
5 200 000,00	EUR	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360+0,450%	4,670%
4 000 000,00	EUR	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360+0,450%	4,710%
100 000,00	EUR	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360+0,450%	4,250%
14 373 348,00	EUR	REFORMA PPR/E MAIS	2012	5,238%	5,207%
12 000 000,00	EUR	Garantido 4%	2013	4,000%	4,300%
4 000 000,00	EUR	PPR 4,28	2012	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360+0,230%
9 500 000,00	EUR	Garantido 4,14%	2013	4,140%	4,382%
15 000 000,00	EUR	Garantido 4,65%	2011	4,650%	4,758%

A política de gestão de risco / análise por contraparte decorre, essencialmente, da grelha de selecção no momento da compra do activo divulgada no ponto Requisitos de segregação de activos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos activos da Companhia. O risco, no entanto, é monitorizado continuamente, procurando acompanhar as opiniões / *outlooks* das casas internacionais de *rating* de maneira a não deixar degradar o *rating* dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No quadro abaixo apresentamos os grupos económicos das posições maiores ou iguais a 50 milhões de Euros:

ACTIVOS POR RISCO DE CONTRAPARTE

Grupo Económico	Cúmulo de Capitais	%
Total	11 960 233 643	100,00%
Dívida Pública – União Europeia	3 720 583 224	31,11%
Portugal	1 868 455 998	15,62%
Itália	653 096 546	5,46%
Alemanha	281 238 795	2,35%
França	242 311 490	2,03%
Grécia	210 005 945	1,76%
Espanha	166 804 262	1,39%
Bélgica	161 147 766	1,35%
Holanda	60 159 701	0,50%
Outros	77 362 720	0,65%
Caixa Geral de Depósitos, SA	1 511 748 557	12,64%
Espírito Santo Financial Group	216 676 560	1,81%
Barclays PLC	176 288 869	1,47%
Banco Comercial Português, SA	170 093 112	1,42%
Banco Santander, SA	166 286 647	1,39%
General Electric Co	162 060 307	1,35%
ING Groep NV	151 216 280	1,26%
EDP – Energias de Portugal, SA	140 231 179	1,17%
Intesa Sanpaolo SpA	130 254 835	1,09%
DnB NOR ASA	130 191 417	1,09%

...continuação

Grupo Económico	Cúmulo de Capitais	%
Banco BPI, SA	116 920 530	0,98%
BNP Paribas	115 812 324	0,97%
Enel SpA	112 731 486	0,94%
HSBC Holdings PLC	111 002 182	0,93%
Royal Bank of Scotland Group PLC	110 820 818	0,93%
SNS REAAL NV	110 477 033	0,92%
Parública	109 537 583	0,92%
Fortis	108 494 795	0,91%
UniCredit SpA	108 389 658	0,91%
Danske Bank A/S	108 106 892	0,90%
Lloyds Banking Group PLC	107 444 659	0,90%
Unione di Banche Italiane SCPA	105 855 352	0,89%
Svenska Handelsbanken AB	104 360 517	0,87%
Bayerische Motoren Werke AG	104 264 143	0,87%
National Australia Bank Ltd	104 007 522	0,87%
Dexia, SA	102 984 295	0,86%
Bank of America Corp	100 186 529	0,84%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	98 833 872	0,83%
Nordea Bank AB	98 809 475	0,83%
Citigroup Inc	89 097 927	0,74%
Westpac Banking Corp	87 045 306	0,73%
Groupe Credit Mutuel	85 651 767	0,72%
Rabobank Nederland NV	78 380 455	0,66%
Montepio Geral Associação Mutualista	77 709 896	0,65%
E.ON AG	74 198 435	0,62%
Deutsche Bank AG	74 098 081	0,62%
OP-Pohjola Group Central Cooperative	72 685 846	0,61%
J. P. Morgan Chase & Co	72 299 073	0,60%
Société Générale	70 672 708	0,59%
Banco de Sabadell, SA	68 337 052	0,57%
Crédit Suisse Group AG	66 852 450	0,56%
Anglo Irish Bank Corp PLC	66 218 116	0,55%
Skandinaviska Enskilda Banken	64 784 540	0,54%
Volkswagen AG	64 569 356	0,54%
Gdf Suez	58 083 442	0,49%
ENI SpA	56 999 265	0,48%
National Grid PLC	54 880 210	0,46%
UBS AG	53 054 485	0,44%
Veículos	52 081 759	0,44%
Diageo PLC	50 740 861	0,42%
Outros	1 807 121 962	15,11%

44. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazos, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo, por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade de instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, com a última redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, reflectindo, em larga medida, as Directivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro. Com a publicação do Decreto Lei n.º 298/92, o Banco de Portugal considerou conveniente condensar num só texto todas as principais regras relativas aos fundos próprios, tendo sido emitido o Aviso n.º 12/92 para o efeito.

Durante a sua vigência, o Aviso n.º 12/92 sofreu diversas alterações, algumas de natureza substancial, destacando-se, por exemplo, as modificações introduzidas através do Aviso n.º 2/2005 (relativo ao enquadramento regulamentar dos fundos próprios e rácio de solvabilidade, na sequência da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade) e as mudanças introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 103/2007 e n.º 104/2007, ambos de 3 de Abril, e consubstanciado no Aviso n.º 4/2007, relativo à transposição para a ordem jurídica nacional das Directivas 2006/48/CE e 2006/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, do designado Acordo de Basileia II.

Na prática, este facto traduziu-se na substituição, a partir de 1 de Janeiro de 2008, do normativo de Basileia I pelo designado Novo Acordo de Capital Basileia II, o qual contempla, para além de novas metodologias de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios mais sensíveis ao risco (Pilar I), um conjunto de exigências relativas à auto-avaliação e determinação por parte das Instituições de Crédito do nível de capital interno considerado adequado ao seu perfil de risco (Pilar II), constituindo esse montante apurado o capital económico do banco. Foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura.

O ano de 2008 foi particularmente marcado por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e Cartas-Circulares relacionados com matérias de natureza prudencial. Destacam-se as seguintes alterações ao cálculo dos fundos próprios:

- Os Impactos de transição, que correspondem aos encargos com os benefícios dos trabalhadores que resultaram da introdução das IAS (Plano Médico e outros encargos com a saúde) e cujas deduções aos Fundos Próprios foram objecto de diferimento, inicialmente, por 5 ou por 7 anos. Os períodos de diferimento foram alargados em mais 3 anos, através do Aviso n.º 7/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal, pelo que estes impactos só terminarão em Dezembro de 2012 e em Dezembro de 2014;
- As menos e mais-valias potenciais em títulos de dívida, classificados como disponíveis para venda, deixaram de ser incluídas no Tier 1 e Tier II, respectivamente, a partir de Outubro de 2008 (Aviso n.º 6/2008, de 14 de Outubro).
- Foi eliminado o limite de 10% para a inclusão dos Impostos Diferidos Activos no Tier I (Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2008, de 28 de Outubro).

O Banco de Portugal autorizou o Grupo Caixa Geral de Depósitos a adoptar o método *standard* (em substituição do método básico) para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2009 inclusive, abrangendo também, em base individual, o Caixa – Banco de Investimento, a Caixa Leasing e Factoring e, ainda, a Caixagest que ficará sujeita aos critérios de elegibilidade aplicáveis ao referido método.

Em 2009, na sequência da crise financeira internacional, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária desenvolveu um programa de reformas destinado a reforçar a regulação global sobre o capital e a liquidez.

O objectivo do pacote de reformas é melhorar a capacidade do sector bancário para absorver choques decorrentes do *stress* financeiro e económico, qualquer que seja a sua fonte, reduzindo, assim, o risco de contaminação da economia real pelo sector financeiro e, por outro lado, aumentar a qualidade, a coerência e a transparência da base de capital.

Este conjunto de reformas incide, principalmente, sobre o Pilar 1 (Determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios) do acordo conhecido como Basileia II, mas engloba, igualmente, um conjunto de orientações e recomendações para o Pilar 2 (Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão) e Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

O conjunto das reformas acordadas e publicadas pelo Comité, entre Julho de 2009 e Setembro de 2010, colectivamente conhecidas como “Basileia III”, podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- Aumentar a qualidade do capital para assegurar que os bancos têm maior capacidade de absorver perdas, tanto numa base de empresa em actividade (*going concern*) como em caso de liquidação (*gone concern*);
- Aumentar a cobertura do risco, em particular para as actividades de *trading*, titularização, exposição a veículos fora-do-balanço e exposição a risco de crédito de contraparte resultante de derivados;
- Elevar os requisitos de capital mínimos:
 - > Rácio Core Tier 1 (*common equity capital*) – definição de um mínimo de 4,5% em 2015 – neste momento, é de 2%. A alteração será faseada: 3,5% em 2013, 4% em 2014 e 4,5% em 2015;
 - > Rácio Tier1 aumenta de 4% para 6% no período atrás referido: 4,5% em 2013, 5,5% em 2014 e 6% em 2015;
 - > Rácio de capital permanece em 8%;
 - > *Capital conservation buffer* – criação de uma margem de segurança de 2,5%, requisito também a cumprir de forma faseada: 0,625% em 2016, 1,25% em 2017, 1,875% em 2018 e 2,5% em 2019. Estes valores acrescem aos valores dos rácios indicados nos pontos anteriores. O objectivo da criação do *buffer* é assegurar que os Bancos mantenham uma margem que pode ser usada para absorver perdas que ocorram em períodos de *stress* económico e financeiro.
- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo Basileia III e para as novas deduções à base de capital.
- Promover a acumulação de *buffers* de capital em conjunturas favoráveis, que possam ser utilizados em períodos de crise, incluindo tanto um *buffer* de conservação de capital como um *buffer* contracíclico para proteger o sector bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito;
- Introduzir um rácio de alavancagem harmonizado internacionalmente para servir de suporte à medida de capital ponderada pelo risco e conter a acumulação de excessiva alavancagem no sistema;
- Introduzir padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*);
- Elevar os padrões para o processo de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3), conjuntamente com orientações adicionais nas áreas de boas práticas de valorização, testes de *stress*, gestão do risco de liquidez, governação empresarial e remunerações.

Saliente-se que, no plano Europeu, a incorporação do calendário e revisão propostas carecem de transposição para a legislação comunitária, podendo subsistir divergências nas abordagens finais.

Estão também ainda em análise outras medidas adicionais a aplicar às chamadas Instituições financeiras sistémicas (*too-big-to fail*).

O Grupo acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III e participou activamente nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, elaborou estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

No quadro seguinte, resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2010 e de 2009, para a sua actividade consolidada.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE CONSOLIDADO

(Milhões de euros)

	31.12.2009 (1)	31.12.2010 (2)	Variação (2)-(1)
A – FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	6 037	6 844	807
Capital Social	4 500	5 050	550
Reservas e Resultados Transitados	1 233	1 162	(71)
Resultado Líquido	54	312	258
Interesses Minoritários	1 117	1 273	156
Impactos de transição IAS (regime transitório)	119	94	(25)
Deduções aos F. P. de Base (*)	(986)	(1 048)	(61)
B – FUNDOS PRÓP. COMPLEMENTARES (TIER II)	2 966	2 682	(284)
Passivos subordinados c/ venc. Indeterminado	174	156	(18)
Passivos subordinados c/ venc. determinado	2 999	2 680	(319)
Reservas de reavaliação	238	243	5
Outros elementos (*)	(445)	(397)	48
C – DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	(37)	(40)	(3)
D – TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	8 966	9 486	521
E – POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	71 041	76 989	5 948
Risco de Crédito	64 080	67 660	3 580
Risco de Mercado	2 819	5 098	2 279
Risco Operacional	4 142	4 232	90
RÁCIOS			
TIER I (A/E)	8,5%	8,9%	0,4%
CORE TIER I	8,3%	8,8%	0,5%
TIER II (B/E)	4,2%	3,5%	-0,7%
DEDUÇÕES (C/E)	-0,1%	-0,1%	0,0%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	12,6%	12,3%	-0,3%

(*) Incluem as deduções do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são $\geq 10\%$.



2.3. RELATÓRIOS CEBS

I. MODELO DE NEGÓCIO	470
II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS	471
III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS	471
IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA	472
V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO	473
VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO	473

2.3. RELATÓRIOS CEBS

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS

CARTA CIRCULAR N.º 97/2008/DSB, DE 3 DE DEZEMBRO, DO BANCO DE PORTUGAL

I. MODELO DE NEGÓCIO

1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades / negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos: <ul style="list-style-type: none">• Mensagem do Presidente;• Estratégia e Modelo de Negócio; Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver o referido no ponto I.1 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos: <ul style="list-style-type: none">• Visão Estratégica 2008-2010;• Análise Financeira – Evolução do Balanço (sobre operações de titularização). Ver Anexo às DF Consolidadas: Notas 11 e 22 sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	No Relatório do Conselho de Administração, encontra-se uma descrição pormenorizada da actividade do Grupo CGD, seus objectivos e resultados, contribuição para o negócio, consequências da turbulência nas Demonstrações de Resultados, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ver em especial os capítulos mencionados no ponto I.1 atrás. Ver Notas 28 e 40 do Anexo às DF Consolidadas.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos / investimentos devem cumprir;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Nota 2.7. do Anexo às DF Consolidadas.
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Ver Relatório do Conselho de Administração: <ul style="list-style-type: none">• Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF Consolidadas: <ul style="list-style-type: none">• Nota 42: onde é efectuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro;• Nota 43: onde se descreve a gestão de risco relativa a Contratos de Seguro e Resseguro.
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades / fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos <i>write-downs</i> nos resultados;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: <ul style="list-style-type: none">• Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade. Ver Notas 6, 8, 19 e 39 do Anexo às DF Consolidadas.
9. Decomposição dos <i>write-downs</i> / perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>collateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: <ul style="list-style-type: none">• Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade. Ver Nota 42 do Anexo às DF Consolidadas.
10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Nos diversos Capítulos é feita referência às consequências da turbulência dos mercados financeiros sobre o sistema bancário e sobre a CGD, em particular, designadamente nos seguintes Capítulos: <ul style="list-style-type: none">• Mensagem do Presidente;• Enquadramento Macroeconómico;• Análise Financeira. Ver o referido nos pontos III.8 e III.9 atrás.
11. Comparação de: <ul style="list-style-type: none">i) impactos entre períodos (relevantes);ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12. Decomposição dos <i>write-downs</i> entre montantes realizados e não realizados;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 42 do Anexo às DF Consolidadas.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.d.
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o Capítulo Análise Financeira – Principais Riscos e Incertezas em 2010. Ver o referido no ponto III.10 atrás.
15. Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: • Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade. Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: • Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF Consolidadas: • Nota 2.7.; • Nota 42., onde é efectuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos activos e passivos registados ao custo amortizado.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i>) e o respectivo efeito nas exposições existentes;	Ver Anexo às DF Consolidadas: • Nota 2.7. descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura; • Notas 10, 42 e 43, onde consta extensa informação sobre derivados, montantes nocionais e valor contabilístico das operações da Caixa através desses instrumentos, para os quais existem limites de exposição por produto e por cliente e o acompanhamento da evolução diária dos resultados.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: • Nível de senioridade das exposições / tranches detidas; • Nível da qualidade de crédito (e.g., <i>ratings</i> , <i>vintages</i>); • Áreas geográficas de origem; • Sector de actividade; • Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); • Características do produto: e.g., <i>ratings</i> , peso / parcela de activos <i>sub-prime</i> associados, taxas de desconto, <i>spreads</i> , financiamento; • Características dos activos subjacentes: e.g., <i>vintages</i> , rácio <i>loan-to-value</i> , privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Relatório do Conselho de Administração. Ver Nota 42. do Anexo às DF Consolidadas.
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, <i>write-downs</i> , compras, etc.)	Ver Relatório do Conselho de Administração a exposição a activos afectados pelo período de turbulência. Ver pontos III.8 a III.15 atrás.
20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.d.

<p>21. Exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i> e qualidade dos activos segurados: Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; Valor dos <i>write-downs</i> e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; Decomposição das exposições por rating ou contraparte.</p>	<p>A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i>.</p>
---	---

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

<p>22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;</p>	<p>Ver Anexo às DF Consolidadas: • Nota 2., onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.</p>
<p>23. Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;</p>	<p>N.d.</p>
<p>24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: • Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; • Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados, bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); • Tratamento dos "<i>day 1 profits</i>" (incluindo informação quantitativa); • Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);</p>	<p>Ver Notas 7. e 42. do Anexo às DF Consolidadas. Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.</p>
<p>25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: • Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; • Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos); • Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; • Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e <i>inputs</i> chave); • <i>Stress Scenarios</i>.</p>	<p>Ver Anexo às DF Consolidadas: • Nota 2.7., onde consta informação e os processos aplicados pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros; • Notas 42. e 43.</p>

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

<p>26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.</p>	<p>Ver Nota 2. do Anexo às DF Consolidadas.</p>
--	---

N.d. – Não disponível.





**Caixa Geral
de Depósitos**

2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.4.1. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS INDIVIDUAIS	476
2.4.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	478
2.4.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS CONSOLIDADAS	480
2.4.4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	482
2.4.5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	484

2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.4.1. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 245.º, do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um activo total de 112 902 810 mEuros e capitais próprios de 6 202 424 mEuros, incluindo um resultado do exercício de 47 256 mEuros, as Demonstrações individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º, do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual da Caixa Geral de Depósitos, SA em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2.) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se a actividade individual da Caixa, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Caixa, as participações em Filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. A Caixa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

7. Conforme descrito na Nota 7. do Anexo, no final do exercício de 2010 procedeu-se a uma reorganização das operações de assistência de liquidez da Caixa ao Banco Português de Negócios, SA (BPN), no âmbito da qual foram constituídos três veículos que adquiriram ao BPN pelo seu valor nominal ou custo de aquisição original um conjunto de activos, incluindo créditos e títulos vencidos ou com imparidade, imóveis recebidos em dação de créditos e participações, cujo capital em 31 de Dezembro de 2010 é ainda integralmente detido por esse banco. Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2010, a exposição da Caixa ao BPN e aos referidos veículos, excluindo juros periodificados, era a seguinte:

	Exposição	
	Total	Parcela com garantia do Estado
BPN		
Aplicações em instituições de crédito – papel comercial	400 000	400 000
Aplicações em instituições de crédito – Mercado Monetário Interbancário	745 852	-
Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA (veículos)		
Activos financeiros disponíveis para venda – Obrigações	3 100 000	3 100 000
Créditos a clientes	795 112	-

O crédito concedido aos veículos sem garantia do Estado Português, no montante de 795 112 mEuros, encontra-se garantido pelos activos dos referidos veículos. Não obstante as operações de assistência de liquidez através do Mercado Monetário Interbancário não disporem de Declaração de Garantia emitida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, é entendimento do Conselho de Administração da Caixa que beneficiam de garantia pessoal do Estado nos termos do n.º 9, do Artigo 2.º, da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização do BPN.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 22 de Março de 2011

Deloitte & Associados, SROC, SA
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2.4.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 112 902 810 milhares de euros e um total de capital próprio de 6 202 424 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 47 256 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASE

8. Conforme descrito na Nota 7. do Anexo às demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2010, a exposição da CGD ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) inclui:

i.) 745,9 milhões de euros de aplicações através do Mercado Monetário interbancário sem Declaração de Garantia emitida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo entendimento do Conselho de Administração da CGD que beneficiam de garantia pessoal do Estado nos termos do n.º 9 do Artigo 2.º, da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização do BPN;

ii.) 795,1 milhões de euros de créditos concedidos às entidades Parvalorem, SA, Parups SA e Parparticipadas, SA, constituídas pelo BPN no âmbito do respectivo processo de reprivatização, os quais foram garantidos por activos das próprias Sociedades.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2011

Oliveira Rego & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

2.4.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 245.º, do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da Caixa Geral de Depósitos, SA e subsidiárias (Caixa ou CGD), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um activo total de 125 861 974 mEuros e capitais próprios de 7 839 996 mEuros, incluindo um resultado do exercício consolidado atribuível ao accionista da CGD de 250 582 mEuros, as Demonstrações consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º, do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

6. Conforme descrito na Nota 6 do Anexo, no final do exercício de 2010, procedeu-se a uma reorganização das operações de assistência de liquidez da Caixa ao Banco Português de Negócios, SA (BPN), no âmbito da qual foram constituídos três veículos que adquiriram ao BPN pelo seu valor nominal ou custo de aquisição original um conjunto de activos, incluindo créditos e títulos vencidos ou com imparidade, imóveis recebidos em dação de créditos e participações, cujo capital em 31 de Dezembro de 2010 é ainda integralmente detido por esse banco. Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2010, a exposição da Caixa ao BPN e aos referidos veículos, excluindo juros periodificados, era a seguinte:

	Exposição	
	Total	Parcela com garantia do Estado
BPN		
Aplicações em instituições de crédito – papel comercial	400 000	400 000
Aplicações em instituições de crédito – Mercado Monetário Interbancário	745 852	-
Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA (veículos)		
Activos financeiros disponíveis para venda – Obrigações	3 100 000	3 100 000
Créditos a clientes	795 112	-

O crédito concedido aos veículos sem garantia do Estado Português, no montante de 795 112 mEuros, encontra-se garantido pelos activos dos referidos veículos. Não obstante as operações de assistência de liquidez através do Mercado Monetário Interbancário não dispõem de Declaração de Garantia emitida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, é entendimento do Conselho de Administração da Caixa que beneficiam de garantia pessoal do Estado nos termos do n.º 9, do Artigo 2.º, da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização do BPN.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

7. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245.º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 22 de Março de 2011

Deloitte & Associados, SROC, SA
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2.4.4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 125 861 974 milhares de euros e um total de capital próprio de 7 839 996 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 250 582 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

ÊNFASES

7. Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA, Caixanet – Telemática e Comunicações, SA e Credip – Instituição Financeira de Crédito, SA, tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores / auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

8. Conforme descrito na Nota 6. do Anexo às demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2010, a exposição da CGD ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) inclui:

i. 745,9 milhões de euros de aplicações através do mercado monetário interbancário sem Declaração de Garantia emitida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo entendimento do Conselho de Administração da CGD que beneficiam de garantia pessoal do Estado nos termos do n.º 9, do Artigo 2.º, da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização do BPN;

ii. 795,1 milhões de euros de créditos concedidos às entidades Parvalorem, SA, Parups SA e Parparticipadas, SA, constituídas pelo BPN no âmbito do respectivo processo de reprivatização, os quais foram garantidos por activos das próprias Sociedades.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2011

Oliveira Rego & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

2.4.5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 508.º-D, do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA (adiante designada de Caixa ou CGD), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2. A fiscalização da CGD compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme se encontra previsto na alínea b) do n.º 1, do artigo 413.º, do Código das Sociedades Comerciais e Estatutos da CGD.

3. O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado na CGD, acompanhou e fiscalizou os actos de gestão do Conselho de Administração, tendo acesso às actas das reuniões semanais realizadas por este órgão, à documentação que suporta as decisões tomadas, preparada pelos vários serviços internos, grupos de trabalho e entidades externas (consultores / auditores), e promoveu reuniões periódicas com a sociedade de revisores oficiais de contas que lhe presta assessoria, na qualidade de perito técnico, e com os auditores externos da Caixa.

4. O Conselho Fiscal velou, ainda, pela observância da Lei e dos Estatutos da CGD, emitindo, trimestralmente, o relatório previsto no n.º 2, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, enviado aos Gabinetes dos Senhores Ministro de Estado e das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, com conhecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da CGD.

5. O Conselho Fiscal emitiu em 30 de Junho de 2010, nos termos do Aviso n.º 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal, os Pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da CGD (Individual e Grupo). Em termos gerais, o Conselho Fiscal considera que o sistema de controlo interno na CGD é adequado à dimensão e à natureza e risco das actividades desenvolvidas, existindo alguns aspectos a melhorar cuja evolução o Conselho Fiscal irá continuar a acompanhar no decorrer do exercício de 2011.

6. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos relatórios emitidos pelo Revisor oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras intercalares, para efeitos de inclusão nos fundos próprios, dos resultados positivos provisórios apurados mensalmente, de acordo com o Aviso n.º 12/92, de 22 de Dezembro, e da Carta Circular n.º 17/1995/DSB, de 7 de Março, ambos do Banco de Portugal.

7. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos relatórios de imparidade sobre a carteira de crédito concedido pela CGD, elaborados com periodicidade semestral pelos Auditores Externos, conforme estabelecido pelo Banco de Portugal através das Cartas Circulares n.º 17/2002/DSB, de 14 de Fevereiro, e n.º 38/2008/DSB, de 29 de Maio.

8. O Conselho Fiscal emitiu no início de 2011 um Parecer atestando que a candidatura do Grupo CGD à utilização de modelos internos para risco de crédito obedece aos requisitos referidos na Instrução n.º 11/2007, do Banco de Portugal, não tendo conhecimento de qualquer situação que ponha em causa a veracidade e plenitude da informação enviada.

9. Em termos de decisões tomadas e/ou consumadas no exercício findo, o Conselho Fiscal salienta as seguintes situações:

(i) Em Janeiro de 2010, a CGD aprovou o aumento do capital do Banco Caixa Geral Brasil, SA para 400 milhões de reais, efectuado em duas parcelas de 138,5 milhões de reais, em Janeiro e Julho de 2010, tendo o custo de aquisição da participação registado um aumento de 107,4 milhões de euros.

(ii) No primeiro trimestre de 2010, a CGD concretizou a operação de alienação à Kento Holding Limited de 7 727 420 acções, representativas de 2,5% do capital social da ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, pelo preço unitário de 5,3 euros. Em resultado desta operação, foi registada uma mais-valia de 11,9 milhões de euros.

(iii) Em 22 de Abril de 2010, em Assembleia-Geral da CGD, foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2009, respeitante à actividade individual, no montante de 241,1 milhões de euros, fosse transferido 20% para reserva legal (48,2 milhões de euros), 22,7 milhões de euros para cobertura de resultados transitados e 170,2 milhões de euros para dividendos ao accionista Estado.

(iv) O Banco Caixa Geral, SA realizou aumentos de capital no valor de 46 milhões de euros, subscritos pela CGD e integralmente realizados em 31 de Dezembro de 2010.

(v) Em resultado de deliberação em Assembleia Geral da La Seda Barcelona, realizou-se o aumento do seu capital social no valor de 300 milhões de euros, através da emissão de 3 mil milhões de acções ao preço unitário de 0,1 euros, tendo o Grupo CGD reforçado a sua participação na La Seda através da subscrição de 490 450 377 acções, das quais 422 394 839 acções realizadas em numerário e 68 055 538 acções realizadas através da conversão de créditos. Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo CGD detinha uma participação de 14,77% no capital desta sociedade.

(vi) A CGD alienou a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, dois lotes de acções, representativas de 5% do capital social da EDP – Energias de Portugal, SA, pelo valor de 575,9 milhões de euros, tendo sido apurado um ganho líquido de 26,7 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2010, a CGD detinha uma participação de 0,1% no capital desta sociedade.

(vii) Em Novembro de 2010, a CGD cedeu parte da carteira de crédito hipotecário a Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA (Tagus), pelo montante de 5,3 mil milhões de euros, através de uma operação de titularização, denominada "Nostrum Mortgage II". Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações no valor total de 5,4 mil milhões de euros, subscritas na sua totalidade pela CGD.

(viii) Os empréstimos concedidos pela CGD para a compra de acções de empresas cotadas tem continuado a merecer particular atenção do Conselho Fiscal, conforme relatórios trimestrais emitidos para a Tutela.

Apesar do reforço das imparidades específicas determinadas pela CGD para estas operações, o Conselho Fiscal tem vindo sistematicamente a recomendar a reposição do nível de garantias contratuais, a fim de acautelar a exposição da CGD.

(ix) No exercício de 2010, a CGD adquiriu e alienou acções da Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo em resultado destas operações sido registada uma mais-valia contabilística de 31,7 milhões de euros.

(x) O contrato de empréstimo no valor de 100 milhões de euros, celebrado entre a CGD e o Banco Finantia, SA, em 17 de Outubro de 2008, foi objecto de renovação até 18 de Outubro de 2012, tendo no exercício de 2010 sido liquidados 20 milhões de euros, conforme estabelecido no plano de amortizações.

(xi) Reconhecimento de perdas de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, nas contas individuais, com destaque para a EDP – Energia de Portugal, SA (93,1 milhões de euros), ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (28,7 milhões de euros), BCP – Banco Comercial Português, SA (26,4 milhões de euros) Fundo Goldman Sachs International Infrastructure (52,8 milhões de euros) e para fundos de investimento mobiliários geridos por empresas do Grupo (59,5 milhões de euros). Este reconhecimento resultou da desvalorização prolongada do valor de mercado face ao custo de aquisição e do apuramento de menos-valias potenciais em investimentos nos quais foi registada imparidade em períodos anteriores.

(xii) No exercício de 2010, a CGD alienou o edifício da sua sede social ao Fundo de Pensões do Pessoal da CGD pelo valor de 251,8 milhões de euros, tendo registado uma mais-valia de 103,9 milhões de euros. Esta operação contempla o arrendamento do imóvel pela CGD, por um período mínimo inicial de 20 anos, renovável por períodos iguais e sucessivos de 5 anos, mantendo a CGD, a opção de compra do imóvel no final de cada período de arrendamento.

(xiii) O Estado Português, accionista único da CGD, subscreveu e realizou integralmente em numerário o aumento do capital social em 550 milhões de euros, através da emissão de 110 milhões de novas acções nominativas de 5 euros cada, conforme aprovado em Deliberação Unânime por Escrito, tomada em 31 de Dezembro de 2010, nos termos do n.º1, do artigo 54.º, do Código das Sociedades Comerciais. O aumento do capital social obteve parecer favorável do Banco de Portugal, de acordo com o disposto no artigo 6.º, da Portaria n.º 493-A/2009, de 8 de Maio, e consentimento do Conselho Fiscal da CGD, conforme previsto no n.º 1, do artigo 9.º, da Lei nº 63-A/2008, de 24 de Novembro.

(xiv) Em 31 de Dezembro de 2010, os financiamentos obtidos pela CGD junto do Banco Central Europeu ascendiam a 6,6 mil milhões de euros, registando um aumento de 4,1 mil milhões de euros face ao período homólogo do exercício anterior, justificado pela deterioração das condições de financiamento sentidas no exercício de 2010.

(xv) Em 31 de Dezembro de 2010, os financiamentos concedidos ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) ao abrigo do Programa de Papel Comercial, com garantia do Estado, ascenderam a 400 milhões de euros. Adicionalmente, à mesma data, os financiamentos concedidos pela CGD, em mercado monetário interbancário, sem Declaração de Garantia emitida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças ascendiam a 745,9 milhões de euros, sendo entendimento do Conselho de Administração da CGD que os mesmos beneficiam de garantia pessoal do Estado, nos termos do n.º 9, do artigo 2.º, da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu a nacionalização do BPN.

(xvi) Em Dezembro de 2010, no âmbito do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN, a Caixa procedeu à subscrição de um conjunto de empréstimos obrigacionistas efectuados pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA, de que o BPN se mantém único accionista, no montante global de 3,1 mil milhões de euros, emissões estas igualmente abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português. Foram concedidos créditos a estas sociedades no valor de 795,1 milhões de euros, os quais se encontram garantidos por activos dos próprios veículos.

(xvii) Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica da CGD ascendem, respectivamente, a 1,3 mil milhões de euros (-1,8% face ao ano anterior) e 0,4 mil milhões de euros (-5,1% face ao ano anterior), conforme estudo actuarial elaborado por entidade independente. As responsabilidades com pensões de reforma encontram-se financiadas a 108,9% pelo Fundo de Pensões da CGD e as responsabilidades com assistência médica foram provisionadas na sua totalidade.

(xviii) Em 31 de Dezembro de 2010, o valor das acções da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA, representativas de 9,584% do capital e direitos de voto desta Sociedade, adquiridas em Fevereiro de 2009 à Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, SA, através de uma operação efectuada fora do mercado regulamentado, ascendia a 326,5 milhões de euros. O vendedor detém uma opção de compra da participação à CGD pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor.

10. Em termos das Contas Individuais da Sociedade, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

(i) O Activo Líquido ascendeu a 112,9 mil milhões de euros, registando um crescimento de 7,1 mil milhões de euros (+6,7%) face ao ano anterior, devido, essencialmente, às Aplicações em Títulos e ao Crédito a Clientes.

(ii) No Passivo, o crescimento deveu-se, sobretudo, aos aumentos registados nos Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito e nos Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos.

(iii) Os Capitais Próprios ascenderam a 6,2 mil milhões de euros, registando um aumento de 356,9 milhões de euros em relação ao ano anterior, explicado, sobretudo, pelo reforço do capital social no montante de 550 milhões de euros, enquanto os resultados do exercício registaram uma redução de 193,8 milhões de euros.

(iv) O rácio de solvabilidade, calculado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, registou um aumento de 1,1 p.p., situando-se no final do exercício em 15,0%. O Tier I ascendeu a 9,5% (8,4% em período homólogo do exercício anterior).

(v) O Resultado Líquido individual ascendeu a 47,3 milhões de euros, registando uma diminuição de 193,8 milhões de euros (-80,4%) face ao ano anterior, devido, sobretudo, à quebra significativa da margem financeira, ao crescimento das provisões para crédito e ao reconhecimento de imparidades de participações financeiras detidas pela CGD.

11. Em relação às Contas Consolidadas, salientamos os seguintes indicadores caracterizadores da actividade no exercício:

(i) O Activo Líquido do Grupo CGD ascendeu a 125,9 mil milhões de euros, registando um crescimento de 4,9 mil milhões de euros (+4,0%) face ao ano anterior, devido, essencialmente, às Aplicações em Títulos e ao Crédito a Clientes.

(ii) No Passivo, o crescimento deveu-se, sobretudo, aos aumentos registados nos Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito.

(iii) Os Capitais Próprios ascenderam a 7,8 mil milhões de euros, registando um aumento de 683,1 milhões de euros em relação ao ano anterior, em resultado do aumento do capital social no montante de 550 milhões de euros.

(iv) O rácio *cost-to-income* situou-se em 63,3% (64,7% no ano anterior), ficando a descida a dever-se, sobretudo, ao aumento do produto da actividade bancária e seguradora.

(v) O rácio de solvabilidade em base consolidada, calculado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, registou uma diminuição de 0,3 p.p., situando-se no final do exercício em 12,3%. O Tier I ascendeu a 8,9% (8,5% em período homólogo do exercício anterior).

(vi) O Resultado Líquido consolidado ascendeu a 250,6 milhões de euros, registando uma diminuição de 28,3 milhões de euros (-10,2%) face ao ano anterior, devido, sobretudo, à quebra da margem financeira e pelo reconhecimento de imparidade de títulos.

12. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

13. O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório de Auditoria" (Contas Individuais e Consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245.º, do Código dos Valores Mobiliários.

14. PARECER:

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral:

- a)** aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2010, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b)** pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c)** proceda a apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455.º, do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
(Presidente)

Maria Rosa Tobias Sá
(Vogal)

Pedro António Pereira Rodrigues Felício
(Vogal)



3. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO A QUE A CGD SE ENCONTRA OBRIGADA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 49/2007	490
3.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA	493
3.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE ACTUAÇÃO	496
3.3. TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	502
3.4. OUTRAS TRANSACÇÕES	503
3.5. MODELO SOCIETÁRIO	505
3.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	509
3.7. SISTEMA DE CONTROLO	511
3.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE	515
3.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	519
3.10. NOMEAÇÃO DE UM PROVEDOR DO CLIENTE	524
ANEXO I – CURRÍCULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	525
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CGD	538

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO A QUE A CGD SE ENCONTRA OBRIGADA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 49/2007

PBG	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no relatório
Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação	Obrigaçãõ de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objectivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade;	Cumprido.	3.1.1. a 3.1.3.
	Elaborar planos de actividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e aos objectivos fixados;	Cumprido.	3.1.4.
	Adopção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	3.2.4.1. e 3.2.4.2
	Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objectivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido.	3.1.3. e 3.9.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adoptando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	3.2.3.1. a 3.2.3.5
	Obrigaçãõ de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	3.2.4.3.
	Obrigaçãõ de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços, adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transacções realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	3.3. e 3.4.
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	3.2.2.

PBG	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no relatório
Estruturas de Administração e Fiscalização	N.º de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector;	Cumprido.	3.5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão, criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Cumprido.	3.5.
	Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efectuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Cumprido.	3.5.3.1.
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela selecção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa / auditores;	Cumprido.	3.5.4.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	3.7.1. e 3.7.2.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	3.5.
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração;	Cumprido.	3.6. e Anexo II
	Divulgação anual das remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido.	3.6. e Anexo II
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	3.6. e Anexo II
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	3.5.7.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	3.5.7.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	3.5.7.

PBG	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no relatório
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afectar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido	3.8.1. a 3.8.3.
	Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado, de forma clara, relevante e actualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e actual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido.	3.8.5.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido.	3.8.6.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Não aplicável.	3.10.

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

3.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

3.1.1. INFORMAÇÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO QUE SEJAM APLICÁVEIS À CGD, NOMEADAMENTE AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DESTINADAS À GLOBALIDADE DO SEE, AS ORIENTAÇÕES GERAIS DESTINADAS AO SECTOR FINANCEIRO E AS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DESTINADAS INDIVIDUALMENTE À INSTITUIÇÃO, DEFINIDAS PELO MINISTRO DAS FINANÇAS

A CGD, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do sector empresarial do Estado (SEE), através de Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, está sujeita a orientações de gestão específicas, definidas pelo accionista único da CGD, o Estado Português.

O accionista, não estabeleceu orientações e objectivos de gestão para o exercício de 2010, previstos no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, tendo, no entanto, fixado objectivos para o triénio de 2008–2010, através da deliberação unânime por escrito de 11 de Julho de 2008, como se indica:

“Objectivos para 2008–2010

Os objectivos para o triénio 2008–2010 têm globalmente por referência os objectivos e orientações estratégicas constantes das “Prioridades Estratégicas do Grupo CGD para o triénio 2008–2010”, entre os quais o accionista atribui particular importância aos seguintes: i) crescimento da concessão de crédito a pequenas e médias empresas portuguesas (25%) e aumento da quota de mercado das PME em 25%; ii) crescimento do negócio de capital de risco, no triénio, de 50%; iii) manutenção da liderança no conjunto dos 5 maiores bancos portugueses em activo líquido total, resultados líquidos totais, captação de recursos, crédito hipotecário e seguros (conjunto da actividade vida e não-vida); iv) aumento em 25% da contribuição da área internacional para os resultados do Grupo por crescimento orgânico.”

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2009, o accionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

3.1.2. MISSÃO

O Grupo CGD tem como Missão:

- A consolidação da sua posição como um Grupo estruturante do sistema financeiro português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:
 - > O desenvolvimento económico;
 - > O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas;
 - > A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional;
- Enquanto líder do mercado, a procura de uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

3.1.3. PRINCIPAIS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

As Directrizes estratégicas orientadoras da actividade são as seguintes:

- I. Consolidar a evolução de crescimento rentável (em Portugal e nos principais mercados internacionais) e contribuir para o desenvolvimento económico;
- II. Alinhar com as melhores práticas em eficiência operativa e qualidade de serviço;
- III. Reforçar as capacidades e mecanismos de controlo e gestão de risco;
- IV. Desenvolver uma política de recursos humanos baseada nos pilares dos Valores e Cultura da Empresa, do Conhecimento, da Comunicação e do Desempenho;
- V. Apoiar o desenvolvimento cultural e social, promover a sustentabilidade e ser uma referência de Bom Governo em Portugal;
- VI. Reestruturar o modelo corporativo.

Estas seis Directrizes consubstanciam-se, por sua vez, em 19 prioridades de gestão:

1. Crescer no Retalho, mantendo a liderança na captação de recursos, reforçando o *cross-selling* através da dinamização comercial e desenvolvendo a oferta de gestão de activos e crédito especializado e tornando-se o banco principal das melhores empresas;
2. Desenvolver a banca de investimento e o capital de risco, garantindo o apoio à economia nacional;
3. Crescer nos mercados internacionais;
4. Manter a posição de liderança no mercado de seguros;
5. Garantir elevado nível de qualidade e serviço no sector da saúde;
6. Renovar a imagem de marca, reforçando o seu posicionamento;
7. Optimizar a produtividade e eficiência nos processos operativos;
8. Controlar os custos de Fornecimentos e Serviços Externos;
9. Melhorar a qualidade de serviço ao cliente;
10. Optimizar a gestão de capital no contexto da transição para abordagem IRB – Advanced (Basileia II) e consolidar a adequação do *pricing* do crédito ao risco;
11. Consolidar a *performance* na recuperação de crédito;
12. Integrar a gestão de risco das operações internacionais;
13. Reforçar as capacidades de *Assets and Liability Management*, de forma a manter a solidez financeira;
14. Implementar procedimentos adequados de gestão de risco operacional;
15. Desenvolver e dignificar os recursos humanos do Grupo, nomeadamente introduzindo processos para gestão activa de talento e fomentando a orientação ao desempenho;
16. Desenvolver capacidades em planeamento estratégico e em *research* macro, sectorial e de mercados financeiros;
17. Potenciar actuação ao nível cultural e social e promover a sustentabilidade;
18. Proactividade no desenvolvimento de melhores práticas de governação e de conduta ética;
19. Desenvolver o Grupo, libertando recursos para desenvolvimento de negócio em áreas prioritárias.

Depois de definido e comunicado este Quadro Estratégico, a Instituição iniciou um processo de operacionalização da estratégia através do qual as diversas Direcções e empresas do Grupo elaboraram as respectivas Visões Operativas da Estratégia, consubstanciadas num grupo de iniciativas estratégicas devidamente prioritizadas e programadas através da definição de responsáveis, acções concretas e metas a atingir.

Por último, foi levado a cabo um processo de consolidação das Visões Operativas da Estratégia tendo resultado um conjunto de Projectos Transversais Estruturantes, a ser implementados até 2010:

1. Dinamizar actividade comercial em particulares e pequenos negócios;
2. Dinamizar actividade comercial PME's;
 2. a) Dinamizar o negócio de comércio externo;
3. Executar estratégia multicanal;
4. Potenciar o *Assurfinance*;
5. Desenvolver o negócio internacional;
6. Optimizar a gestão de risco e do capital do Banco;
7. Reforçar a atenção sobre a recuperação de crédito do Grupo ao longo de toda a cadeia de valor;
8. Desenvolver o negócio de capital de risco;
9. Promover a redução de custos;
10. Reforçar a eficiência de processos e qualidade de serviço;
11. Desenvolver o talento;
12. Optimizar a infra-estrutura tecnológica.

O contexto em que a CGD desenvolveu a sua actividade alterou-se profundamente durante o triénio 2008-2010, período de vigência do quadro de referência estratégica.

De facto, assistiu-se a uma descida acentuada das taxas de mercado Euribor para patamares historicamente baixos, com um forte impacto nos níveis de rendibilidade de uma Instituição com o perfil da Caixa Geral de Depósitos, a par de uma crise de liquidez nos mercados financeiros.

O contexto económico foi também marcado por uma recessão nas principais economias em 2009, em virtude do fim das medidas anti-crise implementadas de forma concertada, que, no entanto, causaram um desequilíbrio orçamental e financeiro nas contas públicas dos países da Área Euro.

Em termos de regulação, há a destacar no período as medidas de protecção do consumidor, o aumento dos níveis mínimos de Tier I para 8%, o reforço das exigências de Basileia II e a aprovação de Basileia III com entrada faseada dos impactos.

Não obstante o enquadramento muito desfavorável, o desempenho da CGD foi globalmente muito positivo, conforme se encontra sintetizado no quadro seguinte:

KPIs contratualizados	Objectivos para o triénio 2008–2010	Resultados obtidos até 2010
Crédito a PMEs	+25% em crédito concedido	<ul style="list-style-type: none"> +18.8% no crédito concedido (13,3 Mil Milhões € a Dez. 07; 15,8 Mil Milhões € a Dez. 10).
Vol. Negócios do Capital de Risco	+50%	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento de 25% nos Activos sob Gestão (455,2 Milhões € a Dez. 07; 569,8 Milhões € estimados a Dez. 10); Alargamento de 90% do número de entidades participadas (de 27 para 51); 216 Projectos Apreciados; Investimento Acumulado de 165,5 Milhões €, correspondendo a 50% da carteira actual.
Posição de mercado face ao conjunto dos 5 maiores bancos portugueses a nível de <ul style="list-style-type: none"> Activo líquido total (Mil Milhões €) Captação de recursos (Mil Milhões €) Crédito hipotecário (Mil Milhões €) Seguros (quota de mercado) 	Manutenção da liderança Manutenção da liderança Manutenção da liderança Manutenção da liderança	<ul style="list-style-type: none"> Dez. 10: 1.º (CGD: 126); Dez. 10: 1.º (CGD: 84); Dez. 10: 1.º (CGD: 33,9); Dez. 10: 1.º Vida (CGD: 37%); Dez. 10: 1.º Não Vida (CGD: 27%).
• Resultados líquidos totais (Milhões €)	Manutenção da liderança	<ul style="list-style-type: none"> Dez. 10: 4.º (CGD: 251); Acumulado Triénio: 3.º (CGD: 989).
Contribuição da área internacional para os resultados do grupo	+25% (por crescimento orgânico)	+196% na contribuição relativa.

3.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO ANUAL DE UM PLANO DE ACTIVIDADES E DE UM RELATÓRIO INFORMANDO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA, INTEGRANDO AS POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SALVAGUARDA DA COMPETITIVIDADE, DESIGNADAMENTE PELA VIA DA INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRÓDUTIVO

A CGD desenvolve, anualmente, um processo de planeamento que tem como âmbito as contas consolidadas das diversas unidades de negócio que compõem o Grupo. Nesse exercício, são estabelecidos os objectivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

Para acompanhar a execução do plano de actividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de actividade.

Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida pela Instituição.

3.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE ACTUAÇÃO

3.2.1. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

A actividade da CGD está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo DL n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

De um modo geral, à CGD aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, salientando-se, no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro (republicado pelo DL n.º 1/2008, de 3 de Janeiro, e alterado pelos DL n.º 126/2008, de 21 de Julho, DL n.º 211-A/2008, de 3 de Novembro, Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, DL n.º 162/2009, de 20 de Julho, Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, DL n.º 317/2009, de 30 de Outubro, DL n.º 52/2010, de 26 de Maio, DL n.º 71/2010, de 18 de Junho, Lei n.º 36/2010, de 2 de Setembro e DL n.º 140-A/2010, de 30 de Dezembro), o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro (republicado pelo DL n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e alterado pelos DL n.º 211-A/2008, de 3 de Novembro, Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, DL n.º 185/2009, de 12 de Agosto, DL n.º 49/2010, de 19 de Maio, DL n.º 52/2010, de 26 de Maio e DL n.º 71/2010, de 18 de Junho) e todas as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Destas normas regulamentares, realçamos os Avisos do Banco de Portugal n.º 10/2008, n.º 4/2009, n.º 5/2009, n.º 6/2009, n.º 8/2009 e n.º 2/2010, que têm como objectivo reforçar a transparência e o rigor da informação prestada pelas instituições de crédito aos seus clientes. E o Regulamento da CMVM n.º 1/2009, relativo à informação e publicidade sobre produtos financeiros complexos.

Destacamos, também, a aplicação à CGD da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento UE n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A actividade da CGD encontra-se, igualmente, sujeita aos Estatutos da Sociedade, cuja versão integral foi republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 106/2007, de 3 de Abril, e que foram actualizados na sequência do aumento de capital realizado em 31 de Dezembro de 2010.

Dispõe, ainda, a CGD de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, que abrange os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade.

3.2.2. CÓDIGO DE CONDUTA

De entre as normas internas da CGD, cabe referir o Código de Conduta, o qual consagra os princípios de actuação e as normas de conduta profissional observados na e pela Caixa Geral de Depósitos, no exercício da sua actividade.

Tendo em conta que a proactividade no desenvolvimento de melhores práticas de conduta ética constitui uma das prioridades de gestão da CGD, a Caixa empreendeu um projecto de revisão do seu Código de Conduta, inicialmente publicado em 2008.

A escolha dos temas a rever ou a introduzir no Código de Conduta baseou-se, fundamentalmente, nos seguintes critérios: i) relevância das matérias para a actividade específica da CGD; ii) orientação para as expectativas e responsabilidades da CGD perante as diversas partes interessadas (*stakeholders*); iii) capacidade dos princípios e normas a definir irem para além da conformidade legal, auxiliando a tomada de decisão face aos dilemas éticos mais recorrentes.

Resultando deste processo de revisão, entrou em vigor a nova versão do Código de Conduta, que vincula os membros dos órgãos sociais, os trabalhadores, estagiários, prestadores de serviços e mandatários, devendo ser respeitado, também, nas Filiais, Sucursais, Agrupamentos Complementares de Empresas e Escritórios de Representação da CGD.

Em simultâneo, a CGD adoptou um Modelo de Gestão do Código de Conduta, o qual prevê um conjunto de iniciativas em áreas de intervenção que se consideram vitais para a implementação, operacionalização, monitorização e melhoria contínua deste Código.

De referir, ainda, que a Caixa tem vindo a ministrar acções de formação presenciais sobre o Código de Conduta aos colaboradores recém-admitidos ou a frequentarem estágios profissionalizantes, o que demonstra, uma vez mais, a importância que a CGD atribui à gestão da componente ética do seu negócio.

O Código está disponível para consulta na Intranet e no *site* público da CGD na Internet em <http://www.cgd.pt/Governo-Sociedade/Regulamentos/Codigo-Conduta/Pages/Codigo-Conduta-CGD-Introducao.aspx>.

3.2.3. CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Toda a actividade da CGD é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a CGD adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

3.2.3.1. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA FISCAL

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a CGD dispõe de duas Unidades Técnicas que se complementam, uma vocacionada para o cumprimento das obrigações fiscais da própria Instituição, outra que se focaliza no apoio logístico à interpretação das normas legislativas, quer as relativas à própria Instituição, quer as relativas a produtos orientados para clientes, para além de outras funções que lhe estão adstritas em matéria de contencioso tributário.

3.2.3.2. APLICAÇÃO DE NORMAS DE PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS

A Caixa Geral de Depósitos tem envidado todos os esforços, a nível nacional e nas suas Sucursais e Filiais no estrangeiro, para implementar os meios necessários à prevenção dos fenómenos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, nomeadamente através da definição de políticas e procedimentos internos que asseguram que o negócio bancário é realizado no respeito da legislação em vigor.

A CGD dispõe de uma estrutura orgânica própria dirigida exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada no Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC).

Compete ao GFC tomar as medidas adequadas no sentido de prevenir o envolvimento do Grupo CGD em operações relacionadas com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, promovendo o cumprimento das obrigações emergentes da legislação vigente sobre o combate à criminalidade organizada e económico-financeira e colaborando activamente com as Autoridades Judiciais e Policiais.

Para tal, o GFC encontra-se dotado de aplicações informáticas que permitem a exploração de movimentações atípicas e a monitorização das transacções de eventual risco, bem como a identificação de pessoas ou entidades sancionadas.

A formação de todo o quadro de pessoal constitui um aspecto crucial em todo o dispositivo de prevenção, pelo que são definidos programas específicos que habilitam os colaboradores a reconhecerem as operações que podem estar relacionadas com o branqueamento de capitais e/ou financiamento do terrorismo, com o objectivo de serem comunicadas de imediato, aos órgãos competentes, todas as situações de risco.

Às Unidades sediadas no exterior são efectuadas revisões, através de visitas ou através do seguimento centralizado, com o objectivo de comprovar o eficaz funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

O sistema de controlo interno instituído relativo à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é objecto de verificação periódica através da realização de auditorias internas.

3.2.3.3. APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONCORRÊNCIA E DE PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

A CGD adopta um posicionamento de equilíbrio competitivo face à concorrência, prosseguindo em simultâneo objectivos de qualidade, de satisfação dos seus clientes, de rentabilidade, de preço justo e de rigoroso cumprimento das normas de concorrência e de protecção do cliente bancário.

O processo de definição e revisão de preço dos vários produtos e serviços bancários requer decisão do Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes e é baseado em informação de *benchmark* e estimativas de rentabilidade e de proveitos para o Grupo. As alterações de preço são comunicadas previamente ao Banco de Portugal e aos clientes, bem como à CMVM, em cumprimento rigoroso das orientações das entidades supervisoras.

Os contratos de crédito aos consumidores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 133/2009 observam, desde 1 de Janeiro de 2010, os limites máximos das Taxas Anuais de Encargos Efectivas Globais (TAEG), definidos trimestralmente pelo Banco de Portugal. Essas taxas são determinadas com base nas TAEG médias praticadas no mercado pelas Instituições de Crédito no trimestre anterior.

O preço é divulgado em todos os pontos de atendimento e canais de acesso à Caixa, tendo sido implementado em 1 de Janeiro de 2010 o modelo fixado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2009). Garante-se, assim, a comparação de preços entre os vários bancos, designadamente taxas de juro, comissões e despesas com serviços bancários.

A Caixa tem tido a preocupação constante de promover e colaborar directamente na implementação da transparência das práticas comerciais relativas a produtos de investimento, poupança e serviços, nomeadamente através da contínua melhoria dos conteúdos informativos e contratuais em todos os canais de captação de depósitos bancários, simples e indexados, através da entrega aos seus clientes de Fichas de Informação Normalizada e de Prospectos Informativos, decorrentes, respectivamente, dos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2009 e n.º 5/2009.

Paralelamente, é ainda preocupação que a divulgação dos produtos utilize uma linguagem clara e transparente, de forma a permitir a fácil leitura e apreensão pelos clientes. Nesse âmbito, os produtos são prévia e internamente submetidos à apreciação da Direcção de Gestão de Risco, da Direcção de Assuntos Jurídicos e do Gabinete de Suporte à Função Compliance, sendo que esta última se pronuncia, igualmente, sobre todos os suportes publicitários utilizados na sua comercialização. No caso dos produtos financeiros complexos, estes são, ainda, submetidos à aprovação prévia das entidades de supervisão.

Por outro lado, a Caixa colaborou directamente em reuniões de trabalho interbancárias lideradas pela Associação Portuguesa de Bancos e na definição / elaboração dos conteúdos (Princípios Comuns, Guia e FAQ) para a implementação e divulgação no sistema bancário português da Mobilidade dos Serviços Bancários.

3.2.3.4. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL

A gestão adequada dos aspectos ambientais, directa ou indirectamente associados à actividade, é uma das prioridades da Caixa no âmbito da sua actuação sustentável.

A CGD tem vindo a implementar consecutivamente um conjunto de iniciativas, baseadas nas boas práticas no âmbito ambiental, destacando-se as seguintes:

- Alteração de Funcionamento de equipamentos e instalações, ajustando horários, nomeadamente na iluminação, ar-condicionado e ventilação;
- Substituição de equipamentos de ar-condicionado e iluminação por outros mais eficientes energeticamente, otimizando, naturalmente, as intervenções do ponto de vista técnico-económico. Exemplos: todos os equipamentos principais de geração de frio do Edifício-Sede, bem como os sistemas de gestão centralizada, como o que se encontra em curso na Sede; e substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou *led*;
- Adopção da eficiência energética como preocupação e prática na introdução de novos equipamentos, no âmbito de remodelações ou novas instalações;
- Recurso às energias renováveis, com referência especial para a Central Solar da Sede e para a microgeração de energia através da implementação de painéis fotovoltaicos na Rede de Agências da CGD, constituindo ambas as iniciativas *case studies* de reconhecido sucesso:
 - > Produção Central Solar Térmica Sede CGD (aprox.): 1 000 MWh;
 - > Produção Fotovoltaica (aprox): 400 MWh;
- Implementação de sistemas de gestão de consumos, permitindo ajustar os níveis de disponibilidade e desempenho dos equipamentos, instalações e edifícios às necessidades reais exigíveis pelas actividades e pessoas envolvidas;

- Certificação energética e de qualidade do ar dos edifícios;
- Realização de auditorias energéticas a instalações, visando a utilização racional de energia e a identificação de potenciais oportunidades de melhorar a eficiência das instalações;
- Realização de auditorias de qualidade de ar interior aos seus edifícios, com saliência para a sua Sede, na Av. João XXI, e também o imóvel sito na Av. 5 de Outubro. As auditorias a estes edifícios, com carácter semestral, têm mostrado resultados excelentes;
- Substituição de equipamentos, numa óptica de actualização tecnológica, maior eficiência funcional e energética, bem como numa perspectiva de substituição de gases refrigerantes não ecológicos por outros que o sejam (no caso de equipamentos que os utilizem), como *chillers* (produção de água refrigerada) e outras unidades de ar condicionado;
- Boas práticas na gestão de resíduos provenientes de obras e de questões relacionadas com o ruído, em concordância com a legislação em vigor;
- Análises mensais da potabilidade das águas de consumo humano;
- Implementação de sistemas de gestão de consumos de energia em diversos edifícios, com monitorização *on-line*, permitindo controlar consumos, identificar desvios e oportunidades de poupança.

3.2.3.5. APLICAÇÃO DE NORMAS DE ÍNDOLE LABORAL

A CGD, no âmbito das suas relações laborais, cumpre critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre uma solução consensual com os seus colaboradores e utilizando a comunicação activa como meio de promover a motivação e evitar o conflito.

Neste esforço permanente para o cumprimento integral de todas as normas laborais aplicáveis, foi realizado, durante 2010, um estudo aprofundado das principais alterações legislativas que incidiu sobre as áreas de Segurança e Saúde no Trabalho, Parentalidade, Código Contributivo e Formação Profissional.

Não obstante, apesar do elevado grau de cumprimento do normativo laboral e da constante procura de soluções harmoniosas, surgem, pontualmente, situações de discórdia entre os colaboradores e a Instituição. No entanto, tendo em conta a dimensão do universo dos colaboradores da CGD, a interposição de processos judiciais contra a Instituição tem sido muito pouco expressiva.

3.2.4. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFECTIVAS DE IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES, E DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL, BEM COMO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

A Política de Pessoal da CGD é pautada por um conjunto de princípios assentes em pilares fundamentais, de que se destacam: a prática da não discriminação, a defesa de elevados padrões éticos e de valores de confiança e o papel desempenhado ao nível da responsabilidade social, com a adopção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades para todos.

3.2.4.1. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFECTIVAS DE IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

No âmbito da igualdade de tratamento e oportunidades, designadamente em função do género, nacionalidade, etnia, religião ou orientação sexual, a CGD tem desenvolvido boas práticas de não discriminação e de uma política inclusiva.

O efectivo da CGD apresentou, em 2010, uma distribuição equilibrada relativamente ao género (54% feminino e 46% masculino), tendência que se mantém a nível das funções administrativas, técnicas e específicas. Quanto às funções de enquadramento e de direcção, existem, ainda, diferenças significativas, fruto da evolução histórica da empregabilidade de ambos os sexos, mas cuja tendência é de maior equilíbrio no futuro.

É dada especial relevância ao recrutamento interno para funções qualificadas ou de maior responsabilidade, possibilitando aos empregados múltiplas oportunidades de desenvolvimento profissional e de progressão na carreira.

No recrutamento externo (*e-Recruitment*), a divulgação de oportunidades e o envio de candidaturas é acessível a todas as pessoas através da Internet, bastando, para tal, efectuar o registo de dados pessoais e curriculares no *site* www.cgd.pt. O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

Assim, a CGD não exerce qualquer tipo de discriminação no recrutamento, tendo nos seus quadros para além dos empregados de origem portuguesa, empregados oriundos da Europa (26), dos PALOP (26), de África (1), da América do Norte (2), da América do Sul (4), do Brasil (4) e da Ásia (1).

Por outro lado, a CGD entende, também, que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência. Actualmente, a Instituição emprega 157 pessoas portadoras de deficiência física, sendo 81 mulheres e 76 homens.

3.2.4.2. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFECTIVAS DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL

A CGD, enquanto Empresa familiarmente responsável, encara a família como um parceiro interessado, desenvolvendo uma política de apoio aos colaboradores e famílias e adoptando medidas para favorecer a conciliação entre a vida no trabalho e a vida pessoal / familiar.

De entre as medidas de apoio existentes, salientam-se:

- Um Subsistema de Saúde próprio, com uma elevada cobertura a nível médico, social, cultural e desportivo, extensivo às famílias, segundo padrões de qualidade e de sustentabilidade;
- Um programa de Aconselhamento Psico-social, assegurado pelo Núcleo de Acção Social e pelo Gabinete de Psicologia, no âmbito da Direcção de Pessoal, numa óptica preventiva;
- Concessão de Crédito à Habitação e Pessoal a Empregados em condições de prazo e taxas favoráveis. Em 2010, foi criado um Financiamento Social que permite apoiar famílias em situação de precariedade extrema irreversível, podendo o mesmo ser sem retorno;
- Prioridade na admissão de familiares de colaboradores falecidos ou incapacitados para o trabalho;
- Mobilidade geográfica e funcional baseada numa política de facilidade nas transferências, de acordo com necessidades pessoais / familiares dos empregados;
- Adequação das condições de função / local de trabalho às necessidades físicas e psicológicas dos empregados;
- Prorrogação do período de Assistência à Família na doença ou acidente, sem perda de vencimento, para além do período regulamentar, em casos excepcionais;
- Apoio à Maternidade, sendo assegurados lugares de estacionamento temporário na gravidez e aleitação. Em 2010, com o apoio da Medicina do Trabalho, foi criado o espaço "Cantinho da Amamentação";
- Protocolos com diversas entidades, garantindo aos empregados e suas famílias condições preferenciais: transportes públicos (CP), seguros, escolas, creches, infantários, lares, apoio domiciliário;
- Apoio na saída nos processos de pré-reforma e reforma dos empregados; apoio às Associações de Aposentados e Grupo de Voluntários interno – SéniAmor – com o objectivo de prevenir rupturas e a exclusão social, estimulando a criação de redes de solidariedade intergeracional.

3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFECTIVAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

Desde 2007 que a CGD colocou ao serviço de todos os empregados um portal destinado, exclusivamente, a matérias relacionadas com a Gestão dos Recursos Humanos e informações úteis nesse âmbito, com a designação Caixapessoal. Este instrumento foi criado com o objectivo de facilitar o acesso personalizado a informação e a aplicações de Recursos Humanos, numa lógica de difusão de Conhecimento na organização e visando apoiar os empregados no seu desenvolvimento

profissional e pessoal. O Caixapessoal pode ser acedido, igualmente, fora da CGD, através da Internet, possibilitando, por exemplo, o acesso a cursos de formação *e-learning* no horário e no local que cada empregado considerar mais conveniente em termos da sua gestão pessoal.

Em 2010, registaram-se, em média, mais de 9 500 acessos mensais internos ao Caixapessoal, resultando do prosseguimento de uma política de dinamização e gestão activa de conteúdos com interesse (que se cifrou na publicação de cerca de uma centena de notícias e destaques ao longo do ano), assim como da disponibilização de funcionalidades relevantes para a vida de cada colaborador (por ex., actualização do simulador de crédito pessoal; acesso a Comunidades de partilha de informação no âmbito de projectos formativos internos) e da divulgação de campanhas com benefícios para os empregados (*leasing* automóvel, viagens, informática, telecomunicações, etc.).

O Caixapessoal continuou, em 2010 e à semelhança de anos anteriores, a disponibilizar apoio através do *Helpdesk*, para esclarecimento de dúvidas remetidas pelos empregados e para as quais não encontraram resposta através dos conteúdos disponibilizados no portal, procurando dar-se, por escrito, uma resposta personalizada e orientada a cada caso em concreto. Em 2010, registaram-se cerca de 960 pedidos de esclarecimento, com resposta num prazo médio de 48 horas.

O portal Caixapessoal tem vindo, assim, e no quadro da estratégia de Recursos Humanos da CGD, a potenciar uma Gestão das Pessoas cada vez mais próxima, personalizada e orientada a cada um dos seus empregados.

Neste âmbito, é igualmente relevante o esforço na Formação dos colaboradores da Instituição, quer através do envio, via *e-mail*, de peças formativas (tutoriais), quer na disponibilização de vários cursos *e-learning* em matérias fundamentais para o negócio bancário e que, como referido, podem ser acedidos mesmo fora da CGD através do Caixapessoal.

Durante o ano de 2010, registaram-se, assim, 133 533 participações em acções de Formação (presenciais e *e-learning*), sendo que 55% dos participantes eram do sexo feminino e 45% do sexo masculino.

O plano de formação da Instituição consubstanciou-se, ainda, num Programa de Desenvolvimento Pessoal que apoiou um total de 1 083 colaboradores, dos quais 209 relativos a participação em Conferências, Seminários e Congressos no País e no Estrangeiro, 758 respeitantes a formação em Línguas Estrangeiras e 116 para frequência de cursos do Ensino Superior, nomeadamente mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

3.3. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A CGD realiza transações com empresas do Grupo, empresas associadas e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	(Milhares de euros)			
	2010			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	1 145 852	-	9 220 226
Títulos e Instr. Fin. derivados de negociação ^(a)	2 287 817	3 207 007	-	1 238 177
Crédito a clientes	31 539	2 854 316	657 385	113 219
Outros activos	14 085	460 826	1 801	897 444
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	922	840 058	13 164	1 430 039
Débitos representados por títulos	-	250	5 000	1 551 290
Passivos subordinados	-	-	-	681 220
Passivos financeiros detidos para negociação	-	6 289	-	542 418
Outros passivos	-	-	-	163 913
Garantias prestadas	-	2 305	18 849	1 090 172
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	33 565	84 229	20 936	1 087 275
Ganhos em operações financeiras	8 334	22 270	-	8 221 689
Rendimentos de serviços e comissões	7	1 854	822	62 633
Outros proveitos de exploração	-	513	54	49 800
Custos:				
Juros e encargos similares	-	14 748	107	883 131
Perdas em operações financeiras	14 404	29 244	-	8 060 402
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	2 383
Outros custos de exploração	-	2	282	479

(a) Inclui Activos financeiros detidos para negociação, Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda.

3.4. OUTRAS TRANSAÇÕES

3.4.1. PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A CGD possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consulta ao Mercado, que inclui a autorização da consulta ao mercado, a elaboração do Caderno de Encargos e sua aprovação e o envio do mesmo aos fornecedores previamente identificados, convidando-os a apresentar as respectivas propostas, sendo que a consulta é efectuada, no mínimo, a três fornecedores por bem / serviço;
- Recepção, Análise e Negociação das Propostas, que inclui a recepção das propostas em carta fechada, a abertura das propostas efectuada por Comissão de Abertura, incluindo a elaboração e assinatura da acta de abertura, a análise comparativa das propostas, a selecção e aprovação dos fornecedores a transitar para fase seguinte do processo negocial, a notificação dos fornecedores excluídos e a realização de rondas negociais até selecção do fornecedor final;
- Aprovação da Despesa e Adjudicação, que inclui a cativação orçamental da despesa, a obtenção da autorização da adjudicação e despesas associadas, efectuada tendo em conta as competências delegadas e a adjudicação da aquisição dos bens / serviços ao fornecedor;
- Contratação, que inclui redução do contrato a escrito ou a conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta que esteve na base da adjudicação, a executar após a produção de efeitos fixada na adjudicação.

3.4.2. UNIVERSO DAS TRANSAÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

As contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado, respeitam a:

- Transporte e tratamento de valores – com a ESEGUR – Empresa de Segurança, SA;
- Aquisições em regime de locação financeira – com a Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA;
- Seguros – com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA;
- *Renting* de viaturas – com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

3.4.3. LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EM BASE INDIVIDUAL

O fornecedor que representou mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual, em 2010, foi o seguinte:

- Companhia IBM Portuguesa, SA.

3.4.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de Abril, foi a seguinte:

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos – 2010	
Trimestre	Prazo
4.º Trimestre	63 dias
3.º Trimestre	46 dias
2.º Trimestre	51 dias
1.º Trimestre	73 dias

3.4.5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, não é aplicável à CGD, nem às Sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de Grupo.

No entanto, a CGD possui um contrato de mandato com a sua Agrupada, Sogrupa – Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP, ACE), que tem por missão prestar serviços relacionados com a gestão de recursos humanos, negociação e gestão de meios (bens e serviços), na óptica de unidade de serviço partilhado para o Grupo CGD, centralizando as actividades e processos comuns, procurando, através de economias de escala e do conhecimento, potenciar a redução de custos, maximizar a produtividade e melhorar a qualidade do serviço prestado.

O SCSP, ACE possui procedimentos transparentes relativos aos Contratos de Prestação de Serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia. Os procedimentos adoptados pelo SCSP nesta matéria, quer para a própria empresa, quer nas situações em que actua por conta e ordem das suas Agrupadas, podem ser consultados no ponto 3.4.1. do presente Relatório, que incide sobre os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços.

O SCSP, ACE promove a avaliação dos resultados obtidos pelos procedimentos adoptados, quer para a própria empresa, quer nas situações em que actua por conta e ordem das suas Agrupadas, através da classificação dos resultados, de acordo com um conjunto de parâmetros pré-estabelecidos, em paralelo com a avaliação do prestador de serviços, que inclui a análise e justificação de eventuais desvios ocorridos dos serviços prestados, quer em termos de tempo, custo e qualidade.

3.4.6. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE RACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO DE BENS E SERVIÇOS

A CGD, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços, através do recurso ao Sogrupa – Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP, ACE), cuja actividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externas que se aproximam dos procedimentos adoptados no SNCP.

Assim, o SCSP, ACE está sujeito às normas legais relativas às sociedades comerciais, nomeadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do estatuto de agrupamento complementar de empresas, bem como aos Estatutos da Sociedade, que foram actualizados em 8 de Maio de 2009.

Na prestação de serviços específicos à Caixa Geral de Depósitos, SA, o SCSP, ACE rege-se por um contrato de mandato celebrado com aquela Agrupada, bem como pelos normativos respeitantes a essas tarefas ou serviços que se encontram em vigor naquela entidade.

Os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos pelo SCSP, ACE na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais, estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente.

A actividade da empresa é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas. Para monitorizar esse cumprimento, nomeadamente no âmbito dos serviços prestados à agrupada Caixa Geral de Depósitos, é utilizado o sistema de controlo interno existente nesta entidade.

3.5.1. ASSEMBLEIA-GERAL

A Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo o actual mandato dos membros da Mesa da Assembleia-Geral de 2008 a 2010.

COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto
Vice-Presidente: Daniel Proença de Carvalho
Secretário: José Lourenço Soares

Os *curricula* dos membros da Assembleia-Geral constam do Anexo I deste Relatório.

A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a Lei e os estatutos lhe atribuem competências, competindo-lhe, em especial:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder, anualmente, à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Eleger os membros da mesa da Assembleia-Geral, os membros do Conselho de Administração, com indicação do presidente e do vice-presidente, e os membros do Conselho Fiscal, também com indicação do respectivo presidente;
- Deliberar sobre alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações, nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável;
- Autorizar a aquisição e a alienação de imóveis e a realização de investimentos, uns e outros quando de valor superior a 20% do capital social;
- Tratar de qualquer assunto para que tenha sido convocada.

3.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um presidente, um ou dois vice-presidentes e cinco a onze vogais. Actualmente, o Conselho de Administração é composto por sete membros, com mandato de 2008 a 2010.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, José Fernando Maia de Araújo e Silva, Jorge Humberto Correia Tomé e Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Os *curricula* dos membros do Conselho de Administração constam do Anexo I deste Relatório.

As competências do Conselho de Administração decorrem da Lei, competindo-lhe em especial e de acordo com os estatutos da sociedade:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social;
- Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente;
- Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respectivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder directivo e disciplinar;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo participações sociais, e realizar investimentos, quando o entenda conveniente para a sociedade, sem prejuízo das competências da Assembleia-Geral nestas matérias;
- Decidir sobre a emissão de obrigações;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia-Geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer pleitos e comprometer-se, mediante convenção de arbitragem, à decisão de árbitros;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei ou pelos estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade.

O Conselho de Administração distribuiu os pelouros e responsabilidades entre os seus membros, bem como as correspondentes substituições, na ausência dos seus primeiros responsáveis, nos termos constantes do Anexo II deste Relatório.

O Conselho de Administração reúne em plenário, em regra, uma vez por semana, tendo realizado 50 reuniões em 2010.

3.5.3. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não é membro do Conselho Fiscal.

As competências dos órgãos de fiscalização são as que decorrem da Lei, competindo-lhe em especial, de acordo com os estatutos da sociedade:

- Assistir às reuniões do Conselho de Administração sempre que o entenda conveniente;
- Emitir parecer sobre qualquer matéria que lhe seja apresentada pelo Conselho de Administração;
- Colocar ao Conselho de Administração qualquer assunto que por ele deva ser ponderado.

3.5.3.1. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, dois vogais efectivos e dois suplentes, sendo o actual mandato dos membros do Conselho Fiscal de 2010 a 2012.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vogais: Maria Rosa Tobias Sá e Pedro António Pereira Rodrigues Felício

Vogais Suplentes: Pedro Miguel Rodrigues Soares e Vasquez e Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Os *curricula* dos membros do Conselho Fiscal constam do Anexo I deste Relatório.

O Conselho Fiscal reúne, em regra, uma vez por mês, tendo realizado 12 reuniões em 2010.

O Conselho Fiscal emitiu, em 16 de Abril de 2010, um relatório sobre o grau de cumprimento dos objectivos fixados pelo accionista ao Conselho de Administração, incluindo a apreciação do grau de cumprimento dos princípios de Bom Governo, “com vista ao cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março”, nos termos estabelecidos na deliberação unânime por escrito do accionista Estado, de 6 de Outubro de 2009.

3.5.3.2. SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

O actual mandato das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é de 2010 a 2012.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS DESIGNADO

Efectiva – Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego

Suplente – Álvaro, Falcão & Associados, SROC, representada por Eleutério Ganilho Álvaro

3.5.4. AUDITOR EXTERNO

A auditoria anual às contas da CGD é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutor privilegiado o Conselho Fiscal, sendo que, em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção, a confirmação e a contratação do auditor externo são da efectiva responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegura a independência dos auditores, designadamente através da aprovação casuística de serviços alheios à função de auditoria, nos termos consagrados em normativo interno.

3.5.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Conselho de Administração designou, por deliberação de 16 de Janeiro de 2008, o Secretário da Sociedade e o Secretário da Sociedade Suplente, pelo período de tempo coincidente com o do mandato do Conselho de Administração em exercício, de 2008 a 2010.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efectivo – João Manuel Travassos Dias Garcia

Suplente – Ana Paula Rôgenes Perez Lopes Pargana Calado

3.5.6. CONSELHOS DELEGADOS

Na CGD, existem cinco Conselhos Delegados, cuja composição, competências e periodicidade de reunião são as seguintes:

- Conselho de Crédito, composto por todos os membros do Conselho de Administração, com o mínimo de 3, com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 51 reuniões em 2010;
- Conselho Alargado de Crédito, composto por todos os membros do Conselho de Administração, com o mínimo de 4, igualmente com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 48 reuniões em 2010;
- Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes (CDMC), com competências delegadas em matéria de comunicação, *marketing*, mercados financeiros, redes comerciais de empresas e de particulares e produtos e serviços, composto pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 46 reuniões em 2010;
- Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas (CDPM), com competências delegadas em matéria de gestão de aprovisionamento, gestão de imóveis, organização, pessoal, sistemas de informação e suporte operacional, composto pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 46 reuniões em 2010;
- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), com competências delegadas relativas à preparação de propostas de orientações estratégicas sobre política de financiamento e de liquidez do Grupo, de gestão do risco, de rácios de capital do Grupo e de captação e gestão do capital, bem como competências respeitantes à promoção da articulação entre a estratégia financeira e a política comercial do Grupo e às acções e procedimentos destinados a controlar os riscos e a posição financeira do Grupo. É composto por todos os membros do Conselho de Administração e reúne, em regra, uma vez por trimestre. Realizou 6 reuniões em 2010.

3.5.7. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam as correspondentes normas no exercício das suas funções.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na CGD e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Os membros do Conselho de Administração fizeram a comunicação relativa às participações e interesses patrimoniais, directos ou indirectos, nas empresas onde exercem funções, à Inspeção-Geral de Finanças, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público.

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades previstas no artigo 414.º-A, do Código das Sociedades Comerciais, e são independentes, de acordo com o estabelecido no artigo 414.º, número 5, do Código das Sociedades Comerciais e na recomendação constante da Carta Circular do Banco de Portugal n.º 24/2009/DSB, de 27.2.2009.

3.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

3.6.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, que, designadamente, estabeleceu o regime de aprovação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, prevê que o órgão de administração submeta, anualmente, a aprovação da Assembleia-Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros daqueles órgãos. O Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 e a Carta-Circular do Banco de Portugal n.º 2/2010 referem-se à mesma matéria, embora com um âmbito mais alargado.

O Conselho de Administração submeteu à Assembleia-Geral realizada em 22 de Abril de 2010 uma declaração sobre política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD, tendo a Assembleia decidido que a mesma seria objecto de posterior deliberação do accionista.

3.6.2. ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO EM 2010

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

(EUR)

Mesa da Assembleia-Geral	Remuneração
Presidente	Senha de presença no valor de 897,84
Vice-presidente	Senha de presença no valor de 698,32
Secretário	Senha de presença no valor de 498,80

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Remuneração a auferir 14 vezes por ano.

(EUR)

Conselho de Administração da CGD	Remuneração até 31.05.2010	Remuneração c/ redução 5% (Junho a Dezembro de 2010)	Remuneração c/ redução 5% + 10% (a partir de Janeiro de 2011)
Presidente	26 500,00	25 175,00	22 657,50
Vice-presidente	22 525,00	21 399,00	19 259,10
Vogais	18 550,00	17 623,00	15 860,70

(EUR)

Elementos do CA da CGD que integram o CA do BPN	Remunerações até 31.05.2010			Remuneração c/ redução 5% (Junho a Dezembro de 2010)			Remuneração c/ redução 5% + 10% (a partir de Janeiro de 2011)		
	Remun.	Ac. Remun. 20% (BPN)	Total	Remun.	Ac. Remun. 20% (BPN)	Total	Remun.	Ac. Remun. 20% (BPN)	Total
Vice-presidente	22 525,00	4 505,00	27 030,00	21 399,00	4 279,80	25 678,80	19 259,10	3 851,82	23 110,92
Vogais	18 550,00	3 710,00	22 260,00	17 623,00	3 524,60	21 147,60	15 860,70	3 172,14	19 032,84

CONSELHO FISCAL

Remuneração a auferir 14 vezes por ano.

(EUR)

Conselho Fiscal da CGD	Remuneração até 31.05.2010	Remuneração afectada pela redução de 5% do CA da CGD (Junho a Dezembro de 2010)	Remuneração afectada pela redução de 5% + 10% do CA da CGD (a partir de Janeiro de 2011)
Presidente			
20% Remuneração			
Presidente CA CGD	5 300,00	5 035,00	4 531,50
Vogais			
15% Remuneração			
Presidente CA CGD	3 975,00	3 776,25	3 398,63

A CGD cumpriu com o determinado no Despacho de 25 de Março de 2010, do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício-circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, não tendo atribuído prémio de gestão em 2010 aos membros do órgão de administração.

A CGD cumpriu integralmente o previsto no Artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo as remunerações mensais ilíquidas de todos os membros do Conselho de Administração da CGD sido reduzidas em 5%.

Neste âmbito, é de salientar que, desde Janeiro de 2011, a CGD aplicou, também, a todos os membros do Conselho de Administração, a redução de 10% sobre as remunerações mensais ilíquidas, no cumprimento da alínea c) do n.º 1 e da alínea q) do n.º 9, do Artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

3.6.3. REMUNERAÇÃO E OUTRAS REGALIAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Esta informação consta do Anexo II deste Relatório.

3.6.4. REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO AUDITOR EXTERNO

REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EM 2010

(EUR) ^(a)

Oliveira Rego & Associados, SROC, representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego	
Serviços de Revisão Legal de Contas	236 289,24
Outros Serviços	69 480,04

(a) Valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD.

REMUNERAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO EM 2010

(EUR) ^(a)

Deloitte & Associados, SROC, SA	
Auditoria Externa e Revisão de Contas	2 245 085
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	887 551
Consultoria Fiscal	405 211
Outros Serviços	199 433

(a) Valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD.

3.7. SISTEMA DE CONTROLO

3.7.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das acções empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

- a) Um desempenho eficiente e rentável da actividade, nos médio e longo prazos (objectivos de desempenho);
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objectivos de informação);
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objectivos de *compliance*).

A gestão do sistema de controlo interno no Grupo CGD encontra-se suportada em orientações e metodologias reconhecidos como boas práticas, com destaque para a metodologia genérica de controlo interno proposta pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no que se refere aos sistemas de informação na *framework* CobiT (Control Objectives for Information and Related Technology).

A Gestão de Risco é objecto de um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2010, bem como de uma nota que integra cada um dos Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, designada por “Divulgações relativas a instrumentos financeiros”, que descreve as políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da CGD / Grupo CGD e quantifica, para cada tipo de risco, a exposição da CGD / Grupo CGD.

Com este enquadramento, e de modo a atingir de forma eficaz os objectivos definidos, o Grupo CGD procura garantir um adequado ambiente de controlo, um sólido sistema de gestão de riscos, um eficiente sistema de informação e comunicação, adequadas actividades de controlo e um efectivo processo de monitorização, com o objectivo de assegurar a qualidade e eficácia do próprio sistema ao longo do tempo.

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, encontram-se definidas responsabilidades específicas e transversais para determinados órgãos de estrutura que, em conjunto e em articulação com as restantes estruturas e entidades do Grupo, desenvolvem actividades no sentido de garantir um adequado sistema de controlo interno:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compete ao Conselho de Administração rever e aprovar, periodicamente, a estratégia e as políticas de gestão do risco e do controlo interno e estabelecer e garantir a sua implementação na Instituição, bem como o progressivo alinhamento das entidades do Grupo com as mesmas.

COMITÉ DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL E CONTROLO INTERNO (CGRC)

Órgão responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão no Grupo, bem como propor planos de acção ao Conselho de Administração.

DIRECÇÃO DE CONSULTORIA E ORGANIZAÇÃO

A Área de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, integrada na Direcção de Consultoria e Organização, apresenta como principais responsabilidades:

- Promover a implementação da estratégia e das políticas de gestão do controlo interno no Grupo, em articulação com os demais órgãos de estrutura da CGD e Filiais, acompanhar a sua aderência e reportar as respectivas conclusões ao CGRC;
- Apoiar o Conselho de Administração na preparação do relatório regulamentar de controlo interno, individual e de Grupo, efectuar pontos de situação periódicos das insuficiências, proceder a uma análise crítica e à dinamização dos planos de acção. Estas actividades são desenvolvidas em estreita articulação com o Gabinete de Suporte à Função Compliance, a Direcção de Gestão de Risco, a Direcção de Auditoria Interna e as Filiais do Grupo, considerando, ainda, os comentários e observações do Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo;
- Desenvolver e implementar a estratégia e as políticas de gestão do risco operacional e assegurar que o mesmo está a ser gerido adequadamente, competindo-lhe no que se refere às Filiais, promover e apoiar o desenvolvimento e a evolução

contínua do processo de gestão deste risco, bem como acompanhar e avaliar a sua aderência à estratégia, políticas e metodologias definidas.

Esta Direcção é, ainda, responsável pela gestão e documentação dos processos na CGD, o que inclui a identificação de potenciais riscos operacionais e procedimentos de controlo, desenvolvendo esta actividade em articulação com os Donos de Processos e demais órgãos de estrutura. Compete-lhe, ainda, a salvaguarda da actualidade da documentação nas Sucursais e Filiais, em articulação com as estruturas locais responsáveis pela sua gestão.

FUNÇÃO DE CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE INTEGRADA NA ESTRUTURA DO SOGRUPO – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ACE (SSI)

Órgão com responsabilidades específicas ao nível dos processos no âmbito do SSI que incluem a avaliação dos processos de acordo com a *framework* CobiT e a identificação e reporte de não conformidades e oportunidades de melhoria.

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

A Direcção de Gestão de Risco é responsável pela:

- Identificação coerente, compreensão e divulgação, no Grupo CGD, dos riscos e oportunidades existentes nos negócios;
- Gestão e controlo dos riscos de crédito do Grupo CGD, de acordo com a estratégia definida em sede de Conselho Alargado de Crédito;
- Gestão e controlo dos riscos de mercado e de liquidez do Grupo CGD, dentro dos limites definidos em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO);
- Gestão e controlo do risco de modelo no Grupo CGD.

No âmbito do processo de gestão do controlo interno, esta Direcção é, ainda, responsável por elaborar periodicamente relatórios para o Conselho de Administração relativos à gestão de riscos, com uma síntese das principais deficiências identificadas e a indicação das recomendações que foram seguidas.

GABINETE DE SUPORTE À FUNÇÃO COMPLIANCE

O Gabinete de Suporte à Função Compliance assegura a coordenação da gestão do risco de *compliance* na CGD e nas respectivas Sucursais e Filiais, bem como nos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) e, ainda, nas sociedades gestoras de fundos de pensões.

Neste âmbito, compete a este Gabinete a coordenação e salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção do abuso de mercado. É, ainda, responsável por elaborar, periodicamente, relatórios de controlo interno, sobre a área de risco de *compliance*, para o Conselho de Administração com a identificação de eventuais incumprimentos e respectivas medidas para a sua correcção.

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma actividade permanente, independente e objectiva, que visa auxiliar o Conselho de Administração a monitorizar, através de uma avaliação sistemática e disciplinada, os sistemas de controlo interno, quer na CGD, quer no Grupo (com excepção da Área Seguradora), numa perspectiva de supervisão em base consolidada, por forma a identificar, com oportunidade, as áreas de maior risco e avaliar a eficácia da sua gestão, bem como a adequabilidade dos procedimentos de controlo de maior relevância, ajudando o Grupo a gerir os seus riscos e a promover processos de governação eficazes do sistema de controlo interno implementado na Instituição.

Neste âmbito, é, ainda, responsável por elaborar e apresentar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização um relatório, de periodicidade anual, sobre questões de auditoria, com uma síntese das principais deficiências detectadas nas acções de controlo, que possam evidenciar tendências de deterioração do sistema de controlo interno, bem como indicando e identificando as recomendações que foram seguidas.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE, CONSOLIDAÇÃO E INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Órgão directamente dependente do Conselho de Administração, tem como objectivo principal o desenvolvimento de funções nas áreas de contabilidade, consolidação de contas e da informação financeira, incluindo, designadamente, informação de relato financeiro, informação prudencial e estatísticas monetárias e financeiras.

Para o integral exercício das suas funções, a DCI relaciona-se com os demais órgãos de estrutura da CGD, empresas do Grupo e com as entidades externas intervenientes no âmbito das suas atribuições.

Os circuitos e controlos inerentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e consolidada são objecto de acompanhamento permanente e validação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual é responsável pela emissão de Parecer sobre a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira individual e consolidada (relato financeiro), remetido anualmente ao Banco de Portugal.

3.7.2. SISTEMA DE CONTROLO DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA E DOS SEUS ACTIVOS

VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E INVESTIMENTO

A CGD tem definido *guidelines* que são utilizadas como instrumentos auxiliares na gestão das suas carteiras contendo activos sujeitos a risco de mercado e sob a gestão da Direcção de Mercados Financeiros. Estas *guidelines* definem, com a precisão considerada suficiente, os níveis máximos de certos tipos de risco que as carteiras podem incorrer, variando as medidas de risco utilizadas de acordo com a natureza do risco subjacente. Para o risco de mercado, a medida adoptada é o VaR, o qual é complementado, no caso de risco de taxa de juro, pelo Vo1. Nas referidas *guidelines* o risco de crédito encontra-se aferido através do *rating* dos emitentes, do seu sector e da sua localização geográfica, sendo impostos limites, para *ratings* de qualidade considerada inferior, exposição sectorial e geográfica, bem como para a exposição a diversos riscos compactados.

Encontram-se, ainda, definidas *guidelines* referentes aos riscos de liquidez e taxa de juro no balanço, que definem os papéis e responsabilidades dos diversos intervenientes, os indicadores a serem monitorizados, os limites para esses indicadores e o sistema de controlo desses limites.

Confrontando as posições existentes e as admitidas pelas *guidelines* são produzidos Relatórios, com periodicidade acordada, graduada com a importância dos riscos presentes nas diversas carteiras.

No processo de admissão de riscos de crédito, acompanhado sempre por uma proposta comercial, existe também um parecer de risco que é obrigatório para grupos económicos cuja exposição no Grupo CGD seja superior a determinado montante. O seguimento das carteiras de crédito é efectuado com regularidade, sendo produzidos relatórios que relevam o comportamento daquelas, nomeadamente na vertente do incumprimento.

Ainda relacionado com o incumprimento e a valorização dos activos de crédito, é seguido um processo de determinação de imparidade através do qual se procura afectar a cada crédito constante do balanço da CGD um valor que tenha em conta a efectiva recuperabilidade que se lhe encontra associada. Resulta deste processo a determinação das provisões por imparidade, sujeitas a um relatório por parte dos Auditores e enviado ao Banco de Portugal.

A CGD está a realizar *stress-tests* aos riscos de crédito, mercado, taxa de juro e liquidez, trimestralmente, tendo por objectivo, não só cumprir com a Instrução n.º 32/2009, do Banco de Portugal, mas, também, ter uma melhor percepção dos riscos da Instituição e assegurar a protecção dos seus activos e actividade.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

No que respeita às participações financeiras em sociedades cotadas, é realizado um acompanhamento semanal que é reportado ao Conselho de Administração, sendo feita uma análise mensal, para avaliação dos indícios de imparidade.

As participações de grande dimensão em sociedades não cotadas, são objecto de uma avaliação anual através de um Banco de Investimento, também para efeito de indícios de imparidade.

O acompanhamento da actividade das sociedades acima referidas é reportado, trimestralmente, ao Conselho de Administração, evidenciando-se um conjunto de indicadores que comparam com o ano anterior e com o orçamentado.

Quanto às restantes participações, é elaborada anualmente uma análise comparativa entre os capitais próprios da sociedade participada e o valor contabilístico registado no balanço da CGD.

Anualmente, são analisados os Relatórios e as Contas de todas as sociedades participadas, fazendo-se a CGD representar nas respectivas Assembleias-Gerais, através de mandatário que adopta as posições que são previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da CGD. É, também, efectuado um registo dos dividendos aprovados para distribuição, sendo verificado o seu pagamento.

Existe um registo onde constam todas as participações da CGD, respectiva estrutura accionista de cada sociedade e os elementos que integram os órgãos sociais.

ACTIVOS IMOBILIÁRIOS

A CGD detém um conjunto de activos, consubstanciados em imóveis, divididos em duas classes genéricas: Activos fixos tangíveis ou imóveis para uso próprio afectos à exploração e Activos não correntes detidos para venda provenientes de recuperação de crédito e imóveis desafectos à exploração.

Na vertente de uso próprio, destacam-se alguns dos edifícios centrais afectos e um conjunto importante de agências e instalações que constituem a Rede Comercial com implantação a nível nacional e internacional.

Os imóveis provenientes da recuperação de crédito são alocados a diferentes carteiras e a empresas especializadas, de acordo com a sua proveniência ou estágio de desenvolvimento.

Para estas duas classes de activos, o Grupo CGD desenvolve, através de várias entidades de gestão imobiliária especializadas, actividades tendentes a sustentar o valor dos mesmos, procurando ainda, sempre que possível, gerar a sua valorização de mercado.

O sistema de controlo implementado, baseia-se em dois princípios: por um lado a existência de registos adequados e fiáveis em sistemas informáticos que permitem o reporte tempestivo e, por outro lado, a segregação de funções, garantindo a distribuição de responsabilidades, de modo a que diferentes estruturas sejam responsáveis pelas diversas actividades.

Entre as actividades referidas destacam-se as seguintes:

- Avaliação de todos os imóveis, sobretudo os dados como garantia, por uma empresa especializada, com particular destaque para a segregação de funções entre a aprovação de crédito e a avaliação das mesmas garantias;
- Avaliação anual de todos os activos imobiliários sustentados nas melhores práticas;
- Conservação e manutenção preventiva, correctiva e curativa das características estruturais dos imóveis de uso próprio e do seu desempenho face às necessidades dos diferentes utilizadores e ocupantes;
- Implementação de obras e beneficiações com vista à melhoria do seu desempenho energético;
- Valorização comercial no caso do desinvestimento, por uma empresa especializada, através do desenvolvimento das melhores práticas de Marketing Imobiliário, incluindo a segmentação do mercado potencial, a gestão dinâmica de canais e parceiros, e o recurso a meios de comercialização eficientes e sustentados nas novas tecnologias.

3.7.3.SISTEMA DE CONTROLO DE SALVAGUARDA DOS ACTIVOS DE CLIENTES À GUARDA DA CGD

No cumprimento do disposto no n.º 4, Art.º 304.º-C, do Código de Valores Mobiliários (CVM), os auditores externos procedem à emissão de um relatório anual sobre a adequação dos procedimentos e medidas adoptados pela CGD ao nível da salvaguarda dos bens dos clientes.

Estes procedimentos devem assegurar os seguintes objectivos (Arts.º 306.º a 306.º-D, do CVM):

- Em todos os actos que pratique, assim como nos registos contabilísticos e de operações, o intermediário financeiro deve assegurar uma clara distinção entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada um dos clientes;
- A abertura de processo de insolvência, de recuperação de empresa ou de saneamento do intermediário financeiro não tem efeitos sobre os actos praticados pelo intermediário financeiro por conta dos seus clientes;
- O intermediário financeiro não pode, no seu interesse ou no interesse de terceiros, dispor de instrumentos financeiros dos seus clientes ou exercer os direitos a eles inerentes, salvo acordo dos titulares;
- As empresas de investimento não podem utilizar no seu interesse ou no interesse de terceiros o dinheiro recebido de clientes.

O último parecer dos auditores externos disponível nesta data, relativo a 2009, permitiu concluir que o procedimento e as medidas adoptados pela CGD são adequados para permitir cumprir, em todos os aspectos materialmente relevantes, as disposições definidas no âmbito dos artigos 306.º a 306.º-D, do CVM.

3.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

3.8.1. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

A CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contacto é o seguinte:

CONTACTOS DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Representante para as relações com o mercado: António José Alves Valente

Telefone: 217905908

Fax: 217953986

E-mail: antonio.valente@cgd.pt

3.8.2. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Nos termos definidos pelo respectivo enquadramento legal, a CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, o qual promove a tempestiva comunicação de informações que sejam susceptíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira e patrimonial da empresa. Complementarmente, o [site www.cgd.pt](http://www.cgd.pt) disponibiliza um conjunto de informação institucional e referente ao negócio.

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública imediata de informação relevante, a CGD, durante 2010, divulgou a seguinte informação privilegiada:

Data	Assunto
31.12.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre aumento de capital social.
31.12.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alienação de Participações.
24.12.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração de notação de <i>rating</i> pela Fitch Ratings.
03.12.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre notação de <i>rating</i> da Standard & Poor's.
08.11.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração do <i>rating</i> atribuído pela Fitch Ratings.
03.11.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre actividade e resultados consolidados do 3.º trimestre de 2010.
04.10.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre elementos adicionais relativos à venda do Edifício-Sede ao Fundo de Pensões do Pessoal da CGD.
01.10.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre venda do Edifício-Sede ao Fundo de Pensões do Pessoal da CGD.
30.09.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alienação de participações.
23.07.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Teste de Resistência Europeu (<i>Stress Test</i>).
22.07.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre processo de contra-ordenação na CMVM.
21.07.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a manutenção dos <i>ratings</i> de longo e curto prazo atribuídos pela Fitch Ratings.
14.07.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração de <i>rating</i> atribuído pela Moody's.
02.06.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração de <i>ratings</i> atribuídos pela Moody's.
02.06.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre acordo de parceria celebrado com o Banif Grupo Financeiro para o mercado brasileiro.
06.05.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre actividade e resultados do primeiro trimestre de 2010.
05.05.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a colocação pela Moody's dos <i>ratings</i> em "revisão para eventual descida".
29.04.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre deliberações da Assembleia-Geral de 22 de Abril de 2010 e documentos finais de prestação de contas de 2009.
27.04.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração das notações de <i>rating</i> atribuídas pela Standard & Poor's.
22.04.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alterações pela Moody's de <i>ratings</i> de títulos de dívida híbrida e subordinada.
08.04.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre CIMPOR.
25.03.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração de <i>ratings</i> atribuídos pela Fitch Ratings.
18.02.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a actividade e resultados do exercício de 2009.

Data	Assunto
03.02.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre celebração de acordo parassocial com VOTORANTIM relativamente às respectivas participações no capital social da CIMPOR.
27.01.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre ficha técnica de emissão de obrigações hipotecárias.
14.01.2010	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre emissão pública de Obrigações Hipotecárias.

3.8.3. DIVULGAÇÃO DE OUTRAS INFORMAÇÕES AO MERCADO

No âmbito do cumprimento do dever de divulgação pública (art.º 249.º, do Código dos Valores Mobiliários), a Caixa Geral de Depósitos como emitente, efectuou todas as comunicações ao mercado ao longo de 2010, nomeadamente as relativas à emissão de obrigações e as alterações efectuadas aos Prospectos de Admissão à Negociação de Obrigações.

A informação relativa aos Prospectos de Admissão à Negociação de Obrigações encontra-se, igualmente, publicada no sítio oficial da CGD.

Em Junho de 2010, foi aprovada pela CMVM a 5.ª adenda ao Prospecto-Base do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, no montante de 15 mil milhões de euros. Em Setembro, a CMVM aprovou a 6.ª adenda a este prospecto. Esta adenda, bem como uma versão consolidada do prospecto e um novo sumário actualizado foram publicados no sítio da CMVM.

Durante 2010, a CGD realizou duas emissões de obrigações hipotecárias, designadamente a 3.ª emissão pública ao abrigo deste programa – Série 10 no valor de 1 000 milhões de euros, em Janeiro, e a Série 11 no valor de 1 000 milhões de euros, em Junho. As condições finais destas duas emissões foram remetidas à Euronext Lisboa, com o objectivo de serem admitidas à cotação, estando esta informação igualmente disponível no sítio da CMVM.

Em Julho, a CGD actualizou o seu Programa de Emissão de Euro Medium Term Notes (EMTN), tendo efectuado o passaporte do programa para Portugal, de forma a poder realizar ofertas públicas de distribuição para o retalho em Portugal no âmbito deste programa. O novo prospecto-base e o respectivo sumário em português foram enviados à CMVM que os divulgou no seu sítio da Internet. Em Outubro, a CGD efectuou uma 2.ª adenda ao prospecto, tendo sido efectuada a sua divulgação no sítio da CMVM.

No decorrer de 2010, a CGD anunciou três ofertas públicas de subscrição de obrigações, em Julho, uma emissão de 500 milhões de euros, denominada “Caixa Valor Nacional 2010/2015”, e uma emissão de 200 milhões de euros, denominada “Caixa Taxa Mix – Julho 2010/2013” e, em Novembro, uma emissão de 314 milhões de euros, denominada “Caixa Dia da Poupança 2010/2013”, tendo estas emissões sido publicitadas pela CMVM. As fichas técnicas destas emissões foram enviadas à Euronext com o pedido de admissão à negociação no mercado da Eurolist. Estas fichas técnicas com as condições finais das emissões e o resultado das ofertas públicas de distribuição foram igualmente comunicadas à CMVM, onde estão disponíveis.

Ainda no âmbito do Programa EMTN, a CGD solicitou, em Julho, a admissão no mercado da Eurolist de cinco emissões, cada uma no montante de 2 milhões de euros, denominadas “Equity Index Linked Notes Caixagest Mix Emergentes” e, em Outubro, a admissão no mercado da Eurolist de cinco emissões, cada uma no montante de 3 milhões de euros, denominadas “Index Linked Redemption Notes”. As condições finais destas emissões foram remetidas à Euronext Lisboa. Esta informação está, igualmente, disponível no sítio da CMVM.

Por outro lado, no âmbito do disposto no artigo 16.º, do Código dos Valores Mobiliários, e do Artigo 2.º-A, do Regulamento n.º 5/2008, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, aditado pelo Artigo 2.º, do Regulamento n.º 5/2010, relativamente ao cumprimento dos deveres de informação de informação sobre as participações qualificadas em sociedades abertas, sujeitas à lei pessoal portuguesa, a CGD agrega toda a informação referente a essas participações e aos direitos de voto, detidos pelas sociedades que integram o Grupo CGD e pelos Fundos de Pensões dessas mesmas sociedades, e procede à respectiva comunicação ao mercado.

No cumprimento integral desses deveres, a CGD, durante o ano de 2010, remeteu à CMVM, à Euronext Lisboa e às sociedades emitentes cinco comunicações de alteração da percentagem, legalmente estabelecida, em participações e direitos de voto.

3.8.4. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE

O *site* da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças possui uma área dedicada ao sector empresarial do Estado, em que é divulgada informação sobre, entre outros, os objectivos e políticas relativas às empresas que integram o sector e às suas participadas, informação financeira histórica e actual da empresa, bem como a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.

Neste âmbito, a CGD divulga e actualiza regularmente informação no *site* do SEE sobre o conjunto de matérias constantes do seguinte quadro:

Informação a constar no site da SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo financiam.	X			
Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Sendo S – Sim; N – Não e N.A.– Não Aplicável.

Esta informação encontra-se disponível em:

<http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entidade/cgd-caixa-geral-de-depositos-sa>

3.8.5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CGD

O site institucional da CGD inclui na sua arquitectura de informação uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

Nesta área do *site*, de acesso directo e imediato a partir da página de entrada, é garantida a divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante às diversas matérias sobre Governo da Sociedade, incluindo informação sobre as matérias constantes do seguinte quadro:

Informação a constar no site da CGD	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de <i>site</i>	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Sendo S – Sim; N – Não e N.A. – Não Aplicável.

Esta informação encontra-se disponível em:

<http://www.cgd.pt/Governo-Sociedade/Pages/Governo-Sociedade.aspx>

3.8.6. ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2010 da CGD, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade, de acordo com o princípio estabelecido no ponto 29, do Anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

3.8.7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO À DGTF E IGF

No cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, relativo, designadamente, ao reporte à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), a CGD tem promovido o envio de informação regular a ambas as entidades, utilizando, entre outros meios, o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A CGD promoveu a divulgação do Plano de Actividades e Orçamento Anual junto do Ministro das Finanças e enviou à DGTF cópia da acta da reunião da Assembleia-Geral anual.

Em paralelo, o Conselho Fiscal enviou, trimestralmente, ao Ministério das Finanças um relatório sobre os controlos efectuados, as anomalias e os principais desvios relativamente às previsões eventualmente detectados, nos termos do disposto no artigo 6.º, número 2, do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto.

3.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A informação disponibilizada nesta análise não é exaustiva, pelo que, para uma melhor compreensão das actividades e iniciativas desenvolvidas pela CGD neste âmbito, deve ser consultado o respectivo Relatório de Sustentabilidade de 2009.

3.9.1. ESTRATÉGIAS ADOPTADAS, POLÍTICAS PROSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE E PLANOS DE ACÇÃO PARA O FUTURO

Enquanto instituição líder de mercado e de referência na promoção das melhores práticas no sector financeiro, a CGD está firmemente comprometida com o Desenvolvimento Sustentável. Esta forma de actuar, que sempre esteve presente na sua história, traduz-se na adopção voluntária de um conjunto de compromissos de cariz económico, ambiental e social que vão muito para além das suas obrigações legais e que contribuem para o desenvolvimento do negócio e aumento da competitividade.

Neste contexto, foi definido, em 2010, o Programa de Sustentabilidade da CGD, desígnio estratégico que decorre sobre quatro pilares essenciais de posicionamento que orientam a actividade do Banco, visando a criação de valor: economicamente rentável, financeiramente viável, socialmente justa e ambientalmente correcta. Com a formalização e implementação do Programa de Sustentabilidade e respectivo Modelo de Gestão, a CGD traduz a sua vontade em dotar a organização de processos e procedimentos orientadores de toda a sua actividade neste domínio, deixando, mais uma vez, clara a sua ambição em atingir a liderança nacional nos serviços financeiros sustentáveis.

A implementação do Modelo de Gestão do Programa de Sustentabilidade da CGD assenta na formalização das responsabilidades de cada Órgão de Estrutura da CGD, e de algumas empresas do Grupo CGD, para uma correcta prossecução das estratégias adoptadas, políticas definidas e recomendações a exarar, considerando: o Conselho de Administração, enquanto órgão deliberatório, o Comité de Sustentabilidade como estrutura de recomendação, a Equipa de Coordenação e Grupos de Trabalho sobre temas específicos.

De forma a garantir a prossecução dos objectivos deste Programa, a CGD redigiu a sua declaração de Política de Sustentabilidade que pretende actuar em cinco áreas estratégicas-chave, sempre com uma orientação de criação de valor para a CGD:

- Banca Responsável – Desenvolver relações equilibradas, transparentes e responsáveis com os clientes;
- Promoção do Futuro – Reconhecer a importância da actividade bancária para o desenvolvimento sustentável, aspirando contribuir para um futuro melhor;
- Protecção do Ambiente – Promover a resposta activa aos problemas ambientais da sociedade;
- Envolvimento com a Comunidade – Promover o investimento na comunidade e impulsionar o desenvolvimento da sociedade em geral;
- Gestão do Activo Humano – Procurar o desenvolvimento dos colaboradores enquanto factor diferenciador e o seu respectivo reconhecimento.

Além da Política de Sustentabilidade, a CGD definiu outras políticas orientadoras da sua actividade, que constituem ferramentas importantes de integração da gestão da Sustentabilidade, entre elas: a Política de Ambiente e a Política de Envolvimento com a Comunidade. Estas três políticas serão alvo, *a posteriori*, de um plano de implementação e, em 2011, será analisada a necessidade de definição de outras políticas complementares, nomeadamente nas áreas de recursos humanos e produto.

Consciente de que a Sustentabilidade não é um objectivo que possa ser atingido sem o contributo dos seus *stakeholders*, a CGD atribui particular importância ao seu envolvimento, tendo sido definida, em 2010, a Estratégia de Envolvimento com *Stakeholders*.

Também relevante é a estratégia adoptada de comunicação regular do desempenho em sustentabilidade através, nomeadamente, de Relatórios de Sustentabilidade, os quais têm vindo a obter a classificação máxima de A+, onde se descrevem em detalhe as estratégias, os compromissos, iniciativas e desempenho alcançado nos vários temas enquadrados na Sustentabilidade.

Ainda no que respeita às estratégias adoptadas, destaca-se o envolvimento e participação nas principais associações e iniciativas na área da Sustentabilidade e, especificamente, no sector financeiro, entre elas: UNEP Finance Initiative, Carbon Disclosure Project, Global Reporting Initiative, BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

3.9.2. GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

No Relatório de Sustentabilidade de 2009, a CGD apresentou os compromissos assumidos na área da Sustentabilidade (*vide* páginas 79 a 82, do Caderno Institucional).

Apresenta-se, em seguida, uma descrição sumária das áreas e temas relativamente aos quais foram definidos compromissos:

- Ambiente – Política do Ambiente, Programa Caixa Carbono Zero, UNEP–FI, Reciclagem de Resíduos;
- Colaboradores – Gestão do Talento, Mobilidade Interna, Gestão do Conhecimento, Formação Ambiental e Clima Social;
- Clientes – Qualidade, Carteira Microcrédito, Produtos e Serviços Ambiental e Socialmente Responsáveis, Incentivos, Aspectos Ambientais e Sociais na Avaliação de Riscos de Crédito a Empresas, Financiamento PC Caixa Activa e Modelo de Financiamento às Autarquias;
- *Stakeholders* – Estratégia de Envolvimento com *Stakeholders*;
- *Governance* – Missão, valores e *Business Principles*, Definição do Modelo de Gestão para a sustentabilidade;
- Comunidade – Política de Envolvimento com a Comunidade;
- Fornecedores – Auscultação e Critérios de Sustentabilidade na sua selecção;
- Comunicação – Promover a literacia financeira, Promover a sensibilização ambiental e Promover o desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente à informação disponibilizada neste documento, será efectuado no Relatório de Sustentabilidade de 2010 da CGD um ponto de situação exaustivo relativamente à implementação destes compromissos, sendo fornecida informação detalhada sobre as iniciativas desenvolvidas em 2010.

3.9.3. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ACTIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

A CGD considera que a sustentabilidade representa uma nova abordagem à gestão de riscos e identificação de oportunidades, tendo identificado dois tipos de impactos e riscos, directos e indirectos.

Os impactos directos e indirectos representam, no seu conjunto, fontes de risco. Estas fontes relacionam-se, essencialmente e em termos de impactos directos, com o risco de ter de suportar:

- Custos resultantes da inoperacionalidade;
- Encargos resultantes de multas;
- Perdas consequentes de má reputação.

No âmbito dos riscos directos, mais concretamente operacionais, destaca-se o Plano de Continuidade de Negócio da CGD. Este Plano, que tem como objectivo encontrar soluções para desastres que conduzam à inoperacionalidade generalizada das infra-estruturas físicas – considerando postos de trabalho e suporte tecnológico – ou à incapacidade generalizada de deslocação dos Colaboradores para os seus postos de trabalho, considera os seguintes eventos ambientais como exemplos do que pode desencadear ameaças à actividade da CGD:

- Catástrofes naturais: cheias, sismos e incêndios;
- Contaminação ambiental;
- Epidemias.

Em termos de impactos indirectos, estes resultam de:

- Perdas relacionadas com colaterais poluídos de hipotecas executadas;
- Risco de incumprimento das empresas financiadas por razões ambientais (as empresas podem ser multadas ou penalizadas em termos de reputação por questões ambientais, o que, em casos limite, as pode conduzir a situações de incumprimento);
- Aplicação que é efectuada pelos clientes dos créditos concedidos e com os investimentos efectuados pela CGD.

Devem ser privilegiados o investimento e o consumo de tecnologias amigas do ambiente e/ou a promoção de projectos que, de alguma forma, minimizem a utilização dos recursos naturais e/ou a inclusão de critérios ambientais nas análises de risco de concessão de crédito.

Estes riscos têm vindo a ser, de forma gradual, transformados em oportunidades, através da criação de novas linhas de negócio / financiamento que visam responder às novas exigências e necessidades do mercado. A CGD tem, assim, procurado reduzir riscos e potenciar oportunidades.

Ainda no que respeita a impactos indirectos e respectivos riscos, a CGD tem como objectivo incluir os aspectos ambientais nas análises de risco de crédito concedido a empresas. Esta avaliação de risco de um empréstimo ajudará, ainda, o tecido empresarial português a antecipar exigências da legislação futura.

No âmbito da informação sobre os riscos ambientais destaca-se, também, a iniciativa Banca & Ambiente – Financiar o Ambiente em Portugal 2009/2011, sob a égide da UNEP-FI, que visou promover o conhecimento sobre riscos ambientais, junto dos bancos e do sector empresarial.

Finalmente, é de referir, ainda, a criação em 2010 de um Grupo de Trabalho, no âmbito do Modelo de Gestão da Sustentabilidade, que analisa, especificamente, este tema, e que tem na sua agenda a análise de riscos ambientais e sociais e a identificação dos requisitos de análise de concessão de crédito.

3.9.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL

No Relatório de Sustentabilidade da CGD são descritas, de forma detalhada, as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social, que permitem uma melhor compreensão do desempenho do Banco nesta área.

GARANTIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, DE RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E DE NÃO DISCRIMINAÇÃO

A CGD promove a cidadania, a inclusão e a igualdade de oportunidades – princípios que integram o seu Código de Conduta sob o qual se regem as actividades do Banco e dos seus colaboradores.

O compromisso da CGD com a Comunidade assenta na defesa inabalável de princípios de ética, transparência e respeito pelas normas que regulam a nossa actividade, na subscrição de códigos de conduta e de boas práticas, no respeito pelos colaboradores, proporcionando as melhores condições profissionais e pessoais e, também, no apoio contínuo e empenhado às actividades sociais e culturais, dando resposta às necessidades reais da sociedade.

Este papel activo na comunidade torna a CGD o Banco Social, privilegiando a criação de valor.

GESTÃO ADEQUADA DO CAPITAL HUMANO DA EMPRESA, COM PROMOÇÃO DA VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DOS RECURSOS HUMANOS, INSTITUIÇÃO DE SISTEMAS QUE GARANTAM O BEM-ESTAR E PREEIEM O MÉRITO DOS COLABORADORES

A CGD considera o talento, o desenvolvimento das capacidades e competências dos colaboradores e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal como eixos estratégicos da gestão de recursos humanos. A gestão de recursos humanos é baseada nos pilares dos Valores da Marca e da cultura da empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho.

Esta gestão traduz-se em vários níveis, entre eles:

- Formação – elaboração de uma estratégia de gestão do conhecimento orientada para o desenvolvimento do talento dos colaboradores, incluindo formação de carácter técnico, mas também sobre temas que afectam a sociedade e a vida dos cidadãos;
- Avaliação de desempenho – implementação de sistema de avaliação e reconhecimento dos colaboradores, que integra três componentes: atitude pessoal “querer fazer”, competências “saber fazer” e objectivos “resultados alcançados”;
- Condições de trabalho – promoção de ambiente de trabalho seguro e saudável.

ADOÇÃO DE PRÁTICAS CORRECTAS

A CGD privilegia boas práticas que se reflectem na gestão e actividade correntes. As estratégias, políticas e Código de Conduta referenciados reflectem a adopção de práticas correctas por parte do Banco. No entanto, e considerando que a informação disponibilizada no presente documento não é exaustiva, para uma melhor compreensão da actividade e iniciativas da CGD neste ponto, deve ser consultado o Relatório de Sustentabilidade CGD 2009.

Acresce que a CGD foi considerada, em 2010, por 12 000 indivíduos clientes e não clientes do Banco, a Instituição Financeira mais conotada com os três eixos da Sustentabilidade – Social, Ambiental e Financeira, de acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Marca Caixa Geral de Depósitos – 2010, realizado pelo Grupo Consultores.

3.9.5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACCIONISTA (AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE, REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO A RISCOS DECORRENTES DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÓMICOS E SOCIAIS DAS ACTIVIDADES, ETC.)

O Programa de Sustentabilidade da CGD, em curso, foi definido tendo como princípio basilar a criação de valor, através da integração dos aspectos ambientais, sociais e de *governance* no *core business* da CGD. O reconhecimento e a identificação das oportunidades de negócio associadas à Sustentabilidade estão subjacentes à estratégia definida, nos vários eixos considerados: Banca Responsável, Promoção do Futuro, Protecção do Ambiente, Envolvimento com a Comunidade e Gestão do Activo Humano.

A informação disponibilizada no Relatório de Sustentabilidade CGD 2009 permite uma melhor compreensão da integração de práticas sustentáveis no negócio da CGD.

PROMOÇÃO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL E ADOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS CORRECTAS

Tendo as alterações climáticas sido identificadas como uma prioridade neste domínio, a CGD lançou, em 2007, o Programa Caixa Carbono Zero. Pela sua transversalidade e natureza estratégica, o Programa posicionou a Caixa na liderança do sector financeiro nacional na resposta às novas exigências de uma economia de baixo carbono. Desde 2006 que a CGD dispõe de um inventário de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) relativo às actividades bancárias em Portugal, elaborado de acordo com as melhores metodologias internacionais e cujos resultados divulga publicamente.

Simultaneamente, o Programa consolidou um conjunto de iniciativas internas que permitiram ao Banco conhecer e reduzir as emissões de GEE resultantes das suas próprias actividades, actuando, precisamente, nas áreas em que se situam os principais impactos ambientais, designadamente o consumo de energia (iniciativas de promoção da eficiência energética de equipamentos e edifícios, utilização de energias renováveis, gestão da mobilidade, alteração de comportamentos) e consumo de materiais (iniciativas de redução de consumos e de gestão de resíduos).

A compensação de emissões associadas à actividade da Caixa constitui um dos vectores de actuação do referido Programa Caixa Carbono Zero. No cumprimento do objectivo de actuar sob o designio da neutralidade carbónica, numa primeira fase até 2010 – meta Caixa Carbono –, a Caixa vai, em 2011, compensar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da sua actividade, nomeadamente emissões geradas por algumas acções inventariadas em 2010. Neste sentido, assumiu, ainda em 2010, a compensação das emissões associadas à produção dos seus Relatórios de 2009 – Sustentabilidade e Contas.

Paralelamente, a Caixa assume o compromisso de promover a literacia do carbono junto dos seus colaboradores, clientes e sociedade em geral, através de um conjunto de acções que visam aumentar o reconhecimento público do tema das alterações climáticas e fornecer informação prática e rigorosa sobre comportamentos individuais para a redução de emissões. O *site* www.cgd.pt é o veículo privilegiado de divulgação destas iniciativas, de que são exemplos o *Dia-a-Dia Carbono Zero*, a Calculadora de Carbono CGD ou o Ciclo da Poupança.

A CGD tem vindo a implementar um vasto conjunto de medidas que visam reduzir a intensidade energética e carbónica da actividade, em linha com as melhores práticas nestes domínios. Destacam-se, na área da utilização de energias renováveis, a central solar térmica do Edifício-Sede – a maior do País, que permite poupar mais de 1 GWh de electricidade por ano – e o programa de microgeração solar fotovoltaica na rede comercial, que abrange actualmente 86 Agências.

As iniciativas de melhoria de desempenho ambiental estendem-se, também, à racionalização dos consumos energéticos das tecnologias de informação e comunicação e dos sistemas de climatização e iluminação dos edifícios, à redução dos consumos de papel e aumento dos níveis de reciclagem de resíduos.

No domínio da Mobilidade, estão definidas normas de aquisição de viaturas com base em critérios ambientais, é promovido o incremento da vídeo-conferência e a promoção da transferência modal nas deslocações em serviço, para além de um trabalho aprofundado, iniciado já em 2010, sobre a mobilidade pendular dos colaboradores.

O conjunto de medidas implementadas produziu, desde 2006, uma poupança global verificada de mais de 5 GWh/ano, apenas nos edifícios centrais da CGD, SA o que representa, em média, uma redução de cerca de 2 400 t CO₂e/ano. Estes edifícios, de maior dimensão, foram também objecto de processos de certificação energética e da qualidade do ar interior, tendo o Edifício-Sede obtido a classificação A+.

A Caixa foi a primeira Instituição Financeira portuguesa a tornar-se investidor signatário do Carbon Disclosure Project (CDP), juntando-se, assim, aos maiores investidores institucionais mundiais na integração do factor clima nas suas decisões de investimento, reduzindo, desta forma, o risco associado.

A Caixa é também membro da UNEP FI – United Nations Environment Programme Finance Initiative, o que expressa o compromisso de integrar os aspectos ambientais no negócio do Grupo CGD.

A Caixa publica um Relatório de Sustentabilidade, elaborado de acordo com as *guidelines* da Global Reporting Initiative e verificado por uma entidade externa independente, onde, para além de outros indicadores, reporta de forma transparente o seu desempenho ambiental.

Em 2010, a CGD definiu a sua Política de Ambiente, estando a respectiva Declaração em fase de aprovação.

CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO SOCIAL (EMPREGABILIDADE)

A CGD tem um forte impacto ao nível da inclusão social e da empregabilidade, particularmente relevante no actual cenário económico, quer de forma directa, quer indirecta.

De uma forma directa, destaca-se o impacto associado ao emprego gerado, que totaliza cerca de 11 mil colaboradores. De uma forma indirecta, destaca-se o emprego gerado através das actividades financiadas, do microcrédito ou dos fornecedores que com a CGD colaboram e cujo impacto não se encontra quantificado mas será, certamente, relevante.

3.9.6. SERVIÇO PÚBLICO E DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLECTIVIDADE

Rigor, transparência, segurança, responsabilidade, integridade e respeito são valores sempre presentes na actuação da CGD. A excelência do serviço prestado, a cidadania, a inclusão e a igualdade de oportunidades são promovidos pela CGD.

A satisfação das necessidades do cliente e a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e da satisfação dos Clientes constitui uma das prioridades estratégicas da CGD. Para alcançar os objectivos delineados, a CGD, tem em curso um programa de qualidade e satisfação de clientes, que inclui:

- Contactos com clientes para avaliação da satisfação com o serviço, produtos e acompanhamento relacional;
- Visitas-mistério regulares à Rede Comercial, procurando avaliar não só a qualidade técnica do atendimento, como também as dimensões comportamentais de interacção com os clientes.

Pelas características históricas da CGD, destaca-se, ainda, a importância da rede comercial da CGD e da distribuição geográfica das várias Agências, enquanto elementos de inclusão e coesão social e local.

O compromisso da CGD para com a Comunidade assenta no apoio contínuo e empenhado a actividades em diferentes áreas – educação, ambiente, cultura, desporto e solidariedade –, dando respostas às necessidades reais da sociedade e indo ao encontro das suas expectativas.

No Relatório de Sustentabilidade CGD 2009, são descritas em detalhe as iniciativas desenvolvidas e brevemente resumidas neste documento.

3.9.7. MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

Com a implementação do Modelo de Gestão para a Sustentabilidade, são reforçadas as condições para que a CGD, por intermédio das suas equipas multidisciplinares e diferentes órgãos de estrutura, implemente e dinamize o Programa de Sustentabilidade, alinhado com as melhores práticas internacionais, com os desafios económicos, sociais e ambientais do País e com a inovação, a diferenciação e a competitividade, contribuindo para que a CGD conquiste a liderança nacional na actividade financeira sustentável.

3.10. NOMEAÇÃO DE UM PROVEDOR DO CLIENTE

A Caixa privilegia, cada vez mais, a relação com o Cliente, ao longo de todo o ciclo de serviço, com o objectivo de servi-lo melhor, excedendo, sempre que possível, as expectativas.

Neste contexto, as reclamações são entendidas como forma de recuperar os Clientes descontentes, resolvendo o seu motivo de insatisfação e, também, como fonte de oportunidades de melhoria, com vista a aumentar a qualidade do serviço prestado em geral.

Na CGD, para além da existência e disponibilização do livro de reclamações, o direito de reclamação dos Clientes e dos cidadãos em geral, bem como a apresentação de sugestões, pode ser exercido em qualquer ponto da Rede Comercial, ou através do serviço Caixadirecta Telefone, ou no Espaço Cliente no *site* www.cgd.pt, estando as regras de gestão e tratamento das reclamações claramente definidas em Ordens e Instruções de Serviço internas.

Para dar resposta às reclamações de Clientes, a Caixa criou, em 2008, o Gabinete de Apoio ao Cliente, na dependência directa do Conselho de Administração, tendo vindo a ser efectuada, desde 2009, a consolidação da actividade deste Gabinete, através do forte investimento na mobilização e reforço de competências dos colaboradores afectos.

Assim, foi possível à Caixa reduzir, de forma consolidada, o tempo de resposta ao Cliente, salvo quando, pela natureza e complexidade da reclamação, seja exigido um prazo superior, para o que muito contribuiu a clarificação de responsabilidades relacionadas, entre as áreas comerciais e o Gabinete, e a automatização do encaminhamento e tratamento de determinado tipo de reclamações recorrentes.

Embora se continue a privilegiar, sempre que possível, o tratamento das reclamações dos Clientes em contexto de atendimento, sempre que o Cliente opte por outras formas de apresentação ou pretenda uma resposta escrita, o tratamento da reclamação transita, então, para o Gabinete de Apoio ao Cliente. A centralização da gestão e tratamento das reclamações mudou a forma de a Caixa encarar as reclamações de Clientes, conferindo-lhes uma conotação positiva e enriquecedora, atendendo à oportunidade que constitui de recuperação de um Cliente e, mais genericamente, por ser uma fonte de sistematização tempestiva das principais fragilidades e critério fundamentado para a hierarquização de iniciativas de melhoria.

Este Gabinete garante a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente. Para tanto, e quando necessário, recorre a outras áreas internas da Caixa ou a Empresas do Grupo, salvaguardando a segregação de funções e a independência relativamente ao órgão da estrutura que possa constituir o objecto da reclamação.

Uma vez que se têm multiplicado as possibilidades de recurso por parte dos Clientes bancários, nomeadamente os novos canais abertos pelo Banco de Portugal, designadamente o Portal do Cliente Bancário, a criação do Mediador de Crédito e a adesão obrigatória a, pelo menos, duas entidades autorizadas a realizar arbitragens, por exigência do Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro, entendeu a CGD que não se justificava a nomeação de um Provedor do Cliente.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – MANUEL CARLOS LOPES PORTO

Data de Nascimento: 15 de Junho de 1943

Cargos que Exerce:

- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 2004;
- Professor e Director da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto, desde 2007;
- Membro do Conselho Universitário da Acção Jean Monnet, desde 2004;
- Professor da Universidade Lusíada, desde 2005;
- Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, desde 2001;
- Professor do Instituto Superior Bissaya Barreto, desde 1999;
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Responsável pelo Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 1983, e docência, também, em outras pós-graduações da Faculdade.

Cargos que Exerceu:

- Presidente da European Community Studies Association (ECSA-World), eleito em 2004 e reeleito em 2006;
- Membro da Comissão de Reforma das Finanças Locais, de 2005 a 2006;
- Presidente da Assembleia-Geral da ANA, Aeroportos e Navegação Aérea, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Nacional de Educação, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de 2000 a 2005;
- Vice-presidente da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, de 1994 a 1997;
- Membro da Assembleia Municipal de Coimbra, em 1993 e de 1996 a 1999;
- Questor, de 1992 a 1994;
- Deputado ao Parlamento Europeu, de 1989 a 1999;
- Membro da Comissão da Reforma Fiscal, de 1987 a 1988;
- Presidente do Conselho Nacional do Plano, de 1986 a 1989;
- Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, de 1976 a 1989;
- Consultor do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres (GEPT), de 1967 a 1969;

Habilitações Académicas:

- Concurso para Professor Catedrático em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, em 1990;
- Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, em 1983;
- M. Phil em Economia, Universidade de Oxford, em 1976;
- Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, em 1965.

VICE-PRESIDENTE – DANIEL PROENÇA DE CARVALHO

Data de Nascimento: 15 de Setembro de 1941

Cargos que Exerce:

- Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 2004;
- Presidente do Conselho de Administração da ZON Multimédia, SGPS, SA, desde Junho de 2007;
- Membro da Comissão de Remunerações do Banco Espírito Santo, SA, desde Março 2008
- Presidente do Conselho de Curadores da Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud, desde Junho de 2005;
- Presidente da Assembleia-Geral da Liga de Amigos da Casa-Museu João Soares, desde Junho de 1998;
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Batalha de Aljubarrota, desde Março de 2002;
- Membro do Conselho Consultivo da Fundação Renascer, desde Maio de 2005;
- Professor de "Direito do Audiovisual e da Comunicação", no Instituto Jurídico da Comunicação, Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, desde 2005;
- Fórum da Competitividade – Conselho Consultivo, desde Junho de 2008;
- Membro do Conselho de Patronos da Fundação Arpad Szénes-Vieira da Silva, desde Fevereiro de 2009;
- Membro do Conselho Consultivo da Fundação Galp Energia, desde Setembro de 2009.

Presidente da Assembleia-Geral das seguintes Entidades:

- AEM – Associação das Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, em representação da ZON MULTIMÉDIA, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, desde 15 de Dezembro de 2010;
- Instituto Português de Corporate Governance, desde 21 de Junho de 2010.

Presidente da Assembleia-Geral das seguintes Sociedades:

- GALP ENERGIA, SGPS, SA, desde Abril de 2008;
- ESTORIL SOL, SGPS, SA, desde Abril de 2007;
- SOCITREL – Sociedade Industrial de Trefilaria, SA, desde Maio de 2005;
- ALMONDA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, desde Março de 1996;
- RENOVA – Fábrica de Papel do Almonda, SA, desde Maio de 1997;
- EDIFER – INVESTIMENTOS, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, desde Maio de 2003;
- EDIFER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, desde Maio de 2003;
- CELULOSE DO CAIMA – SGPS, SA, desde Abril de 2002;
- CONFIANÇA PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, desde Dezembro de 2004;
- GOTAN SGPS, SA, desde Dezembro de 2004;
- PORTUGÁLIA – Administração de Patrimónios, SA, desde Junho de 1980;
- SÉTIMOS – PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, desde Junho de 2005;
- COALTEJO – Criador de Vinhos Algarve e Alentejo, SA, desde Março de 2005;
- 3 Z – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS, SA, desde Março de 2001;
- SOGEB – Sociedade de Gestão de Bens, SA, desde Maio de 2000;
- VILA SOL – SGPS, SA, desde de 1999;
- EUROATLÂNTICA – Investimentos e Comércio, SA, desde 1999;
- SOGESFIN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, desde Novembro de 1998;
- MAGUE – SGPS, SA, desde Junho de 1998;
- CABO RASO – Empreendimentos Turísticos, SA, desde Maio de 1998;
- VILA SOL II – Empreendimentos Turísticos, SA, desde 1997;
- G.A. – Estudos e Investimentos, SA, desde 1996;
- PANATLÂNTICA – HOLDING, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, desde 1995;
- Sociedade Agrícola Belo de Mértola, SA, desde Janeiro de 1978;
- Sociedade Agrícola dos NAMORADOS, SA, desde Janeiro de 1978;
- Sociedade Agrícola da SERRA BRANCA, SA, desde Março de 1975;
- Companhia Agrícola da Apariça, SA, desde Junho de 2008;
- Companhia Agrícola das Polvorosas, SA, desde Junho de 2008;
- Companhia Agrícola de Corona, SA, desde Junho de 2008;
- Herdade do Monte da Pedra, SA, desde Junho de 2008;
- TRABELIBEX – Investimentos Imobiliários, SA, desde Junho de 2008;
- FREIXAGRO – Empresa Agrícola do Freixo, SA.

Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho Estratégico do Hospital Amadora-Sintra, Sociedade Gestora, SA, de 2007 a 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Fundação Arpad Szènes-Vieira da Silva, de 1993 a 2007;
- Director do Círculo Voltaire, de 1993 a 2006;
- Membro do Conselho Consultivo Geral da Fundação Calouste Gulbenkian, de 1993 a 2003;
- Presidente da Assembleia-Geral do Automóvel Clube de Portugal, de 1995 a 2001;
- Fundador e dirigente do Movimento Portugal Único, em 1998;
- Vice-presidente da Fundação Portugal séc. XXI, de 1986 a 1987;
- Director político da campanha do Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral à eleição Presidencial, de 1985 a 1986;
- Presidente da Rádio Televisão Portuguesa, de 1980 a 1983;
- Ministro da Comunicação Social, no 4.º Governo Constitucional, presidido por Mota Pinto, de 1978 a 1979;
- Director do *Jornal Novo* e membro do Conselho de Imprensa em representação dos directores dos jornais diários, de 1976 a 1977;

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

SECRETÁRIO – JOSÉ LOURENÇO SOARES

Data de Nascimento: 22 de Novembro de 1950

Cargos que Exerce:

- Secretário da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA, 2004;
- Director Central da Direcção de Assuntos Jurídicos, da Caixa Geral de Depósitos, Fevereiro 2006;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, do Caixa – Banco de Investimento, SA, 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA, 2008;
- Vogal do BPN – Banco Português de Negócios, SA, 2008;
- Vogal do BPN Internacional, SGPS, SA, 2008;
- Vogal do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE, 2008;
- Vogal do Banco Efisa, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Bandeirantes, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa – Participações, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Gerbanca, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Parbanca, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Partang, SGPS, SA, 2009;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA, 2009;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Banco Nacional de Investimento, SA, 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parvalorem, SA, desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parups, SA, desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parparticipadas, SGPS, SA, desde 2010.

Cargos que Exerceu:

- Director Coordenador na Caixa Geral de Depósitos, de Junho de 2000 a Fevereiro de 2006;
- Director na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1997 a Junho de 2000;
- Director Adjunto na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1995 a Dezembro de 1996;
- Subdirector na Caixa Geral de Depósitos, de Julho de 1994 a Dezembro de 1994;
- Coordenador de Gabinete Técnico, de Abril de 1991 a Julho de 1994;
- Adjunto Técnico na Caixa Geral de Depósitos, de Abril de 1991 a Julho de 1994;
- Assessor na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1990 a Abril de 1991;
- Assistente Técnico na Caixa Geral de Depósitos, de Fevereiro de 1982 a Dezembro de 1989;
- Advogado, desde Fevereiro de 1985;
- Chefe de Secção na Caixa Geral de Depósitos, de Maio de 1981 a Janeiro de 1982;
- Chefe de Sector na Caixa Geral de Depósitos, de Janeiro de 1978 a Maio de 1981;
- Administrativo na Caixa Geral de Depósitos, de Abril de 1975 a Dezembro de 1977;
- 3.º Empreg. na Caixa Geral de Depósitos, de Dezembro de 1974 a Março de 1975;
- 3.º Empreg. Supl. na Caixa Geral de Depósitos, de Novembro de 1974 a Dezembro de 1974;
- Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa;
- Assistente-Estagário e Assistente, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Habilitações Académicas:

- Mestrado em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa;
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – FERNANDO MANUEL BARBOSA FARIA DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 10 de Outubro de 1941

Cargos que Exerce:

- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da PARCAIXA, SGPS, SA, desde Dezembro de 2008;
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, SA, desde Abril de 2008.

Pelouros:

- Relações Institucionais;
- Comunicação Institucional e Assessoria de Imprensa;
- Secretaria Geral;
- Gabinete de Estudos;
- Participações Financeiras;
- Auditoria Interna;
- Risco de Crédito;
- Património Histórico.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, de Junho de 2005 a Dezembro de 2007;
- Administrador (não executivo) da TAP – AIR PORTUGAL, SGPS, SA, de 1998 a 2006;
- Administrador do HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, de 2003 a 2005;
- Administrador do CARLTON LIFE, SGPS, SA, de 2003 a 2005;
- Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação, de 2001 a 2005;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA, de Novembro de 1983 a Janeiro de 1990 e Conselheiro Executivo até 2002;
- Membro do Conselho Consultivo da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, de 2000 a 2002;
- Membro da Comissão Executiva da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, de 2000 a 2002;
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Administração;
- Administrador do BFE – Banco de Fomento Exterior, em 1990;
- Administrador (não executivo) do ICEP – Instituto de Comércio Externo, de Portugal, de 1986 a 1988;
- Administrador (não executivo) da CELBI – Celulose da Beira Industrial, de 1987 a 1988;
- Administrador (não executivo) da EGF – Empresa Geral de Fomento, em 1988;
- Administrador da Siderurgia Nacional, de 1980 a 1983;
- Chefe de Departamento de Exportação e director de Relações Industriais da SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricação Metálica, SA, de 1965 a 1979.

Cargos Governamentais:

- Ministro do Comércio e Turismo, de Abril de 1990 a Novembro de 1995;
- Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, de Maio de 1989 a Janeiro de 1990;
- Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro, de Junho de 1988 a Maio de 1989;
- Secretário de Estado Adjunto do Vice Primeiro-Ministro, de Fevereiro a Novembro 1985;
- Secretário de Estado do Comércio Externo, de Setembro de 1980 a Junho de 1983.

Cargos Parlamentares:

- Deputado eleito por Faro nas eleições legislativas de Outubro de 1991.
- Deputado eleito pelo Círculo de Lisboa, em 1995.

Cargos Académicos:

- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, em 1965.

Distinções Obtidas:

- Espanha – Encomienda de Número de la Orden de Isabel la Católica.
- Brasil – Gran Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.
- Marrocos – Gran Cruz da ALAUI.
- Chile – Gran Cruz da BERNARDO O’HIGGINS.
- Itália – Grande Oficial da Ordem de Mérito da República Italiana.
- Hungria.
- Japão.

VICE-PRESIDENTE – FRANCISCO MANUEL MARQUES BANDEIRA

Data de Nascimento: 29 de Março de 1957

Cargos que Exerce:

- Vice-presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Investimento, SA (Moçambique), desde Novembro de 2010;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Efisa, desde Novembro de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, desde Julho de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Partang, SGPS, SA, desde Julho de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA, desde Junho de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, SA, desde Abril de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde Março de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Visabeira, SGPS, SA, desde Março de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, SA, desde Novembro de 2008;
- Vice-presidente (não executivo) do Banco Comercial e de Investimentos, SARL (Moçambique), desde Setembro de 2008;
- Membro da Comissão de Vencimentos da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA, desde Abril de 2008;
- Presidente (não executivo) do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, desde Janeiro de 2008.

Pelouros:

- Área Comercial;
- Escritórios de Representação;
- Recursos Humanos;
- Apoio aos Serviços Sociais.

Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração do Grupo Pestana Pousadas – Investimento Turístico, SA, desde Janeiro de 2007 a Março de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, de Outubro de 2006 a Março de 2009;
- Presidente (não executivo) do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral (Espanha), de Janeiro de 2008 a Janeiro 2009;
- Presidente (não executivo) do Conselho de Administração da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, de Outubro de 2006 a Março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, de Outubro de 2006 a Janeiro 2008;
- Vogal do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, de Novembro de 2006 a Janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, de Agosto de 2005 a Janeiro de 2008;
- Administrador na LUSOFACTOR – Grupo CGD. Em acumulação com as Administrações da IFIC e SFAC do Grupo CGD, coordenou a dinamização do financiamento automóvel no âmbito do Projecto Líder;
- Administrador (não executivo) da RAVE, de 2001 a 2002;
- Administrador (não executivo) do FIEP, de 1997 a 2001;
- Administrador e vice-presidente do ICEP, de 1996 a 2000;
- Membro dos comissariados da EXPO’98 e do Pavilhão de Portugal, de 1996 a 1999;
- Técnico, Subdirector, Director-Adjunto, Director e Director Coordenador no Banco de Fomento e Exterior, de 1988 a 1996;
- Assessor da Comissão de Coordenação da Região Centro, no PIDR do Baixo Mondego, de 1986 a 1988;
- Técnico do IFADAP, de 1981 a 1986.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Universidade de Coimbra, de 1976 a 1981.

Outras Distinções Obtidas:

Portugal

- Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.
- Comendador da Confraria de Saberes e Sabores da Beira – Grão Vasco.

VOGAL – NORBERTO EMÍLIO SEQUEIRA DA ROSA

Data de Nascimento: 3 de Abril de 1955

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Outubro de 2004;
- Membro da CISP – Comissão Interbancária para o Sistema de Pagamentos, desde 2005;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Económicas, desde 2005;
- Vogal do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, desde Setembro de 2005;
- Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO – Sistemas de Informação, ACE, desde Janeiro de 2009;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, SA, desde Novembro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da CAIXATEC – Tecnologias de Comunicação, SA, desde Março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa – Participações, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, desde Janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, desde Janeiro de 2008;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Efisa, SA, desde Novembro de 2009;
- Membro do SEPA High Level Group, em representação dos Bancos Nacionais;
- Member of the Board do ESBG, European Savings Banks Group e do WSBI, World Savings Banks Institute.

Pelouros:

- Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão;
- Informática;
- Suporte Operacional;
- Meios de Pagamento;
- Canais Electrónicos;
- *Compliance*;
- Apoio à Caixa Geral de Aposentações;
- SEPA – Single Euro Payments Area.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Consultor do Banco de Portugal, em 2004;
- Director Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Portugal, com a responsabilidade pela supervisão de todas as instituições de crédito e sociedades financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Português, de 1996 a 2002;
- Representante do Banco de Portugal no Grupo de Contacto dos supervisores bancários dos países do Espaço Económico Europeu;
- Subdirector-Geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, com a responsabilidade no processo de preparação e elaboração do Orçamento do Estado, no acompanhamento da execução orçamental e na elaboração da Conta Geral do Estado, de 1989 a 1992;
- Representante do Ministério das Finanças nas negociações relativas à definição da legislação complementar sobre os défices excessivos e em outras reuniões com organismos internacionais;
- Economista do Departamento de Estudos de Economia e Estatística do Banco de Portugal. Ingressou no Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais, tendo sido, posteriormente, responsável pelo Núcleo de Modelos Macroeconómicos e Econometria. Realizou diversos estudos, alguns dos quais publicados, participou, regularmente, na elaboração da análise de conjuntura, de que se destacam os relatórios anuais e boletins trimestrais e representou o Banco de Portugal em reuniões de Organismos Internacionais. Foi autor dum modelo macroeconómico para a economia portuguesa que viria a ser utilizado pelo Banco de Portugal e pelo Ministério das Finanças para realizar previsões e simulações de política económica, de 1980 a 1988.

Cargos Governamentais:

- Secretário de Estado do Orçamento, de 1993 a 1995 e de 2002 a 2004.

Cargos Académicos:

- Docente no Instituto Superior de Economia, onde foi responsável pelas cadeiras da área de Econometria, de 1977 a 1993.

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa.

VOGAL – RODOLFO VASCO CASTRO GOMES MASCARENHAS LAVRADOR

Data de Nascimento: 16 de Julho de 1964

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- 1.º vice-presidente do Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, desde Julho de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Partang, SGPS, SA, desde Julho de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Brasil, SA, desde Abril 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral, SA (Espanha), desde Janeiro de 2009;
- Presidente da Comissão de Vencimentos do Banco Caixa Geral, SA (Espanha), desde Janeiro de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau), desde Fevereiro de 2008.

Pelouros:

- Negócio Internacional;
- Comércio Externo e Bancos Correspondentes;
- Assuntos Jurídicos;
- Comunicação;
- Nota Privativa.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Membro da Comissão de Vencimentos da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, desde Março de 2008 a 2010;
- Membro da Comissão de Vencimentos da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, SA, desde Março de 2008 a 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da PARBANCA, SGPS, SA, de 2008 a 2009;
- Membro da Comissão de Vencimentos do Banco Caixa Geral SA, em 2008;
- 1.º vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral SA, em 2008;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial e de Investimentos, SA, em 2008;
- Administrador da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral SA, de 2005 a 2008;
- Administrador da Comissão Executiva do Banco Simeón SA, em 2005;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Simeón SA, de 2003 a 2005;
- Advogado da Sociedade de Advogados A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Torres & Associados, de 1994 a 1995;
- Responsável pelo Núcleo Fiscal do Banco Nacional Ultramarino, de 1992 a 1995;
- Técnico e Consultor Jurídico do Núcleo Fiscal e do Departamento de Assuntos Jurídicos, do Banco Nacional Ultramarino, de 1989 a 1992;
- Advogado e Jurisconsulto, de 1989 a 1995.

Cargos Governamentais:

- Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 2001 a 2002.
- Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, de 1999 a 2001.
- Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, de 1995 a 1999.

Cargos Académicos:

- Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1991 a 1995.
- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1991 a 2002.
- Docente no Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, de 1992 a 1995.
- Assistente Estagiário da Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, de 1988 a 1991.
- Docente do Instituto Superior de Línguas e Administração, de 1988 a 1990.
- Assistente da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1987 a 1991.
- Monitor na Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, de 1987 a 1988.

Habilitações Académicas:

- Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito, da Universidade Católica Portuguesa (1991).
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito, da Universidade Católica Portuguesa (1987).

VOGAL – JOSÉ FERNANDO MAIA DE ARAÚJO E SILVA

Data de Nascimento: 15 de Abril de 1951

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Imobiliária, SA;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, desde Julho de 2009;
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, desde Maio de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA, desde Março de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, SA, desde Junho de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da LOCARENT – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, desde Maio de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da IMOCAIXA – Gestão Imobiliárias, SA, desde Fevereiro 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da SOGRUPO IV – Gestão de Imóveis, ACE, desde Fevereiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008;
- Vogal do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, desde Janeiro de 2008.

Pelouros:

- *Marketing*;
- Gestão de Imóveis;
- Financiamento Imobiliário;
- Seguros;
- Prevenção e Segurança;
- Recuperação de Crédito;
- Crédito Especializado.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Vogal do Conselho de Administração da USP Hospitales, SL, de Dezembro de 2008 a Junho de 2009;
- Administrador da Corticeira Amorim, SGPS e membro da sua Comissão Executiva, de 2002 a 2007;
- Vice-Presidente da Sonae Indústria, SGPS, SA, de 1999 a 2002;
- Administrador Spred SGPS, SA (Grupo Sonae), de 1998 a 1999;
- Administrador Executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, SA, Sub-Holding para o negócio do Retalho de Serviços Financeiros que tinha no seu portefólio: Corretagem de Seguros e Gestão de Riscos – MDS; crédito ao consumo – Pensinsular SFAC, em parceria com Banco Pastor; crédito automóvel e gestão de Frotas – Finlog e Retalho de Serviços Financeiros – Banco Universo e cartão viva Universo, de 1996 a 1998;
- Administrador Executivo da Tafisa, SA (Espanha) – residente em Madrid (Grupo Sonae), de 1993 a 1996;
- Coordenação Financeira da Sonae Investimentos, SGPS, de 1991 a 1993;
- Coordenação Financeira e de Controlo de Gestão da Área Indústria (Grupo Sonae), de 1989 a 1990;
- Administrador da Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Porto, de 1987 a 1988;
- Director do Departamento Internacional (Porto), do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, de 1983 a 1986;
- Técnico a tempo parcial, na Comissão de Coordenação da Região Norte, em temas de elaboração de projectos de desenvolvimento regional Profissão Liberal em PME / Actividade de Consultadoria, de 1980 a 1983.

Cargos Académicos:

- Professor convidado, responsável pela cadeira de Gestão Financeira Internacional, do 5.º ano da licenciatura em Gestão na Universidade Católica do Porto, e co-responsável pelo curso de Projecto Aplicado em Gestão Internacional, desde 1991.
- Responsável da cadeira de Gestão Financeira Internacional no curso de pós-graduação de Analistas Financeiros, organizado no Porto – Faculdade de Economia, pela Organização Internacional de Analistas Financeiros, de 1987 a 1988.
- Assistente na Faculdade de Economia do Porto, de 1975 a 1984.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia, da Universidade do Porto, em 1974.
- Formação especializada em Paris (Universidade de Paris IX, Dauphine) e Londres (Midland Bank: International Banker's Course), entre 1982 e 1984.

VOGAL – JORGE HUMBERTO CORREIA TOMÉ

Data de Nascimento: 7 de Novembro de 1954

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Gerbanca, SGPS, SA, desde Maio de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA, desde Maio de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, SA, desde Abril de 2009;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral - Brasil, SA, desde Abril de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde Março de 2009;
- Vogal (não executivo) da Comissão de Acompanhamento e Estratégia da Fomentinvest SGPS, SA, desde Maio de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Credip – Instituição Financeira de Crédito, SA, desde Abril de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração do Caixa – Banco de Investimento, SA, desde Março de 2008;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração do Banco Comercial e de Investimentos, SA (Moçambique), desde Agosto de 2007;
- Presidente do Conselho de Administração do Trem – Aluguer Material Circulante, ACE, desde Março de 2002;
- Presidente do Conselho de Administração do Trem II – Aluguer Material Circulante, ACE, desde Março de 2002.

Pelouros:

- Desenvolvimento Corporativo e Organizacional;
- Grandes Empresas;
- Banca Institucional;
- Apoio ao Cliente;
- Banco de Investimento;
- Capital de Risco.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente da Comissão Executiva do Caixa – Banco de Investimento, SA, de Março de 2002 a Janeiro de 2008;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Patrimónios, SA, de Setembro de 2001 a Março de 2004;
- Administrador (executivo) do Caixa – Banco de Investimento, SA, de Julho de 2001 a Março de 2002;
- Administrador (não executivo) da BANIF IMOBILIÁRIA, SA, de Abril a Junho de 2001;
- Administrador (não executivo) da BANIF IMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, de Junho de 2000 a Junho 2001;
- Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA – Açor Pensões, SA. (actualmente designada Banif Açor Pensões), de Outubro de 1999 a Julho 2001;
- Vogal (executivo) dos Conselhos de Administração das Companhias de Seguros O Trabalho e O Trabalho Vida, de Maio de 2000 a Julho de 2001;
- Administrador (executivo) da Companhia de Seguros Açoreana, Grupo BANIF, com a responsabilidade directa das áreas: Financeira e Administrativa, Pessoal, Informática, Gabinete Jurídico e Ramo Vida da Companhia, de Dezembro de 1996 a Maio de 2000;
- *Partner* da firma internacional Coopers & Lybrand, em Portugal, com a responsabilidade da Área Financeira e do *Corporate Finance*, de Junho de 1995 a Novembro de 1996;
- Director do BPSM com a coordenação da Sucursal do Banco em França e do Sottomayor Bank of Canada (filial do BPSM), de Fevereiro de 1995 a Maio de 1995;
- Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor, com os pelouros da Direcção Internacional, Direcção de Informática e Organização, Direcção Administrativa e da Sociedade Instrumental do BPSM do HomeBanking (telesotto), de Março de 1994 a Janeiro de 1995 (data de privatização do Banco);
- Administrador executivo na Sociedade de Capital de Risco SULPEDIP, SA (actual PME Investimentos, SA), de Junho de 1989 a Março de 1994;
- Técnico do Mercado de Capitais, na Direcção de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM), de Setembro de 1985 a 1986, tendo desempenhado funções de Direcção nas categorias de Subdirector e de Director, de 1986 a 1994;
- Administrador da CPG – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento FIPOR, em representação do Banco;
- Técnico de Análise de Empresas e de Projectos Industriais e do Sector de Turismo no Banco Pinto & Sotto Mayor (Direcção de Estudos Económicos), admitido em Abril de 1983;
- Quadro técnico da firma internacional de auditoria Coopers & Lybrand, Lda., admitido em Fevereiro de 1980, atingindo a categoria de Auditor Sénior em 1982;
- Técnico economista no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), admitido em Setembro de 1979.



Habilitações Académicas:

- Mestrado de Economia Aplicada – Faculdade de Economia, da Universidade Nova de Lisboa.
- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, no ISCTE.

VOGAL – PEDRO MANUEL DE OLIVEIRA CARDOSO

Data de Nascimento: 2 de Julho de 1965

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do BNU Macau, desde Julho de 2010;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Efisa, SA, desde Novembro de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, SA, desde Novembro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da CAIXA – Gestão de Activos, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO – Compras e Serviços Partilhados, ACE, desde Fevereiro de 2008.

Pelouros:

- Mercados Financeiros;
- Gestão de Activos;
- Gestão de Risco;
- Serviços Administrativos.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral (Espanha), de 2005 a 2008;
- Administrador executivo do Banco BEST, de 2004 a 2005;
- Director Central Adjunto da Direcção de Mercado de Capitais-Rendimento Fixo no BCP Investimento e membro da Alta Direcção do Banco Comercial Português, de 2000 a 2004;
- Administrador da BCP Dealer, de 1999 a 2000;
- Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP sediada em Nova Iorque, de 1997 a 1999;
- Director Geral Adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque, de 1996 a 1999;
- Director e Responsável pela Direcção de Planeamento e Marketing do Banco Cif, de 1995 a 1996;
- Director Adjunto na Direcção de Mercado de Capitais do Banco Cif, de 1993 a 1995;
- Subdirector da Direcção Internacional do Banco Comercial Português, de 1989 a 1993;
- Técnico na Direcção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor, de 1988 a 1989.

Habilitações Académicas:

- MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa, de 1991 a 1993.
- Pós-graduação em Actuariado pela Universidade Católica Portuguesa, em 1989.
- Licenciado em Economia, pela Universidade Católica Portuguesa, de 1983 a 1988.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE – EDUARDO MANUEL HINTZE DA PAZ FERREIRA

Data de Nascimento: 6 de Maio de 1953

Cargos que Exerce:

- Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 2007;
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa;
- Cátedra Jean Monnet em Estudos Comunitários;
- Presidente do Instituto de Direito Económico-financeiro e Fiscal da FDL;
- Vice-presidente do Instituto Europeu da FDL;
- Advogado com actividade predominante nas áreas do Direito Económico, Fiscal, Financeiro e Bancário;
- Fundador e sócio da Paz Ferreira e Associados, Sociedade de Advogados;
- Membro da Comissão de Acompanhamento das Privatizações em representação da Região Autónoma dos Açores;
- Director da Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal;
- Presidente do Conselho Científico da revista de Concorrência e Regulação.

Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho Pedagógico da FDL;
- Presidente do Instituto de Cooperação da FDL;
- Presidente da Associação Fiscal Portuguesa;
- Vogal do Conselho Superior do Ministério Público;
- Vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público;
- Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Foi responsável pela elaboração de diversos anteprojectos legislativos, designadamente os do novo regime do sector empresarial do Estado, da Lei-quadro da dívida pública, da Lei de finanças das regiões autónomas e da lei do sector empresarial local e da cobertura de riscos sísmicos;
- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão que preparou a Reforma Fiscal de 1988 a 1989;
- Assessorou o programa de Privatizações na Região Autónoma dos Açores, definindo estratégias e redigindo projectos de diploma;
- Dirigiu os estudos relativos à adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores;
- Sócio fundador da AREP e APRI e honorário do Instituto Açoriano de Cultura;
- Tem publicado diversos livros e artigos nas áreas de Direito da Economia, Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito Comunitário. Da sua bibliografia, destacam-se: *As Finanças Regionais*, INCM, Lisboa, 1985; *Da Dívida Pública e das Garantias dos Credores do Estado*, Almedina, Coimbra, 2004; *Estudos de Direito Financeiro Regional* (2 volumes), Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995; *União Económica e Monetária – Um Guia de Estudo*, Quid Juris, Lisboa, 1999; *Direito da Economia*, AAFDL, Lisboa, 2000; *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Almedina, Coimbra, 2004; *Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito*, Almedina, Coimbra, 2005.

Habilitações Académicas:

- Agregação, doutoramento, mestrado e licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

VOGAL – MARIA ROSA TOBIAS SÁ

Data de Nascimento: 16 de Agosto de 1960

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 2007;
- Presidente do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, IP, desde 1 de Maio de 2007.

Cargos que Exerceu:

- Chefe de Unidade “Acções Estruturais – Direcção B – Investigações e Operações” do Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) da Comissão Europeia (e Administradora Superior Principal do OLAF), desde Outubro de 2000.
- Coordenadora da Procuradoria-Geral da República – Núcleo de Assessoria Técnica (NAT), de Julho 1997 a Outubro de 2000;
- Subdirectora-Geral do Ministério do Emprego e Formação Profissional – Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, de Janeiro de 1997 a Julho de 1997;

- Directora de Serviços do Ministério da Agricultura e das Pescas – Inspeção-Geral da Agricultura, de Fevereiro 1992 a Dezembro de 1996;
- Inspectora do Ministério das Finanças (Inspeção-Geral de Finanças – Inspeção de Serviços Públicos), de Setembro de 1985 a Janeiro de 1992;
- Docente das cadeiras de “Métodos Matemáticos Aplicados à Gestão”, de “Estatística” e de “Investigação Operacional”, no Instituto de Línguas e Administração, de 1988 a 1994.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia (Métodos Matemáticos) – Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Economia (ISE).

VOGAL – PEDRO ANTÓNIO PEREIRA RODRIGUES FELÍCIO

Data de Nascimento: 8 de Dezembro de 1971

Cargos que Exerce:

- Director-Geral do Tesouro e Finanças;
- Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos;
- Vogal do Conselho de Administração da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SA;
- Vogal não executivo do Conselho Directivo da Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva;
- Presidente da Comissão Directiva do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial;
- Presidente do Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial.

Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Compras Públicas – Entidade Pública Empresarial, tutelada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, de Dezembro de 2007 a Maio de 2010.
- Director dos Serviços Financeiros da PT PRO – Serviços de Gestão, SA – Centro de Serviços Partilhados do Grupo Portugal Telecom, na dependência directa da Administração, de Fevereiro de 2004 a Dezembro de 2007;
- Responsável pelo Departamento de Contas a Receber da PT PRO – Serviços de Gestão, SA – Centro de Serviços Partilhados do Grupo Portugal Telecom, na dependência directa do Director de Serviços Financeiros, de Fevereiro de 2003 a Fevereiro de 2004;
- Responsável pelo Departamento de Recursos Financeiros da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA, na dependência directa do Director Financeiro, de Fevereiro de 2002 a Fevereiro de 2003;
- *Controller* na Direcção de Engenharia da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA, na dependência directa do Director de Engenharia, de Maio de 1996 a Fevereiro de 2002;
- Auditor Financeiro / *Controller* na SLM – Sociedade Lisbonense de Metalização, SA, na dependência directa da Administração, de Setembro de 1999 a Fevereiro de 2000;
- Colaboração, em regime esporádico de prestação de serviços, como Consultor de Gestão na empresa de consultoria, DCN – Consultores de Gestão, Lda., de Agosto de 1994 a Setembro 1999;
- Economista na Câmara Municipal de Lisboa – Direcção Municipal de Habitação, Educação e Intervenção Social, de Junho de 1994 a Maio de 1996.

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa.

VOGAL SUPLENTE – PEDRO MIGUEL RODRIGUES SOARES E VASQUEZ

Data de Nascimento: 21 de Março de 1971

Cargos que Exerce:

- Subdirector-Geral do Tesouro e Finanças;
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA;
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração e membro da Comissão de Auditoria da Parpública, SGPS, SA;
- Membro do Conselho Geral das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto;
- Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública;
- Vice-coordenador do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas.

Cargos que Exerceu:

- Director de Apoio à Gestão – Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (2008-2010);
- Chefe de Área de Planeamento e Controlo (3.ª linha) – TMN, SA (2002-2008);
- Director Financeiro – Red Bull Portugal (2001);
- *Controller* – TMN (1997-2001);
- Auditor – PWC – PriceWaterhouseCoopers (1995-1997).

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Gestão.

VOGAL SUPLENTE – MARIA FERNANDA JOANAZ SILVA MARTINS

Data de Nascimento: 12 de Setembro de 1959

Cargos que Exerce:

- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA;
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública – Directora da Direcção de Serviços das Participações do Estado (desde Novembro de 2007);
- Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, SA (mandato 2008/2010);
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Docapesca – Portos e Lotas, SA (mandato 2008-2010);
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AdP – Águas de Portugal, SA (mandato 2008-2010);
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Empordef, SA (mandato 2008-2010);
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, SA (mandato 2008-2010);
- Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da EP – Estradas de Portugal, SA (mandatos 2007-2009 e 2010-2012);

Cargos que Exerceu:

- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública – Assessora na Área de acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado, de exercício da função accionista e tutelar do Estado e de gestão dos apoios financeiros concedidos (2006-2007);
- Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, SA (2006-2007);
- INETI – Instituto de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Ministério da Inovação e Tecnologia – Directora de Serviços, responsável pelas áreas financeira e de património (2003-2005);
- INGA – Instituto Nacional de Garantia Agrícola – Ministério da Agricultura – Chefe de Serviço, responsável pela gestão financeira do Instituto (2001-2003);
- Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças – Ministério das Finanças – Assessora (2000 e 2001);
- IGCP – Instituto de Gestão do Crédito Público – Ministério das Finanças – Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1998-2000);
- Direcção-Geral da Junta do Crédito Público – Ministério das Finanças – Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1996-1998);
- Direcção-Geral do Tesouro – Ministério das Finanças – Chefe de Divisão, responsável pela área das Operações Activas do Estado (1993-1996);
- Direcção-Geral do Tesouro – Ministério das Finanças – Técnico Superior (1983-1993).

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia, da Universidade Nova de Lisboa (1983).
- Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa (2000).
- Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2006).

ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CGD

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL DA CGD REFERENTE A 2010

(EUR)

Presidente	Vice-Presidente	Secretário
897,84	698,32	-

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CGD REFERENTE A 2010

(EUR)

	Presidente Faria de Oliveira	Vice Presidente Francisco Bandeira	Vogal Norberto Rosa	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Araújo e Silva	Vogal Jorge Tomé	Vogal Pedro Cardoso	Total
1. Remuneração								
1.1. Remuneração-base	371 000,00	315 350,00	259 700,00	259 700,00	259 700,00	259 700,00	259 700,00	1 984 850,00
1.2. Redução da Lei 12-A	10 600,00	9 008,00	7 416,00	7 416,00	7 416,00	7 416,00	7 416,00	56 688,00
1.3. Remuneração-base efectiva (1.1. – 1.2.)	360 400,00	306 342,00	252 284,00	252 284,00	252 284,00	252 284,00	252 284,00	1 928 162,00
1.4. Senha de presença								
1.5. Acumulação de funções de gestão ⁽¹⁾		63 070,00	51 940,00				51 940,00	166 950,00
1.5.1. Redução da Lei 12-A		1 801,60	1 483,20				1 483,20	4 768,00
1.6. Acumulação de funções efectiva (1.5. – 1.5.1.)		61 268,40	50 456,80				50 456,80	162 182,00
1.7. Prémios de gestão								
1.8. IHT								
2. Outras regalias e compensações								
2.1. Gastos de utilização de telefones ⁽²⁾	3 800,77	6 600,10	1 338,58	13 387,41	2 654,75	3 671,50	2 256,29	33 709,40
2.2. Subsídio de refeição	2 797,20	2 408,70	2 697,30	1 565,10	2 530,80	2 797,20	2 741,70	17 538,00
2.3. Outros (identificar detalhadamente) ⁽³⁾		286,27		605,17		200,37	376,20	1 468,01
3. Encargos com benefícios sociais								
3.1. Segurança social obrigatório	10 775,66	28 007,24	38 180,90	30 995,59	14 966,14	33 000,06	31 125,78	187 051,37
3.2. Seguros de saúde	Não existem seguros individuais. Apenas o seguro para cobertura de acidentes pessoais em deslocação (uma apólice para todos os							
3.3. Seguros de vida	colaboradores que também abrange os Srs. Administradores)							
3.4. Outros (identificar detalhadamente)								
4. Parque Automóvel								
4.1. Marca	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz	Audi	Lexus	Mercedes-Benz	Audi	
	S 320CDI	S 350 BlueTEC	S 320 CDI	A6 Allroad Quattro 3.0	GS 450	E 350 CDI Avantgard	A6 Allroad Quattro 3.0	
4.2. Modelo	4 Matic	4p		TDI		4 Matic BE	TDI	
4.3. Valor das rendas de viaturas de serviço	24 075,54	25 251,05	21 427,51	18 491,89	17 530,11	20 568,41	20 573,17	147 917,67
4.4. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	3 161,23	7 365,98	2 710,14	2 824,47	5 106,63	1 830,27	4 019,46	27 018,18

...continuação

(EUR)

	Presidente Faria de Oliveira	Vice- presidente Francisco Bandeira	Vogal Norberto Rosa	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Araújo e Silva	Vogal Jorge Tomé	Vogal Pedro Cardoso	Total
5. Informações Adicionais								
5.1. Opção pela remuneração de origem (s/n)	N	N	N	N	N	N	N	N
5.2 Regime Convencionado								
5.2.1. Segurança Social								
5.2.2. Outro	S	N	N	N	S	N	N	N
5.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa	2008	2010	2008	2008	2008	2010	2008	
5.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	N	S	S	N	N	N	S	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)								

(1) Funções na Administração BPN.

(2) O valor diz respeito ao custo com telemóveis e placas.

(3) Subsídio de estudo.

S – Sim.

N – Não.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA CGD REFERENTE A 2010

(EUR)

	Presidente Hintze Ferreira	Vogal José Castel- -Branco ⁽¹⁾	Vogal Maria Rosa Sá	Vogal Pedro Felício	Total
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base	74 200,00	27 825,00	55 650,00	0,00	157 675,00
1.2. Redução da Lei 12-A	2 120,00		1 590,00		3 710,00
1.3. Remuneração base efectiva (1.1. – 1.2.)	72 080,00	27 825,00	54 060,00	0,00	153 965,00
1.4. Senha de presença					
1.5. Acumulação de funções de gestão					
1.6. Remuneração complementar					
1.7. IHT					
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones					
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço					
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança social obrigatório	14 966,14	5 912,83	11 487,74	0,00	32 366,71
3.2. Seguros de saúde					
3.3. Seguros de vida					
3.4. Outros (identificar detalhadamente)					
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	N	N	N	N	
4.2. Regime Convencionado					
4.2.1. Segurança Social	S	S	S	S	
4.2.2. Outro	N	N	N	N	
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa					
4.4. Exercício de funções remuneradas fora do Grupo					
4.5. Outras (identificar detalhadamente)					

(1) Terminou mandato em 30/06/2010.







RELATÓRIO E CONTAS 2010

EXTRACTO DA ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL
DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

544

EXTRACTO DA ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

O texto infra corresponde ao extracto da Acta da Assembleia-Geral da CGD, SA n.º 1/11, de 26 de Maio de 2011, que deliberou sobre o Relatório e Contas da CGD, SA do exercício de 2010 e a Proposta de Aplicação de Resultados, o qual se transcreve seguidamente:

“... Verificando não haver mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral deu a palavra ao Senhor representante do Estado, que votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2010, da actividade individual e consolidada, atentas as ênfases expressas nas Certificações Legais das Contas Individuais e Consolidadas.

Passou-se, seguidamente, ao segundo ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral lido a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Posta à votação, o Senhor representante do Estado propôs e votou favoravelmente a aplicação de resultados do exercício de 2010, nos termos seguintes:

- Reserva legal: EUR 9 451 210 – 20%;
- Cobertura de resultados transitados: EUR 24 382 125 – 51,60%;
- Reservas livres: EUR 13 422 716 – 28,40%;
- Resultado do exercício: EUR 47 256 051 – 100%.

Não obstante a possibilidade de distribuição de dividendos, o accionista entende, acompanhando a recomendação do Banco de Portugal e tendo em conta as necessidades de capitalização das instituições bancárias até Dezembro de 2012, não propor a distribuição de dividendos.

Sobre o terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor representante do Estado manifestou votos de confiança no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal, e em cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas.

Passou-se, então, ao quarto ponto da Ordem do Dia, relativamente ao qual o Conselho de Administração apresentou a “Declaração do Conselho de Administração sobre Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da CGD”.

Dada a palavra ao Senhor representante do Estado, este propôs e votou favoravelmente a seguinte deliberação: “Mantêm-se inalteradas para 2011 as remunerações fixas mensais ilíquidas a abonar 14 vezes aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD – Caixa Geral de Depósitos, SA, fixadas em Deliberação Unânime por Escrito de 11 de Julho de 2008, sem prejuízo do disposto no n.º 1, do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e da aplicação de outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Paralelamente, tal como previsto no artigo 172.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril (OE 2010) e no artigo 29.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (OE 2011), não haverá lugar, durante o período de execução do PEC 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração dos Órgãos de Administração da CGD.”





Contactos

Tel. (351) 21 795 30 00
Fax (351) 21 790 50 50
cgd@cgd.pt

www.cgd.pt

Direcção de Comunicação

Tel. (351) 21 790 50 03
Fax (351) 21 790 50 53
dcm@cgd.pt

Caixa Geral de Depósitos, SA

Sede Social: Av. João XXI, 63
1000-300 LISBOA
Capital Social: 5 050 000 000 euros
Conserv. Reg. Comercial de LISBOA
Matrícula n.º 2900/930902
N.P. Colectiva 500 960 046
N.º Depósito Legal: 87005/95
ISSN: 0873-027X
Design: CGD
Paginação: Liquid Design
Impressão: Eurodois



Este Relatório e Contas 2010 é carbono zero.
As emissões de gases com efeito de estufa geradas pela sua produção são compensadas.